



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

JOSUÉ ALENCAR BEZERRA

A CIDADE E REGIÃO DE PAU DOS FERROS:
POR UMA GEOGRAFIA DA DISTÂNCIA EM UMA REDE URBANA
INTERIORIZADA

FORTALEZA - CEARÁ

2016

JOSUÉ ALENCAR BEZERRA

A CIDADE E REGIÃO DE PAU DOS FERROS:
POR UMA GEOGRAFIA DA DISTÂNCIA EM UMA REDE URBANA
INTERIORIZADA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Ceará, na área de concentração de Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas, e linha de pesquisa Estrutura e Dinâmica do Espaço Regional, Urbano e Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Denise de Souza Elias.

Fortaleza - Ceará

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Bezerra, Josué Alencar.

A cidade e região de Pau dos Ferros: por uma geografia da distância em uma rede urbana interiorizada [recurso eletrônico] / Josué Alencar Bezerra. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 429 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientação: Prof.^a Dra. Denise de Souza Elias.

1. Rede urbana interiorizada. 2. Estruturação do espaço. 3. Organização urbano-regional. 4. Geografia da distância. 5. Pau dos Ferros. I. Título.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: “A CIDADE-REGIÃO DE PAU DOS FERROS: por uma geografia da distância em uma rede urbana interiorizada.”

Data da Defesa: 15/12/2016

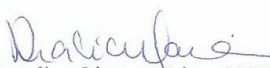
Nome do Autor: JOSUÉ ALENCAR BEZERRA

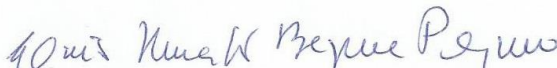
Nome da Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise de Souza Elias (UECE)

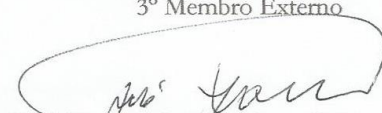
Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia – CCT/UECE, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

BANCA:


Prof^a. Dr^a. Denise de Souza Elias - UECE
1º Membro (Orientadora)


Prof^a. Dr^a. Doralice Sátyro Maia – UFPB
2º Membro Externo


Prof. Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno – UFC
3º Membro Externo


Prof. Dr. José Lacerda Alves Felipe – UFRN
4º Membro Externo


Prof. Dr. Edilson Alves Pereira Júnior - UECE
5º Membro Interno

Às mulheres em minha vida: minha vó, Mãe-lena (in memorian); minha mãe, D. Jozelia; minha esposa, Lidiane; minha filha, Laura. A elas, dedico esta tese com a mais pura gratidão.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese resulta de um período longo de muitas indagações, entregas e amadurecimento intelectual e humano. Durante esse percurso, residi em várias cidades, acompanhei algumas mudanças políticas e econômicas na sociedade brasileira, especialmente nos ambientes em que me insiro, na universidade e no semiárido nordestino.

Muitas convivências, perdas e ganhos, nesse período. Enxergo, de maneira diferente, as paisagens geográficas que conheci, e que refletem o dia a dia do trabalho de um professor de geografia. Com isso, muitos agradecimentos são necessários, primeiramente, à minha instituição, *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)*, onde aprendi muito profissionalmente, a qual me oportunizou realizar o doutoramento, com o afastamento das minhas atividades e a concessão de uma bolsa de capacitação. Nesse ensejo, um agradecimento especial aos colegas do Departamento de Geografia do *Campus* de Pau dos Ferros, que me substituíram no período em que estive ausente, em tempos não muito fáceis para nossa instituição; e ao setor de capacitação docente da UERN, que atendeu a todos os meus encaminhamentos do processo de solicitação de liberação e acompanhamento.

Gostaria de agradecer à instituição que me recebeu nesse período do doutorado, à *Universidade Estadual do Ceará (UECE)*, em especial ao *Programa de Pós-graduação em Geografia (PropGeo)* do qual, no período de procura de editais para seleção, recebi ótimas referências, que se confirmaram neste final. Agradeço, com isso, aos professores e colegas do curso com quem dividi muitas experiências nas disciplinas e nos eventos científicos. Neste percurso do curso, me identifiquei com muitas pessoas especiais, mas coube me aproximar das amigas *Tereza Sandra Loiola Vasconcelos*, que logo se tornou colega de trabalho na UERN, e *Lucenir Jerônimo Chaves*, colega de orientação.

Às secretárias *Júlia Oliveira* e *Adriana Livino dos Santos Holanda*, responsáveis pelas questões administrativas no PropGeo, e aos professores doutores *Otávio José Lemos*

Costa e Maria Lúcia Brito da Cruz, pela condução e recepção das demandas pessoais e coletivas apresentadas no decorrer do curso.

Ao ingressar no Programa, somente na aula inaugural, tomei conhecimento de quem seria minha orientadora, Profa. Dra. *Denise Elias*. Fiquei muito surpreso, porque não nos conhecíamos, contudo, em seguida, feliz, pois estaria trabalhando com uma pessoa que tratava a geografia e a pesquisa científica com muita seriedade e compromisso, sendo uma pesquisadora renomada no país. Logo, percebi o rigor científico em suas orientações e, ao mesmo tempo, a humanidade em suas colocações como na compreensão de minha situação geográfica, quando tive que retornar para o Rio Grande do Norte, de onde conseguimos, mesmo à distância, seguir os encaminhamentos da tese. Agradeço a ela, em especial, por ser responsável por uma importante mudança na minha visão sobre a organização do território brasileiro, no que tange as novas transformações da urbanização, com suas observações, sempre profundas, acerca das questões ligadas ao meu objeto. Muito obrigado!

Uma menção à banca examinadora deste trabalho: Profa. Dra. *Doralice Sátyro Maia*, é com muito prazer que a reencontro novamente depois de 10 anos após a banca do mestrado, em Natal; Prof. Dr. *José Lacerda Alves Felipe*, profissional respeitado que tem sua obra confundida com a geografia do Rio Grande do Norte, o professor da minha primeira aula do curso de graduação em geografia, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Prof. Dr. *Luiz Renato Bezerra Pequeno*, o qual contribuiu, desde o início, na construção desta tese, no seminário de tese e no exame de qualificação, e em algumas discussões no âmbito do grupo de pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU); e ao Prof. Dr. *Edilson Alves Pereira Júnior*, membro também do GLOBAU, que muito me auxiliou nas atividades junto ao doutorado. Obrigado!

Agradeço ao colega de instituição e amigo (irmão postiço) *Cicero Nilton Moreira da Silva*, pelas várias acolhidas em seu apartamento em Fortaleza, desde as seleções; pelas palavras e conselhos sempre regados de muita sapiência e serenidade, mesmo que estes não estivessem diretamente ligados à tese. Abração!

Aqui, relembro também a experiência que vivi na missão de estudos em Uberlândia (MG), sob a tutoria da Profa. Dra. *Beatriz Ribeiro Soares*, a quem agradeço a disposição em me receber no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), do Instituto de Geografia (IG), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), momento em que também agradeço ao Prof. Dr. *Vitor Ribeiro Filho*, que me ajudou na logística e receptividade na cidade, e às colegas *Lidiane Aparecida Alves* (doutoranda em geografia da UFU), que também ajudou na acolhida em Minas Gerais e a *Érica Maria Bezerra Pereira* (mestranda em geografia da UECE), colega de orientação que me acompanhou na missão.

Às instituições e pessoas que me ajudaram na consecução da pesquisa, abrindo as portas e disponibilizando dados e informações importantes para a realização da tese: *Andréa Iris Ferreira da Silva Rêgo*, gerente da Inspetoria de Pau dos Ferros do CREA-RN; *Hortência Pessoa Rego Gomes*, coordenadora de extensão do *Campus* de Pau dos Ferros da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Norte (UFERSA); *Luciano Vieira Dutra*, professor de geografia e coordenador de extensão do *Campus* de Pau dos Ferros do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN); ao Sr. *José Augusto Soares*, agente de desenvolvimento do Banco do Nordeste (BNB) do Território Alto Oeste Potiguar; à equipe do Programa Acesso à Terra Urbanizada, que está elaborando o Plano Diretor Participativo de Pau dos Ferros, na pessoa do Prof. Dr. *Eduardo Raimundo Dias Nunes*, coordenador do plano; à *Câmara de Vereadores de Pau dos Ferros*; à *Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros*; aos *motoristas dos carros de linha* que transportam diariamente a população das pequenas cidades da região para Pau dos Ferros, na atenção com as demandas da pesquisa.

Um agradecimento especial aos alunos do curso de geografia da UERN, alguns já egressos, residentes nas pequenas cidades da região, que ajudaram diretamente no trabalho de campo em suas cidades ou enviando as informações necessárias para o andamento da pesquisa. Espero que não tenha esquecido de ninguém: *Francisco Ringo Star* (Água Nova); *Rivanildo Brito* (Alexandria); *Regilânio da Silva* (Coronel João Pessoa); *Alvani Bezerra* (Doutor Severiano); *Erica Cristina e Keliane de Lima* (Encanto); *Suyanne Almeida e Expedito da Silva Neto* (Antônio Martins); *Paloma Catarine* (Francisco Dantas); *Carlos Henrique* (Luís Gomes, Paraná e Uiraúna); *Vanílson Moises* (Major Sales); *Vandygna da Silva* (Marcelino Vieira); *Francisco André*

(Pilões); *Lorena Luana* (Portalegre); *José Carlos* (Rafael Fernandes); *John Lennon e Regina Luana* (Riacho da Cruz); *Maria Sandrine* (Riacho de Santana); *Cleanto de Sousa* (São Francisco do Oeste); *Ronaldo Valentim* (São Miguel); *Renata Michele* (Taboleiro Grande); *Bruno Gaudêncio* (Lucrécia); *Alessandra Holanda* (Tenente Ananias); *Alana Gandra* (Martins); *Larissa de Queiroz e Jiliardo de Queiroz* (Serrinha dos Pintos); *José Ilanio Chaves* (Venha-Ver); *Rute Paiva* (Itaú); *Conceição Kévia* (Pereiro); *Erlane Bessa e Kedson Brasil* (Rodolfo Fernandes); *Carla Camila* (Severiano Melo); *Raiany Priscila* (Umarizal); *Damião Pinto* (Viçosa); *Linara Chaves* (Ererê); *Lediane Praxedes* (Apodi); e a minha bolsista de iniciação científica, *Amanda Gurgel* (Pau dos Ferros).

Ao trabalho dedicado e paciente do geógrafo *Samwel Sennen*, na elaboração de parte do material cartográfico desta tese, e à revisão de alguns produtos realizados pelo colega de instituição e amigo Prof. *Franklin da Costa*. Agradeço a ajuda na correção tradutória dos resumos em língua inglesa, realizada pelo Prof. Me. *Francisco Marcos de Oliveira Luz* e em língua espanhola, realizada pelo Prof. Me. *Francisco Lindenilson Lopes*, ambos lotados no Departamento de Letras Estrangeiras da UERN/Pau dos Ferros.

Um agradecimento mais que especial às minhas duas famílias, meus irmãos (*Josenardo; Kalina, Katarina e Kátia*) e todos os cunhados, sobrinhas e sobrinhos, sob comando de minha querida mãe, *D. Jozelia*, que estiveram sempre presentes, mesmo distantes, em minhas angústias no desenrolar deste trabalho. Eram nas viagens a Natal que conseguia “recarregar as baterias” para retomar o trabalho. Nessa primeira família, lembro também da minha querida vó, *Mãe-Iena*, que partiu no finalzinho da consecução desta tese, mas sei que de onde estiver, está feliz por eu ter chegado até aqui.

À minha segunda família, a qual participava do cotidiano mais recente em Pau dos Ferros, *S. Chiquinho, D. Imaculada*, meus sogros, quase pais que, desde que cheguei nesta cidade oestana, me acolheram com muita atenção e carinho.

Um agradecimento especial aos meus dois amores mais intensos: minha esposa, *Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra*, a vida acadêmica nos uniu, e agora logramos

mais essa etapa de formação profissional, que reflete o companheirismo ao longo de mais de uma década juntos. Por estar no meio, entende melhor as minhas ausências e a falta de cuidado, mas nada explica o meu amor por você, que resultou, no meio da construção dessa tese, no nosso maior presente, meu segundo amor, *Laura*, que nasceu e já entende, mesmo na sua pequena experiência de vida, quando preciso trabalhar e me trancar para estudar. Muito obrigado por estarem comigo.

Enfim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, se empenharam no sentido de tornar o meu trabalho menos árduo. Sei que estou correndo o risco de deixar de citar pessoas importantes, assim estendo meus sinceros agradecimentos a todos com quem convivi durante o tempo da elaboração deste trabalho. Meu muito obrigado!

Nosso desejo explícito é a produção de um sistema de ideias que seja, ao mesmo tempo, um ponto de partida para a apresentação de um sistema descritivo e de um sistema interpretativo da geografia.

(Milton SANTOS, 2004b [1996], p.18)

**A CIDADE E REGIÃO DE PAU DOS FERROS:
POR UMA GEOGRAFIA DA DISTÂNCIA EM UMA REDE URBANA
INTERIORIZADA**

RESUMO

A construção da problemática desta tese aponta para um objeto concreto, cujo ponto de referência é a configuração da região de Pau dos Ferros, localizada na porção Oeste do Rio Grande do Norte, que tem sua influência para além dos limites político-administrativos com os estados do Ceará e da Paraíba. Para entender essa configuração, foi preciso considerar o processo de urbanização na contemporaneidade que tem proporcionado grandes transformações no território brasileiro, nas últimas décadas, como o crescimento do número e tamanho das cidades e o representativo aumento dos papéis urbanos na divisão territorial do trabalho (SANTOS, 2005 [1993]). Essas mudanças são evidenciadas também em áreas não metropolitanas como a que está em pauta neste trabalho, localizadas na rede urbana interiorizada do Nordeste e compreendida por centros intermediários e pequenas cidades (CLEMENTINO, 1990; CANO 1989; SIMÕES; AMARAL, 2011). A cidade de Pau dos Ferros vem assumindo na região uma posição de destaque pelas recentes estratégias de localização dos equipamentos comerciais e de serviços especializados, como também pela atual configuração do seu espaço intra-urbano. A dinâmica econômica de um conjunto de pequenos municípios passa, cada vez mais, a depender dos fluxos de mercadorias, capitais e pessoas dirigidos a cidade de Pau dos Ferros, principal nó difusor dessa centralidade na região (IBGE, 2008). Este fenômeno nos remete a uma nova configuração urbano-regional, que extrapola os contextos metropolitanos e se mostra como uma forma de definição para Pau dos Ferros. Com a dispersão populacional e a atomização dos centros urbanos, amenizadas pela facilidade no deslocamento entre as sedes e aglomerados rurais espalhados pela região, enxergamos a importância da geografia da distância (PIRIE, 2009; JOHNSTON, 2003b) na leitura da cidade e região de Pau dos Ferros. A partir de sua região de influência; da disposição espacial das pequenas cidades no território; como do sistema técnico de transporte disponível para efetivar os fluxos de deslocamentos entre os espaços, chegamos à dimensão territorial da região de Pau dos Ferros. Seu núcleo urbano principal apresenta uma situação geográfica

(SILVEIRA, 1999) favorável na região, com a proximidade das pequenas cidades e equidistante de outros centros urbanos maiores fora da região, promovendo, assim, a difusão da urbanização dotada de conotações particulares ao lugar. Esta situação atribui a Pau dos Ferros um papel de destaque na rede urbana potiguar, com uma centralidade maior que outras importantes cidades do estado, vista sua estruturação espacial recente. As características da cidade e região de Pau dos Ferros seguem uma dimensão demográfica e territorial reduzida; denotam ainda suscetíveis relações de forma e função hierárquica em sua rede urbana; não obedecem aos limites político-administrativos do território entre os estados; e admitem sua relação de polarização e definição de sua hinterlândia a partir da dependência socioespacial das pequenas cidades para com o núcleo urbano de Pau dos Ferros. É importante ressaltar que, nessa dimensão urbano-regional, a temporalidade dos lugares é mais perceptível e a influência do capital é mais lenta em relação às grandes cidades.

Palavras chave: Rede urbana interiorizada. Estruturação do espaço. Organização urbano-regional; Geografia da distância. Pau dos Ferros.

**THE CITY AND REGION OF PAU DOS FERROS:
FOR A GEOGRAPHY OF DISTANCE IN AN INTERNALIZED URBAN
NETWORK**

ABSTRACT

The construction of the problem of this thesis points to a concrete object, whose reference point is the configuration of the region of Pau dos Ferros, located in the West of Rio Grande do Norte, which has its influence beyond the administrative boundaries with the states of Ceará and Paraíba. In order to understand this configuration, it was necessary to consider the process of urbanization in contemporary times that has provided great transformations in Brazilian territory in recent decades, such as the growth of the number and size of cities and the representative increase of urban roles in the territorial division of labor (SANTOS, 2005 [1993]). These changes are also evident in non-metropolitan areas such as the one in the present work, located in the internalized urban network of the Northeast and comprised of intermediate centers and small towns (CLEMENTINO, 1990, CANO 1989, SIMÕES; AMARAL, 2011). The city of Pau dos Ferros has been assuming a prominent position in the region due to the recent strategies of location of commercial equipment and specialized services, as well as the current configuration of its intra-urban space. The economic dynamics of a set of small municipalities around them starts to depend, more and more, on the flows of goods, capital and people themselves and the city of Pau dos Ferros, the main diffuser of this centrality in the region (IBGE, 2008). This spatial organization is associated with the notion of this urban-regional dimension, which extrapolates the metropolitan contexts and is the best form of definition for Pau dos Ferros. With the dispersion of population and the atomization of urban centers, facilitated by the ease of the displacement between the rural settlements and agglomerations scattered throughout the region, we see the importance of the geography of distance (PIRIE, 2009; JOHNSTON, 2003b) in the reading of the city-region of Pau do Ferros. From its region of influence; the spatial arrangement of small towns in the territory; as well as the technical transportation system available to effect the flows of displacements between spaces, we reach the territorial dimension of Pau dos Ferros. Its main urban center has a favorable geographical situation (SILVEIRA, 1999) in the region, with the proximity of small towns and equidistant from other larger urban centers outside the

region, thus promoting the diffusion of urbanization endowed with particular connotations to the place. This situation attributes to Pau dos Ferros an important role in the Potiguar urban network of, with a bigger centrality than other important cities of the state, given its recent spatial structure. The characteristics of the city-region of Pau dos Ferros follow a reduced demographic and territorial dimension; They also indicate susceptible relations of form and hierarchical function in their urban network; They do not obey the political-administrative limits of the territory between the states; And they admit their relation of polarization and definition of their hinterland from the socio-spatial dependence of the small cities to the urban nucleus of Pau dos Ferros. It is important to note that, in this urban-regional dimension, the temporality of the places is more noticeable and the influence of capital is slower in relation to the big cities.

Keywords: Internalized urban network. Structuring of space. Urban-regional organization; Geography of distance. Pau dos Ferros.

**LA CIUDAD Y LA REGIÓN DE PAU DOS FERROS:
POR UNA GEOGRAFÍA DE LA DISTANCIA EN UNA RED URBANA
INTERIORIZADA**

RESUMEN

La construcción de la problemática de esta tesis se dirige a un objeto concreto con referencia a la configuración de la región de Pau dos Ferros, ubicada en la parte occidental de Rio Grande do Norte, que tiene su influencia allende los límites administrativos de los estados de Ceará y Paraíba. Para entender esta configuración, tuvimos en cuenta la urbanización en la sociedad contemporánea que ha proporcionado grandes transformaciones en Brasil en las últimas décadas, como el crecimiento en número y tamaño de las ciudades y el considerable aumento de los papeles urbanos en la división territorial del trabajo (SANTOS, 2005 [1993]). Estos cambios también son evidentes en las áreas no metropolitanas, como la que se cuida en esta investigación, localizadas en la red urbana interiorizada del Nordeste y comprendida por los centros intermedios y pequeñas ciudades (CLEMENTINO, 1990; CANO 1989; SIMÕES; AMARAL, 2011). Pau dos Ferros está asumiendo en la región una posición prominente debido a las recientes estrategias de localización de infraestructura comercial y de servicios especializados, así como la configuración actual de su espacio intraurbano. La dinámica económica de un conjunto de pequeños municipios pasa, aún más, a depender del flujo de mercancías, capitales y personas dirigidos a dicha ciudad, el principal difusor de esta centralidad en la región (IBGE, 2008). Este fenómeno nos lleva a un nuevo entorno urbano-regional, que extrapola los contextos metropolitanos y se muestra como una manera de caracterizar la ciudad Pau dos Ferros. Con la dispersión de la población y la atomización de los centros urbanos, mitigado por la facilidad de movimiento entre las zonas centrales y aglomeraciones rurales distribuidas alrededor de la región, vemos la importancia de la geografía de la distancia (PIRIE, 2009; JOHNSTON, 2003b) en la comprensión de lo que es la ciudad y la región de Pau dos Ferros. Desde su área de influencia; la disposición espacial de las pequeñas ciudades en el territorio; como del sistema de transporte disponible para efectuar los desplazamientos entre los espacios, llegamos a la dimensión territorial de la ciudad-región de Pau dos Ferros. Su principal núcleo urbano posee una situación geográfica (SILVEIRA, 1999) favorable, con proximidad a

las ciudades pequeñas y equidistancia de otros centros urbanos fuera de la región, promoviendo así la propagación de una urbanización de connotaciones específicas. Esta situación conlleva para Pau dos Ferros un papel importante en la red urbana Potiguar, con mayor centralidad que otras ciudades importantes en el estado, estimando su estructuración espacial actual. Las características de la ciudad-región de Pau dos Ferros siguen dimensiones demográfica y territorial reducidas; denotan susceptibles relaciones de forma y función jerárquica en su red urbana; no acuden a fronteras políticas y administrativas interestatales; y admiten su relación de polarización y la definición de su hinterland, considerando la dependencia socio-espacial de las ciudades pequeñas hacia su centro urbano. Es importante destacar que, en esta dimensión urbano-regional, la temporalidad de los lugares es más perceptible y la influencia del capital es más lenta que en las grandes ciudades.

Palabras clave: Red urbana interiorizada. Estructuración del espacio. Organización urbano-regional. Geografía de la distancia. Pau dos Ferros.

LISTA DE CARTAS-IMAGEM

Carta-Imagem 01 –	Pau dos Ferros: concentração das principais atividades econômicas no centro da cidade	340
Carta-Imagem 02 –	Pau dos Ferros: corredor viário principal e novos espaços no centro	343
Carta-Imagem 03 –	Pau dos Ferros: difusão de novos espaços de moradia próximos à UERN e IFRN, no sentido Sul da cidade	351
Carta-Imagem 04 –	Pau dos Ferros: localização de tipos de espaços voltados para habitação	355
Carta-Imagem 05 –	Pau dos Ferros: localização das áreas de expansão urbana	362

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –	Hierarquia dos centros urbanos brasileiros, segundo a REGIC – 2007	108
Figura 02 –	Região Nordeste: escala populacional das maiores cidades por estado	128
Figura 03 –	Cidade do Encanto (RN): perímetro urbano	162
Figura 04 –	Cidade de Venha-Ver (RN): perímetro urbano	162
Figura 05 –	Rio Grande do Norte: percentual do valor (US\$) de exportações por produto (2014)	195
Figura 06 –	Portalegre (RN): entrada da cidade	205
Figura 07 –	Martins (RN): Hotel Chalé dos Ingás	205
Figura 08 –	Martins (RN): condomínio residencial fechado Serra de Martins	207
Figura 09 –	Portalegre (RN): panfleto/propaganda de loteamento Varandas da Serra	207
Figura 10 –	São Francisco do Oeste (RN): casas recém-construídas em	208

	loteamento	
Figura 11 –	Tenente Ananias (RN): construção de condomínio habitacional fechado	208
Figura 12 –	Pau dos Ferros: loja autorizada Malwee e da rede de material de construção REDECON	217
Figura 13 –	Pau dos Ferros: loja da rede Ótica Diniz no centro da cidade	217
Figura 14 –	Pau dos Ferros: lojas autorizadas da Dumond e da rede de Farmácias FTP	217
Figura 15 –	Pau dos Ferros: loja da Cacau Show no centro da cidade	217
Figura 16 –	Pau dos Ferros: imagem do projeto de construção do Plaza Shopping	219
Figura 17 –	Pau dos Ferros: construção do Plaza Shopping no centro da cidade	219
Figura 18 –	Pau dos Ferros: loja de venda de artigos variados para uso rural	221
Figura 19 –	Pau dos Ferros: extensão da feira livre em frente às lojas comerciais	221
Figura 20 –	Tenente Ananias (RN): loja da Rede de Supermercados Oeste	228
Figura 21 –	Água Nova (RN): loja da Rede Lajedo de Supermercados	228
Figura 22 –	Caiçara, vila do município do Paraná (RN): correspondente bancário da Caixa Econômica Federal em loja de Material de Construção	234
Figura 23 –	Serrinha dos Pintos (RN): correspondente bancário da Caixa Econômica Federal em supermercado	234
Figura 24 –	Pau dos Ferros: ambulância da prefeitura de Viçosa (RN) em centro de reabilitação física	260
Figura 25 –	Pau dos Ferros: ambulância do município do Ererê (CE) com paciente	260
Figura 26 –	Pau dos Ferros: dia de atendimento em clínica médica da cidade	260
Figura 27 –	Pau dos Ferros: veículo da prefeitura do Encanto (RN) em clínica médica	260

Figura 28 –	Pau dos Ferros: concessionária de veículos Chevrolet inaugurada em 2015	276
Figura 29 –	Pau dos Ferros: novas instalações da Esmeraldo Imobiliária	276
Figura 30 –	Pau dos Ferros: trânsito de caminhões pesados na Avenida Independência, centro da cidade	300
Figura 31 –	Pau dos Ferros: BR-226 em trecho recentemente construído nas proximidades da cidade	300
Figura 32 –	Pau dos Ferros: transporte escolar aguardando os alunos no <i>campus</i> do IFRN	308
Figura 33 –	Pau dos Ferros: carro de linha carregado com reservatório adquirido no comércio do centro	308
Figura 34 –	Pau dos Ferros: transporte de passageiros para cidades vizinhas	308
Figura 35 –	Pau dos Ferros: ponto de parada dos carros de linha no centro	308
Figura 36 –	Morfologia urbano-regional de Pau dos Ferros	332

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 –	Região de Pau dos Ferros: estoque de emprego segundo grande setor de atividade (2014)	201
Gráfico 02 –	Região de Pau dos Ferros: número de ocupações por setores de atividade (2014)	203
Gráfico 03 –	Pau dos Ferros e demais cidades da região: evolução do número de estabelecimentos comerciais (2002 – 2014)	215
Gráfico 04 –	Região de Pau dos Ferros: evolução dos valores (R\$) contratados em linha de crédito pelo Banco do Nordeste (2005 – 2015)	247
Gráfico 05 –	Pau dos Ferros: evolução do número de clínicas especializadas e consultórios (2005 – 2015)	259
Gráfico 06 –	Região de Pau dos Ferros: principais meios de transporte utilizados pela população das pequenas cidades	304

	(abs./%)	
Gráfico 07 –	Número de relacionamentos por tipo de motivação de consumo nos centros Sub-regionais do Rio Grande do Norte (REGIC - 2007)	322
Gráfico 08 –	Região de Pau dos Ferros: procura relativa a serviços de educação não disponíveis no local de residência (abs./%)	323
Gráfico 09 –	Região de Pau dos Ferros: procura relativa a serviços de saúde não disponíveis no local de residência (abs./%)	324
Gráfico 10 –	Região de Pau dos Ferros: procura relativa a produtos/mercadorias não disponíveis no local de residência (abs./%)	325
Gráfico 11 –	Pau dos Ferros: imóveis por número de pavimentos (2014)	3491

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 –	Pau dos Ferros (RN): localização da região de influência no Alto Oeste Potiguar	39
Mapa 02 –	Rio Grande do Norte: hierarquia das conexões das principais centralidades (REGIC - 2007)	109
Mapa 03 –	Pau dos Ferros: representação da centralidade e área de influência (REGIC 1972, 1987, 2000 e 2008)	110
Mapa 04 –	Região Nordeste: rodovias pavimentadas até 1970	120
Mapa 05 –	Região Nordeste: concentração da população total por aglomerado metropolitano das capitais (2010)	127
Mapa 06 –	Região Nordeste: centros sub-regionais A (REGIC - 2007)	133
Mapa 07 –	Região Nordeste Oriental: caminhos do gado e principais centros	150
Mapa 08 –	Alto Oeste Potiguar: processo de emancipação municipal antes e depois de 1945	161
Mapa 09 –	Rio Grande do Norte: distribuição das cidades com	169

	população inferior e superior a 20 mil habitantes (2010)	
Mapa 10 –	Região de Pau dos Ferros: população total, rural e urbana (2010)	174
Mapa 11 –	Pau dos Ferros e região: difusão das principais redes associativistas de supermercado (2015)	227
Mapa 12 –	Região de Pau dos Ferros: distribuição de clínicas, consultórios e hospital regional (2015)	257
Mapa 13 –	<i>Campus</i> da UERN /Pau dos Ferros: origem dos alunos matriculados nos cursos de graduação (2015.1)	272
Mapa 14 –	<i>Campus</i> da UFERSA /Pau dos Ferros: origem dos alunos matriculados nos cursos de graduação (2015.1)	273
Mapa 15 –	<i>Campus</i> de Pau dos Ferros do IFRN: origem dos alunos matriculados nos cursos técnicos e de graduação (2015.1)	275
Mapa 16 –	FACEP/Pau dos Ferros: origem dos alunos matriculados nos cursos de graduação (2015.1)	280
Mapa 17 –	Faculdade Anhanguera/Pau dos Ferros: origem dos alunos matriculados nos cursos de graduação (2015.1)	281
Mapa 18 –	Pau dos Ferros: distâncias rodoviárias para as metrópoles nordestinas (REGIC - 2007)	289
Mapa 19 –	Pau dos Ferros: distâncias rodoviárias para os centros regionais nordestinos (REGIC - 2007)	291
Mapa 20 –	Pau dos Ferros: distâncias rodoviárias para os centros sub-regionais A nordestinos (REGIC - 2007)	293
Mapa 21 –	Pau dos Ferros: distâncias rodoviárias para cidades de igual e maior centralidade no Nordeste (REGIC - 2007)	294
Mapa 22 –	Pau dos Ferros: cidades localizadas até 100 km de distância (rodoviária)	297
Mapa 23 –	Pau dos Ferros: principais rodovias da região	301
Mapa 24 –	Pau dos Ferros: número de viagens diárias e origem dos carros de linha	307
Mapa 25 –	Pau dos Ferros: tempo de deslocamento (minutos) até as cidades que possuem fluxo diário de carro de linha	312

Mapa 26 –	Pau dos Ferros: preço das passagens (R\$) cobrados nos carros de linha de fluxo diário	313
Mapa 27 –	Pau dos Ferros: frequência e principais rotas de ônibus interestaduais (2015)	317
Mapa 28 –	Configuração urbano-regional de Pau dos Ferros: delimitação territorial	329
Mapa 29 –	Pau dos Ferros: divisão dos bairros e período de criação (até 2015)	338
Mapa 30 –	Pau dos Ferros: uso e ocupação do espaço intra-urbano	347
Mapa 31 –	Pau dos Ferros: distribuição de alvarás de construção segundo bairros (2005 – 2015)	358

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 –	Brasil: distribuição dos municípios segundo a faixa populacional e os tipos microrregionais (PNDR) (2000)	93
Quadro 02 –	Tipologia das cidades: grupos de municípios em diversos conjuntos geográficos	94
Quadro 03 –	Níveis de centralidade das cidades brasileiras segundo a REGIC (1966, 1978, 1993, 2007)	105
Quadro 04 –	Região Nordeste: matriz comparativa dos centros sub-regionais A (REGIC)	136
Quadro 05 –	Rio Grande do Norte: organização do território no final do século XVIII	153
Quadro 06 –	Região Nordeste: número de municípios criados por período, a partir de 1946	159
Quadro 07 –	Pau dos Ferros: representação das principais instituições prestadoras de serviços públicos	185
Quadro 08 –	Pau dos Ferros e região: distribuição das lojas e escritórios das principais redes associativistas de supermercado (2015)	225

Quadro 09 –	Região de Pau dos Ferros: distribuição das agências bancárias e correspondentes bancários do Banco do Brasil, Caixa e Bradesco (2015)	231
Quadro 10 –	Rio Grande do Norte: distribuição das unidades acadêmico-administrativas das principais instituições de ensino técnico e superior público (2015)	264
Quadro 11 –	Campus da UERN/Pau dos Ferros: oferta de cursos regulares de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i> (2015.1)	265
Quadro 12 –	<i>Campus</i> da UFERSA/Pau dos Ferros: oferta de cursos regulares de graduação (2015.1)	267
Quadro 13 –	<i>Campus</i> do IFRN/Pau dos Ferros: oferta de cursos técnicos e de graduação regulares (2015.1)	268
Quadro 14 –	Pau dos Ferros: número de docentes e servidores técnico-administrativos efetivos lotados nos <i>campi</i> da UERN, UFERSA e IFRN (2015)	277
Quadro 15 –	Pau dos Ferros: oferta de cursos de graduação das faculdades privadas FACEP e Anhanguera (2015)	278
Quadro 16 –	Pau dos Ferros: cidades localizadas até 100 km de distância (rodoviária)	296
Quadro 17 –	Pau dos Ferros: número de viagens diárias e origem dos carros de linha	305
Quadro 18 –	Pau dos Ferros: tempo de viagem e preços das passagens nos carros de linha	310
Quadro 19 –	Pau dos Ferros: linhas de ônibus regulares, roteiro, destino e regularidade	315
Quadro 20 –	Pau dos Ferros: principais clínicas médicas especializadas (2015)	341
Quadro 21 –	Pau dos Ferros: principais loteamentos habitacionais abertos (2005 – 2015)	353

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –	Brasil: população total, urbana e taxa de urbanização (1940 – 2010)	70
Tabela 02 –	Brasil: distribuição da população urbana, segundo o tamanho das cidades (%; 1940 – 2010)	70
Tabela 03 –	Região Nordeste: maiores cidades em número de habitantes por estado (2010)	130
Tabela 04 –	Região de Pau dos Ferros: evolução da população total, taxas de urbanização e de crescimento (1980 – 2010)	172
Tabela 05 –	Rio Grande do Norte: maiores e menores municípios por população (2010)	176
Tabela 06 –	Rio Grande do Norte: principais cidades por número de estabelecimentos e setores de atividade (2014)	190
Tabela 07 –	Região de Pau dos Ferros: principais meios de hospedagem (2015)	205
Tabela 08 –	Região de Pau dos Ferros: número de estabelecimentos por grande setor de atividade (2014)	213
Tabela 09 –	Pau dos Ferros: franquias/autorizadas do setor de comércio que chegaram recentemente na cidade (2014 – 2015)	218
Tabela 10 –	Região de Pau dos Ferros: quantidade e valores de benefícios do INSS emitidos (2015)	236
Tabela 11 –	Região de Pau dos Ferros: número de pagamentos e valores pagos pelo Programa Bolsa Família (2015)	239
Tabela 12 –	Região de Pau dos Ferros: unidades e valores pagos de projetos habitacionais financiados pelo Programa Minha casa, Minha Vida (PMCMV) (2009 – 2014)	243
Tabela 13 –	Alto Oeste Potiguar: número de contratos e valores do PRONAF (2004 – 2015)	245
Tabela 14 –	Pau dos Ferros: número de contratos e valores contratados em linhas de crédito pelo Banco do Nordeste (2015)	247

Tabela 15 –	Rio Grande do Norte: número de leitos, consultórios, clínicas e ambulatórios especializados nos principais centros (2015)	252
Tabela 16 –	Região de Pau dos Ferros: número de profissionais especialistas na área de saúde (2015)	254
Tabela 17 –	<i>Campi</i> de Pau dos Ferros: principais cidades de origem dos alunos matriculados nos cursos regulares de graduação e técnico da UERN, UFERSA e IFRN (2015.1)	269
Tabela 18 –	<i>Campi</i> de Pau dos Ferros: número de alunos matriculados nos cursos regulares de graduação e técnico da UERN, UFERSA e IFRN por origem no Rio Grande do Norte ou em outro estado (2015.1)	270
Tabela 19 –	Alto Oeste Potiguar: municípios com os maiores indicadores de mobilidade pendular para estudo e trabalho (2010)	319
Tabela 20 –	Pau dos Ferros: municípios com os maiores índices de fluxo pendular para trabalho e estudo (2010)	320
Tabela 21 –	Configuração urbano-regional de Pau dos Ferros: população, taxa de urbanização e área (2010)	330
Tabela 22 –	Pau dos Ferros: número de imóveis por tipo/função de uso (2014)	348
Tabela 23 –	Pau dos Ferros: número de alvarás de construção, segundo os bairros (2005 – 2015)	357

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AL	Alagoas
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APLs	Arranjos Produtivos Locais
ART	Anotações de Responsabilidade Técnica
BA	Bahia
BCB	Banco Central do Brasil
CAERN	Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAMEAM	Campus Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia”
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CE	Ceará
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMP	Cadastro Empresarial
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFINS	Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social
CONSU	Conselho Universitário
COSERN	Companhia Energética do Rio Grande do Norte
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
DETRAN	Departamento de Trânsito
DF	Distrito Federal
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DIRCA	Diretoria de Registro e Controle Acadêmico
DIREDD	Diretoria Regional de Educação

DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra às Secas
EGAL	Encontro Latino Americano de Geógrafos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPARN	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte
ENANPEGE	Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENG	Encontro Nacional de Geógrafos
ENGA	Encontro Nacional de Geografia Agrária
ES	Espírito Santo
ESAM	Escola Superior de Agricultura de Mossoró
EUA	Estados Unidos da América
FACEP	Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar
FAPERN	Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FEMURN	Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FURRN	Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte
GLOBAU	Grupo de Pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior

IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IG	Instituto de Geografia
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
LAPUR	Laboratório de Planejamento Urbano e Regional
LEA	Laboratório de Estudos Agrários
MA	Maranhão
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MP	Ministério do Planejamento
MPS	Ministério da Previdência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NE	Nordeste
NESUR	Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional
NuGAR	Núcleo de Estudos em Geografia Agrária e Regional
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Posto Avançado de Atendimento
PAE	Posto de Atendimento Bancário Eletrônico
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PB	Paraíba
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDET	Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social

PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Presidente Prudente
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PRODETUR	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROPGEIO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PROUNE	Programa Universidade para Todos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RBG	Revista Brasileira de Geografia
REGIC	Região de Influência das Cidades
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RG	Registro Geral
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RPA	Regiões Produtivas do Agronegócio
R\$	Reais
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SE	Sergipe
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SESAP	Secretaria de Saúde Pública
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SP	São Paulo
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TO	Tocantins
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEL	Universidade Estadual de Londrina

UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UPAS	Unidades de Pronto Atendimento
USD	Dólares Americanos
USP	Universidade de São Paulo
UNIFASV	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFCA	Universidade Federal do Cariri

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	33
1.1	A MOTIVAÇÃO E OS PASSOS FORMATIVOS	36
1.2	O RECORTE ESPACIAL, OS OBJETIVOS E A TESE	39
1.3	ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA	46
1.3.1	Matriz metodológica	51
1.4	A ESTRUTURA DA TESE	65
2	TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO E O ESTUDO DA REDE URBANA BRASILEIRA	68
2.1	A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA	69
2.2	A REDE URBANA: CONFIGURAÇÃO E FUNCIONAMENTO	80
2.3	UMA LEITURA SOBRE OS ESTUDOS DA REDE URBANA BRASILEIRA	87
3	NOVAS CENTRALIDADES NO NORDESTE BRASILEIRO	112
3.1	REDE URBANA INTERIORIZADA	113
3.2	NOVAS CENTRALIDADES DA REDE URBANA INTERIORIZADA	130
3.3	PAU DOS FERROS: ELEMENTOS PARA ENTENDER SUA REGIÃO	144
3.3.1	A relação dos caminhos de gado com a formação da rede urbana regional	145
3.3.2	O processo de fragmentação territorial: a constituição de novas cidades	156
3.3.3	As pequenas cidades na organização regional	163
3.3.4	A dinâmica populacional	170
4	A ESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL DE PAU DOS FERROS	181
4.1	ECONOMIAS REGIONAIS: PALAVRAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A CIDADE	182

4.2.	A REGIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS POTIGUARES E A POLARIZAÇÃO DAS CIDADES	188
4.3	O COMÉRCIO, OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E A VALORIZAÇÃO REGIONAL DA CIDADE	197
4.3.1	O turismo serrano e a expansão imobiliária	203
4.3.2	Comércio tradicional e moderno: atividade espacialmente seletiva e concentrada	210
4.3.3	As redes associativistas: novos formados dos supermercados	222
4.3.4	A financeirização da vida: novas relações sociais na cidade	229
4.3.5	A cidade como difusor dos serviços de saúde	250
4.3.6	A expansão do ensino superior e técnico e a valorização da cidade	261
5	A CIDADE E REGIÃO DE PAU DOS FERROS: UMA LEITURA DA GEOGRAFIA DA DISTÂNCIA E DA DINÂMICA INTRA-URBANA	284
5.1	A GEOGRAFIA DA DISTÂNCIA DE PAU DOS FERROS: DISTÂNCIA, CUSTO E TEMPO	286
5.2	OS SISTEMAS TÉCNICOS DE TRANSPORTE	298
5.3	A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO	318
5.4	A DIMENSÃO TERRITORIAL E MORFOLÓGICA	327
5.5	O ESPAÇO INTRA-URBANO DE PAU DOS FERROS: REBATIMENTOS DE UM CONTEXTO REGIONAL	336
5.5.1	A área central da cidade: espaço de concentração e convergência regional	339
5.5.2	Incremento e valorização do espaço: a difusão dos loteamentos habitacionais	345
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	364
	REFERÊNCIAS	374
	APÊNDICES	400
	ANEXOS	424

1 INTRODUÇÃO

No período atual, em que a mundialização da vida econômica e a globalização dos valores e práticas constituem um vetor importante de estabelecimento de fluxos de toda natureza, reconhece-se uma reestruturação das relações entre cidades.

(Maria Encarnação Beltrão SPOSITO, 2011, p. 126)

Desde a segunda metade do século passado, estamos vivenciando uma mudança qualitativa no processo geral da urbanização, que pode ser entendida pelas fortes transformações ocorridas em diversas escalas do urbano e da cidade, o que está ligado especialmente à revolução da informação, dos gostos e ao crescimento do consumo, rebatendo diretamente na produção destes espaços (SANTOS, 2005 [1993]; LIMONAD, 2008b; SILVA, 2014).

O meio técnico-científico-informacional (SANTOS 2008e [1994]; 2005 [1993]; 2004c [1996]), advindo da modernização recente no espaço, vem sendo difundido por todo lugar, inclusive nas periferias das grandes cidades, ou mesmo nas regiões mais afastadas dos aglomerados urbanos metropolitanos.

Com isso, observamos uma dissolução de grandes investimentos produtivos pelo território, de políticas públicas de Estado de diversas naturezas e, conseqüentemente, um aumento da população urbana, não apenas nas áreas mais desenvolvidas do território, onde se encontra a maioria das grandes cidades e centros metropolitanos. Desse modo, de acordo com Santos (2005 [1993], p. 138), “Estaríamos, agora, deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território”.

Mesmo que algumas áreas com características e/ou potencialidades para as atividades industriais tenham mais facilidade em absorver essas mudanças, outros setores da economia têm se mostrado indutores da urbanização de algumas áreas mais afastadas dos grandes centros. Portanto, as relações entre a urbanização e a organização do espaço vão das condições internacionais às locais, o que exige uma abordagem multiescalar desse fenômeno.

Sobre estas novas tendências da urbanização brasileira, os estudos em geografia, considerados sob a perspectiva da dinâmica urbana e regional, continuam privilegiando áreas onde estas mudanças dão-se de forma mais intensa nas grandes cidades, uma vez que tais espaços se mostram como reflexo latente destas transformações advindas da globalização da economia (HARVEY, 2009 [2004]).

Esse é um processo que possibilita o debate sobre a “desregionalização” do mundo, em função dos discursos da relativa homogeneização promovida pela mercantilização econômica e cultural, pois, de acordo com Haesbaert (2010a), o que se vê é a acentuação de movimentos regionais localizados, pelo próprio fato de que a globalização alimenta-se da diferenciação¹.

No Brasil, na rede urbana² onde se encontram as pequenas e médias cidades organizadas hierarquicamente distantes dos grandes centros urbanos, buscamos entender esse novo processo de urbanização que vem chegando nas regiões e nas cidades, ou melhor, apreender as cidades nas regiões, entre distintas escalas de análise que, segundo Limonad (2008b), também são reflexo de um processo intrinsecamente ligado à estruturação do território e que envolvem principalmente a distribuição espacial da população e das atividades econômicas de diversos setores.

Sobre este tema, acompanhamos o debate das desigualdades regionais, especialmente em áreas de menor dinâmica urbana e regional, que tendem a permanecer à margem dos fluxos econômicos principais e apresentam menores níveis de renda e bem-estar da população, medidos comumente pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e pelo Produto Interno Bruto (PIB)/Habitante.

Retrato disso são as várias políticas de desenvolvimento regional que ressurgiram em toda parte para mitigarem os efeitos negativos da globalização, como aquelas implementadas pelo Ministério da Integração Nacional (MIN, 2005), a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que propõe estratégias para amenizar as desigualdades no âmbito das microrregiões brasileiras.

A partir dessas políticas de desenvolvimento regional realizadas nas últimas décadas, é possível constatar novas heterogeneidades e desigualdades acentuadas

¹ Para exemplificar esse fenômeno, basta atentarmos para os recentes movimentos de migrantes refugiados oriundos da Síria e parte do Norte da África em direção a alguns países da Europa.

² Em um sistema urbano que compreende um conjunto de redes urbanas estruturadas e articuladas em escalas geográficas de diversas dimensões (SPOSITO, 2011), chamamos de rede urbana interiorizada o conjunto de cidades médias e pequenas que se encontram organizadas à margem dos grandes nós da rede urbana brasileira.

pela urbanização contemporânea, marcadas pelo acionamento do território por diversas forças produtivas, mediante as novas tecnologias, ferramentas, máquinas e toda uma infraestrutura providenciada pelo homem para extrair capital (LIMONAD, 2008b).

Desse modo, nossa pesquisa está inserida nesse contexto atual da urbanização brasileira, que está integrada no território a partir de sua estruturação, proporcionando o aparecimento de fenômenos urbanos, como a periurbanização, centralização e segregação urbana, pouco comuns em algumas escalas geográficas de cidade. Entendemos, assim, essa nova realidade urbano-regional, que representa as mudanças recentes vistas no território brasileiro e que extrapola o contexto metropolitano, se apresentando também em cidades menores, devido à intensidade cada vez maior da mobilidade espacial da população e da dispersão urbana nessa escala geográfica (OJIMA; MARANDOLA JR., 2012).

A leitura de uma unidade espacial polarizada e comandada por uma cidade que exerce influência sob uma grande área constituída por várias outras cidades menores seria um reflexo dessa nova fase da urbanização, tendo suas lógicas integradas através do aumento dos fluxos de pessoas, mercadorias, insumos e informação de forma centrípeta no território (SANTOS, 2005 [1993]).

A complexidade dos fenômenos que operam em seu interior ampliado as insere em um conjunto de denominações (cidades-região³, megacidades, aglomerados urbano-regionais) que se expandem pelo território nacional em diversas escalas e como resultado de um conjunto de transformações espaciais contemporâneas e que nos remeteremos neste trabalho como uma dimensão urbano-regional (MOURA, 2009).

Esta dimensão que enxergamos é comandada pela cidade de Pau dos Ferros (RN), a qual representa, a nosso ver, algumas dessas transformações ocasionadas em áreas afastadas dos grandes centros urbanos do Nordeste brasileiro, e que têm ditado a organização do espaço dessa parcela do território.

³ Este foi um conceito que perseguimos ao longo da tese, o qual responde em grande parte as demandas da dimensão urbano-regional de espaços não metropolitanos, entretanto, pensamos que devemos avançar mais em sua discussão em autores como Soja (1993, 2000, 2010, 2013), Viard (1994), Geddes (1915, 1994); Sassen (1998); Klink (2001); Scott et. at. (2001ab); Lencioni (2006) e Arrais (2008), para melhor utilização no estudo da realidade brasileira.

1.1 A MOTIVAÇÃO E OS PASSOS FORMATIVOS

No decorrer do curso de doutorado em geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), pudemos trabalhar melhor os elementos motivadores para a proposição dessa pesquisa. Estes advêm desde o início de nossa formação na graduação em geografia até chegar à atuação como professor de uma instituição pública de ensino superior, em um *campus* localizado no semiárido do estado do Rio Grande do Norte.

Entendemos, nesse sentido, que estudar os aspectos urbanos e regionais do Alto Oeste Potiguar⁴ e, especialmente da região de Pau dos Ferros⁵, significa refletir sobre uma realidade muito próxima e concreta da nossa realidade de pesquisa, em que nos inserimos a partir do ingresso, no início do ano de 2007, no Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no *campus* avançado localizado na cidade de Pau dos Ferros.

Apesar de até então ter desenvolvido trabalhos na área de geografia urbana, tendo como foco os estudos intra-urbanos de grandes cidades, particularmente da cidade de Natal, onde ocorreu nossa graduação e mestrado em geografia na UFRN, encontramos em Pau dos Ferros uma nova perspectiva de pesquisa, resultado das novas tendências da urbanização nessa região.

Além disso, há o fato de que o Alto Oeste Potiguar é uma região pouco abordada em estudos da área, o que nos instigou a investigá-la. Nesse sentido, justificamos nosso interesse, também, a partir da constatação de que a maioria dos estudiosos do urbano desenvolveu trabalhos sobre grandes cidades e/ou regiões metropolitanas, embora Davidovich e Geiger (1961), Davidovich (1995) e Santos

⁴ Existem algumas regionalizações adotadas para definir o recorte espacial do Alto Oeste Potiguar, região onde se encontra a cidade de Pau dos Ferros. Temos a adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como os territórios rurais, que compreende 30 municípios (<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>); o do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste, do IICA (2006), com 36 municípios, entretanto, seguimos neste recorte a região que compreende as três microrregiões geográficas do IBGE (Pau dos Ferros, Serra de São Miguel e Umarizal), que contempla 37 municípios distribuídos em uma área de 5.265,577 km² (IBGE, 1990; 2011). A lista dos municípios que compõe a região do Alto Oeste Potiguar se encontra no apêndice 01.

⁵ Considerando o último estudo das Regiões de Influência da Cidades (REGIC), realizado em 2007 pelo IBGE (2008), apesar da cidade de Pau dos Ferros apresentar ligações, em pelo menos 1 item, com 45 cidades espalhadas pelos estados do Rio Grande do Norte (39), Paraíba (02) e Ceará (04), estamos considerando, e passaremos a chamar de região de Pau dos Ferros, os 24 municípios sob influência direta na hierarquia da cidade de Pau dos Ferros, conforme a matriz da rede urbana apresentada no estudo do IBGE (2008, p.41-42). Entretanto, em alguns momentos do texto utilizaremos a regionalização do Alto Oeste Potiguar na discussão e espacialização de alguns dados necessários para consecução de nossa tese.

(1979) já tivessem tratado das cidades de menores dimensões, fora das áreas metropolitanas.

Destarte, nos encontramos em uma realidade que nos aproximou desse objeto de estudo das cidades menores da rede urbana, porém, com novas possibilidades de trabalhar o urbano. Esta situação passou a nos impulsionar a entender o processo de urbanização brasileira recente, visualizando sua heterogeneidade no tempo e no espaço sobre cada parte do território nacional e, em particular, nessa região constituída por pequenas cidades com baixo número de habitantes, pouco dinamismo econômico e funcionalmente organizadas em um rede urbana, comandada também por um pequeno centro para os padrões brasileiros, Pau dos Ferros, embora este apresente uma centralidade urbana que vem se destacando no interior⁶ do Rio Grande do Norte (IBGE, 2008).

Visualizamos, com isso, outro objeto empírico; ficamos mais conhecedores do lugar com nossa chegada e, ao ingressar no doutorado, a partir do convívio com a professora Dra. Denise Elias e com os demais colegas que fazem parte do grupo de pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU)⁷, pudemos realizar novas leituras sobre esses espaços mais afastados dos grandes centros urbanos brasileiros.

Entre estas leituras, poderíamos destacar o aprofundamento sobre os estudos da reestruturação urbana e regional, acerca dos novos rumos da urbanização brasileira, e da dispersão desse processo pelo território, o que nos permitiu ascender novas perspectivas para estudar o fenômeno urbano em cidades menores do território. Entre estas, poderíamos destacar os estudos sobre a região Oeste do Rio Grande do Norte, objeto de alguns trabalhos de membros do GLOBAU, especialmente, a porção do território comandada pela cidade de Mossoró⁸, que aparece ainda como uma fonte de várias possibilidades de investigação.

⁶ Para um melhor entendimento do que seria o termo “interior”, buscamos um dos mais conhecidos dicionários da língua portuguesa (Aurélio), o qual define: “Em um país litorâneo, a região costa a dentro. Toda a região de um estado, com exclusão da sua capital” (FERREIRA, 2004, p.?). Assim, a noção da expressão interior de uma região perpassa o discurso comumente praticado pelo poder público, em suas diversas dimensões, quando define o interior como aquela área diferente da capital e, dependendo do caso, de sua região metropolitana. Temos também a visão fisiográfica, em que o interior seria basicamente as áreas que não se encontram no litoral.

⁷ Coordenado pela professora Denise Elias (UECE) e registrado no CNPq em 1999.

⁸ Sobre o assunto, ver os trabalhos de Gomes (2007), Elias e Pequeno (2010), Santos (2010), Romcy (2011), Couto (2011) e Queiroz (2012).

Pau dos Ferros está na mesma mesorregião geográfica de Mossoró (IBGE, 1990)⁹, contudo, é uma cidade pouco abordada por estudiosos da dinâmica urbano-regional, embora desempenhe um significado bastante atípico a cidades deste porte, localizadas em uma parcela do semiárido nordestino, e em áreas não contempladas por grandes atividades econômicas (ARAÚJO, 2014).

Mesmo assim, a cidade de Pau dos Ferros exerce uma influência¹⁰ na região Oeste do Rio Grande do Norte, devido ao número de relações diretas e indiretas que desempenha com mais de 45 municípios do estado e áreas limites da Paraíba e do Ceará (IBGE, 2008), emergindo, nas últimas décadas, como uma cidade importante na rede urbana potiguar, o que vem nos chamando a atenção há algum tempo, antes mesmo de realizar essa pesquisa.

A nossa preferência analítica pelos estudos urbano-regionais se justifica pela constatação que motivou esta pesquisa, a saber, a existência de um processo recente de urbanização na região com o crescimento econômico e urbano concentrado na cidade de Pau dos Ferros, fomentado, a nosso ver, pelo consumo de bens e serviços básicos e/ou específicos por parte da população regional nesta cidade.

Somamos ainda à motivação para a realização desta pesquisa, a tentativa de contribuir com propostas que possam auxiliar na implementação de políticas que beneficiem a sociedade envolvida na pesquisa, o que acompanha o interesse particular e profissional instigado pelas últimas leituras e visitas às cidades da região. Aliado a isso, buscamos, ainda, a construção e implementação de uma agenda de pesquisa que extravase o período de realização deste trabalho, e que contemple toda

⁹ A mesorregião Oeste Potiguar possui 62 municípios distribuídos em 07 microrregiões: a) *Chapada do Apodi* (Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado); b) *Médio Oeste* (Campo Grande, Janduís, Messias Targino, Paraú, Triunfo Potiguar e Ipanema); c) *Mossoró* (Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel e Tibau); d) *Pau dos Ferros* (Alexandria, Francisco Dantas, Itaú, José da Penha, Marcelino Vieira, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste, Severiano Melo, Taboleiro Grande, Tenente Ananias e Viçosa); e) *Serra de São Miguel* (Água Nova, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Luís Gomes, Major Sales, Riacho de Santana, São Miguel e Venha-Ver); f) *Umarizal* (Almino Afonso, Antônio Martins, Frutuoso Gomes, João Dias, Lucrécia, Martins, Olho-d'Água do Borges, Patu, Rafael Godeiro, Serrinha dos Pintos e Umarizal); g) *Vale do Açu* (Assú, Jucurutu, Ipanguaçu, Pendências, Alto do Rodrigues, Carnaubais, São Rafael, Itajá e Porto do Mangue) (BGE, 1990).

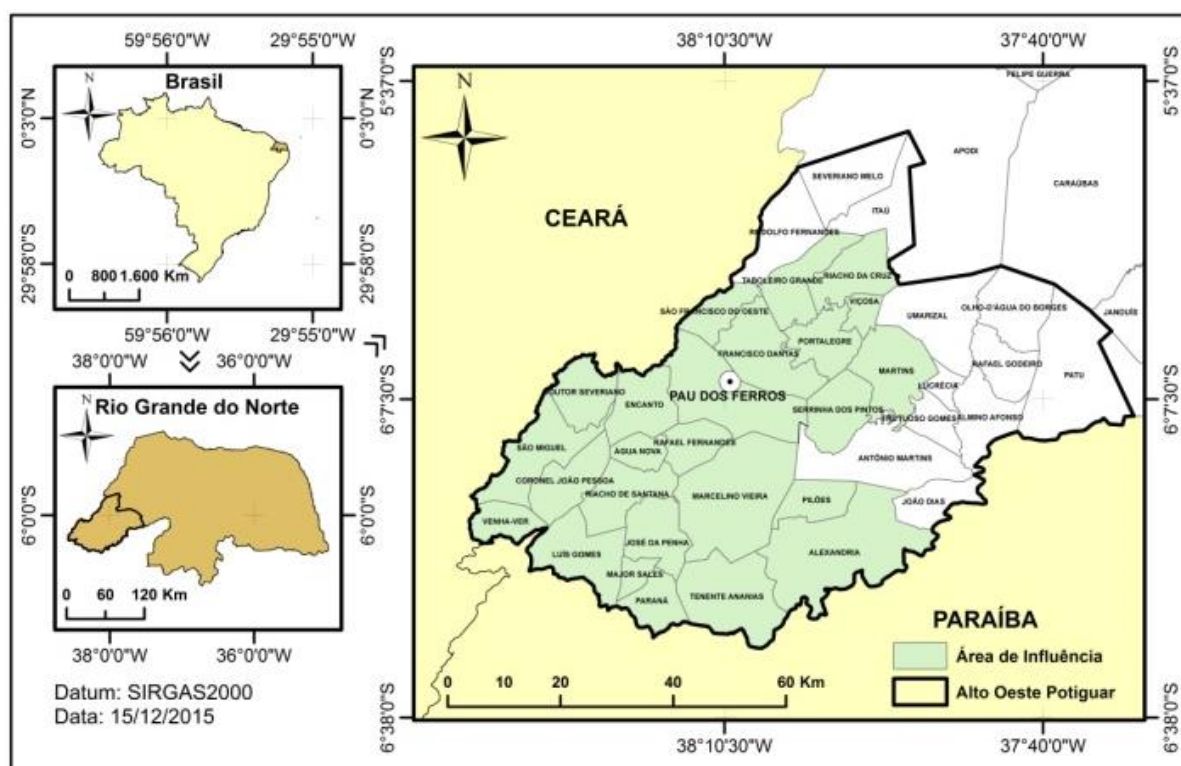
¹⁰ Estamos considerando como centro de influência o recorte estabelecido pelo último estudo da REGIC (IBGE, 2008) que observou as áreas de influência dos centros delineados a partir da intensidade das ligações entre as cidades. Este estudo levou em consideração os dados secundários e os obtidos por questionário específico, especialmente em termos demográficos e econômicos, necessários para identificação da intensidade das centralidades nas regiões e os níveis hierárquicos na rede urbana (Ibid.)

uma região que abriga novas estruturas sociais e econômicas que precisam ser investigadas do ponto de vista acadêmico-científico no qual nos inserimos.

1.2 O RECORTE ESPACIAL, OS OBJETIVOS E A TESE

Esta problemática da urbanização contemporânea carrega um conteúdo presente no debate acerca da globalização e das desigualdades regionais no contexto do Rio Grande do Norte, e a cidade de Pau dos Ferros e sua região (Mapa 01) surgem como a área investigada, a qual se configura como parte de uma rede urbana interiorizada presente no Nordeste brasileiro, e que sugere a formação de uma cidade e sua região por uma dimensão territorial que partimos deste recorte.

Mapa 01 – Pau dos Ferros (RN): localização da região de influência no Alto Oeste Potiguar



Fonte: REGIC - 2007 (IBGE, 2008). Organização de Josué A. Bezerra e elaboração cartográfica de Samwel Sennen, dez., 2015.

Sobre essa parcela da rede urbana nordestina, a qual chamamos de interiorizada (CANO, 1989; CLEMENTINO, 1990; SIMÕES; AMARAL, 2011), que

pode ser vista a partir dos estudos da REGIC¹¹ (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008), percebemos que, com o processo de urbanização tardio e disperso geograficamente, desencadeado na segunda metade do século passado, configurou-se na região uma rede urbana concentrada e encabeçada pelas metrópoles e grandes cidades localizadas no litoral, enquanto no interior do território, ficaram as cidades menores, algumas poucas cidades médias e inúmeras cidades pequenas, estas criadas em grande parte mediante a fragilidade da legislação vigente¹², que permitiu a emancipação política de muitos municípios da região.

Esta porção do território potiguar, onde se encontra a cidade de Pau dos Ferros, está localizada no Sudoeste do Rio Grande do Norte, limitando-se ao Norte com a chapada do Apodi¹³, a Oeste com o estado do Ceará e ao Sul e parte do Leste com a Paraíba. Entre as cidades que compõem a região, Pau dos Ferros é a que possui a maior centralidade urbana (IBGE, 2008), assumindo a função de centro comercial, financeiro e de serviços.

Pau dos Ferros é marcada por uma produção socioespacial que apresenta reflexos de períodos passados, configurados por uma região estagnada economicamente (BARRETO, 1987). Contudo, mais recentemente, identificamos uma estrutura socioeconômica e capital social¹⁴ caracterizados em sua região pela presença de uma rede urbana compreendida por centros pequenos, inseridos no contexto de um comércio varejista e na oferta de serviços especializados, principalmente na área da educação e da saúde, centralizados na cidade de Pau dos Ferros.

¹¹ O estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC), desenvolvido pelo IBGE, encontra-se em sua quarta edição. Nesta última edição, são apresentados fluxos entre cidades brasileiras, a hierarquia entre os centros e as dimensões de abrangência de sua polarização. O primeiro estudo foi realizado no ano de 1966 (IBGE, 1972), o segundo, em 1978 (IBGE, 1987), o terceiro, aplicado em 1993 (IBGE, 2000), e a pesquisa mais recente, no final de 2007 (IBGE, 2008). Discorreremos melhor sobre estes estudos no capítulo 2 da Tese.

¹² Segundo Soares (2006), com a Constituição de 1988, o papel de legislar sobre a regulação das emancipações coube à esfera estadual, através de leis complementares, o que possibilitou o surgimento de inúmeras cidades. Entretanto, antes disso, Gomes (1998) complementa que, a partir da constituição de 1824, com a divisão do território brasileiro em províncias, estas poderiam ser subdivididas em municípios, e com as constituições seguintes, foram criados municípios que não atendiam a critérios como o populacional e o de dimensão territorial.

¹³ A chapada do Apodi é uma formação rochosa localizada na divisa entre os estados do Rio Grande do Norte e o Ceará, que é reconhecida pelo IBGE (1990) como microrregião geográfica constitutiva no lado potiguar pelos municípios de Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado, e no lado cearense alguns municípios do Baixo Jaguaribe: Alto Santo, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte.

¹⁴ Refere-se às redes permanentes e próximas de um grupo que asseguram aos seus membros um conjunto de recursos atuais e potenciais (BOURDIEU, 1998).

A centralidade urbana exercida por Pau dos Ferros está relacionada à sua disposição espacial de comando de uma região composta por vários pequenos municípios com pouca diversidade econômica e baixo número de habitantes (IBGE, 2011), característica comum de sua área de influência¹⁵.

Portanto, definimos como ponto de partida o estudo da REGIC - 2007 (IBGE, 2008), em que nos apoiamos para identificarmos a área de influência de uma cidade e chegarmos a delimitação territorial mais próxima de sua configuração.

Nesse contexto, sobre a realidade potiguar, observamos um distanciamento do poder público e do capital privado de regiões historicamente menos desenvolvidas e mais afastadas destas áreas, localizadas no extremo semiárido nordestino, como é o caso da região de Pau dos Ferros.

Isso se dá em função da (re)produção do poder nas últimas décadas do século XX, caracterizado pelo revezamento e perpetuação no governo de poucos grupos políticos originados na capital em outras poucas regiões, bem como devido à concentração das atividades econômicas mais importantes do Rio Grande do Norte voltarem-se aos territórios mais afastados da região em estudo, a listar: o agronegócio da fruticultura no Vale do Açu e na região de Mossoró, a extração de petróleo e gás natural, como a extração de sal marinho também nos municípios polarizados por Mossoró¹⁶, e o terciário mais desenvolvido, bem como a concentração das principais indústrias do estado localizadas na Grande Natal.

Mesmo com esse panorama, no último estudo do IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC - 2007), Pau dos Ferros foi classificada como centro sub-regional A, o que nos chamou atenção pelo fato também de que este tipo de centro desempenha uma importante função intermediária na rede urbana, com uma

¹⁵ Definimos este recorte espacial a partir do estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) em 2007, do IBGE, (2008), o qual apresenta a região polarizada pela cidade de Pau dos Ferros e compreendida por mais 24 municípios localizados na porção Oeste do Rio Grande do Norte, por responder, de maneira mais próxima, à realidade regional que estudamos. Os municípios que fazem parte da Região de Pau dos Ferros são: Água Nova (RN), Alexandria (RN), Coronel João Pessoa (RN), Doutor Severiano (RN), Encanto (RN), Francisco Dantas (RN), José da Penha (RN), Luís Gomes (RN), Major Sales (RN), Marcelino Vieira (RN), Martins (RN), Paraná (RN), Pau dos Ferros (RN), Portalegre (RN), Pilões (RN), Rafael Fernandes (RN), Riacho da Cruz (RN), Riacho de Santana (RN), São Francisco do Oeste (RN), São Miguel (RN), Serrinha dos Pintos (RN), Taboleiro Grande (RN), Tenente Ananias (RN), Venha-Ver (RN) e Viçosa (RN).

¹⁶ Dentre alguns dos trabalhos realizados sobre a Região de Mossoró, destacamos o de Elias e Pequeno (2010).

centralidade de característica semelhante às áreas mais adensadas de ocupação do interior nordestino (IBGE, 2008)¹⁷.

Esta porção Sudoeste do estado, onde se encontra o Alto Oeste Potiguar, é caracterizada pela ocorrência cíclica da seca, pela história econômica ligada à agropecuária e por uma população em constante migração, devido às precárias condições de vida predominantes nas cidades pequenas existentes. Esse conjunto de fatores condiciona a formação de um sistema urbano convergente para a cidade de Pau dos Ferros, apresentando-se como um importante centro que recebe a população das zonas rural e urbana de toda região.

Segundo o último Censo Demográfico do IBGE (2010), Pau dos Ferros possui uma população total de 27.745 habitantes, destes, 92,03% é considerada urbana. Seu tamanho é bastante pequeno se comparado às duas maiores cidades do Rio Grande do Norte – quase 29 vezes menor que Natal e menos de 11% do tamanho de Mossoró (IBGE, 2011).

Os demais municípios que compõem a sua região de influência são demográfica e espacialmente menores: a maioria possui entre 2 mil a 9 mil habitantes. O total de habitantes da região de influência de Pau dos Ferros é de 174.019 habitantes, sendo 65,3% vivendo na zona urbana (Ibid.).

Quando nos remetemos à região, observamos uma ligação histórica de formação vinculada às atividades agropastoris, as quais transformaram este espaço em produtor de itens primários da economia (BARRETO, 1987). Contudo, as transformações ocorridas na estrutura produtiva do Rio Grande do Norte – com a decadência de atividades tradicionais como o cultivo do algodão, a extração da *scheelita* e a difusão, por exemplo, das atividades ligadas à extração de petróleo, bem como da atividade turística – não privilegiaram todos os espaços, trazendo, por conseguinte, várias implicações na divisão territorial do trabalho, que envolve um

¹⁷ Segundo a REGIC - 2007 (IBGE, 2008), no item que trata da metodologia utilizada no estudo, as cidades foram classificadas em cinco grandes níveis, por sua vez, subdivididos em dois ou três subníveis. A classificação referente aos centros sub-regionais compreende 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. E os de categoria A possuem em média 95 mil habitantes e 112 relacionamentos; embora cada um destes centros possua sua região de influência definida pelo estudo. Pau dos Ferros se encontra em dois eixos principais de influência: um comandado pela metrópole de Fortaleza e outro pela metrópole Recife. Ambos passando pela capital regional A, a cidade de Natal.

projeto de produção mundial, nacional, regional e local (ARAÚJO, 2000, 2014; FELIPE, 2010).

Pau dos Ferros constitui-se numa expressão concreta desse processo desigual, uma vez que, por um lado, em sua região, não se desenvolveram novas atividades que lhe garantissem sustentação econômica para os pequenos municípios, porém, por outro, verificamos uma ascensão na centralidade urbana de Pau dos Ferros, relacionada à difusão das atividades comerciais e de prestação de serviço.

O reflexo desse crescimento pode ser visto em alguns índices significativos de desenvolvimento socioeconômico, em comparação com outros municípios do Rio Grande do Norte: município com a 5ª maior renda média (FGV, 2013) e a 6ª melhor cidade¹⁸, em qualidade de vida, do estado (FIRJAN, 2012). Porém, no último ranking do IDH-M divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), Pau dos Ferros apareceu em 10º lugar (0,678) no estado, com um Desenvolvimento Humano considerado médio.

E este quadro socioespacial apresentado, caracterizado por uma porção do território constituído por pequenos municípios interligados, é um aspecto tênue da intensificação do processo de urbanização na região. Desse modo, nos pareceu ser este fenômeno um aspecto relevante a ser investigado, pois, no caso, também atinge áreas circunvizinhas do território potiguar, o que sinaliza para a organização de uma cidade dispersa espacialmente. Este tipo de dispersão, segundo Reis Filho (2006), é caracterizada pela expansão de núcleos habitacionais em áreas antes rurais, pelo crescimento do seu perímetro urbano e pela migração de parte da classe média para áreas periféricas. Mesmo que os estudos do autor supracitado estejam voltados para o caso de São Paulo, tem-se tornado cada vez mais evidente este fenômeno em cidades menores como Pau dos Ferros.

Assim sendo, a cidade seria o resultado da urbanização que, para Santos (2008c [1988]), constituiria seu fato concreto, ou seja, são seus produtos que possuem conteúdos, formas e funções que se diferenciam no tempo e no espaço (SANTOS, 2008b [1981]). É por isso que a apreensão das dinâmicas de uma cidade também exige a periodização da análise, e que esse fenômeno tem atingido de forma mais acentuada a região, nos primeiros anos do século XXI.

¹⁸ Na variável renda, os municípios mais bem colocados foram: Natal, Parnamirim, Mossoró e Caicó. E, segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), os municípios que antecederam Pau dos Ferros em qualidade de vida foram: Natal, Parnamirim, Mossoró, Jardim do Seridó e Guamaré.

Com o processo de urbanização mais disperso pelo território, destacamos o fato da cidade de Pau dos Ferros ter apresentado mudanças na dinâmica urbana refletida por sua situação geográfica¹⁹ na região, caracterizada pela presença de um comércio mais estruturado e a prestação de serviços especializados, comuns em um centro regional de caráter terciário (ROCHEFORT, 1998), o que contribuiu para que a cidade se destacasse como um importante nó da rede urbana dessa porção do território nordestino.

Por conseguinte, nossa pesquisa partiu da hipótese conceitual da urbanização, enquanto processo que integra a estruturação espacial da sociedade, mas que, diante das novas exigências e conjunturas visualizadas nas últimas décadas em diferentes níveis e escalas do território, novos fenômenos urbano-regionais exclusivos da metrópoles estão cada vez mais presentes nos espaços compreendidos pelas cidades menores do interior (MOURA, 2009). Deste modo, nestes espaços, há uma ampliação dos meios de mobilidade que não necessariamente passam pela articulação da metrópole (JARDIM, 2011), e que vêm possibilitando grande mudanças na estruturação das redes urbanas (SPOSITO, 2011).

Destarte, partimos da leitura de que a urbanização e, conseqüentemente, o sistema de cidades na região, não segue um único padrão em toda parte e escala. A diversidade e heterogeneidade deste fenômeno possibilita enxergar em Pau dos Ferros e região o resultado deste processo de maneira particular, o que fomenta a consecução de nossa tese.

Sua sustentação parte da defesa de que a cidade de Pau dos Ferros polariza um conjunto de cidades pequenas que estão funcionalmente articuladas a partir da estruturação espacial deste centro mais importante, configurando-se, deste modo, como ponto de convergência da população regional. Esta configuração faz parte do que chamamos de rede urbana interiorizada, em que a disposição geográfica das cidades muito próximas a Pau dos Ferros faz com que esta apresente uma dinâmica socioespacial particular, a qual integra as cidades a partir de relações entre o urbano e o regional.

¹⁹ Segundo Sposito (2011, p. 135), "O conceito de situação geográfica adotado largamente pela Geografia francesa já pressupõe o movimento, dado o caráter relacional do espaço que ele procura revelar, uma vez que cada localidade é vista, a partir desse conceito de outras localidades que ensejam suas possibilidades de integração." Outros estudos que utilizamos sobre o conceito de situação geográfica podem ser vistos em Silveira (1999) e Cataia e Ribeiro (2015).

A produção do espaço urbano-regional em Pau dos Ferros foi adquirida nos últimos anos, a partir da distância reduzida e da eficiência do sistema técnico de transporte entre as pequenas cidades, o que favorece a comutação diária de pessoas em direção ao núcleo urbano principal.

Para isso, procuramos entender a formação socioespacial (SANTOS, 2008a [1978]; 2004b [1996]) de Pau dos Ferros, traçando a relação dos agentes econômicos, políticos e sociais responsáveis por sua organização espacial (CORRÊA, 2003a [1986]). E objetivamos analisar as dinâmicas socioespaciais, as funções e os fluxos que definem o papel urbano-regional de Pau dos Ferros, rediscutindo o processo de urbanização recente da região.

Nesse ensejo, buscamos também levantar os objetos geográficos (SANTOS, 2004b [1996]) instalados, especialmente em Pau dos Ferros, estes ligados aos setores do comércio e serviços, maiores responsáveis por sua centralidade urbana (IBGE, 2008). Para isso, foi importante identificar a tipologia da cidade de Pau dos Ferros nos principais estudos da rede urbana²⁰, identificando os principais agentes sociais e econômicos inerentes ao dinamismo da cidade e sua região (estruturação).

Estes estudos, juntamente com nosso levantamento de dados primários, nos ajudaram a evidenciar as interações entre as cidades que compõem a região em seus fluxos econômicos (comércio e serviços) e demográficos (migração pendular) que levam à constituição da cidade e região de Pau dos Ferros.

Foram muitos os desafios para a consecução desta tese, tais como a dúvida sobre qual recorte regional utilizar como ponto de partida para se chegar à dimensão territorial da região de Pau dos Ferros. Inicialmente, pensamos em utilizar a regionalização do IBGE (1990), das microrregiões geográficas, contudo, logo percebemos que esse recorte não contemplaria alguns municípios que exerciam muitas relações com Pau dos Ferros, como o Encanto, localizado a 11km, que pertence à microrregião de São Miguel (GOOGLE EARTH, 2015).

Logo em seguida, vimos a possibilidade de trabalhar com a regionalização do Alto Oeste Potiguar, que contempla um número maior de municípios, porém, esbarramos em outro problema: a dificuldade em realizar comparações com outros

²⁰ Consideramos a Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira: configurações atuais e tendências da rede urbana (IPEA, 2001); o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, do Ministério do Planejamento (MP, 2008), a Tipologia das Cidades Brasileiras, elaborado pelo grupo do Observatório das Metrópoles (FERNANDES, BITOUN, ARAÚJO, 2009) e, principalmente, as séries do da REGIC do IBGE (1972, 1987, 2000, 2008).

recortes de cidades e regiões análogas a Pau dos Ferros, e seguir, inclusive, uma orientação proposta em nosso exame de qualificação.

Deste modo, pensamos em adotar o estudo da REGIC, em sua última edição (IBGE, 2008), para selecionar as cidades que apresentassem a mesma centralidade urbana de Pau dos Ferros que está associada à área de influência da cidade principal.

O percurso de nossa pesquisa seguiu esse caminho até nos depararmos com os elementos estruturadores do espaço de Pau dos Ferros e com os processos urbanos e regionais que possibilitaram a inclusão de outros municípios na área de abrangência da região, estes não contemplados no raio de influência direta da REGIC de Pau dos Ferros. Alguns destes municípios estão localizados na divisa com os estados vizinhos do Ceará e Paraíba, o que dificultou um pouco o trabalho de espacialização dos dados oficiais, e foi conferido em nosso trabalho de campo.

Posteriormente, foi preciso pensar em critérios que atendessem às demandas e características que melhor elencassem sua dimensão territorial em Pau dos Ferros, na qual identificamos: (i) o recorte da área de influência da cidade de Pau dos Ferros, a partir do último estudo da REGIC (IBGE, 2008); (ii) a distância entre as sedes municipais, adotando um limite máximo de até 100 km das cidades de centralidade inferior a Pau dos Ferros (LLOP TORNÉ; BELLET SANFELIU, 2000; IBGE, 2008); (iii) consideramos o principal sistema técnico de transporte disponível na região (SANTOS, 2004b [1996]), o carro de linha, responsável pela mobilidade espacial da população entre as cidades da região em um fluxo diário em direção a Pau dos Ferros (JARDIM, 2011). Deste modo, no final da tese, chegamos à dimensão territorial da região de Pau dos Ferros, compreendida por um conjunto de 35 cidades distribuídas pelos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba.

1.3 ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O percurso metodológico de nossa pesquisa esteve muito próximo da leitura dialética do espaço, que pressupõe a investigação dos objetos não apenas fixos, mas em movimento, que se encontram em constante processo de transformação. A trajetória metodológica exigiu um mergulho nas obras de Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa a fim de estabelecer alguns parâmetros de análise compatíveis com os objetivos de nosso trabalho. As noções e conceitos trabalhados por estes dois autores

foram fundamentais para a leitura e descoberta da orientação metodológica no estudo dos processos inerentes à urbanização e à rede urbana.

As noções e conceitos selecionados para nosso trabalho perfazem a construção do que seria nossa teoria e, por conseguinte, remeteria ao nosso método que compreende um conjunto de proposições para o estudo de uma realidade inserida em uma dimensão específica do espaço geográfico (SANTOS, 2004b [1996]). A interpretação dessa dimensão está inerente a este importante conceito da geografia, enquanto um sistema de objetos e ações, em que fixos e fluxos coexistem em diversas dimensões, escalas e temporalidades (Ibid.). Nosso trabalho integra as dimensões do campo e da cidade, e a sociedade e o território como pares dialéticos na apreensão da rede urbana, como conexão entre os lugares (CORRÊA, 2006a) e da configuração urbano-regional de Pau dos Ferros.

As inquietações que surgiram ao longo da construção metodológica de nosso trabalho geravam idas e voltas em nosso planejamento, a maioria ocasionadas por novas descobertas teóricas e empíricas de nosso objeto. E, para oferecer sentido à ideia da conformação da região de Pau dos Ferros, não poupamos esforços no levantamento de estudos que versassem sobre o tema, bem como de um exaustivo trabalho de levantamento de dados em instituições e órgãos, seja em bancos digitais, como também em repartições ou entidades representativas sediadas em Pau dos Ferros e região.

Os objetos geográficos²¹ (SANTOS, 2004b [1996]), em nosso trabalho, foram vistos não de forma isolada, mas interligada em múltiplas escalas de análise, um todo unido e coerente com nosso referencial teórico-metodológico, embora ocorressem mudanças e inserções em nosso recorte, variáveis e temporalidades de nosso objeto, mediante novas informações que vinham surgindo no decorrer da pesquisa. Assim, mesmo com o término da tese, novas inquietações foram brotando, mas o tempo do curso não permitia mais persegui-las. Era preciso pôr fim a essa etapa da pesquisa.

Sobre esse momento do trabalho, Marconi e Lakatos (2003 [1985]) colocam que a pesquisa dialética tem essa característica, sinalizando para o não esgotamento do conhecimento, sempre no conflito de que de cada tese surgiria uma antítese, pois o fim de um processo é sempre o começo de outro.

²¹ Segundo Santos (2004b [1996]), os objetos geográficos são elementos que constituem a forma-conteúdo pelos quais a sociedade ordena o espaço. Estes objetos geográficos, que podem ser naturais e artificiais, têm no espaço urbano o ambiente de sua plena realização (Ibid.).

Isso posto, nossa pesquisa seguiu as orientações metodológicas de caráter quali-quantitativo (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002), em que nos foi exigida uma imersão no contexto de interpretação do objeto de pesquisa. Este procedimento possibilitou a associação dos dados estatísticos de instituições oficiais e o aprofundamento das produções bibliográficas sobre o tema, com a observação e medição da realidade socioespacial da região, por meio de visitas, entrevistas e aplicações de questionários em amostras representativas, que demonstram resultados condizentes com a realidade de cada espaço visitado (TRIVIÑOS, 1987).

Dessa forma, foi possível enxergar, de forma mais clara, os rebatimentos da urbanização junto à dinâmica urbano-regional de Pau dos Ferros, de forma que a pesquisa de campo e a aplicação de questionários, aliado aos dados secundários coletados, possibilitaram uma melhor leitura do nosso objeto. Sobre esse método de pesquisa, Goldenberg (1997, p. 62) coloca que a análise quali-quantitativa possibilita que o “[...] pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de uma situação particular”.

A análise dos dados coletados ocorreu mediante o recorte teórico e as categorias escolhidas para nossa pesquisa, o que resultou na identificação de novos elementos que a estatística das instituições muitas vezes não mostrava. Como, por exemplo, a descoberta de outros municípios fora da área de influência da cidade de Pau dos Ferros (IBGE, 2008)²².

Para tanto, nossa pesquisa traçou a compreensão da rede urbana e demais aspectos constitutivos para a formação da região em que a cidade de Pau dos Ferros está inserida, relacionando-a especialmente aos fluxos voltados ao comércio e serviços, bem como à estruturação espacial concentrada em seu núcleo urbano principal – a cidade de Pau dos Ferros. Os deslocamentos diários e os fatores constitutivos deste movimento, como a atração da população regional para o trabalho e o estudo, bem como para o consumo de produtos e serviços especializados em Pau dos Ferros, foram considerados na leitura do nosso objeto, e se apresentam como elementos de sustentação de nossa tese.

²² Apesar do estudo da REGIC (IBGE, 2008) seguir rigorosos critérios metodológicos para leitura das redes de cidades no território brasileiro, desenhando as redes e traçando as centralidades das cidades, a pesquisa já está completando 10 anos de realização, bem como praticamente não foram realizados trabalhos de campo nas regiões sob influência das cidades.

Para efetuarmos uma leitura multiescalar em cidades que apresentam as mesmas características estruturais e econômicas na rede urbana nordestina, adotamos o estudo da REGIC (IBGE, 2008) como ponto de partida para a leitura da região de Pau dos Ferros, a partir da qual chegamos à sua organização urbano-regional.

Eis a circunscrição geográfica de nossa pesquisa, a qual nos permitiu uma análise do contexto da urbanização em áreas não metropolitanas, inseridas no interior nordestino, e a comparação com outros espaços que apresentam as mesmas características de centralidade e tipificação que Pau dos Ferros.

Quanto à nossa abordagem temporal do objeto, foi preciso considerar a amplitude da formação socioespacial de Pau dos Ferros (SANTOS, 2008a [1978]; 2004b [1996]), como uma espécie de pano de fundo do trabalho, que envolve a ocupação e constituição das cidades que compõem o processo de fragmentação territorial ocorrido ao longo do último século. A criação de inúmeras cidades na região foi um acontecimento que remete ao momento histórico para entender o que estávamos estudando, quando Pau dos Ferros passou a adquirir elementos que a caracterizassem como um aglomerado urbano-regional. Para nós, esse limite temporal se deu a partir dos primeiros anos do século XXI até o ano de 2015, compreendendo este o recorte temporal de investigação.

Na busca da operacionalização da pesquisa, selecionamos algumas questões que surgiram ao longo da pesquisa. Estas questões foram sendo respondidas obedecendo um importante caminho metodológico que escolhemos para chegarmos ao resultado desta tese, que pontuadas desde a construção do projeto, estão associadas a estrutura final do texto, e que podem ser observadas a seguir:

- Como se deu a formação socioespacial da região de Pau dos Ferros?
- Como evoluiu, nas últimas décadas, a taxa de urbanização das cidades em relação ao espaço regional e estadual?
- Que fatores condicionaram Pau dos Ferros como a cidade mais importante na região, a partir da concentração de investimentos, tecnologias, capitais, bens, serviços e pessoas?
- Qual a posição da cidade de Pau dos Ferros nas regionalizações oficiais do estado do Rio Grande do Norte?

- Diante das várias tipologias de cidades elaboradas, em que classificação fica a cidade de Pau dos Ferros nos estudos da área?
- A partir dos parâmetros socioeconômicos e espaciais da pesquisa, qual a real região de influência da cidade de Pau dos Ferros?
- O que contribui para o estreitamento das articulações entre a cidade de Pau dos Ferros e os demais municípios da região?
- Qual a natureza das relações entre as cidades da região, ou seja, trata-se de uma relação caracterizada por complementaridade de funções entre os centros urbanos ou marcada por relações de dependência e de polarização com a cidade de Pau dos Ferros?
- Como se observa o desenvolvimento dos setores de atividade, principalmente o terciário, nos municípios que fazem parte da região de Pau dos Ferros?
- Quais os tipos de fluxos (de origem e destino) e os meios de transporte de mercadorias, de abastecimento e de população na região?
- Que necessidades de demanda de consumo de bens e serviços a população das cidades da região busca em Pau dos Ferros e em outras cidades fora da região?
- Como se dá a dinâmica populacional na região, relacionada principalmente aos processos de migração pendular, permanente, ascendente e descendente?
- Como a modalidade de movimento pendular na região pode contribuir para revelar o alcance das novas formas espaciais urbanas, cada vez menos definidas e precisas?
- Que novas dinâmicas são possíveis de identificar na economia urbana das cidades da região e, principalmente, no espaço intra-urbano de Pau dos Ferros?
- Quais são as mudanças mais significativas na forma de uso e ocupação do espaço urbano de Pau dos Ferros?
- Qual o papel socioespacial desempenhado por Pau dos Ferros como espaço periférico à cidade de Mossoró?
- Que relação tem os novos equipamentos urbanos instalados na cidade de Pau dos Ferros para a organização espacial da região?
- Qual a origem da mão de obra especializada ligada à educação (técnica e superior) e à saúde que migra para a cidade de Pau dos Ferros?

- Quais as novas relações campo-cidade possíveis de observar na região, a partir das mudanças na estrutura urbana na cidade de Pau dos Ferros?
- É possível encontrar em Pau dos Ferros, áreas de desigualdades promovidas ou intensificadas pela nova organização socioespacial da região?

Ao estudar as possibilidades de melhor organizar a metodologia de uma pesquisa científica, adotamos o modelo denominado de matriz metodológica, este desenvolvido pelos professores Denise Elias (UECE) e Renato Pequeno (UFC), coordenadores do GLOBAU. Tal recurso vem sendo largamente utilizado pelos membros do grupo para o desenvolvimento de suas respectivas pesquisas, desde o início dos anos 2000, e tem o objetivo principal de melhor organizar os temas que devem estar atrelados aos seus respectivos processos, agentes, variáveis, indicadores e fontes de comprovação da pesquisa científica²³. Para isso, listamos, a seguir, a concepção teórica da matriz metodológica, apresentando os temas, processos, variáveis, indicadores e fontes de comprovação, bem como os recursos utilizados para elaboração dos produtos resultantes da pesquisa.

1.3.1 Matriz metodológica

Nossa pesquisa está assentada na discussão de importantes temas da geografia urbana e regional que estão identificados em nossa matriz metodológica, os quais serviram como escopo no reconhecimento dos aspectos das dinâmicas de estruturação urbano-regional de Pau dos Ferros.

Apoiados nos temas e processos contemplados em nossa matriz, foi possível apreender a definição estrutural e funcional que faz Pau dos Ferros ganhar dimensões urbano-regional a partir de um conjunto de fatores herdados por sua gênese, enquanto pano de fundo de novos movimentos nessa unidade espacial que promoveram mudanças crescentes em sua área de influência, bem como no espaço interno da cidade.

Utilizamos o recurso da matriz metodológica como instrumento de ação no decorrer de toda pesquisa, realizando, quando necessário, as devidas atualizações e ajustes, conforme avançamos nas descobertas em nosso objeto, apoiados nos temas

²³ Nossa matriz metodológica poderá ser visualizada no apêndice 02 deste trabalho.

e processos que foram imprescindíveis para compreensão da configuração do espaço de Pau dos Ferros.

As categorias pensadas estão baseadas nos objetivos de nosso trabalho apontam os itens constitutivos de nossa matriz como os (macro)temas e processos, os indicadores e as fontes de consulta, como caminhos metodológicos para construção de nosso banco de dados. Desse modo, nossa matriz foi organizada levando em consideração 02 temas principais: a *Urbanização Contemporânea*, assentada na estruturação espacial de Pau dos Ferros; e atrelada a este, advém a *Rede Urbana*, como tema associado ao supracitado que utilizamos na investigação da dinâmica, das funções e dos fluxos espaciais que definem o papel regional da cidade de Pau dos Ferros. Estes 02 macrotemas foram desenvolvidos em 08 temas secundários, os quais estão dispostos conforme seus respectivos processos e variáveis de análise inseridos em cada grande tema.

a) Urbanização contemporânea

As mudanças recentes promovidas pela reestruturação urbana e regional no Brasil, especialmente a contar da década de 1980, quando iniciou-se o processo de maior integração do território nacional à economia capitalista, resultou na difusão de dinâmicas urbano-regionais em diversas escalas geográficas. Estas dinâmicas puderam ser evidenciadas pela geração de novos processos de crescimento urbano (populacional e de padrão de expansão física das ocupações urbanas) em regiões mais afastadas dos grandes centros (SANTOS, 2005 [1993]).

Este fenômeno, reflexo do processo de urbanização, hoje se tornou importante em nossa pesquisa para entendermos o peso da infraestrutura urbano-regional de Pau dos Ferros e a relação de interdependência que as cidades pequenas possuem com esta cidade. Nossa pesquisa mostrou que esta relação está galgada pelo processo social e econômico presente nos novos estilos de vida enaltecidos pela modernidade, a partir da geração de um padrão de consumo diferente na cidade (LIMONAD, 2008b; SILVA, 2014).

Desse modo, a urbanização contemporânea preenche o território e pode ser caracterizada na região de Pau dos Ferros mediante o estudo da *estruturação do espaço*, desdobramento resultado dessa nova fase da urbanização. Neste tema, investigamos a expansão dos equipamentos e infraestrutura urbana que geraram os

processos de *expansão das vias terrestres de integração regional*, responsáveis pela disposição das rodovias na região no que se refere a sua extensão, direção e ligações.

Outro processo ligado à *estruturação do espaço* que consideramos em nossa matriz metodológica foi o de *expansão do setor imobiliário*, o qual identificamos como variável de investigação os *escritórios imobiliários, de engenharia e de arquitetura*, que resultou na identificação, por exemplo, do número de imobiliárias e construtoras atuantes na cidade de Pau dos Ferros. Quanto ao processo de expansão do setor imobiliário, selecionamos a variável *empreendimentos imobiliários*, que nos ajudou a direcionar aos indicadores importantes do setor imobiliário na cidade de Pau dos Ferros: o número de alvarás de construção por bairro; número de loteamentos habitacionais nesta cidade; número, gabarito e função dos imóveis; e sua região de influência no número de contratos e valores pagos pelo financiamento habitacional através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Ainda sobre a *urbanização contemporânea*, nos *debruçamos sobre a dinâmica populacional da região*, estudando o processo de evolução da população total, urbana e rural dos municípios; e a *dinâmica socioeconômica* investigando os processos de progressão da arrecadação municipal, *difusão dos benefícios do INSS*, e *evolução dos benefícios do Programa Bolsa Família*.

Para melhor entender o processo de urbanização na região de Pau dos Ferros, era preciso investigar a *fragmentação do território*, desencadeado pelo processo de evolução da configuração político-administrativa, com a emancipação de vários dos municípios da região.

b) Rede urbana

Diante dos vários estudos sobre o sistema de cidades e da rede urbana já realizados no Brasil²⁴, e considerando a nova configuração urbana instalada nas últimas décadas no território, caracterizada especialmente pela desaceleração do processo de metropolização e pela emergência das cidades médias e pequenas, achamos necessária a investida no estudo da rede urbana regional de Pau dos Ferros, a partir dos novos agentes socioeconômicos regionais. A diversidade dos inúmeros conjuntos articulados de centros urbanos, a gênese, as funções e as relações

²⁴ Discorreremos melhor sobre os principais estudos da rede urbana brasileira no capítulo 02 desta tese.

espaciais existentes em cada porção do território mostram as heterogeneidades da urbanização brasileira, agora com características diferentes das vistas no século passado (LIMONAD, HAESBAERT, MOREIRA, 2004).

O sistema de cidades pequenas sob influência de Pau dos Ferros se apresenta em função, principalmente, da oferta das atividades especializadas nos setores do comércio e serviços, criando um processo de regionalização, que está associado às características urbano-regional.

Entendemos que as divisões regionais e os antigos planos que definem a rede urbana de Pau dos Ferros não dão conta de entender a dinâmica socioeconômica da atual da região. Sendo assim, o direcionamento a esse tema tem o propósito de apreender o raio de atuação institucional e de gestão econômica configurada nas diversas regionalizações rotuladas em nosso objeto. Para seu melhor entendimento, elegemos os temas *estrutura e dinâmica comercial*, o que oportunizou discorrermos sobre a difusão deste setor de atividade como importante vetor da organização espacial de Pau dos Ferros, materializado principalmente pelo comércio varejista (tipos de estabelecimentos no ramo supermercados, lojas de redes de franquias nacional ou internacional do setor, número de estabelecimentos e de ocupação no setor comercial, origem dos produtos comercializados na feira livre). Outro tema importante associado ao comércio é a prestação de serviço, a qual se insere nos novos nexos financeiros no espaço da cidade, com a difusão da rede bancária e financeira no território (agências, postos e correspondentes bancários na região), e que também nos ajudou na compreensão dos fluxos imateriais responsáveis pela financerização socioespacial das cidades.

No setor de serviços, elencamos na matriz metodológica as variáveis *redes de lojas e franquias prestadores de serviços* em Pau dos Ferros e *principais meios de hospedagem* (número de leitos, apartamentos e perfil dos hóspedes). No seguimento de saúde, destacamos na variável *Hospitais, laboratórios e clínicas médicas especializadas*, com os indicadores acerca dos estabelecimentos de saúde e de profissionais especialistas por área nos municípios da região de influência de Pau dos Ferros. Tais variáveis nos revelaram a nova composição do terciário moderno e sua participação na configuração urbano-regional de Pau dos Ferros com a dispersão dos *estabelecimentos e da ocupação nos respectivos setores* (comércio e serviços), oportunidade em que pudemos nos debruçar sobre o mercado de trabalho na região como resultado também da construção de novos sistemas de objetos no espaço.

Ainda no tema serviços, elegemos a variável *estabelecimentos de ensino superior e técnico* em nossa pesquisa, que deriva na difusão sobre a interiorização do das instituições de ensino público e privado, bem como acerca da origem dos alunos matriculados nos cursos técnicos e superiores sediados em Pau dos Ferros.

A regionalização também aparece como tema que responde à nossa inquietação acerca da interiorização da gestão do território e, com isso, a difusão de instituições públicas e privadas com modelos de organização e medição do território nas áreas de gestão da saúde, educação, segurança e justiça, na sede de escritórios de empresas de telecomunicações, abastecimento de água, de energia, e com a organização da rede urbana regional que nos ajudou com os parâmetros de pesquisa com outros espaços, como os estudos da REGIC (IBGE, 2008) e da tipologia das cidades (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009).

O último tema da matriz, incluído na discussão sobre a rede urbana, é o de *Mobilidade Espacial da População*. Neste tema, discorreremos sobre os *fluxos de transporte inter e intrarregional* desenvolvidos pelas empresas de ônibus e pelos carros de linha (clandestinos) de transporte de passageiros, como ainda sobre os *fluxos e motivações para deslocamento*, que identificamos com a investigação da mobilidade pendular para estudo e trabalho, e a motivação para o deslocamento da população regional.

Com a apresentação dos temas, processos, variáveis e indicadores, resta-nos expor as fontes que alimentaram nosso banco bibliográfico e de dados estatísticos utilizados na comprovação de nossa tese. Estas fontes fazem parte de nossa referência na pesquisa e compõe o último elemento disposto na matriz metodológica, as quais serviram para a produção dos gráficos, tabelas, quadros e mapas de nosso trabalho.

Pesquisa bibliográfica

O levantamento e as leituras bibliográficas ocorreram ao longo de todo o curso, a partir de indicações no âmbito das disciplinas cursadas na UECE e UFU, principalmente na extensa pesquisa que realizamos em bancos bibliográficos de teses e dissertações de Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

Passamos por algumas bibliotecas do país, na Universidade Estadual do Ceará (UECE), na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Universidade do Estado

do Rio Grande do Norte (UERN), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e na Universidade de São Paulo (USP). Uma parte dos livros que utilizamos faz parte do nosso acervo pessoal, outra parte, principalmente as obras mais raras, foram encontradas nestas bibliotecas físicas.

A pesquisa digital, ou seja, aquela realizada com o uso da *internet*, se deu principalmente na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações das principais IES do país como, por exemplo, UNESP/Presidente Prudente; UFU; USP; Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Federal de Goiás (UFG) *campi* de Catalão e Goiânia; Universidade Federal da Paraíba (UFPB), entre outras; no Portal de periódicos da CAPES, bem como as revistas eletrônicas (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER) qualificadas (*Qualis* - CAPES)²⁵.

Sendo assim, construímos um banco de bibliografias, principalmente digitais, montado no decorrer do curso e compreendido por um conjunto de obras de vários formatos: livros, artigos científicos, teses e dissertações relacionadas à nossa pesquisa.

Grande parte desse material foi coletado a partir do semestre 2012.2, quando estivemos participando da missão de estudos na Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia (MG)²⁶.

Pesquisa documental e de dados secundários

O levantamento dos dados secundários foi uma etapa que também demandou todo o percurso da pesquisa. Estes dados estão em bancos e fontes disponíveis ao pesquisador em boletins, anuários, planilhas, estudos relacionados à nossa temática,

²⁵ No endereço eletrônico da CAPES (www.qualis.capes.gov.br), é possível selecionar as revistas qualificadas de cada área do conhecimento. Assim, neste endereço, é possível visualizar o conjunto de revistas na área de Geografia tomadas como referência em nossa pesquisa digital.

²⁶ Modalidade de edital chamado de Procad, vinculado ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES). Este programa permite a implementação de ações, como as missões de estudo e docente, possibilitando a interação entre equipes de instituições distintas e o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em todo país. No caso, pudemos participar de uma missão de estudos através do projeto *Cidades médias: agentes econômicos e reestruturação urbana e regional*, que se dava em parceria entre a UNESP/PP, a UFPB, a UFU e a UECE, sob a coordenação geral da profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP/PP), e na UECE da profa. Dra. Denise Elias.

entre outros, sejam abertos ou privados para consulta, mediante autorização, ou não, para *download*.

A investigação que estabelece uma análise multiescalar do fenômeno exige que utilizemos as fontes secundárias na pesquisa, pois estas possibilitam uma melhor leitura de áreas onde os problemas se assemelham, otimizando, assim, o trabalho de constituição do banco de dados (MARCONI; LAKATOS, 2003 [1985]). Para tanto, os dados secundários utilizados em nossa pesquisa se deram pelas seguintes fontes:

i) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Utilizamos os dados agregados do IBGE extraídos do *site*²⁷ da instituição (SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática, e demais abas temáticas com dados e produtos de pesquisa disponíveis para *download*), bem como do portal Cidade@²⁸, canais dos quais extraímos dados sobre a dinâmica populacional e estruturação espacial do nosso objeto, como: a expansão demográfica, com a evolução da população total, urbana e rural (absoluta e relativa) de todos os municípios da região e de outros espaços que utilizamos como referência para análise de nosso objeto (IBGE, 2011); o PIB e o IDH municipal; estudos realizados pelo IBGE sobre os aspectos da dinâmica socioeconômica do território; manuais e perfis socioeconômicos dos municípios pertencentes à região (IBGE, 1960, 1991, 2014b).

Da biblioteca do IBGE, extraímos documentos como a *Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010* (IBGE, 2011), do qual levantamos a gênese da criação dos municípios da região inseridos no processo de fragmentação territorial;

Os números da Revistas Brasileira de Geografia (RBG); estudos recentes sobre os aspectos e abordagens conceituais do fenômeno urbano no país, sejam eles:

Arranjos Populacionais e Concentração Urbana no Brasil (IBGE, 2015c), que mostra o comportamento da dinâmica populacional nas cidades brasileiras e as novas tendências da mobilidade e concentração urbana no território;

Redes e Fluxos do Território (IBGE, 2014a), que trata das redes de relacionamentos e ligações entre as cidades brasileiras, nos aspectos de acessibilidade e configuração espacial das trocas (pessoas, mercadorias, cargas,

²⁷ Os principais dados e produtos extraídos do IBGE estão disponíveis para *download* no endereço: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_divisao_urbano_regional.shtm

²⁸ Para acessar o cidades@: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

informações, ordem e dinheiro); e principalmente, as séries do IBGE (1972, 1987, 2000, 2008) intituladas de:

Regiões de Influência das Cidades (REGIC), estudos que nos permitiram realizar comparações intertemporais de cidades de mesma centralidade que Pau dos Ferros no Nordeste brasileiro, observando sua rede de cidades sob influência a partir dos aspectos de gestão e dotação de equipamentos e serviços.

ii) Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)

Neste canal, levantamos as informações acerca da estruturação dos serviços de saúde assentados nos municípios da região de Pau dos Ferros, sejam eles: número de leitos, consultórios, clínicas e ambulatórios especializados nos principais centros; distribuição de clínicas, consultórios e hospital regional; número de profissionais especialistas na área de saúde; evolução do número de clínicas especializadas e consultórios (DATASUS, 2016).

iii) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Nesse cadastro, realizamos um trabalho estatístico vinculado à dinâmica socioeconômica em diversos setores de atividade, com base na classificação adotada pelo IBGE, disponível no sistema²⁹ em que foi possível filtrar buscas de dados por localização, atividade econômica, escala geográfica de referência, natureza jurídica, entre outras opções. Este levantamento compôs nosso banco de dados estatísticos e possibilitou a elaboração de tabelas, gráficos e mapas voltados para a análise descritiva e comparativa da estrutura e dinâmica social e produtiva da região de Pau dos Ferros.

iv) Secretaria de Tributação de Pau dos Ferros e Inspeção do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte (CREA-RN)

²⁹ O acesso ao banco de dados estatístico do RAIS/CAGED, do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), do Ministério do Trabalho e Previdência Social, é permitido mediante solicitação formal através de preenchimento de ficha cadastral. Mais informações em: <http://pdet.mte.gov.br/demonstracoes>

Nestas fontes, pesquisamos dados sobre o setor imobiliário e a construção civil em Pau dos Ferros relacionados ao número de imóveis por tipo/função de uso; os imóveis por número de pavimentos; principais loteamentos habitacionais abertos no município; número de alvarás de construção segundo os bairros da cidade; número de engenheiros civis e construtoras atuantes na cidade.

v) Plataforma Indicadores do Governo Federal³⁰

Neste canal, extraímos dados do número de pagamentos e valores pagos pelo Programa Bolsa Família por município no período pesquisado; número de unidades e valores pagos a projetos habitacionais financiados pelo Programa Minha casa, Minha Vida (PMCMV) durante sua vigência na região;

vi) Demais fontes secundárias

Visitamos os *sites* do Governo do Estado do Rio Grande do Norte em busca de dados da gestão do território, regionalização e investimentos dirigidos a nosso objeto, um dos principais canais se deu a partir do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA-RN);

Consultamos os *sites* das empresas de ônibus e guichês lotados na rodoviária de Pau dos Ferros: nestas fontes, coletamos dados sobre a oferta de ônibus, fluxos e preços das passagens cobradas por destino.

Visitamos os endereços eletrônicos das instituições de ensino superior e técnico presentes na região, a saber, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); Universidade Federal Rural do Rio Grande do Norte (UFERSA); Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP), Universidade Anhanguera, quando realizamos o levantamento das modalidades e níveis dos cursos ofertados nestas instituições sediadas em Pau dos Ferros. Nas secretarias acadêmicas destas instituições, conseguimos os dados da quantidade e origem dos alunos matriculados nos cursos superior e técnico.

³⁰ Este é um portal do Governo Federal que armazena dados multivariados que podemos selecionar conforme a escala geográfica e tema escolhido (<http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar>)

No Departamento de Estradas e Rodagem do Rio Grande do Norte (DER-RN) e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), levantamos os fixos rodoviários dispostos na região, bem como os dados de fluxo rodoviário em trecho próximo a Pau dos Ferros.

A distribuição das instituições financeiras na região foi levantada a partir dos dados do Banco Central do Brasil (BCB) e dos *sites* do Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Bradesco e Banco do Nordeste. Nestas fontes, além das informações sobre o número de agências bancárias e correspondentes bancários, levantamos número de contratos, modalidade e valores contratados em linha de crédito ofertados na região.

Na câmara de vereadores e prefeitura municipal de Pau dos Ferros, conseguimos resoluções de criação e gestão dos espaços públicos da cidade, bem como de registros fotográficos mais antigos.

Utilizamos amplamente os recursos do *Software* Google Earth Pro para capturar imagens de satélite e medir as distâncias e o tempo percorrido pelas rodovias entre as cidades estudadas em nosso trabalho.

A pesquisa digital foi a mais importante para a construção deste banco de dados, e as variáveis e indicadores de nossa matriz de análise. Estes dados serviram para melhor caracterizar e auxiliar na interpretação do fenômeno estudado em nosso objeto.

Confecção dos mapas

Com o objetivo de melhor representar a dinâmica e a configuração urbano-regional de Pau dos Ferros, utilizamos os recursos do *software* de informação geográfica ArcGIS, versão 10, para elaboração dos mapas temáticos referentes à: localização geográfica do objeto de estudo; origem dos alunos matriculados nos cursos superiores e técnicos das principais instituições de ensino sediadas em Pau dos Ferros (UERN, UFRSA, IFRN); origem dos bairros da cidade de Pau dos Ferros; fluxo de transporte rodoviário oficial disponível na região; dos principais centros regionais do Nordeste; da espacialização sintética da expansão e do uso e ocupação do solo urbano na cidade de Pau dos Ferros; da evolução do número de obras/serviços registrados pelo CREA por bairro de Pau dos Ferros. Com o mesmo *software*, foi possível montar projeções de fotografias a partir de imagens de satélite

extraídas do Google Earth, em alta resolução, o que permitiu uma melhor espacialização da estrutura espacial da cidade de Pau dos Ferros.

Com o *software* Corel Draw, versão X7, elaboramos os mapas vetoriais de fragmentação territorial na região de Pau dos Ferros; a representação do caminho de gado existente quando da formação territorial da região; o mapa da espacialização dos dados populacionais dos estados; a dispersão espacial da rede de supermercados associativistas na região; do fluxo do transporte de carro de linha ofertado na região; do tempo e custos relacionados a cada destino de viagem disponível por um carro de linha na região; distância das pequenas cidades da região; mapa do recorte das cidades objeto de estudo e o modelo morfológico da dimensão urbano-regional de Pau dos Ferros.

Trabalho de campo e coleta de dados primários

Para o geógrafo, a pesquisa de campo constitui um ato importante de observação da realidade do outro, através do enxergar do investigador, que busca o conhecimento para subsidiar os processos de verificação dos fenômenos (SUERTEGARAY, 2002). Para a autora, a pesquisa de campo:

[...] alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (Ibid., p. 03).

Aliado a essa orientação, o fato de sermos natural de outra região, mas residirmos há alguns anos nesta, nos parece ser um ponto positivo para a visão do investigador, somado à neutralidade científica e à operacionalização das atividades inerentes ao trabalho de campo.

Podemos dizer que, a todo momento, estávamos coletando informações em nosso objeto, mas, com planejamento e sistematização dos dados, observando a seleção e padronizando os instrumentos dessa importante etapa do trabalho que nos auxiliaram no olhar de nosso objeto.

Ao iniciarmos a investigação *in loco* da cidade de Pau dos Ferros, logo chegamos à conclusão que deveríamos ir além dos limites desta cidade, pois, somente com a compreensão da região, poderíamos entender o todo.

Deste modo, visitar a região sob influência de Pau dos Ferros, composta por vários pequenos municípios, exigiu a estratégia de um trabalho de campo com o auxílio de algumas pessoas residentes³¹ em cada município, bem como de instrumentos que ajudassem nos contatos, nos registros fotográficos, na aplicação de entrevistas e levantamento de dados selecionados para nossa pesquisa.

Não considerando as frequentes saídas de campo que realizamos, principalmente na cidade de Pau dos Ferros, executamos um planejamento e, em seguida, a efetivação de um trabalho de campo nos meses de novembro e dezembro de 2014, que oportunizou visitarmos todas as 24 cidades que se encontram sob influência direta da cidade de Pau dos Ferros, segundo o último estudo da REGIC (IBGE, 2008). Na oportunidade, apesar da pouca distância entre as sedes de cada município, percorremos aproximadamente 900 quilômetros pelas rodovias da região.

Visitamos as sedes destes municípios, registrando os principais equipamentos e as paisagens de maior conotação. Realizamos entrevistas³² com alguns moradores destes espaços com o objetivo de conhecer os fatores de migração da população local, especialmente pendular, quando há o movimento diário para outra cidade em busca de um serviço ou produto não disponível na sua localidade (JARDIM, 2011). Também foram abordadas na entrevista sobre a frequência de deslocamento para Pau dos Ferros, os principais meios de transporte e principais equipamentos/serviços presentes no município.

A partir de uma abordagem quali-quantitativa (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002), que possibilita a associação dos dados estatísticos de instituições oficiais e a observação e medição da realidade socioespacial da região, realizamos entrevistas semiestruturadas individuais para os moradores das 24 cidades sob influência de Pau dos Ferros.

³¹ A visita realizada nas sedes dos municípios da região foi acompanhada por pelo menos um aluno do curso de geografia da UERN residente em cada município, que nos mostrou as principais estruturas de sua cidade, bem como contribuiu na coleta das informações qualitativas. Recebemos também a contribuição de alguns bolsistas de iniciação científica vinculados no Núcleo de Estudos em Geografia Agrária e Regional (NuGAR), registrado no CNPq em 2007.

³² O roteiro das entrevistas encontra-se no apêndice 03.

Desse modo, definimos um número de entrevistas para cada cidade, conforme seu tamanho,³³ e visualizamos que, no desenvolvimento da pesquisa de campo, à medida que avançamos nessa etapa de trabalho, as respostas dadas se configuraram como recorrentes e, conseqüentemente, se aproximaram do resultado da última REGIC (IBGE, 2008) e do Censo Demográfico do IBGE (2010), que nos ajudou a perseguir nossa hipótese da interdependência socioeconômica da população das pequenas cidades para com o comércio e serviços prestados na cidade de Pau dos Ferros.

Como forma de complementar a coleta destas informações sobre a estruturação do espaço destas cidades, bem como conhecer a oferta atualizada de transporte entre as cidades da região, utilizamos a ferramenta eletrônica do Google Docs³⁴ geradora de formulários eletrônicos (também conhecida por Google Formulários), que automatiza o processo de coleta de dados a partir de perguntas pré-elaboradas que podem ser enviadas para qualquer banco de endereços eletrônicos (e-mails) ou publicadas em um *website* ou conta da rede social.

Esta metodologia que utilizou o recurso de envio de formulários digitais também está embasada na noção de pesquisa chamada *Respondent-Driven Sampling*³⁵, que tem como principal objetivo abordar membros de uma população de mesma característica de interesse, ou seja, aqueles membros capazes de identificar outros membros e/ou que estão inseridos no mesmo grupo de atividade.

A partir deste recurso, elaboramos um formulário eletrônico³⁶ que tomou como referência as mesmas questões utilizadas no trabalho de campo nas pequenas cidades da região, encaminhamos para os endereços eletrônicos dos alunos matriculados no *campus* avançado da UERN, e publicamos nos grupos das redes sociais dos alunos da UFRSA e IFRN sediados em Pau dos Ferros. Disponibilizamos

³³ Na oportunidade, aplicamos formulários a 10 moradores de cada cidade menor (22 cidades) e 15 nas cidades maiores (São Miguel e Alexandria), exceto na cidade de Pau dos Ferros, núcleo urbano principal. Assim, somaram-se um total de 250 formulários aplicados. Deste modo, selecionamos o recorte amostral da aplicação dos formulários desta pesquisa a partir do tamanho populacional dos municípios que são de pequeno porte, de modo a complementar e atualizar os dados oficiais extraídos do IBGE (2008; 2010).

³⁴ Este é um aplicativo do Google que funciona totalmente *on-line* e compreende, além de um processador de texto, editor de apresentações, um editor de planilhas, o editor de formulários que utilizamos em nossa pesquisa (<https://apps.google.com/intx/pt-BR/products/forms/>).

³⁵ Esta metodologia, também conhecida como método de amostragem bola de neve, vem sendo difundida por Heckathorn (1997) e utilizada em várias áreas do conhecimento para pesquisa com populações.

³⁶ Ver Formulário Google no anexo 02.

na plataforma os objetivos da pesquisa e a finalidade da aplicação do formulário, o qual ficou ativo por 60 dias (02 de dezembro de 2015 a 20 de janeiro de 2016), e obtivemos o retorno de 166 formulários completamente respondidos. Após essa etapa de coleta, os dados foram tabulados, sistematizados e alguns utilizados como fonte de interpretação no texto.

Realizamos uma entrevista aberta junto aos proprietários/motoristas dos transportes alternativos, conhecidos como carros de linha³⁷, que representam o principal meio de transporte da região, conduzindo diariamente a população entre as cidades. Esta pesquisa foi realizada nas cidades de origem destes carros, bem como nos pontos de parada destes localizados na cidade de Pau dos Ferros. Perguntamos sobre o número de viagens por dia, roteiro, preços e perfil dos passageiros. Este dado serviu para analisarmos os fluxos de interação espacial da população na região, no qual detectamos um total de 129 carros de linha que transportam diariamente a população dos municípios da região para a cidade de Pau dos Ferros, sendo que alguns realizam mais de uma viagem por dia, o que resultou em um total de 137 viagens por dia.

As linhas de ônibus oficiais que passam por Pau dos Ferros foram identificadas junto à administração do terminal rodoviário desta cidade, nos guichês de todas as companhias presentes neste ponto, como também nos *sítes* das empresas que prestam esse serviço na cidade. Para isso, identificamos o número de viagens por dia e semana, realizado junto às empresas que detêm a concessão desse serviço em Pau dos Ferros: Viação Jardinense, Viação Gontijo, Viação São Geraldo, Catedral Turismo, Viação Transbrasil e Viação São Benedito.

Realizamos entrevistas abertas com o secretário de tributação de Pau dos Ferros e administrador da principal agência imobiliária da cidade (Esmeraldo Imóveis) para tratar das atividades e conformação do setor imobiliário, oportunidade em que perguntamos sobre as áreas de expansão e vetores responsáveis desse processo na cidade; entrevistamos também o agente de desenvolvimento para o território do Alto Oeste Potiguar do Banco do Nordeste, sobre as linhas de financiamento para o pequeno produtor na região, oportunidade que conseguimos os dados e as

³⁷ Estes carros são caracterizados por vans, micro-ônibus, caminhonetas e até caminhões (conhecidos na região Nordeste como pau de arara), que transportam diariamente a população das pequenas cidades pela região e para algumas localidades fora dela.

informações sobre os recursos disponibilizados por esta fonte na área de atuação desta instituição.

Com a pesquisa de campo nas pequenas cidades da região, aliada às constantes visitas aos espaços de maior evidência de nossa pesquisa no intra-urbano de Pau dos Ferros, foi possível montar um banco de fotografias representativas da infraestrutura dos serviços, bem como ilustrar a dinâmica do cotidiano destes espaços que compõem a região. Consideramos a face ilustrativa desta etapa da pesquisa, com a compreensão empírica e a interdependência socioespacial das pequenas cidades da região para com o núcleo urbano principal.

Deste modo, a partir do trabalho de campo, identificamos, então, os fixos que compõem a dimensão urbano-regional de Pau dos Ferros; como também os fluxos diversos existentes em direção ao núcleo urbano principal.

1.4 A ESTRUTURA DA TESE

Nosso trabalho está organizado em 06 seções, sendo que a primeira constitui-se pela *Introdução* à qual concluímos aqui, e a última, denominada de *Considerações finais*. As demais seções e subseções figuram o desenvolvimento do trabalho, com a exposição ordenada e pormenorizada do assunto, os quais denominaremos de capítulos 02, 03, 04 e 05.

Desde modo, no capítulo 02, denominado de *Tendências da urbanização e o estudo da rede urbana brasileira*, discorreremos sobre as principais categorias de análise selecionadas para a consecução desta tese. Neste capítulo, iremos ponderar sobre as novas tendências da urbanização brasileira e seu rebatimento na conformação de áreas não metropolitanas no território. Nesse enfoque, trataremos sobre a rede urbana e a atual configuração das cidades brasileiras, como um importante ente do sistema de cidades, tendo como referência principal os trabalhos de Corrêa (1967, 1988b, 1995, 2006) e Geiger (1963); Taylor et al (2010), e ainda estudos mais recentes da rede urbana nacional como os da REGIC (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008); da caracterização e tendências da rede urbana brasileira do IPEA (2001a); da dimensão territorial para o planejamento, do Ministério do Planejamento (MP, 2008), a tipologia das cidades brasileiras, do grupo do Observatório das Metrópoles (FERNANDES, BITOUN, ARAÚJO, 2009).

No capítulo 03, *Novas centralidades no Nordeste brasileiro*, realizaremos uma leitura sobre o processo de formação e organização das redes urbanas interiorizadas, tomando o caso do Nordeste brasileiro como referência para nosso objeto, com apoio em obras como Andrade (1974), Santos (2005 [1993]), Azevedo (1994) e Clementino (1990; 1995). Realizaremos um exercício comparativo de centros urbanos nordestinos com o mesmo perfil urbano-regional de Pau dos Ferros. Utilizaremos, para isso, os dados secundários das pesquisas recentes sobre a rede urbana brasileira apresentadas no capítulo anterior, bem como de dados do IDH-M (PNUD, 2015); e dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Ainda no terceiro capítulo, discorreremos sobre a formação regional de Pau dos Ferros e, conseqüentemente, considerando os aspectos históricos envolvidos da constituição de sua rede urbana, que envolve o processo de fragmentação do território e a constituição das pequenas cidades e sua dinâmica populacional na região.

O capítulo 04 compreende a redação sobre *A estruturação urbano-regional de Pau dos Ferros*, momento em que contextualizaremos a organização produtiva do território potiguar em suas respectivas regiões, demonstrando o papel regional da cidade de Pau dos Ferros no Rio Grande do Norte, apontando os fixos (SANTOS, 2004c [1996]) instalados nos municípios da região, com destaque para os setores de comércio e de prestação de serviços polarizados em Pau dos Ferros. Nesta seção, utilizaremos a base de dados extraídos de fontes oficiais do nosso banco de dados para explanar sobre o comércio e os serviços especializados e a valorização regional da cidade de Pau dos Ferros, oportunidade em que ponderaremos sobre o comércio tradicional e moderno, das redes associativistas e acerca da difusão das atividades de saúde e do ensino superior e técnico sediadas em Pau dos Ferros.

No capítulo 05, o qual chamamos de *A cidade e região de Pau dos Ferros: uma leitura da geografia da distância e da dinâmica intra-urbana*, praticaremos, em um primeiro momento, a discussão sobre o que alguns estudiosos (WATSON, 1955; JOHNSTON, 2003ab; PIRIE, 2009) chamam de geografia da distância, para leitura do espaço urbano-regional comandado pela cidade de Pau dos Ferros. A partir de dados levantados, principalmente em nosso trabalho de campo, discorreremos sobre a disponibilidade geográfica das cidades na região e os fluxos disponíveis para mobilidade intra e inter regional. Na oportunidade discorreremos sobre o percurso da apreciação do *corpus* dessa tese, até chegarmos a dimensão urbano-regional de Pau dos Ferros, a partir da área de influência, definida pela última REGIC (IBGE, 2008),

dos fluxos intra-regionais movidos pelos carros de linha e pela geografia da distância posta na região. Ao final deste capítulo, realizaremos uma discussão acerca dos rebatimentos dessa configuração espacial³⁸ posta em Pau dos Ferros na produção do espaço intra-urbano, no que se refere à identificação dos principais objetos geográficos (SANTOS, 2004b [1996]) e do processo de expansão urbana e organização interna da cidade.

Ao final, teceremos as considerações sobre os resultados dessa pesquisa, mostrando como os traços da urbanização no território têm apontado novos desenhos e possibilidades de estudo de cidades e regiões. E a síntese das implicações da estruturação espacial e da situação geográfica que favorece a leitura de Pau dos Ferros em sua dimensão urbano-regional.

³⁸ A categoria configuração espacial (ou configuração territorial) é muito útil às nossas elaborações e diz respeito ao espaço-materialidade, aos sistemas de objetos “[...] onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço.” (SANTOS, 2004b [1996], p.294). Para Corrêa (2003a [1986], p. 54), configuração pode ser sinônimo de organização espacial, bem como “[...] formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou, simplesmente, espaço.”

2 TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO E O ESTUDO DA REDE URBANA BRASILEIRA

Falar sobre o futuro da urbanização e das cidades é coisa temerária. Mas não falar sobre o futuro é deserção. Não se trata do futuro como certeza, porque seria desmentir a sua definição, mas como tendência.

(Milton SANTOS, 2005 [1993], p.129)

Nos últimos anos, acompanhamos uma inquietação de estudiosos (SANTOS, 2005 [1993], 2010 [1982]; LIMONAD, 2008b) que perpassa o debate sobre os novos rumos da urbanização latino-americana e, em especial, do Brasil. Esta urbanização vem, gradativamente, tomando novos formatos e preenchendo outras áreas que, até então, não eram de interesse do capital.

As cidades e suas respectivas regiões constituem um traço dessa nova urbanização brasileira, especialmente no que se refere às formas espaciais de ocupação urbana em áreas não metropolitanas. A leitura dessas regiões pode assumir algumas possibilidades de formato no âmbito urbano e regional (MOURA, 2009), promovido, particularmente, pela reestruturação do território, em que os centros assumem um caráter de concentração regional, em uma situação geográfica privilegiada em relação aos grandes centros urbanos do país.

Entender um recorte de uma cidade e sua região, em uma dimensão que extrapola os conteúdos metropolitanos, inserida no contexto da urbanização brasileira, nos direcionou à interpretação no âmbito da geografia urbana, na conformação da rede urbana como estrutura espacial e dinâmica entre fluxos e fixos (SANTOS, 2004b [1996]) e da dimensão urbano-regional enquanto forma mais próxima da realidade que enxergamos em Pau dos Ferros.

Assim, neste capítulo, realizaremos uma interlocução com alguns autores que tratam do fenômeno urbano brasileiro recente, mostrando a definição dos aportes teórico-metodológicos que orientaram nosso estudo, de modo a compreender as

transformações ocorridas em regiões como a encabeçada pela cidade de Pau dos Ferros, em uma rede urbana inserida nesse contexto novo, afastado dos grandes centros, o que resulta na dimensão urbano-regional (MOURA, 2009), considerando as linhas e possibilidades de sua utilização nessa escala geográfica fora do contexto metropolitano.

Esta construção que se apoia em temas tradicionais da geografia urbana, como o de rede urbana (CORRÊA, 1967, 1988b, 1995, 2006a), ao mesmo tempo que considera a herança de estudos pretéritos (GEIGER, 1963), observa trabalhos mais recentes encontrados sobre o tema (TAYLOR et al., 2010; CORRÊA, 2012).

2.1 A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Para a compreensão do fenômeno urbano hoje e, sobretudo, seu reflexo no espaço em suas múltiplas escalas, torna-se necessário partirmos da análise da urbanização, processo socioespacial trabalhado por estudiosos do caso urbano brasileiro³⁹. As reflexões acerca do tema passam, necessariamente, pela apreensão da relação espaço-temporal, em que a cidade surge como produto principal desse processo (SANTOS, 2005 [1993]).

Num primeiro momento, podemos dizer que a urbanização passa a ser uma tendência de crescimento demográfico das cidades, como também, na difusão de diversos papéis que estes espaços vêm assumindo diante da reprodução do cotidiano urbano (SPOSITO, 2001b). Não podemos nos esquivar da leitura referente ao aumento das populações urbanas, assim como do número de cidades e diversidades de funções que elas desempenham (AZEVEDO, 1994 [1957]; ANDRADE, 1995; SANTOS, 2005 [1993]).

No Brasil, um aspecto determinante para as transformações sociais e estruturais verificadas nas últimas décadas no país se insere na leitura sobre sua

³⁹ Nosso objetivo não é reescrever a discussão sobre o longo processo da urbanização brasileira, mas trazer alguns pontos importantes para contextualizar a realidade deste que sugere a sua generalização no território e a leitura da urbanização mais ligada aos processos econômico-espaciais que mais nos interessa, tentando casá-lo, mais adiante, com as inquietações do nosso trabalho. Todavia, para uma melhor compreensão do processo de urbanização brasileira, indicamos a leitura de Azevedo (1994); Davidovich e Geiger (1961); Davidovich (1989; 1995); Limonad (2008b); Santos (2008a [1978]; 1982; 2005 [1993]), Santos e Silveira (2001) e Sposito (2001b).

urbanização, como um processo que atingiu, de forma rápida, o território, e mais ainda, a sociedade, que passou a ser cada vez mais urbana nas últimas décadas (SANTOS, 2005 [1993]).

A essência dessa urbanização, segundo Sposito (2007), deve ser compreendida como um processo movido pelas realidades de cada espaço urbano produzido por sua ação. Devemos pensar, ainda, a urbanização como um movimento que expressa a cidade, e que esta, nos dias atuais, se encontra cada vez mais carregada de práticas atinentes do modo de produção capitalista (Ibid.). Sendo que, hoje, a diversidade da urbanização atinge diferentes níveis pela reprodução do capital, seja em espaços metropolitanos, como também não metropolitanos (Ibid.).

No âmbito dessa transformação recente, nos encontramos diante de um denso processo de reestruturação do território, materializado especialmente pela dispersão de grandes atividades econômicas e pelo crescimento demasiado da população urbana (SPOSITO; SPOSITO, 2014). Aliado a isso, nos deparamos com a criação de novos padrões de relações sociais de produção e de estilo de vida (SPOSITO, 2007).

Essa aceleração na urbanização brasileira, indicada como uma das mais rápidas entre os países ocidentais⁴⁰, passou a ser latente nas últimas décadas, se visualizarmos os dados dos últimos censos demográficos do IBGE (2011): apenas na década de 1970, foi registrado que a população urbana tinha superado a rural, entretanto, o que observamos em seguida, até o término do século passado, foi o crescimento da população urbana (mais de 108 milhões de habitantes), o que não se limitou apenas às grandes cidades, mas a diversos níveis de cidades (Tabelas 01 e 02, na página seguinte).

Tabela 01 – Brasil: população total, urbana e taxa de urbanização (1940 – 2010)
(continua)

<i>Período</i>	Total	Urbana	Taxa de Urbanização (%)
1940	41.236.315	12.880.182	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	36,16
1960	69.930.293	31.214.700	44,64
1970	93.139.037	52.084.984	55,92
1980	119.502.716	80.436.419	67,31

⁴⁰ Vide United Nations (2014).

1991	146.825.475	110.990.990	75,59
2000	169.544.443	137.697.439	81,22
2010	190.755.799	160.925.792	84,36

Fonte: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Tabela 02 – Brasil: distribuição da população urbana, segundo o tamanho das cidades (%; 1940 – 2010)

Tamanho das cidades	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<i>Até 20.000</i>	46,82	38,78	33,77	26,92	21,36	19,34	18,81	17,13
<i>20 a 50.000</i>	9,41	13,01	11,61	12,04	11,40	12,44	11,49	11,83
<i>50 a 100.000</i>	7,65	8,86	9,57	7,80	10,50	10,23	10,57	9,93
<i>100 a 500.000</i>	14,55	13,43	16,06	19,59	21,92	24,43	26,11	27,34
<i>>500.000</i>	21,57	25,92	29,00	33,65	34,83	33,55	33,01	33,78

Fonte: Adaptação de Ojima e Marandola Jr. (2011, p. 105), a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Essa é uma discussão que exige cuidado e que precisa considerar também as características rurais da sociedade brasileira e que remonta uma urbanização tardia e desordenada, uma vez que esse processo ocorreu muito depois que a maioria dos países europeus, de maneira rápida e sem planejamento (SANTOS, 2005 [1993]). Diferentemente do que aconteceu nos países onde a revolução industrial teve início no século XVIII, em alguns países periféricos como o Brasil, a urbanização não foi precedida pela industrialização (SPOSITO, 2001a [1988]). Até a primeira metade do século passado, o Brasil era considerado um país rural (HOLANDA, 1995 [1936]; RIBEIRO, 1995), com poucas cidades constituídas e grande parte da população vivendo das atividades do campo (AZEVEDO, 1994 [1957]; ANDRADE, 1995).

E, observando os dados supracitados nas tabelas sobre a evolução populacional, chegamos ao fim da primeira década do século XXI com uma população urbana no Brasil atingindo pouco mais de 84% do total. Em uma discussão polêmica lançada pouco antes, Veiga (2002) já havia contestado a metodologia utilizada pelo IBGE, que delimita a população em áreas urbanas e rurais. Segundo este autor, o equívoco metodológico nos dados censitários utilizados tem origem em um decreto do Estado Novo de 1938, que considera área urbana toda sede de município ou

distrito, independentemente do tamanho e das características das atividades produtivas de sua população (Ibid.).

A proposta apresentada por Veiga (2002) aponta como parâmetro, que deveria ser seguido pelo IBGE, a metodologia adotada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qual aponta que, para o município ser considerado urbano, seria necessário apresentar uma densidade demográfica de 150 habitantes por quilômetro quadrado e uma população maior que 50 mil habitantes (Ibid.). Se fosse seguida essa metodologia, teríamos, em 2010, apenas 478 municípios considerados urbanos, de um total de 5.565 existentes na época (IBGE, 2011).

Todavia, o processo de urbanização brasileiro é identificado em diversos seguimentos da sociedade, e refletido no incremento populacional e em um expressivo crescimento do espaço urbanizado, o que resultou no aumento das cidades menores e, em especial, do número de cidades médias⁴¹, ao mesmo tempo em que se observava um rápido processo de metropolização.

Segundo Santos (2005 [1993]), a formação desse processo teve sua origem após a segunda guerra mundial, impulsionado pelo “milagre econômico”, o que possibilitou o crescimento das regiões metropolitanas, como também o ganho de importância das cidades médias. As mudanças verificadas nesses espaços não eram somente populacional, mas de cunho estrutural, observadas pela ampliação da economia, especialmente aquelas originadas da expansão da indústria, que foram difundidas em outras atividades sociais, modificando, assim, todo o espaço (Ibid.).

No caso brasileiro, observando essa nova configuração do urbano, é necessário entendermos que as diversidades e heterogeneidades das transformações, vistas em diversas escalas geográficas, devem ser consideradas no estudo do fenômeno urbano no país.

Para o estudo da urbanização brasileira, é preciso também atentar para sua ligação com a estruturação do território, com as novas conotações acerca da distribuição espacial da população e das forças produtivas, como também com a

⁴¹ Segundo Santos (2005 [1993]), com os novos rumos da urbanização, vamos ter um número cada vez maior de cidades (médias) com mais de 100 mil habitantes. Alguns estudiosos (CASTELO BRANCO, 2006; SPOSITO, 2007; CORRÊA, 2007a) apresentam critérios que melhor definem as cidades médias. A localização no sistema de cidades e sua área de influência; o tamanho populacional; a especialização e a diversidade econômica seriam os principais.

reprodução dos meios de produção, da força de trabalho e da família (LIMONAD, 2008b).

É nesse sentido que entendemos a urbanização contemporânea no Brasil, particularmente após a virada do último século, uma vez que este assume, de modo acelerado, tendências e sentidos um pouco diferentes do que se verifica até meados da década de 1980 (LIMONAD; HAESBART; MOREIRA, 2004; SANTOS, 2005 [1993]).

Temos um fenômeno caracterizado pela aceleração da urbanização das áreas de fronteira econômica, pela emergência das cidades médias e dispersão dos centros urbanos (pequenos e regionais), bem como pela formação e consolidação das aglomerações metropolitanas em outras regiões, como no Nordeste e Centro-Oeste, o que indica um reflexo do processo de reestruturação econômica no país⁴² (SANTOS, 2005 [1993]; SPOSITO; SPOSITO, 2014).

A inquietação dos principais estudiosos que utilizamos sobre o urbano no Brasil enxergam essas mudanças no território focados no debate sobre os novos rumos que a urbanização brasileira vem tomando. Esse processo, como dissemos, segue gradativamente novos formatos, preenchendo outras áreas que, até então, não eram de interesse do capital.

Discorrendo sobre esse processo, Santos (2005 [1993], p.138) coloca que:

Estaríamos, agora, deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território. A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e nexos modernos.

Estas mudanças, advindas essencialmente da atual fase da globalização (HARVEY, 2009 [2004]), têm proporcionado o surgimento de novas configurações decorrentes do processo de dispersão urbana⁴³ (REIS FILHO, 2006, p. 51), que se refere “[...] à distribuição de pontos urbanizados sobre a totalidade dos territórios atingidos pelo processo, em meio a áreas tipicamente rurais, em direção a uma relativa homogeneização desses territórios”. Nesse contexto, mudanças econômicas,

⁴² Entre algumas obras que discutem a reestruturação do espaço, destacamos o trabalho de Gottdiener (2010 [1993]), especialmente o capítulo intitulado: *A reestruturação do espaço de assentamento*.

⁴³ Sobre a noção de dispersão urbana, indicamos os trabalhos de Ojima (2007), Reis Filho (2006), e Sposito (2009).

sociais e culturais, nas regiões mais afastadas dos grandes centros, têm possibilitado novas formas de espacialização dos arranjos urbano-regionais no Brasil (MOURA, 2009).

São mudanças que atestam o extenso da urbanização e que atingem diversos lugares com diferentes intensidades. Esse fenômeno contemporâneo tem gerado muitos questionamentos, uma vez que tais alterações no espaço se referem aos impactos da crescente dispersão da urbanização sobre o território, fenômeno relacionado ao processo de desaceleração no crescimento das metrópoles e crescimento disperso dos médios e pequenos aglomerados urbanos (SANTOS, 2005 [1993]), o que modifica, consideravelmente, com as redes urbanas regionais. Este processo, e sua organização no território pode ser visto em relatórios e estudos sobre a urbanização e o sistema de cidades elaborados pelas principais instituições de pesquisa do país⁴⁴.

Desse modo, nas últimas décadas, houve uma reorganização do território, no qual ocorreu a dispersão espacial de importantes atividades produtivas (tradicionalmente concentradas no Sudeste do país) e da população (ARAUJO, 2014), o que motivou a apreensão de novas práticas socioespaciais no interior destas cidades menores, como a seletividade espacial, a antecipação espacial e a marginalização espacial (CORRÊA, 2005b [1995]), até então, presentes demasiadamente nos grandes centros urbanos.

A dispersão espacial de algumas dessas atividades produtivas, muitas delas ligadas ao comércio de produtos agrícolas, faz com que se estructurem diferentes porções do território, moldando, assim, cidades e regiões até então fora desse circuito produtivo do país, como parte do Centro-Oeste e porções menores do Nordeste (MONTE-MÓR; 2006; ARAÚJO, 2014).

Esse panorama se mostra como uma nova característica da urbanização do território, caracterizada também pelo aumento da desigualdade socioeconômica regional, pela (re)organização do sistema de cidades⁴⁵ e pelo destaque de centros importantes para a rede urbana nacional (IBGE, 2008). Essa conjuntura possibilita,

⁴⁴ Destacamos o IBGE: Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008) e Tipologia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1991). A REGIC (Região de Influência das Cidades) é um estudo que se encontra em sua 4ª versão e busca, basicamente, a atualização do quadro de referência da rede urbana brasileira.

⁴⁵ O geógrafo britânico Berry (1975) faz um exercício interessante em um artigo intitulado *Cidades como sistemas dentro de cidades*, em que apresenta uma leitura sobre as formas como a compreensão das cidades e dos conjuntos de cidades evoluiu na concepção da ciência regional.

ainda, o surgimento de novos sentidos e padrões característicos desse momento, como a mudança na mobilidade espacial da população que define um novo sentido da migração no país: aumento nos deslocamentos temporários e permanentes na escala regional e, com isso, a diminuição nos fluxos em direção às tradicionais fronteiras econômicas e às regiões metropolitanas localizadas principalmente no Sudeste⁴⁶ do país (JARDIM, 2011; OJIMA; MARANDOLA JR, 2012).

A partir dessa leitura, observamos a instalação de espaços urbanos com diferentes tamanhos demográficos e diversas funções no território, o que nos indica que estamos diante de novas formas de apropriação do espaço que promovem mudanças socioeconômicas significativas, que podem ser materializadas, por exemplo, pela constituição de novos modelos residenciais, que seguem a lógica de localização das atividades industriais, comerciais e de serviços dos centros mais desenvolvidos (SANTOS, 2005 [1993]), não dissociando as dimensões do urbano e do rural na análise.

Como afirma Sposito (2006), a unidade espacial da cidade, em contraponto ao campo, encontra-se em processo de dissolução, em função do espraiamento do tecido urbano e da diminuição relativa das taxas de densidade demográfica em espaços urbanos. Segunda a autora, torna-se cada vez mais difícil perceber onde termina a cidade e começa o campo, sendo este quadro fomentado pelo crescente fluxo de pessoas e mercadorias entre os espaços rurais e urbanos (Ibid.).

Nesse sentido, Sposito (2006) segue ressaltando que podemos relacionar a urbanização aos elementos nele identificados, como a cidade, o urbano, a concentração de população, equipamentos e infraestruturas, mas devemos encará-la como um processo que extrapola diversas escalas do território, chegando também à dimensão do rural, embora já entendemos não ser possível fazer essa dissociação (urbano-rural) (SPOSITO, 2006).

Assim também, não podemos mais pensar a urbanização contemporânea, processo que está vinculado à estruturação do território (LEFEBVRE, 1991 apud LIMONAD, 2008b), sem considerar as suas várias escalas⁴⁷ de análise. Devemos

⁴⁶ Alguns dos principais estudos demográficos do Brasil, especialmente sobre a mobilidade espacial da população brasileira, são realizados pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), vinculado à UFMG (<http://cedeplar.ufmg.br/>). Sobre o tema, ver também o trabalho de Becker (2006 [1997]).

⁴⁷ Com o objetivo de contribuir para o esclarecimento sobre a problemática da escala geográfica, especialmente na dimensão do urbano, indicamos o texto de Corrêa (2003b).

pensar sobre o extravasamento dos limites da cidade e que a urbanização não está mais só imbuída ao modo de vida da sociedade, mas também ao caráter extenso do território (LIMONAD, 2008b).

Em um artigo publicado na Revista Cidades⁴⁸, Limonad (2008b) discorre sobre os elementos constitutivos da urbanização hoje, e as 03 esferas da vida social fundamentais para entendermos as mudanças exigidas por novas demandas e necessidades para a reprodução da totalidade⁴⁹:

Reprodução do capital e dos meios de produção: deparamo-nos com transformações no espaço de produção através do deslocamento de plantas industriais, ocasionando uma drástica mudança na divisão socioespacial do trabalho; Reprodução da força de trabalho: identificamos uma reestruturação nas relações de trabalho a partir das mudanças promovidas pelas indústrias; Reprodução da família: a dinâmica socioespacial da população, no que se refere ao cotidiano, à reprodução da vida, sofreu também mudanças, estas ligadas à redistribuição espacial da população, ao desenvolvimento técnico-científico e às novas condições gerais de produção (Ibid., p. 248).

Com isso, no Brasil, nos deparamos com um movimento de redistribuição espacial da população e das atividades produtivas, promovendo a geração de novas formas de organização desses seguimentos no território, a criação de novas formas urbanas e, com isso, o surgimento de novas redes de interações socioespaciais que ascendem novas regionalizações (Ibid.).

Compreendemos que a realidade urbano-regional brasileira ganha projeção e vem extravasando a ideia da área metropolitana como único campo empírico de investigação (MOURA, 2009; OJIMA, MARANDOLA JR., 2012), passando a ser um formato considerado na organização dos espaços em áreas afastadas dos grandes centros.

Exemplo disso é a percepção de alguns desdobramentos socioespaciais, não mais exclusivos às grandes cidades, que possuem a separação entre os espaços de residência, consumo e trabalho, materializados espacialmente por meio da:

Difusão de condomínios fechados ou de loteamentos para as classes média e alta, localizados nas proximidades de vias de tráfego [...]

⁴⁸ Para acessar a revista, ver o site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades>

⁴⁹ De acordo Lefebvre (1991, apud LIMONAD, 2008b), a reprodução da totalidade compreende todas as esferas da vida social, seja a reprodução do capital, dos meios de produção, da força de trabalho e da família.

Multiplicação de loteamentos residenciais em áreas rurais, destinados a trabalhadores urbano nas áreas da franja [da cidade] (LIMONAD, 2008b, p. 252).

Em regiões como no interior nordestino, encontramos, ainda, uma aproximação dos centros de consumo como supermercados, *shoppings centers* e restaurantes; a mudança na lógica das instituições financeiras nestes espaços menores, o que providencia a monetarização da vida social e a oferta do crédito; bem como a difusão do ensino técnico e superior, público e privado, em áreas até então desprovidas destes serviços (SANTOS; SILVEIRA, 2001; ARAÚJO, 2014; SILVA, 2014).

Desse modo, reafirmamos que as mudanças verificadas nessa fase da urbanização devem ser encaradas, por uma ótica multiescalar, em que, na dimensão regional, a acentuação das desigualdades socioespaciais é cada vez mais latente. A disposição socioespacial das cidades na região e o rebatimento da reestruturação produtiva⁵⁰ no território podem provocar a formação de uma nova configuração urbano-regional em uma área tradicionalmente fora dos principais nós da rede urbana brasileira (MOURA, 2009; OJIMA; MARANDOLA JR., 2012).

Esse quadro, fruto da fragmentação do território da urbanização hoje, torna-se mais visível e promove a apropriação de espaços até então não utilizados, transformando-os em urbano⁵¹ para fins residenciais ou industriais, muitas vezes, extrapolando os limites da cidade (LIMONAD, 2000). Esse fenômeno disperso da urbanização, apontado também por Limonad (2006), nos ajuda a entender a nova configuração urbano-regional de diversas realidades do território, como a influência de centros maiores que estão no raio maior da hierarquia urbana, que possuem um espraiamento de suas estruturas modernas do terciário em regiões vizinhas e que, em alguns casos, se configuram como verdadeiros corredores de desenvolvimento formados pela concentração de equipamentos, comércio e serviços em uma cidade na região.

⁵⁰ De acordo com Gottdiener (2010 [1993]), a reestruturação produtiva é uma manifestação da crise estrutural do capital que atua na organização socioespacial de várias formas e dimensões, podendo assumir algumas denominações intencionais, como reestruturação urbana e econômica (SPOSITO; SPOSITO, 2014).

⁵¹ Segundo Limonad (2000), a partir da inserção por parte do homem de algo que não existia no espaço, mudam-se as relações sociais de produção que envolvem e atendem às necessidades intrínsecas ao viver no urbano.

Santos (2008b [1981], p.130), quando discorreu sobre a urbanização latino-americana, afirmou que algumas cidades parecem uma verdadeira “[...] úlcera que se desenvolve em detrimento de tudo o que a rodeia”. É assim que visualizamos os centros mais afastados das principais atividades econômicas (modernas) e que têm sua dinâmica socioespacial sustentada a partir da pobreza das pequenas cidades que compõe de sua hinterlândia (CORRÊA, 2006a).

Esta é mais uma singularidade gerada pela heterogeneidade no tempo e espaço da urbanização do território brasileiro, o que torna possível ter algumas abordagens para cada parte do país (SANTOS, 2005a [1993]). Temos, assim, no que diz respeito ao urbano, a totalidade do espaço como uma realidade concreta, proporcionada por uma nova dinâmica do capital e revelada nos grandes contrastes regionais do país (Id.;1979).

Podemos dizer que é nesse sentido que tratamos da urbanização contemporânea, que impõe ao espaço brasileiro a base material requerida pela sociedade e economia. A questão regional passou a nortear as problemáticas urbanas no espaço, onde a organização intra-urbana e a esfera social deram lugar à esfera do econômico e à escala interurbana, tornando-se problemáticas principais nos estudos urbano-regionais na atualidade (CORRÊA, 2006a).

A preocupação com a articulação entre a cidade e sua região é um caminho que trilhamos para entender as mudanças e permanências dessa nova fase da urbanização, que nos chamou a atenção, seja para algumas porções do território, onde se multiplicam as novas fronteiras (urbanas), estas localizadas próximas às grandes aglomerações urbanas⁵², aos espaços regionais acionados pela lógica urbana-industrial de caráter hegemônico, como também às regiões afastadas dos principais nós da rede urbana nacional e das principais atividades econômicas que estruturam o território (CORRÊA, 2006a; 2012).

O processo de urbanização recente seguiu esse sentido de preenchimento do território e exploração pelo capital, tomando a malha rodoviária e as redes de comunicação e de serviços por diversas regiões brasileiras até então pouco ocupadas. Segundo Monte-Mor (2006), em alguns casos, estas regiões passaram a estar

⁵² Segundo Beaujeu-Garnier (1995, p.126-127), as aglomerações urbanas são “[...] forma mais simples do desenvolvimento urbano, defini-se classicamente como uma cidade envolta por arredores; quer dizer que, neste caso, é monocêntrica. Em geral a expressão é reservada para cidades já de um certo tamanho e com uma localização relativamente independente em relação a outros grandes sítios urbanos”

vinculadas à expansão do agronegócio globalizado⁵³, como as regiões Norte (Amazônia) e Centro-Oeste (especialmente, os interiores dos estados do Goiás, do Mato Grosso e, agora, parte do Tocantins), como também em áreas do Nordeste e os interiores mineiro e paulista.

Essa assertiva nos impulsiona a entender a urbanização contemporânea e o sistema urbano brasileiro como resposta da mudança na configuração territorial do país, em que as atividades econômicas e a mobilidade espacial da população têm um papel importante nesse processo (SANTOS, 2004c [1996]). Para isso, não podemos esquecer a influência da globalização e a tendência à fragmentação do território a partir do surgimento das forças centrípetas⁵⁴ em diversas regiões, onde o número crescente de cidades e a emergência de novas características urbanas vêm assumindo novas funções na organização do território (Ibid.).

Por isso, reforçamos a necessidade de atentar para os novos padrões de localização das atividades produtivas que agora não estão mais tão concentradas e, mais ainda, para as mudanças nos padrões de mobilidade espacial da população que hoje vêm chamando a atenção em cada porção do território: em destaque, a migração intra-regional e de curta distância que, em diversas situações, podem ser consideradas como pendular não diário (JARDIM, 2011). Essa é uma característica que “[...] envolve distintas dimensões e diversas práticas cotidianas da população no território referentes à mudança de lugar” (Ibid., p. 58-59). Este tipo de migração pendular:

[...] refere-se aos percursos entre o domicílio e o lugar de trabalho, medidos em termos de tempo e espaço, que pode variar de uma hora ou mais, um dia de trabalho, uma semana ou um mês, mas também envolve vários meses (migrações sazonais) [...]” (JARDIM, 2011, p. 59).

Esse movimento é muito comum no interior do Nordeste brasileiro, quando envolve o deslocamento de pessoas de uma cidade para outra em uma mesma região,

⁵³ Essa discussão sobre a intensificação da urbanização em várias regiões do país, a partir da expansão do agronegócio globalizado, é amplamente realizada por Elias (1996, 2006, 2008, 2011, 2013a).

⁵⁴ Segundo Santos (2004c [1996], p. 286), “As forças centrípetas resultam do processo econômico e do processo social, e tanto podem estar subordinados às regularidades do processo de produção, quanto às surpresas da intersubjetividade. Essas forças centrípetas, forças de agregação, são fatores de convergência. Elas agem no campo, agem na cidade e agem entre cidade e campo. No campo e na cidade, elas são, respectivamente, fatores de homogeneização e de aglomeração. E entre o campo e a cidade, elas são fatores de coesão”.

ou advindas de um centro urbano maior próximo, como os médicos e professores, que possuem empregos diferentes e precisam viajar semanalmente para outra cidade para preencher sua carga horária (Ibid.).

Com essas e outras características da urbanização contemporânea, se faz necessária uma maior apreensão das diversas escalas da rede urbana brasileira, detalhando as ligações entre os nós das cidades e considerando a estruturação dos espaços, com a expansão dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações (SANTOS, 2004c [1996]). Salientamos, ainda, a importância do atual estágio da urbanização da sociedade brasileira, tendo em vista a promoção de investimentos produtivos no território que contribuíram para uma nova configuração territorial marcada pela consolidação de aglomerações urbanas, em várias escalas e em todas as regiões do país (IBGE, 2015c).

Considerando a problemática da urbanização brasileira, temos a necessidade de encarar este processo aliado à conformação da rede urbana no contexto espaço-temporal e sua diversidade no território. Como podemos dizer, existem várias redes urbanas no país e precisamos estudá-las para melhor compreensão do todo.

2.2 A REDE URBANA: CONFIGURAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Ao pensarmos na configuração das cidades brasileiras hoje, não podemos deixar de lembrar que estas estão inseridas em redes multiescalares que abrigam as interações espaciais (CORRÊA, 2006b [1997]), bem como o padrão hierárquico das cidades que aprendemos desde cedo e que se encontra muito além da estruturação do território (CORRÊA, 2006a; SPOSITO, 2011).

Ultimamente, nos deparamos com o discurso de grande parte dos estudiosos do caso urbano brasileiro (CORRÊA, 2006a; SANTOS, 2005 [1993]) de que não é mais possível considerar a organização hierarquizada das redes de cidades, como fazíamos em meados do século passado, observando a forma clássica, dura e inflexível da organização das cidades. Do mesmo modo, não poderíamos ler as relações entre estes espaços respeitando metodicamente as divisões regionais instituídas antes dessa nova fase da urbanização, na qual, além do processo de metropolização em curso, há também um crescimento das cidades médias e pequenas por toda parte (SPOSITO, 2007). O que temos, atualmente, é uma rede

urbana muita mais densa, da qual emergem novas regionalizações no território (ELIAS, 2013b).

Por esse motivo, no debate sobre as redes geográficas (CORRÊA, 2006a, 2012; DIAS, 1995, 2005), especialmente das redes urbanas, não é possível encontrar um consenso sobre a discussão, mesmo compreendendo que esse não é um debate recente. Um dos primeiros trabalhos sobre a rede urbana no país foi desenvolvido por Geiger (1963), que discutiu a formação e organização das cidades em suas regiões na primeira metade do século passado. Na obra, Geiger (1963) faz a revisão de alguns estudos urbanos desenvolvidos principalmente por Pierre George, Michel Rochefort e Milton Santos, os quais apontaram elementos teórico-metodológicos para se estudar a cidade e a rede urbana.

O trabalho de Geiger (1963, p. 11) já mostrava na época que, apesar da defesa da “[...] autonomia da cidade em relação à região; de que as cidades são criadoras de suas próprias atividades; de que a cidade constitui um meio geográfico diferente do meio rural que a rodeia”, o que observamos era uma dificuldade persistente em definir a cidade, uma vez que, em qualquer que seja o estudo realizado, surge logo sua relação com a região.

Considerando o Brasil de meados do século XX, Geiger (1963) destrincha o país em regiões, observando as variáveis hierárquicas que organizam as cidades no território a partir das tendências à integração do conjunto urbano, fruto de trocas internas mais intensas comandadas pelos maiores centros, contudo, mostrando a fragmentação herdada do período colonial, o que lhe induz a afirmar a existência de mais de uma rede urbana. Esse panorama é enfatizado pelo autor ao argumentar sobre o maior escalonamento hierárquico na rede urbana brasileira, que apresenta uma série de centros intermediários entre o pequeno centro local e a capital regional (Ibid.).

Outro ponto que destacamos na obra trata do problema da classificação das cidades, a qual sugere uma lista de critérios que possibilitou a formulação de um esquema de categorização, tendo como principais variáveis a serem observadas: a época de sua formação; a origem de seu território (patrimônio religioso, território de colonização, etc.); de posição (seu caráter dinâmico de localização); ou considerando a estrutura urbana de uma cidade (plano da cidade, aspectos arquitetônicos, conteúdo funcional ou social das partes da cidade) que, a propósito, assumem um conteúdo mais complexo (GEIGER, 1963).

Na produção sobre a rede urbana, Corrêa (2006a) aponta que grande parte dos estudos tem sido realizado com base na Teoria dos Grafos⁵⁵, a qual permite mensurar o grau de sua conectividade com o espaço e, a partir de sua representação matricial, possibilita identificar a hierarquia dos nós da rede e suas áreas de influência.

Para Dias (2005) e Corrêa (2012), a rede urbana se constitui no caso mais complexo e estudado das redes geográficas, uma vez que esta é concebida como a expressão continuada e atualizada da estrutura social crescentemente diferenciada e complexa no território, visto que as relações sociais, seja por meio de fatores internos ou externos, estruturam o processo de urbanização no Brasil. Assim, resumidamente, podemos dizer que a rede urbana é um tipo de rede geográfica em que os nós constituem os núcleos urbanos e as ligações que os conectam são os fluxos de pessoas, mercadorias, capital e informações que circulam entre esses núcleos (CORRÊA, 2012). Os fluxos são o ponto alto para a compreensão do espaço nessa ótica, nos ajudando a identificar as escalas geográficas, bem como os sentidos que estes vêm seguindo no espaço (CORRÊA, 2006a; DIAS, 2005).

Em alguns textos, Corrêa (1996a; 2001; 2006) aponta que o tema rede urbana vem sendo trabalhado pelos geógrafos a partir de diferentes abordagens, sendo as mais comuns as que tratam da diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidade e região.

Entretanto, Corrêa (2006a) revela que, para o entendimento da natureza e significado da rede urbana, é preciso considerar a produção existente de geógrafos e não geógrafos sobre o tema, o que nos mostra que devemos atentar para alguns ângulos de abordagem que deverão ser seguidos: a rede urbana enquanto reflexo da divisão territorial do trabalho, “[...] na medida em que, em razão de vantagens locais diferenciadas, verifica-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional caracterizadora [...]” (Ibid., p. 26).

Desse modo, devemos atentar também para a rede urbana relacionada aos ciclos de exploração, ou seja, o valor excedente (juros, rendas e lucros) é investido em novas atividades, tanto no campo como na cidade, implicando na circulação, o que

⁵⁵ Essa tendência pode ser visualizada de forma mais presente nos textos publicados na Revista Brasileira de Geografia do IBGE, entre as décadas de 1960 e 1980 (<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>). Entre os artigos publicados, destacamos o de Faissol (1974), como um dos pioneiros sobre o sistema urbano brasileiro (CORRÊA, 2006a).

alimenta os fluxos de pessoas, bens e serviços, ordens, ideias e dinheiro (CORRÊA, 2006a).

Não podemos deixar de destacar quando este autor (Ibid., p. 40) aponta a periodização como abordagem importante no estudo da rede urbana, uma vez que “[...] a totalidade social é constituída pela combinação das instâncias econômica, jurídico-política e ideológica” e estas possuem um tempo próprio para o desenvolvimento. Assim, entendemos que a rede urbana reflete as características da conjuntura política, econômica e cultural do território, apresentando-se como dimensão socioespacial.

A opção em trabalhar com esta abordagem está relacionada com o que Corrêa (2001; 2004) discute sobre o atual estágio da rede urbana brasileira, caracterizada por modificações que implicam:

[...] a continuidade da criação de novos núcleos urbanos, a crescente complexidade funcional dos centros urbanos, a mais intensa articulação entre centros e regiões, a complexidade dos padrões espaciais da rede e as novas formas de urbanização (Id., 2001, p. 428).

Este estágio pode ser acompanhado nas últimas décadas a partir do estudo do processo de urbanização no Brasil, o qual estamos enfatizando desde o início, e que se manteve acelerado, apresentando uma grande diversidade no território, caracterizada pela periferização dos centros urbanos, pelo crescimento das cidades médias, pela formação e consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não metropolitano, bem como pela representatividade das cidades pequenas e centros regionais menores, admitindo-se a confluência destes com o urbano e o rural (CORRÊA, 2007, 2011).

Neste contexto de reestruturação da rede urbana brasileira, torna-se necessário entender os novos papéis e valores desempenhados pelas cidades e suas respectivas regiões, identificando as funções urbanas e interações espaciais, particularmente, as relações interurbanas (Id.; 2000, 2001).

E, tomando a linha da economia urbana, segundo Domènech (2003, p. 2, tradução nossa), a rede de cidades é utilizada para interpretar a economia do espaço, no qual “[...] os nós se constituem cidades ligadas por laços de natureza

socioeconômica, através dos quais trocam fluxos de natureza diferente, apoiados em infraestruturas de transportes e comunicação”⁵⁶.

Desse modo, podemos dizer que, no atual estágio da urbanização, em que a estruturação e as articulações formam as redes urbanas, a função das cidades, no que se refere ao papel territorial e escalar, pode ser vista a partir das horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 2004c [1996]), nas quais podemos visualizar uma constelação de pontos descontínuos, porém, interligados, como aponta o autor:

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades* (Id., 2004c [1996], p. 284, grifo do autor).

Com a estruturação do espaço, vista sua concentração nos principais nós da rede urbana (SPOSITO, 2011), identificamos a concentração dos maiores equipamentos e modelos econômicos fomentadores da divisão territorial do trabalho. Esse panorama remonta a uma leitura tradicional da rede urbana que alguns acham ultrapassada, mas que pode ser vista ainda quando observamos a acentuação da disputa entre os centros urbanos, cujas relações são de modo hierárquico e divergente.

Em uma proposta de atualização da teoria das localidades centrais de Christaller (1966), Taylor et al. (2010) propuseram a teoria de fluxo central como caminho nos estudos contemporâneos da rede urbana. Segundo o estudo, em vez de abandonar ou estender o pensamento de lugar central, devemos tratá-lo com o objetivo de entender melhor os dois processos genéricos das relações urbanas (Ibid.).

Apesar dessa manifestação, havemos de considerar alguns estudos clássicos que ainda podem ser considerados hoje, quando Rochefort (1998)⁵⁷ elabora um caminho para pesquisar o grau de centralidade dos centros urbanos na rede urbana,

⁵⁶ Fragmento original: “[...] los nodos son las ciudades, conectadas por vínculos de naturaleza socioeconómica (links), a través de los cuales se intercambian flujos de distinta naturaleza, sustentados sobre infraestructuras de transporte y comunicaciones” (DOMENÈCH, 2003, p. 2).

⁵⁷ Ver também as obras de Rochefort (1961, 2003).

determinando, assim, uma hierarquia⁵⁸ das cidades. Esse grau considera a população terciária e a relação desta com sua população ativa total. Essa leitura pode ser considerada, resguardando as especificidades, quando nos remetemos à hierarquia inferior da rede urbana brasileira.

Nesse sentido, Sposito e Catelan (2014, p. 556-557) afirmam que:

A rede urbana brasileira vem sendo estruturada, de modo mais intenso, pela ação do capital que promove processos sob os quais o território brasileiro é produzido de forma desigual. Às cidades atribui-se diferentes papéis e funções na rede urbana, de acordo com a concentração espacial e econômica em cada uma das cidades, formando, portanto, uma rede de cidades diversa e desigual, na qual a hierarquia espacial se amplia⁵⁹.

Porém, nos estudos econômicos sobre cidades, apesar dos avanços na compreensão dos processos internos desses espaços, a problemática regional foi deixada em segundo plano, sendo retomada somente agora, nas últimas décadas.

A reflexão da heterarquia urbana, desenvolvida por Catelan (2013)⁶⁰ e proposta para o estudo das cidades médias, surge como uma oposição à hierarquia urbana, como parte de sua estrutura que revela as tensões e contradições constitutivas nessa dimensão do espaço. A interdependência estrutural é uma característica da hierarquia urbana, enquanto realizada a partir de ordens técnicas, financeiras, políticas, condição de funcionamento de um sistema (SANTOS, 2004c [1996]). A heterarquia urbana advém de escalas diferentes, sendo que, no mesmo momento, as escalas local e regional não desaparecem, sendo ressignificadas pela globalização (SANTOS, 2004c [1996] apud CATELAN, 2013).

⁵⁸ É importante destacar que, no sistema hexagonal descrito por Christaller, é otimizada a distribuição de centros urbanos, em termos de espaçamento, enquanto que uma hierarquia se forma piramidada, para atender à demanda de bens de natureza e sofisticação diferentes (FAISSOL, 1975, p. 17).

⁵⁹ Observando o atual estágio da reprodução do capital e da estruturação do território, que promove a complexidade das interações espaciais interescares, os autores adotam a ideia de complementação da hierarquia urbana, propondo a reflexão metodológica denominada heterarquia urbana (SPOSITO, CATELAN, 2014).

⁶⁰ Na oportunidade, Catelan (2013) estudou as cidades de Bauru (SP), Marília (SP) e São José do Rio Preto (SP), tentando aplicar a ideia de “heterarquia urbana”. Estas cidades paulistas foram representadas na condição de cidades médias na rede urbana e como pontos-nós de encontro e articulação de múltiplas escalas. Contudo, no estudo, não se buscou apenas identificar a posição destas cidades na rede urbana, mas também suas funções e papéis na rede regional e em outras escalas (Ibid.).

Atualmente, a teoria das localidades centrais ainda pode ser considerada, no que se refere aos processos básicos de identificação, por exemplo, na existência de uma padronização espacial para a sociedade de consumo que continua a concentrar-se em lugares centrais (TAYLOR et al., 2010).

Quando estudamos cidades de características regionais como Pau dos Ferros, devemos pensá-las inseridas na rede urbana com uma conexão às atividades econômicas, em que, por um lado, as barreiras político-administrativas passam a ter uma representação secundária, por outro, a fragmentação das cidades e regiões e o fortalecimento das regionalizações passam a caracterizar melhor esse fenômeno na contemporaneidade (Ibid.).

Contudo, considerando as desigualdades regionais no Brasil, em que o Estado aparece como um grande agente social e econômico, a descentralização das instituições públicas é uma forma de organizar o espaço, fortalecendo a região em que estes organismos públicos estão e, muitas vezes, se encontram apenas em uma rede formada por filiais de empresas relacionando-se com suas sedes (CORRÊA, 1992, 1995).

O que vimos nos trabalhos recentes de redes de cidades do próprio IBGE, como os *Estudos para a Caracterização da Rede Urbana*⁶¹ e, principalmente, com os estudos das REGICs⁶², é a adoção da leitura das redes hierárquicas de cidades, definidas pela análise da gestão pública e empresarial, exercendo relações de controle e comando entre os centros urbanos; como também das redes não-hierárquicas, concebidas a partir da análise de relações horizontais entre cidades, de complementaridade, que são identificadas por abrigar uma especialização produtiva e pela oferta diferencial de serviços (IBGE, 2002, 2008).

Para tanto, há de se considerar a importância desses trabalhos que serviram de parâmetro para vários outros estudos mais específicos de realidades que mostram o papel ainda importante da rede urbana como dimensão socioespacial que nos ajuda a pensar o papel das cidades nas regiões brasileiras.

⁶¹ Vide IBGE (2002).

⁶² Os estudos das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) têm como principais objetivos: hierarquizar os centros urbanos; delimitar as regiões de influência associadas aos centros urbanos e compreender a articulação entre as cidades (IBGE, 2008). Torna-se importante frisar que os primeiros estudos de hierarquia urbana realizados no Brasil tiveram forte influência dos geógrafos franceses, especialmente de Michel Rochefort (CORRÊA, 1989).

2.3 UMA LEITURA SOBRE OS ESTUDOS DA REDE URBANA BRASILEIRA

Atualmente, nos deparamos com diversas realidades socioespaciais presentes no Brasil e, considerando as várias formas e distintas escalas da urbanização, há a presença de uma grande quantidade de metrópoles, de vários aspectos (mundiais, nacionais e regionais); centros urbanos locais; aglomerações com papéis de polarizar e congregar vários municípios em seu entorno, que desempenham uma função regional importante no território (IBGE, 2008).

Como estamos tratando desde o início, no atual estágio da globalização, os estudos sobre as formas organizacionais das redes urbanas estão cada vez mais ganhando importância, os quais buscam um melhor entendimento da atual dinâmica socioespacial no território, e que vêm revisitando a versão clássica da leitura da contiguidade espacial (CORRÊA, 2003a [1986]). Contudo, há de considerar a preocupação em enxergar as conexões entre as cidades e as articulações entre os espaços como um eixo estruturador (Ibid.).

A reafirmação de que a revisão de algumas teorias clássicas da rede de cidades pode dar conta de explicar a atual conjuntura socioespacial em que se encontram as cidades é evidenciada quando vimos a utilização, por exemplo, da teoria das localidades centrais para entender a base da pirâmide hierárquica das cidades. Apesar disso, temos que nos resguardar nos estudos de atualização e aplicabilidade dessa importante teoria geográfica.

Na proposta apresentada por Taylor et al. (2010), denominada de *Teoria dos Fluxos Centrais*, e utilizada pelo IBGE (2008, 2014a) nos estudos mais recentes da redes de cidades, é proposta uma revisão da teoria de Christaller (1966), argumentando que todo espaço urbano é estruturado por dois processos distintos: o primeiro detém uma natureza local e é moldado em uma organização hierárquica; o segundo processo é marcado por relações que extravasam os limites do território, adotando um caráter horizontal (*city-ness*).

Segundo Taylor et al. (2010), na rede urbana, as cidades de menor porte (*towns-ness*) são espaços que possuem a função de ofertar bens e serviços de consumo imediato⁶³ para sua população, e estas cidades se encontram dispersas em

⁶³ Estamos chamando de bens de consumo imediato aqueles usados diretamente na satisfação das necessidades das pessoas em geral. Estes bens são caracterizados basicamente por gêneros da alimentação, vestuário, entre outros. Segundo Pagnani (2016), na dimensão do consumidor final, temos

sua área de influência, diferentemente do que acontece com as funções das cidades maiores.

Ainda segundo o mesmo autor, as *city-ness* são os centros maiores que abrigam os estabelecimentos mais elevados da hierarquia das cidades (TAYLOR, et al., 2010). Nestes espaços, historicamente, existe uma autonomia econômica que favorece as relações indutivas na rede de cidades, estabelecendo processos completamente diferentes em relação às cidades menores (*towns-ness*). Estes espaços possuem ligações externas, porém, são nas *city-ness* que as relações urbanas se mostram amplamente horizontais (Ibid.).

As atividades comerciais estão organizadas em estruturas espaciais e distribuídas pela rede, e tanto os bens quanto os consumidores não estão necessariamente seguindo a lógica das hierarquias permanentes, em que os nós polarizam de forma fixa e dominante na rede (TAYLOR et. al., 2010). A hierarquia das cidades, como podemos ver nos estudos da rede urbana regional⁶⁴, em especial, aqueles elaborados para subsidiar o planejamento estatal, está propensa a mudanças constantes e é alvo de investigações de diversas instituições no país.

Nessa perspectiva do planejamento, alguns trabalhos se destacaram no Brasil nas últimas décadas com a proposta de organização espacial das redes de cidades, e achamos por bem elencá-los como orientação metodológica para identificação e leitura da realidade urbana-regional (MOURA, 2009).

Apesar das críticas atribuídas aos trabalhos dessa natureza, evidenciadas pelo desinteresse no estudo da rede urbana a partir do final do século passado, segundo Blotevogel (1996), estas estiveram relacionadas em grande parte à escola positivista da geografia quantitativa. Entretanto, a nosso ver, sua discussão ainda pode ser usada no estudo dos mecanismos genéricos da organização das cidades.

Entre os estudos de maior importância percorridos sobre a rede urbana regional brasileira, temos *Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira: configurações atuais e tendências da rede urbana* (IPEA, 2001); o *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento*, do Ministério do Planejamento (MP, 2008), a *Tipologia das Cidades Brasileiras*, elaborado pelo grupo do Observatório das

os bens de consumo duráveis, compreendidos, por exemplo, por geladeiras, fogão, televisor e os não duráveis: alimentação, vestuário e produtos de higiene.

⁶⁴ Ver o texto de Corrêa (1989).

Metrópoles (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009) e as séries do IBGE (1972, 1987, 2000, 2008) intituladas de *Regiões de Influência das Cidades* (REGIC).

O trabalho elaborado pelo IPEA (2001), *Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira: configurações atuais e tendências da rede urbana*, apresenta-se como um importante estudo sobre a evolução da rede urbana brasileira a partir das mudanças socioespaciais ocasionadas pelo crescimento demográfico, funcional e espacial das cidades brasileiras nas últimas décadas do século passado.

Elaborado para ser utilizado como um subsídio às políticas setoriais e territoriais, o estudo do IPEA (2001) evidencia a urbanização como um processo de mudança, no qual as atividades econômicas têm um papel determinante na reorganização do território. O sistema urbano brasileiro incorporou as transformações espaciais da economia, o que propõe a investigação das mudanças na área do desenvolvimento e sua relação com a urbanização regional e dinâmica interna das cidades.

O estudo enfoca o período compreendido pelas décadas de 1980 e 1990, e identifica as principais mudanças ocorridas na conformação do sistema urbano e sua relação com o desenvolvimento econômico regional (IPEA, 2001). As características do arranjo espacial da indústria e da agropecuária no território são, por sua vez, as que induzem os novos sentidos da urbanização no período, providenciando novas regionalizações no território (Ibid.).

Apesar de já transcorrer mais de 15 anos da publicação, o trabalho do IPEA (2001) abrangeu temas centrais e considerados atuais para o estudo urbano-regional no país, utilizando como fonte diversas pesquisas desenvolvidas na época, como o próprio REGIC, e pode ser considerado para entender o atual estágio da urbanização brasileira. Como podemos conferir:

O estudo abrangeu três vertentes de análise. A primeira considera os processos econômicos gerais que estão na base da estruturação e do desenvolvimento da rede urbana do Brasil. A segunda leva em conta os processos econômicos regionais e seus desdobramentos na configuração e nas tendências da rede de cidades de cada uma das grandes regiões geográficas do país. A terceira refere-se à manifestação de processos característicos da tipologia da rede urbana – o tamanho, a função e a forma urbana -, enfocando essas manifestações seja para o país como um todo, seja para cada uma das grandes regiões geográficas (IPEA, 2001, p.13).

A obra é subdividida em 06 volumes, integrando a série intitulada *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Os primeiros volumes se dedicam à discussão sobre a *Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil* (volume 1)⁶⁵, utilizando os resultados finais dos estudos da rede urbana brasileira, que evidenciam as principais transformações espaciais da economia e seus impactos na urbanização do território. No volume 2⁶⁶, são propostos *Estudos básicos para a caracterização da rede urbana*, reunindo alguns trabalhos do IBGE, como as REGICs, as aglomerações urbanas e a tipologia dos municípios brasileiros. *Desenvolvimento regional e estruturação* é o título dado ao terceiro volume⁶⁷, que possui um caráter conceitual e metodológico do trabalho desenvolvido pelo IPEA (2001).

Os volumes 4, 5 e 6 do trabalho apresentam os estudos parciais para a classificação das *Redes Urbanas Regionais*. O volume 4, compreendido pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste; volume 5, pela região Sudeste; e o volume 6, pela região Sul. Apesar das diversidades regionais encontradas no território, o IPEA (2001) ressalta que o resultado da pesquisa utilizou as mesmas orientações metodológicas adotadas para a rede urbana de todas as regiões pesquisadas.

O segundo produto que destacamos foi elaborado pelo Ministério do Planejamento (MP, 2008) com o enfoque de abordagem na dimensão do planejamento nacional, apontando as inquietações sobre a capacidade produtiva, a rede de oferta de serviços e a infraestrutura, bem como o impacto das novas tecnologias no território. Estes aspectos impulsionaram a população como, por exemplo, nos novos sentidos dos fluxos migratórios para as próximas décadas.

Este documento é intitulado “*Estudo da dimensão territorial para o planejamento*” e propõe a inserção da dimensão territorial na esfera do planejamento estatal, integrando a ele as políticas públicas do Governo Federal e incorporando metodologias, ferramentas e práticas voltadas para atender às demandas sociais de gestão.

⁶⁵ Neste volume, ganham destaque os papéis das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo como metrópoles globais e as novas tendências para o desenvolvimento regional.

⁶⁶ Na seção, são destacadas também as principais transformações espaciais da economia e seus impactos na urbanização e na própria rede urbana.

⁶⁷ Aqui, são apresentadas as hipóteses e as principais tendências do desenvolvimento urbano brasileiro e suas implicações na estruturação do seu sistema urbano no período de enfoque (décadas de 1980 e 1990).

Organizado em 08 módulos, o trabalho apresenta etapas metodológicas divididas que compreendem definições de contextos e referenciais básicos de suporte para apreensão das variáveis pré-estabelecidas, bem como das atividades de estruturação e tratamento dos dados para a pesquisa. Essa organização é apresentada com uma visão estratégica, pensando em um período de 30 anos. Os impactos econômicos e a avaliação de sustentabilidade dos investimentos são voltados para pensar a organização de regiões de referência para todo o território brasileiro, observando os “[...] critérios econômicos, ambientais e sociopolíticos na definição das regiões, que têm em conta o papel desempenhado pelas cidades na organização do território, dada a força de polarização em sua área de influência” (MP, 2008, p.16). Essa proposta construiu uma regionalização do território observando duas escalas: a macrorregional e a sub-regional.⁶⁸

Considerando as limitações na espacialização de novas regionalizações, agravadas pela crescente fragmentação do espaço advinda da globalização, o estudo do MP (2008) tentou incorporar as diversidades multiescalares do território propondo um recorte composto por 11 macrorregiões e 118 sub-regiões. As macrorregiões podem ser polarizadas, bipolarizadas ou multipolarizadas e não obedecem exatamente a divisões político-administrativas das regiões e estados da federação, como é o caso da macrorregião bipolarizada por Belém e São Luís e a Macrorregião Multipolarizada por Brasília, Goiânia e Uberlândia.

Quanto à organização hierárquica dos centros urbanos, são utilizados os índices de terceirização⁶⁹, bem como o cálculo do índice de interação⁷⁰ entre esses centros e demais localidades geográficas (MP, 2008). Esta metodologia foi extraída da proposta de Isard (1975) e denominada de modelo gravitacional, a qual permite a definição de uma área de influência que considera o poder de atração determinado pela densidade do setor de serviços e dos fluxos migratórios, bem como as distâncias reais entre os principais centros percorridos pelas rodovias e hidrovias.

⁶⁸ O resultado do estudo possibilitou, inicialmente, a identificação de seis grandes espaços homogêneos que estão relacionados aos biomas brasileiros (1. Bioma Florestal Amazônico; 2. Centro-Oeste; 3. Centro-Norte; 4. Sertão Semiárido Nordeste; 5. Litoral Sudeste-Sul; 6. Litoral Norte-Nordestino), observando a diversidade das paisagens do nosso território (MP, 2008).

⁶⁹ Segundo o MP (2008, p. 29), “O índice de terceirização é calculado com base na relação entre a renda do setor serviços e a renda total do centro urbano. Como não existe uma contabilidade social regionalizada e setorializada, foi tomada como ‘proxy’ da renda a massa de rendimentos do trabalho dos respectivos setores”.

⁷⁰ Para se chegar ao índice de interação, o estudo utiliza a relação entre as médias de rendimentos de uma região e a distância entre as regiões estratégicas (MP, 2008).

Outro trabalho importante que tomou por base a classificação da rede urbana e o processo de urbanização brasileira recente (a partir da década de 1970) foi o desenvolvido pelo grupo do Observatório das Metrópoles⁷¹, extraído da série *Como Andam as Regiões Metropolitanas*, editado originalmente na Coleção de Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, do Ministério das Cidades e intitulado “Tipologias das cidades brasileiras”, este sob a organização dos professores Jan Bitoun e Livia Izabel Bezerra de Miranda, e resultando, posteriormente, na publicação da obra (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009).

Apesar do grupo focar a dimensão sócio-territorial nas regiões metropolitanas oficiais, bem como os grandes espaços urbanos que se constituem como metropolitanos no Brasil, o estudo abre a perspectiva de organização de uma base de indicadores para classificação e identificação de espaços urbanos brasileiros de diferentes escalas na rede urbana nacional. Há uma proposta de tipologia de espaços que leva em consideração sua forma e conteúdo, bem como seu grau de importância na rede urbana brasileira.

A metodologia utilizada para a concepção do estudo foi baseada nos trabalhos desenvolvidos por duas pesquisas: uma coordenada pelo IPEA/IBGE/NESUR, denominada “*Tendências e perspectivas da rede urbana no Brasil*” (IPEA, 2001), que voltou as atenções para as aglomerações e os principais centros com maior dinamismo econômico do país. Entretanto, há uma direção que aponta para a atenção às áreas de baixo dinamismo, com o objetivo de reduzir as heterogeneidades socioeconômicas no território através das políticas públicas. A outra base metodológica para o estudo do Observatório das Metrópoles é intitulada *A nova geografia econômica do Brasil: uma proposta de regionalização com base nos polos econômicos e suas áreas de influência*, desenvolvida pelo CEDEPLAR (2000).

Este estudo propõe uma regionalização que expressa a dinâmica regional recente no Brasil, tendo a noção de região de polarização, com polos⁷² econômicos e suas respectivas áreas de influência, como objeto de análise. O modelo gravitacional e a microrregião geográfica do IBGE, como unidade territorial eleita, são utilizados no

⁷¹ Observatório das Metrópoles é um grupo de pesquisa que funciona em rede, reunindo instituições e pesquisadores dos *campi* universitários, governamental e não-governamental. Atualmente, o grupo se constitui como instituto virtual sob a coordenação geral do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Para maiores informações, ver: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/>

⁷² Um estudo clássico sobre a noção de polo de crescimento pode ser visto em Perroux (1997, 1978).

estudo como um apoio metodológico proposto pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que tem como princípio norteador a identificação das desigualdades e diversidades regionais no território brasileiro.

Este estudo utiliza a classificação em 04 tipos microrregionais: de alta renda, qualquer que seja a dinâmica do PIB (MR-1); microrregião de renda baixa ou média e dinâmica do PIB elevada (MR-2); microrregião de renda média e pequena dinâmica do PIB (MR-3); microrregião de baixa renda e pouco dinamismo do PIB (MR-4), sendo perceptível a distribuição desses centros em diversas faixas populacionais dos municípios brasileiros (Quadro 01).

Quadro 01 – Brasil: distribuição dos municípios segundo a faixa populacional e os tipos microrregionais (PNDR) (2000)

DIVISÃO EM FAIXAS DE TAMANHO POPULACIONAL	UNIVERSO GEOGRÁFICO			
Municípios com 100 mil ou mais habitantes	Brasil			
224	224			
Municípios de 20 a 100 mil habitantes	MR-1	MR-2	MR-3	MR-4
1.267	352	217	469	229
Municípios com até 20 mil habitantes	MR-1	MR-2	MR-3	MR-4
4015	1076	819	1527	593

Fonte: Fernandes; Bitoun; Araújo (2009).

Nesse quadro, a cidade de Pau dos Ferros se enquadra em uma das 352 microrregiões com população entre 20 e 100 mil habitantes e variação do PIB/renda considerado dinâmico (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009).

Por essa distribuição, a pesquisa nos mostra que todos os municípios com baixa renda e menor dinamismo do PIB (MR-4) se encontram no Norte (14,1%) e Nordeste (85,9%), enquanto nas regiões Sul (36,9%) e Sudeste (53,5%), encontra-se a grande maioria dos municípios de alta renda e a dinâmica do PIB (MR-1) (Ibid.).

No trabalho sobre a tipologia das cidades brasileiras, quando os autores apresentam as mesorregiões polarizadas e a hierarquia urbana, fica evidenciado que a fundamentação desse estudo e seu resultado levam em consideração a concepção de território trabalhado pelo PNDR, bem como a variável densidade econômica como vetor para a organização dos polos urbanos mesorregionais em diversos níveis hierárquicos da rede urbana nacional (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009).

Para se chegar a uma análise mais aproximada da realidade de cada região e, considerando o grande número de municípios pequenos registrados, com população de até 20 mil habitantes (72,9% do total, em 2000), foram adotadas análises multivariadas, considerando as densidades econômicas e a dimensão populacional, foram definidos nove agrupamentos de municípios em alguns grupos geográficos (Quadro 02):

Quadro 02 – Tipologia das cidades: grupos de municípios em diversos conjuntos geográficos

Regiões que apresentam média e alta densidade econômica (tipos 1 e 3)	
1	Municípios com população de 100 mil e mais habitantes analisados no Brasil em seu conjunto
2	Municípios com população entre 20 e 100 mil analisados no conjunto das microrregiões de tipo 1
3	Municípios com população entre 20 e 100 mil analisados no conjunto das microrregiões de tipo 3
4	Municípios com população até 20 mil habitantes analisados no conjunto das microrregiões de tipo 1
5	Municípios com população até 20 mil habitantes analisados no conjunto das microrregiões de tipo 3
Regiões que apresentam uma dinâmica de crescimento econômico (tipo 2) ou marcadas pela estagnação (tipo 4)	
6	Municípios com população entre 20 e 100 mil analisados no conjunto das microrregiões de tipo 2
7	Municípios com população entre 20 e 100 mil analisados no conjunto das microrregiões de tipo 4
8	Municípios com população até 20 mil habitantes analisados no conjunto das microrregiões de tipo 2
9	Municípios com população até 20 mil habitantes analisados no conjunto das microrregiões de tipo 4

Fonte: Fernandes; Bitoun; Araújo (2009).

No trabalho sobre as tipologias das cidades brasileiras, é apresentado um rico material estatístico, bem com mapas que espacializam o sistema hierárquico de cidades nas diversas regiões (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009). As cidades

são organizadas conforme cada classe específica distribuídas nestas nove análises multivariadas, observando a escala de Brasil, considerando os municípios com 100 mil habitantes ou mais, e por tipos microrregionais 1, 2, 3 e 4, com municípios de 20 mil a 100 mil habitantes (Ibid.).

Entendemos, em síntese, que a malha urbana mais densa e hierarquizada do território é medida e dimensionada por faixas de média e alta densidades econômicas, seguindo modelos adotados em estudos anteriores, que caracterizam a formação econômica, social e urbana do país.

Para tanto, o estudo tornou-se uma importante base para a leitura das áreas mais dinâmicas que vêm passando por um rápido crescimento econômico, bem como de áreas onde há a estagnação e o abandono das políticas de desenvolvimento por parte dos planejadores. Segundo o estudo, a cidade de Pau dos Ferros é classificada como um centro urbano em espaços rurais pobres com média e baixa densidade populacional e relativamente isolados (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO (2009).

Percebemos, enfim, que a maior parte desses estudos utiliza praticamente o mesmo banco de dados para a construção e identificação do seu recorte escalar e elaboração de uma classificação dos espaços, seja na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (MIN, 2005), seja nos dados gerais dos Censos Demográficos do IBGE (2011).

No estudo das tipologias das cidades brasileiras, o município-sede é considerado como unidade de análise, bem como os demais municípios que fazem parte do respectivo aglomerado. Com o tratamento dos dados, “[...] adotou-se o conjunto clássico de critérios para classificação das aglomerações urbanas segundo maior ou menor escala do fenômeno aglomerativo (aglomerações metropolitanas e não-metropolitanas) [...]” (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009, p. 12)⁷³.

Esse conjunto de importantes pesquisas nos impulsiona a afirmar que a conformação urbana que visualizamos hoje no Brasil não passa de uma descrição formal de um processo urbano genérico a todas as cidades, que possibilitou a aplicação de algumas teorias e metodologias no tempo e no espaço.

Com uma leitura parecida, o IBGE também desenvolveu, ao logo de algumas décadas, estudos sobre a rede de cidades, identificando a hierarquia entre os centros e dimensionando a abrangência de sua polarização no território. No estudo das

⁷³ O quadro com as etapas da construção metodológica da tipologia das cidades pode ser visualizado no anexo 01 deste trabalho.

Regiões de Influência das Cidades (REGIC), especialmente em sua última versão (IBGE, 2008), foram evidenciadas principalmente variáveis ligadas à intensidade dos fluxos de consumidores que buscam bens e serviços em centros urbanos. Contudo, considerando as últimas décadas, a inserção de “[...] novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação [...]” (IBGE, 2008, p. 9), e seu reatamento na divisão técnica e territorial do trabalho, buscou-se aprofundar o entendimento da rede de cidades, onde há a produção e distribuição, a prestação de serviços e a presença de centros de gestão política e econômica (Ibid.).

As edições deste importante estudo da rede urbana brasileira tiveram início com o trabalho *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas* (IBGE, 1972), pesquisa publicada em 1972, que teve como referência os dados coletados em 1966⁷⁴. Esse atraso na publicação dos dados também foi sentido nas duas pesquisas que se seguiram da REGIC.

Na primeira edição, há uma preocupação evidente em apresentar a organização de um sistema hierarquizado de divisões territoriais e de cidades, voltado para o planejamento e implementação de políticas regionalizadas de desenvolvimento, especialmente para suprir as demandas por serviços de infraestrutura urbana que se encontravam na época muito concentradas no Sul e Sudeste do país (Ibid.). Para isso, nesse estudo, já eram observadas, essencialmente, as dimensões político-administrativas do território como forma de introduzir critérios para redistribuição de investimentos dos governos estaduais e federal (IBGE, 1972).

Além da influência francesa, as primeiras pesquisas da rede urbana brasileira se embasaram na metodologia⁷⁵ que media o sistema simplificado de divisões territoriais e de núcleos urbanos hierarquizados no território, observando os relacionamentos ou vínculos mantidos entre os centros urbanos a partir das variáveis: fluxo agrícola, distribuição de bens e serviço e dinâmica populacional (CORRÊA, 2004; IBGE, 2008). Foram escolhas metodológicas para se ler a economia urbana do

⁷⁴ As primeiras pesquisas sobre a rede de cidades desenvolvidas pelo IBGE tiveram como base teórica os trabalhos de Rochefort (1961), que utilizou o caso Francês como objeto de referência em suas pesquisas. Na oportunidade, as variáveis utilizadas como parâmetro, e que se estenderam nos estudos seguintes, foram a distribuição de bens (produtos industriais) e serviços (ligados ao capital, administração e direção, educação e saúde, e divulgação).

⁷⁵ Esse modelo metodológico era embasado no conceito de divisão regional que observava a “estrutura simplificada da realidade”. Para maiores detalhes, ver Haggett e Chorley (1967).

país e sua capacidade de estabelecer laços entre as cidades e suas regiões (CORRÊA, 2006a).

Apesar da abrangência da pesquisa realizada no início da década de 1970, o IBGE justifica a utilização de dados muito gerais e não quantificados, pelo fato da dificuldade estrutural na época de obter dados mais detalhados que abrangessem todo o território nacional.

Esse primeiro estudo nos mostrou uma organização das cidades de forma hierárquica, em que os maiores centros foram classificados em nível 1. Estes definidos conforme sua importância na rede urbana, como: Grande Metrópole Nacional (1a. São Paulo), Metrópole Nacional, 1b (Rio de Janeiro); Centros Metropolitanos Regionais 1c (Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador) e os Centros Macrorregionais 1d (Fortaleza, Curitiba, Goiânia e Belém) (IBGE, 1972).

Em outro nível, estão os centros que se ligam diretamente ao 1a. Os centros denominados de regionais (2) têm o papel de intermediar a ligação entre os centros mais desenvolvidos com aqueles mais isolados na região (Ibid.). Destacam-se na distribuição de bens e serviços, sobretudo no abastecimento do atacado e do varejo, e por abrigarem filiais de empresas sediadas nas metrópoles. Como no primeiro nível hierárquico, os centros regionais também são diferenciados em dois tipos (a e b), sendo a principal variável diferenciadora a atuação extra-regional do centro de comando de uma área com estruturação urbana definida (IBGE, 1972).

Com base nessa classificação, na região Nordeste, temos três eixos metropolitanos regionais, os quais encabeçam 12 centros regionais de destaque, a saber: Fortaleza, abrangendo as cidades de Sobral, Crato e Juazeiro do Norte, no Ceará; Recife, compreendendo as cidades de Garanhuns e Caruarú, em Pernambuco, Mossoró, no Rio Grande do Norte, Florianópolis, no PiauÍ, e Campina Grande, na Paraíba. E, por fim, Salvador, que comanda o eixo composto pelas cidades de Jequié, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna e Juazeiro, todos na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco (IBGE, 1972). Exatamente abaixo dessa escala, está a cidade de Pau dos Ferros, parcela da rede urbana que alguns estudiosos já sinalizavam ser interiorizada ou periférica na região (CANO, 1989; CLEMENTINO, 1990; SIMÕES; AMARAL, 2011), juntamente com as cidades médias.

Ainda na perspectiva regional dos centros, o IBGE (1972) identifica os centros sub-regionais (3 a ou b) como aqueles subordinados diretamente aos centros regionais, que desempenham função primordial na concentração de serviços para as

pequenas localidades próximas e de caráter eminentemente rural, e exercem influência direta nas áreas mais afastadas dos grandes centros.

Considerando esta pesquisa (IBGE, 1972), no Rio Grande do Norte, a organização das cidades seguiu a tradicional rarefação demográfica comum ao Nordeste brasileiro. A cidade de Natal como centro regional (2a) de maior representação, seguida de Mossoró (2b), e no grupo dos centros sub-regionais, aparece em primeiro lugar a cidade de Caicó (3a), polarizando o Seridó Potiguar, e em um patamar inferior, as cidades de Currais Novos, Nova Cruz e Pau dos Ferros como (3b), todos estes centros, como dissemos, organizados sob influência da capital pernambucana (Ibid.).

Com base nos dados de 1978, o IBGE (1987) lança o segundo estudo, intitulado pela primeira vez como Regiões de Influência das Cidades (REGIC), propondo a atualização da produção anterior. Seguindo a influência das tradicionais escolas da geografia, o IBGE (1987) utilizou como quadro de referência inicial para pesquisa a teoria das localidades centrais de Christaller (1966). Dentre as orientações teórico-metodológicas dessa importante teoria, destacam-se os múltiplos papéis que as cidades e núcleos de povoamento desempenham, em que a demanda de bens e serviços, por parte da população, traduz-se em uma localização diferenciada de sua oferta (IBGE, 1987). Para cada nível hierárquico de cidade, são listados os ramos de atividades e, conseqüentemente, os bens e serviços vinculados (Ibid.)⁷⁶.

Apesar das críticas surgidas pela utilização da teoria das localidades centrais de Christaller (1966), entre elas, a que essa teoria não caberia ser utilizada no âmbito dos países subdesenvolvidos⁷⁷, no estudo, é ressaltada a localização litorânea dos centros de mais alta hierarquia, quadro este vinculado ao papel de controle econômico e político sobre as áreas que comandavam no decorrer da ocupação colonial.

Essa conformação ainda pode ser observada também com a disposição dos principais centros urbanos no interior da rede, os quais se encontram bastante subordinados aos centros maiores, porém, constitutivos de uma importante participação no povoamento das regiões mais afastadas do litoral (IBGE, 1987).

⁷⁶ Para melhor detalhamento, inclusive sobre a metodologia completa da pesquisa, ver o estudo do IBGE (1987).

⁷⁷ Uma das críticas maiores foi feita por Milton Santos quando, baseado em sua teoria dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 2004a, [1979]), afirmou que o estudo não considerava a diversidade regional existente no Brasil.

Assim, nessa segunda edição da REGIC, o IBGE (1987) apresentou uma classificação da rede urbana mais simplificada em relação às demais pesquisas, considerando apenas 1.416 cidades do país, o que, de certa forma, prejudica, mas não inviabiliza o estudo. Temos um panorama de poucas mudanças na organização das cidades em relação a REGIC anterior.

Deste modo, como resultado, somando-se às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, outros 09 centros receberam o *status* de Metrópole Regional: Manaus, Belém, Goiânia, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. E, em seguida, estavam os centros submetropolitanos, compreendidos principalmente pelas demais capitais: Teresina, São Luís, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracajú, Vitória, Cuiabá e Campo Grande, além dos centros que, apesar de não sediarem político-administrativamente seus estados, abrigavam importantes atividades econômicas de representação regional: Campina Grande, Juiz de Fora, Campinas, Ribeirão Preto e Londrina.

Novamente, quando nos remetemos à rede urbana potiguar, observamos a manutenção dos centros em sua hierarquia urbana semelhante à pesquisa anterior. Entretanto, destacamos a entrada da cidade de Fortaleza, além do Recife, como ramificação de influência, principalmente na porção Oeste do território do Rio Grande do Norte (IBGE, 1987). Assim, no estado, tivemos como principais centros, além de Natal (Centro Submetropolitano) e Mossoró (Capital Regional), as cidades de Currais Novos e Caicó, localizadas no Seridó Potiguar, como Centros Sub-regionais (Ibid.). Nessa edição da REGIC, a cidade de Pau dos Ferros, juntamente com outras 17, foram consideradas Centros de Zona, não tendo projeção alguma na rede urbana potiguar (Ibid.).

Antes de avançarmos, torna-se importante destacar que as cidades nordestinas classificadas como Centros Sub-regionais e de Zona não atenderam completamente aos requisitos apresentados na metodologia da pesquisa para esses níveis hierárquicos, contudo, estes centros “[...] atuavam com certa expressão através de um outro conjunto de funções, como, também, eram as únicas cidades que, em certos setores regionais, assim atuavam” (IBGE, 1987, p.19).

Outro ponto a considerarmos sobre a região Nordeste é de que, em algumas situações, o IBGE (1987) evidenciou um certo grau de diferenciação entre os Centros Sub-regionais espalhados pelo território, o que demonstrou ser possível evidenciar a

equivalência funcional de algumas Capitais Regionais nordestinas com outros Centros Sub-regionais do Sudeste.

E, no contexto das pequenas cidades, aquelas classificadas pelo estudo como centros locais ou elementares, não foram considerados os mercados periódicos, mais conhecidos por feiras-livres, atividades bastante comuns e que possibilitam uma dinâmica urbana e regional importante para a economia e população local⁷⁸ (ANDRADE, 1984). Conforme o IBGE (1987, p. 21),

Os mercados periódicos, quando ocorrem, conferem ou reforçam a centralidade desses pequenos centros; nas maiores cidades, o mercado periódico constitui-se num complemento às atividades fixamente estabelecidas.

Dentre as limitações apresentadas nesse estudo, destacamos o fato de que mais da metade das sedes municipais existentes no Brasil na época (2.600 municípios), por não dispuserem do mínimo de oferta de bens e serviços e, por isso, só exercerem influência em parte do território municipal, não foram consideradas na pesquisa e apontadas apenas como centros de zona (Ibid.).

A penúltima versão do REGIC, publicada em 2000, considerou os dados de 1993. Como ocorreu nas pesquisas anteriores, os dados foram divulgados de maneira defasada, contudo, seguiu o mesmo rigor e linhas de pesquisa adotadas nos demais estudos.

Atentando para os estudos das redes geográficas, o IBGE (2000) observou as variáveis: produção, distribuição e decisão que cada cidade desempenhou no território no período. Estas cidades estariam organizadas de forma hierárquica, conforme a oferta de bens e serviços em função das necessidades de consumo. Para isso, novamente, tomou-se como embasamento a teoria das localidades centrais (CHRISTALLER, 1966), contudo, ressaltando a sua revisão e aplicação à realidade brasileira, o que pode ser visto na produção geográfica dos anos de 1960 e 1970 (CORRÊA, 1989). Um dos estudiosos mais dedicados a essa revisão foi Roberto

⁷⁸ Sobre as feiras-livres, indicamos os trabalhos de Jesus (1991), que se debruçou no estudo desse fenômeno na cidade do Rio de Janeiro, e Pazera Jr (2003), que investigou estudos do caso da feira livre de Itabaiana (PB). Além desses, destacamos o trabalho de Leite (1975), que antes dos demais, discorreu sobre os aspectos socioespaciais das feiras livres do sertão nordestino. E Corrêa (1988a), que apresenta alguns apontamentos sobre as feiras livres no Nordeste brasileiro. Temos ainda o trabalho de Maia (2007), que estudou a feira de gado na cidade de João Pessoa (PB) como espaços de permanências e das transformações dos costumes rurais nesta cidade.

Lobato Corrêa, que considerou as grandes mudanças ocorridas pelo processo de articulação e integração dos espaços sob o domínio da produção capitalista, gerando, assim, uma ampla diferenciação hierárquica entre os centros de uma rede urbana (IBGE, 2000). Também segundo Corrêa (2006a), a produção, distribuição e consumo, sob a ótica do capitalismo, assumem um papel importante na organização da sociedade e do espaço.

O IBGE (2000, p. 20) apresenta em sua pesquisa que a:

[...] Teoria das Localidades Centrais e suas demais tentativas de recuperação, segundo uma visão crítica, são de capital importância para a Geografia, por suas relações com a organização espacial da distribuição de bens e serviços e, por decorrência, por uma face de produção e de sua projeção espacial [...] Dessa forma, ela é uma contribuição à compreensão sobre as diferentes formas de organização espacial da sociedade.

Nessa pesquisa, foram observadas as funções centrais que possibilitaram identificar os níveis de centralidade das cidades brasileiras, as quais foram reunidas em dois grupos: que ofertam bens e serviços de baixa complexidade e o outro de média e elevada complexidade.

Semelhante ao adotado na edição anterior da REGIC, a partir de algumas escolhas metodológicas, foram privilegiados, eminentemente, os maiores centros urbanos do país em detrimento dos menores⁷⁹. Com isso, novamente, uma grande parcela das cidades brasileiras foi excluída da pesquisa direta (53,14%; 2.389 cidades; IBGE, 2000), embora as cidades que, mesmo pequenas em número de habitantes, mas assumindo um papel de comando de sua região, como Pau dos Ferros, tenham participado dessa etapa da pesquisa.

Assim, de acordo com o IBGE (2000), foram definidas 46 funções centrais que constituíram a base de investigação. 14 funções foram consideradas de baixa complexidade e frequência nas cidades, e outras 30 foram consideradas como geradoras de fluxos de média e elevada complexidade. Esse quadro serviu de base para definir a hierarquia e as centralidades da rede urbana brasileira. As duas funções restantes serviram para identificar nos centros a busca por serviços relativos à

⁷⁹ O recorte abrangeu os centros que exerciam centralidade extramunicipal, juntamente àqueles que possuíam uma população superior a 20 mil habitantes (IBGE, 2000).

informação (origem de jornais diários e emissão de sinais radiofônicos AM ou FM) (Ibid.).

A classificação da rede de influência de cidades observou as grandes mudanças no mundo da globalização, com a inserção de novas tecnologias e a compressão espaço-tempo (HARVEY, 1992). Todas essas mudanças deveriam ser consideradas no avanço da divisão territorial do trabalho e, conseqüentemente, na organização da rede urbana brasileira (SANTOS, 2005 [1993]).

Novamente, as desigualdades regionais, muitas vezes confundidas com a dimensão territorial do país, foram retratadas por uma concentração de fluxos materiais mais densos, que acumulam densidades técnicas e informacionais, estes ligados à economia global e, por outro lado, os pontos da rede urbana mais opacos (SANTOS; SILVEIRA, 2001)⁸⁰, caracterizados pela baixa oferta de equipamentos funcionais, o que não foi muito bem especializado na pesquisa anterior, oportunidade em que foram definidos 05 níveis de centralidade.

Nessa edição da REGIC, o IBGE (2000) adotou 08 níveis de centralidade para classificar as cidades brasileiras: máxima, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco.

Assim, o estudo coloca como “cabeças-de-rede”, cuja centralidade é considerada máxima e, com isso, estão localizadas no topo da hierarquia urbana do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Salvador, Recife e Fortaleza. Segundo o IBGE (2000), mesmo tendo sido considerada de centralidade muito forte, a cidade de Brasília poderia ser vista também como “cabeça-de-rede”, por representar um centro de poder e decisão do país.

Seguindo a ordem hierárquica da classificação, a pesquisa apresentou 24 centros com centralidade muito forte, entre eles: Manaus, Belém, João Pessoa, e vários outros centros interioranos (principalmente paulistas), como Ribeirão Preto, Piracicaba, Sorocaba, Vitória da Conquista, Blumenau, Uberlândia, Campina Grande, entre outros. Enquanto em algumas situações, capitais estaduais não se encontram com esse *status* na rede, sendo classificadas como de nível forte (total de 35): Natal, Maceió, Aracajú, Cuiabá, Campo Grande, entre outras.

⁸⁰ Em uma das suas últimas obras, Milton Santos, juntamente com Maria Laura Silveira, traz a discussão sobre espaços opacos e espaços luminosos. Contudo, é importante frisar que “Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações” (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

No Rio Grande do Norte, apesar da descida de Natal na classificação da edição passada para essa, a capital potiguar continuou no comando da rede urbana estadual, seguida por Mossoró e Caicó (forte para médio), Assú, Currais Novos e Pau dos Ferros (médio), e os demais centros como os menos importantes na hierarquia.

Por fim, na segunda metade da década passada, o IBGE (2008) lança sua última edição da REGIC, considerando os dados do ano anterior, ou seja, pela primeira vez, a defasagem de tempo entre a coleta, tabulação e divulgação dos dados foi mínima, não ocasionando atrasos.

Este último estudo (IBGE, 2008) se baseou numa leitura contemporânea, considerando a inserção de novas tecnologias que proporcionaram mudanças na organização das redes (produção, distribuição e consumo) e o avanço do meio técnico e das transformações decorrentes das novas formas de comunicação, o que criou grandes expectativas sobre o estudo. É importante destacar que um dos aspectos metodológicos que mais diferenciaram essa edição da REGIC das demais foi a grande importância dada à prestação de serviços e à gestão política e econômica nas cidades (Ibid.).

Na leitura acerca da organização da rede urbana, os trabalhos de Veltz (1996), quando destaca o papel da estruturação do território para conceber um padrão hierárquico das cidades, como também de Corrêa (1995, 1996b), quando seleciona os centros urbanos como nós que concentram a gestão do território, abrigando uma diversidade de órgãos do Estado, de sedes e filiais de empresas de diversos ramos, que influenciam direta ou indiretamente nas decisões sob o espaço, são considerados nessa importante pesquisa⁸¹.

Nesse sentido, de acordo com o IBGE (2008, p. 9):

Os estudos anteriores, que definiram os níveis da hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras, foram realizados pelo IBGE, a partir de questionários que investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços, nos anos de 1966, 1978 e 1993. As classificações

⁸¹ Apesar de considerarmos que, na última edição da REGIC, o IBGE (2008) tenha dado maior centralidade às cidades capitais estaduais do que a outros centros que desempenham um maior poder econômico que algumas sedes administrativas estaduais, tendo em vista o peso das atividades de gestão pública, não podemos deixar de destacar a representatividade (quantidade e qualidade) das variáveis utilizadas pelo instituto nessa pesquisa. As diferentes variáveis utilizadas estão associadas à gestão territorial desempenhada por instituições federais (Executivo e Judiciário), presentes nos municípios e pelo setor empresarial de maior porte; à prestação de atividades terciárias, com especial ênfase para o comércio, os serviços de saúde especializados, o ensino superior, o transporte aéreo, as atividades financeiras e as comunicações.

resultantes evidenciaram as mudanças na rede urbana ao longo do tempo.

Para uma leitura atualizada da rede urbana brasileira, é fundamental considerar, além das ligações tradicionais, hierárquicas, as ligações não-hierárquicas, compreendidas pela propagação de decisões, determinações e comando sobre investimentos, principalmente designados pela gestão federal e empresarial.

Os centros que encabeçam a rede urbana e que assumem esse papel de comando⁸² encontram-se no topo da hierarquia das cidades e exercem relações verticais, mas predominantemente, as horizontais. Essas relações estão vinculadas às conexões determinadas pela gestão política e empresarial, sendo que essa última ainda segue uma determinação hierárquica.

O que se observou na pesquisa foi a existência, na rede urbana brasileira, de duas dinâmicas distintas, uma tradicional, seguindo um sistema de localidades centrais exercendo influência em sua hinterlândia, e outra seguindo um sistema de cidades articuladas, como apontado por Corrêa (1988a) em sua leitura sobre a rede de cidades nos países subdesenvolvidos. Isso posto, o IBGE (2008, p. 18) optou:

[...] por investigar os níveis superiores da rede urbana a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades.

O que observamos como um dos pontos positivos no recorte da pesquisa foi que, dessa vez, quase todos os municípios brasileiros foram pesquisados diretamente (4.625 municípios; 83,12% do total), sendo que a maioria era composta por municípios considerados pequenos - aproximadamente 85% possuíam menos de 20 mil habitantes, o que possibilitou uma maior aproximação da realidade pesquisada (IBGE, 2008; 2011).

⁸² Novamente, destacamos a obra de Santos e Silveira (2001, p. 264), quando dizem que “[...] na medida em que as decisões, as ordens etc. são seletivamente instaladas, e todas as etapas do processo produtivo, na maior parte do espaço nacional, dependem desses insumos técnicos e políticos [...]”, podemos identificar os espaços que mandam e os espaços que obedecem.

Comparando com as edições anteriores da REGIC, todas as cidades foram reunidas e classificadas a partir do nível de centralidade na rede urbana brasileira e dos princípios norteadores de cada pesquisa. Para conformação da rede urbana, foram eleitos centros urbanos avaliando cada variável específica, seja considerando os dados coletados em formulários, seja por dados secundários (IBGE, 2008). Como podemos observar no quadro 03, a seguir, as denominações dos tipos de centros muda conforme a hierarquia na rede⁸³, apesar de representarem, na maioria das vezes, a mesma centralidade.

Quadro 03 - Níveis de centralidade das cidades brasileiras segundo a REGIC (1972, 1987, 2000 e 2008)

(continua)

Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras			
1972	1987	2000	2008
Grande Metrópole Nacional (1a)	Metrópole (Nacional e Regional)	Máximo (Metropolitano)	Grande Metrópole Nacional
Metrópole Nacional (1b)			Metrópole Nacional
Centro Metropolitano (1c)			Metrópole
Centro Macrorregional (1d)	-	-	-
-	Centro Sub-metropolitano	Muito Forte (Predominantemente Sub-metropolitano)	Capital Regional A
Centro Regional A (2a)	Capital Regional		Capital Regional B

⁸³ Torna-se importante ressaltar que, para a análise da hierarquia urbana das cidades (REGICs, IBGE), em diferentes momentos da história, devemos nos atentar para a variação no número de municípios existentes no Brasil em cada pesquisa, uma vez que podemos encontrar anomalias estatísticas pelo simples fato da criação de novos municípios.

Centro Regional B (2b)		Forte (Predominantemente de Capital Regional)	Capital Regional C
Centro Sub-regional A (3a)	Centro Sub-regional	Forte para médio (Predominantemente de Centro Sub-regional)	Centro Sub-regional A
Centro Sub-regional B (3b)		Médio (Tendendo a Centro Sub-regional)	Centro Sub-regional B
Centro Local A (4a)	Centro de Zona	Médio para Fraco (Predominantemente de Centro de Zona)	Centro de Zona A
Centro Local B (4b)		Fraco (Tendendo a Centro de Zona)	Centro de Zona B
Município	Município Subordinado	Muito Fraco (Município Subordinado)	Centro Local

Fonte: IBGE (1972, 1987, 2000, 2008); elaboração de Josué A. Bezerra, abr., 2014;

Nas pesquisas realizadas até aqui, foram utilizadas metodologias parecidas, mas com escolhas de variáveis e indicadores específicos a cada realidade vivenciada no território em determinada época. Entretanto, a conformação da rede urbana brasileira não sofreu grandes mudanças.

Na última edição da REGIC (IBGE, 2008), observou-se, no topo da hierarquia, praticamente as mesmas cidades, as quais desempenham o papel de controle e comando sobre os centros de nível inferior na rede: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. Assim, grande parte das metrópoles permaneceu com essa classificação (ou dentro desse parâmetro) nos estudos, como também boa parte das cidades médias manteve-se nesse patamar (Centro Regional e/ou Capital Regional).

Mesmo considerando as metodologias utilizadas nas pesquisas do IBGE (1972, 1987, 2000, 2008) sobre as regiões de influência das cidades serem parecidas, algumas mudanças puderam ser observadas, principalmente na parte inferior da hierarquia urbana brasileira, como a emergência de centros que se encontravam com *status* 3 ou 4 níveis abaixo, em comparação à primeira edição do estudo⁸⁴. Entretanto,

⁸⁴ Tomando como exemplo o caso nordestino, temos as cidades de Santo Antônio de Jesus (BA); Irecê (BA); Quixadá (CE) e Pinheiro (MA), que subiram de Centro Local B para Centro Sub-regional A, e Santa Inês (MA), que aparecia como município (menor nível) em 1966 e, na REGIC de 2007, foi classificada como Centro Sub-regional A. Em escala nacional, na faixa intermediária da rede urbana

observando os principais centros brasileiros nas edições da REGIC, pouco foi alterado.

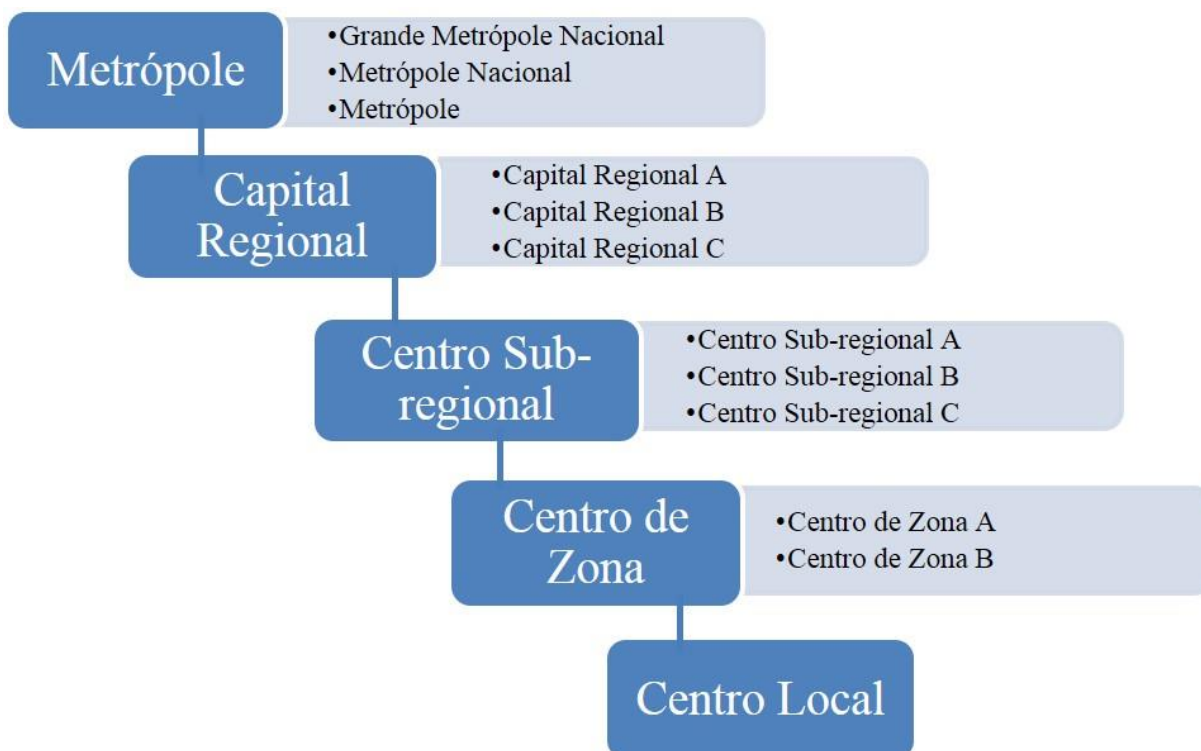
Ainda sobre a última edição da REGIC (IBGE, 2008), que buscou o mesmo objetivo das demais, atualizar o quadro de referência da rede urbana brasileira, torna-se importante reforçar a finalidade do uso do documento para o planejamento de investimentos públicos e privados em bases territoriais, o que sofreu inúmeras críticas de estudiosos da área no país.

As mudanças nos alcances territoriais, ocorridos pela divisão técnica e territorial do trabalho e pelas transformações decorrentes das novas formas de comunicação, promoveram a redução dos limites necessários para a oferta dos serviços e a maior importância dos centros de gestão do território (CORRÊA, 1996b; IBGE, 2008). Novas funções urbanas foram identificadas e os relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro tomaram escalas mais distintas, chegando a uma divisão composta por 5 níveis de centralidade, estes subdivididos em 3 ou 2 subníveis (IBGE, 2008) (Figura 01, na página seguinte).

A pesquisa não mostrou muitas mudanças na hierarquia das cidades brasileiras, especialmente na região Nordeste, onde foram privilegiados os níveis de centralidade do poder executivo e do judiciário, a nível federal; a função de gestão do território; a centralidade empresarial, bem como a presença de equipamentos e serviços, fazendo, assim, a manutenção das capitais estaduais como principais nós da rede urbana regional (IBGE, 2008).

Destacamos, apenas, considerando nosso objeto de pesquisa, a ampliação da área de influência da cidade de Fortaleza, absorvendo parte da rede polarizada por Recife, nos estados do Rio Grande do Norte e, mais a Oeste, adentrando os estados do Piauí e Maranhão (Ibid.).

brasileira, um conjunto de cidades se destacaram: Dourados (MS), Rondonópolis (MT), Imperatriz (PA), Marabá (PA), Barreiras (BA) e Araguaína (TO) subiram seus *status* de centro sub-regional ou de zona para centro regional, no decorrer das últimas décadas (IBGE, 1972; 1987; 2000; 2008).

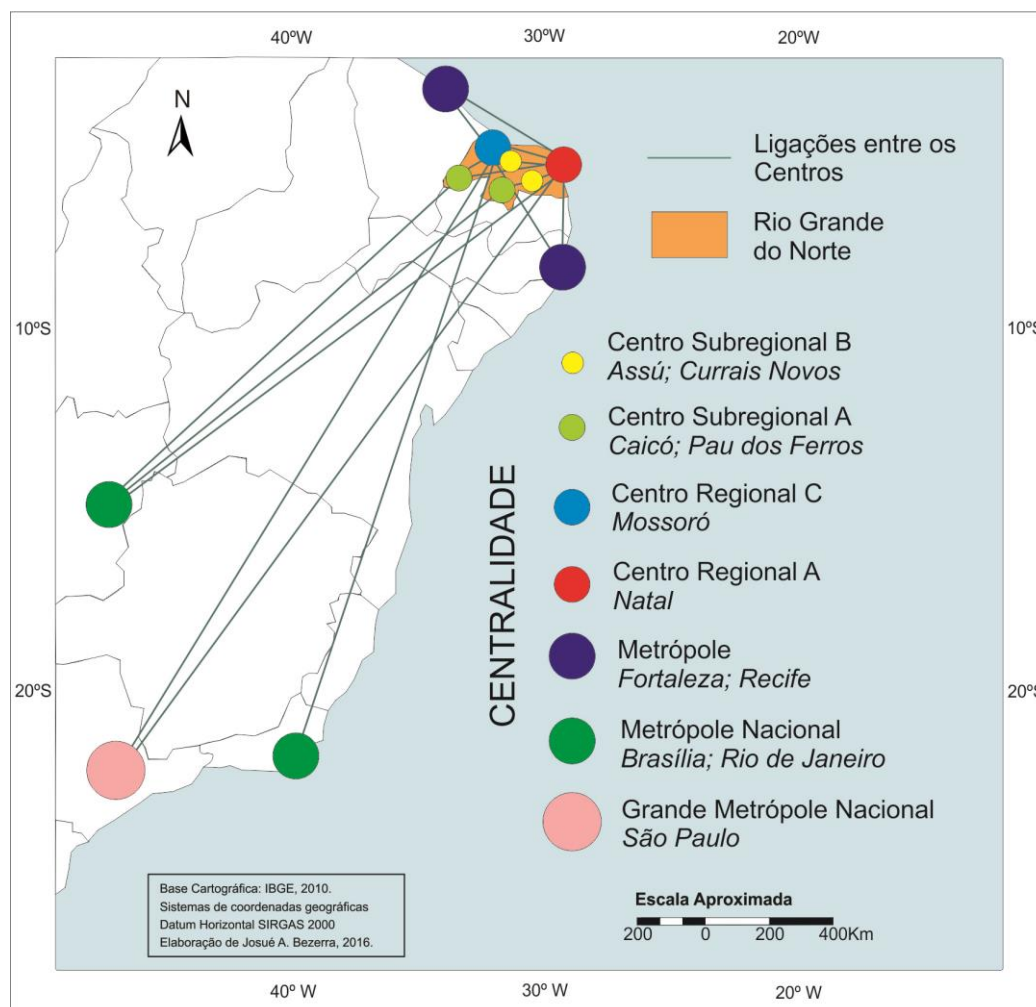
Figura 01 – Hierarquia dos centros urbanos brasileiros, segundo a REGIC – 2007

Fonte: IBGE (2008); elaboração de Josué A. Bezerra, jun., 2014.

No Rio Grande do Norte, há a manutenção de Natal (Capital Regional A) como centro polarizador da rede, seguido de Mossoró (Capital Regional C) e, logo em seguida, apenas Caicó, Pau dos Ferros (ambas Centros Sub-regionais A), Assú, Currais Novos (Centros Sub-regionais B), e os outros demais centros (161) localizados no patamar de Centro de Zona (A ou B) e Local (Mapa, 02, na página seguinte) (Ibid.).

Como podemos observar no mapa 02, a cidade de Pau dos Ferros está subordinada a importantes nós da rede urbana brasileira, próxima a duas importantes metrópoles nordestinas (Fortaleza e Recife) e dois centros regionais em seu próprio estado (Mossoró e Natal).

Mapa 02 – Rio Grande do Norte: hierarquia das conexões das principais centralidades (REGIC – 2007)

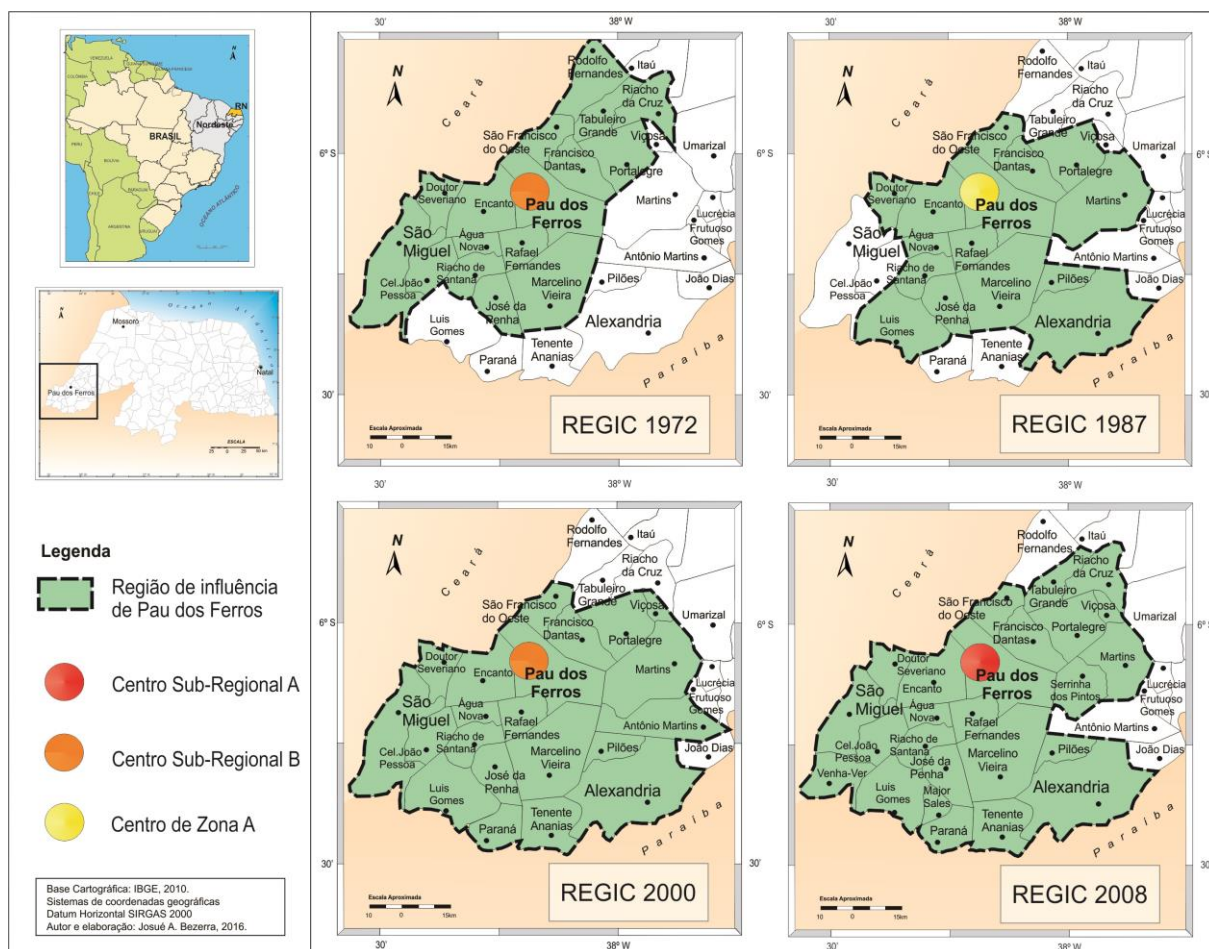


Fonte: IBGE (2008); cartografia de Josué A. Bezerra, jul., 2016.

Ademais, o que nos chama atenção é sua representatividade na rede urbana do interior do estado, principalmente devido seu tamanho demográfico pequeno, frente a seu crescimento da centralidade urbana apresentada pelos 04 estudos da REGIC (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008).

Podemos observar que a cidade de Pau dos Ferros já foi um centro sub-regional B, em 1972, influenciando diretamente 15 municípios. Na pesquisa seguinte, perde centralidade, chegando a ser classificada como centro de zona, abrangendo 14 municípios. Nos anos 1990, novamente volta a ser classificado como centro sub-regional B, ampliando sua área de influência para 20 municípios. Por fim, na última pesquisa da REGIC - 2007, chega à sua maior classificação, centro sub-regional A, influenciando 25 municípios (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008) (Mapa 3).

Mapa 03 – Pau dos Ferros: representação da centralidade e área de influência
(REGIC 1972, 1987, 2000 e 2008)



Fonte: IBGE (1972, 1987, 2000, 2008); organização e cartografia de Josué A. Bezerra, jul., 2016.

Nossa argumentação de Pau dos Ferros assumir uma nova configuração urbano-regional no interior do território, parte do princípio norteador que adotamos em nossa pesquisa, como caminho inicial para a identificação deste centro nos estudos da rede urbana brasileira, especialmente do IBGE (1972, 1987, 2000, 2008). Estes estudos nos ajudaram a eleger os centros que adotam variáveis comuns e características específicas ao nosso objeto de estudo. Considerando a função da gestão do território vista na pesquisa do IBGE (2008), com os níveis de centralidade dos poderes executivo e judiciário a níveis estadual e federal, e o papel do setor empresarial e da presença de equipamentos e serviços nos centros urbanos, podemos afirmar que existe um fenômeno de interiorização de investimentos em diversos setores produtivos.

Este novo fenômeno, também presente em nosso objeto, denota um importante contingente de pessoas (estudantes, trabalhadores, etc.) (OJIMA; MARANDOLA JR., 2012) e demanda uma oferta de bens e serviços às regiões mais afastadas dos grandes centros, havendo também uma redefinição das relações entre estes espaços urbanos e o campo (JARDIM, 2011).

O papel da cidade, em seus diversos níveis, deve ser observado a partir de sua força em função da progressiva concentração espacial de bens e serviços e dos meios de produção que interferem na dinâmica econômica regional. Como disse Kayser (1980, p. 283), “O espaço polarizado que se organiza em torno de uma cidade é uma região”, e não são os limites administrativos que, convencionalmente, definem as unidades territoriais (municípios e estados), que modelam a região, mas os processos socioeconômicos, como a urbanização. O mesmo autor coloca, ainda, que a concentração de bens e serviços, bem como dos meios de produção, interfere na dinâmica econômica da região (Ibid.).

Precisamos conhecer o estágio de desenvolvimento da rede urbana a qual elegemos estudar, seus níveis de integração produtiva com sua região e com as outras mais distantes. Por essa razão, há a necessidade de montarmos um parâmetro de análise que nos ajude a entender a organização destes espaços. Entender como as novas formas urbano-regionais aparecem inseridas nesse processo de formação e desenvolvimento ao longo do tempo e o papel do centro regional e das redes urbanas no país, enfim, quais são os elementos para o seu entendimento.

3. NOVAS CENTRALIDADES NO NORDESTE BRASILEIRO

A ampliação da rede urbana pode ser evidenciada na incorporação de novas áreas ao processo produtivo. As mudanças ocorrem principalmente com o surgimento de novos centros ou com alterações funcionais nos centros já existentes nos níveis de hierarquia intermediária e baixa.

(Maria Mônica O'NELL, 2010, p. 262)

Cada vez mais, a urbanização contemporânea tem nos mostrado a fluidez dos investimentos produtivos pelo território e o redimensionamento dos fatores locacionais clássicos. Essa é uma nova forma que observamos com o preenchimento do espaço por atividades econômicas em áreas que até então não tinham representatividade no território.

A expansão do sistema de objetos e sistema de ação (SANTOS, 2004c [1996]), no interior do território, tem possibilitado a criação de novas centralidades urbanas, tendo em vista as mudanças com o processo migratório, o que representou um “[...] re-direcionamento dos fluxos migratórios para as áreas de fronteira e, secundariamente, para os locais de origem do migrante [...]” (SIMÕES; AMARAL, 2011, p. 554).

Também observamos o processo de localização dos setores produtivos e de distribuição ter se moldado em busca da reprodução do capital no espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Este processo não é novo, porém, tem apontado um direcionamento de importantes atividades econômicas para o interior do território, criando, assim, novas centralidades urbanas e, com isso, possibilitando a difusão de características restritas às metrópoles em espaços urbano-regionais de cidades de menor porte.

Com o objetivo de entender esse processo no âmbito da grande região Nordeste do Brasil, neste capítulo, discorreremos sobre os principais aspectos que estão na esteira dessa nova fase da urbanização brasileira, diante das novas

características econômicas e territoriais, e o papel das principais centralidades do interior da região.

A cidade de Pau dos Ferros será melhor apresentada nesse contexto, aproximando-a de outros centros de mesmas características. Para isso, utilizamos o recorte da última REGIC (IBGE, 2008) para selecionar as cidades nesta escala da rede urbana.

Em seguida, discorreremos sobre a formação da rede urbana de Pau dos Ferros, o papel das cidades pequenas para a conformação de sua área de influência e, conseqüentemente, a gênese que sustenta a criação de uma nova configuração urbano-regional de Pau dos Ferros.

3.1 REDE URBANA INTERIORIZADA

Quando nos debruçamos sobre a discussão da urbanização, entendida por nós enquanto processo cujo o produto socioespacial é a cidade, entendemos ser necessário o exercício da articulação entre o espaço e tempo⁸⁵ em sua análise, especialmente sob o modo de produção capitalista e seu reatamento na divisão social do trabalho.

Como sinalizamos no capítulo anterior, o estudo sobre a urbanização pede uma cuidadosa investigação do processo histórico, observando todos os objetos geográficos (fixos estruturais e fluxos de relações e conteúdos sociais) responsáveis por sua conformação no território, o que nos permite identificar as mudanças e as permanências no espaço (SANTOS, 2004c [1996]) e, com isso, a identificação de suas rugosidades. Sobre esse aspecto, Santos (2008a [1978], p. 173) discorre que “As rugosidades do espaço são o espaço construído, tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço”⁸⁶.

Para isso, torna-se fundamental entendermos a urbanização como um processo que resultou na criação das cidades no território, estas ricas em conteúdo, forma, função e processo (SANTOS, 2008c [1988]), sendo sua apreensão uma necessidade no estudo que realizamos.

⁸⁵ Para uma maior apreensão sobre essa discussão, indicamos a abordagem realizada por Sposito (2004), acerca da urbanização como um processo lido num movimento espaço-temporal.

⁸⁶ Santos (2004c [1996], p 140) ainda coloca que a rugosidade é aquilo que “[...] fica do passado como forma, espaço construído, paisagem; o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.”

Quando nos remetemos aos espaços urbanos não metropolitanos no país, assumimos o compromisso de caminhar em um campo ainda pouco estudado, em comparação às áreas mais urbanizadas, abrigo das grandes cidades e regiões metropolitanas.

Contudo, temos observado, também nas últimas décadas, paralelo ao fenômeno da metropolização no Brasil, a manutenção de alguns quadros urbanos regionais, com a permanência no comando da rede urbana nacional das capitais estaduais que, em grande parte, aparecem como maiores centros urbanos (O'NEILL, 2010). O que temos, todavia, é o surgimento de uma nova lógica econômica, política e social correspondente a esse momento histórico, caracterizado pelo processo de modernização e descentralização das atividades, mas também pela expansão da pobreza e desigualdade, que eram restritas aos grandes centros metropolitanos (SIMÕES; AMARAL, 2011).

Esse novo momento, caracterizado basicamente pela globalização da economia, possibilitou uma nova reorganização do território com o surgimento de novas regionalizações, tanto em áreas tradicionalmente concentradoras de recursos econômicos e populacionais, no Sul e Sudeste do país, como também em porções menos adensadas do Centro-Oeste e Nordeste.

No que se refere às áreas do Nordeste, estas eram, ou passaram a ser, caracterizadas especialmente pelo acelerado processo de urbanização e pela multiplicação de fluxos de toda natureza (pessoas, matéria, capital e informação), ligadas à atuação de uma grande atividade econômica, ou pela ascensão de novas centralidades ligadas à gestão do território (IBGE, 2014). Alguns destes centros tornaram-se verdadeiros corredores de desenvolvimento regional no interior do território, devido à concentração de atividades neste espaço e, com isso, a ampliação de sua influência em centros de menor importância (IBGE, 2008).

A análise da urbanização e a conformação das cidades na região Nordeste requer uma investigação mais densa e específica às dinâmicas econômicas regionais, e sua relação com a formação do território. Como sinaliza Clementino (1995, p. 28):

[...] os processos históricos do desenvolvimento econômico de cada uma das regiões do país vai ensejar diferentes processos de urbanização: uns mais atomizados, outros mais articulados e até os que apresentam uma lei hierárquica de cidades.

Esse aspecto da urbanização nas áreas mais afastadas dos grandes centros, especialmente no Nordeste brasileiro, demonstra um novo traço da conformação urbano-regional e novos sentidos e significados dessa parcela de cidades menores da rede urbana regional. Pois, como sabemos, temos, de um lado, a faixa litorânea, de ocupação antiga, apresentando um elevado grau de urbanização, alta densidade urbana e concentração de uma população de renda baixa e, do outro, a porção interiorana, também com índices de desenvolvimento humano baixos, porém, apresentando um processo de urbanização que possibilita o surgimento de novas centralidade urbanas (LUBAMBO et al., 2005).

Quando nos debruçamos sobre a questão regional do Nordeste brasileiro (ANDRADE, 1984), podemos identificar, de forma mais clara, esse quadro de mudanças no território, as quais podem ser confundidas pelo crescimento dos índices de desenvolvimento humano e pela desigualdade na urbanização da região. Esse processo modificou a organização das cidades, e pode ser compreendido como reflexo da urbanização dispersa e condicionante da organização social e produtiva que preservou formas arcaicas de produção (Ibid.).

Falar da formação do Nordeste brasileiro implica em nos remeter à sua ocupação, observando o sentido litoral → interior, quando da constituição das primeiras cidades⁸⁷ e, conseqüentemente, do sistema urbano da região.

Podemos dizer também que a disposição espacial em que as cidades nordestinas se encontram na região se deu a partir da produção no campo e na cidade, seja a partir das economias tradicionais originárias ainda no período colonial, como também no último quartel do século XX, com a participação do Estado na política industrial que recondicionou a economia da região a um novo modelo e redefiniu o papel de importantes cidades do interior (CLEMENTINO, 1990).

Nesse meio tempo, precisamos frisar ainda que essas cidades passaram a assumir novas funções ditadas pelo mercado, rebatendo diretamente no processo de urbanização no Nordeste, especialmente a partir do final do século passado (ANDRADE, 1995).

Clementino (1995) relata que, até meados dos anos 1950, a cidade no Nordeste brasileiro assumiu uma função meramente político-administrativa. O campo

⁸⁷ Sobre a origem e nomes das primeiras cidades no Brasil e no Rio Grande do Norte, ver, respectivamente, Azevedo (1994) e Teixeira (2003).

era subordinado às poucas cidades existentes, sendo essas concentradoras da maior parte da população e abrigo de militares e do capital mercantil.

Esta realidade vista em grande parte do Nordeste, percorrida em alguns estudos sobre o tema (ANDRADE, 1995; CORREA, 1977; LINS, 1990), mostrou que a distribuição espacial dos centros de maior importância funcional, e relativamente mais desenvolvidos, se encontrava essencialmente ao longo do litoral, sendo a difusão da urbanização pelo interior bastante retardada em sua comparação.

Como afirma Cascudo (1984 [1955]), esse processo de interiorização da urbanização no Nordeste, entendida, nesse início, como processo de constituição das primeiras cidades, só começou no século XVIII com o povoamento da Chapada Diamantina, do vale médio do rio São Francisco e, especialmente, com a expansão pastoril no sertão⁸⁸. A porção da região que mais se destacou nesse aspecto foi a que se estendia desde a baixada maranhense até o baixo mucuri (divisa entre os estados da Bahia e o Espírito Santo), com maior penetração do sertão oriental (ANDRADE, 1995). Nessa época, foram criadas algumas vilas e cidades importantes no interior da região, entre elas: Icó (CE); Crato (CE); Sobral (CE); Assú (RN); Campina Grande (PB); Sousa (PB), Senhor do Bonfim (BA) e Jacobina (BA) (IBGE, 2011).

Depois dessa primeira fase de ocupação do território no interior do país, foi preciso “[...] mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje” (SANTOS, 2005 [1993], p. 21-22).

Durante muito tempo, tivemos uma urbanização insignificante no Nordeste que, muitas vezes, nos apontava um predomínio político e econômico do campo frente à cidade, caracterizado pela ausência de uma rede urbana articulada e pela existência de pouquíssimos centros de comando, como Mossoró e Natal, no Rio Grande do Norte.

⁸⁸ É importante frisar que o sertão compreende importantes áreas do Nordeste brasileiro (a partir dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), sendo objeto de estudos de várias áreas do conhecimento. Essa dimensão pode ser vista no trabalho de Andrade (2005 [1963]), quando diferencia o litoral do sertão, e Oliveira (1993 [1977]), na discussão sobre o Estado e os conflitos de classe na região. A obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha (1963 [1902]), que pode ser apreendida, além de sua contribuição literária na língua portuguesa, ajuda-nos a entender o cotidiano do sertanejo diante das adversidades da natureza e do homem (elites fazendeiras).

Clementino (1990, p. 72) aponta que, ao discutirmos o surgimento da urbanização na região, não podemos deixar de considerar os redutos territoriais dos coronéis e famílias oligárquicas. “[...] Como detém o aparelho de Estado a nível local, usa em seu próprio proveito as benesses do Estado e refaz de algum modo a cidade”. Nesse contexto, muitas cidades foram criadas e se desenvolveram ao longo de décadas, estando por muito tempo sob comando de famílias tradicionais das suas respectivas regiões.

Quanto à formação da rede urbana interiorizada, especialmente na porção oriental do Nordeste, esta esteve ligada originalmente aos caminhos de gado⁸⁹ construídos para a época. Segundo Andrade (1981) e Cascudo (1984 [1955]), até meados do século XVIII, boa parte do Nordeste ainda não era ocupado, contudo, o sistema de cidades começou a ser construído, principalmente no litoral, ligado à exportação de cana-de-açúcar e, no sertão, com a criação de gado.

Segundo Cascudo (1984 [1955]), a gênese da região nos ajuda a entender também a diversidade regional em comparação às outras porções do território brasileiro. Por um lado, tivemos, durante muitos séculos, um pequeno grupo de centros fincados especialmente no litoral, que desempenhavam um papel de polo dinâmico regional, movimentado pelo mundo externo, havendo pouca relação interna. Enquanto em um panorama mais amplo, teríamos um verdadeiro mosaico regional, formado por “ilhas” de povoamento mais ou menos isoladas umas das outras sem, até a década de 1940, existir grandes estruturas viárias interligando-as (LINS, 1990).

O que Andrade (1974) afirma sobre essa primeira etapa da urbanização na região é que as cidades e suas regiões foram, durante muito tempo, exercendo relações quase que exclusivamente intra-regionais, se adaptando às condições geográficas e ao momento histórico no qual foram criadas.

Há de considerar, além disso, que, historicamente, as adversidades naturais, especificamente ligadas ao clima semiárido, contribuíram para o retardamento da ocupação do seu território, mesmo que, nas últimas décadas, o sertão nordestino, apesar de constituir uma área densamente menos povoada em relação ao litoral, se encontre atualmente como umas das mais densas demograficamente do mundo (SALES, 2002).

⁸⁹ Sobre esse processo, detalharemos melhor no item mais à frente, no qual trataremos da formação da Região de Pau dos Ferros.

Outra questão que precisa ser apontada, embora não seja alvo de um maior aprofundamento em nosso trabalho, é a estrutura fundiária da região, importante para entendermos a diversidade regional no que diz respeito ao processo de urbanização do Nordeste. Sobre o assunto, Santos (2005 [1993], p. 69) aponta que a:

[...] estrutura fundiária, hostil desde cedo à maior distribuição de renda, ao maior consumo e à maior terciarização, ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas e impedia uma urbanização mais expressiva. Por isso, a introdução de inovações materiais e sociais iria encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento.

Este quadro pretérito da região permaneceu assim por várias décadas, fazendo com que pequenos assentamentos populacionais mantivessem estruturas arcaicas da sociedade, brecando a inserção destes espaços às mudanças socioeconômicas já verificadas em outras regiões do país (SANTOS, 2005 [1993]). Com isso, houve um retardo no processo de urbanização do Nordeste, especialmente no seu interior, e impulsionado pela escassez de rodovias que facilitassem o acesso a estes espaços localizados adentro do território (LINS, 1990).

A leitura sobre a difusão dos corredores viários, especialmente das estradas de rodagem, está intimamente vinculada à ampliação da área de influência das cidades na porção interiorana da região e, com isso, ao crescimento populacional da maior parte de suas cidades. Algumas destas sofreram uma estagnação no crescimento e foram absorvidas por centros mais dinâmicos ou perderam sua importância no cenário regional (CORRÊA, 1977).

Esta é uma realidade vista desde a primeira metade do século passado e assinalada em alguns dos primeiros estudos sobre a rede urbana brasileira (GEIGER, 1963). Sobre o surgimento de importantes centros no interior do Brasil, Geiger (1963) aponta que:

De 1920 para cá, foram-se sucedendo novas “bocas de sertão”, “pontas de trilho” e “capitais regionais”, na terminologia utilizada por Pierre Mombeig. Surgiram tanto da fundação de novos núcleos urbanos como na valorização de antigas localidades atingidas pela onda da colonização, ou seja, atingidas pela ferrovia ou pela rodovia (Id., p. 111, grifo do autor).

Um marco que contribuiu para acentuação da urbanização da região se deu na década de 1960, com a expansão da indústria, fomentada especialmente pela SUDENE⁹⁰, que promoveu uma melhoria na infraestrutura urbana de importantes centros do interior. Essa mudança foi percebida pelo surgimento de novas funções urbanas destes centros, especialmente a partir da desconstrução relativa dos seus papéis atacadistas, abrindo as cidades, juntamente com suas respectivas regiões, para a interlocução socioeconômica com as demais (CLEMENTINO, 1990).

Mesmo com a criação de muitas cidades no interior da região, até o final da década de 1970, eram poucas as estradas de boa qualidade que interligaram estes centros (LINS, 1990) (Mapa 04, na página seguinte). As capitais dos estados, por se beneficiarem de sua função administrativa e, por isso, concentrarem um conjunto de serviços ligados aos órgãos federais e estaduais na região, receberam as primeiras e maiores estruturas que possibilitaram a manutenção e ampliação no comando da rede urbana regional (CORRÊA, 1977; CLEMENTINO, 1995)⁹¹. Isso ocorreu mesmo havendo uma interligação ainda precária com os centros intermediários que, gradativamente, vinham ganhando importância na organização das cidades, com a chegada de investimentos públicos e privados mais específicos nesses centros afastados das capitais (CLEMENTINO, 1995).

Para isso, reforçamos a importância da abertura/pavimentação das principais rodovias da região como as BRs 101, 304, 222, 232, 324, 230⁹², além de algumas outras rodovias estaduais. Contudo, a pavimentação da BR 116, que ligou o Nordeste ao Centro-Sul⁹³ do país, foi a que trouxe maior impacto e integração à região, pois facilitou a ligação dos maiores centros produtores de bens industrializados à boa parte

⁹⁰ A região Nordeste recebeu, na década de 1960, as primeiras atenções na política de planejamento regional. Nessa década, foi produzido o Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), na tentativa de buscar o desenvolvimento da região e, mais adiante, possibilitou o surgimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

⁹¹ Este quadro pode ser visto em vários estudos sobre a rede urbana brasileira, especialmente da REGIC (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008).

⁹² Em pesquisa junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) (<http://www.dnit.gov.br/>), não existem informações precisas sobre o ano de construção de cada rodovia, pois estas foram construídas a partir de várias etapas e trechos ao longo de várias décadas. Sabemos que a grande maioria teve início entre os anos de 1940 e 1970.

⁹³ Nesse argumento, estamos considerando a regionalização proposta por Santos e Silveira (2001), que utiliza o meio técnico-científico-informacional para afirmar a existência de uma desigualdade na oferta de informação e das finanças de maneira distinta pelo Brasil, os quais propuseram a divisão do território em “quatro brasis”. O Centro-Sul (Região Concentrada) compreende os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e concentra a maior população, as maiores indústrias, os principais portos, aeroportos, *shopping centers*, supermercados, as principais rodovias e ferrovias, as maiores cidades e universidades do país.

dos centros consumidores nordestinos (LINS, 1990)⁹⁴, não só presentes no litoral. Assim, podemos dizer que, até o final da década de 1970, pouquíssimas cidades interioranas tinham ligações por estradas pavimentadas, inviabilizando qualquer relação comercial e mesmo administrativa com estes espaços.

Mapa 04 – Região Nordeste: rodovias pavimentadas até 1970



Fonte: Lins (1990); Cartografia de Josué A. Bezerra, jun., 2016.

⁹⁴ Segundo Lins (1990), até 1959, só existiam no Nordeste 1.115 km de rodovias pavimentadas, ou seja, as ligações entre os centros, até então, eram basicamente feitas por estradas carroçáveis. No final da década de 1970, o tamanho das estradas pavimentadas chegou a 6.885 km (Figura 01). Segundo a SUDENE (<http://www.sudene.gov.br/>), a região Nordeste possui atualmente 430.655 km de estradas federais, estaduais e municipais, das quais 41.763 km são pavimentadas e 2.271 km estão em processo de pavimentação. Matznetter (1981) relata, em seu texto na Revista Brasileira de Geografia, o rebatimento da disposição das cidades no Norte e Nordeste do país a partir da influência das novas cidades.

Apesar do processo de urbanização na região ter sido um pouco mais lento em comparação a outras regiões do país, sobretudo frente ao Sudeste, no final do século XX, grandes cidades do Nordeste, algumas constituídas como regiões metropolitanas consolidadas, apareceram como espaços de grande concentração populacional e de atividades econômicas mais avançadas. Estes espaços são promotores de “[...] conhecimento técnico e científico e das instâncias de decisão política” (LIMONAD, 1996, p. 231) e podem ser vistos em toda parte.

Em contrapartida, diante dos novos rumos que a urbanização vem tomando no território, é possível observar o avanço de certas cidades do interior da região Nordeste, seja econômica e/ou política nas instâncias de poder, bem como assumindo um papel de comando de sua rede urbana regional, mesmo estando ainda subordinadas às capitais dos estados (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008)

Esse processo recente de interiorização da urbanização, a nosso ver, é movido pelo surgimento de novas centralidades urbanas compostas por centros regionais de porte intermediário que, somado à sua área de influência, passam a ser verdadeiros aglomerados urbanos que congregam um grande número de cidades distribuídas pelo interior de todas as regiões do país.

Segundo Simões e Amaral (2011), a espacialização desse fenômeno localizado na periferia da rede urbana brasileira pode ser entendida atualmente pelo assentamento da indústria dos setores eletroeletrônico, químico, mecânico e de transportes, localizados de Minas Gerais até o Sul do país, e pela expansão da fronteira agrícola extensiva ligada à agroindústria, com destaque para a parte Norte de Minas Gerais e algumas porções do Nordeste. No Nordeste, temos também o deslocamento dos seguimentos leves, que exigem baixa sofisticação tecnológica em produtos e pouca qualificação de mão-de-obra, o que demonstra ser o foco principal dessa atividade os mercados regionais e locais. Ainda segundo Simões e Amaral (2011), esse conjunto possibilita a dispersão espacial recente desses setores produtivos no interior do Nordeste e o surgimento de uma rede urbana embrionariamente policêntrica, formada por regiões historicamente pobres e seus respectivos centros regionais⁹⁵.

⁹⁵ O que observamos, nesse processo, é a atração das cidades mais desenvolvidas do Sul e Sudeste do país pela indústria de transformação mais intensiva em capital, enquanto no interior do Nordeste e Centro-Oeste, vê-se a chegada dos segmentos industriais intensivos em trabalho (SIMÕES; AMARAL, 2011).

No Nordeste, temos observado uma reestruturação econômica na região que tem permitido o avanço de algumas atividades urbanas, a princípio, de forma mais concentrada, nas grandes regiões metropolitanas, mas que vêm chegando também nos centros regionais e de pequeno porte. Essa mudança permitiu que alguns grupos nacionais, e até internacionais, se instalassem nesses espaços menores, possibilitando a integração regional de algumas áreas.

Há de se observar a crise e o encolhimento da tradicional e complexa atividade sucroalcooleira, localizada no litoral da região Nordeste, que vem sendo gradativamente transferida para os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás (ARAÚJO, 2014). Em meio a isso, temos a chegada de projetos de grande porte em todos os estados da região: plantas eólicas no Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e Piauí; termoelétricas e siderúrgicas no Ceará e Maranhão; refinaria e indústria automotiva em Pernambuco; estaleiro e indústria de celulose na Bahia, entre outros. Todas essas bases têm proporcionado grandes mudanças na estrutura produtiva da região, o que vem impactando diretamente na dinâmica das cidades e nas suas respectivas regiões (Ibid.)

Economias tradicionais, como a pecuária e o algodão, bem como o complexo sucroalcooleiro, como já assinalamos, vêm perdendo importância para os setores da construção civil, do agronegócio, voltado especialmente para a produção de grãos, “[...] como hidrelétrica (MA), plantas de energia eólica (BA, PI, CE e RN), refinarias (PE e CE), estaleiros (PE, AL, BA e MA), siderúrgicas (MA e CE), indústrias de celulose (MA e BA), indústria automotiva (PE) e petroquímica (PE) [...]” (ARAÚJO, 2014, p. 549) e, sobretudo, para ampliação do setor terciário, refuncionalizando os centros regionais, com a ampliação dos serviços de educação, saúde, comércio moderno, serviços especializados voltados para empresas e pessoais (Ibid.).

Com isso, não podemos deixar de destacar que as mudanças na estrutura produtiva da região, especialmente no terciário, têm proporcionado, no interior do Nordeste, a consolidação de pequenas fabriquetas de confecções, pequenas indústrias de laticínios e ovinocapricultura, entre outros setores.

Mas, sobretudo, a ampliação da base de ciência, tecnologia e inovação que o Governo Federal fomentou nos últimos anos, que resultou na expansão das universidades no interior⁹⁶ e dos institutos de educação técnica, com a instalação de

⁹⁶ Discutiremos sobre o processo de interiorização do ensino superior mais à frente.

novos centros de pesquisa e desenvolvimento de polos tecnológicos no interior. Sobre esse fenômeno no Nordeste, Araújo (2014, p. 551) afirma que “[...] uma das fontes de dinamismo dessas cidades, ao lado do crescimento do comércio e dos serviços, impulsionados pela elevação da renda das famílias do seu entorno, foi a expansão e interiorização do ensino superior”.

Nos últimos 10 anos, foram criadas 07 universidades federais no interior do Nordeste, distribuídas em diversos *campi* espalhados pelos centros regionais da região. Entre as universidades criadas nesse contexto de interiorização do ensino superior, destacamos a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIFASV) e a Universidade Federal do Cariri (UFCA) (MEC, 2012).

Diante dessa conjuntura, na região Nordeste, as cidades de Fortaleza, Recife e Salvador apareceram nas últimas décadas como os espaços que estão no comando da rede urbana regional⁹⁷, apresentando-se como principais polos populacionais, industriais e turísticos, embora estes centros e suas respectivas regiões metropolitanas se encontrem ainda relativamente segmentados e descontínuos em relação ao corredor industrial e de comando, localizado especialmente no Sudeste (IBGE, 2008). Este quadro se mostra como mais um traço das desigualdades socioeconômicas que ainda persistem entre as regiões brasileiras.

Mesmo com estas mudanças que fizeram parte do processo de reestruturação do território nas últimas décadas na região, as quais intensificaram as relações socioeconômicas intrínsecas à urbanização em grande parte do Nordeste, pouco se mudou da característica da atomização da rede urbana nordestina (CANO, 1989). Segundo o autor (Ibid.), a paralisia urbana ocorrida nas primeiras décadas do século XX proporcionou uma:

[...] herança social, com enorme excedente demográfico, perversa estrutura fundiária e agricultura retrógrada [promovendo uma] urbanização geográfica e economicamente dispersa, constituída principalmente por suas nove capitais regionais e cerca de duas dezenas de cidades de porte médio, muitas delas interiorizadas (CANO, 1989, p. 68)

⁹⁷ Segundo o último estudo da REGIC (IBGE, 2008), na hierarquia dos centros urbanos brasileiros, as cidades de Fortaleza, Recife e Salvador são classificadas como “Metrópole”.

Essa herança social proporcionou à região uma desigualdade estrutural, em que os níveis de marginalidade e pobreza cresceram a patamares mais altos do país, sendo que nem seus principais centros puderam usufruir dos benefícios de aglomerados mais estruturados, como São Paulo e Rio de Janeiro (Ibid.).

Este perfil distorcido da rede urbana brasileira, especialmente no Nordeste, pode ser claramente percebido na análise de alguns estudos da rede urbana brasileira⁹⁸. Contudo, a emergência, nas últimas décadas, de alguns centros intermediários que vêm desempenhando uma função importante na prestação de serviços e centralização comercial e industrial, resulta em um processo importante a se observar, que nos indica o desenho dessa rede urbana interiorizada na região.

Atualmente, com uma posição de destaque no comando dessa rede urbana, podemos destacar as cidades de Sobral (CE), Juazeiro do Norte (CE), Mossoró (RN), Campina Grande (PB), Caruarú (PE), Arapiraca (AL), Petrolina (BA), Feira de Santana (BA), Vitória da Conquista (BA), Ilhéus (BA) e Barreiras (BA)⁹⁹, que vêm comandando a rede urbana no interior do Nordeste, assumindo o papel de interlocução com as capitais e centros metropolitanos mais desenvolvidos da região, bem como com os subcentros regionais (IBGE, 2008).

Considerando o que ocorre no Norte do país, onde ainda temos um elevado espaçamento na ocupação do território, caracterizado pela existência de municípios com dimensões territoriais imensas e adensamentos populacionais bastante rarefeitos, na região Nordeste, podemos afirmar que há uma consolidação demográfica e espacial de forma bastante adensada em algumas áreas (IBGE, 2011).

Com base no último Censo Demográfico (IBGE, 2011), das 05 maiores cidades com maior população do país, 02 são nordestinas: Salvador (3º) e Fortaleza (5º). O Nordeste (com 30 cidades) aparece, depois do Sudeste (com 73 cidades), como a região que abriga a maior quantidade de municípios não metropolitanos com população superior a 100 mil habitantes, seguido do Sul (com 29 cidades), Norte (com 10 cidades) e Centro-Oeste (com 07 cidades). Alguns destes centros aparecem com grande representatividade espacial em suas regiões. Aqui, novamente, destacamos

⁹⁸ Sobre os estudos que tomamos como referência, ver Geiger (1963); Corrêa (1988b, 2001, 2004, 2006).

⁹⁹ Torna-se importante frisar que alguns destes centros assumem esse *status* na rede urbana regional em coparticipação com outros centros conurbados/próximos, como são os casos de Petrolina (BA) com Juazeiro (PE); Juazeiro do Norte (CE) com Crato (CE) e Barbalha (CE) e Ilhéus (BA) com Itabuna (BA). Essa conformação foi considerada, por exemplo, no estudo da REGIC - 2007 (IBGE, 2008).

Feira de Santana (BA) (556.642 habitantes); Campina Grande (PB) (385.213 habitantes); Caruarú (PE) (314.912 habitantes); Petrolina (BA) (293.962 habitantes); Mossoró (RN) (259.815 habitantes), além de Imperatriz (MA) (247.505 habitantes) (IBGE, 2008; 2011).

Embora ainda seja evidente a concentração de população, equipamentos e serviços nas capitais estaduais da região, alguns centros intermediários vêm apresentando um movimento ascendente na rede urbana regional, muito relacionado também às atividades ligadas à produção agropecuária globalizada que, segundo Elias (2011, 2013), formam, em alguns casos, Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA), caracterizadas por modernos espaços agrícolas e espaços urbanos não metropolitanos, especialmente cidades médias e de porte médio¹⁰⁰.

Algumas regiões sob influência de Juazeiro (BA)/Petrolina (PE), Mossoró (RN) e Barreiras (BA) passaram de áreas de subsistência para regiões agrícolas extremamente desenvolvidas, onde suas sedes abrigam equipamentos urbanos modernos (aeroportos, *shoppings*, hipermercados, concessionárias de veículos) e serviços especializados (clínicas e laboratórios médicos, locadoras de máquinas agrícolas, universidades, escolas de ensino técnico) que compõem um terciário moderno no meio do semiárido nordestino (SANTOS, 2010; 2016).

Esse processo envolve a difusão de novas centralidades urbanas distantes dos grandes centros (metropolitanos) da região, algo que está intimamente vinculado à interligação econômica e, com isso, a uma maior aproximação geográfica entre os espaços. Mesmo com a manutenção de uma rede urbana policêntrica e macrocefálica¹⁰¹, no que se refere à concentração de recursos/investimentos econômicos e populacionais nas capitais, há cada vez mais uma conformação urbana adensada no interior do território, o que, em alguns casos, chega a gerar rivalidade política e econômica entre estes centros intermediários e as capitais estaduais, como

¹⁰⁰ No estudo de Silva (2013), podemos entender melhor como se encontra o planejamento urbano em cidades de porte médio e/ou cidades médias no Nordeste, bem como nas demais regiões do país.

¹⁰¹ A macrocefalia urbana é uma expressão utilizada inicialmente por Santos (1979, 2010 [1982]) para explicar a tendência do progresso tecnológico na realidade dos países subdesenvolvidos que, entre outros aspectos, desencadeou uma concentração populacional e das principais atividades econômicas em algumas metrópoles que, por sua vez, fez aumentar, nesses espaços o número de desempregados, de ocupações desordenadas em parte dessas áreas, da violência urbana e das desigualdades socioespaciais.

o que ocorre entre Mossoró e Natal, no Rio Grande do Norte, e Campina Grande e João Pessoa, na Paraíba¹⁰².

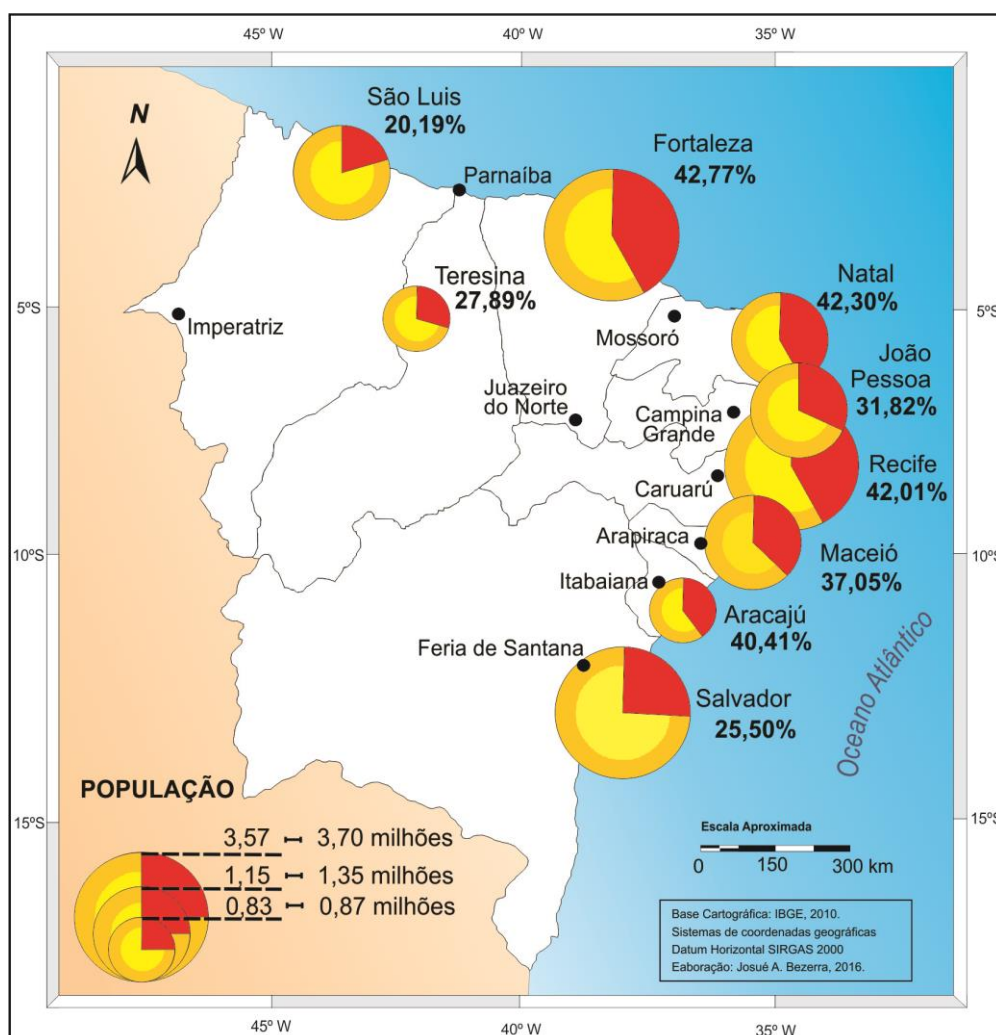
Há uma recente disputa política e econômica entre estes centros, o que desencadeia/acentua uma variação na organização interna das cidades nos estados da região. Por outro lado, existe um desequilíbrio demográfico entre as capitais e/ou aglomerados metropolitanos frente ao restante dos centros urbanos de alguns estados¹⁰³. Segundo os dados do último censo demográfico do IBGE (2011), em alguns casos, a concentração populacional nestes espaços atinge quase 50% do total (Mapa 05).

O mapa sintetiza o desequilíbrio no que se refere à concentração populacional nos grandes centros urbanos/metropolitanos da região em comparação com o restante do respectivo estado. Esse panorama nos sugere a constituição de aglomerações urbanas localizadas no interior dos estados, que ainda estão completamente sujeitas à organização hierárquica de rede urbana tradicional. Há uma demasiada concentração populacional nas grandes cidades da região, especialmente naquelas encabeçadas pelas capitais estaduais.

¹⁰² A título de exemplo, nas eleições de 2014, estes centros têm conseguido eleger vários representantes para o legislativo estadual e federal, bem como para o executivo estadual. Maiores detalhes sobre o resultado das últimas eleições estaduais destes estados, procurar, respectivamente, nos sites <http://www.tre-rn.jus.br/> e <http://www.tre-pb.jus.br/>.

¹⁰³ Nessa análise, estamos considerando as regiões metropolitanas oficialmente reconhecidas ou aglomerados urbanos em que suas sedes assumem o papel de capitais de estados. Para isso, utilizamos como referência principal as informações do IBGE (2011) e do Observatório das Metrôpoles (2010). É preciso lembrar que os critérios e definições para criação de uma região metropolitana no Brasil são criadas por cada Unidade da Federação, os quais apontam os caminhos para gestão, planejamento e aplicação das funções de cada unidade metropolitana em pauta. Por esse motivo, podemos encontrar, atualmente, na Paraíba, 12 regiões metropolitanas (Cajazeiras, Campina Grande, Esperança, Guarabira, Itabaiana, João Pessoa, Patos, Sousa, Vale do Mamanguape e Vale do Piancó), enquanto em outros estados que abrigam centros com perfis mais próximos a uma realidade metropolitana, com um aglomerado urbano compreendido por indústrias, infraestruturas e habitações mais desenvolvidos, com poucas Regiões Metropolitanas criadas, como são os casos do Ceará (Fortaleza e Cariri) e Pernambuco (Recife).

Mapa 05 – Região Nordeste: concentração da população total por aglomerado metropolitano das capitais¹⁰⁴ (2010)



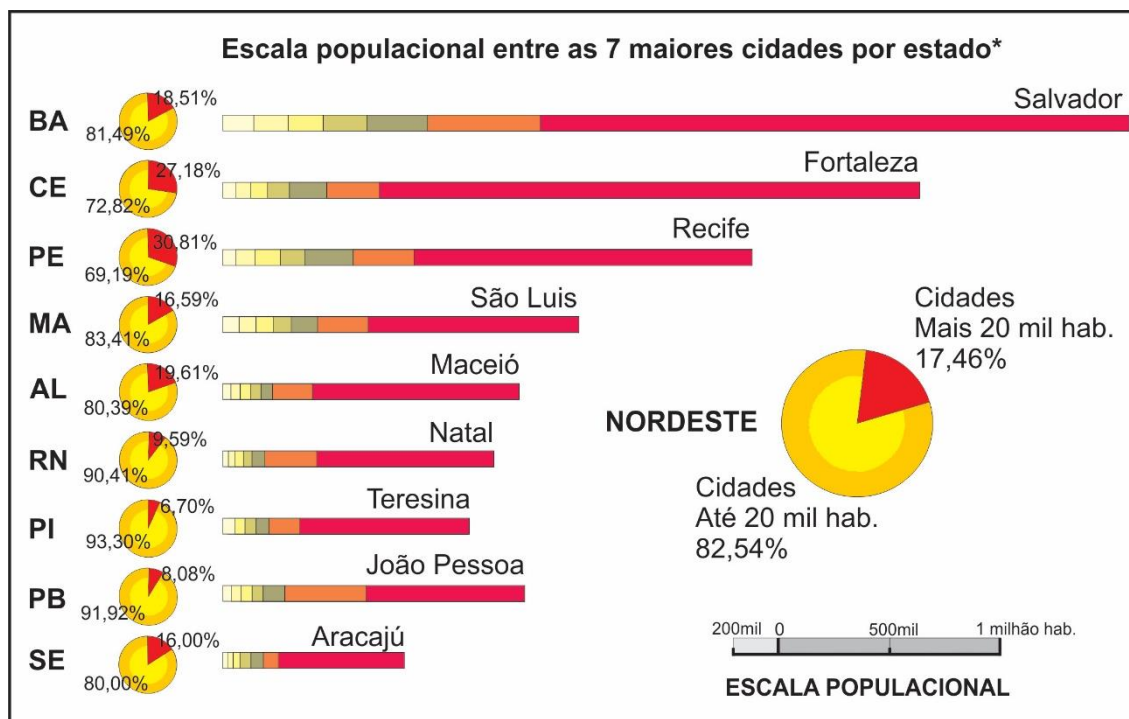
Fonte: Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2011); Observatório das Metrôpoles (2010). Organização e cartografia de Josué A. Bezerra, jun., 2016.

Estes centros se apresentam com uma enorme amplitude entre a oferta de bens e serviços e concentração populacional, em contrapartida, no outro lado, temos uma rede urbana interiorizada, mesmo com a ascensão de algumas cidades, a inexpressividade da maioria e/ou a polarização de um ou dois centros intermediários em cada estado. Assim, em síntese, o que observamos até aqui é a emergência de

¹⁰⁴ Para essa representação, consideramos as áreas metropolitanas ou aglomerados urbanos do Nordeste que têm em suas sedes as capitais de estado. Para os dados comparativos por Unidade da Federação, o município de Timon (MA), que se encontra na margem esquerda do rio Parnaíba e possui uma população total de 155.396 hab. (IBGE, 2011), não foi contabilizado como ente da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (PI).

um pequeno número de centros regionais, alguns com características de cidades médias, e um grande número de cidades pequenas com população inferior a 20 mil habitantes (Figura 02 e Tabela 03, na página seguinte).

Figura 02 – Região Nordeste: escala populacional das maiores cidades por estado¹⁰⁵



Fonte: Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011). Organização de Josué A. Bezerra, jun., 2015.

¹⁰⁵ Para a elaboração desta figura, com a escala populacional (barras horizontais) das cidades nordestinas, consideramos a população urbana das 07 maiores cidades de cada estado, com base nos últimos dados do Censo Demográfico do IBGE (2011). Para tanto, excluimos as cidades que se encontram anexadas à sede das áreas metropolitanas ou aglomerados urbanos de capitais de estado. A apresentação está organizada de forma decrescente, a partir do tamanho populacional das capitais estaduais que, no caso, são as maiores.

Tabela 03 – Região Nordeste: maiores cidades em número de habitantes por estado (2010)

<i>ESTADOS</i>		<i>CAPITAL</i>		<i>SEGUNDA</i>		<i>TERCEIRA</i>		<i>QUARTA</i>		<i>QUINTA</i>		<i>SEXTA</i>		<i>SÉTIMA</i>	
<i>UF</i>	<i>Pop. Total</i>	Cidade	Pop.	Cidade	Pop.	Cidade	Pop.	Cidade	Pop.	Cidade	Pop.	Cidade	Pop.	Cidade	Pop.
MA	6.574.789	São Luís	955.600	Imperatriz	234.671	Caxias	118.559	Codó	81.043	Açailândia	78.241	Bacabal	77.836	Santa Inês	73.932
PI	3.118.360	Teresina	767.777	Parnaíba	137.507	Picos	58.295	Floriano	49.978	Piripiri	44.539	Campo Maior	33.524	Pedro II	22.671
CE	8.452.381	Fortaleza	2.447.409	Juazeiro do Norte	240.121	Sobral	166.333	Crato	100.937	Iguatu	74.654	Itapipoca	66.895	Quixadá	57.482
RN	3.168.027	Natal	803.811	Mossoró	237.281	Caicó	57.464	Assú	39.369	Currais Novos	37.793	Santa Cruz	30.461	Pau dos Ferros	25.535
PB	3.766.528	João Pessoa	720.789	Campina Grande	367.278	Patos	97.296	Sousa	51.885	Guarabira	48.974	Cajazeiras	47.489	Sapê	38.149
PE	8.796.448	Recife	1.536.934	Caruaru	278.098	Petrolina	219.309	Vitória de Santo Antão	113.481	Garanhuns	115.344	Santa Cruz do Capibaribe	85.562	Serra Talhada	61.288
AL	3.120.494	Maceió	931.984	Arapiraca	181.562	Palmeira dos Índios	51.655	União dos Palmares	47.691	Coruripe	46.073	Penedo	45.011	Delmiro Gouveia	34.849
SE	2.068.017	Aracaju	570.937	Itabaiana	67.717	Estância	54.796	Lagarto	48.889	Tobias Barreto	32.223	Propriá	24.393	Nossa Senhora da Glória	21.633
BA	14.016.906	Salvador	2.675.875	Feira de Santana	510.736	Vitoria da Conquista	274.805	Itabuna	199.668	Juazeiro	160.786	Ilhéus	155.300	Jequié	139.452

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011). Organização de Josué A. Bezerra, jun., 2015.

Como podemos observar na figura, existe um distanciamento no tamanho populacional entre as capitais dos estados em relação aos demais centros urbanos do seu interior. Primeiramente, ressaltamos o grande percentual de centros de pequeno porte (82,54%), muitos destes comandados pelos centros de articulação intermediária mais próximos (IBGE, 2011). Acreditamos que esse quadro muito comum no interior do Nordeste está ligado ao acelerado processo de emancipação político-administrativa de vários municípios da região que deu status de cidades a todas as sedes destes novos municípios.

O IBGE (2008) mostra que a organização hierárquica das cidades segue essa desigualdade em sua conformação na região Nordeste. Enquanto no Centro-Sul do país, temos uma rede urbana estruturada, compreendida por um considerável número de metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais bastante articulados, no Nordeste, temos uma distribuição espaçada entre os centros, sendo observada a ausência de alguns níveis hierárquicos intermediários.

Com isso, percebemos que, mesmo com o crescimento da dinâmica socioeconômica das áreas interioranas, polarizada por cidades com relativa centralização urbana na região, não é possível visualizarmos uma grande alteração na supremacia no comando das capitais dos estados sob a rede urbana regional.

Podemos dizer, ainda, que a rede urbana nordestina continua a ter uma polarização política e econômica no litoral, com ramificações comandadas por centros de porte médio, mas também com sub-centros regionais que ganharam importância na periferia dessa rede. Estes centros sub-regionais desempenham a articulação com um grupo de cidades menores, que são a maioria no país, e assumem um papel fundamental na organização do espaço urbano-regional no interior. Como referência para esse recorte, estamos utilizando a classificação da última edição da REGIC (IBGE, 2008) para identificar estes centros sub-regionais, com atenção especial ao do subnível A, no qual a cidade de Pau dos Ferros se encontra.

3.2 NOVAS CENTRALIDADES DA REDE URBANA INTERIORIZADA

De acordo com o IBGE (2008), os Centros Sub-regionais A recebem um grupo de atividades de gestão menos complexas, em comparação às capitais regionais e metrópoles, e possuem, conseqüentemente, uma área de atuação mais reduzida. Contudo, em regiões mais adensadas, como no Nordeste e Sudeste do país, a

quantidade de relacionamentos que os centros sub-regionais exercem com as unidades municipais de sua área são bastante representativos.

O que concebemos, nesse universo, é uma faixa composta por centros sub-regionais de características e funções com similaridades em sua estrutura urbano-regional: a ocorrência variada de enfraquecimento dos laços de integração nas diferentes esferas da vida social e econômica; crescente heterogeneidade espacial, na qual se consolidam centros sub-regionais dotados de grande dinamismo e outros bastante atrasados e estagnados; e, em outro nível, presença de centros com intensa articulação com os fluxos e as dinâmicas internacionais e inter-regionais (IBGE, 2008).

Segundo Araújo (2014), as mudanças recentes na base de infraestrutura no interior nordestino permitiram a estabilidade elétrica, fundamental para o desenvolvimento dos setores produtivos (atração de pequenas indústrias), bem como o acesso da população a serviços urbanos mais complexos presentes somente nos grandes centros; o avanço na oferta de infraestrutura hídrica para abastecimento em geral, como a construção de adutoras, poços, cisternas; como ainda, aliada à questão energética, a infraestrutura de telecomunicações, com a forte presença do celular e da internet banda larga, demonstrando o poder de articulação destes centros sub-regionais no território.

As novas regiões de articulação urbana adotadas pelo IBGE (2013), que considerou os estudos da REGIC (IBGE, 2008), teve como objetivo principal fornecer uma visão regional atualizada do Brasil a partir dos fluxos articulados por sua rede urbana, subdividindo o país em três dimensões escalares¹⁰⁶.

Para tanto, novamente as cidades de Fortaleza, Recife e Salvador aparecem como as principais forças macrorregionais do Nordeste, as Capitais Regionais A, B e C e os Centros Sub-regionais A assumem um papel de intermediação na rede urbana da região, exercendo uma relação mais próxima à metrópole como também às pequenas cidades existentes em sua área de influência (IBGE, 2013).

Com isso, as Capitais Regionais desempenham um papel espacial de escala superior no estrato da rede urbana brasileira, especialmente considerando a

¹⁰⁶ Segundo o IBGE (2013), a divisão urbano-regional é representada por 14 Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, 161 Regiões Intermediárias de Articulação Urbana e 482 Regiões Imediatas de Articulação Urbana. Todas estas receberam os nomes das cidades que comandam a região. É importante acrescentar que, segundo a metodologia do referido estudo, se um centro sub-regional estivesse ligado a uma metrópole, todos os municípios da sua área de influência eram classificados de acordo com a maior hierarquia, assim, foram isolados em regiões todos os municípios que estavam vinculados aos Centros Sub-regionais.

rarefação urbana existente no Nordeste, onde a maior parte deste nível hierárquico de cidade é assumido pelas capitais estaduais e, a título de reprodução do nosso objeto de estudo, apontamos o universo dos Centros Sub-regionais A (IBGE, 2008) como aqueles que melhor representam esse novo processo de centralização urbana localizado no interior nordestino (Mapa 06, na página seguinte).

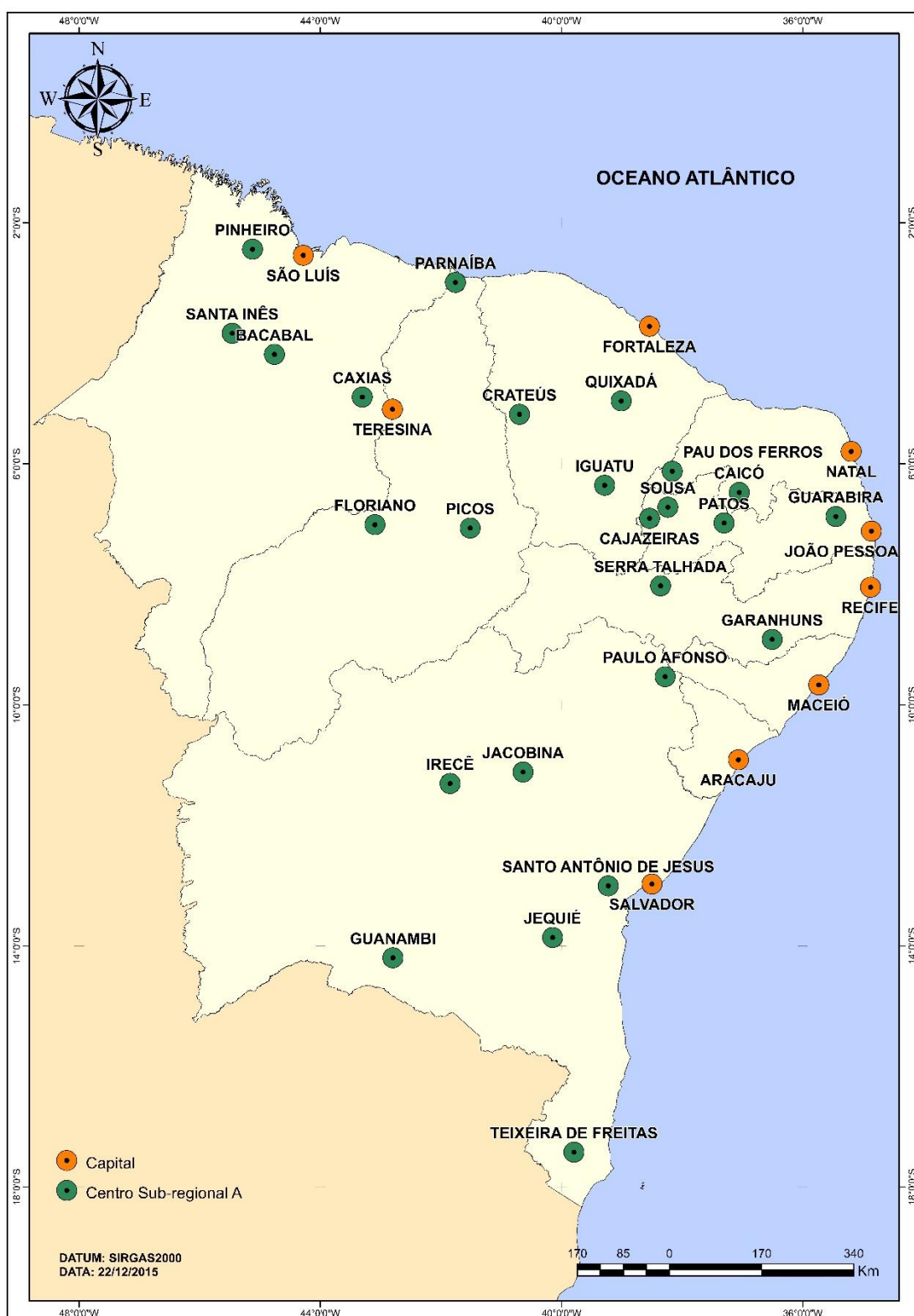
Seja comandando um grande número de municípios, os quais recebem atendimento especialmente de bens e serviços, seja abrigando importantes atividades de gestão pública e privada, articulando na escala regional, órgãos e empresas privadas, os Centros Sub-regionais A assumem a função de intermediação na rede urbana regional de caráter mais próximo do processo de urbanização interiorizada e da integração desses espaços afastados dos grandes centros com mercado nacional. Aliado a esse processo, temos o aparecimento de estruturas verticais que estabelecem relações em rede nessa parcela periférica da rede urbana regional.

É visto um fortalecimento socioeconômico desses centros em detrimento da conjuntura regional, a partir principalmente das interconexões da gestão, da infraestrutura e das atividades produtivas (IBGE, 2013).

Em alguns casos, a variável populacional nos mostra uma certa aproximação entre os centros, mas a diversidade regional, mesmo dentro do Nordeste, ainda é latente. A dispersão espacial dessas cidades na região não segue exatamente as mesmas características, contudo, estas assumem uma função importante na regionalização destes espaços mais afastados.

Em algumas unidades territoriais, não é possível encontrar esse tipo de centro, como nos estados de Alagoas e Sergipe. Neste caso, acreditamos que a própria situação geográfica, levada pela proximidade aos Centros Regionais, como Arapiraca (AL), bem como a influência das metrópoles pernambucana (Recife) e baiana (Salvador), prejudicam a ascensão de um centro urbano nestes estados que exerça a função de intermediação nesse nível hierárquico.

Mapa 06 – Região Nordeste: centros sub-regionais A (REGIC - 2007)



Fonte: IBGE (2008). Organização de Josué A. Bezerra e elaboração cartográfica de Samwel Sennen, jan., 2015.

No Rio Grande do Norte, a cidade de Assú, que apresenta uma importante história na formação dos territórios do Oeste Potiguar e, atualmente, abriga algumas das maiores atividades econômicas do estado (agronegócio da fruticultura e extração de petróleo), teria melhores condições que Pau dos Ferros de assumir uma posição de destaque na rede urbana estadual, contudo, a nosso ver, a proximidade (71,5 km) com a cidade de Mossoró ofusca sua centralidade na região.

Outro caso ao qual podemos nos referir diz respeito à cidade de Araripina que, juntamente com Ouricuri e Trindade, todas em Pernambuco, se constitui como o maior polo gesseiro do país, entretanto, sua disposição geográfica em uma área limítima com os estados do Piauí e do Ceará, próximas a Juazeiro do Norte (CE) e Picos (PI), também compromete sua centralidade urbana (ARAÚJO, 2014).

A centralidade de uma cidade, como já relatamos, é medida a partir de sua capacidade de ofertar bens e serviços para outros centros urbanos, definindo, assim, sua área de influência. Nessa dimensão da rede urbana, em que as cidades intermediárias assumem a maior centralidade, os centros sub-regionais de categoria A (IBGE, 2008) estabelecem relações de integração com o exterior e muita interação com os centros internos da região, especialmente aqueles em que sua maioria é constituída por cidades pequenas.

O poder de polarização do núcleo urbano principal é medido pelo seu poder de influência sob esses centros menores, como podemos perceber nos estudos da REGIC (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008). Certamente, em alguns estados da região, o recorte populacional para definição de pequena cidade deve ser ponderado, pois há de se observar uma desproporção, principalmente entre as dimensões demográficas destes centros.

Para tanto, podemos observar, a seguir (Quadro 04, a seguir), uma matriz de análise que reúne os Centros Sub-regionais A do Nordeste que consideramos representativos para o entendimento desse processo de interiorização da urbanização na região, do qual fazem parte a cidade de Pau dos Ferros e sua região de influência.

Essa matriz, organizada com algumas variáveis e indicadores vinculados aos temas percorridos em nossa pesquisa, possibilita observarmos a disposição e os processos espaciais que estamos pontuando na identificação das centralidades urbanas desempenhadas no interior da rede urbana do Nordeste brasileiro.

Temos, assim, nessa escala de análise, a espacialização do número da população destes centros, seguida da taxa de urbanização. Considerando a área de

influência do Centros Sub-regionais A (IBGE, 2008), apresentamos o número de municípios de sua área de influência e a população total relativa. Ainda sobre população, apresentamos a evolução desse quesito nas últimas décadas (1980, 1991, 2000, 2010), segundo o IBGE (2011).

No aspecto centralidade, apresentamos a evolução desses centros nos estudos da REGIC (Id., 1972; 1987; 2000; 2008); a distância, em quilômetros, destes para o próximo centro de maior nível hierárquico na rede urbana regional; e a posição de cada Centro Sub-regional A na classificação das tipologias das cidades (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009) e nas tipologias do PNDR (MIN, 2005). Por fim, uma tipificação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal também nas três últimas décadas (PNUD, 2015).

Quadro 04 – Região Nordeste: matriz comparativa dos centros sub-regionais A (REGIC)¹⁰⁷*(continua)*

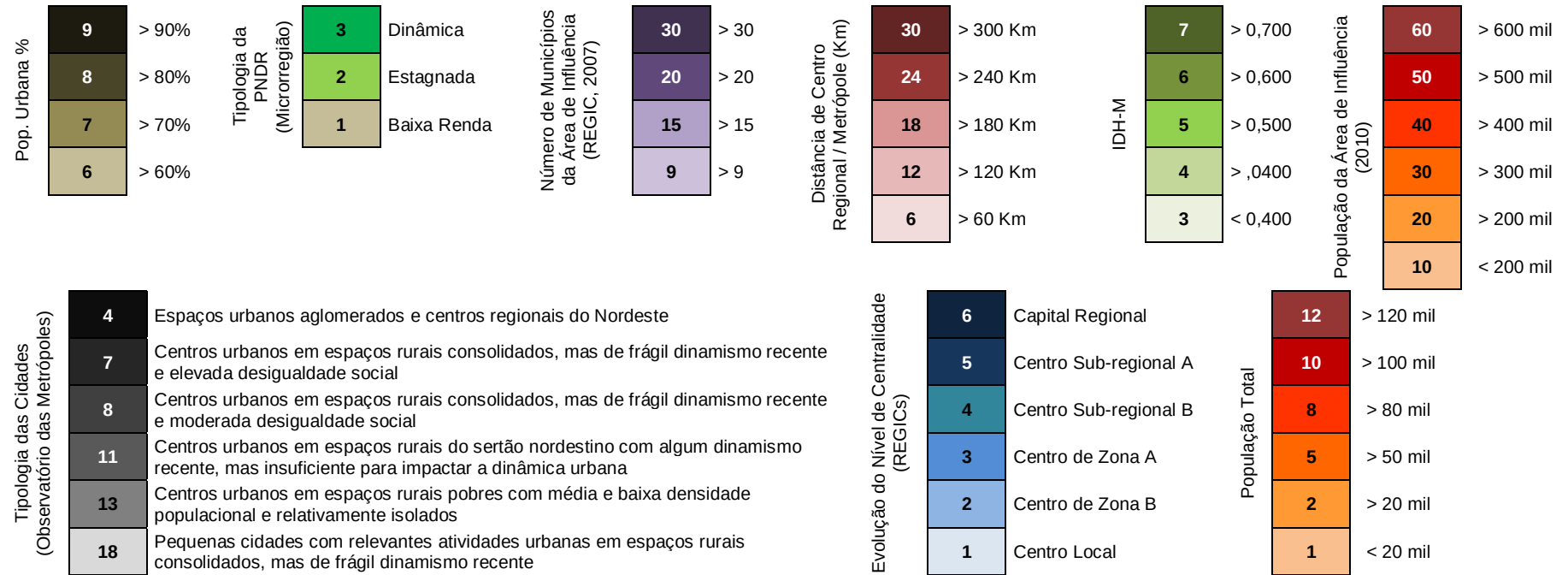
UF	Município ¹⁰⁸	Pop. Total (2010)	Pop. Urbana % (2010)	Número de Municípios da Área de Influência Direta (REGIC, 2007)	Pop. da Área de Influência Direta (2010)	População Total				Centralidade (REGIC)**				Distância (Km) de Centro Regional / Metrópole mais próxima (REGIC)	Tipologia da PNDR - Microrregião (2005)	Tipologia das Cidades (Observatório das Metrópoles, 2009)	IDH-M (2010)	IDH-M (2000)	IDH-M (1991)
						2010	2000	1991	1980	2007	1993	1978	1966						
MA	Bacabal	100.014	7	15	30	10	8	8	8	5	5	5	5	24	1	8	6	4	3
MA	Caxias	155.129	7	9	40	12	12	12	12	5	5	3	4	6	1	4	6	4	3
MA	Pinheiro	78.162	6	20	50	5	5	8	5	5	3	3	2	30	1	8	6	4	3
MA	Santa Inês	77.282	9	9	40	5	5	5	2	5	4	4	1	24	1	8	6	5	4
PI	Parnaíba	145.705	9	15	40	12	12	12	10	5	5	5	5	24	2	4	6	5	4
PI	Floriano	57.690	8	20	20	5	5	5	2	5	5	6	6	24	2	7	6	5	4
PI	Picos	73.414	7	30	30	5	5	5	5	5	5	5	5	30	2	8	6	5	4
CE	Crateús	72.812	7	9	30	5	5	5	5	5	4	4	3	18	1	11	6	1	3
CE	Iguatu	96.495	7	16	50	8	8	5	8	5	5	6	5	12	3	11	6	5	3
CE	Quixadá	80.604	7	9	30	8	5	5	8	5	4	3	2	12	3	11	6	5	3
RN	Caicó	62.709	9	15	20	5	5	5	2	5	5	6	5	18	2	7	7	6	4
RN	Pau dos Ferros	27.745	9	20	10	2	2	2	1	5	4	3	4	12	3	13	6	5	4
PB	Patos	100.674	9	30	30	10	8	8	5	5	5	6	5	12	3	7	7	5	4

¹⁰⁷ Esta matriz poderá ser visualizada com os dados brutos no apêndice 04.¹⁰⁸ Na década de 1980, vários municípios foram criados a partir do desmembramento de outros: na Bahia, Irecê (João Dourado, Lapão, São Gabriel e América Dourada); Jacobina (Várzea Nova, Capim Grosso), Alcobaca (Teixeira de Freitas); na Paraíba, Sousa (Marizópolis, São Francisco e Vieirópolis); no Piauí, Picos (Santana do Piauí, Sussuapara, Aroeiras do Itaim, Geminiano, Paquetá).

PB	Cajazeiras	58.446	8	9	10	5	5	5	2	5	5	5	5	12	2	13	6	5	4
PB	Guarabira	55.326	8	15	20	5	5	2	2	5	4	3	5	6	1	18	6	5	3
PB	Sousa	65.803	7	20	20	5	5	5	5	5	5	4	4	12	2	8	6	5	3
PE	Garanhuns	129.408	8	20	60	12	10	10	8	5	5	6	6	6	2	4	6	5	4
PE	Serra Talhada	79.232	7	9	20	5	5	5	5	5	5	4	3	18	3	11	6	0	4
BA	Paulo Afonso	108.396	8	9	20	10	8	8	5	5	4	3	4	18	3	7	6	5	4
BA	Santo Antônio de Jesus	90.985	8	9	20	8	5	5	5	5	5	4	2	6	2	7	7	5	4
BA	Irecê	66.181	9	20	50	5	5	5	8	5	4	4	2	30	2	13	6	5	4
BA	Jacobina	79.247	7	9	20	5	5	5	10	5	5	6	5	18	2	8	6	4	3
BA	Guanambi	78.833	7	30	60	5	5	5	2	5	5	4	3	24	2	8	6	5	4
BA	Jequié	151.895	9	20	40	12	12	12	10	5	5	6	6	18	2	4	6	5	3
BA	Teixeira de Freitas	138.341	9	9	30	12	10	8	*	5	5	*	*	24	2	4	6	5	3

Fonte: REGIC (IBGE 1972; 1987; 2000; 2008); Censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 2011); IDH-M (PNUD, 2015); Política Nacional de Desenvolvimento Regional (MIN, 2005); Tipologia das Cidades (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009); Distâncias Rodoviárias – rotas (GOOGLE EARTH, 2015). Elaboração de Josué Alencar Bezerra, jul., 2015. Modelo inspirado no trabalho de Silva (2013). (*) O município de Teixeira de Freitas (BA) foi emancipado em 1985 do município de Alcobaça (BA). (**). A equivalência na classificação das centralidades nos estudos do IBGE podem ser vistos no quadro 03 do capítulo anterior.

LEGENDA



A princípio, podemos identificar uma grande gradação populacional entre os municípios listados. Nesse recorte compreendido pelos Centros Sub-regionais A na região Nordeste, temos municípios com menos de 30 mil habitantes (Pau dos Ferros), enquanto outros com mais de 100 mil (Bacabal; Caxias; Parnaíba; Patos; Garanhuns; Paulo Afonso; Jequié e Paulo Afonso), com destaque para a rede urbana baiana, que aparece como a mais adensada demograficamente (IBGE, 2011).

Quando nos reportamos à evolução da população desses centros, identificamos que uma parte atingiu o patamar de 100 mil habitantes ou mais na década de 2000. Enquanto alguns outros conseguiram um crescimento pequeno, ou mesmo perderam população no período em análise, muitas vezes, relacionado às emancipações políticas ocorridas na década de 1990, após a constituição de 1988 (Ibid.). A dinâmica populacional destes centros apresenta variação de intensidades, embora praticamente todos tenham seguido uma crescente na dinâmica populacional no período.

Apresentamos também, na matriz, a dimensão populacional da área de influência dos municípios. Temos regiões extremamente ocupadas, especialmente nos estados de Pernambuco (Garanhuns, 603.667 habitantes) e Maranhão (Caxias, 460.014 habitantes; Pinheiro, 553.068 habitantes), na Bahia (Guanambi, 882.730 habitantes; Irecê, 515.528 habitantes; e Jequié, 490.167 habitantes), como também em regiões sob influência das cidades de Parnaíba (PI) (493.445 habitantes); e Iguatu (CE) (511.860 habitantes) (IBGE, 2011).

A partir desse recorte, destacamos a região encabeçada por Pau dos Ferros como a que concentra a menor população, e que está distribuída em uma das regiões com mais pequenas cidades dessa escala de análise (174,046 habitantes; 25 municípios = 6.961 habitantes/município). Do outro lado, temos a região influenciada por Caxias (MA), que abriga uma das maiores concentrações populacionais para um número reduzido de municípios (média de aproximadamente 46 mil habitantes para cada um dos 10 municípios) (Ibid.).

Acreditamos que essa discrepância entre os centros está associada à distância destes para a cidade de maior centralidade próxima. No caso da cidade de Caxias (MA), somado a isso, temos a disposição de uma área próxima à divisa com o estado do Piauí, a pouco mais de 60 km de distância da capital Teresina (PI). Enquanto a cidade de Pau dos Ferros (RN), apesar de se encontrar também próxima à divisa com os estados da Paraíba e Ceará, encontra-se a mais de 150 km de

Mossoró (RN) e, aproximadamente, a 400 km de Natal (RN) e Fortaleza (CE) (GOOGLE EARTH, 2015).

A cidade de Mossoró, assentada também na região Oeste do Rio Grande do Norte, mesmo com uma estruturação urbana crescente que lhe dá *status* de uma cidade média (ELIAS; PEQUENO, 2010), não se apresenta como centro de influência na região comandada por Pau dos Ferros, segundo o IBGE (2008).

O indicador distância entre os centros mais desenvolvidos é uma variável importante nos estudos de centralidade urbana em que nos apoiamos, e reflexo de sua conformação, por exemplo, na organização dos centros de gestão do território presentes nos estados (IBGE, 2014). Alguns destes centros sub-regionais de categoria A encontram-se a mais de 300 km de distância de uma cidade de maior centralidade, como Picos (PI), Pinheiro (MA) e Irecê (BA), demonstrando ser essa uma variável que pode melhor explicar sua centralidade e área de influência.

O indicador centralidade das cidades apresenta variações crescentes e decrescentes no decorrer da série histórica da REGIC (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008). Atualmente, apesar das cidades serem classificadas como centro sub-regional A, em um momento, alguns destes assumiam uma posição mais ou menos importante na hierarquia urbana da região.

Essa série vista nos estudos da REGIC (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008) nos mostra 03 grupos de cidades: o primeiro, que compreende cidades que se mantiveram com a mesma centralidade urbana no decorrer das décadas (Bacabal, MA; Parnaíba, PI; Picos, PI; Cajazeiras, PB), que entendemos estar relacionado à gênese de ocupação no território, ligada às atividades econômicas tradicionais em seus respectivos estados. O segundo grupo, que abrange os centros que apresentaram variações decrescentes na série histórica e que, em algum momento, ganharam o *status* de capital regional (Floriano, PI; Iguatu, CE; Caicó, RN; Patos, PB; Garanhuns, PE; Jacobina, BA; Jequié, BA). Essa variação pode estar relacionada ao acelerado processo de fragmentação do território que impulsionou a ascensão de outros municípios menores das suas respectivas redes urbanas, como também a decadência de algumas atividades econômicas tradicionais que sustentavam a economia e a sociedade da área de influência destes centros, como foi o que aconteceu no Seridó Potiguar com o cultivo do algodão e a extração da *scheelita* na década de 1970 (CLEMENTINO, 1995; FELIPE, 2010).

No terceiro grupo, reunimos os centros que acometeram uma variação crescente da centralidade, muitas vezes, refletida na dinâmica de variação mais intensa do crescimento populacional. As cidades de Santa Inês (MA), Santo Antônio de Jesus (BA) e Guanambi (BA) são aquelas que melhor ilustram essa correspondência, apresentando, respectivamente, um crescimento populacional de 63,97%, 57,75% e 56,69% e uma ascensão que partiu de um centro de zona ou local (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008, 2011). Também acometemos esse resultado à situação geográfica que estes centros assumiram em suas redes urbanas, com a abertura de importantes rodovias e a concentração de equipamentos e serviços urbanos até então inexistentes nestes centros. Para Sposito (2011, p. 135), a situação geográfica “[...] já pressupõe o movimento, dado o caráter relacional do espaço que ele procura revelar, uma vez que cada localização é vista, a partir desse conceito, no contexto de outras localizações que ensejam suas possibilidades de integração”.

A cidade de Pau dos Ferros, apesar de não apresentar grandes variações em sua centralidade, mesmo tendo sido classificada como Centro de Zona A, esteve sempre em posição de destaque na rede urbana potiguar, enquadrando-se, atualmente, ao lado de Caicó, como os únicos Centros Sub-regionais A do Rio Grande do Norte. Novamente, destacamos o número reduzido de habitantes na área de influência da cidade de Pau dos Ferros, a menor de todas na região. É importante destacar que, em comparação com a REGIC de 1993, a região Nordeste ganhou 08 (oito) Centros Sub-regionais A na última edição (IBGE, 2008), o que demonstra que houve uma melhor qualificação da rede urbana brasileira com descentralização dos serviços básicos e especializados de saúde, educação e financeirização, como ainda o acesso a alguns produtos do comércio mais moderno até então presentes somente nos grandes centros, especialmente, nas regiões interioranas do Nordeste (SIMÕES; AMARAL, 2011).

Quanto às tipologias das cidades, considerando os estudos do Observatório das Metrôpoles (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009) e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (MIN, 2005), notamos uma importante relação entre as duas pesquisas. Partindo da análise econômica territorial, adotada pela PNDR, que tem a escala da microrregião geográfica (IBGE, 1990) escolhida como unidade de análise, encabeçadas por estes centros sub-regionais A, o estado do Maranhão é aquele que apresenta todos os seus territórios com *status* de desenvolvimento regional de “baixa renda”. O Piauí também não apresentou grandes índices de

desenvolvimento: todas microrregiões correspondentes aos centros sub-regionais em análise foram consideradas “estagnadas”. As únicas microrregiões que receberam o *status* de dinâmico foram encabeçadas pelas cidades de Iguatu (CE) e Quixadá (CE); Pau dos Ferros (RN); Patos (PB); Serra Talhada (PE) e Paulo Afonso (BA). Todas as outras ou foram classificadas como microrregiões de baixa renda ou estagnadas, nenhuma de “alta renda”.

Quanto às tipologias das cidades elaboradas pelo Observatório das Metrópoles, temos uma associação ao resultado da pesquisa do Ministério da Integração. Os maiores centros (Caxias, MA; Parnaíba, PI; Garanhuns, PE; Jequié, BA e Teixeira de Freitas, BA) são classificados como “Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do Nordeste”, enquanto o restante recebeu a classificação variada para esse tipo de centro localizado no Nordeste, em que os indicadores considerados mostram desníveis socioeconômicos das sub-regiões da PNDR, retrato da defasagem em relação a regiões mais desenvolvidas, embora podemos detectar, como já dissemos, mudanças nos setores agropecuário, industrial, de comércio e serviços.

A cidade de Pau dos Ferros (RN) recebe, juntamente com Cajazeiras (PB), o *status* de Centros urbanos em espaços rurais pobres com média e baixa densidade populacional e relativamente isolados, o que reflete os indicadores de população e distância para as cidades de maior centralidade, segundo o IBGE (2008).

Por outro lado, percebemos, em nossa matriz de análise dos Centros Sub-regionais A, uma ascensão no IDH-M¹⁰⁹. Seguindo uma tendência nacional, todos os municípios conseguiram melhorar o índice na série histórica, uma vez que a maioria atingiu na última série a faixa de Desenvolvimento Humano Médio (entre 0,600 e 0,699), enquanto apenas as cidades de Caicó (RN) e Patos (PB) apresentaram um índice de Desenvolvimento Humano Alto (entre 0,700 e 0,799) (PNUD, 2015).

Essa matriz de análise nos possibilita inúmeras interpretações sobre o processo de urbanização nessa dimensão do território brasileiro. As heterogeneidades e diversidades regionais são, muitas vezes, desconstruídas diante das similaridades que estes centros têm no desempenho de suas funções urbano-regionais em cada um dos seus respectivos estados.

¹⁰⁹ A última versão do IDH-M utilizou uma metodologia mais criteriosa em comparação com as edições anteriores. O indicador educação passou a ser mais rigoroso no que se refere ao nível de escolaridade nos municípios brasileiros. Para maiores detalhes, consultar PNUD (2015).

A posição geográfica das cidades é muitas vezes desconsiderada nos estudos da rede urbana, contudo, não podemos deixar de pensar estes espaços como se não estivessem inseridos em um contexto macro, multiescalar, que dão sentido à própria atuação deste centro periférico da rede urbana.

Quando estudamos essas cidades inseridas no contexto da rede urbana interiorizada, precisamos pensá-las como espaços que podem estar isolados ou próximos de atividades econômicas importantes. Como ainda, entender sua relação de interdependência para com outras unidades espaciais dentro e fora de sua área de influência. Segundo alguns estudiosos do desenvolvimento urbano, os municípios localizados fora do eixo não metropolitano se mostram como espaços que apresentaram, nas últimas décadas, importantes funções na urbanização do território, e uma ascensão na centralidade urbana interiorizada, sem muitas vezes gozarem de infraestrutura urbana e regional para isso (SIMÕES; AMARAL, 2011).

Estas cidades e suas respectivas regiões se constituem em um traço dessa nova urbanização do território, especialmente no que se refere às formas espaciais de ocupação urbana, que compreendem um fenômeno urbano-regional complexo e reúnem um conjunto de centros articulados em rede, seguindo um único processo de relações socioeconômicas (MOURA, 2011). Entender esse fenômeno no Nordeste permite-nos identificar a constituição de novos eixos de desenvolvimento urbano e regional e o papel de uma nova realidade inserida em nosso contexto.

Desse modo, temos a extensão e o contorno urbano-regional de Pau dos Ferros, inserida numa rede urbana com uma estruturação espacial que dá suporte a essa demanda particular, em comparação a esse conjunto de centros regionais que listamos aqui.

Esta busca passa pela compreensão de sua formação territorial que, segundo Santos (2005 [1993]), é necessária para entender o processo contemporâneo de urbanização do território e da sociedade, e envolve desde o processo de constituição de cidades até a criação de novas centralidades urbanas (AZEVEDO, 1994 [1957]).

Pau dos Ferros nos parece ser um bom exemplo desse novo traço da urbanização no interior do território brasileiro, como importante prestador de serviços e centro comercial de referência para muitas pequenas cidades da região e, apesar do seu tamanho demográfico, participa em uma posição de comando na rede urbana interiorizada nordestina, em especial, no Rio Grande do Norte.

3.3 PAU DOS FERROS: ELEMENTOS PARA ENTENDER SUA REGIÃO

Como estamos relatando desde o início, as últimas décadas têm mostrado um processo acelerado de mudança na organização do espaço econômico e demográfico, também no interior das regiões afastadas dos grandes centros. Esse processo pode ser constatado com a perda da exclusiva centralidade no Centro-Sul do país em função das novas lógicas organizacionais em rede, enquanto formas econômicas hegemônicas, que possibilitaram o surgimento de outras unidades espaciais de referência, como a da cidade e da região, visualizadas em alguns estudos sobre a gestão do território (IBGE, 2014a).

A cidade de Pau dos Ferros e sua região surgem como um desses espaços que vêm ganhando representatividade na rede urbana nordestina, principalmente no Rio Grande do Norte. Como pudemos acompanhar, este centro aparece em meio às novas centralidades urbanas nordestinas, mesmo apresentando uma dimensão demográfica e econômica reduzida aos tamanhos das cidades vizinhas com o mesmo parâmetro.

A sua função na rede urbana regional está intimamente ligada ao papel que as pequenas cidades desempenham na região comandada pela cidade de Pau dos Ferros, dinamizando o espaço intra-urbano deste centro, a partir das necessidades de consumo da população regional. Essa configuração foi possibilitada em meio a alguns processos políticos e econômicos decorrentes da formação socioespacial da região, que podem ser percebidos com as formas e práticas ligadas à economia regional, que ajudaram a moldar as pequenas cidades em relação aos centros maiores e à interdependência socioeconômica para com o núcleo urbano principal, que se montaram em um celeiro de acontecimentos no espaço nordestino e, especialmente, Potiguar, de forma concentrada e em velocidades diferentes.

Para isso, achamos por bem distinguir os caminhos que a cidade de Pau dos Ferros e sua região passaram, no que se refere à formação e configuração espacial em um exercício espaço-temporal, buscando entender a origem da rede urbana na qual esta cidade se insere. Deste modo, discorreremos acerca do processo de fragmentação do território, com a constituição de inúmeros pequenos municípios, o que defendemos ser um dos influentes para a formação da cidade e sua região.

Como resultado dessa fragmentação, temos as cidades pequenas, espaços de pouco dinamismo interno, embora hoje já disponham de serviços e comércio que

atendem, limitadamente, a sua população, porém, de grande importância para a centralidade e conformação urbano-regional de Pau dos Ferros.

3.3.1 A relação dos caminhos de gado com a formação da rede urbana regional

De acordo com Santos (1976), a história espacial é seletiva e, por isso, tomamos como responsabilidade entender a construção dessa parcela do espaço nordestino inserido no contexto geográfico de dinâmicas e diversidades regionais, cada vez mais acentuadas, o que proporciona ações modeladoras do espaço interno e externo das cidades.

Privilegiando a urbanização nessa dimensão, temos a cidade de Pau dos Ferros, que aparece como reflexo desse processo mais recente no interior do território, repleto de conotações que só podem ser entendidas se voltarmos um pouco mais no tempo, quando da formação socioespacial das primeiras cidades e sua relação com as atividades econômicas aqui desenvolvidas no início da ocupação desta parcela do território potiguar (ANDRADE, 1981).

Algumas importantes cidades do Rio Grande do Norte, inseridas no contexto da expansão do modo de produção capitalista no Nordeste, surgiram na lógica da periferização da urbanização na região, em um contexto que, a nosso ver, fundamentou a construção, expansão e redefinição da rede urbana regional, o que nos impulsiona a entender como se deu a formação de Pau dos Ferros e de sua região.

A difusão de grandes áreas de desenvolvimento do agronegócio globalizado, que dinamizam algumas importantes cidades espalhadas pelo Nordeste, como Barreiras (BA) e Mossoró (RN), contribuem para a ascensão destes centros na rede urbana nordestina (ELIAS; PEQUENO, 2010; IBGE, 2008; SILVA, 2016). Porém, distante dessa lógica da economia globalizada, surgindo como importante nó da rede urbana do interior da região, temos cidades como Pau dos Ferros. Este centro possui densas ligações com as atividades econômicas tradicionais, como as feiras de gado e comércio tradicional diverso, mas vem recebendo atualmente lógicas modernas não exatamente ligadas às atividades agroindustriais, que dinamizam seu espaço interno e regional.

Espaços como Pau dos Ferros encontram-se dispersos no território nordestino, não totalmente isolados dos grandes centros da rede urbana regional, sendo que sua origem é compreendida por ligações com várias cidades localizadas no litoral, em meio a algumas atividades econômicas tradicionais, como a cana de açúcar; pecuária e algodão que, segundo situa Gomes (1998), se constitui como a tríade econômica que deu início ao processo de construção, por exemplo, do território norte-rio-grandense.

A formação do sistema urbano regional de Pau dos Ferros pode ser entendida a partir dos estudos derivados da formação econômica e social (SANTOS, 1977), enquanto modelo teórico de Marx, criado e empregado num contexto político e econômico de extrema importância para o desenvolvimento do pensamento científico, sobretudo, no pensar sobre a sociedade e a economia (CRUZ, 2003).

Em alguns trabalhos de Santos (1977, 2004a [1979], 2008a [1978]), reconhecemos uma pluralidade de expressões em torno dessa discussão, as quais podem ser visualizadas, respectivamente, como: formação social (SANTOS, 1977), formação econômica e social (SANTOS, 2004a [1979]) e formação socioeconômica, bem como na formulação do conceito de formação espacial e formação socioespacial de Santos (2008a [1978], 2004c [1996]).

Partimos do entendimento de que a formação da rede urbana potiguar, com especial atenção a Pau dos Ferros, se deu como um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, produto de uma história que teceu relações que marcaram os homens ao território e que particularizou este espaço.

Para entendermos como acontece o relacionamento entre cidade e região, de maneira desigual no tempo e no espaço, a partir de uma construção histórica da relação entre homem e natureza (SANTOS, 1977), faz-se necessária a busca pelo entendimento da gênese da região na qual esta cidade se insere.

O início da formação da região se deu no mesmo momento em que, durante séculos, houve a ocupação do litoral o Rio Grande do Norte pelos portugueses, e o interior do território ficou esquecido e ocupado por várias tribos indígenas, como os Icó, Janduís, Pacajus, Carirís, Moxorós e os Tapuias, esta a principal a ocupar o vale do rio Apodi (ANDRADE, 1981).

Algumas correntes de povoamento no sertão, segundo relata Cascudo (1984 [1955]), foram provenientes das terras próximas ao rio São Francisco e atingiram o

estado pela região do Seridó Potiguar, através da Borborema¹¹⁰. Outra corrente adentrou o território pelo Ceará, através da Chapada do Apodi, em direção ao Oeste do estado (ANDRADE, 1995). Para este autor:

A penetração para o interior foi feita a partir dos núcleos coloniais próximos à costa - Pernambuco, Bahia e São Vicente – visando a redução dos índios e sua escravização e a procura de pastagens para o gado no Nordeste [...]. Esta penetração teve motivações variadas: no Nordeste, os entradistas que penetravam para o interior à procura de pastagens para o gado bovino, formaram grandes fazendas e, em um século, se apropriaram praticamente de todo o sertão nordestino [...] (Id., 1995, p. 33).

Contudo, quando tratamos das primeiras linhas de constituição do que viria ser a matriz da rede urbana regional, devemos realçar, sem dúvida, o papel da atividade pecuária na estrutura inicial da ocupação do território interiorano no estado e, em grande parte, da região Nordeste (ANDRADE, 1995), situação pouco menos dependente observada nos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe.

Nesse sentido, Furtado (2007 [1959]) aponta que as atividades econômicas tradicionais, em especial, a açucareira e a criatória, passaram a ocupar faixas distintas do território nordestino, o litoral e o interior, respectivamente. A pecuária exigia uma ocupação da terra de forma extensiva e, até certo ponto, itinerante, diferentemente do formato verificado no litoral com a cana-de-açúcar. Estas duas principais atividades econômicas eram distintas não apenas no que se refere à área de ocupação, mas na interdependência e lucratividade às quais a população envolvida estava submetida, ou seja, a pecuária se apresentava como uma atividade muito menos rentável do que a canavieira, concentrada no litoral (CLEMENTINO, 1995). Podemos dizer que a economia criatória se apresentava como a principal atividade de subsistência da população sertaneja, sendo quase a única fonte de alimentos e de matéria prima, no caso, o couro, para praticamente tudo (Ibid.).

Estas atividades foram fundamentais para o início da estruturação da rede urbana potiguar, com surgimento dos primeiros núcleos de povoamento, estes ligados às duas atividades econômicas em destaque: a criação de gado estabelecida no sertão, e a atividade agrícola de exportação, representada pela cana de açúcar, assentada no litoral (ANDRADE, 1995).

¹¹⁰ A microrregião geográfica da Borborema Potiguar faz parte do Agreste do Rio Grande do Norte, localizada na fronteira com o estado da Paraíba (IBGE, 1990).

Certamente, outras atividades, como o algodão, deram suporte à urbanização em algumas áreas do território, possibilitando uma maior dinâmica comercial e industrial, especialmente em um período posterior ao ciclo da cana de açúcar e gado (Ibid.).

No ensejo da transição do século XVIII para o XIX, boa parte do sistema de cidades no Rio Grande do Norte, a exemplo dos estados vizinhos, ainda não se fazia presente, contudo, já era possível identificar os primeiros desenhos do que viria a ser a configuração atual da rede urbana potiguar, com algumas das principais cidades do estado, o que rebateu também em sua divisão político-administrativa junto aos demais estados (CLEMENTINO, 1990).

Para entendermos melhor como se deu o início da estruturação de uma rede urbana embrionária, especialmente no sertão potiguar, precisamos nos remontar às necessidades que a atividade pecuária exigia para que se desenvolvesse. Segundo alguns estudiosos (ANDRADE, 1981; CASCUDO, 1984 [1955]; CLEMENTINO, 1990), existia uma interdependência da atividade açucareira para com o transporte movido pelo gado vindo do sertão. Inicialmente, como já dissemos, o gado possibilitava o alimento para as famílias assentadas nas fazendas, especialmente nos momentos de seca prolongada, e no litoral, a força desse animal era útil para moagem da cana e transporte das caixas de açúcar até os locais de embarque nos navios.

Podemos dizer que a fazenda era tão representativa no sertão nordestino quanto a Casa Grande fora para a zona da mata litorânea. Segundo Cascudo (1956), a fazenda e o engenho possibilitaram grandes mudanças econômicas e sociais no Nordeste, identificadas de forma muito claras em ambas porções do território. Assim, este gado se deslocava, periodicamente, em comboios por enormes extensões do território, em especial, pelo estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, possibilitando uma ligação mais representativa entre as duas porções desse território (litoral e sertão) (ANDRADE, 1981).

No que se refere à criação de gado, durante séculos, tivemos a penetração das boiadas pelo interior, ampliando os rebanhos, mesmo em época de crise, difundindo e elevando a importância das fazendas de gado localizadas no interior da região.

As primeiras trilhas de gado eram originadas da região do alto rio São Francisco em direção às áreas mais desérticas e desocupadas demograficamente da região, mas que possibilitavam, em suas paradas, o surgimento de núcleos de

aldeamento às margens dos maiores rios da região (CASCUDO, 1984). As feiras, onde eram comercializados os produtos oriundos do gado, foram locais em que surgiram importantes cidades nordestinas como “[...] Quixadá e Baturité, no Ceará; Itabaiana e Campina Grande, na Paraíba; Itambé, Goiana e Arcoverde, em Pernambuco; Feira de Santana, na Bahia, esta última sendo o maior centro comercial de gado da região” (MAIA, 2007, p. 7).

Destacamos também que as primeiras trilhas de penetração que, geralmente, percorriam o curso dos rios mais importantes, obedeciam a duas rotas distintas que cortavam o interior da região, seguindo os principais acidentes geográficos encontrados pelo caminho. Essas rotas eram definidas como sertão de dentro e a outra sertão de fora, pois, segundo Webb (1979, p. 113):

Uma varava os sertões de fora, de clara origem cultural pernambucana, cruzava o Maciço da Borborema, os Cariris Novos (Em torno do Crato) e a serra da Ibiapaba (fronteira do Ceará com o Piauí) e finalmente alcançava o Piauí e Maranhão; a outra seguia pelos sertões de dentro e servia à penetração oriunda da Bahia atravessando os sertões de Jacobina, flanqueando a Serra do Espinhaço e chegava ao rio São Francisco.

Quando da intensificação dessa atividade no interior da região, na porção oriental do Nordeste, os chamados caminhos do gado proporcionaram uma ligação que imbricava em um primeiro eixo, que atendia às demandas pernambucanas, bem como aquelas localizadas na fronteira deste estado com o Norte baiano, seguindo uma rota até chegar ao litoral, em Olinda/Recife (CASCUDO, 1956). Em uma outra rota, vinda de algumas áreas do estado do Ceará, adentrava pelo Rio Grande do Norte e Paraíba, mediante dois trechos principais, por um lado, as então ribeiras¹¹¹ do Apodi e do Seridó, no Rio Grande do Norte, e do outro, vindo por Sousa, na Paraíba. Esta última estrada, segundo Cascudo (1956, p. 06),

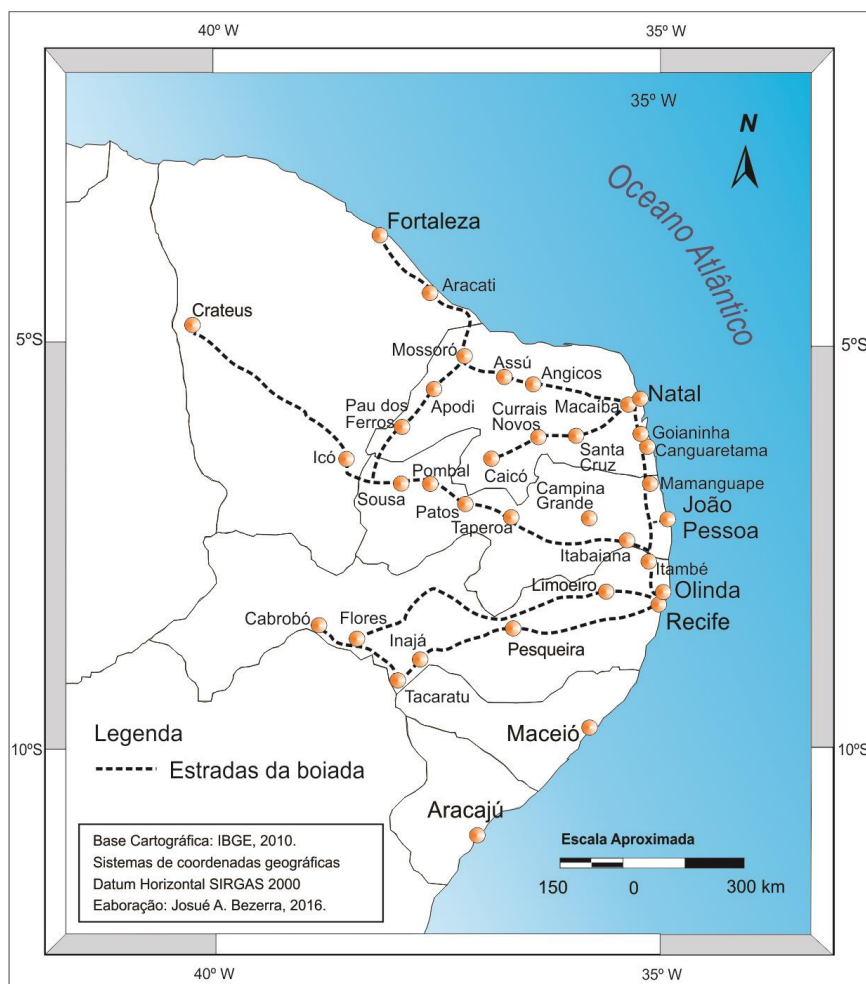
[...] partia a oeste do Espinharas, ribeira de Santa Rosa, Milagres, tocando depois na lagoa do Batalhão (Taperoá), seguia-se o rio, descendo a Borborema até Espinharas e daí a Patos, Piranhas

¹¹¹ Ribeira é a parte povoada de uma bacia hidrográfica, ou uma região banhada por um importante rio, e aparece como uma unidade espacial, ocupada por populações e subdividida em freguesias, estas representadas por lugares em que a presença do padre, da igreja ou da capela proporcionava assistência religiosa às pessoas da vila ou do povoado, bem como daqueles espalhados pelas fazendas (Id., 1984, [1955]).

(Pombal), Souza, São João do Rio do Peixe (um ramal recebia a contribuição de Cajazeiras) ia-se ao Ceará pelos Cariris Novos, Icó, Tauá, atingindo-se Crateús, inesquecível pelo encontro de centenas de vaqueiros que demandavam o Piauí.

Na região Oeste do Rio Grande do Norte, segundo Andrade (1995), existia um caminho vindo de Mossoró, passando por Apodi e Pau dos Ferros, que se unia à ligação paraibana que, em seu conjunto, era responsável por drenar o gado vindo do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, levado até Olinda, e parte da demanda cearense e potiguar carregada para a cidade de Fortaleza (Mapa 07).

Mapa 07 – Região Nordeste Oriental: caminhos do gado e principais centros



Fonte: Andrade (1995, 2005 [1963]) e Clementino (1990).
Elaboração cartográfica de Josué A. Bezerra, ago., 2016.

A partir destes eixos maiores, surgiam as ramificações periféricas, ou seja, várias estradas foram sendo criadas ligando as localidades no Oeste Potiguar a outros núcleos de povoamento, localizados especialmente entre os estados vizinhos da Paraíba, Ceará e até o distante Piauí.

Cascudo (1984, [1955]) relata a existência de uma estrada que saía de Mossoró e passava pelos então povoados de Jurumenha e São Sebastião, onde temos atualmente o município de Caraúbas, e seguia a Sul, tocando as localidades de Atoleiros, Piranhas, Mombaça, Alexandria (hoje município constituído), chegando em Taboleiro Formoso, já na divisa com a Paraíba. A partir deste ponto, tínhamos duas rotas, uma que levava a Catolé do Rocha, e outra a Sousa, ambas no estado da Paraíba.

Entretanto, ainda nos referenciando aos estudos de Cascudo (1984 [1955]), uma importante ramificação ligando Mossoró a Pau dos Ferros também fora criada seguindo essa mesma lógica do transporte e comercialização dos bois e/ou artigos originados do animal. Esta estrada subia o rio até a cabeceira da chapada do Apodi, chegando à localidade de Pau dos Ferros, e daí ligando também as localidades serranas de Portalegre, São Miguel e Luís Gomes, atualmente, municípios autônomos, até se interligar, já no estado da Paraíba, com a rota principal que dava na fronteira com o Ceará.

Partindo de Pau dos Ferros, Cascudo (1984 [1955]) relata que existia também uma pequena ramificação criada pelos vaqueiros para encurtar a distância com algumas localidades mais a Oeste, adentrando o Ceará, vencendo a serra do Pereiro, até chegar aos sertões do Jaguaribe, Icó, atingindo a estrada real dos cariris novos, e emendava com a estrada que seguia até:

[...] os distantes sertões de Canindé, Crateús, Tauá, e daí seguia galgando a Ibiapaba para Campo Maior (PI) banhada pelo rio Surubim ou, dos cearenses Arneirós e Cocorí, Alcançando Valença no Piauí ou em diagonal para Picos (Ibid., p. 310).

Grande parte das mercadorias provenientes dos sertões do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco convergiam para Olinda/Recife, maior centro consumidor na época, juntamente com Salvador (MAIA, 2007). Assim, a integração do espaço norte-rio-grandense com os estados vizinhos foi promovida, e as oficinas

de carne seca, difundidas originalmente no Ceará, chegaram no estado, beneficiando as cidades de Mossoró e Assú, por já abrigarem a produção de sal natural.

Com isso, os currais, ou fazendas de gado¹¹², onde animais eram reunidos para descansar e se alimentar durante todo esse percurso do sertão para o litoral, deram origem a algumas das mais importantes cidades interioranas na região (DINIZ, 2013).

Clementino (1995, p. 95) coloca que “O gado seria, assim a matriz do sistema urbano potiguar e seus velhos caminhos as raízes das grandes regiões do estado: Litoral, Seridó e Oeste (Mossoró, Açu, Apodi).” Por isso, reafirmamos a importância desta atividade para Pau dos Ferros, pois esta cidade e algumas outras tiveram, na criação de gado, uma justificativa para sua formação, bem como resposta para a polarização de importantes núcleos de ocupação espalhados pelo sertão e, do mesmo modo, no litoral, a participação da cultura da cana de açúcar na constituição das cidades (Quadro 05, na página seguinte).

¹¹² Segundo Gomes (1998, p. 27-28), foram os posseiros que, devido à ausência permanente do sesmeiro no sertão, tomaram a terra, efetuando plantações. “[...] fundou os primeiros currais de gado, as primeiras casas, fez os primeiros cercados [...]. Foi ele também quem fixou uma toponímia dos lugares, à proporção que desbravava a terra e transfigurava a natureza natural”.

Quadro 05 – Rio Grande do Norte: organização do território no final do século XVIII

ÁREAS / ATIVIDADES	RIBEIRAS	FREGUESIAS	CIDADES ATUAIS	FAZENDAS	ENGENHOS	CAPELAS FILIADAS	FOGOS ¹¹³	PESSOAS DE DESOBRIGA ¹¹⁴
Litoral / Cana de Açúcar	Norte	Cidade de Natal	Natal	12	05	06	472	2.230
		Vila Nova de Extremoz	Extremoz	15	-	-	484	1.123
	Sul	Vila de São José do Rio Grande	São José do Mipibú	25	22		251	205
		Vila Nova de Arês	Arês	-	-	01	340	1.101
		Vila Flor	Vila Flor	-	-	-	264	648
		Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha	Goianinha	35	-	04	1.590	6.661
Sertão / Criação de Gado	Açú	São João Batista do Açú	Assú	90	-	03	571	2.864
	Apodi	Vila de Portalegre	Portalegre	-	-	-	78	276
		Nossa Senhora da Conceição de Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	06	-	03	210	2.068
		Nossa Senhora da Conceição e São Francisco de Várzea	Apodi	54	-	05	421	4.084
	Seridó	Vila do Príncipe	Caicó	60	-	07	200	3.147

Fonte: Andrade (1981); Cascudo (1984, [1955]); Clementino (1990).

¹¹³ Os fogos correspondiam ao número de habitações existentes nas cidades.

¹¹⁴ As pessoas de desobriga consistiam na população residente.

No litoral, polarizada pela única cidade oficialmente reconhecida até então, Natal, juntamente com Vila Nova de Extremoz; Vila de São José do Rio Grande; Vila Nova de Arês; Vila Flor; Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha. No sertão, encontravam-se São João Batista do Açú; Vila de Portalegre; Nossa Senhora da Conceição de Pau dos Ferros; Nossa Senhora da Conceição, São Francisco de Várzea e Vila do Príncipe (CLEMENTINO, 1990).

Segundo Andrade (1981), estas freguesias, mesmo ainda não assumindo a função de entidades territoriais autônomas no âmbito estadual, se apresentavam como pontos de referência e administração da colônia, tomadas, algumas mais do que outras, por fazendas, povoados e aparelhos eclesiásticos característicos de ocupação portuguesa. Mesmo assim, a capitania do Rio Grande do Norte ficou dependente da Paraíba (1687 – 1818) e do Pernambuco (1701 – 1871), o que trouxe grandes problemas econômicos e políticos para o desenvolvimento do estado (Ibid.).

Na região Oeste do Rio Grande do Norte, até o final do século XVIII, existia somente a ribeira do Apodi, que reunia as freguesias de São Francisco da Várzea, de Nossa Senhora da Conceição, de Portalegre e de Nossa Senhora da Conceição de Pau dos Ferros (CASCUDO, 1984 [1955]). Nessa época, estimava-se, aproximadamente, 60 fazendas na região, muitas delas comandadas por pessoas que recebiam títulos do governo e ditavam o poder e a ordem na região.

Isso posto, podemos dizer que, somente após o século XVIII, foi possível visualizar uma primeira divisão administrativa do Rio Grande do Norte, sem grandes alterações de ordem macrorregional ao que conhecemos hoje (ANDRADE, 1981). E que, até o final do século XIX, a pecuária se apresentava como a principal atividade desenvolvida no interior do Rio Grande do Norte, expressa espacialmente pelo surgimento de importantes cidades associadas a essa atividade, como Currais Novos, Caicó e Pau dos Ferros (Ibid.). Mesmo com a preeminência da atividade pecuária no sertão, com o crescimento populacional no interior do estado, se verificou a presença de pequenas lavouras agrícolas nessas áreas que produziam basicamente alimentos para consumo local (ANDRADE, 1981).

A região onde se encontra Pau dos Ferros se insere nesse contexto de origem e interdependência com base na circulação do capital mercantil, inicialmente, com a pecuária e, posteriormente, como o maior produtor de algodão da região. Segundo estudiosos do lugar (CASCUDO, 1968; BARRETO, 1987), até a primeira metade do

século XVIII, Pau dos Ferros já era considerada sesmaria¹¹⁵ e sua ocupação se deu às margens do rio Apodi, localizada entre duas grandes serras (Martins e São Miguel), e repleta de grandes árvores que serviam de sombra para os vaqueiros que descansavam no lugar e, posteriormente, utilizavam como ponto de comércio de gado.

A toponímia do lugar¹¹⁶ (Pau dos Ferros) pode ser melhor explicada por Luís da Câmara Cascudo com apoio da tradição oral sertaneja:

Os vaqueiros que transitavam pela zona e tinham por hábito repousar à sombra das frondosas oiticicas que erguiam à eira de pequena lagoa gravavam no tronco de uma delas, com ferro em brasa, as marcas das respectivas fazendas, a fim de torna-las conhecidas, facilitando assim a identificação das reses tresmalhadas. A árvore ficou conhecida como Pau dos Ferros, nome que se estendeu à fazenda e, posteriormente, a freguesia e ao município (IBGE, 1960, p.127).

Assim, torna-se importante frisar que, no processo de interiorização e desbravamento dos sertões, a Ribeira do Apodi, onde se encontrava Pau dos Ferros, eram as terras localizadas nas encostas e às margens do rio, as quais apresentavam melhores condições para o gado e a lavoura, tendo em vista a abundância de água e de terras férteis e, por isso, eram as mais visadas pelos viajantes que, muitas vezes, ali se fixaram (DIAS, 2010).

Sua relação com os territórios vizinhos da Paraíba e Ceará sempre foi forte, especialmente considerando a rota que os viajantes faziam destes estados, obrigatoriamente passando por Pau dos Ferros, até chegar a Mossoró, já em meados do século XIX para início do XX (BARRETO, 1987).

E os vaqueiros que transportavam o gado pela região se tornaram verdadeiros vetores dos caminhos traçados e base para o que viria a ser, décadas depois, estruturas radiais de integração com estradas perpendiculares, que ligavam a todas as direções e lugares (Ibid.). Ainda segundo Barreto (1987), os caminhos de gado que proporcionaram a interligação das então ribeiras do Carirí, Rio do Peixe, Espinhais,

¹¹⁵ A sesmaria era uma forma de distribuição de terras destinadas à produção adotada por Portugal no período colonial, como forma de organizar a produção de alimentos e ocupar o território. Segundo o IBGE (1960, p. 127), as primeiras concessões de sesmarias na região onde fica Pau dos Ferros foram em 1733 “[...] a Luís da Rocha Pita Deusdará, Simão de Fonseca e D. Maria Joana, herdeiros do Coronel Antônio da Rocha Pita, radicado na Bahia e senhor de grandes áreas no Ceará e Rio Grande do Norte”.

¹¹⁶ Um importante trabalho que resume a toponímia dos municípios do Rio Grande do Norte é a obra “Nomes da terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte”, de Cascudo (1968).

Seridó e Jaguaribe, passavam pela localidade de Pau dos Ferros, para chegar aos centros comerciais de Aracati e Mossoró, possibilitando, assim, uma maior abertura para o desenvolvimento econômico da região e, a nosso ver, o início da formação da rede urbana regional.

Para isso, mesmo com esse longo período de ocupação e sua importante participação na ligação entre os lugares, tomando um formato inicial de rede axial¹¹⁷, somente em 1856, Pau dos Ferros passa à categoria de Vila, reivindicação há bastante tempo requerida pela população local que não encontrava em Portalegre, sede administrativa de praticamente toda região, a atenção na oferta de serviços básicos para a população local (BEZERRA; GÓIS, 2011), mas somente em 02 de dezembro de 1924, Pau dos Ferros foi elevada à categoria de cidade (BARRETO, 1987).

É importante frisar também que os vaqueiros usavam a árvore para sua prática de furá-la com pontas de facas e ferros e, assim, marcar o gado com as iniciais de seus donos, os fazendeiros, constituindo o que Cascudo (1968) chama de cartório vegetal. Desta forma, ficou conhecida na circunvizinhança por “Pau dos Ferros”, nome que passou à fazenda, à freguesia e, por fim, ao município.

Entretanto, a relação da formação do município de Pau dos Ferros com os demais municípios da região, no que se refere às questões de ordem político-administrativa, é certamente mais um elemento que nos ajuda a entender a urbanização e, conseqüentemente, a disposição da rede urbana regional.

3.3.2 O processo de fragmentação territorial: a constituição de novas cidades

A fragmentação territorial é vista como um importante fenômeno para entendermos a configuração urbano-regional de Pau dos Ferros, pois este processo possibilitou a criação de várias pequenas cidades que, atualmente, participam da dinâmica desta unidade espacial.

¹¹⁷ Apesar da rede urbana dos países de origem colonial terem precedido de um padrão dendrítico, observamos, inicialmente, que a rede axial, “[...] caracterizada pela disposição linear dos nós, associada, via de regra, à existência de uma única via de tráfego linearmente disposta” (CORRÊA, 1997, p. 311), parece ser aquela que melhor exemplifica o caso de Pau dos Ferros no início de sua formação.

Como pudemos observar em alguns estudos sobre o fenômeno da fragmentação territorial (GOMES, 1998; TOMIO, 2005; CIGOLINI, 2009), vivenciamos uma fragilidade institucional no Brasil, desencadeando um fenômeno político e geográfico que impactou consideravelmente na organização do território. Esta fragilidade institucional permitiu a criação de inúmeros municípios sem obedecer a critérios ponderáveis a cada realidade regional no país.

No momento de nascimento das primeiras cidades da região de Pau dos Ferros, o espaço rural era privilegiado em relação ao urbano, isso ocorreu até a independência, em 1822 (BARRETO, 1987). Com a constituição de 1824, que assinalava a divisão do território brasileiro em províncias, e podendo ser subdivididas em municípios, sendo alguns muito importantes para o Oeste Potiguar, como Apodi, em 23 de março de 1835, e o povoado de Martins, que se destacou por se localizar entre os rios Apodi e Umari, e pelo elevado número de fazendas de gado (Ibid.). Em 1841, o povoado desligou-se da antiga sede e, assim, Pau dos Ferros foi criado, em 1856, favorecido também por sua localização estratégica no centro da região e próximo dos estados do Ceará e da Paraíba, às margens do rio (CASCUDO, 1968)¹¹⁸.

Essa discussão cabe sobre o processo de fragmentação do território que constitui na criação e instalação de uma unidade municipal que, por sua vez, envolve, atualmente, diversas questões de caráter legal para os seus gestores, e impacta, consideravelmente, na dinâmica urbano-regional de áreas isoladas do Nordeste brasileiro.

Um município tem a capacidade de exercer a autonomia política, gerar recursos fiscais, administrar as demandas locais e executar políticas públicas diversas, embora possamos observar que, muitas vezes, os menores municípios comportam-se como entes de interesses de pessoas e grupos com feição pública, ao invés de possuir uma conduta enquanto órgão governamental (SOARES, 2006).

A configuração urbana e regional de Pau dos Ferros está associada a este processo de fragmentação do território dos estados brasileiros em unidades municipais, que só podem ser entendidas à luz dos momentos e conjunturas políticas e econômicas vivenciadas na história e, em especial, no modelo de Estado, com o qual o município se relaciona, que foi adotado no Brasil (GOMES, 1998).

¹¹⁸ Nesse período, foram criados, no Rio Grande do Norte, 22 municípios, a maioria localizada no litoral Leste, próxima a Natal (IBGE, 2011).

O processo de fragmentação do território teve grandes rebatimentos nos estados com as primeiras regulamentações que fragilizaram a legislação para criação de um grande número de municípios no Brasil (Ibid.). E, curiosamente, teve sua intensificação a partir da década de 1920, quando Pau dos Ferros foi elevada à categoria de cidade¹¹⁹, mesmo que, nesse período, não tenha sido registrado no Nordeste o maior índice de criação (BARRETO, 1987). Assim, não podemos observar grandes mudanças na configuração territorial na região até este período, quando o município seguia basicamente as funções vistas como era em Portugal, com uma vida artificial e sem grandes preocupações pelos problemas locais, mesmo com o fim do regime colonial ocorrido algumas décadas antes (CIGOLINI, 2009).

Entretanto, pudemos perceber, a partir dos registros sobre a criação de novos municípios no Brasil (IBGE, 2011), que esse processo se intensificou no Nordeste nas décadas de 1950 e 1960, restringindo a criação de municípios, quando os militares assumiram o poder.

Segundo Gomes (1998) e Cigolini (2009), este processo de constituição de novos municípios no Brasil, com especial atenção no Rio Grande do Norte, esteve vinculado às novas prerrogativas assinaladas pela Constituição de 1946, ampliando a definição de autonomia municipal, decretando a arrecadação dos tributos de competência local à liberdade de aplicação financeira e à organização de todos os serviços públicos locais, e instituindo, ainda, o mecanismo de participação na arrecadação da União e dos estados, que fundamentou o surgimento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Com o fim da ditadura e a implementação da Constituição Federal de 1988, houve uma retomada no crescimento do número de novos municípios no país, sendo que todos os estados passaram por esse processo de fragmentação. A Constituição possibilitou a flexibilidade no que se refere aos requisitos para a criação de um novo município, porém, estas unidades espaciais assumiram competências específicas e em colaboração com os estados e a União (MAIA, 2005).

Temos que, a partir de 1946 até o presente momento, vários municípios foram criados no Nordeste, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960 e após a Constituição de 1988 (Quadro 06), quando tivemos um acelerado processo de

¹¹⁹ Mesmo com a emancipação de Portalegre em 1956, Pau dos Ferros permaneceu com *status* de Vila até 1924, quando foi elevada à categoria de cidade, conforme legislação vigente (BARRETO, 1987).

fragmentação do território na região que possibilitou uma reestruturação na rede urbana interiorana, ainda de forma bem acentuada no Rio Grande do Norte (IBGE, 2011).

Quadro 06 – Região Nordeste: número de municípios criados por período, a partir de 1946

<i>Estados</i>	Municípios existentes até 1946	Municípios criados entre 1946 e 1964	Municípios criados entre 1965 e 1985	Municípios criados entre 1986 até 2015	Total de municípios¹²⁰
<i>Maranhão</i>	65	62	05	85	217
<i>Piauí</i>	47	67	01	109	224
<i>Ceará</i>	79	62	01	42	184
<i>Rio Grande do Norte</i>	42	108	01	16	167
<i>Paraíba</i>	41	125	04	53	223
<i>Pernambuco</i>	85	80	03	17	185
<i>Alagoas</i>	33	61	02	06	102
<i>Sergipe</i>	42	32	0	01	75
<i>Bahia</i>	150	184	02	81	417
Total	393	590	12	174	1.169

Fonte: IBGE (2011). Organização de Josué A. Bezerra, jun., 2015.

Gomes (1998) relata que, no Rio Grande do Norte, a maior parte dos municípios criados evidenciaram dois aspectos principais: como manutenção do poder local de alguns grupos que se viam ameaçados, como também, para fortalecer os grupos políticos a nível estadual. Esse processo possibilitou o surgimento de novos grupos locais que, ao longo dos anos, ganharam evidência no estado, tornando-se cada vez mais clara o uso da expressão “curral eleitoral”, quando identificava uma região onde um determinado político possuía grande influência e, conseqüentemente,

¹²⁰ Até o último Censo Demográfico, em 2010, o país possuía 5565 municípios, entretanto, em 2014, 05 novos municípios passaram a fazer parte desse total desmembrados de outros municípios em seus respectivos estados: Mojuí dos Campos (PA); Paraíso das Águas (MS); Pescaria Brava e Balneário Rincão (SC); e Pinto Bandeira (RS) (IBGE, 2011; CASTRO, 2015).

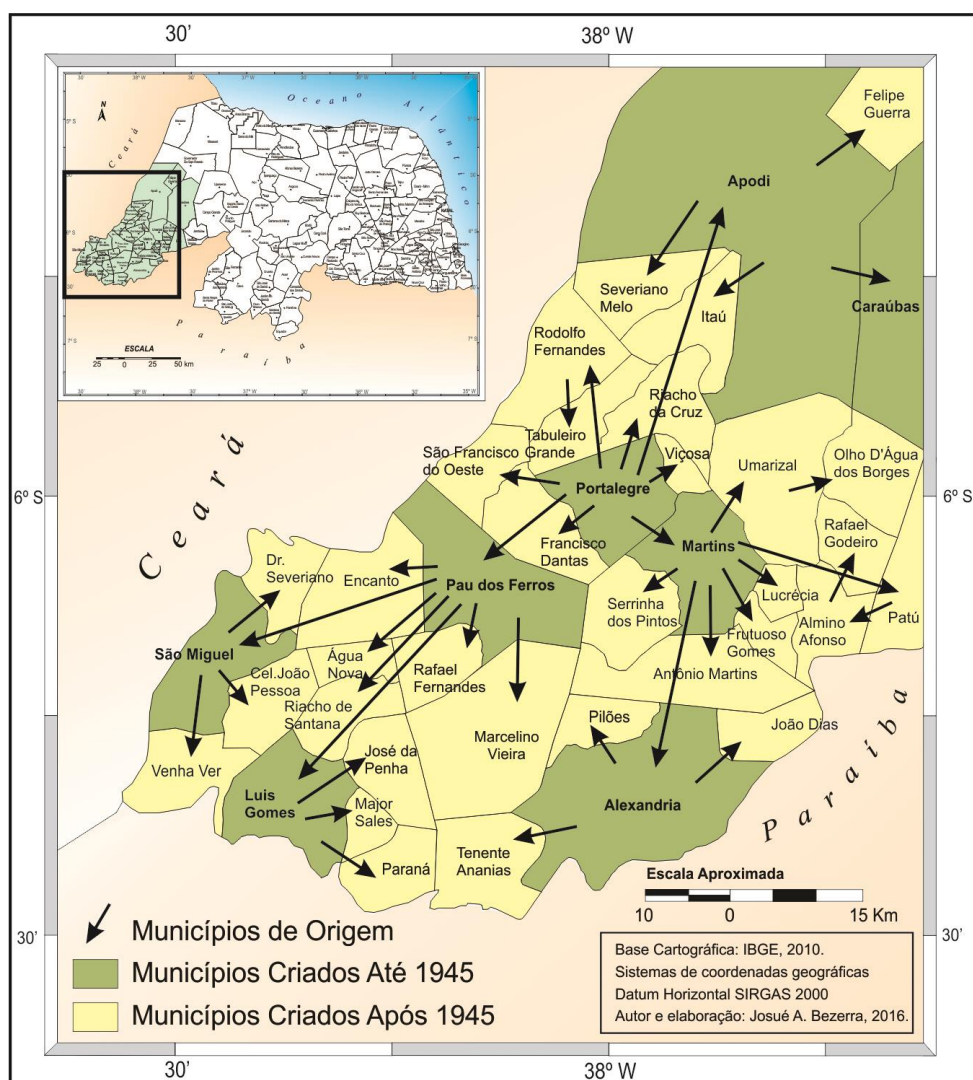
era muito bem votado (Ibid.). Com isso, podemos dizer que o processo de fragmentação do território possibilitou, no Rio Grande do Norte, o surgimento de novas territorialidades e, como problemática da gestão, era preciso pensar e regionalizar esse novo desenho do urbano-regional potiguar (GOMES, 1998).

Se nos reportarmos exclusivamente à porção Oeste do Rio Grande do Norte, percebemos que a fragmentação ocorreu, a partir da então Vila de Portalegre, criada oficialmente em 08 de dezembro de 1761, como a mais antiga vila na região interiorana e a terceira a ser criada no estado (CASCUDO, 1984 [1955]).

Ainda segundo Gomes (1998, p. 97), dentre as regiões estudadas em sua pesquisa, a “[...] região serrana do Estado, situada na Mesorregião Oeste Potiguar, percebemos uma acentuada fragmentação, contrastando com a região que fica na depressão”, onde tínhamos o espaço de jurisdição da Vila de Portalegre na época, atualmente, nos deparamos com uma área que vai desde os municípios de Apodi, Caraúbas e Janduís até a fronteira com os estados da Paraíba e Ceará, com os municípios de Luís Gomes e São Miguel.

Como evidenciamos em outra oportunidade (BEZERRA; GOIS, 2011), a Vila de Portalegre foi a única unidade administrativa e territorial localizada na região Oeste da Ribeira do Apodi que deu origem a todas as cidades existentes na região, inicialmente, ainda no século XIX, dando origem às localidades de Apodi (1833), Martins (1841) e Pau dos Ferros (1856) e, a partir destes, outros foram criados ainda no mesmo século, como Caraúbas (1868), São Miguel (1876) e Luís Gomes (1890), estes últimos desmembrados de Pau dos Ferros (Mapa 08, na página seguinte).

Mapa 08 – Alto Oeste Potiguar: processo de emancipação municipal antes e depois de 1945



Fonte: IBGE (2011); Gomes (1998). Organização e elaboração cartográfica de Josué A. Bezerra, jun., 2016.

Inúmeros outros municípios foram criados no estado ao longo do século passado, como pudemos ver no quadro 04. Contudo, a fragmentação na região possibilitou o surgimento de mais de 30 municípios entre as décadas de 1950 e 1960, sendo os mais recentes Major Sales, Serrinha dos Pintos e Venha Ver, criados em 1992, mas só oficialmente instalados em 1997 (IBGE, 2011), que possuem uma dimensão territorial bastante reduzida (Figuras 03 e 04, na página seguinte).

Figura 03 – Cidade do Encanto (RN):
perímetro urbano



Fonte: Josué A. Bezerra, jun., 2015.

Figura 04 – Cidade de Venha-Ver (RN):
perímetro urbano



Fonte: Josué A. Bezerra, dez., 2014.

Podemos dizer que, mesmo que todos os municípios da região tenham sua origem vinculada à Vila de Portalegre, depois dessa primeira fase em que ocorreram as primeiras emancipações, ainda no século XIX, Pau dos Ferros, assim como Martins, foram, nas décadas que se seguiram, os municípios que mais cederam terras para criação de outras unidades municipais na região (IBGE, 2011).

Quanto à formação administrativa de Pau dos Ferros (BARRETO, 1987), os primeiros desenhos do seu atual recorte territorial partiram ainda de 1759, quando o lugar se constituía como apenas um povoado pertencente e distante da Vila de Portalegre. Somente em 1856¹²¹, que se verificou uma autonomia administrativa de ordem municipal. Logo após sua emancipação da Vila de Portalegre, o território de Pau dos Ferros compreendia aproximadamente 1.854,3 km² (IBGE, 2011) e rivalizava com Apodi, Martins e Portalegre como os mais importantes municípios da região.

Porém, no limiar desse processo, após a emancipação dos municípios de São Miguel (1876) e Luís Gomes (1890), em 1911, a divisão administrativa de Pau dos Ferros era compreendida por apenas dois distritos: o próprio distrito de Pau dos Ferros e o de Vitória, criado em 1902 (BARRETO, 1987). Quando Pau dos Ferros já se encontrava elevado à categoria de cidade (1924), o distrito de Vitória passa a se chamar, em 1943, de Panatis, em referência aos índios que habitavam a região. Este

¹²¹ Segundo Barreto (1987) e Cascudo (1968), em 04 de setembro de 1956, através da lei nº. 344 sancionada na cidade de Natal, foi criada a vila de Pau dos Ferros, desmembrando-se do município de Portalegre e, somente no dia 02 de dezembro de 1924, a partir da lei nº. 593, Pau dos Ferros é elevada à categoria de cidade, conforme legislação vigente na época.

distrito e um outro, criado a sul do território municipal, chamado de Riacho de Santana, foi criado em seguida. A distância entre estes distritos e Pau dos Ferros dificultava o acesso aos serviços concentrados apenas na sede (Ibid.).

Dez anos depois, em 1953, os dois distritos pertencentes a Pau dos Ferros foram finalmente desmembrados, dando origem ao município de Riacho de Santana, e o segundo (Panatis) que passou a se chamar de Marcelino Vieira, em homenagem a um fazendeiro que viveu na região até a década anterior e que chegou a exercer o cargo de deputado estadual (BARRETO, 1987). Nesse período, como viemos relatando nas últimas seções, vários povoados se tornaram distritos e, em seguida, foram elevados à categoria de cidade, como foi o distrito de Joaquim Correia, o atual município do Encanto, e o distrito de Rafael Fernandes que, em 1963, conseguiu sua emancipação de Pau dos Ferros, mesmo estando há poucos quilômetros da sua sede (Ibid.). Após todo esse processo de fragmentação territorial sofrida por Pau dos Ferros e demais municípios da região, o município se resume, atualmente, a uma dimensão territorial de 260 km², porém, com representativos elos com as unidades surgidas a partir do seu território (IBGE, 2015b).

Com isso, os povoados existentes espalhados no território até então de domínio da Vila de Portalegre tiveram, ao longo de várias décadas, a primeira seleção do que viria ser a origem das pequenas cidades da região. Alguns foram absorvidos, outros não conseguiram se tornar cidade por diversos fatores (BEZERRA; GÓIS, 2011). A reunião destes centros, ainda considerados pequenos, espalhados por essa região do Rio Grande do Norte, formam e dão a toponímia do lugar, e fazem parte de um sistema urbano maior, que converge para um núcleo urbano principal e que tem, ainda no comércio, um dos principais vetores da configuração espacial de Pau dos Ferros e sua região.

3.3.3 As pequenas cidades na organização regional

Quando nos debruçamos sobre o estudo das pequenas cidades, vem à tona a necessidade de evidenciarmos as primeiras discussões sobre essa dimensão do urbano no Brasil, uma vez que é preciso dizer que estes centros vêm desempenhando também importante papel no contexto das redes urbanas.

Para tanto, partimos da constatação das muitas controvérsias sobre o que é esse ponto de menor dimensão espacial da rede urbana, muito presente em todas as

regiões brasileiras. Maia (2010) ressalta alguns trabalhos pioneiros que trataram de temas, os quais, direta ou indiretamente, evidenciaram o papel da pequena cidade na configuração urbano-regional do Brasil, como o trabalho de Azevedo (1994, [1957]), intitulado “Vilas e cidades do Brasil Colonial”, e os diversos textos publicados na Revista Brasileira de Geografia (RBG)¹²².

Da Revista Brasileira de Geografia (RBG), destacamos os textos escritos por Fany Davidovich, Pedro Pinchas Geiger, Speridão Faissol (DAVIDOVICH, 1977, 1978, 1989; DAVIDOVICH E GEIGER, 1961; GEIGER, 1963; FAISSOL, 1972ab, 1974), Roberto Lobato Corrêa (CORRÊA, 1967, 1988ab, 1989), como também o texto pouco conhecido de Silva (1946), que propõe várias definições de cidade, inclusive de cidade pequena, média e grande no Brasil.

Não podemos esquecer, ainda, a seção do livro “Espaço e Sociedade”, de Santos (1979), intitulada “Cidades Locais”. Utilizando esse termo, Milton Santos orientou a tese de Santos (1989), que estudou as pequenas cidades da região de influência da cidade de Campinas (SP).

Nos textos produzidos até o início da década de 1980, uns mais conhecidos do que outros, que se inserem no bojo de temas importantes da Geografia Urbana, as pequenas cidades estiveram presentes, de forma explícita ou não.

A partir da década de 1990, pudemos perceber a retomada das discussões sobre estes temas, especialmente rede urbana e centros urbanos não metropolitanos. Há o interesse no estudo de cidades localizadas em áreas distantes das regiões metropolitanas, principalmente a partir do que alguns estudiosos (SANTOS, 2005 [1993]; LIMONAD; HAESBAERT; MOREIRA, 2004) relatam sobre os novos rumos da urbanização brasileira. Entretanto, somente quando adentramos nos anos 2000, é que as pequenas cidades passaram a ser objeto de estudo em dissertações, teses, como também em artigos científicos.

Assim, os estudos sobre as pequenas cidades no Brasil que, apesar de muitos insistirem em dizer que seja novo, como afirmamos em outro momento (LIMA; BEZERRA, 2009), já foi alvo na geografia em trabalhos de importantes estudiosos do

¹²² A Revista Brasileira de Geografia foi, durante muito tempo, um dos principais canais de divulgação da produção acadêmico-científico em geografia do país, com primeiro número em 1939 e última publicação em 2006. Depois de dez anos sem publicação, em comemoração aos 80 anos de fundação, o IBGE volta a publicar a RBG, em 2016. Site da revista: <http://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg>

caso urbano brasileiro e, recentemente, têm evidenciado as diversidades que o território nos mostra em nossas leituras, viagens e pesquisas.

Percebemos que, nos recentes Simpósios Nacionais de Geografia Urbana, nos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), inclusive com a criação do Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades¹²³, bem como a difusão nos anos 2000 de algumas dissertações e teses defendidas, principalmente nos Programa de Pós-graduação em Geografia da UFU¹²⁴ e da UNESP¹²⁵, *Campus* de Presidente Prudente, o número de trabalhos que propõem estudar estes espaços a partir do novo fenômeno urbano brasileiro é crescente, atentando para situações diversas no território, como foram os trabalhos de Maia (2005), que estudou uma realidade muito próxima à nossa, o caso paraibano, e Gonçalves (2005) e Gomes (2010), ao estudarem estes pequenos centros no Rio Grande do Norte. Destacamos também o grupo de pesquisa das professoras Tânia Maria Fresca¹²⁶(UEL) e Angela Maria Endlich (UEM), que gerou algumas pesquisas e orientações sobre rede urbana e pequenas cidades no Programa de Pós-graduação em Geografia da UEM/Maringá. Apesar destes importantes registros terem contribuído para os estudos do urbano em áreas não metropolitanas, em especial, percebemos que são poucas as teorias elaboradas sobre a problemática destes pequenos centros.

Embora este não seja o recorte temático mais trabalhado na Geografia, alguns destes e outros autores que enveredaram no estudo das pequenas cidades no Brasil reúnem algumas discordâncias nos critérios de estudo destes espaços. Como exemplo, citamos Soares e Melo (2009), que afirmam que estes espaços devem ser pensados como os estabelecidos na classificação dos vários tamanhos de cidades, enquanto Santos (1979) coloca as cidades pequenas reunidas no conjunto das pseudocidades, estas inteiramente dependentes das atividades primárias, chamando-as de cidade local. Santos (1979, p. 71)¹²⁷ aponta estes espaços como uma “[...]”

¹²³ Atualmente, o Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades se encontra em sua IV edição (<http://www.sinapeq.com.br>).

¹²⁴ Aqui, destacamos os trabalhos de Pereira (2007), Bacelar (2008), Melo (2008) e França (2012).

¹²⁵ Listamos os trabalhos de Endlich (2006) e Roma (2008), bem como a dissertação de Silva (2011).

¹²⁶ Em um texto específico, a autora faz a discussão sobre a diferença entre centro local e cidade pequena (FRESCA, 2010).

¹²⁷ Na obra, Santos (1979) estabelece uma hierarquia urbana, propondo a seguinte classificação: cidades locais, cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas. Entretanto, em outras obras, o mesmo autor (SANTOS, 2005, [1993]) faz uma ressalva que não podemos mais considerar a hierarquia como antes, diante da urbanização verificada hoje, embora as cidades ainda assumam tamanhos e funções específicas a cada parcela do território.

aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”. Veiga (2002), por sua vez, as classifica como municípios rurais e, finalmente, Abramovay (2000, p. 27, grifo do autor) como cidades rurais, quando afirma existir uma contradição em definições no âmbito do Brasil: uma “[...] aglomeração urbana provida de um mínimo de serviços pode ser adequadamente chamada de ‘cidade’”.

A escolha pelo uso do termo pequena cidade, ao invés de cidade local, tem a ver com a limitação imposta por Santos (1979) em sua definição, uma vez que, apesar de considerar o papel destes pequenos centros na rede de distribuição de bens e serviços, corroboramos com Fresca (2010) quando relata sobre a complexidade das condições e elementos necessários para considerar outras cidades como sendo pequenas, uma vez que o nível mínimo de atividades necessárias para caracterizar as cidades locais não contemplaria um número significativo de cidades que não atenderiam ou extrapolariam a complexidade de atividades urbanas mínimas apresentadas por Santos (1979; 2005 [1993]),¹²⁸ que é o que ocorre em nosso objeto de estudo.

O entendimento sobre que espaço seria esse passa pelo conhecimento da região na qual este pequeno centro se encontra presente. Assim, em nossa realidade regional, no sertão nordestino, onde os centros metropolitanos se confundem com as capitais dos estados e há a presença de poucas cidades que podem ser consideradas como de porte médio (SILVA, 2013), alguns centros regionais, como Pau dos Ferros, abrigam um leque de atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados. Contudo, a grande maioria das cidades pode ser considerada pequena, reúne as menores dimensões populacionais¹²⁹ e possui conteúdos diferentes que, em alguns casos, geram relações hierárquicas entre eles.

¹²⁸ Para Santos (2005 [1993], p. 56), “As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados”.

¹²⁹ Apesar da definição de pequena cidade não estar exclusivamente vinculada ao patamar demográfico, e por estarmos utilizando o conceito de rede urbana, acabamos por ter, nos dados populacionais, um ponto de partida para entender as pequenas cidades na região, e o limite de 20 mil habitantes, parâmetro proposto pelo sociólogo francês Henri Mendras (1997), frequentemente utilizado em organizações internacionais para classificar uma cidade como pequena (ABRAMOVAY, 2000), o que escolhemos como aquele que melhor se aproxima da realidade que estamos estudando no Nordeste e, em especial, no Rio Grande do Norte.

Apesar de abrigar uma população de aproximadamente 30 mil habitantes¹³⁰, Pau dos Ferros apresenta uma centralidade superior a muitas outras cidades da região que se encontram em um patamar entre 20 mil e 50 mil habitantes. Por isso, destacamos as palavras de Endlich (2006, p. 88) quando explica que:

[...] uma cidade definida como pequena pelos seus dados demográficos intra-urbanos pode não ser funcionalmente pequena. A definição desta área de influência depende da densidade de núcleos urbanos na região de comparação e do desenvolvimento terciário, como a composição comercial e a animação da cidade. Desta maneira, a área de influência de uma localidade é a medida de sua importância.

É necessário fazer a leitura da rede urbana regional para entender a participação das pequenas cidades, especialmente nas atividades terciárias como na área administrativa, comercial, ensino, saúde, entre outras, mesmo que estas estejam concentradas de maneira mais densa em apenas uma área da cidade principal.

As pequenas cidades são, na atualidade, espaços em plena mutação que abrigam serviços públicos, comércio, capital, informações, transporte, entre outros serviços que atendem às necessidades mais imediatas da população local, como também das pessoas que vivem no campo (MELO, 2008).

Para Soares e Melo (2010), nos estudos sobre as pequenas cidades, diante das grandes mudanças observadas na urbanização brasileira, é preciso considerar alguns parâmetros quantitativos, como: a vinculação com um sistema urbano-regional; os aspectos da sociabilidade da população; a relação entre o poder público local com a população; o entorno rural, as ruralidades e a própria involução populacional.

Nessa dimensão das pequenas cidades, é preciso distinguir aquelas localizadas na periferia das áreas metropolitanas e grandes cidades, que apresentam características essencialmente urbanas, e surgem como um apêndice da cidade principal, das afastadas das áreas metropolitanas, que apresentam uma economia urbana vinculada às atividades rurais.

¹³⁰ O último Censo demográfico em 2010 (IBGE, 2011) contou 27.745 habitantes em Pau dos Ferros. Atualmente (2016), a estimativa é de 30.206 habitantes (último dado atualizado no portal Cidade do IBGE: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>)

Considerando as sedes dos municípios¹³¹ com até 20 mil habitantes como ponto de partida para a leitura destes espaços, podemos inferir que há uma manutenção de um universo predominante de pequenas cidades no Brasil.

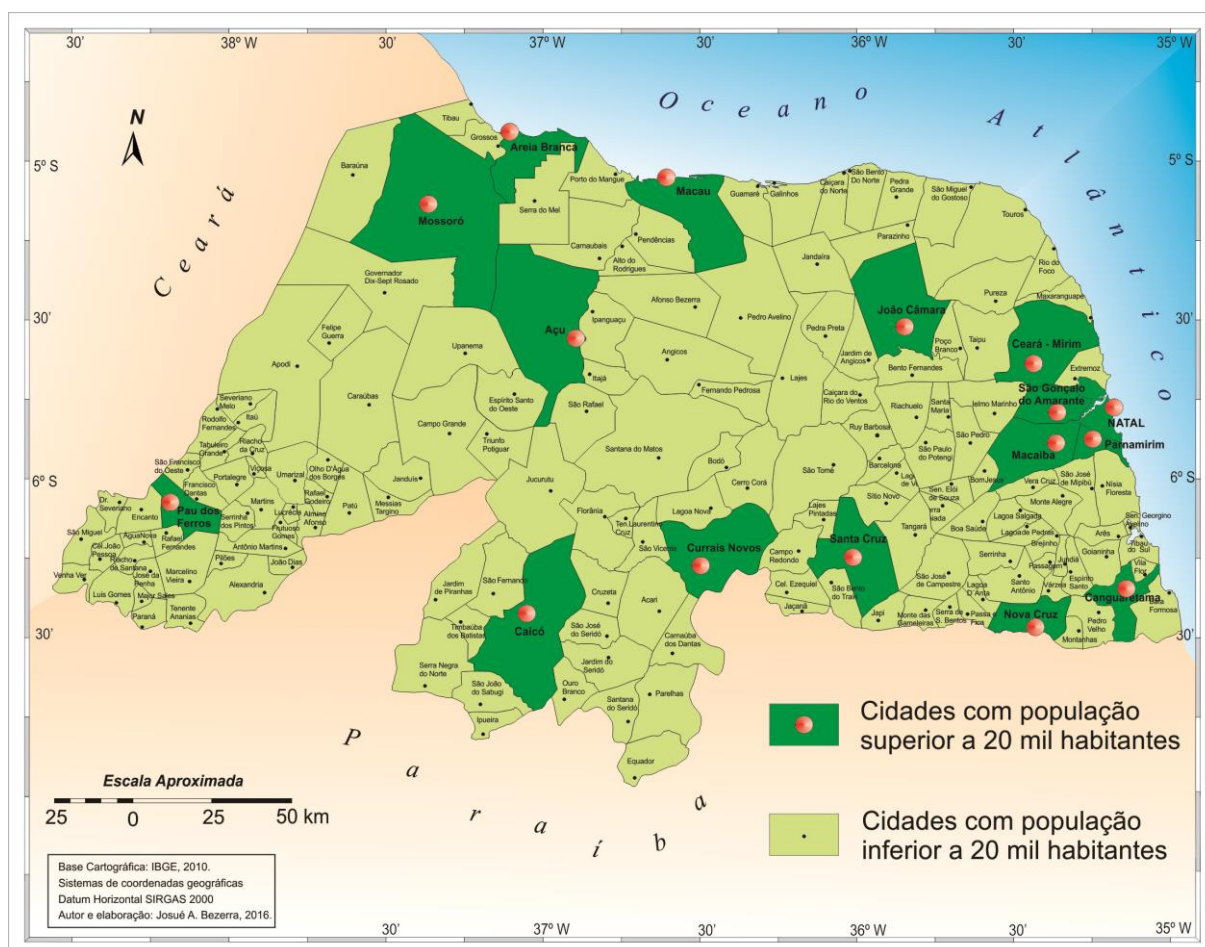
Como Maia (2005) aponta, para se medir o tamanho das cidades, normalmente, é levado em consideração o contingente populacional. Na maior parte dos estudos (MENDRAS, 1995, SANTOS, SILVEIRA, 2001; CORRÊA, 2011; entre outros), bem como nos parâmetros utilizados nas últimas décadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), as pequenas cidades são definidas como aquelas que abrigam uma população inferior a 20 mil habitantes. Sobre esse parâmetro que adotamos também em nossa pesquisa, quando trata das características da urbanização nos países subdesenvolvidos, Santos (2008b [1981], p. 15) esclarece que “[...] as estatísticas internacionais estabeleceram um marco de 20.000 habitantes para esse tipo de cidade [...]”, muito embora para este autor “Só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define” (Id.).

Podemos observar que o crescimento do número de pequenos núcleos urbanos é algo notório, que tem sido alvo de nossas pesquisas antes dessa tese (BEZERRA, 2008). Para compreender melhor esse quadro, recorreremos aos dados do IBGE, os quais revelaram que, na década de 1960, o Brasil contava com 2.764 cidades, das quais 93,77% eram consideradas pequenas, ou seja, possuíam população inferior a 20 mil habitantes. Passados vinte anos (em 1980), 87,57% das cidades do país enquadravam-se nesse patamar. Os dados do último Censo Demográfico revelam que, no Brasil, das 5.565 cidades existentes, 81,74% (4.549 cidades) possuíam população inferior a 20 mil habitantes e reuniam em torno de 20% da população brasileira. A região Nordeste é onde se concentra a maior parte destes pequenos centros (33,72%, equivalente a 1.534 cidades), concentrando uma população de 9.847.454 habitantes (IBGE, 2011).

¹³¹ Davidovich e Geiger (1961) discutiram sobre os critérios oficiais estabelecidos por diversos países para definirem o que seria cidade e, no Brasil, destaca-se a escolha pelo critério político-administrativo. Assim, por aqui “A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”, conforme estabelecido no Decreto-Lei número 311, de março de 1938, em seu artigo terceiro (BRASIL, 2015 [1938], p. ?). Essa discussão é causa de muitos debates polêmicos na academia, como o que ocorreu após o lançamento do livro de Veiga (2002) intitulado “Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula”, no qual o autor critica o critério brasileiro e aponta que “[...] a delimitação do urbano e do rural resulta da combinação de critérios de tamanho, densidade da população, e da sua localização [...] o nosso recorte identifica como urbana as sedes dos municípios e distritos, e com ‘cidades’, as sedes municipais” (VEIGA, 2002, p. 23, destaque do autor).

Essa característica de um número significativo de cidades pequenas no Brasil (81,74%) e no Nordeste (82,54%) também está presente no Rio Grande do Norte, onde 90,41% das cidades possuem menos de 20 mil habitantes (Mapa 09) (IBGE, 2011).

Mapa 09 – Rio Grande do Norte: distribuição das cidades com população inferior e superior a 20 mil habitantes (2010)



Fonte: Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011). Organização e elaboração cartográfica de Josué A. Bezerra, abr., 2016.

Assim, podemos dizer que, no Brasil, temos um conjunto de cidades identificado por suas forças e movimentos de concentração, e caracterizado pelo número menor de metrópoles, grandes e médias cidades, no qual a força e o movimento de dispersão destas são evidenciados pela existência de numerosas pequenas cidades (OLANDA, 2008).

O grande número de pequenas cidades tem representado uma participação importante na rede urbana regional, seja em áreas onde a agricultura moderna e tecnificada e outras atividades econômicas de destaque no estado se encontram amplamente presentes, como no Vale do Açu e na Região de Mossoró¹³², seja em áreas onde não existem grandes atividades econômicas que proporcionem uma auto-sustentação a estes pequenos municípios, como o que ocorre em boa parte do sertão semiárido nordestino.

3.3.4 A dinâmica populacional

Em meio ao significado do processo de constituição de novas cidades no Rio Grande do Norte, chama-nos a atenção, no ensejo da urbanização, a continuidade da forte concentração populacional na Região Metropolitana de Natal, representando mais de 43% da população total do estado (1.361.282 habitantes) residente nos municípios da Grande Natal¹³³ (IBGE, 2011).

A rede urbana potiguar é bastante rarefeita se considerarmos somente o critério populacional, pois, das 167 cidades do Rio Grande do Norte, apenas 03 possuem mais de 100 mil habitantes. A diferença do número de habitantes entre a cidade de Natal e a segunda maior do estado, Mossoró, é de quase 550 mil (IBGE, 2011). Considerando apenas a população urbana, observamos a distância entre o número de habitantes das três maiores cidades (Natal, 803.739 habitantes; Mossoró, 237.241 habitantes; Parnamirim, 202.456 habitantes) do estado para o restante, indicando que a maioria das cidades do Rio Grande do Norte pode ser reunida em um conjunto de pequenos centros¹³⁴ que, em alguns casos, assumem um papel regional localizado, mas não abrigam grandes concentrações populacionais na região (Ibid.).

¹³² Identificamos a Região de Mossoró como aquela que compreende os 40 municípios apontados pelo estudo da REGIC (IBGE, 2008) como área de influência da cidade de Mossoró que, segundo o último Censo Demográfico, abrigava mais de 638 mil habitantes (IBGE, 2011). Para melhor entendimento sobre esta região, ver o trabalho de Elias e Pequeno (2010).

¹³³ Aqui, estamos considerando todos os 11 municípios que compõem atualmente a Região Metropolitana de Natal, inclusive Maxaranguape, que ingressou recentemente (2013) na região.

¹³⁴ Somente para enfatizar, segundo os dados do último censo demográfico do IBGE (2011), pouco mais de 97% das cidades potiguares possuíam menos de 50 mil habitantes, e 90,42% do total (167 cidades) não chegavam nem a 20 mil habitantes.

Considerando a Região de Pau dos Ferros¹³⁵, que abriga 174.026 habitantes distribuídos em 25 municípios, vislumbramos alguns elementos típicos de uma urbanização recente na região, caracterizada por um conjunto de cidades pequenas que estão muito próximas entre si e que exercem relação de dependência nos serviços e no comércio sediados no centro maior, a cidade de Pau dos Ferros, a qual apresenta uma população também pequena, como já dissemos (25.535 habitantes, segundo o IBGE, 2011).

No período de 1980 a 2010, observamos um crescimento populacional baixo na região de Pau dos Ferros (25,8%) em comparação à média potiguar (63,8%), nordestina (63,88%) e brasileira (57,4%), acompanhada por uma taxa de urbanização relativamente baixa no último censo (65,3%) (Ibid.) (Tabela 04, na página seguinte).

¹³⁵ Apenas para ressaltar que utilizamos como parâmetro para chegar na dimensão urbano-regional de Pau dos Ferros, a região sob influência desta cidade, compreendida por 25 municípios, segundo o estudo da REGIC - 2007 (IBGE, 2008).

Tabela 04 – Região de Pau dos Ferros: evolução da população total, taxas de urbanização e de crescimento (1980 – 2010)¹³⁶

(continua)

Unidade Territorial	1980		Crescimento (%) 1980-1991	1991		Crescimento (%) 1991-2000	2000		Crescimento (%) 2000-2010	2010		Crescimento (%) 1980-2010
	População total	Taxa Urb. (%)		População total	Taxa Urb. (%)		População total	Taxa Urb. (%)		População total	Taxa Urb. (%)	
<i>Brasil</i>	121.150.573	67,5%	21,3%	146.917.459	75,5%	15,4%	169.590.693	81,2%	12,4%	190.755.799	84,3%	57,4%
<i>Nordeste</i>	35.419.156	50,4%	19,9%	42.470.225	60,6%	12,3%	47.693.253	69,0%	11,3%	53.081.950	73,1%	49,8%
<i>Rio Grande do Norte</i>	1.933.126	57,6%	24,9%	2.414.121	69,1%	14,8%	2.771.538	73,4%	14,3%	3.168.027	77,8%	63,8%
<i>Pau dos Ferros</i>	16.217	79,8%	28,4%	20.827	85,3%	18,8%	24.758	90,1%	12,0%	27.745	92,0%	71,0%
<i>São Miguel</i>	17.802	31,7%	19,6%	21.286	43,9%	-5,4%	20.124	57,9%	10,0%	22.153	65,4%	24,4%
<i>Alexandria</i>	14.343	42,5%	1,7%	14.580	57,4%	-5,5%	13.772	64,5%	-1,9%	13.507	68,0%	-5,8%
<i>Tenente Ananias</i>	9.754	41,9%	-2,3%	9.529	52,3%	-6,8%	8.875	62,8%	11,3%	9.883	69,1%	1,3%
<i>Luís Gomes</i>	10.009	39,5%	13,3%	11.336	56,4%	-19,2%	9.154	64,5%	4,9%	9.610	69,5%	-3,9%
<i>Marcelino Vieira</i>	8.037	28,5%	9,7%	8.813	38,2%	-4,9%	8.373	49,4%	-1,2%	8.265	59,2%	2,8%
<i>Martins</i>	13.066	25,6%	-5,9%	12.299	42,9%	-37,1%	7.725	54,2%	6,3%	8.218	61,4%	-37,1%
<i>Portalegre</i>	5.867	22,1%	8,4%	6.357	34,0%	6,1%	6.746	44,2%	8,1%	7.297	52,6%	24,3%
<i>Doutor Severiano</i>	5.334	19,5%	20,9%	6.448	31,3%	1,6%	6.552	34,5%	-0,9%	6.492	42,8%	21,7%
<i>José da Penha</i>	5.577	30,7%	-0,8%	5.531	46,2%	6,8%	5.908	55,6%	-0,6%	5.868	60,3%	5,2%

¹³⁶ Estes dados podem ser vistos em outra organização no apêndice 05.

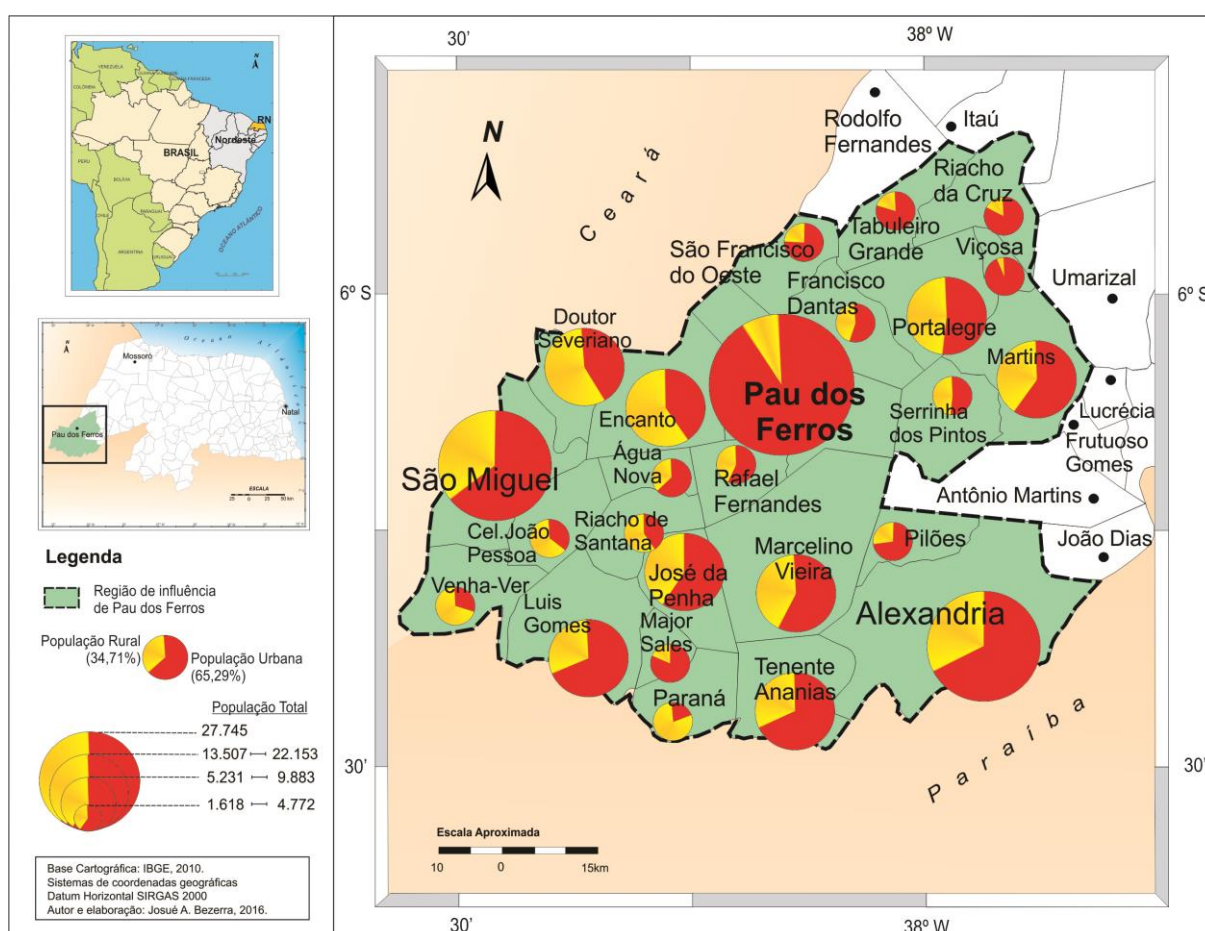
<i>Encanto</i>	4.168	25,3%	13,2%	4.720	44,5%	1,6%	4.798	44,1%	9,0%	5.231	40,6%	25,5%
<i>Coronel João Pessoa</i>	4.094	16,4%	15,4%	4.725	31,6%	-0,4%	4.703	38,5%	1,4%	4.772	37,2%	16,5%
<i>Rafael Fernandes</i>	2.686	25,1%	24,1%	3.332	45,8%	27,4%	4.247	51,9%	10,4%	4.692	57,7%	74,6%
<i>Serrinha dos Pintos</i>	*	*	*	*	*	*	4.295	43,1%	5,7%	4.540	52,9%	*
<i>Riacho de Santana</i>	3.847	14,7%	3,5%	3.980	29,8%	5,5%	4.200	37,7%	-1,0%	4.156	41,1%	8,0%
<i>Paraná</i>	2.542	13,9%	38,1%	3.510	13,7%	3,5%	3.633	18,1%	8,7%	3.952	20,7%	55,4%
<i>São Francisco do Oeste</i>	2.272	42,6%	23,0%	2.795	56,4%	24,5%	3.480	70,5%	11,3%	3.874	76,1%	70,5%
<i>Venha-Ver</i>	*	*	*	*	*	*	3.422	20,8%	11,6%	3.821	31,3%	*
<i>Major Sales</i>	*	*	*	*	*	*	2.948	76,4%	19,9%	3.536	82,0%	*
<i>Pilões</i>	1.911	46,2%	13,1%	2.161	63,9%	38,9%	3.002	72,5%	15,0%	3.453	73,3%	80,6%
<i>Riacho da Cruz</i>	2.314	45,8%	10,5%	2.558	70,6%	4,2%	2.667	81,3%	18,6%	3.165	84,4%	36,7%
<i>Água Nova</i>	2.012	36,7%	14,8%	2.309	51,6%	15,9%	2.678	60,8%	11,2%	2.980	64,0%	48,1%
<i>Francisco Dantas</i>	3.536	15,5%	-7,6%	3.267	38,9%	-7,5%	3.021	52,0%	-4,8%	2.874	57,3%	-18,7%
<i>Taboleiro Grande</i>	1.742	28,4%	18,9%	2.071	62,1%	-2,0%	2.029	79,2%	14,1%	2.317	81,4%	33,0%
<i>Viçosa</i>	1.122	56,4%	16,7%	1.309	82,1%	16,2%	1.521	92,5%	6,3%	1.618	95,2%	44,2%
TOTAL	138.252	36,9%	11,2%	153.743	51,1%	5,7%	162.631	59,9%	7,0%	174.019	65,3%	25,8%

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 2011). Organização de Josué A. Bezerra, jun., 2015. (*) Os municípios de Major Sales, Venha-Ver e Serrinha dos Pintos foram criados após o Censo Demográfico de 1991.

De acordo com o IBGE (2008, 2011), nas últimas décadas, alguns municípios que se encontram sob influência de Pau dos Ferros apresentaram inclusive crescimento negativo em sua população. Esse dado é explicado principalmente pelo fato de, nesse período, ter ocorrido a criação de novos municípios com as emancipações políticas em Martins, que cedeu território para o novo município de Serrinha dos Pintos, e em São Miguel, quando da criação do município de Venha-Ver.

O que nos chama a atenção é o quantitativo populacional destas cidades. 23 das 25 cidades que compõem a região de influência de Pau dos Ferros possui uma população inferior a 10 mil habitantes, e 56% das cidades possui menos de 5 mil habitantes (Mapa 10), ou seja, são cidades muito pequenas do ponto de vista populacional e sem muita expressão na rede urbana estadual.

Mapa 10 – Região de Pau dos Ferros: população total, rural e urbana (2010)



Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2011) e REGIC 2007 (IBGE, 2008). Organização e cartografia de Josué A. Bezerra, jan., 2016.

Apesar de se apresentarem em sua maioria como municípios relativamente jovens e pequenos do ponto de vista populacional, grande parte (76%) expõe uma taxa de ocupação urbana maior que na zona rural (IBGE, 2011). Mesmo assim, com o crescimento do número e tamanho das cidades, e progressivo aumento das taxas de urbanização em diversas escalas do território, podemos observar, na tabela 04, que, na região sob influência de Pau dos Ferros, existem alguns municípios com uma população predominantemente rural (Encanto, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Paraná, Riacho de Santana e Venha-Ver), que vive nos inúmeros sítios¹³⁷ distribuídos no interior destes municípios (Ibid.). A maior parte destes sítios não possui infraestrutura básica (calçamento, posto de saúde, escola), porém, é possível encontrar, em alguns destes, pequenas mercearias, salões de beleza, e outros serviços característicos da cidade, o que fazem com que a população prefira residir nestes espaços ao invés de morar na sede e pagar aluguel.

Considerando as menores classes de tamanho de cidade no Brasil, entre os dois últimos censos demográficos (2000 e 2010), temos um crescimento negativo (-6,63%) da população para as cidades com até 10 mil habitantes, e de pouco crescimento (5,48%) entre esse patamar e 50 mil habitantes (IBGE, 2011)¹³⁸.

Quando levantamos o número de municípios e o número de habitantes na região de influência de Pau dos Ferros em comparação ao Rio Grande do Norte, identificamos que a região possui 14,97% do estado, porém, só abriga 5,49% da população total do estado (IBGE, 2011). Enquanto isso, a cidade de Pau dos Ferros, que se enquadra nesse segundo patamar, se destaca entre todas as demais cidades da região como também em relação às esferas do Rio Grande do Norte, do Nordeste e Brasil.

Pau dos Ferros, nas últimas décadas (1980-2010), apresentou um crescimento populacional de mais de 71,09%, muito superior aos demais municípios de sua região (24,18%). Mesmo abrigando um contingente populacional pequeno,

¹³⁷ Estamos empregando a mesma denominação utilizada na região para identificar os pequenos povoados localizados na zona rural dos municípios. Estes sítios, que associamos à definição de aglomerados rurais (IBGE, 2015d), abrigam um número pequeno de moradores, mas que em seu conjunto, torna-se representativo para o total da população municipal.

¹³⁸ Estes dados do universo podem ser checados a partir do banco geral de dados dos censos e contagens populacionais disponíveis no endereço eletrônico do IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm. Importante frisar que alguns autores, como Andrade e Serra (1997) e Martine (1993), ainda consideram as cidades com até 50 mil habitantes como sendo pequenas, e aquelas de menor patamar populacional, com até 20 mil habitantes, estariam no limite do que seria uma aglomeração urbana.

com menos de 30 mil habitantes, 92,03% da população de Pau dos Ferros é considerada urbana, de acordo com o último censo do IBGE (2011). Esse ritmo de crescimento no período, tanto na taxa de urbanização como do número de habitantes, segue uma cadência diferente da média nas diversas escalas do território, especialmente em comparação aos municípios que fazem parte da região sob sua influência que apresentaram um crescimento inexpressivo ou negativo para o período.

A involução ou estagnação populacional é algo que tem sido observado nas últimas décadas por alguns estudiosos (MAIA, 2005; FRESCA, 2010) nestes pequenos centros brasileiros, como observamos também na região comandada por Pau dos Ferros, o que dimensiona ainda mais o seu tamanho em relação aos demais territórios do país. Considerando a dimensão municipal dos 25 municípios que fazem parte da região sob influência de Pau dos Ferros, apenas 03 possuem uma população maior que 10 mil habitantes, enquanto 5 municípios estão entre os 20 menores do estado (Tabela 05).

Tabela 05 – Rio Grande do Norte: maiores e menores municípios por população (2010)

(continua)

20 maiores municípios				20 menores municípios			
Ordem (*)	Município	População total	Taxa de urbanização (%)	Ordem (*)	Município	População total	Taxa de urbanização (%)
1º	Natal	803.811	100,0%	148º	Riacho da Cruz	3.165	84,5%
2º	Mossoró	259.886	91,3%	149º	Rafael Godeiro	3.070	62,8%
3º	Parnamirim	202.413	100,0%	150º	Água Nova	2.984	63,9%
4º	São Gonçalo do Amarante	87.700	84,5%	151º	São Bento do Norte	2.974	34,7%
5º	Macaíba	69.538	61,3%	152º	Passagem	2.899	41,2%
6º	Ceará-Mirim	67.844	52,2%	153º	Francisco Dantas	2.874	57,3%
7º	Caicó	62.727	91,6%	154º	Vila Flor	2.872	96,9%
8º	Assú	53.245	73,9%	155º	Fernando Pedroza	2.850	85,3%
9º	Currais Novos	42.668	88,5%	156º	Lagoa de Velhos	2.674	67,1%
10º	São José de Mipibu	39.771	45,8%	157º	Jardim de Angicos	2.607	16,6%

11º	Santa Cruz	35.759	85,2%	158º	João Dias	2.601	44,9%
12º	Nova Cruz	35.541	68,7%	159º	Pedra Preta	2.583	38,3%
13º	Apodi	34.777	50,5%	160º	Santana do Seridó	2.526	65,4%
14º	João Câmara	32.203	70,3%	161º	Bodó	2.425	57,4%
15º	Touros	31.076	25,5%	162º	Taboleiro Grande	2.317	81,4%
16º	Canguaretama	30.900	65,4%	163º	Timbaúba dos Batistas	2.295	75,3%
17º	Macau	28.974	75,9%	164º	Monte das Gameleiras	2.266	56,6%
18º	Pau dos Ferros	27.733	92,1%	165º	Galinhas	2.150	57,7%
19º	Areia Branca	25.263	80,2%	166º	Ipueira	2.074	90,9%
20º	Extremoz	24.550	64,3%	167º	Viçosa	1.618	95,2%

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2011). Organização de Josué A. Bezerra, jun., 2016.

(*) Atualmente, no Rio Grande do Norte, existem 167 municípios.

Ao considerar a população total dos municípios que compõem a região de influência de Pau dos Ferros, destacamos Viçosa (1.618 habitantes) que se apresenta como o menor do Rio Grande do Norte (IBGE, 2011). Da mesma forma, Pau dos Ferros não se encontra entre os municípios mais populosos do estado, mesmo com sua importância na rede urbana potiguar, como terceira maior centralidade ao lado de Caicó, de acordo com o último estudo da REGIC (IBGE, 2008).

Alguns dos maiores municípios do Rio Grande do Norte, em contingente populacional, destacam-se por abrigar parcela representativa de seus habitantes nas zonas rurais de unidades territoriais, como são os casos dos municípios de Touros (74,5%) e Apodi (49,5%), localizados, respectivamente, no litoral Leste e porção Oeste do estado; e Ceará-Mirim (47,8%) e São José do Mipibu (54,2%), pertencentes à Região Metropolitana de Natal (IBGE, 2011).

Muitos destes municípios não assumiram uma função importante na rede urbana potiguar devido à sua proximidade ou inserção em zonas de influência de outros espaços mais importantes do estado que tomam uma expressão de centralidade mais acentuada na rede urbana regional, como Natal e Mossoró. A população destes municípios menores é atraída pela estruturação do espaço urbano da capital e de cidades médias, como Mossoró, que detém funções de gestão do território, especialmente presentes no setor empresarial e industrial, como também em busca de um terciário mais desenvolvido, com destaque para o comércio

diversificado de produtos e a prestação de serviços especializados na área de saúde, ensino superior e atividades financeiras (IBGE, 2008; 2014a).

Esta situação pode ser vista nas cidades que se encontram no agreste potiguar, como João Câmara, Santa Cruz e Nova Cruz, que desempenham um papel importante para as pequenas cidades próximas, mas que são ofuscados pela influência da cidade de Natal, localizada a poucos quilômetros de distância, e principal centro das operações capitalistas do estado. Desse modo, Natal assume, na rede urbana potiguar, a responsabilidade de ofertar o maior incremento de novas dinâmicas e práticas de consumo do atual estágio da globalização, materializadas nos *shoppings centers*, aeroporto, clínicas e hospitais, com especialidades médicas e centros universitários.

Da mesma forma, na região Oeste, temos os casos de Apodi e Assú que têm suas centralidades ofuscadas pela luminosidade (SANTOS; SILVEIRA, 2001)¹³⁹ exercida por Mossoró, que desempenha a função de principal centro urbano do interior do estado e vem, nas últimas décadas, passando por uma estruturação própria de uma cidade média (ELIAS; PEQUENO, 2010). Desse modo, as atividades econômicas presentes em sua região de influência fazem com que a cidade de Mossoró incorpore, no seu espaço, as demandas por atividades comerciais e de serviços, de modo a atender a um conjunto de municípios que ultrapassam os limites político-administrativos dos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará (Ibid.).

Nesse ensejo, nos chama atenção Pau dos Ferros por não estar entre os municípios mais populosos do Rio Grande do Norte (IBGE, 2011) e, ao mesmo tempo, assumir um papel enquanto centro polarizador de uma rede urbana interiorizada do estado. Apesar de exercer uma relação com os centros maiores, especialmente Mossoró, Fortaleza e Natal, o processo de estruturação urbana que a cidade vem passando nas últimas décadas faz com que esta cidade, resguardando as proporções, garanta às inúmeras cidades pequenas, que estão assentadas em sua região, os serviços e produtos procurados pela população regional.

A cidade de Pau dos Ferros é confundida com a região, e se dinamiza a partir das cidades pequenas circunvizinhas, as quais apresentam uma divisão social do trabalho de maneira simples, e uma vinculação muito presente com a agricultura de

¹³⁹ Os espaços mais estruturados abrigam os fixos geográficos ao mesmo tempo desenvolvidos, reflexos do atual estágio da globalização que, segundo Santos e Silveira (2001), são designados como “espaços luminosos”, enquanto os “espaços opacos” ficam à margem dessa globalização.

subsistência e pecuária, como também com um terciário pouco especializado ou mesmo qualificado.

Os dados quantitativos de população são uma representação importante para leitura da dinâmica socioespacial, mas, no caso de Pau dos Ferros, estes não mascaram a realidade do fenômeno urbano desta cidade e de sua região. A estruturação urbana e regional, providenciada nas últimas décadas, permite-nos entender a conformação urbano-regional de Pau dos Ferros, a partir dos objetos geográficos (SANTOS, 2004c [1996]) e da formação de um conjunto de interdependências socioespaciais da região, onde a economia e a sociedade convergem para seu núcleo urbano principal, a cidade de Pau dos Ferros que, para nós, tem no setores de comércio, serviços e financeiro, os principais indutores da conformação dessa unidade espacial em pleno semiárido potiguar.

Refletindo sobre o caso, entendemos que o mundo assiste hoje a complexas transformações, no contexto do advento da revolução científico-tecnológica, marcadas pela difusão da informação, da fragmentação do conhecimento e do uso da tecnologia, mas também marcadamente pela acentuação das desigualdades socioespaciais (HAESBAERT, 2010a) que, em alguns aspectos, ilustra a realidade regional que estudamos. Apesar das políticas implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e a abertura de crédito e financiamento para o pequeno e médio produtor rural, as desigualdades regionais, que se processam espaço-temporalmente em diferentes escalas e esferas sociais no Rio Grande do Norte, nos demandam uma reflexão permanente sobre a importância desse debate.

Fazendo uma releitura da relação campo-cidade na região de Pau dos Ferros, podemos dizer que a dimensão socioeconômica do território também se efetua, mesmo no sertão, no meio do semiárido nordestino, onde o espaço rural de tradição agrícola de subsistência se perpetua.

Porém, o que observamos no espaço rural dos municípios da região são áreas que continuam desenvolvendo, de forma predominante, atividades agrícolas tradicionais (agricultura de sequeiro), além de pequenas criações de animais que servem, na maioria das vezes, apenas para aquela unidade familiar com pequenas culturas, como de mandioca, feijão, milho e batata-doce.

No ambiente das sedes dos pequenos municípios, as populações e as prefeituras sobrevivem, basicamente, das transferências públicas que constituem o núcleo de dinamismo de suas economias. Sobre essa característica, Clementino

(1997) coloca que os pequenos municípios do Nordeste brasileiro possuem pouca capacidade de geração de renda, devido ao:

a) debilitamento de suas funções e ausência de mecanismos institucionais adequados de relacionamento com os governos estadual e federal; b) atomização como causa do surgimento de um número excessivo de municípios; c) empobrecimento paulatino, atraso tecnológico e maior dependência do governo central; d) ausência de capacitação de recursos humano, baixas remunerações, quantidade excessiva de funcionários e ineficácia na prestação de serviços; e) ausência de mecanismos de participação cidadã na tomada de decisões apesar das exigências de alguns segmentos descentralizados como garantia do atendimento às demandas sociais, a exemplo do SUS (Id., 1997, p. 1649).

Essas transferências são repassadas para essas cidades através dos seguintes canais: Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e repasses para a educação, principalmente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais (FUNDEB), do Sistema Único de Saúde (SUS), dos programas sociais (principalmente o bolsa família), das aposentadorias rurais do INSS e salário dos servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Nesse ensejo, as cidades que desempenham uma função intermediária na rede urbana interiorizada do Nordeste, com o atual estágio da urbanização, vêm assumindo a função de centro prestador de serviço e abrigo de um comércio mais diversificado, apresentando-se, também, como principal receptor de mão-de-obra de sua região de influência.

A estruturação urbana e regional de Pau dos Ferros mostra-se como elemento de integração regional, com sua particularidade na disposição geográfica na região, juntamente com sua função de núcleo urbano principal e de influência para um conjunto de pequenas cidades circunvizinhas.

4 A ESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL DE PAU DOS FERROS

[...] o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em uma evolução à evolução das suas próprias estruturas.

(Milton SANTOS, 2008d [1985] p. 28)

A medida em que o processo de urbanização invade o território, modificando a cidade e redesenhando o campo, novas formas e funções são dadas à rede urbana, seja qual for a dimensão escalar de sua teia ou nó que esteja sob seu comando, com a reestruturação urbana, vista a realidade atual da economia, com novas exigências do capital que fomentam as relações interurbanas e estimulam o crescimento urbano (BRANDÃO, 2010). Com isso, há uma redefinição de papéis das cidades no interior do território, e em Pau dos Ferros, isso não é diferente, designando a esta um destaque na intermediação da rede urbana regional.

Da mesma forma, não é possível estudar cidades como Pau dos Ferros sem considerar sua inserção em uma rede urbana maior, com a extensão de cidades maiores e menores, as quais são influenciadas e influenciam as mudanças ocorridas no âmbito de sua região.

Pensar na natureza do fenômeno urbano-regional nessa dimensão pede uma leitura acerca da estruturação do espaço nas últimas décadas, que possibilitou o fortalecimento da dinâmica populacional e, com isso, evidenciou a aproximação e a dependência socioespacial da população regional para com os equipamentos e serviços sediados no núcleo urbano de Pau dos Ferros.

Este novo traço da urbanização contemporânea no Brasil, apresentado por Santos (2005 [1993]), promoveria a reorganização das cidades e refletiria na divisão territorial do trabalho, em suas diversas escalas e conforme o interesse do capital hegemônico presente, mesmo que indiretamente, nas cidades e suas regiões.

Os investimentos em infraestrutura e sua situação geográfica favorável possibilitam a inserção da cidade de Pau dos Ferros como exemplo claro dessa nova urbanização, tendo em vista a ampliação do consumo produtivo e consultivo e a presença de formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas. Isso significa, como aponta Sposito (2007), que as dinâmicas de estruturação vigente nas cidades com essa função intermediária na rede urbana estão ligadas à difusão do consumo formado pelo modelo flexível da economia, assentado a partir de novos padrões de produção e nas relações de trabalho.

Destarte, neste capítulo, discorreremos sobre o novo padrão de urbanização que se apresenta na região a partir de sua estruturação, com especial atenção para seu núcleo urbano principal, a cidade de Pau dos Ferros, considerando o conjunto de situações que os agentes intervenientes dessa estruturação promovem para a conformação de uma nova dimensão urbano-regional, afastada dos centros metropolitanos e relativamente distantes dos grandes investimentos e das atividades econômicas produtivas mais dinâmicas do Rio Grande do Norte.

Para isso, nos embasamos em Sposito (2011) quando discute o entendimento do processo de estruturação urbana e das cidades e, em especial, em espaços urbanos não metropolitanos, como o caso da cidade de Pau dos Ferros. A autora faz esse exercício do atual estágio da urbanização, analisando as cidades que ganharam destaque na rede urbana brasileira por assumirem importantes funções urbanas no interior do território (Id., 2007).

Por conseguinte, discorreremos acerca das atividades econômicas que caracterizam a cidade e região de Pau dos Ferros, fenômeno que evidencia algumas pequenas cidades inseridas nessa unidade espacial, mas que reafirma a centralidade e dinâmica acentuada do núcleo urbano principal.

4.1 ECONOMIAS REGIONAIS: PALAVRAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A CIDADE

Ao estudar os processos atuais da urbanização contemporânea no interior do território e, em particular, no Rio Grande do Norte, concebemos a necessidade da

compreensão das lógicas da estruturação instaladas nas últimas décadas no estado até chegarmos a Pau dos Ferros.

Devemos ter atenção às demandas que estes centros de caráter regional vêm assumindo como nós de referência no interior do território, o que possibilitou uma difusão de novas centralidades urbanas fomentadas pelas demandas exigidas pela população regional, esta assentada, em sua maioria, em pequenos municípios com pouca oferta de serviços básicos (saúde, educação e comunicação) e quase nenhuma estrutura produtiva como indústrias, comércio e instituições financeiras (SIMÕES; AMARAL, 2011).

Esse processo dá a forma como as redes de cidades localizadas no interior do território estão organizadas de modo que os principais centros passaram a receber os equipamentos urbanos preparados para assistir não apenas à sua população, mas aos demais municípios próximos que, em alguns casos, não possuem escolas de ensino médio e assistência médica básica.

Pau dos Ferros assume esse perfil no interior do Rio Grande do Norte por ofertar, além dos serviços básicos inexistentes nas pequenas cidades de sua região, uma estrutura urbana e regional que assiste a um conjunto de municípios da sua área de influência no Rio Grande do Norte, como também alguns localizados nos estados do Ceará e da Paraíba (IBGE, 2008; DANTAS, 2014).

As estruturas espaciais destas cidades que comandam suas regiões no interior do território compreendem escolas de ensino técnico e faculdades/*campi* de ensino superior; postos/hospitais com diversas especialidades médicas; centros de pesquisas e repartições públicas de diferentes esferas do governo, como Secretaria da Receita Federal; da Justiça Federal; do TRE; do TRT; e do próprio escritório do IBGE (IBGE, 2014a). Ao lado dessa aproximação do aparelho público nas cidades desse nível intermediário da rede urbana, surgem também os estabelecimentos privados comerciais e de prestação de serviços, com a ampliação das redes de telefonia celular e de internet banda larga; o acesso a diversos produtos industrializados do gênero alimentício ou de higiene pessoal, o que garante, cada vez mais, a aproximação das pessoas que vivem nesses ambientes até pouco tempo considerados atrasados e lentos, em comparação com os grandes centros urbanos brasileiros.

Esse processo no Brasil não é de hoje, mas teve início, como apontam Santos (2005 [1993]) e Sposito (2007), a partir da década de 1980 e, sobretudo, nos anos de

1990, quando da abertura do território enquanto dimensão necessária para organização do espaço econômico. Com isso, as cidades e regiões, em diversas escalas espaciais, assumem uma posição importante diante das lógicas organizacionais em rede apontadas pelas instituições.

Esta lógica, presente na dimensão social e econômica do espaço, pode ser vista a partir da difusão das novas formas de consumo nas cidades menores, como também identificadas através das práticas espaciais¹⁴⁰ que conotam consideráveis transformações na cidade nessa escala da rede urbana.

Para Corrêa (2005 [1995], p. 35), essas práticas espaciais presentes no território partem da consciência da existência da diferenciação espacial “[...] ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento [...]”, como também por “[...] diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa [...]” (CORRÊA, 2005 [1995], p. 35).

Para enxergarmos as práticas espaciais em cidades como Pau dos Ferros, é preciso envolver um olhar multiescalar das instituições, diluídas em ações que contribuem para garantir diversos projetos voltados para a gestão do território (CORRÊA, 1992). Atualmente, o Estado e o mercado são as instituições que mais estruturam o espaço, e estas atuam em suas organizações: “[...] de um lado, os organismos públicos criados para atender a população, levantar dados e informações e recolher tributos; de outro, as empresas privadas funcionando no mercado, com suas estratégias particulares” (IBGE, 2014a, p. 10).

Em Pau dos Ferros, a difusão das políticas de expansão da rede de ensino técnico e superior, como a ampliação da UERN e a criação dos *campi* da UFERSA e do IFRN; como também a regionalização de alguns órgãos de gestão e de prestação de serviços públicos sediados nesta cidade, como o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Diretoria Regional de Educação (DIREDE), da Secretaria de Saúde Pública (SESAP),

¹⁴⁰ Para Lefebvre (2000, p. 66), “A prática espacial de uma sociedade engendra seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando.” Corrêa (2007b, p.68) define que “As práticas espaciais constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos”. Segundo este autor, as práticas espaciais, identificadas parcialmente, são as seguintes: seletividade espacial; fragmentação-remembramento espacial; antecipação espacial (CORRÊA, 1992; 2005 [1995]).

do Escritório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agência da Previdência Social, escritórios da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), vem materializar a estrutura de comando do estado e de empresas de capital externo, o que reflete em sua centralidade na rede urbana do estado (Quadro 07).

Quadro 07 - Pau dos Ferros: representação das principais instituições prestadoras de serviços públicos

(continua)

<i>Instituições</i>	<i>Representação</i>	Unidades Rio Grande do Norte	Gestão	Área
<i>Tribunal Regional Eleitoral (TRE)</i>	40ª Zona Eleitoral	69	Governo Federal	Justiça
<i>Tribunal Regional do Trabalho (TRT)</i>	21ª Região	9	Governo Federal	Justiça
<i>Receita Federal</i>	Unidade de Atendimento	9	Governo Federal	Tributação
<i>Ministério Público Estadual</i>	1ª Promotoria de Justiça	17	Governo do Estado	Justiça
<i>Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN)</i>	Regional	7	Governo do Estado	Abastecimento de água
<i>Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN)</i>	Escritório	19	Privada	Concessionária de Energia Elétrica
<i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)</i>	Agência	7	Governo Federal	Instituto de Pesquisa
<i>Diretoria Regional de Educação, Cultura e</i>	15ª Diretoria Regional	16	Governo do Estado	Educação

<i>Desportos (DIRED)¹⁴¹</i>				
<i>Unidade Regional de Saúde Pública (URSAP)</i>	VI Unidade Regional	6	Governo do Estado	Saúde
<i>Unidade Regional de Tributação (URT)</i>	7ª Unidade Regional	7	Governo do Estado	Tributação

Fonte: Pesquisa direta nas instituições sediadas em Pau dos Ferros, nov., 2015.

A regionalização de instituições prestadoras de serviços públicos, como a própria criação de unidades centrais para o cidadão¹⁴², vem descentralizando estes aparelhos, até pouco tempo presentes somente nas capitais dos estados.

Estas instituições atendem a uma demanda regional compreendida por vários municípios do Alto Oeste Potiguar que, dependendo do setor responsável, atraem, diariamente para Pau dos Ferros, pessoas para retirar carteira de motorista e de identidade, resolver problemas trabalhistas, resolver dívidas com união ou estado, entre outros serviços.

Nesse aspecto, como centro prestador de serviço no interior do Rio Grande do Norte, um conjunto pequeno de cidades aparece em evidência, como Mossoró, Caicó, Currais Novos e Pau dos Ferros, favorecidas por sua posição geográfica e, com isso, servindo de sede dos principais núcleos de gestão pública e privada em suas respectivas regiões. Além de Natal, sede político-administrativa do estado, as cidades supracitadas aparecem como centros que abrigam as principais diretorias regionais de gestão do governo do estado, como na saúde e educação (IDEMA, 2014).

¹⁴¹ A regionalização dos núcleos de gestão da educação estadual, uma das regionais mais representativas do estado, está dividida em 16 DIREDs, cada uma sediada em um centro regional. A cidade de Pau dos Ferros abriga a 15ª DIRED que, depois de Mossoró (91 escolas), administra o maior número de escolas (54) no interior do estado (IDEMA, 2014).

¹⁴² São unidades prestadoras de diversos serviços de natureza pública ao cidadão, como emissão de documentos pessoais (CPF, RG, CNH, Carteira de Trabalho, etc.), pagamento de contas, resolução de questões jurídicas, entre outros. Em cada estado, este programa recebe um nome diferente como Poupatempo, em São Paulo e Faça Fácil, no Espírito Santo. No Rio Grande do Norte, este tipo de espaço leva o nome de Central do Cidadão, e é encontrado nas principais cidades-polo do estado: além das 05 (cinco) unidades em Natal, existem também em Alexandria; Apodi; Assú; Caicó; Caraúbas; Currais Novos; João Câmara; Macau; Mossoró; Nova Cruz; Parnamirim; Pau dos Ferros; São Paulo do Potengi; São José do Mipibu; Santa Cruz. Estas e outras informações estão no site do Governo do Estado, Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e do Serviço Social: <http://www.sethas.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=105981&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Programas>

Este panorama da estruturação urbana e regional, que contempla a oferta do comércio e de serviços, se completa com a difusão dos serviços de ensino, especialmente o superior e o técnico.

A importância dos objetos geográficos (SANTOS, 2004c [1996]) presentes nestas cidades, com especial atenção em Pau dos Ferros, e sua característica de centro comercial e prestador de serviço regional, está relacionada ao funcionamento dos equipamentos como hospitais, clínicas, lojas, repartições públicas, entre outros. Faz-se, assim, uma dependência regional das pequenas cidades para com este centro maior, principal definição das relações presentes em sua rede urbana.

Este é um importante elemento para abrangermos nesta parcela da rede urbana comandada pela cidade de Pau dos Ferros, que se apresenta também como importante centro universitário do interior, refletida em sua dinâmica urbano-regional.

Devemos considerar, ainda, como reflexo da urbanização desta parcela do estado, a atuação das empresas de capital nacional ou mesmo estrangeiro, que enxergam as áreas cada vez mais afastadas e pouco adensadas demograficamente como potencial para aumentar seus lucros. Entre os principais setores, a construção civil certamente se apresenta como uma das atividades que mais moldam o formato destas cidades como Pau dos Ferros. O setor imobiliário é a forma mais visível e contraditória dessa nova urbanização, pois, como ocorre nas cidades grandes, gera também problemas de ordenação urbana nas cidades menores, como a especulação e a segregação (SPOSITO, 2007).

No Rio Grande do Norte, a dinamização do espaço urbano e regional do interior está atrelada a alguns fatores presentes em várias porções do seu território, como o crescimento da população das cidades; a nova produção industrial e a difusão de um comércio moderno que, segundo Pintaudi (1989), pode ser representado pela difusão de novas formas e práticas comerciais de ampliação do lucro das grandes empresas, materializadas pelo surgimento de espaços do consumo, como supermercados, *shopping centers*, lojas de conveniência e franquias, espaços primaz da reprodução da mercadoria nos dias de hoje.

Atualmente, a base para entendermos esse processo no interior das regiões passa pela leitura das lógicas de estruturação do território que, por sua vez, permite a ampliação no alcance das redes urbanas comandadas por cidades menores, fruto também de uma acentuada e complexa divisão interurbana do trabalho, que fortalece o conjunto de cidades (SANTOS, 2005 [1993]).

Essa situação trouxe grande rebatimento à urbanização recente do Rio Grande do Norte, pois, segundo Araújo (2009), envolveu a emergência de importantes atividades/setores econômicos, como a extração de gás e petróleo, o agronegócio da fruticultura, a extração do sal marinho, e o desenvolvimento do terciário, que assumiram um caráter regional e concentrado no território potiguar, promovendo uma difusão da metropolização na região de Natal, bem como uma distância demográfica e espacial entre os principais centros do estado, como também a evidência de importantes centralidades urbanas no interior do estado.

Nesse aspecto, a estruturação do território não se deteve apenas ao ambiente das cidades, mas também a áreas fora do seu limite físico, possibilitando uma nova organização do espaço potiguar a partir desse processo produtivo instalado no estado, especialmente a partir dos anos 1990, o que incorporou a outros espaços regionais a concentração do poder político e econômico (FELIPE, 2010).

As cidades que estão inseridas diretamente nesse processo de estruturação foram selecionadas pelo seu potencial econômico e produtivo, algumas mais do que outras, contudo, Pau dos Ferros toma um papel diferencial dessa nova organização da rede urbana interiorizada do Rio Grande do Norte, com uma centralidade urbana de destaque sem estar localizada em uma porção privilegiada das novas economias.

4.2 A REGIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS POTIGUARES E A POLARIZAÇÃO DAS CIDADES

Os estudos que elegem as atividades econômicas e suas ações produtivas no território parecem ainda deixar em segundo plano algumas particularidades regionais importantes para entender a organização do espaço urbano e regional de uma cidade¹⁴³. E, no Rio Grande do Norte, chama-nos a atenção a dimensão da economia urbana e a dinâmica populacional de cidades acionadas pelo grande capital nas últimas décadas.

Quando nos propomos estudar a estruturação do território, não podemos nos restringir à análise ampliada do urbano, não somente à cidade, mas analisando-a

¹⁴³ Um exemplo seria a metodologia utilizada no estudo da REGIC (IBGE, 2008) que não contemplou um trabalho de campo em todas as cidades brasileiras e que, deste modo, pode ter deixado de mostrar algumas especificidades da realidade regional.

inserida em uma escala maior, a da região (LIMONAD, 1996). Assim, Pau dos Ferros e região estão inseridas em um contexto econômico distante do restante do território potiguar, vista a difusão de novas estruturas produtivas instaladas em diversas áreas do estado, modificando a organização do sistema de cidades (SANTOS, 2001; FELIPE, 2010).

A atividade produtiva, que teoricamente geraria riqueza e trabalho, como também deveria proporcionar uma melhor distribuição de benefícios socioeconômicos à população, tem nos mostrado grandes distorções regionais e possibilitado o surgimento de verdadeiras regiões econômicas.

O território potiguar é recortado, porém, integrado, às novas economias globalizadas, inseridas em um circuito espacial de produção (SANTOS, 2008c [1988])¹⁴⁴. Sobre esse momento, Felipe (2010) explica que a situação econômica verificada no mundo, com uma diversidade de atividades econômicas de destaque, assumiram um papel importante na reestruturação do território potiguar, substituindo, em grande parte, o modelo econômico tradicional, caracterizado pelas produções canavieira, algodoeira e pecuária.

Como assinalado por Azevedo (2013), nos anos 1980, a reestruturação das atividades econômicas promoveu mudanças no processo de produção do espaço potiguar, o que trouxe a atuação do Estado na descentralização das instituições para as principais cidades do interior, processo que teve início na década de 1990. Temos, ainda, o movimento do capital privado, que injetou investimentos nas novas atividades ligadas principalmente à agropecuária, ao turismo, à mineração e à indústria têxtil, possibilitando uma maior difusão de atividades urbanas mais desenvolvidas ligadas à construção civil, ao comércio e serviços (Ibid.). A cidade de Mossoró é, diante desse processo, o melhor exemplo no Rio Grande do Norte para se entender a reorganização do território a partir da produção globalizada de algumas das principais atividades econômicas do estado (ELIAS, PEQUENO, 2010).

O terciário mais desenvolvido está na cidade de Natal que exerce uma influência em todo o estado¹⁴⁵, e ganha destaque na rede urbana potiguar por encabeçar sua região metropolitana como principal centralidade. Em situações

¹⁴⁴ Segundo Santos (2008c [1988], p. 56), os “[...] circuitos espaciais de produção seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final”.

¹⁴⁵ Como já destacamos no início do trabalho, a cidade de Natal assume o papel de principal centro da rede urbana estadual, sendo classificada pela REGIC 2007 (IBGE, 2008) como “Centro Regional A”.

semelhantes ao que ocorre em Natal, estas centralidades são alimentadas por várias interconexões de rede de transportes, onde estão concentradas as mais densas redes de negócios, comércio por atacado e varejo, comércio de massa e serviços diversos voltados para pessoas e empresas (SPOSITO, 1998).

Na Região Metropolitana de Natal, principalmente nos municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante, onde se concentra o maior parque industrial do estado, um dos principais indutores da organização espacial da região, atraindo população e redefinindo a influência de Natal sobre o restante do estado.

No que diz respeito ao processo de urbanização no Brasil, Geiger (1963) já havia colocado em sua obra que a industrialização era um dos maiores indutores na organização do espaço nas cidades, expondo termos e variáveis desse processo.

Como podemos perceber na tabela 06, a seguir, que trata do número de estabelecimentos por grande setor de atividade, as cidades que mais se destacam são aquelas localizadas na Região Metropolitana de Natal e as que sediam uma importante atividade econômica do estado.

Tabela 06 – Rio Grande do Norte: principais cidades por número de estabelecimentos e setores de atividade (2014)

(continua)

CIDADE	GRANDES SETORES DE ATIVIDADE							PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS ¹⁴⁶
	Serviços	Comércio	Construção Civil	Indústria de Transformação	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	Outros*	Total	
Natal	8.974	8.089	2.027	1284	137	111	20.622	Terciário, indústria, turismo
Mossoró	1.920	2.365	556	525	103	88	5.557	Terciário, agronegócio da fruticultura, extração de petróleo, extração de sal
Parnamirim	1.173	1.653	403	357	26	19	3.631	Terciário, indústria, turismo
Caicó	387	651	92	200	21	7	1.358	Terciário mineração

¹⁴⁶ Sobre a setorialização das novas economias do Rio Grande do Norte, ver os trabalhos de Felipe (2010) e Felipe e Carvalho (2004) e os dados do IDEMA (2014).

<i>Assú</i>	213	471	70	66	35	8	863	Agronegócio da fruticultura, extração de petróleo
<i>Currais Novos</i>	252	412	54	73	22	16	829	Mineração, terciário
<i>São Gonçalo do Amarante</i>	182	336	129	108	41	13	809	Indústria, turismo
<i>Macaíba</i>	181	347	36	163	56	14	797	Indústria
<i>Ceara-Mirim</i>	137	304	57	45	70	7	620	Indústria
<i>Pau dos Ferros</i>	154	330	16	35	2	3	540	Terciário

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra, jul., 2016, com base nos dados extraídos do sistema RAIS/CAGED (MTE, 2016). (*) Esta variável corresponde ao total de estabelecimentos dos setores da administração pública, extrativismo mineral e de serviços industriais de utilidade pública.

A cidade de Natal (803.811 habitantes), além de abrigar mais que o triplo da população da segunda maior cidade do estado (Mossoró, 237.281 habitantes), concentra a maior parte dos estabelecimentos de atividade em relação aos principais centros do estado (20.622 estabelecimentos) (MTE, 2016; IBGE, 2011). Um dos principais indutores destes números é a atividade turística praticada no litoral Leste do Rio Grande do Norte que, desde a década de 1990, passou a ser uma das principais alternativas para o desenvolvimento econômico do estado (FREIRE; CLEMENTINO, 2011).

No Rio Grande do Norte, podemos dizer que o turismo participa notoriamente da reestruturação produtiva no estado nas últimas décadas, e teve sua maior impulsão nos anos de 1990, com os programas governamentais de apoio à atividade¹⁴⁷. Com isso, o turismo em Natal e região está associado a uma cadeia de atividades correlatas, como a indústria da construção civil, de alimentos e bebidas, e a oferta de serviços na área da educação e saúde (FONSECA, 2004). Para tanto, há na região

¹⁴⁷ Como alertado por Fonseca (2004), os investimentos do poder público na região materializada nos grandes projetos de estruturação urbano-regional, voltados ao turismo no litoral nordestino nas últimas décadas, foram advindos do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE), em sua primeira etapa, e na segunda (PRODETUR/NE II).

uma atenção com a infraestrutura voltada para essa atividade, principalmente com a modernização de aeroportos e a construção/ampliação de estradas. Assim, temos a concepção e execução de uma estruturação que tem, nos seus objetos e nas suas ações (SANTOS, 2004c [1996])¹⁴⁸, uma maior evidência da capital, possibilitando a abertura de diversas demandas do mundo globalizado.

Evidenciamos com isso que, embora alguns estudiosos, como Silva (2001) e Fonseca (2004), apontarem a tendência da atividade turística ocupar áreas distantes dos grandes centros urbanos¹⁴⁹, tendo em vista estas permanecerem ainda com sua natureza em um estado de conservação e, por isso, se constituírem como um dos principais aspectos que atraem os agentes econômicos envolvidos. Desse modo, percebemos que a maior parte da estrutura turística está no litoral Leste do Rio Grande do Norte, porção do território onde se encontram algumas das maiores cidades do estado.

A outra centralidade que se destaca no território norte-rio-grandense é a cidade de Mossoró, localizada na porção noroeste do estado. Como também já afirmamos em outra oportunidade (BEZERRA, 2013), nessa região, a cidade de Mossoró assume a posição de comando na organização espacial, polarizando seu conteúdo econômico e demográfico, e extrapolando sua área de influência para além dos limites político-administrativos do estado (ELIAS; PEQUENO, 2010).

A região de Mossoró abriga importantes atividades econômicas do Rio Grande do Norte, como o cultivo de frutas tropicais irrigadas, a exploração de petróleo e gás, além de comandar o processo de modernização da produção de sal, a partir do final da década de 1990 (FELIPE, 2010).

A produção de frutas tropicais irrigadas está inserida no rol das atividades agrícolas e agroindustriais intensivas voltadas principalmente para exportação (ALBANO, 2011). Esta atividade apresenta técnicas e moldes de manuseio com altíssimo conteúdo científico e segue um rigoroso controle no processo de produção exigido pelos compradores estrangeiros (Ibid.). De acordo com os dados da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX, 2014), o melão é o

¹⁴⁸ Segundo Santos (2004c [1996], p. 39), “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.”

¹⁴⁹ Essa é uma afirmação baseada a partir da teoria das localidades centrais formulada por Christaller (1966).

principal produto de exportação do estado, aparecendo bem depois do coco e castanha de caju, tecidos e do sal (Figura 05).

Figura 05 – Rio Grande do Norte: percentual do valor (US\$) de exportações por produto (2014)



Fonte: SECEX (2014). Valor total das exportações em 2014: 251 milhões de dólares.

Nesse meio, é possível observar uma gradativa substituição da lavoura alimentar e da atividade criatória, voltadas para abastecimento do mercado local e regional em alguns municípios, intensificadas pela atuação da grande empresa do setor do agronegócio, que exige vultosos capitais, mecanização, agrotóxicos e tecnologia na produção, e vastas extensões de terras, casos estes retratados por Albano (2011).

Segundo Elias e Pequeno (2010), o processo produtivo que envolve insumos e serviços vinculados às empresas agrícolas, decorrente do processo de modernização da agricultura na região, possibilitou a acentuação da urbanização de Mossoró que surge como principal centro do Oeste Potiguar, o que é capaz de sustentar as demandas produtivas vinculadas à modernização da agricultura em toda a sua área de influência. Como ocorre em Mossoró, estas atividades:

[...] têm o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais demandas, convertendo-as no seu laboratório, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários a sua realização. Quanto mais modernas se tornam essas atividades, mais urbana se torna a sua regulação (ELIAS, 2006, p.59-60).

A cidade de Mossoró, objeto de alguns estudos¹⁵⁰ que abordaram temas como economia e política urbana, redes de agronegócio, reestruturação urbana e regional, entre outros, tornou-se uma cidade de grande importância na rede urbana interiorizada do estado, compreendendo, além da agricultura irrigada, outras importantes atividades como a extração de sal marinho, que também fomenta a dinâmica urbano-regional de Mossoró.

Nessa outra porção do território potiguar, também encabeçada pela cidade de Mossoró, destacamos a Bacia Sedimentar Potiguar que compreende desde a costa Setentrional do estado do Rio Grande do Norte, passando pelos limites do Ceará no extremo Leste do estado até próximo da cidade de Fortaleza (ALEXANDRE, 2003). Como acontece com as demais grandes atividades econômicas supracitadas, a região produtora do petróleo está presente em vários municípios que se encontram sob influência de Mossoró, possibilitando, também, a difusão ainda maior da centralidade desta importante cidade do Rio Grande do Norte.

Nas últimas décadas, a extração de petróleo e gás natural na plataforma continental tem injetado milhões em impostos e *royalties*, pagos anualmente para o estado e municípios produtores (ALEXANDRE, 2003). De acordo com o IDEMA (2014), no Rio Grande do Norte, os municípios de Mossoró (R\$ 37,6 milhões), Macau (R\$ 32,5 milhões), Guamaré (R\$ 31,7 milhões) e Alto do Rodrigues (R\$ 24,1 milhões) foram os que mais receberam royalties em 2013¹⁵¹.

Como acontece com a atividade salineira e da produção de frutas tropicais, as relações mantidas para o desenvolvimento da atividade petrolífera na região possibilitam um aumento na dinâmica urbano-regional de Mossoró, uma vez que, além dos recursos repassados para o estado e os municípios, existe toda uma cadeia de empresas (nacionais e estrangeiras) e pessoas envolvidas na atividade (ELIAS; PEQUENO, 2010). Apesar da diminuição da produtividade na extração do petróleo na Bacia Potiguar, o Rio Grande do Norte continua sendo o maior produtor no Brasil em terra¹⁵².

¹⁵⁰ A cidade de Mossoró, e sua área de influência, tem sido objeto de vários estudos realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa “Globalização, Agricultura e Urbanização” (GLOBAU) da UECE, que gerou algumas teses, dissertações e publicações de grande circulação como os trabalhos de Elias e Renato (2010), Gomes (2007), Santos (2010), Romcy (2011), Queiroz (2012) e Couto (2011).

¹⁵¹ Todos os municípios não produtores de petróleo também recebem valores simbólicos de um fundo nacional que leva em consideração critérios como, por exemplo, o número de habitantes para definir o valor repassado. Como exemplo, no ano de 2013, o município de Pau dos Ferros recebeu pouco mais de R\$ 66 mil e a maior parte dos pequenos municípios da região R\$ 49,2 mil (IDEMA, 2014).

¹⁵² Ver dados sobre produtividade e *royalties* em: <http://www.anp.gov.br/>.

Este quadro geral no Rio Grande do Norte refletiu a política do Governo Federal, do início dos anos 2000, para impulsionar o crescimento da economia do Nordeste, ligada à atividade turística e à irrigação (ROCHA, 2013). Assim, as áreas de Natal e do Vale do Açu, sob o comando de Mossoró, se adequaram a esta política, em relação aos outros setores da economia, sendo que estas atividades modernas refletiram na expansão recente do setor terciário das duas maiores cidades do estado (Ibid.).

Paralelo a essas duas grandes regiões dinâmicas do estado, temos a região do Seridó que, tradicionalmente, foi conhecida pela rica reserva mineral que retorna ao contexto de exportação novamente com a *sheelita* nos municípios de Santana dos Matos, Bodó e, principalmente, Currais Novos, onde existe toda uma estrutura voltada para a exportação deste minério para o exterior (IDEMA, 2014).

Além desse processo de reestruturação econômica, percebido especialmente nestas áreas bem identificadas do nosso estado, há de se ressaltar a difusão de alguns serviços (públicos e privados) ligados à expansão da rede de ensino superior e técnico federal por todas as regiões, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); a Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA), e a mais antiga de todas, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que também passou por um processo de expansão nos últimos anos. Pau dos Ferros foi uma das cidades mais privilegiadas com essa política, tendo seu espaço dinamizado a partir da chegada destes equipamentos, movimentando toda uma cadeia de atividades ligadas ao setor de comércio e serviços (DANTAS, 2014; PAIVA, 2015).

Mesmo após esse apanhado recente das principais atividades econômicas difundidas no território potiguar, a grande maioria dos municípios encontra-se fora dessa lógica de reestruturação produtiva verificada nas últimas décadas.

Apesar da melhoria na infraestrutura das rodovias e da comunicação, os municípios localizados na periferia da rede urbana potiguar, longe dos grandes centros e das principais atividades econômicas do estado, se inseriram nesse processo de forma lenta e desigual, recebendo poucos investimentos do Estado e quase nenhuma modernização do setor produtivo por parte das empresas mais modernas aqui presentes (SANTOS, 2001).

Algumas cidades como Pau dos Ferros, Currais Novos e Caicó ainda têm, em sua região de influência, a prática de atividades ligadas à agricultura de subsistência, do próprio comércio tradicional, compreendido pelas feiras livres, de pequenas lojas e

mercearias alojadas nos bairros destes centros ou nas sedes dos pequenos municípios próximos, servindo como base para a dinâmica econômica local de boa parte das pequenas cidades do interior nordestino (IBGE, 2008; BEZERRA, 2013).

No território potiguar, certamente, as regiões do Alto Oeste e Médio Oeste Potiguar¹⁵³ são aquelas que ficam mais distantes e fora do eixo que abrigam as principais atividades econômicas do estado, sendo o conjunto de seus municípios caracterizados por baixo desenvolvimento humano e pouquíssima população.

Nesta porção do território, a cidade de Pau dos Ferros é a que mais se destaca, embora não disponha de condições socioambientais que estejam em um conjunto de fatores próprios da racionalidade do capital para que uma empresa de médio ou grande porte se instale. E pelo fato de estar a pouco mais de 150 Km de Mossoró, a própria indústria não vê Pau dos Ferros em melhores condições para sua reprodução, uma vez que Mossoró dispõe de um sistema financeiro mais vigoroso, necessário à construção de uma infraestrutura urbana como armazéns, estradas largas, logística de distribuição, além de estar mais próximo de grandes mercados consumidores do Nordeste (Natal e Fortaleza).

A nosso ver, a infraestrutura da economia regional, ou seja, os transportes, a energia e as comunicações e telecomunicações, foi demasiadamente retardada nos municípios localizados no Alto Oeste Potiguar em relação às demais regiões do estado (IICA, 2006).

Entretanto, mesmo com essas características herdadas da própria gênese do semiárido nordestino, a estruturação urbana e regional nos mostra possibilidades de leitura do processo de urbanização contemporâneo. E, para entender a cidade de Pau dos Ferros e sua região, não poderia ser diferente, ao passo que, nesta porção do território potiguar, a urbanização nos mostra que seu produto principal, a cidade e sua essência, o urbano, se apresentam como lócus da reprodução de uma região isolada, porém, integrada internamente.

Essa integração intra-regional é possibilitada por diversos fatores que têm como vetores as atividades econômicas dos municípios pela região, especialmente aquelas centralizadas em Pau dos Ferros, uma vez que alguns assumem um papel

¹⁵³ A Microrregião do Médio Oeste do Rio Grande do Norte é a porção do território mais a Leste da Região de Pau dos Ferros, localizada logo após os enclaves úmidos de Martins e Portalegre, e é compreendida pelos municípios de Campo Grande, Janduís, Messias Targino, Paraú, Triunfo Potiguar e Upanema (IBGE, 2015b).

importante no circuito produtivo de determinados seguimentos da economia regional. Temos uma região polarizada e comandada pela cidade de Pau dos Ferros que tem sua dinâmica definida a partir do processo de urbanização verificado nas últimas décadas na região, caracterizado pelas lógicas postas pela estruturação desta cidade que serve a um conjunto de municípios próximos. O reflexo da constituição dessa dimensão urbano-regional pode ser percebido pela disposição geográfica das atividades econômicas presentes na região, e a valorização regional de Pau dos Ferros.

4.3 O COMÉRCIO, OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E A VALORIZAÇÃO REGIONAL DA CIDADE

Refletindo a dinâmica socioespacial das atividades econômicas presentes no território, como entrada para entender o caso de Pau dos Ferros e sua região, enxergamos, hoje, que o mundo assiste a complexas transformações, no contexto do advento da revolução técnico-científica, marcadas pela difusão da informação, da fragmentação do conhecimento e do uso da tecnologia, mas também pela acentuação das desigualdades (HAESBAERT, 2010) que, em alguns aspectos, ilustra a realidade regional pautada por nós. Apesar das políticas implementadas, por exemplo, pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e com a abertura de crédito e financiamento para o pequeno e médio produtor rural, as desigualdades regionais, que se processam espaço-temporalmente em diferentes escalas e esferas sociais no Rio Grande do Norte, nos demandam uma reflexão permanente sobre a importância desse debate na região comandada pela cidade de Pau dos Ferros.

As atividades econômicas presentes na região são refletidas na distribuição dos estabelecimentos e empregos integrantes de toda uma estruturação espacial evidenciada especialmente a partir dos anos 2000. Com esta análise, é possível fazer uma releitura da relação campo-cidade na região, e evidenciar como a dimensão socioeconômica do território se efetua, ao passo que, mesmo no sertão, no meio do semiárido nordestino, onde o espaço rural de tradição agrícola de subsistência se

perpetua, ainda era possível encontrar pequenas lavouras de produção agrícola que utilizam técnicas modernas de plantio¹⁵⁴.

Embora o espaço rural dos municípios da região continue sendo utilizado na prática de atividades agrícolas tradicionais, essencialmente agricultura de sequeiro, além de pequenas criações de animais e de culturas como de mandioca, feijão, milho e batata-doce, esta produção serve, na maioria das vezes, para fornecer um sustento àquela unidade familiar assentada no campo ou para comercialização nas feiras livres locais.

Mesmo com este quadro permanente do homem sertanejo ainda muito presente nos pequenos municípios da região de Pau dos Ferros, observamos hoje mudanças promovidas pela difusão do espaço da modernização e da expansão do capitalismo, seja no campo ou na cidade (SANTOS, 2005 [1993]). Percebemos isso quando compreendemos que estamos passando por um processo de:

[...] criação de um mercado unificado que interessa às produções hegemônicas, leva à fragilização das atividades agrícolas periféricas ou marginais do ponto de vista do uso do capital e das tecnologias avançadas (SANTOS, 2005 [1993], p. 104).

Esta realidade, cada vez mais presente no interior do território, vem possibilitando novos recortes espaciais em que o sistema urbano não estaria apenas voltado à sua dinâmica interna, mas também às demandas de uma rede urbana interligada com outros espaços, através da fluidez do território, mediante o progresso do sistema de transportes, das comunicações e com a produção e uso das informações (Ibid.).

Este novo traço da urbanização tem-se apresentado em Pau dos Ferros e região a partir de uma combinação de atividades que são oriundas de relações necessárias entre o núcleo urbano principal e as pequenas cidades da região, estas

¹⁵⁴ No município de Pilões, ocorreu, durante a última década, a produção de fumo voltado para consumo nacional, sob a coordenação do Grupo Souza Cruz S. A., maior produtora de cigarros do Brasil e subsidiada pela British American Tobacco Plc. Toda a produção no município de Pilões (RN) era processada na unidade da empresa localizada na cidade de Patos (PB), uma das 04 espalhadas pelo país. Segundo Gama e Carneiro (2011), os produtores de Pilões, inicialmente, foram subsidiados pela empresa e produziram, no ano de 2009, mais de 76 mil toneladas de fumo seco. Atualmente, com o período de grande estiagem e, conseqüentemente, a secagem do açude municipal, toda a estrutura produtiva da atividade foi desmontada e deixou a região.

dependentes da estrutura urbano e regional concentrada em Pau dos Ferros. Esse processo visto na região de Pau dos Ferros aponta para o convergência de um:

[...] conjunto de forças, isto é, de um conjunto de eventos geografizados, porque tornados materialidade e norma. Muda, paralelamente, o valor dos lugares porque muda a situação, criando uma nova geografia. Assim, ao longo do tempo, os eventos constroem situações geográficas que podem ser demarcadas em períodos e analisadas na sua coerência (SILVEIRA, 1999, p. 22).

Algumas das pequenas cidades da região abrigam atividades produtivas representativas para a dinâmica local, como a indústria têxtil, caracterizada por fábricas de confecções que produzem diversos tipos de artigos de vestuário. Sobre esta atividade, temos os municípios de Tabuleiro Grande, com 04 empresas de roupas íntimas (empregando 44 pessoas), e São Francisco do Oeste, com 05 empresas de confecções de roupas de modas feminina e masculina (empregando 165 pessoas), que mais se destacam. Este setor emprega só não emprega mais pessoas que a administração pública (MTE, 2016)¹⁵⁵.

Neste setor, há uma informalidade caracterizada pela terceirização da produção, compreendida muitas vezes por grupos de famílias que produzem peças sob encomenda para as fábricas. Assim, temos caracterizado um circuito de fluxos inferior de produção (SANTOS, 2004a [1979])¹⁵⁶, seja o formal ou informal, mas que ascende a dinâmica socioespacial destas pequenas cidades, mesmo que a estatística oficial não nos mostre a real dimensão da atividade, no que se refere à sua escala de atuação no circuito espacial de produção (Ibid.).

Este e outros setores que se destacam em algumas pequenas cidades da região seguem uma lógica produtiva de mercado maior, vinculada a lugares estratégicos de comercialização, controle e regulação (SANTOS, 2005 [1993]). Por isso, encontramos unidades de produção com um nível de organização, controle de

¹⁵⁵ A pesquisa na base de dados do RAIS/CAGED (MTE, 2016) mostra que, em dezembro de 2015, no município de Tabuleiro Grande, existiam 267 pessoas empregadas na administração pública, situação semelhante a São Francisco do Oeste (247 pessoas empregadas na administração pública).

¹⁵⁶ Apesar de ter sido concebida há algumas décadas, a teoria sobre os dois circuitos da economia urbana proposto por Santos (2004a [1979]), ainda permanece válida para a explicação da organização e da produção do espaço nos países subdesenvolvidos.

qualidade e uma maior estrutura de máquinas,¹⁵⁷ bem como a presença de mão de obra qualificada, atuando próximo a grandes redes de varejo de moda do país, como a Riachuelo, do grupo Guararapes¹⁵⁸.

A indústria têxtil é apenas uma das atividades econômicas que possibilita à Pau dos Ferros uma relação direta com a demanda regional, a partir de sua especialização produtiva de diversos setores de atividade, o que indica sua diferenciação de outros espaços. Isso ocorre, segundo Santos (2005 [1993]), devido à oferta de produtos e aos níveis de tecnicidade e capitalização dos lugares. Apesar de toda produção estar assentada nestes pequenos municípios, as transações bancárias, pagamentos e encomendas dos produtos são todos realizados em Pau dos Ferros.

A divisão territorial do trabalho, ainda segundo Santos (2005 [1993]), é um reflexo dessa nova tendência que a urbanização vem tomando desde o final do século passado e que vem, gradativamente, preenchendo as cidades e as regiões, com inovações materiais e imateriais, como também exigindo uma maior velocidade nas relações entre os lugares e as pessoas.

A ruptura nas formas tradicionais da economia nos mostra que a reestruturação do espaço e o reflexo das novas exigências do capital no mundo moderno também se apresentam na cidade de Pau dos Ferros e tem, na sua região, um apêndice da sua dinâmica interna. Dito isso, percebemos que os setores de atividade estão cada vez mais flexíveis e difíceis de identificação, como aquelas ligadas ao setor financeiro, o que demonstra um acentuado processo de especialização do trabalho (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

No que se refere às pequenas cidades da região, o terciário se apresenta como o maior responsável pela expansão de sua urbanização e nova configuração urbano-regional. Aliado ao crescimento urbano de Pau dos Ferros, temos a revolução do consumo da qual a população vem, gradualmente, participando a mando do grande capital, reconhecendo que “[...] a mundialização da vida econômica e a globalização

¹⁵⁷ A maior empresa do setor na região é a Porfírios Confecções, localizada na cidade de São Francisco do Oeste, sendo responsável pela produção de camisas, *shorts* e bermudas em diversos modelos. Em dezembro de 2015, a fábrica empregava 131 pessoas. O site da empresa é: <http://www.porfirios.com.br/>

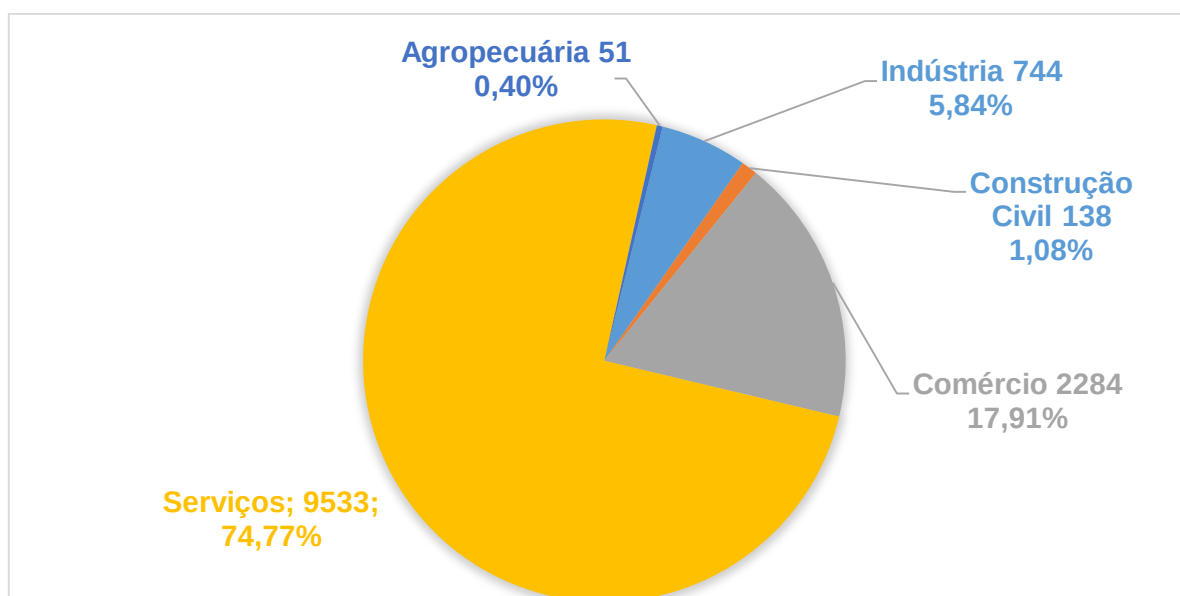
¹⁵⁸ O grupo Guararapes, criado originalmente em Natal (RN), é proprietário da rede de lojas Riachuelo, uma das maiores do país, atualmente, com 289 lojas e 613,1 mil m² de área de vendas. Ver detalhes sobre a empresa no site: <http://ri.riachuelo.com.br/>

dos valores e práticas constituem um vetor importante de estabelecimento de fluxos de toda natureza [...]” (SPOSITO, 2011, p. 126).

Deste modo, o terciário se apresenta como o setor que vai se reproduzir a partir desse novo tempo da globalização da economia e do consumo, representando, nas cidades que compõem a região de Pau dos Ferros, mais de 75% das ocupações no setor de serviços e quase 18% no comércio (Gráfico 01; MTE, 2016). Este setor é o maior responsável pela dinâmica interna e regional de Pau dos Ferros, e vetor que revela a configuração urbano-regional de Pau dos Ferros.

Além disso, a expansão do terciário em Pau dos Ferros está associada à situação geográfica em que esta cidade se encontra na região em relação às demais cidades pertencentes à sua rede, como também a relação com os nós de maior centralidade fora da região (SILVEIRA, 1999). Deste modo, no atual estágio da globalização, o que permite a articulação entre o próximo e o distante, há a tensão entre escalas e redes, e a estruturação do espaço evidenciado em Pau dos Ferros enseja uma combinação de fatores na dinâmica socioespacial de caráter mais local das pequenas cidades, mas que estão inseridas no processo contemporâneo de especialização produtiva nas cidades (SPOSITO, 2011).

Gráfico 01 – Região de Pau dos Ferros: estoque de emprego segundo grande setor de atividade (2014)



Fonte: Organizado por Josué A. Bezerra, jun.2016, a partir dos dados da RAIS (MTE, 2016).

Os pequenos municípios oferecem pouquíssimos serviços públicos, bem como dispõem de aparelhos precários para atender às necessidades das famílias residentes tanto nas sedes destes, como nas zonas rurais espalhadas no interior destes municípios.

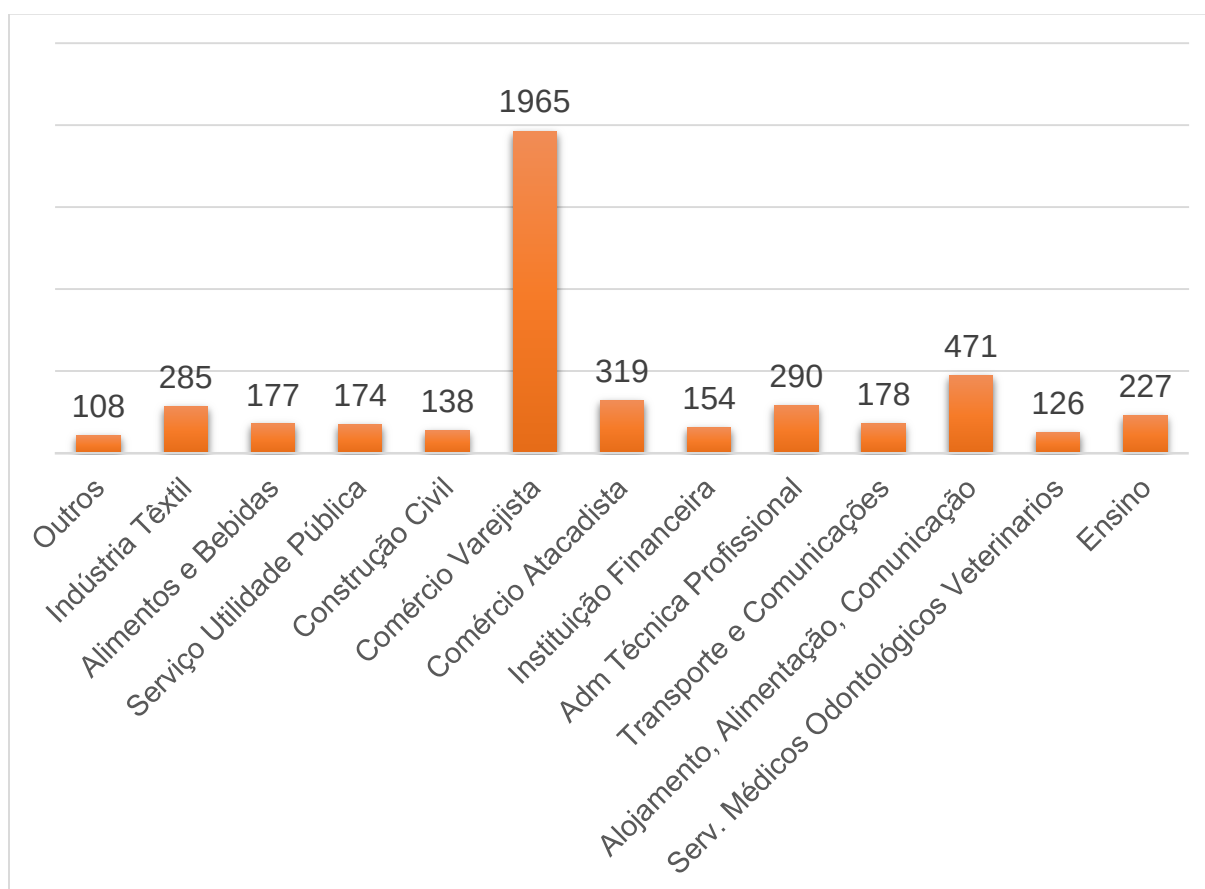
A estruturação do território, possibilitada especialmente pelas políticas públicas providenciadas por governos em diversas escalas e temporalidades, se reproduziu, muitas vezes, de fora para dentro, com o apoio de um poder local (GOMES, 1998). Reflexo dessa conjuntura é a quantidade de empregos nas prefeituras e repartições públicas estaduais nas pequenas cidades que, muitas vezes, sem concurso público, representa a principal fonte de renda da população local.

Segundo os dados da RAIS/CAGED (MTE, 2015), em 2014, 62.89% (8.087) dos empregados formais nos municípios da região estão vinculados ao setor na administração pública, seguido do setor do comércio varejista, com 1.965 empregados (Gráfico 02, na página seguinte).

Os setores de atividades, especialmente o comércio e os serviços especializados, articulam os lugares, a partir dos ditos da economia política, gerando estruturas espaciais favoráveis para a conformação da cidade e região de Pau dos Ferros. A sua compreensão, nesta escala do território, pode ser percebida também pela apreensão da natureza, na difusão da atividade turística nos enclaves úmidos em alguns municípios da região e sua associação ao mercado imobiliário; a permanência e a modernização do comércio, com novas estruturas e funcionalidades do espaço urbano e regional de Pau dos Ferros; a difusão das redes associativistas de supermercado, como nova forma de organização dos comerciantes locais para resistir e crescer no mercado moderno e globalizado do setor; a financeirização da sociedade e do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001), com a ampliação de agências e correspondentes bancários¹⁵⁹, na oferta de serviços e produtos das instituições financeiras à população; os serviços especializados de saúde cada vez mais concentrados; e a expansão do ensino superior e técnico na região, realidade até pouco tempo disponível apenas nos grandes centros urbanos.

¹⁵⁹ De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB, 2015, p.?), "Os correspondentes são empresas contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições. Entre os correspondentes mais conhecidos encontram-se as lotéricas e o banco postal. As próprias instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central podem ser contratadas como correspondente".

Gráfico 02 – Região de Pau dos Ferros: número de ocupações por setores de atividade (2014)¹⁶⁰



Fonte: Organização de Josué Alencar Bezerra, a partir dos dados da RAIS/CAGED (MTE, 2015).

Este panorama mais recente, com a estruturação do espaço comandado por Pau dos Ferros, tendo em vista as lógicas de localização das empresas e instituições públicas, como também de circulação de bens, aliado à sua situação geográfica no território, faz com que haja uma nova forma de interação entre os lugares que elucidam nossa hipótese neste trabalho.

4.3.1 O turismo serrano e a expansão imobiliária

As atividades econômicas presentes nos pequenos municípios da região sob o comando de Pau dos Ferros não apresentam um dinamismo sustentável no que se

¹⁶⁰ Como assinalamos, o maior número de ocupações na região está no setor da administração pública com 8.087 empregados (MTE, 2015), número bem discrepante em relação aos demais setores, o que dificultaria a apresentação no gráfico.

refere à geração de renda e emprego nesta dimensão do território. Todavia, o turismo proporciona, na região, uma das atividades potencialmente desenvolvidas em cidades como Portalegre e Martins, especialmente a partir dos anos 2000, com a difusão de políticas de interiorização da atividade no país, através do Ministério do Turismo (BRASIL, 2006).¹⁶¹

A geomorfologia do lugar, com algumas das maiores serras e rios do estado, ao lado da atividade agropecuária na qual se formou a região, representou por muito tempo a principal paisagem desta porção do semiárido potiguar. Os acidentes geográficos que modelam o relevo da região, característicos da depressão sertaneja, e sob a influência da chapada do Apodi e do planalto da Borborema, fazem com que o clima das áreas de serra se conjuguem a dar uma cobertura vegetal diferenciada, aferindo especificidades locais importantes, se considerarmos as características regionais do semiárido, com altas temperaturas e escassez de água (IDEMA, 2014).

Nos terrenos que apresentam este relevo diferenciado em relação ao restante do estado, há alguns enclaves úmidos de altitude média localizados nessa região (Serra de São José, em Luís Gomes – 831m.; Serra de Martins, em Martins – 760m e Serra de Portalegre, em Portalegre – 703m), e nas sedes destes municípios, aliado a estes componentes ambientais, existem hotéis, pousadas, restaurantes, mirantes e outros equipamentos que possibilitam a exploração dessa atividade na região (Figuras 06 e 07) (IDEMA, 2014).

No Rio Grande do Norte, foram criados 05 regiões turísticas identificadas pelo Ministério do Turismo – Polo Costa das Dunas; Polo Agreste/Trairi; Polo Costa Branca e Polo Serrano. Este último, diferentemente dos outros que exploram as praias e demais recursos da natureza no litoral, privilegia as potencialidades relacionadas ao clima e à culinária local, presentes em Martins, Portalegre e São Miguel.

¹⁶¹ No Rio Grande do Norte, esta política possibilitou a criação de 05 regiões turísticas identificadas como: Polo Costa das Dunas; Polo Agreste/Trairi; Polo Costa Branca e Polo Serrano. Este último contempla alguns municípios da Região de Pau dos Ferros, como Martins, Portalegre e São Miguel. Os demais municípios inseridos no Polo Serrano são: Alexandria, Antônio Martins, Campo Grande, Doutor Severiano, Felipe Guerra, Lucrécia, Luiz Gomes, Major Sales, Patu, Pau dos Ferros, Venha Ver e Viçosa (BRASIL, 2006).

Figura 06 – Portalegre (RN): entrada da cidade



Fonte: Josué A. Bezerra, dez.,2014.

Figura 07 – Martins (RN): Hotel Chale dos Ingás



Fonte: Josué A. Bezerra, dez.,2014.

Os equipamentos receptores de visitantes à região tem no setor hoteleiro seu principal equipamento, seja em hotéis ou pousadas administradas por empresas de capital local e, no máximo, regional. Os maiores estabelecimentos de hospedagem na região estão nas cidades de Pau dos Ferros, São Miguel, Martins e Portalegre. Segundo os administradores dos hotéis e pousadas lotadas nas cidades serranas de Martins e Portalegre, os turistas são os principais ocupantes dos quartos (Tabela 07), e estes são originários principalmente de Natal, Fortaleza e Mossoró.

Tabela 07 – Região de Pau dos Ferros: principais meios de hospedagem (2015)¹⁶²
(continua)

Hotel/Pousada	Cidade	Número de apartamentos	Número de leitos	Perfil do hospede¹⁶³
<i>Hotel Serrano¹⁶⁴</i>	Martins	70	280	Turistas
<i>Hertz Center Hotel</i>	Pau dos Ferros	56	93	Representantes comerciais
<i>Pousada do Anízio</i>	Pau dos Ferros	51	134	Representantes comerciais
<i>Hotel Portal da Serra</i>	Portalegre	43	110	Turistas

¹⁶² Tivemos como parâmetro na seleção destes meios de hospedagem, o cadastro no Mistério do Turismo, através do portal CADASTUR (<http://www.cadastur.turismo.gov.br/>), e sua representatividade em número de apartamentos e leitos (mínimo 15 quartos) a partir de pesquisa direta no estabelecimento.

¹⁶³ Perfil relatado pelos administradores quando da pesquisa direta nos estabelecimentos em dez., 2014.

¹⁶⁴ O Hotel Serrano faz parte do Grupo Sabino de Hotéis presente em várias cidades do Rio Grande do Norte e com sede em Mossoró.

<i>Hotel Chalé Lagoa dos Ingás</i>	Martins	40	120	Turistas
<i>Hotel Jatobá</i>	Pau dos Feros	30	58	Representantes comerciais
<i>Pousada Mão Preta</i>	Pau dos Feros	25	53	Representantes comerciais
<i>Pousada Central</i>	São Miguel	19	38	Representantes comerciais
<i>Serrano Hotel¹⁶⁵</i>	São Miguel	18	36	Representantes comerciais
<i>Pousada Parque das Serras</i>	Pau dos Feros	15	49	Representantes comerciais

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra, segundo pesquisa direta aos estabelecimentos realizada ao longo do ano de 2015.

Os estabelecimentos presentes em Pau dos Ferros e São Miguel, maiores cidades da região, assumem a função de meio de hospedagem voltados para acomodação dos representantes comerciais que, semanalmente, estão pelas cidades da região. Em visita aos principais meios de hospedagem da região, foi relatado que a ocupação dos quartos situados em Pau dos Ferros e São Miguel é maior durante a semana, quando os representantes comerciais estão visitando os estabelecimentos como supermercados, clínicas médicas ou odontológicas e lojas especializadas em algum ramo de atividade como peças automotivas, insumos agrícolas ou de assistência técnica a eletroeletrônicos. Enquanto isso, nos hotéis e pousadas situados nas serras de Martins e Portalegre, em que o perfil do hospede é o turista, a maior ocupação dos apartamentos ocorre nos fins de semana.

É importante frisar que, nos municípios serranos de Martins e Portalegre, ocorrem anualmente, nos meses de junho e julho, os festivais de inverno promovidos pelos empresários da rede hoteleira. Neste período, o preço da hospedagem torna-se mais caro devido à demanda aumentada para o período¹⁶⁶.

Um outro fenômeno identificado que está associado à exploração do setor turístico na região é a comercialização de lotes em áreas próximas às sedes dos municípios de Portalegre e Martins. O setor imobiliário vem se expandindo de forma

¹⁶⁵ O Serrano Hotel foi recentemente criado e ainda não funciona com a capacidade máxima, pois, quando de nossa pesquisa, ainda existiam 18 apartamentos sendo construídos.

¹⁶⁶ Em pesquisas em *sites* dos hotéis, no período de realização dos festivais de inverno em Portalegre e em Martins, nos mês de julho, era possível encontrar um valor individual de 825 reais para 2 diárias.

descontrolada por áreas visivelmente frágeis e sem nenhuma fiscalização de órgãos competentes no setor, devido especialmente ao fato de não existirem, nestes municípios, instrumentos de planejamento e gestão¹⁶⁷ que inibam o uso inadequado do espaço. Deste modo, percebemos o aumento do número de loteamentos habitacionais implantados nestas duas cidades, alguns em condomínios fechados (Figura 08, na página seguinte). Estas unidades, de acordo com os representantes das imobiliárias responsáveis, são voltadas para a população que visita a região e adquire o imóvel para investir, ou ainda para pessoas que trabalham em Pau dos Ferros e moram ou utilizam o imóvel nos fins de semana. As principais imobiliárias que exploram esse mercado são de Mossoró e Pau dos Ferros e seguem a mesma estratégia de comercialização e propaganda utilizada nos grandes centros urbanos (Figura 09).¹⁶⁸

Figura 08 – Martins (RN): condomínio residencial fechado Serra de Martins



Fonte: Josué A. Bezerra, dez.,2014.

Figura 09 – Portalegre (RN): panfleto/propaganda de loteamento Varandas da Serra



Fonte: MN Imóveis, 2015.

A crescente abertura de loteamentos horizontais nestes municípios está associada à oferta de crédito, para financiamento de compra do terreno e para

¹⁶⁷ Apenas o município de São Miguel dispõe de um Plano Diretor, criado em 2008, que define e regula as funções de uso e ocupação das áreas municipais (SILVA, 2015). Segundo o IBGE (2014b), até o ano de 2013, a minoria dos municípios do Rio Grande do Norte possuía um Plano Diretor, ou seja, apenas 36 de um total de 167 municípios. É importante destacar que, nesse momento, cerca de 50% dos municípios brasileiros ainda não possuíam também este importante instrumento de planejamento. Atualmente, está sendo elaborado o Plano Diretor Participativo do município de Pau dos Ferros, através do Programa “Acesso à Terra Urbanizada”, do Ministério das Cidades, executado pela equipe técnica da UFERSA, em parceria com a prefeitura e comitê gestor local.

¹⁶⁸ As principais imobiliárias que atuam nesse mercado são a MN Imóveis, de Mossoró, a Esmeraldo Imóveis e a Corrêa Imóveis, sediadas em Pau dos Ferros.

construção da habitação, pelos programas habitacionais do Governo Federal¹⁶⁹, como também, em casos cada vez mais frequentes nos loteamentos populares, a prática das autoconstruções, em que os próprios proprietários trabalham na obra e/ou pagam diárias para 01 ou 02 funcionários, no máximo, para construir sua casa.

Essa não é uma prática apenas destas duas cidades serranas, mas tem sido muito comum a abertura de loteamentos habitacionais em algumas outras pequenas cidades da região, especialmente aquelas próximas a Pau dos Ferros, para abrigar a população que estuda ou trabalha neste centro. Nestes pequenos espaços, é possível detectar o surgimento de verdadeiros bairros a poucos metros do centro ou mais afastados, em áreas que foram preparadas para a incorporação do imóvel (Figuras 10 e 11, a seguir).

Figura 10 – São Francisco do Oeste (RN): casas recém-construídas em loteamento



Fonte: Josué A. Bezerra, dez.,2014.

Figura 11 – Tenente Ananias (RN): construção de condomínio habitacional fechado



Fonte: Josué A. Bezerra, dez.,2014.

A proximidade entre as cidades de Pau dos Ferros com Portalegre (29 km) e Martins (48 km) possibilita que o potencial turístico presente nestas áreas serranas seja voltado não apenas para o visitante de fora da região, mas se apresente como um roteiro de lazer e consumo para as pessoas de maior renda que trabalham em Pau dos Ferros e se deslocam para estas cidades, seja para almoçar em bons

¹⁶⁹ O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), lançado pelo Governo Federal em 2009 e gerenciado pelo Ministério das Cidades, é o maior responsável pela construção das novas moradias nestes loteamentos recém-criados, sendo sua operacionalização financeira realizada pela Caixa Econômica Federal (CEF). O PMCMV é um programa que tem como objetivo a produção de unidades habitacionais que, depois de concluídas, são vendidas sem arrendamento prévio às famílias de diversas faixas de renda (CEF, 2015).

restaurantes em mirantes, e/ou utilizar os equipamentos de lazer, como piscinas e salão de jogos dos principais hotéis das cidades.

O setor imobiliário se apresenta também nas pequenas cidades da região, não apenas as que detém potencial turístico, como um reflexo da desigualdade socioespacial, cada vez mais comum no ambiente urbano, com dissemos em outra oportunidade (BEZERRA; LIMA, 2011). Com a seleção de áreas mais privilegiadas para o capital imobiliário, com a participação dos proprietários fundiários e do poder público, já é possível encontrar bairros segregados mesmo neste tamanho de cidade (ROMA, 2008).

Por outro lado, o turismo e o setor imobiliário participam de uma cadeia de atividades, como nos ramos de transporte e comunicações, na indústria de alimentos e bebidas, no extrativismo mineral, nos serviços de saúde e ensino, e no comércio como um todo¹⁷⁰, que dinamizam o comércio local e da região, e estas atividades estão bem mais dispostas em Pau dos Ferros, cidade onde a maior parte dos insumos ligados a essas atividades estão concentrados.

Isso posto, mesmo não dispondo de todos os equipamentos e serviços disponíveis em um grande centro, Pau dos Ferros assume o papel de atender a uma parcela significativa da população destas pequenas cidades, no que se refere a bens e serviços especializados, suprimindo, inclusive, aqueles de consumo imediato da população regional.

No ambiente das pequenas cidades, a atividade terciária, setor responsável pela dinâmica social e econômica destes espaços, vem passando por algumas mudanças na sua organização e forma de atuação, adequando-se às demandas do mercado consumidor local, que vão desde a presença/aumento do número de estabelecimentos físicos, prestadores de serviço ou de prática comercial de capital local, à chegada de concessionárias e franquias nacionais de diversos seguimentos, particularmente em Pau dos Ferros, o que proporciona a articulação à renda dos consumidores destas cidades, como também seleciona e concentra espacialmente os estabelecimentos e fluxos de consumidores e trabalhadores (SILVA, 2014).

¹⁷⁰ Estes são alguns dos principais subsetores de atividades utilizados pelo MTE (2016), no sistema de dados do RAIS/CAGED, que considera a classificação do IBGE (2015a).

4.3.2 Comércio tradicional e moderno: atividade espacialmente seletiva e concentrada

Os ramos de atividades comerciais na contemporaneidade são relevantes para a compreensão dos novos traços da reestruturação urbana e conformação das cidades em diversos níveis da rede urbana (SPOSITO, 2011). Para uma leitura mais aproximada dessa realidade, torna-se necessária a obtenção de dados e informações que permitam a problematização da realidade regional e a relação entre os setores da economia em diversas escalas geográficas.

Primeiramente, é preciso entender que as formas de comercializar, segundo Pintaudi (1984, p.34), significam “[...] trocar produtos ou valores de uso, ou seja, bens que são produzidos para serem trocados, vendidos, e não para serem consumidos imediatamente”. E as formas de organização que o comércio apresenta na cidade mudam, pois são reflexo de práticas cumulativas de consumo e estão ligadas às inovações da atividade industrial (Ibid.).

Em Pau dos Ferros, as atividades terciárias, especialmente o comércio, tiveram sua origem confundida com a criação da cidade, o que não é diferente na história da cidade (MUMFORD, 1998 [1982]). Como apontado por Silva e Silva (1998) e, mais recentemente, por Farias (2015), a feira livre e o mercado público municipal se constituem como as primeiras menções dessa atividade na região. Contudo, antes disso, na localidade, já existia um entreposto comercial específico para a venda de gado e de produtos de origem deste animal. Praticamente, todas as cidades da região construíram seus mercados públicos e possuíam suas feiras livres (BARRETO, 1987).

Nota-se que as relações comerciais simplificadas na praça de mercado foram responsáveis por favorecer de forma considerável o crescimento das cidades e as relações estabelecidas entre as muitas que se formavam. Nesse sentido, Mumford (1998 [1982], p. 446) afirma que “[...] o resultado final do capitalismo foi introduzir os costumes de praça de mercado, de maneira universal, em todos os cantos da cidade: nenhuma parte dela ficava imune à mudança, se esta pudesse ser conseguida em troca de um lucro”. Ou seja, a cidade comercial foi sendo construída literalmente para o comércio e concomitante a este. O capitalismo introduziu na cidade a ideia de mercado de forma tão intensa que as formas espaciais foram sendo substituídas à medida que o mercado exigia. De acordo com Mumford (1998 [1982], p. 449),

[...] não importa o quanto pudessem ser veneráveis aqueles velhos usos, ou o quanto fossem salutares para a existência da própria cidade, eram sacrificados ao tráfego rápido ou ao ganho financeiro.

Já sobre os mercados, Pintaudi (2006, p. 82) aponta que sua presença na cidade “[...] nunca foi questionada como local de abastecimento de produtos, enquanto, em diferentes sociedades, perdurou o costume de ali realizarem as trocas necessárias à reprodução da vida”. Nas últimas décadas, estes sofreram várias modificações estruturais e funcionais que vão desde a revalorização histórico-patrimonial da edificação e melhorias nos serviços encontrados naquele espaço, até a depredação e abandono do poder público local do equipamento (Id., 2006; 2011).

As mudanças que se realizam nas cidades a partir do comércio se dão mediante o consumo e a descentralização da produção, providenciadas pela estruturação dos espaços (PINTAUDI, 1989). Para isso, torna-se importante considerar que a organização do espaço do comércio está atrelada à atuação dos três níveis de abordagem no setor: com as grandes empresas, cujo os grupos econômicos e suas redes comandam de forma hegemônica todas as etapas de produção e consumo; as empresas intermediárias, representadas, em muitos casos, pelas franquias, respondem diretamente pelas grandes empresas em diversas escalas geográficas, e os empreendimentos de capital local que, mesmo pequenos, estão articulados a outros níveis de capitais (CACHINHO, 1999).

O consumo de bens e serviços passa a ser um dos principais parâmetros para entender o funcionamento das sociedades urbanas nos dias de hoje, sendo que sua localização nas áreas centrais das cidades passa a ser vista como lugar de reunião de pessoas (SILVA, 2014). As maiores criações do comércio, tendo em vista o propósito de aproximação da mercadoria do consumidor (auto-serviço), possibilitou o surgimento de vários equipamentos característicos da cidade moderna, como os supermercados, os hipermercados, os *shoppings centers*, o sistema de franquias, as lojas de conveniência, o *delivery* e o comércio virtual (PINTAUDI, 1989, 2014; SILVA, 2014;).

Este processo está presente em Pau dos Ferros, não da forma mais ampliada e complexa como nas grandes cidades, mas de uma forma a possibilitar a criação e o desenvolvimento de diferentes estruturas comerciais, responsáveis por assegurar a

uma demanda regional um modelo de consumo contemporâneo que envolve mudanças na produção, distribuição e comercialização das mercadorias (PINTAUDI, 1989).

Na geografia, lê-se o consumo como um processo econômico que, para ser compreendido, necessita identificar os consumidores do espaço, bem como as práticas dos comerciantes e de abastecimento dos consumidores (CACHINHO, 1999).

O comércio moderno, nestes centros urbanos não metropolitanos, como ocorre em Pau dos Ferros, imita o existente nas grandes cidades, com a multiplicação das rodovias, entre outros fatores, que vieram juntamente com as mudanças sociais e políticas ocorridas nas duas últimas décadas, o que favoreceu a acentuação das diferenças e desequilíbrios no crescimento econômico e no desenvolvimento humano nas regiões.

As dificuldades proporcionadas pelo fraco desempenho produtivo de algumas culturas, como o algodão, a oiticica e a cera de carnaúba, fizeram com que se acentuasse o desemprego rural e urbano em grande parte dos pequenos municípios do interior do estado (SILVA; GOMES; SILVA, 2009). Este fato foi, sem dúvida, um dos condicionantes para a fuga de parte da população rural destes municípios para as suas sedes municipais ou para as cidades maiores no Rio Grande do Norte ou em outro estado (Ibid.).

No contexto mais recente da urbanização, alguns centros urbanos intermediários no Rio Grande do Norte assumem um papel importante na centralidade urbana no interior do estado, mesmo que estes centros não abriguem uma importante atividade econômica em seu território, como é o caso de Pau dos Ferros.

Nesta região, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) mostra-se muito importante, como forma de sustentação de muitas famílias, a partir da implementação do Plano Brasil sem Miséria ou do Programa Bolsa Família, implantados na última década¹⁷¹, mas que surgem mediante um conjunto de ações que, além de minimizar a pobreza e permitir o acesso a produtos e serviços, até então

¹⁷¹ As políticas públicas de assistência social, implementadas desde o início dos anos 2000, inseridas nos períodos de gestão dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016), proporcionaram importantes ações de combate à fome e à pobreza, particularmente, nestas áreas menos desenvolvidas do interior nordestino. Segundo Lima (2014), e a partir do IPEA (2012), a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a implementação do Programa Fome Zero, a rearticulação e expansão dos programas de transferências direta de renda, como o Bolsa Família, mostram-se como importantes difusores do acesso às políticas sociais para a população que ainda está fora do sistema de proteção social.

escassos em regiões como a de Pau dos Ferros, traz a reboque a circulação e dinamização do setor financeiro, comércio e serviços privados de caráter regional (LIMA, 2014).

A compreensão dos relacionamentos entre os lugares, considerando as distâncias das unidades produtivas e de gestão das pessoas, fez com que as empresas privadas e o Estado repensassem as formas de administrar e atender a regiões que se encontram em situações favoráveis a um desenvolvimento econômico e institucional (IBGE, 2014a).

E a cidade de Pau dos Ferros se enquadra nessa situação por dispor de um mercado consumidor ainda não devidamente explorado pelas grandes empresas do ramo do comércio varejista. Aliado a isso, a região dispõe de uma mão-de-obra relativamente qualificada e barata, elemento fundamental para atração das empresas de capital externo para a região (SEBRAE, 2010).

Os dados sobre o número de estabelecimentos por grande setor da atividade na região mostram o quanto a atividade comercial é representativa para as cidades, correspondendo 59,55% do total (Tabela 08).

Tabela 08 – Região de Pau dos Ferros: número de estabelecimentos por grande setor de atividade (2014)

(continua)

<i>Municípios</i>	<i>Indústria</i>	<i>Const. Civil</i>	<i>Comércio</i>	<i>Serviços</i>	<i>Agropecuária</i>	<i>Total</i>
<i>Pau dos Ferros</i>	36	16	330	156	2	540
<i>São Miguel</i>	4	2	90	27	2	125
<i>Alexandria</i>	4	1	42	20	1	68
<i>Martins</i>	3	1	34	17	1	56
<i>Portalegre</i>	1	18	14	12	1	46
<i>Tenente Ananias</i>	5	1	19	7	1	33
<i>Luís Gomes</i>	1	0	18	6	0	25
<i>Serrinha dos Pintos</i>	0	2	17	4	0	23
<i>Marcelino Vieira</i>	1	1	12	6	1	21
<i>São Francisco do Oeste</i>	7	1	9	3	0	20
<i>Rafael Fernandes</i>	1	2	11	5	0	19
<i>Doutor Severiano</i>	0	0	13	4	0	17
<i>Francisco Dantas</i>	0	6	4	6	0	16
<i>Pilões</i>	0	0	11	5	0	16

<i>Encanto</i>	3	0	7	5	0	15
<i>José da Penha</i>	1	0	8	4	0	13
<i>Taboleiro Grande</i>	2	0	6	3	0	11
<i>Riacho da Cruz</i>	0	1	3	4	1	9
<i>Água Nova</i>	0	0	4	4	0	8
<i>Coronel João Pessoa</i>	0	0	4	4	0	8
<i>Major Sales</i>	0	0	2	4	1	7
<i>Paraná</i>	1	0	2	4	0	7
<i>Venha-Ver</i>	0	0	2	3	0	5
<i>Viçosa</i>	0	0	1	3	0	4
<i>Riacho de Santana</i>	0	0	1	2	0	3
TOTAL	70	52	664	318	11	1.115

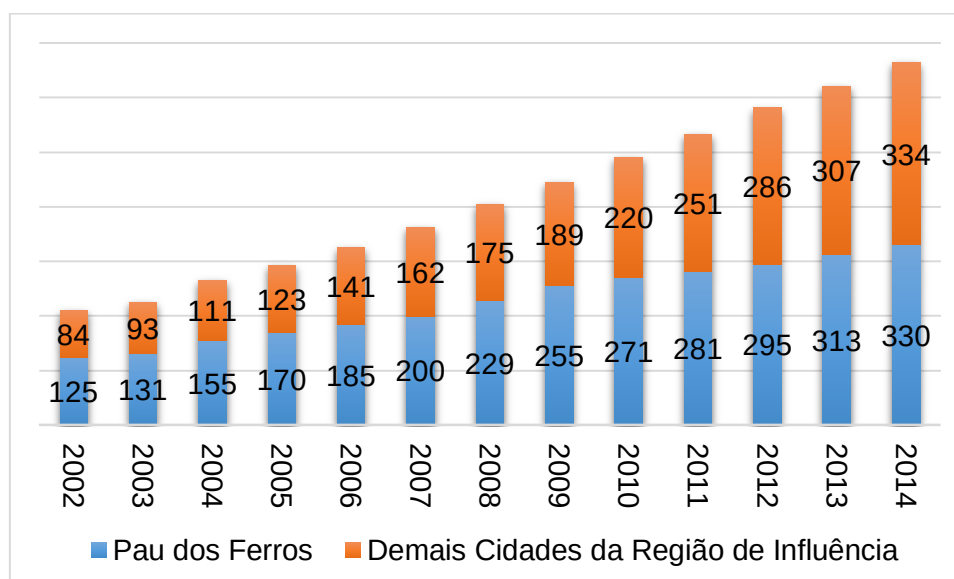
Fonte: Dados extraídos do Sistema RAIS/CAGED (MTE, 2016).

As cidades de Pau dos Ferros, São Miguel, Alexandria e Martins são as que concentram a maioria dos estabelecimentos (74,69%). Contudo, Pau dos Ferros apresenta as melhores condições para a difusão do terciário, uma vez que dispõe de uma boa infraestrutura para estocagem e distribuição de mercadoria, como também de um sistema de transporte favorável, devido à sua situação geográfica na região (MTE, 2016).

Nesta cidade, o comércio de bens e serviços aparece de forma muito mais abrangente, tendo em vista as necessidades ou imposições do sistema de consumo à população. Em Pau dos Ferros, temos os estabelecimentos do comércio e de serviços como os que mais representam a reprodução do modo capitalista de produção na cidade. Ao considerarmos apenas o setor comercial, observamos, a partir dos dados da RAIS/CAGED, um progressivo crescimento do número de estabelecimentos ao longo dos anos de 2002 a 2014 (Gráfico 03, na página seguinte).

É possível perceber que, ao longo desse período, a cidade de Pau dos Ferros se projetou juntamente com os demais municípios da região com um progressivo crescimento comercial, abrigando, em vários momentos, mais da metade dos estabelecimentos de todas as demais cidades da região, o que reafirma sua centralidade neste setor de atividade.

Gráfico 03 – Pau dos Ferros e demais cidades da região: evolução do número de estabelecimentos comerciais (2002-2014)



Fonte: Dados extraídos do Sistema RAIS/CAGED (MTE, 2016).

A concentração destes estabelecimentos, em Pau dos Ferros, possibilita a revisão do espaço interno da cidade, amplia e cria um mercado de força de trabalho mais especializado que, muitas vezes, exige a oferta de serviços e produtos mais qualificados, fazendo girar uma dinâmica urbano-regional em direção a este centro principal.

Os resultados apresentados pela última REGIC (IBGE, 2008), os quais apontam Pau dos Ferros com um papel de destaque na rede urbana potiguar, estão associados à propagação de um comércio dinâmico e moderno, além da oferta de serviços especializados, até então inexistentes, e de repercussão socioespacial no interior desta região.

Em Pau dos Ferros, percebemos uma certa resistência das instituições e seguimentos do comércio local na recepção de investimentos do grande capital em sua maior forma mais representativa na cidade como, por exemplo, os *shopping centers* e hipermercados. Também não se observa na cidade a presença das grandes redes de eletrodomésticos como Insinuante, Casas Bahia ou Rabelo, tendo em vista a presença de várias lojas do setor de capital local e regional assumirem essa demanda na região com práticas comerciais mais próximas do cliente, como o uso das cadernetas de financiamento.

Estes equipamentos não fazem parte da paisagem urbana de Pau dos Ferros, embora sua forma de organização e reprodução possa ser vista em estabelecimentos de menor dimensão, como nas galerias e lojas de marca espalhadas pelo centro. Com isso, podemos identificar uma nova estratégia utilizada pelas grandes empresas para atuarem nestes espaços menores, a partir da utilização do formato de redes autorizadas de venda de produtos de marca, principalmente na área de vestuários, calçados, bolsas e cosméticos. Este formato é mais barato do que a própria adesão a redes de franquias que demanda de uma lista de exigências para atuação, enquanto as redes de autorizadas pedem basicamente exclusividade de vendas do produtos específico (figuras 12, 13, 14 e 15, na página seguinte).

O melhor formato de inserção das empresas de capital externo na cidade de Pau dos Ferros acontece por meio das corporações intermediárias, representadas, principalmente, pelas franquias de bandeira nacional e as redes autorizadas. Este formato moderno de comércio muito comum em cidades médias também pode ser visto em centros que assumem o comando regional na periferia da rede urbana brasileira, pois aproveitam a presença de um mercado consumidor novo que busca produtos originados de outras áreas, situação vivenciada há algum tempo nas grandes cidades, com o crescimento de lanchonetes que seguem o conceito de comida rápida (*fast food e drive thru*) e tele entrega (SILVA, 2014).

Figura 12 – Pau dos Ferros: loja autorizada Malwee e da rede de material de construção REDECON



Fonte: Josué A. Bezerra, nov., 2016.

Figura 13 – Pau dos Ferros: loja da rede Ótica Diniz no centro da cidade



Fonte: Josué A. Bezerra, jun., 2016.

Figura 14 – Pau dos Ferros: lojas autorizadas da Dumond e da rede de Farmácias FTP



Fonte: Josué A. Bezerra, nov., 2015.

Figura 15 – Pau dos Ferros: loja da Cacau Show no centro da cidade



Fonte: Josué A. Bezerra, nov., 2016.

Sobre a difusão de novos espaços para a reprodução do comércio e da cidade, vale retomar a passagem de Santos (2008c [1988], p.11) quando coloca que:

Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias

virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas.

Na cidade de Pau dos Ferros, o capital externo encontrou formas para adentrar neste espaço, absorvendo as formas e práticas tradicionais de comércio, anulando algumas redes de solidariedade locais e aproximando, mesmo que indiretamente, as empresas multinacionais que possibilitam a materialização de processos globais (SILVA, 2014).

A maioria das empresas, neste seguimento intermediário, presentes em Pau dos Ferros, chegaram no máximo há 5 anos, ou seja, a abertura para esse tipo de seguimento é recente e acompanha o crescimento do setor comercial visto nos últimos anos (Tabela 09).

Tabela 09 – Pau dos Ferros: franquias/autorizadas do setor de comércio que chegaram recentemente na cidade (2014-2015)

<i>Nome</i>	Número de Lojas em Pau dos Ferros	Número de lojas no Rio Grande do Norte	Número de lojas no Brasil	Ramo de atuação	Ano de instalação em Pau dos Ferros
<i>Mahogany</i>	1	6	*	Cosméticos e perfumaria	2015
<i>Óticas Diniz</i>	1	20	857	Ótica	2015
<i>Cacau Show</i>	1	20	2.016	Chocolates	2014
<i>Mister Mix</i>	1	7	87	Milk shake e sorveteria	2014

Fonte: Pesquisa direta nos estabelecimentos e nos sites das empresas por Josué A. Bezerra, jun. 2016. (*) informação não disponível.

Algumas outras franquias internacionais, como a sanduicheira *Subway*, estão chegando na cidade, juntamente com a construção do que seria o primeiro grande empreendimento comercial da região denominado de Plaza Shopping (Figura 16). Embora este não siga os padrões de dimensão e funcionamento dos grandes *shoppings centers* presentes nas capitais¹⁷², o projeto indica a inserção de novas

¹⁷² A Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), principal entidade representativa do setor no país, regula e representa estes tipos de estabelecimentos. Maiores informações sobre os *shoppings centers* do país, ver: <http://www.portaldoshopping.com.br/>.

formas e práticas comerciais das quais, até então, a região não dispõe, absorvendo e adaptando as relações modernas de comércio para conseguir acompanhar as mudanças impostas pelo capital (SILVA, 2014).

Podemos perceber, ainda, que essas mudanças na própria passagem do centro urbano de Pau dos Ferros, onde há pouco tempo a maior edificação era a igreja católica, vem sendo disputado pela materialidade destes empreendimentos comerciais cada vez mais pujantes na dinâmica e organização do espaço desta cidade (figura 17).

Figura 16 – Pau dos Ferros: imagem do projeto de construção do Plaza Shopping



Fonte: Google maps, disponível em: <https://www.google.com.br/maps/> ago., 2016.

Figura 17 – Pau dos Ferros: construção do Plaza Shopping no centro da cidade



Fonte: Josué A. Bezerra, ago., 2016

Mesmo ainda não sendo possível dizer que a urbanização acontece com contornos claros nas cidades pequenas, pois o urbano não se encontra em sua forma plena nestes espaços (ENDLICH, 2006), os traços desse processo podem ser enxergados com a difusão do terciário moderno em cidades como Pau dos Ferros, que se apresenta como núcleo urbano principal de uma região que consome os produtos e serviços ofertados nestes centros maiores.

Pau dos Ferros surge como a cidade que abriga os estabelecimentos comerciais mais diversos, além de ofertar serviços especializados disponíveis apenas

nos grandes centros regionais da região. Os produtos e serviços que mais se destacam são do gênero vestuário, alimentício, calçados, eletroeletrônico e móveis; os serviços ligados principalmente à saúde, materializados pelas clínicas médicas, laboratórios, e hospital; e na educação, com os *campi* universitários, as faculdades privadas e escolas técnicas, o que revalida seu papel de centro urbano mais importante da região (IBGE, 2008).

Cabe às cidades menores, como Paraná, Venha-Ver e Riacho da Cruz, a participação das dinâmicas regionais como espaços de reprodução da vida cotidiana, sem nenhuma atividade econômica que dinamize seus espaços internos. Em contrapartida, São Miguel e Alexandria, apesar de serem também cidades de pequeno porte, possuindo uma estrutura comercial também limitada, conseguem atender a algumas necessidades imediatas dos seus moradores, como supermercados, bancos e clínicas médicas.

Os espaços de comércio tradicional destas cidades interioranas, como as feiras livres e os mercados públicos, ainda podem ser encontrados na região, embora alguns destes estejam descaracterizados, como ocorre com os boxes dos mercados e bancas das feiras, que eram exclusivamente destinados para a comercialização de produtos originados do campo, como ferramentas, selas, cordas, e utensílios domésticos (Figura 18, na página seguinte), e passaram a vender produtos industrializados, voltados para o homem urbano, como DVD, eletrônicos, tênis e artigos de origem chinesa (Figura 19, na página seguinte).

O processo de urbanização de Pau dos Ferros, e muitas das cidades próximas, esteve aliado à criação de algumas feiras livres existentes ainda hoje. Algumas de funcionamento semanal, outras com frequência diária, como são os casos das feiras de São Miguel e Pau dos Ferros, que abrigam barracas permanentes no local, embora tenham um dia em que seu espaço receba a maior parte dos feirantes, representando um importante espaço de comercialização de produtos locais e regionais. Muitos dos feirantes que atuam na cidade de Pau dos Ferros são originários de outras cidades do Rio Grande do Norte, como também de cidades localizadas em estados vizinhos¹⁷³.

¹⁷³ Em vários momentos em que visitamos a feira livre de Pau dos Ferros, constatamos que alguns comerciantes, donos de bancas, são originários de cidades relativamente próximas como Apodi (RN, 73 km); Governador Dix-Sept Rosado (RN, 118 km); Mossoró (RN, 152 km); Juazeiro do Norte (CE, 225 km), Jaguaribe (CE, 81 km); Limoeiro do Norte (CE, 150 km), Sousa (PB, 90 km) e Uirauna (PB,

Figura 18 – Pau dos Ferros: loja de venda de artigos variados para uso rural



Fonte: Josué A. Bezerra, ago., 2013.

Figura 19 – Pau dos Ferros: extensão da feira livre em frente às lojas comerciais



Fonte: Josué A. Bezerra, ago., 2016.

O comércio define a função da atratividade que a cidade de Pau dos Ferros tem em relação à região, com a oferta de produtos e empregos com melhores salários para uma mão de obra que, muitas vezes, vem de fora. Dessa forma, estabelecimentos de capital regional escolheram esta cidade para explorar o mercado em expansão na região, através de uma das maiores representações que revolucionaram o processo e a forma de se venderem as mercadorias – os supermercados (ORTIGOZA, 2009).

Neste seguimento de supermercados, chama-nos atenção a loja do supermercado Queiroz¹⁷⁴, uma das maiores do grupo fora de Mossoró com 90 empregados e 15 caixas de atendimento. Esta loja chegou também a Pau dos Ferros em 2009 e, segundo a gerência administrativa do supermercado, atende a uma demanda regional com a oferta de produtos mais populares e regionais, como feijão, arroz, farinha, e mais sofisticados, como alimentos funcionais, integrais e dietéticos, até pouco tempo inexistentes no comércio local.

A natureza das atividades assentadas neste centro é diversa e bastante adaptável, o que faz surgir novas formas de organização dos espaços de comércio. Ainda no ramo de supermercados, nos chama atenção a substituição das pequenas vendas, mercadinhos, padarias e açougues, muito comuns nos bairros das cidades,

54 km), além dos vários municípios da região do Alto Oeste Potiguar. Este participam de um circuito das feiras em várias cidades do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

¹⁷⁴ Atualmente, a Rede Queiroz possui, no Rio Grande do Norte, além das 11 lojas em Mossoró, lojas nas cidades de Apodi; Assú; Baraúna; Caraúbas; Macau; Patu; Pau dos Ferros; Parnamirim (Região Metropolitana de Natal); no Ceará, em Russas; e na Paraíba, em São Bento.

por estabelecimentos que seguem um plano de organização em rede, semelhante àqueles vistos nos grandes centros.

As redes associativistas de supermercados chegaram nas pequenas cidades da região como uma estratégia de atualização e resistência à chegada de novos estabelecimentos vindos de fora. Estes supermercados, que são originalmente de propriedade de empresários locais, se reestruturaram e vêm mudando esse tipo de serviços nas pequenas cidades da região, tendo a cidade de Pau dos Ferros como principal centro administrativo desse seguimento.

4.3.3 As redes associativistas: novos formatos dos supermercados

Nas últimas décadas, passamos a perceber que novas formas de comercialização na cidade vêm substituindo as tradicionais e conservadoras práticas de relação neste seguimento da atividade. Como estamos enfatizando, o comércio sofreu mudanças consideráveis em sua organização e funcionamento, tendo em vista os fatores da crescente “[...] produção em massa, concentração crescente de pessoas nas cidades, aumento qualitativo e quantitativo do consumo [...]” (PINTAUDI, 1989, p.82).

Em via de regra, a estrutura da atividade comercial nas pequenas cidades do interior do Nordeste, como ocorre nas pequenas cidades da região sob o comando de Pau dos Ferros, é compreendida por estabelecimentos de características bem tradicionais, como mercearias, padarias e pequenas lojas de roupas e sapatos, entre outros ramos de atividade pouco desenvolvidos.

Nestes pequenos centros, as práticas são tipicamente familiares, com relações bastante próximas aos clientes residentes no município, seja na sede ou na zona rural. Essa relação pode ser exemplificada pelo uso das cadernetas, nas quais o proprietário anota todas as compras efetuadas pelo cliente mais antigo, o que resiste às formas modernas de pagamento, como o uso do cartão de crédito.

Nestes estabelecimentos, o próprio dono assume várias funções: além de vendedor, ele é arrumador, contador, estoquista e vigilante, entre outras funções. Quando o comércio é um pouco maior, geralmente, emprega-se um ente da família para ajudar nas atividades, como uma esposa, irmão, primo, etc.

A paisagem vinculada às atividades terciárias nas pequenas cidades da região é caracterizada pela concentração dos equipamentos existentes próximos das

praças centrais/principais. Os demais bairros não apresentam infraestrutura eficiente, com poucos equipamentos urbanos, o que denota a ausência de alguns serviços básicos. A maioria destes pequenos estabelecimentos oferta produtos de necessidade imediata e/ou com um preço bastante elevado, comparado com o praticado nos grandes centros consumidores. Sendo assim, na maioria das vezes, a população local tem que se deslocar à cidade de Pau dos Ferros para ter acesso aos produtos e serviços não existentes ou precários em seu município.

É importante ressaltar que, nessa dimensão do urbano, a temporalidade dos lugares é mais perceptível e a influência do capital é mais lenta em relação às grandes cidades (MAIA, 2005). Mesmo assim, estes espaços também estão inseridos nessa nova fase da urbanização, em que a população destas pequenas cidades, compostas por trabalhadores e consumidores do espaço, passa a assumir práticas sociais características da vida urbana, como o uso de equipamentos e serviços modernos: lavadora de roupas, forno micro-ondas, TV por assinatura, internet banda larga, serviços de beleza e lazer em geral, entre outros.

O consumo de produtos alimentícios diferenciados e industrializados em substituição aos produtos originados do meio rural também é uma prática bem comum: o leite em caixa longa vida; o frango em porções (coxa e sobrecoxa; peito); azeites; temperos e demais pratos semi-prontos, suplementos alimentares, etc.

Nesse sentido, de acordo com Ortigoza (2009, p. 40), é importante perceber, nos dias de hoje:

[...] a espetacularização do mundo das mercadorias e dos lugares de consumo; o sistema de objetos manipulando a reprodução social; os conteúdos dos discursos e dos significados e as intencionalidades produzidas; as formas de homogeneização dos costumes e dos gostos; a produção do consumidor mundializado, e a concretização de uma sociedade burocrática de consumo dirigido.

Cidades como Pau dos Ferros assumem o papel em sua rede urbana de possibilitar à população regional o acesso a esses produtos mais diversos, atendendo às demandas dessa sociedade de consumo e às novas tendências de produção e reprodução do espaço urbano. Quando isso não ocorre diretamente, através das redes de mobilidade da população que permitem o consumo de produtos de supermercados, lojas e demais estabelecimentos comerciais sediados em Pau dos

Ferros, novas formas de reprodução no interior das pequenas cidades são providenciados a partir de estratégias comerciais administradas nos centros superiores da rede urbana (CORRÊA, 1995).

Nesse ensejo, os mercadinhos locais ou de bairros têm buscado se adequar à nova ordem da economia moderna. Alguns ainda sobrevivem, como dissemos, às práticas tradicionais do setor, mas, com a chegada dos grupos de capital regional e nacional em Pau dos Ferros, e em outras cidades da região, um grande número de estabelecimentos estão fechando ou se inserindo à lógica das redes associativistas de supermercados, o que vem redefinindo os papéis urbanos das pequenas cidades da região.

O novo modelo organizacional do comércio em pequenas cidades, presente especialmente às margens das grandes redes de supermercados do país¹⁷⁵ (Extra/Pão de Açúcar, Carrefour e Walmart/Hiper Bompreço), funciona na adoção destes pequenos e médios mercadinhos de bairro ou de cidades pequenas, do modelo de uma rede que “empresta” sua marca, recebendo uma mensalidade por isso e, em troca, oferece um serviço de organização e gerenciamento administrativo que envolve: pesquisa de mercado; campanhas de marketing; treinamento em conhecimentos e habilidades específicas de comércio; serviços financeiros; consultorias; participação em feiras da área; armazenagem e estocagem conjuntas; vendas em conjunto; transferência e difusão de tecnologia; prospecção de oportunidades e ameaças; entre outros serviços (PESSOA, 2015).

Este modelo tem conseguido concorrer com algumas redes regionais que vêm chegando a estes espaços periféricos da rede urbana, e possibilitado mudanças consideráveis neste seguimento da atividade comercial nas cidades da região. As redes associativas de supermercados localizados nas cidades sob influência de Pau dos Ferros vêm com esse propósito inicial de sobreviver, modernizando os serviços, legalizando os espaços e registrando os funcionários, atendendo às normas mínimas de higiene, racionalizando os custos, embora adotem ainda práticas menos rígidas de atuação no mercado.

¹⁷⁵ Ver resultado de pesquisa divulgada pela revista EXAME sobre as principais redes de supermercados do país: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-50-maiores-redes-de-supermercados-do-brasil>

Atualmente, na região, as principais redes associativistas¹⁷⁶ atuando no setor de supermercados são a Rede Oeste, a Rede Lajedo, a Rede Quero Bem e a Rede Ok (Quadro 08), que estão distribuídas em quase todos os municípios do Alto Oeste Potiguar, alguns com mais de uma loja de cada rede. É importante destacar que destas 04 redes associativistas presentes na região, 03 possuem seu escritório administrativo sediado na cidade de Pau dos Ferros, o que demonstra o papel de comando deste centro neste importante setor do comércio nas cidades.

Quadro 08 – Pau dos Ferros e região: distribuição das lojas e escritórios das principais redes associativistas de supermercado (2015)

(continua)

Cidades	Rede Lajedo	Rede Oeste	Rede Quero Bem	Rede Ok
<i>Sedes/Escritórios</i>	Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	Pau dos Ferros
Água Nova	01	01	-	-
Alexandria	-	02	01	-
Almino Afonso	-	-	01	01
Antônio Martins	01	-	-	-
Apodi	-	04	01	01
Caraúbas	-	-	01	02
Doutor Severiano	01	01	-	-
Felipe Guerra	-	01	01	-
Francisco Dantas	-	01	-	-
Frutuoso Gomes	-	01	-	-
Governador Dix-sept Rosado	-	-	01	-
Itaú	01	01	-	-
José da Penha	-	-	01	-
Lucrécia	-	01	-	-
Luís Gomes	-	-	-	-
Major Sales	-	-	01	-
Marcelino Vieira	01	01	01	-
Martins	01	02	-	01

¹⁷⁶ A Rede Smart, presente na região com 02 lojas, em Luís Gomes e São Miguel, é a maior rede de supermercados por associação do Brasil, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), e segue essa lógica de atuação na periferia do setor de supermercados, atendendo a essa parcela da população. Ver: <http://www.abrasnet.com.br/abras/>. Segundo Pessoa (2015), no Rio Grande do Norte, existem 28 redes associativas, em diversos segmentos de negócios, sendo que a maior parte compreende pequenos empresários e, destes, a maioria está presente no ramo de supermercados (15 redes associativistas), distribuídas seja nas maiores cidades do estado, como nas cidades menores no interior.

<i>Messias Targino</i>	-	-	01	-
<i>Olho D'água dos Borges</i>	-	-	01	-
<i>Patu</i>	-	01	-	-
<i>Pau dos Ferros</i>	01	01	-	-
<i>Pilões</i>	01	-	-	01
<i>Portalegre</i>	-	01	01	-
<i>Rafael Fernandes</i>	-	01	-	01
<i>Rafael Godeiro</i>	-	-	01	-
<i>Riacho da Cruz</i>	01	-	-	01
<i>Riacho de Santana</i>	-	-	01	-
<i>Rodolfo Fernandes</i>	-	-	-	01
<i>São Francisco do Oeste</i>	-	01	-	01
<i>São Miguel</i>	03	-	-	-
<i>Serrinha dos Pintos</i>	-	-	01	-
<i>Severiano Melo</i>	-	01	-	-
<i>Taboleiro Grande</i>	-	-	-	-
<i>Tenente Ananias</i>	01	01	01	-
<i>Umarizal</i>	-	01	01	-
<i>Viçosa</i>	01	-	-	-
TOTAL	13	24	17	09

Fonte: Pesquisa direta realizada em dez. 2014 e jan. 2016; Atualização em *sites* das Empresas de Redes Associativistas de Supermercados (jan.; 2016). Organização de Josué A. Bezerra, jan., 2016.

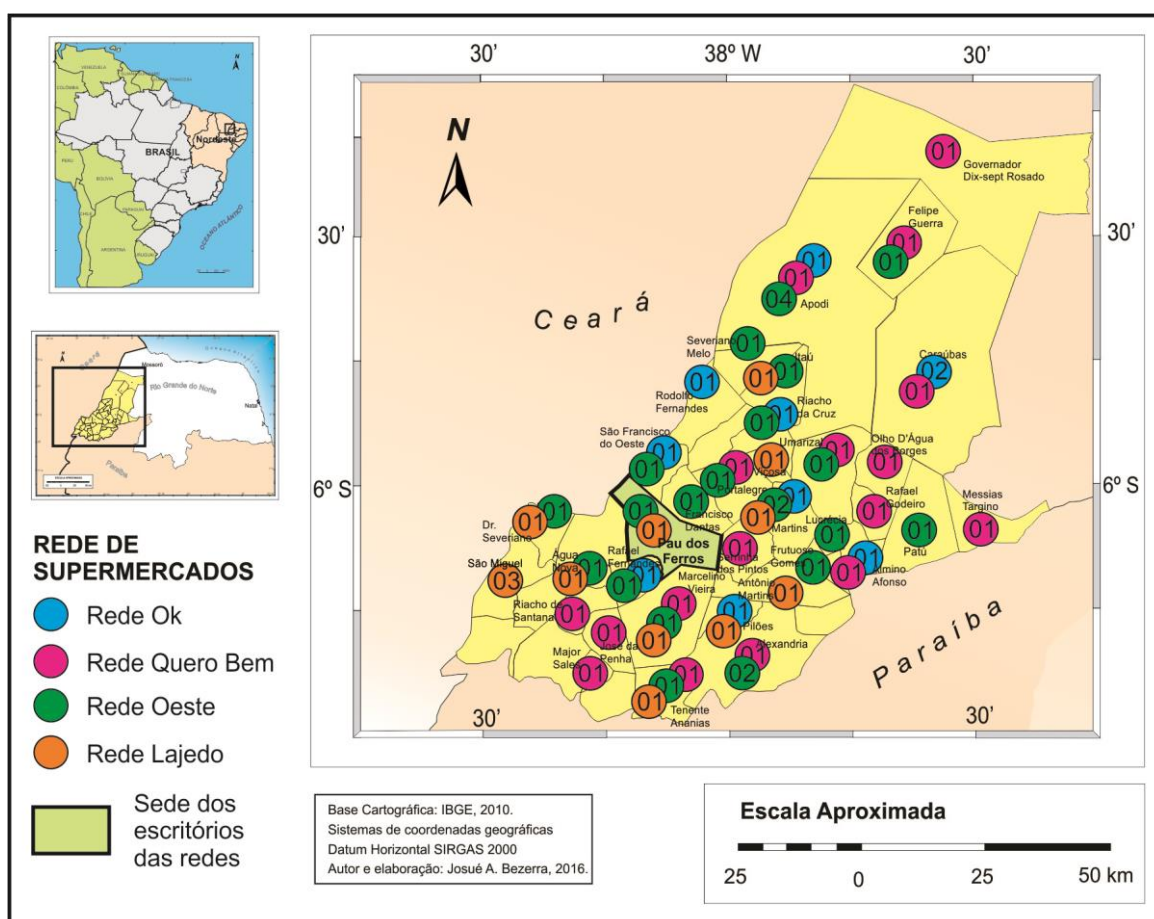
A rede Oeste é a maior de todas, com 24 lojas espalhadas por 19 municípios, alguns fora do raio de influência da cidade de Pau dos Ferros (IBGE, 2008) e próximas a Mossoró, como em Apodi, Governador Dix-sept Rosado e Felipe Guerra. Mais a Leste, temos a difusão destas lojas sob administração de Pau dos Ferros em cidades que possuem um comércio tradicional na região, como Umarizal e Caraúbas (Mapa 11, na página seguinte).

O que nos chama mais atenção, nesse formato de comércio praticado principalmente pelos supermercados ou mercadinhos, são as mudanças promovidas pela sua atuação nas pequenas cidades do interior, como a gradativa substituição das relações e formas de cunho tradicional, o uso das cadernetas de anotação, e a comercialização de produtos regionais, como artigos para cozinha (moedor de grãos, temperos) e campo (ferramentas, ração para animais, roupas de vaqueiro). Estes ainda podem ser encontrados nos supermercados das redes associativistas da região,

mas dividem lugar com os produtos industrializados das grandes redes de alimentos, limpeza e higiene.

É importante frisar que, mesmo com a manutenção de algumas práticas tradicionais, caracterizada, entre outras coisas, por relações muito próximas entre o comerciante e o cliente, estes supermercados funcionam a partir dos interesses do grande capital, em que a sua essência atende a metas e ajustes de uma lógica global, voltados para os interesses dos agentes hegemônicos do setor (SILVA, 2014).

Mapa 11 – Pau dos Ferros e região: difusão das principais redes associativistas de supermercado (2015)



Fonte: Pesquisa direta realizada em dez. 2014 e jan. 2016; Atualização em *sites* das Empresas de Redes Associativistas de Supermercados (jan., 2016). Organização e cartografia de Josué A. Bezerra, jul., 2016.

Os supermercados inseridos na rede associativista na região são pequenos, assumindo a estrutura já existente antes da incorporação dessa nova organização de

comércio (figuras 20 e 21, a seguir). Os maiores possuem, no máximo, 8 caixas, e os menores, 2. O número de funcionários também segue a dimensão do estabelecimento. Quando a maioria dos funcionários não são da família, os maiores estabelecimentos não possuem mais do que 8 funcionários fixos.

Figura 20 – Tenente Ananias (RN): loja da Rede de Supermercados Oeste



Fonte: Josué A. Bezerra, dez., 2014.

Figura 21 – Água Nova (RN): loja da Rede Lajedo de Supermercados



Fonte: Josué A. Bezerra, dez., 2014.

Os supermercados associados vêm promovendo uma nova dinâmica das cidades, através de novos fluxos e interconexões com outros centros da rede urbana de diferentes escalas, materializada pela visita dos promotores das empresas fornecedoras, representantes e transportadoras de diversos produtos do gênero varejista, atribuindo novos conteúdos e papéis urbanos a estas cidades. Essa demanda é comandada, em grande parte, pelos escritórios dessas redes sediados na cidade de Pau dos Ferros.

Embora existam as dificuldades de infraestrutura que envolvem as distâncias dos grandes centros industriais e de armazenamento de mercadorias, a população local destes pequenos centros encontra, nestes supermercados, melhores condições de realizar suas compras, especialmente dos produtos de consumo imediato, os que têm o objetivo de atender às necessidades humanas, como alimentação, vestuário e higiene.

Essa estrutura e dinâmica presente no setor comercial de Pau dos Ferros e das demais cidades de sua região é permitida em função de um importante setor que providencia a financeirização das relações socioespaciais, especialmente nas cidades

(SANTOS; SILVEIRA, 2001). Na região, isso não é diferente, e com a difusão das instituições financeiras ofertando produtos e serviços, forma-se uma cadeia de consumo favorável para a configuração urbano-regional de Pau dos Ferros.

4.3.4 A financeirização da vida: novas relações sociais na cidade

No momento atual, estamos observando, em toda parte e, em particular, nas pequenas cidades do interior nordestino, uma ampliação na forma de consumo de produtos e serviços financeiros, representados pela presença de diversas agências bancárias, postos de atendimento bancários e caixas eletrônicos, bem como por arranjos locacionais financeiros, concebidos por inúmeros correspondentes bancários que representam uma nova forma de aproximar as instituições financeiras, e seus respectivos produtos e serviços, das pessoas que vivem nestes pequenos espaços (CONTEL, 2006).

Segundo Santos e Silveira (2001), houve mudanças significativas no uso recente do território brasileiro no que se refere aos fixos geográficos ligados aos sistema financeiro. Outras formas geográficas, que não apenas as agências bancárias, são utilizadas pelas instituições financeiras para se aproximar de áreas afastadas, com o objetivo de ofertar seus produtos e serviços. Os melhores exemplos dessas novas formas encontradas nas pequenas cidades da região de Pau dos Ferros são os postos de atendimento e os correspondentes bancários.

Segundo Contel (2006, p. 220), “No que diz respeito à distribuição desses fixos geográficos, vemos que no período ocorre uma diminuição do número de agências, principalmente nas áreas menos dinâmicas do território”. Com isso, as instituições financeiras têm buscado estratégias diversas para superar as distâncias apresentadas por parte das pequenas cidades do interior dos estados, em relação aos grandes centros financeiros do país. Em busca dessa importante parcela do mercado consumidor, nos últimos anos, observamos que há uma manifestação de ações para a materialização dos objetos financeiros (SANTOS, 2004c [1996]) e, assim, o acesso à operacionalização de práticas bancárias em todo o território (CONTEL, 2006).

Este comportamento das instituições financeiras visto nas pequenas cidades da região de Pau dos Ferros é reflexo do que Santos e Silveira (2001, p. 195) chamam de “financeirização da sociedade e do território”, uma vez que, com a instalação de

instrumentos financeiros como agências, postos de atendimentos e correspondentes bancários, as instituições financeiras utilizam estratégias e executam uma leitura para o uso destes lugares com o objetivo de aumentar ainda mais os lucros (Ibid.). Os autores colocam que há um movimento de concentração e dispersão que providencia caminhos para financeirização da sociedade e do território:

A sociedade, assim, é chamada a consumir produtos financeiros, como poupanças de diversas espécies e mercadorias adquiridas com dinheiro antecipado. Com isso o sistema financeiro ganha duas vezes, pois dispõe de um dinheiro social nos bancos e lucra emprestando, como próprio, esse dinheiro social para o consumo (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 195)

O acesso aos serviços e produtos financeiros, tão comum nos grandes centros, chega às pequenas cidades da região a partir de ações de propaganda e pelo discurso praticado pelas principais instituições bancárias¹⁷⁷ responsáveis pela interiorização desse setor na região. Contudo, torna-se importante destacar um marco importante para a difusão deste setor com a constituição de 1988, momento que foi permitido que uma mesma instituição financeira pudesse realizar todas as atividades antes distribuídas entre os bancos de investimentos, comerciais e financeiras (DIAS; LENZI, 2009). Para tanto, as autoras colocam que, nesse momento, foram reduzidas as barreiras de entrada de novas instituições financeiras, com o fim das cartas patentes.

Após este momento, houve uma aproximação gradativa dos serviços e produtos financeiros à população, seja nos grandes ou pequenos centros brasileiros. Em áreas em que o número de aposentados, pensionistas e beneficiários de programas sociais é representativo, como ocorre nas pequenas cidades da região, algumas práticas tradicionais de relacionamento com o mercado, como guardar dinheiro em casa e o uso de cadernetas nos mercadinhos e lojas locais para controle e pagamentos das contas no final do mês, vêm sendo substituídas por novas formas de relação com o dinheiro, atribuídas, na maioria das vezes, em função das estratégias da inserção das instituições ao cotidiano financeiro dessas pessoas. Um bom exemplo dessa mudança é o uso do cartão de crédito no comércio local, e as

¹⁷⁷ Na região de Pau dos Ferros, os principais atores bancários presentes nas cidades são o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Bradesco (BCB, 2015).

diversas outras operações disponíveis nos fixos geográficos do setor (SANTOS, 2004b [1996]).

Percebemos que é cada vez mais comum a aproximação das instituições financeiras com alguns estabelecimentos comerciais sediados nestas pequenas cidades, o que facilita ao cliente efetuar um empréstimo para financiamento de produtos e serviços que, até pouco tempo, não faziam parte do seu cotidiano de consumo.

A distribuição dos fixos geográficos ligados ao setor financeiro segue a mesma lógica dos demais serviços e estabelecimentos presentes nas principais cidades na região: as cidades de Pau dos Ferros, Alexandria, São Miguel e Martins são mais bem servidas desses equipamentos, especialmente por abrigarem as agências bancárias da região, sendo sua maioria composta por bancos públicos.

Por outro lado, o sistema de objetos financeiros encontra uma forma de estar presente nos espaços das pequenas cidades, seja qual for o seu tamanho, mediante a nova estratégia de instalação de inúmeros correspondentes bancários, quase exclusivamente dos maiores bancos públicos, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste, além do Bradesco¹⁷⁸, que apesar de ser uma instituição privada, dispõe de uma pacote de produtos e serviços mais populares para a região (Quadro 09).

Quadro 09 – Região de Pau dos Ferros: distribuição das agências bancárias e correspondentes bancários do Banco do Brasil, Caixa e Bradesco (2015)

(continua)

Cidade	Agências Bancárias				Correspondentes Bancários¹⁷⁹		
	Bradesco	Banco do Brasil	Caixa	Banco do Nordeste	Bradesco	Banco do Brasil	Caixa
Água Nova	-	-	-	-	-	02	01
Alexandria	-	01	-	-	04	02	01
Cel. João Pessoa	-	-	-	-	02	02	01

¹⁷⁸ Os dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2015) mostram que a Caixa Econômica Federal (95), o Banco do Brasil (222) e o Bradesco (260) são as instituições que mais disponibilizam de postos de atendimento (agências bancárias e postos bancários, caixas eletrônicos) no Rio Grande do Norte.

¹⁷⁹ Sites das instituições financeiras (sites do Banco do Brasil (<http://www.encontreobb.com.br/>), Caixa Econômica Federal (<http://www.caixa.gov.br/atendimento/Paginas/default.aspx#encontre>) e Bradesco (<http://banco.bradesco/html/classic/atendimento/rede-de-atendimento/>) e Banco do Nordeste (<http://www.bnb.gov.br/rede-de-agencias>).

<i>Doutor Severiano</i>	-	-	-	-	02	03	01
<i>Encanto</i>	-	-	-	-	02	02	01
<i>Francisco Dantas</i>	-	-	-	-	02	02	01
<i>José da Penha</i>	-	-	-	-	02	03	02
<i>Luís Gomes</i>	-	-	-	-	02	03	01
<i>Major Sales</i>	-	-	-	-	01	02	01
<i>Marcelino Vieira</i>	-	-	-	-	02	02	01
<i>Martins</i>	-	01	-	-	02	04	02
<i>Paraná</i>	-	-	-	-	01	03	01
<i>Pilões</i>	-	-	-	-	02	01	01
<i>Portalegre</i>	-	-	-	-	02	02	02
<i>Rafael Fernandes</i>	-	-	-	-	02	02	01
<i>Riacho da Cruz</i>	-	-	-	-	01	02	01
<i>Riacho de Santana</i>	-	-	-	-	01	02	01
<i>São F. do Oeste</i>	-	-	-	-	01	02	01
<i>São Miguel</i>	-	01	01	-	02	02	01
<i>Serrinha dos Pintos</i>	-	-	-	-	02	02	02
<i>Taboleiro Grande</i>	-	-	-	-	-	02	01
<i>Tenente Ananias</i>	-	-	-	-	02	02	02
<i>Venha-Ver</i>	-	-	-	-	02	01	01
<i>Viçosa</i>	-	-	-	-	01	01	01
<i>Pau dos Ferros</i>	01	01	01	01	04	04	06
TOTAL	01	04	02	01	44	55	35

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra a partir dos dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2015) e dos sites do Banco do Brasil (<http://www.encontreobb.com.br/>), Caixa Econômica Federal (<http://www.caixa.gov.br/>), Bradesco (<http://banco.bradesco/>) e Banco do Nordeste (<http://www.bnb.gov.br/>).

Os correspondentes bancários destas três instituições estão presentes em estabelecimentos comerciais, como supermercados, mercearias, lojas de material de construção, cooperativas de crédito e farmácias. O “Mais BB” é a denominação dada aos estabelecimentos do Banco do Brasil, porém, as agências dos Correios que, em alguns municípios abrigam também as agências comunitárias dos Correios, geralmente localizadas em comunidades rurais, funcionam como correspondentes

bancários. O “Caixa Aqui” é a rede de correspondentes da Caixa Econômica Federal e, juntamente com as casas lotéricas, prestam esse tipo de serviço nos municípios que não dispõem de agências. O Bradesco, por não ser um banco público, utiliza apenas os estabelecimentos de comércio varejista para atuar no espaço dos municípios, além dos postos de atendimento físico.

Novamente, observamos a centralidade de Pau dos Ferros ser evidenciada na região com a presença dos principais fixos geográficos do setor financeiro. É a única cidade com agências bancárias dos 04 principais bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Bradesco), e de alguns vários correspondentes bancários ligados a estas instituições. Alexandria, Martins e São Miguel são os outros municípios que possuem 1 ou 2 agências bancárias em suas sedes (Banco do Brasil e Caixa Econômica). Nos municípios menores, quando sua população necessita de um serviço ou produto financeiro, é necessário recorrer aos correspondentes bancários presentes nos estabelecimentos de comércio varejista ou nas instituições, como correios ou casas lotéricas, para sacar um benefício ou efetuar qualquer operação, como o pagamento de boleto, uma transferência e demais procedimentos mais simples.

A difusão dos correspondentes bancários nas pequenas cidades da região tem modificado o cotidiano destes espaços, admitindo a aproximação dos agentes com a financeirização da sociedade (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Nestas cidades, encontramos os correspondentes presentes nas agências dos correios, localizados em todos os municípios da região, nas casas lotéricas ou nos estabelecimentos de comércio varejista, como lojas de móveis, eletrodomésticos, material de construção, como também em panificadoras e farmácias (figuras 22 e 23, na página seguinte).

A estratégia de espacialização da rede bancária pelo território e a cooptação das pessoas para consumir os produtos e serviços financeiros ofertados pelas instituições estão associadas ao interesse que o estabelecimento receptor tem em receber este serviço dentro de sua loja, e aproveitar o momento em que a pessoa saca o dinheiro e tem a grande possibilidade de deixar parte, ao efetuar o pagamento de produtos e serviços no próprio espaço comercial.

Figura 22 – Caiçara, vila do município do Paraná (RN): correspondente bancário da Caixa Econômica Federal em loja de Material de Construção



Fonte: Josué A. Bezerra, dez., 2014.

Figura 23 – Serrinha dos Pintos (RN): correspondente bancário da Caixa Econômica Federal em supermercado



Fonte: Josué A. Bezerra, dez., 2014.

Nas cidades da região sob influência de Pau dos Ferros, a participação dos correspondentes bancários, na dinâmica socioeconômica destes espaços, é bastante representativa, uma vez que, nos municípios que não possuem agência bancária, os correspondentes assumem o papel de pagamento de faturas de diversas contas, transferências bancárias, recebimento de salários e, no caso do Caixa Aqui, correspondente da Caixa Econômica Federal, efetua o pagamento das aposentadorias e pensões do INSS, bem como dos benefícios do Programa Bolsa Família.

Também não podemos esquecer dos serviços digitais que os bancos dispõem atualmente para seu cliente. Com o aparelho celular, o cliente realiza quase todas as transações financeiras disponíveis em um terminal de autoatendimento do banco. Tudo isso é facilitado pelo fato das maiores operadoras de telefonia celular estarem presentes na região, ofertando os serviços de pacote de dados para internet¹⁸⁰.

¹⁸⁰ Nas cidades da região, as operadoras de celular, bem como de banda larga oferecem um pacote de dados de internet para população que facilita a utilização dos serviços bancários pelo computador e *smartphone*. Na região, a Brisanet Telecomunicações é a principal empresa prestadora de serviço de

Considerando os benefícios rurais e urbanos pagos pelo INSS, segundo o Ministério da Previdência Social (2015), nos 25 municípios que compõem a região de influência de Pau dos Ferros, foram pagos, em dezembro de 2015, 46.410 benefícios¹⁸¹. Sendo Pau dos Ferros, São Miguel, Alexandria e Martins os municípios que mais possuem beneficiários do INSS e, não por acaso, aqueles que dispõem de agências bancárias na região (Tabela 10, na página seguinte).

Neste aspecto, temos o pagamento das aposentadorias urbanas e rurais na região que possibilita a dinamização das agências, postos e correspondentes bancários existentes nas cidades da região. No último ano (2015), foi pago pelo INSS em todos os municípios sob influência de Pau dos Ferros mais de 436 mil reais, sendo que, deste total, 72,25% foram na modalidade rural (MPS, 2015). Pau dos Ferros se destaca em quantidade de benefícios, com mais de 17 mil, seguidos por São Miguel (7.406 benefícios) e Alexandria (4.442 benefícios). Contudo, todos os municípios têm um grande contingente de aposentados e pensionistas que, mensalmente, recebem este recurso nos estabelecimentos financeiros.

internet banda larga, sendo sua área de atuação nos pequenos e médios municípios do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Esta empresa surgiu em São Miguel, mas tem em Pau dos Ferros seu principal escritório.

¹⁸¹ Com base nos dados do Ministério da Previdência Social (2015), o INSS pagou, no Rio Grande do Norte, 550.817 benefícios rurais e urbanos nos 167 municípios do estado. Na Região de Pau dos Ferros, os municípios de Pau dos Ferros (17.493 benefícios); São Miguel (7.406 benefícios), Alexandria (4.442 benefícios) e Martins (2.596 benefícios) foram os que mais receberam benefícios na região, somando um total de R\$ 23.617.457,00 pagos. O total para a região foi: R\$ 34.244.019,00 para 46.410 benefícios. No ano de 2015, foram pagos R\$ 436.644.965,00.

Tabela 10 - Região de Pau dos Ferros: quantidade e valores de benefícios do INSS emitidos (2015)

(continua)

MUNICÍPIO	BENEFÍCIOS EMITIDOS EM DEZEMBRO, 2015			VALOR DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS EM DEZEMBRO, 2015 (R\$) *			VALOR DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS NO ANO DE 2015 (R\$) *		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
<i>Pau dos Ferros</i>	17.493	5.395	12.098	12.917.440	4.629.448	8.287.992	167.114.905	57.909.820	109.205.085
<i>São Miguel</i>	7.406	1.723	5.683	5.513.181	1.453.615	4.059.566	69.384.069	17.383.434	52.000.635
<i>Alexandria</i>	4.442	975	3.467	3.236.974	848.840	2.388.134	41.899.304	10.442.078	31.457.225
<i>Martins</i>	2.596	574	2.022	1.949.862	507.198	1.442.664	25.065.615	6.341.742	18.723.873
<i>Tenente Ananias</i>	1.602	241	1.361	1.173.347	191.939	981.408	14.900.713	2.361.286	12.539.427
<i>Portalegre</i>	1.258	236	1.022	922.365	191.228	731.137	11.663.201	2.319.725	9.343.476
<i>Luís Gomes</i>	1.237	295	942	922.166	252.264	669.902	11.582.680	3.039.742	8.542.938
<i>Marcelino Vieira</i>	1.125	205	920	834.224	162.273	671.951	10.230.784	1.945.782	8.285.001
<i>José da Penha</i>	1.050	215	835	784.565	174.844	609.720	9.894.507	2.145.094	7.749.413
<i>Doutor Severiano</i>	1.044	301	743	765.701	240.540	525.161	9.422.172	2.911.089	6.511.083
<i>Rafael Fernandes</i>	850	174	676	627.331	148.204	479.127	7.950.125	1.803.351	6.146.774
<i>Paraná</i>	793	166	627	580.680	134.228	446.452	7.313.837	1.604.205	5.709.632
<i>Pilões</i>	764	149	615	545.130	116.370	428.760	7.029.608	1.468.368	5.561.240
<i>Venha-Ver</i>	575	97	478	422.031	76.252	345.779	5.244.396	880.328	4.364.068
<i>Encanto</i>	569	128	441	423.936	105.962	317.974	5.179.980	1.333.691	3.846.289

<i>Riacho de Santana</i>	550	117	433	415.865	96.737	319.128	5.047.301	1.072.120	3.975.181
<i>Major Sales</i>	528	102	426	385.808	85.161	300.647	4.859.739	1.056.053	3.803.686
<i>Serrinha dos Pintos</i>	527	77	450	394.325	61.600	332.725	5.026.676	768.448	4.258.228
<i>São Francisco do Oeste</i>	484	116	368	346.301	93.137	253.164	4.412.924	1.130.770	3.282.153
<i>Coronel João Pessoa</i>	422	79	343	312.410	69.355	243.054	3.926.929	826.936	3.099.993
<i>Taboleiro Grande</i>	298	87	211	207.786	67.276	140.510	2.601.386	814.385	1.787.000
<i>Água Nova</i>	243	63	180	173.931	48.091	125.840	2.064.819	521.549	1.543.270
<i>Riacho da Cruz</i>	227	45	182	156.957	35.363	121.594	1.959.528	393.649	1.565.879
<i>Francisco Dantas</i>	194	44	150	136.997	35.128	101.869	1.725.964	395.176	1.330.788
<i>Viçosa</i>	133	34	99	94.707	27.781	66.926	1.143.806	320.550	823.257
<i>Total da região</i>	46.410	11.638	34.772	34.244.019	9.852.835	24.391.183	436.644.965	121.189.370	315.455.595
<i>Rio Grande do Norte</i>	550.817	282.812	268.005	444.906.020	261.880.848	183.025.172	5.722.777.653	3.326.231.449	2.396.546.204

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra, a partir dos dados do Ministério da Previdência Social (MPS, 2015). (*) Para melhor visualização da planilha, não mostramos os centavos de reais dos referidos benefícios.

Torna-se importante frisar que esta fonte de renda representa uma das principais das pequenas cidades, juntamente com os benefícios sociais do governo, as atividades comerciais e de prestação de serviços. Essa movimentação de recursos envolve o deslocamento de pessoas da zona rural destes municípios para as sedes, ou mesmo para as cidades maiores, como ocorre com Pau dos Ferros, pois, assim que o benefício é pago, a pessoa já realiza as compras do mês, promovendo, assim, o fluxo entre as dimensões do espaço, como na relação campo-cidade e cidade-cidade (SPOSITO, 2006). Este processo se dá pelo fluxo de pessoas e mercadorias ocorrido, principalmente, nos dias de pagamento dos benefícios. O centro destas cidades impulsiona o sistema de ações (SANTOS, 2004c [1996]), mediante as lojas do comércio e o transporte local, que leva as pessoas para as sedes dos municípios, onde se encontram as instituições financeiras, ou para o principal centro de consumo da região, a cidade de Pau dos Ferros que, além de dispor de uma oferta de agências e correspondentes financeiros, oferta uma gama de produtos e serviços especializados não disponíveis em sua cidade.

As instituições financeiras alojadas nestes espaços menores possibilitam que essa dinâmica aconteça e que outros agentes, como o comércio e os serviços, se beneficiem, embora os próprios bancos sejam os que mais lucram nesse processo, pois administram todo esse recurso e, ao mesmo tempo, ofertam serviços e produtos financeiros, como empréstimos consignados, para a população.

Outra importante fonte de recursos que passa pelos bancos e causa impacto na dinâmica das cidades da região são originadas das políticas públicas de assistência social, principalmente, os benefícios do Bolsa Família.

Este recurso, como ocorre com os benefícios da aposentadoria e pensão pagos pelo INSS, é um dos que mais movimenta a economia local e regional, se considerarmos que é na cidade de Pau dos Ferros onde se encontra a maior quantidade de objetos geográficos ligados ao setor financeiro e comércio. O beneficiário prefere se deslocar para este centro para sacar a bolsa em uma agência, ou em um dos correspondentes bancários da cidade para, logo em seguida, realizar as compras do mês antes do retorno para seu município.

Na região sob influência de Pau dos Ferros, os maiores foram São Miguel, com quase 10 milhões de reais pagos no ano de 2015, Alexandria (R\$ 5,3 Milhões) e Luís Gomes (4,6 Milhões). Pau dos Ferros, mesmo sendo a maior cidade em número de habitantes, não é a que recebe mais recursos com os pagamentos de benefícios

do Bolsa Família, embora seja neste centro onde a maior parte desse recurso é despejado, seja na compra de produtos e/ou na prestação de serviços (Tabela 11).

Tabela 11 – Região de Pau dos Ferros: número de pagamentos e valores pagos pelo Programa Bolsa Família (2015)

MUNICÍPIO	NÚMERO DE PAGAMENTOS¹⁸²	VALOR (R\$) *
Pau dos Ferros	35.699	5.340.266
Água Nova	6.344	1.286.089
Alexandria	26.288	5.345.877
Coronel João Pessoa	8.352	1.606.239
Doutor Severiano	12.580	2.756.213
Encanto	8.709	1.816.972
Francisco Dantas	6.286	965.319
José da Penha	8.593	1.463.961
Luís Gomes	19.713	4.630.992
Major Sales	6.126	1.160.506
Marcelino Vieira	16.776	2.833.160
Martins	14.269	2.407.377
Paraná	8.193	1.690.632
Pilões	7.279	1.494.630
Portalegre	13.220	2.032.498
Rafael Fernandes	6.651	1.068.418
Riacho da Cruz	6.374	1.087.453
Riacho de Santana	7.231	1.726.901
São Francisco do Oeste	7.029	1.406.607
São Miguel	42.071	9.966.851
Serrinha dos Pintos	9.687	2.216.013
Taboleiro Grande	3.909	567.903
Tenente Ananias	19.762	3.036.942
Venha-Ver	7.651	1.750.884
Viçosa	3.990	672.379
Total	312.782	60.331.082

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra a partir de dados extraídos da Plataforma Indicadores do Governo Federal (<http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar>), jun., 2016. (*) Para melhor acomodação da planilha, não mostramos os centavos de reais dos referidos benefícios.

¹⁸² A relação entre o número de pagamentos e o valor pago depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da renda, havendo ainda benefícios específicos para famílias com crianças. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS, 2015), existem benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

A nosso ver, pelo fato de Pau dos Ferros apresentar melhores condições socioeconômicas que os demais municípios de sua região (PNUD, 2015), este não atende a alguns requisitos estabelecidos pelo programa para as famílias receberem o recurso como, por exemplo, renda.

Nesse aspecto, em que temos o sistema de objetos (agências, postos, correspondentes bancários) espalhados pelas cidades, associado ao sistema de ações (financiamento da construção da casa própria, microcrédito para o pequeno agricultor, empréstimos consignados aos servidores públicos e aposentados) (SANTOS, 2004c [1996]), passa a configurar na região um conjunto e complexo sistema de vínculos aos circuitos bancários e financeiros, à medida em que o dinheiro é sacado nestas instituições, a economia local é dinamizada, movimentando um mercado não apenas na cidade sede do beneficiário, mas de centros como Pau dos Ferros, que abriga os principais fixos geográficos ligados à economia urbana da região (SANTOS, 2004c [1996]).

Como acontece com o pagamento dos aposentados e pensionistas do INSS, o pagamento dos benefícios sociais, como o Bolsa Família, movimenta toda uma cadeia da economia destas cidades. E, novamente, a cidade de Pau dos Ferros se beneficia dessa situação, quando observamos a movimentação dos carros que transportam a população das cidades vizinhas nos dias de pagamento. As agências dos bancos de Pau dos Ferros ficam lotadas e, em alguns casos, falta numerário nos terminais eletrônicos¹⁸³ disponíveis dentro das agências. É importante destacar que quase todas as agências bancárias existentes nas cidades da região estão localizadas em sua área central, de maior dinâmica e próximas dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

Ao tratarmos dos sistemas de ação promovidos pelas instituições financeiras na região, destacamos duas principais políticas que estão associadas à configuração urbano-regional de Pau dos Ferros, denotando sua representatividade em relação às demais cidades circunvizinhas na produção do espaço urbano e regional desta cidade.

¹⁸³ Conhecidos também como caixa eletrônico ou terminal de autoatendimento, estes fixos bancários oferecem uma diversidade de operações bancárias ao cliente, além de sacar dinheiro, como transferir valores entre contas, realizar depósitos, pagar boletos de diversas naturezas, realizar empréstimos, imprimir folhas de cheques, entre outras operações (CONTEL, 2006). Atualmente, nas cidades da região, este tipo de equipamento só pode ser encontrado dentro das agências bancárias, tendo em vista a preocupação dos operadores com os constantes roubos ocorridos nos últimos anos. Os próprios comerciantes solicitaram a retirada dos terminais eletrônicos de dentro de seus estabelecimentos para evitar prejuízos com utilização de explosivos em seus arrombamentos.

Em primeiro lugar, temos o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV), criado na última década pelo Governo Federal, sob a gestão do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. O MCMV surgiu como uma solução para o atendimento às famílias das classes sociais mais pobres, possibilitando o financiamento para a construção de habitações, mediante concessões de subsídios (CEF, 2015).

Mesmo que, no início do programa, as cidades menores (com até 50 mil habitantes) não fossem contempladas, logo depois, o Ministério das Cidades incluiu estes pequenos municípios no orçamento da união para a consecução de projetos de construção de habitação em diversas faixas de renda¹⁸⁴. O valor total do imóvel tem embutido, na maioria dos casos, a participação dos valores de financiamento, de subsídio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de subsídio do Orçamento Geral da União (OGU) (CEF, 2015).

Isso posto, o setor financeiro foi novamente privilegiado, pois estes recursos passam pelos agentes bancários, em especial, pela Caixa Econômica Federal, instituição delegada pelo Governo Federal para gerir e operar os recursos deste programa habitacional. Esta atribuição foi dada à Caixa tendo em vista sua presença no território, característica fundamental para executar os compromissos propostos pelo programa (D'AMICO, 2011).

A partir dos dados da Plataforma Indicadores do Governo Federal¹⁸⁵, percebemos a evolução crescente do número de projetos habitacionais difundidos em todos os municípios da região. Pau dos Ferros se destaca por ter atribuído ao Programa MCMV 180 milhões de reais em habitação, para um total de 2.775 contratos entre 2009 e 2014. De longe, Pau dos Ferros é a cidade mais beneficiada na região

¹⁸⁴ De acordo com as informações sobre habitação retiradas na Plataforma Indicadores do Governo Federal (<http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar>) para construção da tabela a seguir, “Podem participar do programa as famílias com renda mensal de até R\$ 5 mil na área urbana e na área rural as famílias cujo faturamento anual da propriedade familiar não ultrapasse R\$ 60 mil. Também são observados limites de valor para o imóvel a ser adquirido, que variam conforme a localidade. As operações estão divididas em três faixas, com as seguintes características: Faixa 1: Destinado a famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil (área urbana) ou faturamento anual de até R\$ 15 mil (área rural), é executado por meio de parceria entre o Governo Federal, Estados, Municípios e Movimentos Sociais que constroem os imóveis com orçamento da União. Faixa 2: Destinado a famílias com renda mensal de até R\$ 3,1 mil (área urbana) ou faturamento anual de até R\$ 30 mil (área rural), ocorre por meio de financiamentos bancários com juros reduzidos e parcela de subsídio do Orçamento Geral da União e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Faixa 3: Destinado a famílias com renda mensal de até R\$ 5 mil (área urbana) ou faturamento anual de até R\$ 60 mil (área rural), ocorre por meio de financiamentos bancários com juros reduzidos”.

¹⁸⁵ O site da Plataforma Indicadores do Governo Federal é: <http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar>.

por esse programa. Entretanto, o que nos chama atenção é a quantidade de projetos destinados para cidades vizinhas a Pau dos Ferros, como Encanto, com 535 contratos, e São Francisco do Oeste, com 577 para o mesmo período (2009-2014), enquanto os outros municípios maiores, como São Miguel (106 contratos), e Alexandria (176 contratos), não atingiram nem a metade do número de projetos contratados no período pelas cidades mais próximas de Pau dos Ferros (Tabela 12, na página seguinte). Nas cidades menores, como Venha-Ver, Viçosa, Serrinha dos Pintos, Paraná e Água Nova, seus projetos foram praticamente financiados pelos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), por isso, os valores baixos e aproximados entre eles.

Atribuímos o fato das cidades mais próximas a Pau dos Ferros apresentarem esses dados mais representativos em relação às cidades maiores devido ao aparato das instituições financeiras presentes neste centros. A cidade de Pau dos Ferros tem o sistema financeiro mais estruturado da região, tendo em vista a presença de várias agências bancárias e demais instituições de crédito, destacando-se como um centro que abriga condições para a difusão do setor da construção civil, o que envolve uma cadeia de setores de serviços e comércio ligados, por exemplo, no comércio de materiais de construção. De acordo com os dados da RAIS/CAGED (MTE, 2015), em 2014, o número de estabelecimentos na área da construção civil sediados em Pau dos Ferros foi 16, e a cidade vizinha, Portalegre, que passa por uma recente especulação devido seu potencial turístico, possui 18 estabelecimentos nesta área. Por outro lado, as demais cidades da região de influência de Pau dos Ferros possuem, no máximo, 02 estabelecimentos.¹⁸⁶ Em Pau dos Ferros, segundo a inspetoria do CREA, existem 61 engenheiros civis ativos e 12 construtores.

¹⁸⁶ Segundo entrevista, a coordenadora do setor de habitação da agência da Caixa Econômica Federal, sediada na cidade de Pau dos Ferros, aproximadamente 20% das obras contratadas pelo programa MCMV são executadas por construtoras de Mossoró ou Natal. O restante são de pequenas construtoras de Pau dos Ferros. Os trabalhadores vêm dos municípios vizinhos para atuarem como pedreiros e/ou serventes.

Tabela 12 – Região de Pau dos Ferros: unidades e valores pagos de projetos habitacionais financiados pelo Programa Minha casa, Minha Vida (PMCMV) (2009-2014)

(continua)

MUNICÍPIO	UNIDADES CONTRATADAS (TOTAL)						VALOR TOTAL (R\$) *					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Pau dos Ferros	55	197	365	574	701	883	2.660.000	11.240.000	23.110.000	35.220.000	46.190.000	61.580.000
Água Nova	-	-	-	30	30	30	-	-	-	360.000	360.000	360.000
Alexandria	-	-	1	38	49	88	-	-	73.330	998.330	1.845.500	5.446.230
Cel. João Pessoa	-	-	0	67	70	70	-	-		930.560	1.037.370	5.446.230
Doutor Severiano	-	-	5	76	79	83	-	-	254.730	1.757.780	1.952.220	2.249.290
Encanto	1	5	9	132	186	201	73.720	236.140	509.970	3.485.660	5.353.390	6.295.810
Francisco Dantas	-	-	1	69	78	81	-	-	76.710	1.529.960	2.004.260	2.275.330
José da Penha	1	6	9	79	82	88	58.560	338.410	523.400	1.942.630	2.167.310	2.752.350
Luís Gomes	1	6	9	79	82	88	58.560	338.410	523.400	1.942.630	2.167.310	2.752.350
Major Sales	0	0	1	64	72	73	-	-	80.100	1.408.780	1.650.450	1.740.320
Marcelino Vieira	5	17	24	65	109	122	246.090	1.001.700	1.529.850	2.769.040	4.119.530	5.069.610
Martins	-	3	4	75	99	103	-	193.900	263.940	1.761.840	2.574.760	2.888.900
Paraná	-	-	-	66	70	70	-	-	-	1.260.000	1.360.000	1.360.000
Pilões	1	1	2	38	77	93	26.000	26.000	65.920	875.300	1.888.790	3.072.860
Portalegre		2	4	75	81	90		122.260	273.530	1.800.560	2.354.780	3.148.500
Rafael Fernandes	1	11	16	54	59	69	58.790	642.320	1.027.600	2.020.280	2.424.260	3.283.220
Riacho da Cruz	-	-	-	70	71	73	-	-	-	1.360.000	1.426.360	1.600.270
Riacho de Santana	-	1	2	34	66	68	-	60.300	103.940	615.800	1.415.800	1.528.950
São F. do Oeste	-	17	44	123	187	206	-	702.300	1.900.520	3.933.520	6.257.570	7.624.360

<i>São Miguel</i>	1	6	13	24	28	34	47.470	397.080	975.270	1.833.310	2.226.100	2.824.370
<i>Serrinha dos Pintos</i>	-	-	-	69	69	69	-	-	-	1.350.000	1.350.000	1.350.000
<i>Taboleiro Grande</i>	-	-	-	69	69	69	-	-	-	1.673.110	2.189.910	2.271.960
<i>Tenente Ananias</i>	1	1	2	65	72	72	25.830	25.830	106.030	1.291.030	1.466.030	1.466.030
<i>Venha-Ver</i>	-	-	-	61	70	70	-	-	-	1.140.000	1.360.000	1.360.000
<i>Viçosa</i>	-	-	-	69	69	69	-	-	-	1.350.000	1.350.000	1.350.000
Total	67	273	511	2.165	2.625	2.962	3.255.020	15.088.510	31.398.240	74.610.120	98.491.700	131.096.940

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra a partir de dados extraídos da Plataforma Indicadores do Governo Federal (<http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar>), jun., 2016. (*) Para melhor acomodação da planilha, não mostramos os centavos de reais dos referidos valores. O total leva em consideração os valores de financiamento, de subsídio do FGTS e de subsídio do OGU.

Dessa forma, as etapas que envolvem a elaboração do projeto, passam pelo cadastro na instituição financeira, execução da obra, acompanhamento e sua finalização. Para tanto, torna-se importante frisar que é em Pau dos Ferros também que se encontram as maiores lojas e depósitos de material de construção da região, o que garante uma melhor oferta e preço dos produtos necessários para a obra.

Uma segunda política importante na estruturação e dinâmica do setor financeiro na região está associada à atuação do pequeno agricultor no interior dos pequenos municípios da região. A oferta de microcréditos para os agricultores é bastante comum e tem, no setor financeiro, o principal canal de relacionamento para o pequeno produtor. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o principal programa de crédito, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária, compreendeu, nos últimos anos (2004-2015), no território do Alto Oeste¹⁸⁷, mais de 180 milhões em crédito, que passam pelas instituições financeiras até chegar ao pequeno agricultor (Tabela 13).

Tabela 13 – Alto Oeste Potiguar: número de contratos e valores do PRONAF (2004-2015)

(continua)

Safra	Quantidade de Contratos	Valor em R\$
2004/2005	19.237	15.028.130,00
2005/2006	28.975	31.033.304,00
2006/2007	23.698	24.183.468,00
2007/2008	15.778	16.041.990,00
2008/2009	6.851	9.062.514,00
2009/2010	6.946	10.451.832,00
2010/2011	5.691	9.146.830,00
2011/2012	6.530	15.001.846,00
2012/2013	7.699	23.408.618,00
2013/2014	481	7.707.896,00

¹⁸⁷ Os municípios são: Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antônio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias Jose da Penha, Lucrécia, Luís Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Umarizal, Venha-Ver, Viçosa.

2014/2015	7.759	20.806.540,00
Total	129.645	181.872.968,00

Fonte: MDA (2015). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>

Na região, a principal instituição financeira a administrar estes recursos do MDA é o Banco do Nordeste, sediado na cidade de Pau dos Ferros. O *Agroamigo*, principal programa de microfinança rural deste banco, foi criado em 2005, e tem o objetivo de possibilitar a melhora do perfil socioeconômico do agricultor familiar, nos 31 municípios do território do MDA, área de atuação do banco.

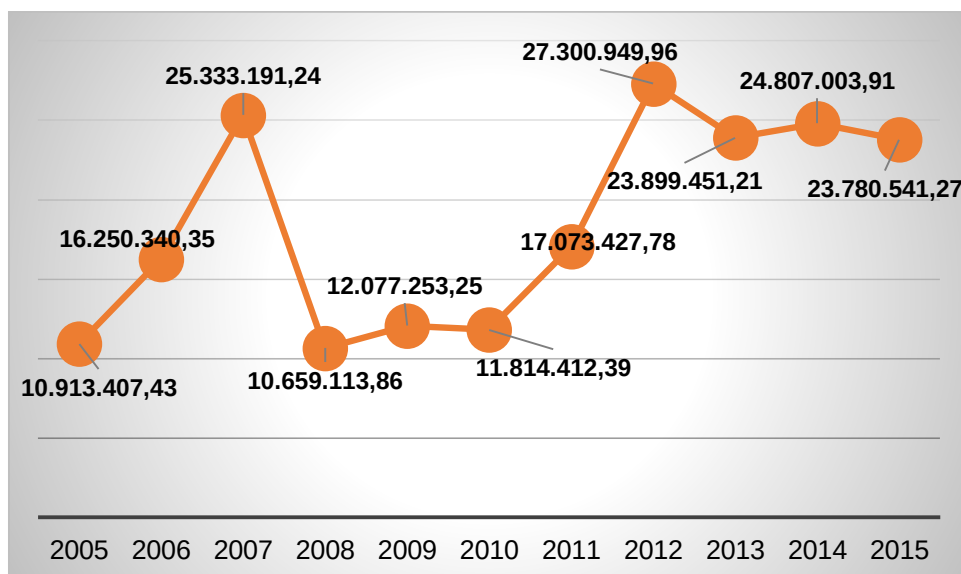
Ao conversarmos com o gerente de desenvolvimento da agência do Banco do Nordeste de Pau dos Ferros, tomamos conhecimento que a política de concessão de crédito para o pequeno agricultor está vinculada à sua promoção na inclusão de serviços e produtos do banco e ao atendimento do produtor na própria comunidade. Para isso, existem equipes de estagiários que circulam nas zonas rurais dos municípios apresentando o programa e vendendo os produtos e serviços do banco.

Ao selecionarmos apenas os municípios sob influência de Pau dos Ferros e todas as modalidades¹⁸⁸ de créditos ofertados pelo banco do Nordeste, no período de 2004 a 2015, enxergamos a dimensão de recursos disponibilizados na região com um total de mais de 23 milhões no último ano (Gráfico 04, na página seguinte)

Pau dos Ferros é o município que compreende mais de 22% dos valores contratados pelo banco para crédito em diversas modalidades de programa em sua área de atuação no Alto Oeste Potiguar, o que corresponde a mais de 5 milhões de reais em 2015.

¹⁸⁸ Além dos recursos voltados para o agricultor familiar, o banco disponibiliza linhas de crédito para os setores do comércio e indústria, em sua maioria, oriundas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Para mais informações sobre os produtos e serviços do Banco do Nordeste, ver <http://www.bnb.gov.br/>.

Gráfico 04 – Região de Pau dos Ferros: evolução dos valores (R\$) contratados em linha de crédito pelo Banco do Nordeste (2005-2015)



Fonte: Consulta ao setor de contratos da agência do Banco do Nordeste em Pau dos Ferros. Organização de Josué A. Bezerra, ago., 2016.

Como podemos visualizar na tabela 14, a seguir, existem diversos programas de linha de crédito ofertados por esta instituição financeira, que vão desde o financiamento às microempresas e empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual (MPE), oriundo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que contempla setores da indústria, turismo, comércio e prestação de serviços, até aqueles enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Tabela 14 – Pau dos Ferros: número de contratos e valores contratados em linhas de crédito pelo Banco do Nordeste (2015)

(continua)

<i>Município</i>	Número de Contratos	Alto Oeste (%)	Valor Contratado (R\$)	Alto Oeste (%)
PAU DOS FERROS	182	5,84	5.178.793,77	22,16
FNE	141	4,52	4.659.508,37	19,94
<i>FNE-comércio</i>	2	1,10	457.500,00	8,83
<i>FNE-EI/comércio</i>	2	1,10	23.604,00	0,46

<i>FNE-El/indústria</i>	3	1,65	15.478,00	0,30
<i>FNE-El/serviços</i>	1	0,55	5.910,55	0,11
<i>FNE-MPE-comércio</i>	29	15,93	2.309.630,37	44,60
<i>FNE-MPE-indústria</i>	4	2,20	229.900,00	4,44
<i>FNE-MPE-serviços</i>	8	4,40	718.400,00	13,87
<i>FNE-MPE-turismo</i>	1	0,55	41.527,40	0,80
<i>Industrial</i>	1	0,55	220.000,00	4,25
<i>PRONAF grupo "B" - FNE</i>	1	0,55	4.000,00	0,08
<i>PRONAF mulher - FNE</i>	1	0,55	14.962,11	0,29
<i>PRONAF semiárido - FNE</i>	1	0,55	14.021,61	0,27
<i>PRONAF-B/plano-safra semiárido</i>	82	45,05	327.499,90	6,32
<i>PRONAF-mais alimentos (FNE)</i>	2	1,10	27.887,12	0,54
<i>RURAL</i>	3	1,65	249.187,31	4,81
Recursos do Banco (RECIN)	41	1,31	519.285,40	2,22
<i>Capital de giro-insumos</i>	24	13,19	227.480,40	4,39
<i>CDC¹⁸⁹ conterrâneo</i>	1	0,55	1.700,00	0,03
<i>CDC convênios</i>	6	3,30	24.905,00	0,48
<i>MPE capital de giro</i>	10	5,49	265.200,00	5,12

Fonte: Pesquisa direta ao setor de contratos da agência do Banco do Nordeste em Pau dos Ferros. Organização de Josué A. Bezerra, ago., 2016.

Em Pau dos Ferros, podemos observar que temos duas grandes linhas de crédito que se destacam no setor financeiro do banco do Nordeste. A primeira reflete o perfil de centro comercial que esta cidade assume na região, com mais de 44% dos valores contratados para todo o Alto Oeste Potiguar, pela agência do Banco do Nordeste, para serem utilizados na estruturação e aumento de empreendimentos de pequeno, médio e grande porte (BNB, 2016). Estes investimentos, no setor comercial, resultaram em 29 contratos que corresponderam a mais de 2,3 milhões em crédito, só no ano de 2015.

O outro programa que se destaca, tanto em número de contratos como em valores disponibilizados de crédito, é aquele voltado para a agricultura familiar, junto ao PRONAF, na modalidade "B". Esta modalidade do PRONAF atende aos

¹⁸⁹ CDC refere-se a uma modalidade de crédito consignado.

agricultores e produtores rurais que tenham atingido, no máximo, 20 mil reais de renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal. Apesar de disponibilizar de valores individuais bem menores, o volume de contratos do PRONAF “B”, tanto em Pau dos Ferros como nas demais cidades da região, representa uma grande quantidade de recursos que são utilizados pelos pequenos agricultores para o desenvolvimento de sua atividade rural (BNB, 2016).

Os recursos utilizados por estas linhas de crédito movimentam o setor produtivo regional e, em particular, a cidade de Pau dos Ferros, onde se encontram as principais lojas de insumos agrícolas da região, como também um conjunto de atividades e serviços voltados para estruturação dos espaços destes pequenos produtores.

Isso posto, o setor financeiro está presente na vida das pessoas dos pequenos municípios da região, e Pau dos Ferros, núcleo urbano principal que concentra os objetos financeiros deste setor e dita as suas ações no território, movimenta toda uma cadeia de atividades ligadas ao comércio e serviços, onde as instituições financeiras moldam os espaços destes pequenos centros. Neste sentido, Felipe (2010) afirma que

[...] as inovações que revitalizam a cidade reforçando o seu poder e sua capacidade de influência, geram funções de serviços, sedimentando uma atividade terciária na cidade, que proporciona ascensão social, criando euforia nas populações da zona rural que são atraídas pela cidade e pelas suas oportunidades de emprego (Ibid., p. 59).

As instituições financeiras veem essa nova prática, interligando o território, como uma forma de obter cada vez mais lucros, induzindo essa população ao consumo de diversos serviços e produtos financeiros, modificando a dinâmica das cidades. Deste modo, como afirma Corrêa (2007a), há uma diferenciação funcional dos centros urbanos com distintos tamanhos e papéis no território, independente do seu tamanho demográfico.

Assim, estas agências prestam atendimento não apenas à população local, mas a toda uma região constituída por pequenos municípios desassistidos da maior parte dos serviços bancários. A cidade de Pau dos Ferros abriga estes equipamentos que estruturam a economia regional e tem, nas pequenas cidades que a orbitam, grande parte das demandas dos serviços financeiros na região.

Mesmo com a ampliação destes equipamentos nas pequenas cidades da região, quando se precisa de um serviço financeiro mais complexo, muitas vezes, referente à regularização/atualização de senhas, depósitos ou saques de valores maiores, financiamento habitacional, a população destes centros têm que recorrer às cidades que possuem as agências bancárias, como Pau dos Ferros.

Essa lógica nos faz entender que o acesso às tecnologias e formas modernas de comunicação está presente em todo o espaço, inclusive, nestes pequenos e isolados centros do interior nordestino, entretanto, há de se considerar que nem todos têm condições financeiras para consumir tais produtos/serviços.

4.3.5 A cidade como difusor dos serviços de saúde

Os serviços de saúde e educação, ao lado do comércio, nos estudos de centralidade urbana, se apresentam como uma importante variável para entender o processo de urbanização e organização da rede de cidades. A assistência médico-hospitalar, no que se refere à sua difusão e especialização no território, representa um importante indutor de deslocamento de pessoas entre as cidades e sua estruturação, seja no setor público ou no privado, mostra-se como um dos entes responsáveis pelo entendimento da dinâmica urbano-regional das cidades.

A difusão de hospitais, clínicas médicas de atendimento especializados, centros de tratamento, laboratórios clínicos, e até simples consultórios médicos, é cada vez mais comum nas cidades intermediárias da rede urbana brasileira.

A cidade de Pau dos Ferros assume essa função regional também no setor de saúde que parte do seu enquadramento na regionalização dos serviços públicos de saúde do estado, permitindo, nos últimos anos, a evidência desta cidade como um importante centro prestador de serviço especializado no interior do Rio Grande do Norte.

Na ocasião, outros centros potiguares também são privilegiados com a regionalização do serviço de saúde promovido pelos governos federal e estadual, mediante o Sistema Único de Saúde (SUS),¹⁹⁰ que possibilita a sustentação destes serviços prestados nos estabelecimentos de saúde, inclusive em clínicas médicas

¹⁹⁰ O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma proposta de política pública que se construiu e se institucionalizou a partir de um amplo debate na sociedade brasileira, estimulado pelo movimento sanitário e referenciado na Constituição Federal de 1988 (MS, 2000).

particulares, nas quais boa parte dos serviços prestados à população são pagos pelo SUS.

Com relação à rede de saúde pública do estado, da mesma forma como ocorre com o setor da educação, sua estruturação está organizada em unidades regionais de administração vinculadas à Secretaria de Saúde Pública (SESAP) do Rio Grande do Norte. Além da sede de Natal, existem 08 regiões administrativas, distribuídas pelo estado e encabeçadas pelas cidades de Assú; Caicó; Mossoró; João Câmara; São José de Mipibú; Santa Cruz e Pau dos Ferros, sendo que cada uma destas cidades assume um conjunto de outras menores na assistência aos serviços da saúde.

As cidades maiores do estado possuem um hospital regional que atende à população residente em um conjunto de cidades pequenas próximas, algumas destas localizadas até em estados vizinhos, como na Paraíba e no Ceará (IBGE, 2008; IDEMA, 2014). Apesar dessa representatividade, os hospitais regionais do interior do estado dispõem de equipamentos e serviços ainda limitados, voltados para o atendimento de urgência e emergência, com poucas especialidades médicas, sendo as mais comuns a cardiologia, pediatria e ortopedia.

Com isso, mesmo com as recentes políticas de descentralização dos serviços públicos de saúde implementadas pelo Governo Federal, com a construção das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e a difusão de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), para cidades menores, a concentração dos equipamentos e a oferta de serviços especializados de saúde em cidades como Natal e Mossoró ainda fazem destes centros os principais destinos da população norte-rio-grandense que procura um serviço médico-hospitalar mais completo no estado (DATASUS, 2016; IBGE, 2008).

A interiorização dos processos de urbanização faz com que Pau dos Ferros adquira uma intermediação na oferta de serviços na área da saúde para um conjunto de municípios localizados no entorno dessa cidade, com a estruturação de clínicas especializadas, consultórios e demais estabelecimentos médicos de caráter privado que vêm, movidos pelos investimentos aplicados pelo setor público, se instalando em Pau dos Ferros nos últimos anos.

A estruturação do setor nas cidades do Rio Grande do Norte no que se refere ao número de leitos, consultórios, clínicas e ambulatórios especializados nos mostra, por um lado, a concentração destes recursos físicos nas cidades maiores, sobretudo

em Natal e Mossoró (50,65%), por outro lado, a presença de centros como Pau dos Ferros e Caicó, com uma estrutura que compreende hospitais regionais, clínicas médicas e unidades básicas de saúde mais equipadas, faz com que as pessoas que vivem nos municípios menores e mais próximos recorram, inicialmente, a estes centros intermediários (DATASUS, 2016).

Os leitos de urgência, que contemplam as Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) e os Centros de Tratamento Intensivo (CTI), têm um número bem reduzido em relação aos leitos de internação simples (Tabela 15), o que exige, por exemplo, uma ampla dependência da população das cidades do interior para os centros maiores.

Tabela 15 – Rio Grande do Norte: número de leitos, consultórios, clínicas e ambulatórios especializados nos principais centros (2015)

Cidades	Leitos		Estabelecimentos		Rede de Hospitais do Estado
	Leitos de Internação	Leitos Urgência (repouso e observação)	Consultórios	Clínicas Especializadas e Ambulatórios Especializados	
<i>Assú</i>	68	5	10	13	1
<i>Caicó</i>	184	4	63	20	1
<i>Currais Novos</i>	86	4	5	21	1
<i>Mossoró</i>	646	13	126	99	3
<i>Natal</i>	3.106	59	980	260	5
<i>Pau dos Ferros</i>	120	8	18	18	1
<i>Santa Cruz</i>	101	4	2	5	0
<i>Rio Grande do Norte</i>	7.407	177	1.261	578	24

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra a partir dos dados extraídos do sistema DATASUS (2016)

As clínicas e ambulatórios especializados e os consultórios médicos que estão presentes em Pau dos Ferros atendem às mais diversas especialidades médicas e são estruturados para receber uma demanda regional, considerando os pequenos municípios da região que não dispõem de um serviço de saúde eficaz que atenda à população local.

Considerando a área de influência da cidade de Pau dos Ferros (IBGE, 2008), temos o reflexo dessa polarização dos serviços de saúde no seu núcleo urbano principal, com um número maior de especialidades médicas ofertadas em relação à região. Nestes pequenos espaços, há a predominância de médicos clínicos gerais, odontólogos e médicos da família (Tabela 16, na página seguinte). As especialidades médicas são bastante restritas e, quando ocorrem, são reduzidas a poucos dias de atendimento por semana.

Tabela 16 – Região de Pau dos Ferros: número de profissionais especialistas na área de saúde (2015)

(continua)

<i>Município</i>	Assistente Social	Bioquímico/ farmacêutico	Cirurgião Geral	Clínico Geral	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Ginecologia e Obstetra	Médico de Família	Nutricionista	Odontólogo	Pediatra	Psicólogo	Psiquiatra	Radiologista	Outras especialidades médicas	Outras ocupações de nível superior relacionadas à Saúde	Total
Água Nova	1	1	-	1	2	1	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	10
Alexandria	1	1	1	11	18	4	3	-	1	4	14	2	2	-	-	8	-	70
Coronel João Pessoa	2	-	-	2	3	1	-	-	2	1	2	-	1	-	-	-	-	14
Doutor Severiano	-	1	-	3	5	2	1	-	1	2	3	-	1	-	-	-	-	19
Encanto	-	1	-	1	4	2	-	-	-	1	3	1	1	-	-	-	-	14
Francisco Dantas	-	-	-	-	1	2	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	6
José da Penha	-	1	-	1	4	1	1	-	2	1	3	-	-	-	-	-	-	14
Luís Gomes	2	1	-	1	10	4	-	-	4	4	7	-	1	-	-	-	1	35
Marcelino Vieira	2	-	-	-	5	1	-	-	2	1	4	-	1	-	-	-	1	17
Major Sales	-	1	-	3	6	2	1	-	1	-	2	-	1	-	-	-	1	18
Martins	-	-	-	2	4	2	-	-	1	1	4	-	-	-	-	-	1	15
Paraná	-	1	-	2	4	1	-	-	1	1	2	-	1	-	-	-	-	13
Pilões	1	1	-	2	2	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	8
Portalegre	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	5	-	-	-	-	-	-	8
Rafael Fernandes	-	1	-	1	2	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	8
Riacho da Cruz	-	-	-	-	3	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	5

<i>Riacho de Santana</i>	-	-	-	1	2	1	-	-	2	1	2	-	1	-	-	-	-	10
<i>São Francisco do Oeste</i>	-	-	-	-	2	-	-	-	2	1	2	-	-	-	-	-	-	7
<i>São Miguel</i>	1	1	1	4	7	2	2	-	3	1	5	1	3	-	-	-	2	33
<i>Serrinha dos Pintos</i>	1	-	-	1	3	1	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	10
<i>Taboleiro Grande</i>	-	2	-	-	2	1	-	-	1	-	2	-	1	-	-	-	-	9
<i>Tenente Ananias</i>	2	-	-	-	5	2	1	-	2	1	3	-	-	-	-	-	-	16
<i>Venha-Ver</i>	-	1	-	1	3	2	1	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	12
<i>Viçosa</i>	1	-	-	2	2	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	8
<i>Pau dos Ferros</i>	12	6	1	33	54	15	4	2	5	9	26	4	7	1	5	8	4	196

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra a partir dos dados do DATASUS (2016).

As cidades de São Miguel e Alexandria aparecem como aquelas que ofertam alguns serviços de saúde mais especializados em consultórios e laboratórios clínicos, realizando exames de média complexidade¹⁹¹. Este quadro faz a cidade de Pau dos Ferros possuir maiores condições de infraestrutura na prestação dos serviços de saúde e, com isso, assumir a posição de cidade que converge os principais equipamentos técnicos e pessoal especializados na área de saúde.

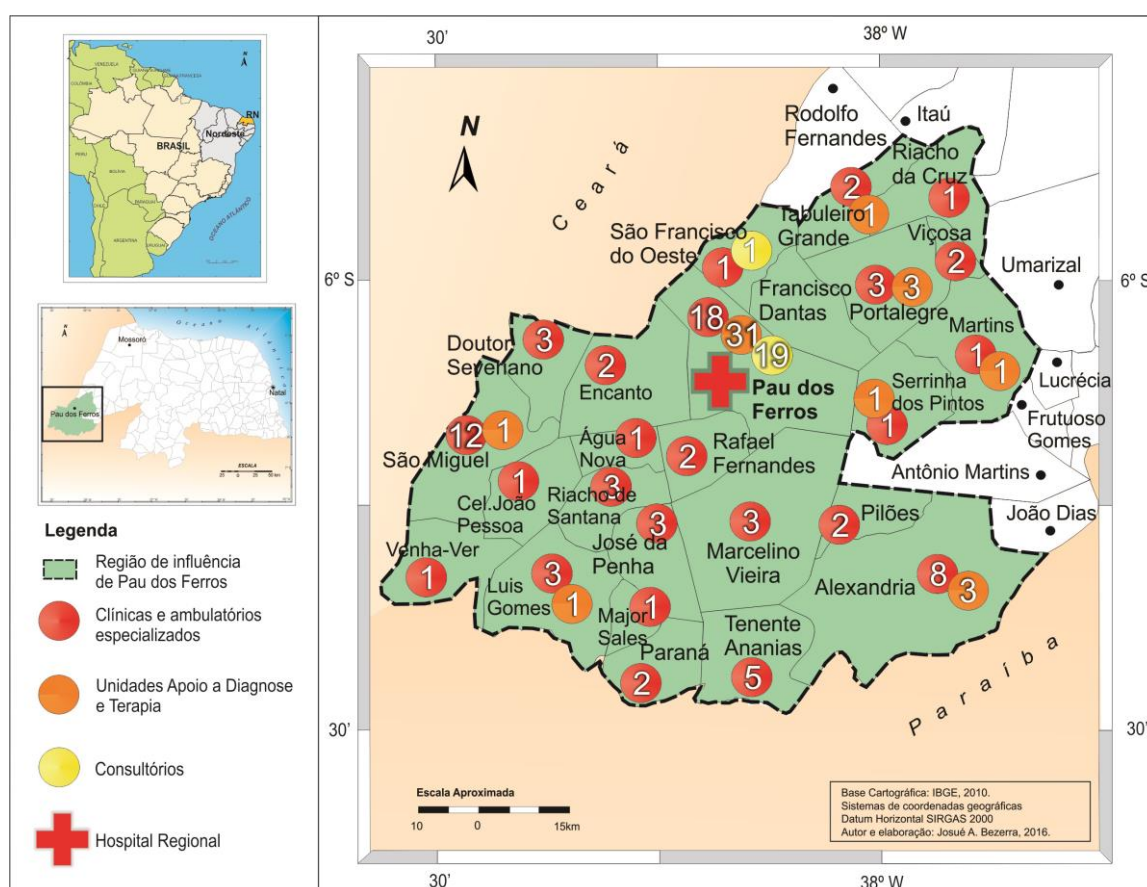
Enquanto os municípios da região dispõem basicamente de estabelecimentos de saúde ambulatorial, que realizam somente Procedimentos de Atenção Básica ou Procedimentos de Atenção Básica Ampliada, em Pau dos Ferros, existem clínicas médicas que ofertam, por exemplo, serviços de ecocardiografia, traqueoscopia, radiografia, tomografia computadorizada; eletroencefalografia; entre outros exames laboratoriais e clínicos que não podem ser encontrados nos outros municípios da região. É importante destacar que uma das maiores operadoras de planos de saúde do país também possui uma cooperativa sediada em Pau dos Ferros (Unimed Alto Oeste Potiguar), o que reflete também uma demanda para o serviço de saúde privado.

Enfatizamos a carência dos serviços de saúde de grande parte dos pequenos municípios da região que, apesar de apresentarem em suas estatísticas algumas unidades de saúde e até hospitais gerais, se encontram incapazes de realizar um atendimento minimamente complexo e, por isso, há uma promoção no deslocamento da população residente nestes municípios para as cidades que ofertam o serviço. Além de Pau dos Ferros, Alexandria se destaca na área da saúde por ofertar uma estrutura física e de recursos humanos melhor que os demais municípios da região.

Com relação à distribuição das clínicas, ambulatorios especializados, consultórios médicos e unidades de apoio à diagnose e tratamento, percebemos que as pequenas cidades da região também se encontram bastante carentes (Mapa 12, na página seguinte). Novamente, as cidades de São Miguel e Alexandria são aquelas que minimamente dispõem deste tipo de estrutura para a população, embora, conforme visualizamos na tabela 16 (anterior), as especialidades ainda são bastante reduzidas.

¹⁹¹ Segundo o Ministério da Saúde, os exames considerados de média (e também de alta) complexidade são aqueles que são realizados em estabelecimentos equipados e/ou credenciados pelo SUS para execução.

Mapa 12 – Região de Pau dos Ferros: distribuição de clínicas, consultórios e hospital regional (2015)¹⁹²



Fonte: DATASUS (2016). Cartografia e organização de Josué A. Bezerra, ago., 2016.

A cidade de Pau dos Ferros, além de concentrar o maior número de clínicas, ambulatórios especializados e consultórios médicos, abriga o Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade, que recebe os casos mais graves verificados na região. O hospital regional, criado no ano de 1990, segundo a Secretaria de Saúde do Estado¹⁹³, tem uma área de atendimento que compreende 37 municípios do Oeste do Rio Grande do Norte, bem como de pacientes de municípios que fazem divisa com o

¹⁹² Para essa representação, consideramos o número total de estabelecimentos prestadores de serviço ou não do Sistema Único de Saúde (SUS), em dezembro de 2015, última referência gerada por esta fonte de pesquisa (DATASUS, 2016). O total de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde no Rio Grande do Norte no período é de 4.014. A maioria é compreendida por consultórios médicos (31,4%), e o total dos estabelecimentos, 37,14% estão em Natal; 8,22%, em Mossoró; 3,71%, em Caicó; 2,79% em Parnamirim e, em seguida, Pau dos Ferros, abrigando 2,29% do total do estado (DATASUS, 2016).

¹⁹³ Estas informações foram coletadas na IV Unidade Regional de Saúde Pública (URSAP), bem como no Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade.

estado na Paraíba, como Uiraúna e Bom Sucesso, e Ceará, como Iracema, Ererê e Pereiro.

Neste hospital, além do atendimento de urgência e emergência, com o único espaço com leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da região, há internamentos obstétricos, nas clínicas médicas e cirúrgicas, com apoio em análises clínicas, radiológicas, endoscópicas e de ultrassonografia, todas estas exclusivas de atendimento do serviço público de saúde (DATASUS, 2016). Por essa razão, a demanda neste hospital é bastante elevada, o que explica sua função no atendimento de todas as cidades próximas a Pau dos Ferros.

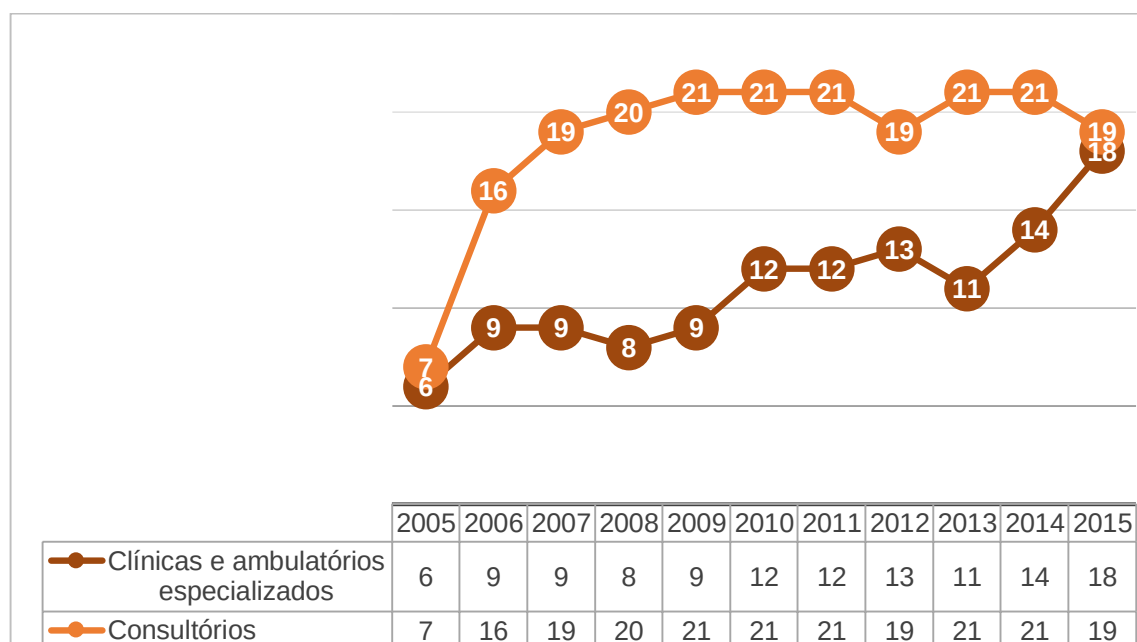
Além do Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade, podemos encontrar, também, a instituição privada Associação Hospital Centenário de Pau dos Ferros, que é um complexo hospitalar cadastrado no Ministério de Saúde como unidade mista de atendimento ambulatorial, internação e de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia (DATASUS, 2016). O hospital atende a uma demanda espontânea e referenciada, vinda também de toda a região, sendo especializado no atendimento obstétrico e pediátrico: serviço de atenção ao pré-natal, parto e nascimento normal, parto em gestação de risco, além de serviço de diagnóstico por laboratório clínico, tornando-se referência nesse serviço em toda região.

Nesse quesito, percebemos que, a partir de depoimentos em visita às pequenas cidades da região, há alguns anos, apenas Pau dos Ferros, Alexandria e São Miguel têm realizado, em seus estabelecimentos médicos, partos normais ou cesarianas. Apesar das outras pequenas cidades registrarem maternidade, estas não dispõem da mínima estrutura física e de pessoal para a realização de tal procedimento, sendo muitos subutilizados em eventos de atendimento básico.

Além destes serviços, podemos encontrar na cidade de Pau dos Ferros a sede regional do Serviço de Atendimento Móvel Urgente (SAMU), equipada com 3 ambulâncias que prestam o socorro à população, em casos de emergência, nos municípios circunvizinhos com um funcionamento de 24 horas por dia.

Em Pau dos Ferros, a difusão dos serviços de saúde especializados, nos últimos anos, está associada à circulação de novos profissionais, como os professores universitários, o que demanda investimentos na área da saúde, exigindo uma maior oferta de clínicas e centros de atendimento médico especializado na cidade (Gráfico 05).

Gráfico 05 – Pau dos Ferros: evolução do número de clínicas especializadas e consultórios (2005-2015)



Fonte: Organizado por Josué A. Bezerra, a partir dos dados do DATASUS (2016)

O que observamos, neste quesito, sobretudo, é uma situação problematizada nessa região, onde a falta de equipamentos e profissionais da saúde gera o que é conhecido por “ambulanciaterapia”, providenciada pelos gestores destes pequenos centros que não garantem o serviço básico de saúde à população local, realizando parcerias com as clínicas de Pau dos Ferros, o que representa o envio diário de pacientes para esta cidade, bem como para os centros maiores, como Mossoró e Natal.

Contudo, percebemos que, diante da oferta de serviços de saúde na cidade de Pau dos Ferros, as prefeituras dos pequenos municípios realizam contratos com algumas clínicas médicas, objetivando a oferta de serviços de saúde à população. O transporte de pacientes é realizado por meio de ambulâncias, vans fretadas pelas prefeituras, por carros de linha ou mesmo por veículos particulares dos próprios pacientes (Figuras 24, 25, 26 e 27, a seguir).

Figura 24 – Pau dos Ferros: ambulância da prefeitura de Viçosa (RN) em centro de reabilitação física



Fonte: Josué A. Bezerra, nov., 2016.

Figura 25 – Pau dos Ferros: ambulância do município do Ererê (CE) com paciente



Fonte: Josué A. Bezerra, nov., 2016.

Figura 26 – Pau dos Ferros: dia de atendimento em clínica médica da cidade



Fonte: Josué A. Bezerra, nov., 2016.

Figura 27 – Pau dos Ferros: veículo da prefeitura do Encanto (RN) em clínica médica



Fonte: Josué A. Bezerra, nov., 2016.

Esta realidade é latente quando passamos logo cedo em frente às clínicas médicas de Pau dos Ferros, e observamos as ambulâncias ou carros de linha, dos pequenos municípios, já aguardando pelo início do atendimento. Geralmente, para uma simples consulta, o paciente precisa ficar o dia inteiro em Pau dos Ferros, aguardando o retorno do carro da prefeitura do seu município.

Destarte, a centralidade de Pau dos Ferros novamente é evidenciada na prestação deste tipo de serviço, como uma balança em que a oferta da maior parte

dos equipamentos do setor de saúde está concentrada em Pau dos Ferros, e os demais municípios não apresentam nem os equipamentos e/ou oferta de serviços básicos em suas sedes. Ao investigar essa situação na região, nos remetemos aos ensinamentos de Corrêa (1996b), quando destaca que os centros de controle do poder público local, representado especialmente pelas sedes das prefeituras e secretarias municipais, constitutivas da estrutura dos governos municipais, podem ser considerados como centros incompletos de gestão. Esta é uma realidade muito comum no Rio Grande do Norte e bastante particular nas pequenas cidades da região sob influência de Pau dos Ferros.

4.3.6 A expansão do ensino superior e técnico e a valorização da cidade

As articulações entre as cidades que fazem parte da região de Pau dos Ferros e seu núcleo urbano, certamente, tem a difusão do ensino superior e técnico, ocorrida na última década, como um dos principais vetores da formação da cidade e região, pois, além promover uma crescente centralidade urbana no interior do estado (IBGE, 2008), possibilita a formação de um pequeno arranjo populacional com traços de uma mobilidade espacial de estudantes que têm residência em um conjunto de municípios do Rio Grande do Norte, e também de outros estados da federação, e se desloca periodicamente para estudar em Pau dos Ferros (IBGE, 2015c).

Pau dos Ferros foi apenas uma de muitas cidades brasileiras do interior agraciadas com as políticas recentes de ampliação no acesso e permanência dos alunos nas instituições de ensino técnico e superior federal, com a criação de vários *campi* de universidades e institutos técnicos pelo interior do Brasil, a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Dentro do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, entre os anos de 2003 e 2012, foram criadas 214 instituições em todo o território nacional. De acordo com o MEC (2012), o plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica indicou como critério para criação das instituições: 1) distribuição territorial equilibrada das novas unidades; 2) cobertura do maior número possível de mesorregiões; 3) sintonia com os arranjos produtivos locais;

4) aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; 5) identificação de potenciais parcerias (MEC, 2012).

Estes critérios tinham como meta a interiorização das instituições de ensino, permitindo o acesso à universidade e ao ensino técnico das pessoas residentes nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, principais ou únicos a abrigarem universidades e institutos de ensino técnico federal no país (MEC, 2012).

Cidades como Caicó, Currais Novos, Assú e Pau dos Ferros têm dividido as atenções com Natal e Mossoró como os principais polos educacionais de caráter técnico e superior do Rio Grande do Norte, onde estão abrigados os *campi* das principais universidades públicas do estado: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal, Caicó e Currais Novos; Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em Natal, Mossoró, Pau dos Ferros e Caicó, e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)¹⁹⁴. Também torna-se importante destacar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), que é fruto dessa política de descentralização do ensino superior e técnico verificado no país nos últimos anos.

No Rio Grande do Norte, a expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) atingiu várias cidades-polo, atendendo a um grande número de municípios próximos (PAIVA, 2015). Inicialmente, foram criados IFRNs na Zona Norte de Natal (região marginalizada desse tipo de equipamento na cidade), em Currais Novos e em Ipanguaçu.

A segunda fase de expansão atendeu às demais regiões do estado, como o restante do Seridó, o Médio Oeste e o Alto Oeste Potiguar. Atualmente, o IFRN é representado por 20 *campi* distribuídos em 18 cidades: Apodi; Caicó; Canguaretama; Ceará-Mirim; Currais Novos; Ipanguaçu; João Câmara; Lajes; Macau; Mossoró; Natal (Campus Central, Zona Norte e Cidade Alta); Nova Cruz; Parelhas; Parnamirim; Pau dos Ferros; Santa Cruz; São Gonçalo do Amarante; São Paulo do Potengi.

A cidade de Pau dos Ferros foi uma das poucas cidades que receberam dois novos *campi* destas instituições de ensino superior e técnico, além de ter seu quadro

¹⁹⁴ A UERN é a instituição que está presente no maior número de municípios, pois possui *campi* também nas cidades de Assú e Patu, e vários núcleos avançados espalhados por todas as regiões do estado. A UFERSA possui um *campus* também nas cidades de Caraúbas e Angicos. A UFRN também está presente em Nova Cruz e Macaíba.

de cursos e professores da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) aumentado, nesse mesmo período de expansão das instituições federais de ensino.

Umas das instituições de ensino superior tradicionais do interior do estado do Rio Grande do Norte, a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), passou por um processo de federalização, dando origem à Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), em 2005. Esta universidade foi uma das 18 criadas através da política de expansão do ensino superior e técnico do Governo Federal (MEC, 2012).

Enquanto a então ESAM estava presente apenas em Mossoró, com os cursos de medicina veterinária e agronomia, agora como UFERSA, além de Mossoró, com o campus central; possui *campi* em Pau dos Ferros, Caraúbas e Angicos, ofertando 39 cursos de graduação e 14 cursos de pós-graduação *strictu sensu*, espalhados nestes 04 *campi*.

Temos, ainda, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a mais antiga do estado, que está presente principalmente em Natal, mas que também se expandiu para municípios do Seridó e Agreste Potiguar, com a instalação ou ampliação de centros, unidades especializadas e suplementares, como hospitais, museus e centros de ensino superior espalhados pelas cidades de Caicó; Currais Novos e Santa Cruz. Atualmente, as cidades de Natal, Caicó, Mossoró e Pau dos Ferros são as que abrigam o maior número de unidades acadêmico-administrativas das instituições de ensino técnico e superior público, atraindo estudantes de todo o Rio Grande do Norte, como de outros estados da federação (Quadro 10, na página seguinte).

Para tanto, podemos dizer que o papel de ofertar o ensino superior no interior do Rio Grande do Norte sempre foi desempenhado pela UERN, ainda mais a partir dos anos 2000, quando a instituição também passou por um processo de expansão de seus cursos.

Quadro 10 – Rio Grande do Norte: distribuição das unidades acadêmico-administrativas das principais instituições de ensino técnico e superior público (2015).

<i>Cidade</i>	UFRN	UERN	UFERSA	IFRN	Total
<i>Natal</i>	1	1	-	3	5
<i>Caicó</i>	1	1	-	1	3
<i>Mossoró</i>	-	1	1	1	3
<i>Pau dos Ferros</i>	-	1	1	1	3
<i>Currais Novos</i>	1	-	-	1	2
<i>Santa Cruz</i>	1	-	-	1	2
<i>Angicos</i>	-	-	1	-	1
<i>Apodi</i>	-	-	-	1	1
<i>Assú</i>	-	1	-	-	1
<i>Canguaretama</i>	-	-	-	1	1
<i>Caraúbas</i>	-	-	1	-	1
<i>Ceará-Mirim</i>	-	-	-	1	1
<i>Ipanguaçu</i>	-	-	-	1	1
<i>João Câmara</i>	-	-	-	1	1
<i>Lajes</i>	-	-	-	1	1
<i>Macau</i>	-	-	-	1	1
<i>Nova Cruz</i>	-	-	-	1	1
<i>Parelhas</i>	-	-	-	1	1
<i>Parnamirim</i>	-	-	-	1	1
<i>Patu</i>	-	1	-	-	1
<i>São Gonçalo do Amarante</i>	-	-	-	1	1

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra a partir de pesquisa no eletrônico das instituições de ensino (<www.uern.br>; <<https://ufersa.edu.br/>>; <<http://portal.ifrn.edu.br/>>), dez., 2015.

Antes mesmo dessa ampliação, a UERN¹⁹⁵ foi criada, ainda com o nome de Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN), em 1968, a partir da junção de algumas faculdades isoladas, e se constituiu, por muito tempo, como uma instituição privada. Em 1974, foi criado o *campus* de Assú; em 1976, o *campus* de Pau dos Ferros e, em 1980, o *campus* de Patu (PAIVA, 2015).

¹⁹⁵ A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) foi estadualizada em 1987 e adotou o atual nome somente em 1999.

Em Pau dos Ferros, a representatividade de UERN sempre foi forte para a região. A instituição foi a primeira a ofertar o ensino superior no Alto Oeste Potiguar, em 1976, com a criação dos cursos de graduação em Letras (português e inglês), Ciências Econômicas e Pedagogia. Entretanto, como afirma Maia (1990), apenas em 1983, foi concluída a construção da sede atual do *Campus* Avançado de Pau dos Ferros, na época, localizado bem distante dos limites físicos da cidade.

Até o ano de 2001, a UERN estava presente apenas em Mossoró, Pau dos Ferros, Assú e Patu. No decorrer dessa última década (anos 2000), foram criados mais 02 *campi* (Natal e Caicó), além de terem sido criados Núcleos Avançados de Educação Superior, que ofertam entre 01 e 04 cursos de graduação em diversas cidades do estado¹⁹⁶.

Depois de muitas reivindicações da população da região e, considerando o momento de discussão e incentivos à interiorização do ensino superior no país, em 2004, no *campus* de Pau dos Ferros, foram criados mais 04 cursos de graduação (Geografia, Administração, Educação Física e Enfermagem) e, atualmente, existem 09 cursos, a sua maioria com habilitação em licenciatura, como podemos ver no quadro 11.

Quadro 11 – Campus da UERN/Pau dos Ferros: oferta de cursos regulares de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (2015.1)¹⁹⁷

(continua)

Modalidade	Cursos	Ano de início
Graduação	Pedagogia	1977
	Letras (Língua Inglesa)	1977
	Letras (Língua Portuguesa)	1977
	Ciências Econômicas	1977
	Administração	2004
	Geografia	2004
	Enfermagem	2004
	Educação Física	2004
	Letras (Língua Espanhola)	2006
	Mestrado Acadêmico em Letras	2008

¹⁹⁶ Atualmente, a UERN está presente, além dos *campi* de Mossoró, Pau dos Ferros, Assú, Patu, Natal e Caicó, nos núcleos avançados de Caraúbas, Apodi, Areia Branca, Alexandria, Umarizal, São Miguel, Macau, Touros, João Câmara, Nova Cruz e Santa Cruz.

¹⁹⁷ Torna-se importante frisar que, apesar do *campus* de Pau dos Ferros da UERN ter sido criado oficialmente no ano de 1976, apenas no ano seguinte, os primeiros cursos iniciaram suas turmas.

<i>Pós-graduação strictu sensu</i>	Doutorado Acadêmico em Letras	2015
	Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido	2015
	Mestrado em Ensino	2014
	Mestrado Profissional em Letras	2013

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra a partir de visita à instituição e pesquisa no endereço eletrônico da UERN (www.uern.br), dez., 2015.

No quadro supracitado, podemos observar também a difusão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados no *campus* da UERN em Pau dos Ferros. Como uma das menores cidades do país a ofertar um curso de doutorado reconhecido pela CAPES¹⁹⁸, Pau dos Ferros se projeta na região, inclusive em relação a toda a instituição, como um dos principais centros que ofertam cursos de mestrado e doutorado do interior do estado, atraindo estudantes de diversas regiões do país, inclusive das capitais. De acordo com as secretarias dos programas de pós-graduação *strictu sensu* em Letras, Ensino e Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido, existem alunos matriculados nos respectivos cursos com residência em Natal (RN), Juazeiro do Norte (CE), Campina Grande (PB), Cajazeiras (PB), Mossoró (RN), Caicó (RN), Floriano (PI), Imperatriz (MA) e diversas outras cidades do interior nordestino.

Além destes cursos regulares, o *Campus* de Pau dos Ferros da UERN oferta, atualmente, 07 sete cursos de graduação na modalidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)¹⁹⁹: Ciências Sociais (1 turma); Educação Física (1 turma); Matemática (1 turma); Música (01 turma); Pedagogia (04 turmas). Além de 03 turmas de pós-graduação *Latu Sensu* (Especialização em Gestão Pública; Especialização em Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e Especialização em Língua Inglesa) e 01 turma pós-graduação *stricto sensu* na modalidade de Doutorado Interinstitucional (DINTER), curso em

¹⁹⁸ No *site* da CAPES (<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>), é possível visualizar a lista de todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado profissional, mestrado (acadêmico) e doutorado, avaliados e reconhecidos e suas respectivas sedes/instituições de funcionamento.

¹⁹⁹ O PARFOR é uma modalidade presencial de curso superior, implantado em 2009, em regime de colaboração entre a CAPES, os estados, municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES, para ofertar cursos de licenciatura ou segunda licenciatura para professores que estão no magistério sem a formação específica, e também cursos de formação pedagógica para professores de libras. Maiores informações, ver *site* da CAPES: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>

Desenvolvimento Urbano, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a ser implantado no primeiro semestre de 2017²⁰⁰.

Outra instituição de ensino superior que iniciou suas atividades mais recentemente em Pau dos Ferros foi a UFERSA, no ano de 2012. Mesmo sem ter, ainda, concluído completamente, suas instalações, esta universidade abriu cursos na áreas de ciências e tecnologia, possibilitando o acesso da população a cursos da área de engenharia e arquitetura, até então só existentes em cidades distantes, como Natal e Fortaleza.

O curso criado inicialmente foi o de Ciência e Tecnologia no qual, segundo seu fluxo curricular, após 03 anos, o aluno poderá optar por uma das modalidades na área tecnológica, especialmente, as engenharias: ambiental, civil ou computação. Além destes cursos, a instituição oferta os cursos de tecnologia da informação e arquitetura e urbanismo (Quadro 12).

Quadro 12 – Campus da UFERSA/Pau dos Ferros: oferta de cursos regulares de graduação (2015.1)²⁰¹

Modalidade	Cursos	Ano de início
Graduação	Ciência e Tecnologia	2012
	Arquitetura e Urbanismo	2015
	Engenharia Ambiental e Sanitária	2015
	Engenharia Civil	2015
	Engenharia de Computação	2015
	Tecnologia da Informação	2015

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra a partir de visita à instituição e pesquisa no eletrônico da UFERSA (<https://ufersa.edu.br/>), dez., 2015.

²⁰⁰ O Doutorado em Desenvolvimento Urbano, aprovado pela CAPES, será ofertado na modalidade DINTER, pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, para capacitação de professores da UERN, IFRN e UFERSA de Pau dos Ferros.

²⁰¹ Os cursos de graduação em Engenharia Ambiental; Arquitetura e Urbanismo; e Tecnologia da Informação, apesar de terem sido criados em 2015, só passaram a funcionar no ano de 2016, semestre 2015.2 do calendário acadêmico da instituição. De acordo a Secretaria Executiva de Registro Acadêmico do *campus* da UFERSA em Pau dos Ferros, o curso de Engenharia de Software, que consiste no segundo ciclo do curso de Tecnologia da informação, está previsto para iniciar suas atividades em 2018.

Como podemos ver no quadro acima, os cursos da UFERSA foram criados recentemente, o que nos mostra que o impacto do número de alunos nesta instituição e, conseqüentemente na cidade de Pau dos Ferros, com novas demandas, novos professores e técnicos, exigirá mais serviços de hospedagem e alimentação na cidade.

A terceira instituição que também chegou a Pau dos Ferros, inserida na política de expansão do ensino técnico e superior do Governo Federal, foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Em 2009, foi concluída a construção do *campus* do IFRN na cidade, um dos primeiros do interior do Rio Grande do Norte²⁰² e um dos mais estruturados dos novos *campi* desta instituição no estado.

Os cursos ofertados no IFRN de Pau dos Ferros são vinculados ao ensino médio, integrado ou subsequente: técnico em alimentos, técnico em apicultura e técnico em informática. Além destes cursos técnicos, o instituto oferta entradas para 02 cursos superiores: licenciatura em química e tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas (Quadro 13).

Quadro 13 – Campus do IFRN/Pau dos Ferros: oferta de cursos técnicos e de graduação regulares (2015.1)

<i>Modalidade</i>	<i>Cursos</i>	<i>Ano de início</i>
<i>Técnico</i>	Técnico em Alimentos	2010
	Técnico em Apicultura	2013
	Técnico em Informática	2010
<i>Graduação</i>	Química	2009
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2012

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra a partir de visita à instituição e do endereço eletrônico do IFRN (<http://portal.ifrn.edu.br/>), dez., 2015.

O número de alunos matriculados nos cursos de graduação e técnico nos *campi* da UERN, UFERSA e IFRN, sediados em Pau dos Ferros, somam quase 3 mil,

²⁰² É importante destacar que o *campus* do IFRN localizado na cidade de Mossoró foi o primeiro construído no interior do estado, ainda no ano de 1994, ou seja, antes do programa de difusão do ensino superior e técnico, implementado pelo Governo Federal, no qual Pau dos Ferros foi privilegiado.

ou seja, representam mais de 10% da população do município de Pau dos Ferros. Entretanto, o que percebemos, a partir dos dados emitidos pelas secretarias acadêmicas destas instituições, é que a maioria dos alunos da graduação matriculados não têm residência em Pau dos Ferros (73,5%). Esta cidade é, individualmente, a que abriga o maior número de alunos das 03 instituições, mas o conjunto de todas as outras cidades mandam quase 2/3 de todos alunos do IFRN, UFERSA e UERN para estudar em Pau dos Ferros. Como podemos observar na tabelas 05 e 06, Pau dos Ferros é o principal centro em número de alunos da graduação na região, com 765 alunos (Tabela 17).

Tabela 17 – Campi de Pau dos Ferros: principais cidades de origem dos alunos matriculados nos cursos regulares de graduação e técnico da UERN, UFERSA e IFRN (2015.1)

(continua)

Cidades	UERN		UFERSA		IFRN		Total	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Pau dos Ferros (RN)	328	24,5%	206	29,0%	231	27,5%	765	26,5%
São Miguel (RN)	120	9,0%	30	4,2%	50	6,0%	200	6,9%
Portalegre (RN)	65	4,9%	18	2,5%	84	10,0%	167	5,8%
Encanto (RN)	66	4,9%	14	2,0%	34	4,1%	114	3,9%
Alexandria (RN)	36	2,7%	15	2,1%	62	7,4%	113	3,9%
Marcelino Vieira (RN)	45	3,4%	9	1,3%	44	5,2%	98	3,4%
José da Penha (RN)	31	2,3%	10	1,4%	40	4,8%	81	2,8%
Luís Gomes (RN)	44	3,3%	3	0,4%	31	3,7%	78	2,7%
Rafael Fernandes (RN)	33	2,5%	15	2,1%	29	3,5%	77	2,7%
São F. do Oeste (RN)	49	3,7%	8	1,1%	19	2,3%	76	2,6%
Doutor Severiano (RN)	44	3,3%	10	1,4%	18	2,1%	72	2,5%
Pereiro (CE)	35	2,6%	24	3,4%	10	1,2%	69	2,4%
Riacho de Santana (RN)	28	2,1%	8	1,1%	33	3,9%	69	2,4%
Água Nova (RN)	26	1,9%	9	1,3%	17	2,0%	52	1,8%
Itaú (RN)	40	3,0%	3	0,4%	9	1,1%	52	1,8%
Francisco Dantas (RN)	35	2,6%	6	0,8%	9	1,1%	50	1,7%
Rodolfo Fernandes (RN)	21	1,6%	6	0,8%	23	2,7%	50	1,7%
Severiano Melo (RN)	23	1,7%	11	1,5%	6	0,7%	40	1,4%
Taboleiro Grande (RN)	30	2,2%	2	0,3%	6	0,7%	38	1,3%
Pilões (RN)	20	1,5%	5	0,7%	11	1,3%	36	1,2%
Riacho da Cruz (RN)	19	1,4%	3	0,4%	10	1,2%	32	1,1%

<i>Cel. João Pessoa (RN)</i>	18	1,3%	5	0,7%	8	1,0%	31	1,1%
<i>Outras cidades</i>	184	13,7%	290	40,8%	55	6,6%	529	18,3%
Total Geral	1.340		710		839		2.889	

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra de acordo os dados fornecidos pela Secretaria Executiva de Registro Acadêmico do *Campus* da UFERSA, Diretoria Acadêmica do *Campus* do IFRN e Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DIRCA) da UERN, dez., 2015.

Ao discorrermos sobre os cursos de graduação e técnico das três instituições sediadas em Pau dos Ferros, percebemos que, mesmo com os investimentos aplicados pelo governo federal, e a chegada de cursos inexistentes na região, a UERN ainda permanece como principal instituição de ensino superior de Pau dos Ferros e região em número de cursos (09 graduação) e alunos matriculados (1.340).²⁰³

A maioria dos municípios emissores de alunos para as 03 instituições em Pau dos Ferros são do estado do Rio Grande do Norte, especialmente o IFRN (99,9%) e a UERN (92,7%), enquanto na UFERSA, 33,5% de todos os alunos matriculados declararam ser residentes em um município fora do estado (Tabela 18)

Tabela 18 – Campi de Pau dos Ferros: número de alunos matriculados nos cursos regulares de graduação e técnico da UERN, UFERSA e IFRN por origem no Rio Grande do Norte ou em outro estado (2015.1)

INSTITUIÇÃO	Total de alunos	Alunos do RN		Alunos de outro estado	
		Total	(%)	Total	(%)
<i>UERN</i>	1.340	1.242	92,7%	98	7,3%
<i>IFRN</i>	839	838	99,9%	1	0,1%
<i>UFERSA</i>	710	472	66,5%	238	33,5%
Total Geral	2.889	2.552		347	

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra de acordo os dados fornecidos pela Secretaria Executiva de Registro Acadêmico do *Campus* da UFERSA, Diretoria Acadêmica do *Campus* do IFRN e Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DIRCA) da UERN, dez., 2015.

²⁰³ Utilizamos como referência, no levantamento dos dados quantitativos acerca do número de alunos matriculados nas 03 instituições (UFERSA, IFRN, UERN), o semestre letivo 2015.1. Tendo em vista as paralisações ocasionadas pelos movimentos grevistas dos professores e servidores técnico-administrativos nas 03 instituições, o semestre letivo 2015.1 encerrou no final do ano de 2015.

Os principais municípios emissores são os maiores ou os mais próximos a Pau dos Ferros (Alexandria, São Miguel, Portalegre, Encanto, Marcelino Vieira) que, juntos, somam mais de 23,9% do total. Associamos esse número à logística disponível em cada município emissor, não apenas os maiores, mas praticamente todos dispõem diariamente (manhã e noite) de ônibus escolares²⁰⁴ para transportar os alunos até as instituições localizadas em Pau dos Ferros. Nos municípios mais próximos, como Encanto, Marcelino Vieira e Portalegre, localizados a menos de 30 km, os alunos, muitas vezes, utilizam-se de caronas ou de transporte próprio, como moto e até bicicleta²⁰⁵.

Ao espacializar estes dados, podemos enxergar melhor a área de abrangência das 03 instituições de ensino sediadas na cidade de Pau dos Ferros, percebendo que os alunos matriculados nos cursos da UERN, UFERSA e IFRN são originados de outros municípios do Rio Grande do Norte ou de estados vizinhos.

A área de abrangência do *campus* da UERN em Pau dos Ferros ultrapassa os limites estaduais, além de atrair estudantes de cidades de igual ou maior centralidade, como Caicó, Mossoró e Natal. A maior parte dos alunos matriculados nos cursos de graduação da UERN são originados de municípios do Alto Oeste Potiguar, especialmente, aqueles mais próximos e localizados nos estados do Ceará, como Ererê, Pereiro e Iracema, e da Paraíba, como Uiraúna (Mapa 13, na página seguinte).

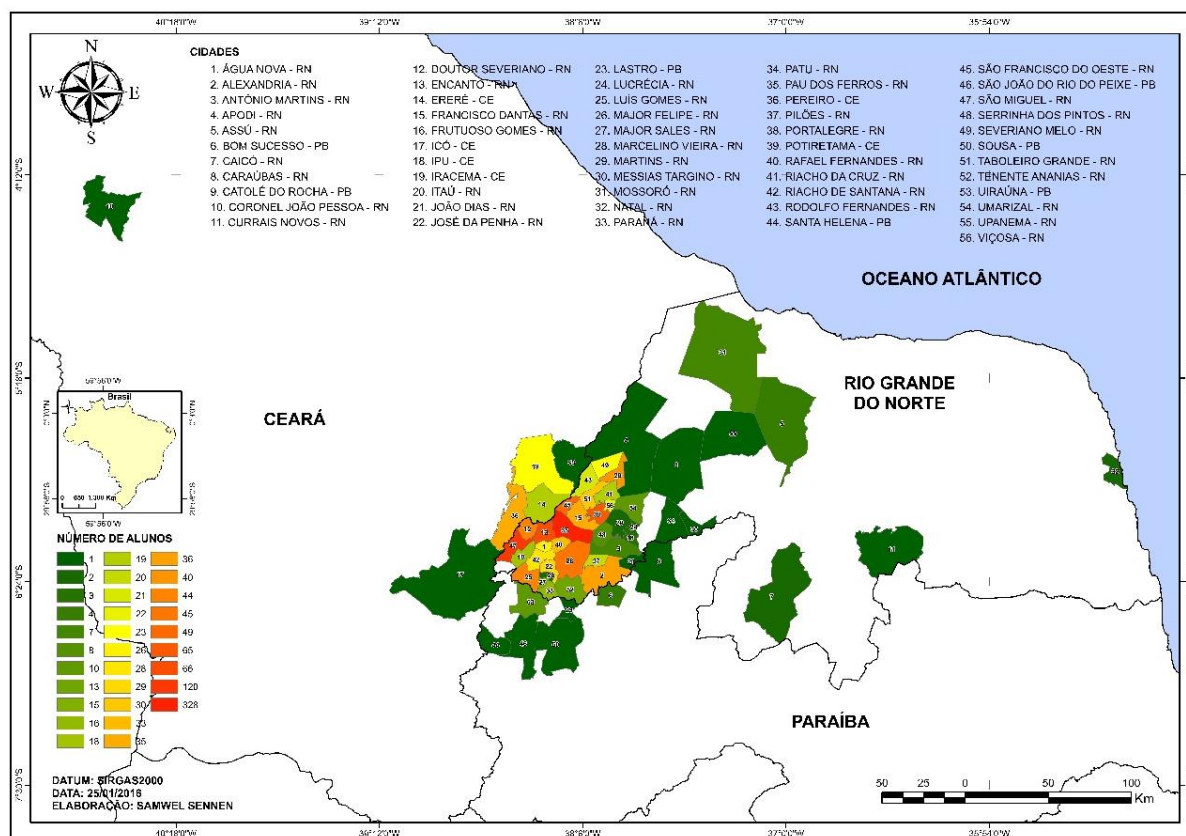
A UERN atua em uma área de divisa com os estados do Ceará e da Paraíba, além de estar mais restrita aos municípios do Alto Oeste Potiguar, sendo sua área de atuação limitada pela difusão de outras importantes instituições de ensino localizadas em cidades como Mossoró, com os *campi* centrais da UERN e UFERSA, além da Universidade Potiguar²⁰⁶, e nos municípios de Cajazeiras e Sousa, com os *campi* da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

²⁰⁴ A maioria dos ônibus escolares utilizados para o transporte dos alunos foi adquirida pelo “Programa Caminho da Escola” do Governo Federal, que possibilitou, através de ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a aquisição de, pelo menos, 1 ônibus escolar para cada município da região.

²⁰⁵ Existem alunos que só precisam se deslocar 6 km da sede municipal de Rafael Fernandes até os *campi* do IFRN e da UERN, que ficam localizados na mesma direção da rodovia deste município com Pau dos Ferros.

²⁰⁶ A Universidade Potiguar é uma instituição privada de ensino superior, presente principalmente em Natal e em Mossoró, que atua neste setor com diversos cursos de graduação e pós-graduação. Ver detalhes em: <https://www.unp.br/>

Mapa 13 – Campus da UERN /Pau dos Ferros: origem dos alunos matriculados nos cursos de graduação (2015.1)

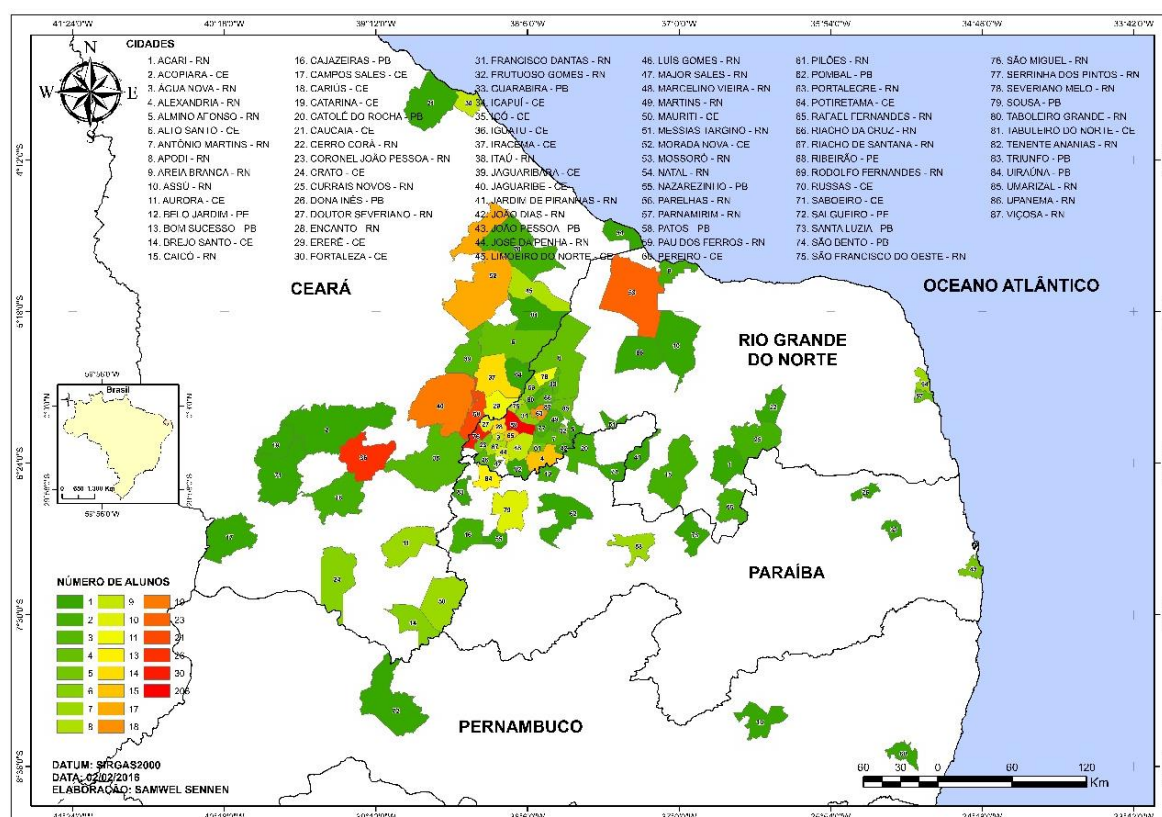


Fonte: Organização de Josué A. Bezerra de acordo com os dados fornecidos pela Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DIRCA) da UERN. Cartografia de Samuel Sennen, jan., 2016.

A centralidade do *campus* de Pau dos Ferros da UERN é demonstrada pelo número de municípios de origem dos alunos (56) espalhados pelo Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Se fôssemos considerar os alunos matriculados nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, bem como dos cursos não-regulares, como os ofertados pelo PARFOR, esse número seria bem maior.

Com relação à UFERSA, enxergamos uma espacialização mais ampliada em comparação à origem dos alunos matriculados na UERN. A área de influência do *campus* desta instituição extrapola os limites regionais, espalhando-se por importantes municípios cearenses, como Limoeiro do Norte, Jaguaribe, Russas, Crato e Fortaleza, como também da Paraíba, em cidades como Catolé do Rocha, Patos, Pombal, Cajazeiras e Sousa (Mapa 14).

Mapa 14 – Campus da UFERSA/Pau dos Ferros: origem dos alunos matriculados nos cursos de graduação (2015.1)



Fonte: Organização de Josué A. Bezerra de acordo com os dados da Secretaria Executiva de Registro Acadêmico do Campus da UFERSA (Pau dos Ferros). Cartografia de Samwel Sennen, fev., 2016.

Associamos essa maior difusão de municípios de origem de alunos matriculados na UFERSA, espalhados por uma área maior em relação às demais instituições, a dois fatores: primeiro, pela adoção do Sistema de Seleção Unificada (SISU), sistema informatizado, concebido pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do qual instituições públicas de ensino superior espalhadas por todo país oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que permite o ingresso mais fácil de alunos oriundos de vários municípios do país.

Outro fator que agregamos a essa maior abrangência de municípios de origem dos alunos é a natureza dos cursos ofertados pela UFERSA. São cursos como Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo, ofertados em poucas cidades do interior Nordeste, sendo que as vagas para estes cursos existentes nas cidades maiores, como Fortaleza, Mossoró e Natal, são bastante disputadas.

De acordo com o Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC), a oferta de vagas para o ensino superior, nas instituições que adotam este sistema no Rio Grande do Norte, consolidam Caicó e Pau dos Ferros, ofertando, respectivamente, 581 e 576 vagas, juntamente com Mossoró e Natal, como polos acadêmicos de maior procura no estado. O grande diferencial é a presença da UERN, maior de todas as três instituições na cidade, que, até a coleta destas informações, ainda não adotava o SISU como forma de ingresso nos cursos²⁰⁷.

Este fenômeno, observado em algumas cidades do interior como Pau dos Ferros, que receberam fortes investimentos do Governo Federal, com a construção de *campi* universitários, possibilita um movimento contrário do que era visto até pouco tempo nestas cidades menores, quando os pais que tinham melhores condições financeiras mandavam seus filhos estudarem nas capitais e, agora, os filhos dos que residem nas capitais estão vindo estudar no interior, tendo em vista a concorrência para entrada nestes cursos ser menor, bem como os custos de manutenção destes alunos na cidade também, em comparação aos grandes centros da região.

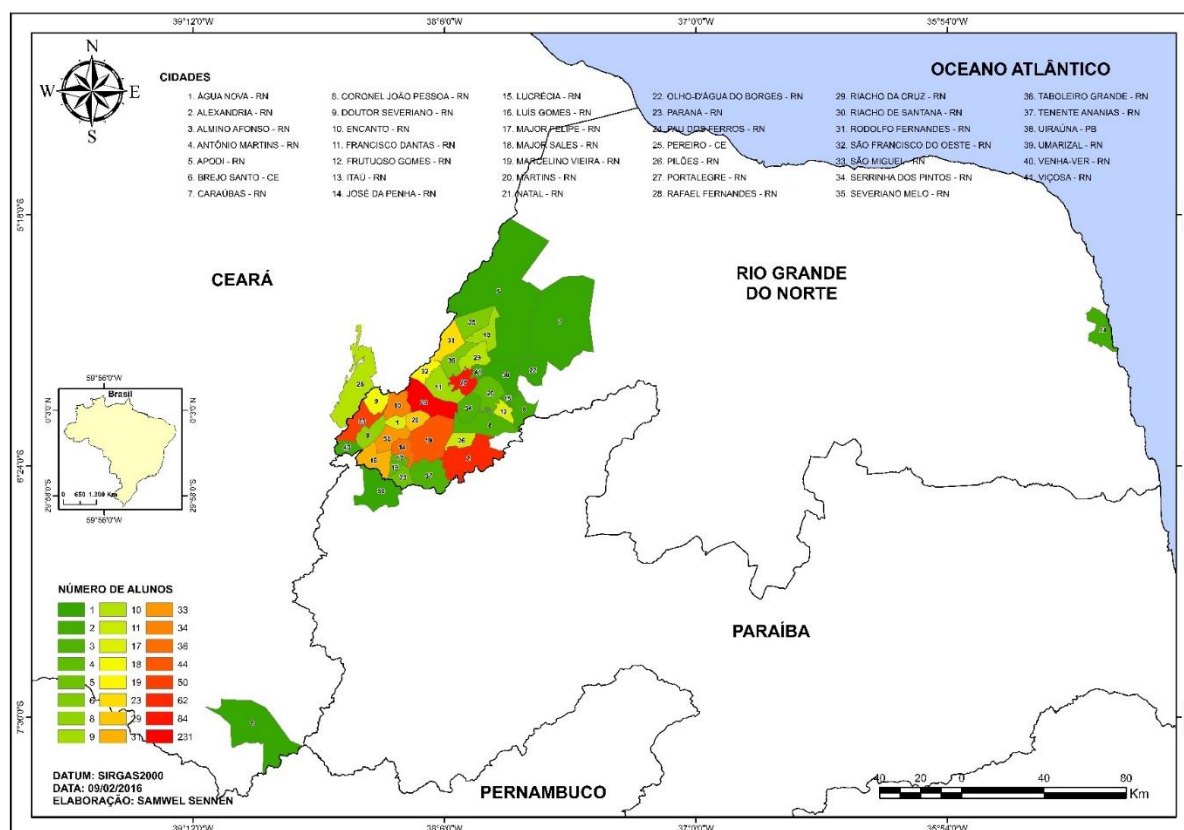
No *Campus* do IFRN em Pau dos Ferros, no semestre letivo 2015.1, havia 839 alunos matriculados nos cursos técnico e superior desta instituição. O número de municípios de origem do alunos matriculados nos cursos do IFRN é bem menor se comparado à UERN (56 municípios) e à UFERSA (87 municípios), com registros em 41 municípios do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. A maioria é de municípios potiguares (95,12%), sendo os principais Pau dos Ferros (27,5%), Portalegre (10%), Alexandria (7,4%) e São Miguel (6%) (Mapa 15, na página seguinte).

A área de abrangência dos municípios de residência dos alunos matriculados nos cursos do IFRN é bem reduzida em comparação aos alunos da UERN e UFERSA. Também associamos esse fato a presença de outros *campi* de Institutos Federais de Educação em cidades como Cajazeiras (PB), Catolé do Rocha (PB), Apodi (RN) e Jaguaribe (CE).²⁰⁸

²⁰⁷ A UERN passou a adotar a nota do ENEM de forma gradual (40% pelo Vestibular e 60% pelo ENEM/SISU) no processo para o ingresso nos semestres letivos do ano de 2015. Para o ingresso em 2016, os candidatos tinham apenas o ENEM/SISU como única forma de ingresso na instituição.

²⁰⁸ Estas instituições foram criadas através da mesma política de interiorização do ensino técnico implementado pelo Governo Federal, e passaram integrar a rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e do Ceará (IFCE).

Mapa 15 – Campus de Pau dos Ferros do IFRN: origem dos alunos matriculados nos cursos técnicos e de graduação (2015.1)



Fonte: Organização de Josué A. Bezerra de acordo com Diretoria Acadêmica do Campus do IFRN (Pau dos Ferros). Cartografia de Samwel Sennen, fev., 2016.

Toda estrutura providenciada para criação ou ampliação dos cursos destas três instituições de ensino exigiu uma demanda de serviços associados a esse público de estudantes e professores até pouco tempo não existentes na cidade de Pau dos Ferros, como, por exemplo, a substituição/adaptação de casas residenciais, próximas aos *campi*, por pensões ou apartamentos para estudantes que passam a semana na cidade, frequentando os cursos.

O número de professores e de servidores técnico-administrativos vinculados a estas instituições, com altos salários para a realidade local, tem possibilitado o surgimento de serviços e comércio poucos comuns a cidades desse tamanho na região, como a chegada de concessionárias de veículos, cafeterias e imobiliárias especializadas em locação de apartamentos para esse público (figuras 28 e 29).

Figura 28 – Pau dos Ferros: concessionária de veículos Chevrolet inaugurada em 2015



Fonte: Josué A. Bezerra, jul., 2016.

Figura 29 – Pau dos Ferros: novas instalações da Esmeraldo Imobiliária



Fonte: Josué A. Bezerra, jul., 2016.

A UERN é a instituição com maior número de funcionários (142), especialmente de professores (110), que devido à exigência da formação, como doutorado e mestrado, para assumir suas funções mediante concurso público, recebe profissionais de diversas regiões do país. Em todas as instituições, há uma influência de profissionais vindos principalmente de Natal e Fortaleza, muitos formados nas instituições de ensino superior destas cidades mais próximas²⁰⁹.

No IFRN, temos alguns profissionais formados pela UERN, ou seja, são da região e atuam nos cursos integrados, ensino médio com o técnico, e superiores, ofertados pela instituição (Quadro 14, na página seguinte). Enquanto a UFERSA segue a mesma característica da UERN, com profissionais vindos das capitais mais próximas. Alguns passam a semana e retornam nas sextas-feiras para suas cidades.

Ainda inserido no seguimento do ensino superior, não podemos deixar de destacar o papel das faculdades privadas na difusão de Pau dos Ferros como núcleo urbano principal da região neste seguimento de atividade. Com a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES),²¹⁰ no Governo Federal, ocorrido também em meados da década de 2000, sua operação passou a ser conduzida pelo Fundo

²⁰⁹ Não existe uma informação precisa e de livre acesso sobre a origem dos professores destas instituições, contudo, com o convívio e o diálogo com os colegas destas instituições, é notória a presença de professores destas duas cidades (Natal e Fortaleza).

²¹⁰ Diferentemente das demais políticas de expansão do ensino superior do país apresentadas neste trabalho, o FIES foi criado mediante a Lei Federal N.10.260, de 12 de julho de 2001, embora, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tenha passado por reformulações que possibilitaram sua ampliação. Ver toda a legislação do FIES em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13375:legislacao-fies>

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e algumas facilidades na solicitação do recurso por parte do aluno foram permitidas (PAIVA, 2015).

Quadro 14 – Pau dos Ferros: número de docentes e servidores técnico-administrativos efetivos lotados nos *campi* da UERN, UFRSA e IFRN (2015)

<i>Instituição</i>	Docentes	Servidores Técnico-Administrativos
<i>UERN</i>	110	32
<i>UFRSA</i>	64	43
<i>IFRN</i>	60	48
<i>Total</i>	234	123

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra de acordo com dados das secretarias e departamentos de recursos humanos dos *campi* da UFRSA, IFRN e UERN, jan., 2016.

Também devemos considerar os investimentos na educação superior originados pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), lançado pelo Governo Federal em 2004²¹¹, tendo como finalidade conceder bolsas de estudos, parciais e integrais, para estudantes de graduação, em instituições privadas. A participação neste programa possibilita à instituição privada um conjunto de isenções de tributos, como: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (PAIVA, 2015).

Nesse contexto, algumas instituições privadas de ensino superior também se instalaram em Pau dos Ferros, aproveitando a vocação desta cidade como novo centro universitário do interior do Rio Grande do Norte, o que atraiu estudantes de muitos municípios do seu entorno, como acontece com as instituições públicas.

Em Pau dos Ferros, temos a Universidade Anhanguera - UNIDERP²¹² Centro de Educação a Distância, que faz parte de uma rede nacional de ensino profissional e superior, presente em todos os estados da federação, além do distrito federal²¹³. No Rio Grande do Norte, a Anhanguera está presente nas cidades de Assú, Caicó,

²¹¹ O PROUNI foi lançado em 2005, pela Lei Federal N. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que pode ser consultada pelo endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm

²¹² UNIDERP é a sigla da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, mantida pelo grupo Anhanguera Educacional Ltda, no seguimento do ensino superior.

²¹³ Esta informação pode ser consultada no site da empresa: <http://anhanguera.com/home/#>

Currais Novos, Goianinha, Natal, Mossoró, Parnamirim e em Pau dos Ferros, como polo de apoio presencial. Entretanto, os cursos são de caráter semipresencial ou a distância, voltados para uma parcela da população trabalhadora que não dispõe de tempo para deslocamento e frequência nos cursos.

A modalidade de educação praticada por esta instituição permite que o aluno vá ao polo 02 vezes por semana²¹⁴, para assistir tele aulas e interagir com um tutor e demais colegas da turma. Este seguimento, não praticado pelas instituições públicas da cidade de Pau dos Ferros, recebe alunos de um conjunto de municípios da região, sendo 36 do Rio Grande do Norte, 04 do Ceará e 02 da Paraíba²¹⁵.

A outra instituição privada que vem atuando no seguimento do ensino superior na cidade de Pau dos Ferros é a Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP), que surgiu a partir de um colégio privado tradicional da cidade. Os cursos ofertados na FACEP são de caráter presencial e da mesma forma como acontece nas instituições públicas, seus alunos são originados de toda a região de influência de Pau dos Ferros (Quadro 15).

Quadro 15 – Pau dos Ferros: oferta de cursos de graduação das faculdades privadas FACEP e Anhanguera (2015)

(continua)

<i>Instituição</i>	Cursos de Graduação	Total de alunos	Principais municípios de origem dos alunos	Ano de criação
<i>Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP)</i>	Administração	513	Pau dos Ferros	166
	Design de Interiores		São Miguel	60
	Design de Moda		Alexandria	41
	Direito		Pereiro (CE)	26
	Psicologia		Iracema (CE)	18

²¹⁴ Nos outros dias, segundo informações colhidas na secretaria desta faculdade em Pau dos Ferros, as atividades são realizadas pela internet. O funcionamento dos cursos também pode ser visto no site da instituição: <http://www.anhanguera.com/home/>

²¹⁵ Com base dos dados coletados na secretaria do Polo Educacional da Anhanguera em Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, existem alunos matriculados nos cursos da Faculdade Anhanguera de todos os municípios do Alto Oeste Potiguar. No Ceará, há alunos de Ererê, Quixaramobim, Pereiro e Iracema. Na Paraíba, existem alunos com residência nos municípios de Poço Dantas e Catolé do Rocha.

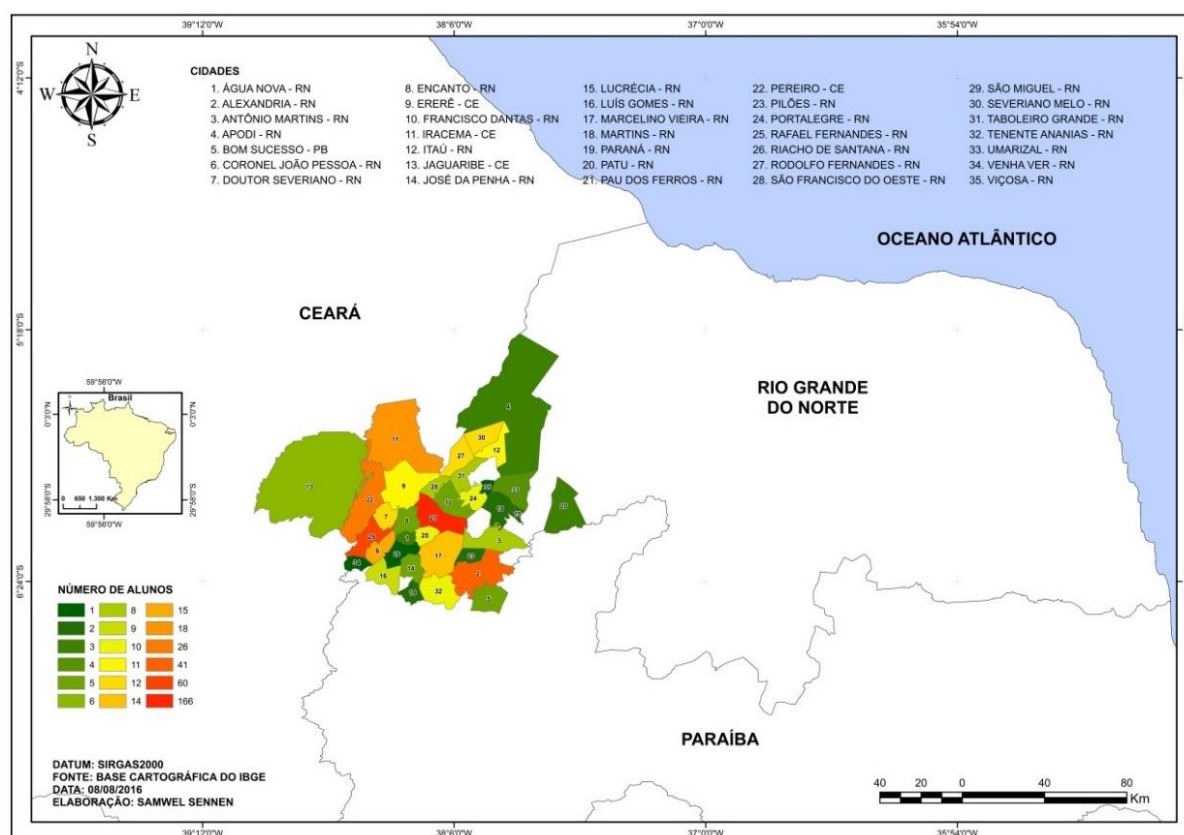
	Pedagogia		Outros	311	
<i>Faculdade Anhanguera</i>	Administração	397	Pau dos Ferros	154	2010
	Ciências Contábeis		São Miguel	17	
	Enfermagem		São Francisco do Oeste	15	
	Serviço social		Alexandria	15	
	Recursos Humanos		José da Penha	13	
	Gestão Pública		Severiano Melo	13	
	Marketing		Outros	170	

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra, segundo pesquisa direta realizada nas instituições e nos sites da FACEP (<http://portal.ifrn.edu.br/>), e da Faculdade Anhanguera (<http://www.anhanguera.com/home/>), em diferentes momentos do ano de 2015.

As faculdades privadas, FACEP e Anhanguera, recebem alunos de diversas cidades do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. Com base nos dados da Secretaria Acadêmica da FACEP, no segundo semestre letivo de 2015, existiam 513 alunos regularmente matriculados nos cursos desta instituição sediados em Pau dos Ferros, sendo que 67,64% são de municípios vizinhos (Mapa 16, na página seguinte).

Desse modo, a polarização de Pau dos Ferros permanece quando visualizamos a espacialização dos alunos matriculados nos cursos de graduação da FACEP, embora o raio de difusão esteja concentrado nos municípios Alto Oeste Potiguar, principalmente São Miguel e Alexandria, embora os municípios de Pereiro e Iracema no Ceará tenham bastante alunos matriculados na instituição.

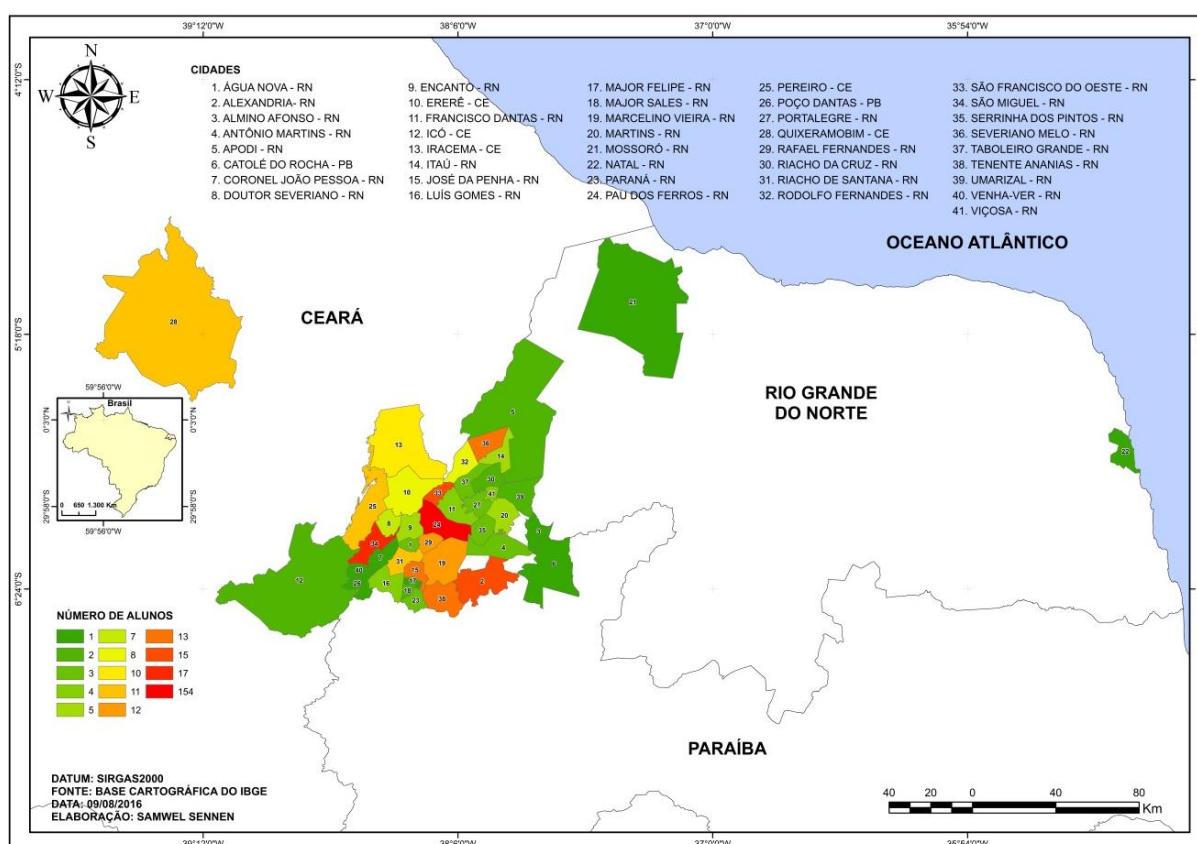
Mapa 16 – FACEP/Pau dos Ferros: origem dos alunos matriculados nos cursos de graduação (2015.1)



Fonte: Organização de Josué A. Bezerra de acordo com Diretoria Acadêmica da FACEP. Cartografia de Samwel Sennen, ago., 2016.

Com relação à Faculdade Anhanguera, segundo dados da secretaria desta instituição, dos 321 alunos matriculados no mesmo período, a maioria (61,20%) não reside em Pau dos Ferros (Mapa 17, na página seguinte). Diferentemente da FACEP, a Faculdade Anhanguera possui alunos regularmente matriculados originários de municípios bem mais distantes como Quixeramobim (CE) e Mossoró (RN), o que nos faz pensar que esse quadro esteja relacionado ao formato dos cursos ofertados nesta instituição, que são em sua maioria semipresencial, o que facilita o deslocamento destes alunos destes municípios mais distantes 01 ou 02 vezes por semana. Na Anhanguera, novamente os municípios de São Miguel e Alexandria se destacam por abrigar a maior parte dos alunos, porém os municípios vizinhos a Pau dos Ferros, como São Francisco do Oeste e Rafael Fernandes, surgem nesse conjunto dos maiores emissores da região.

Mapa 17 – Faculdade Anhanguera/Pau dos Ferros: origem dos alunos matriculados nos cursos de graduação (2015.1)



Fonte: Organização de Josué A. Bezerra de acordo com Diretoria Acadêmica do Anhanguera. Cartografia de Samwel Sennen, ago., 2016.

Essa realidade de ampliação no investimento no ensino técnico e superior pelo Governo Federal, nos últimos anos, tem sido acompanhada também pelas faculdades privadas. E, em Pau dos Ferros, considerando sua ebulição no seguimento do ensino superior e técnico nesse período, as duas instituições de ensino privadas, a FACEP e a Anhanguera, criadas respectivamente em 2009 e 2010, acompanharam esse crescimento, ofertando muitos cursos que as instituições públicas não dispõem, como Direito, Psicologia e Serviço Social. Entendemos que muitos dos alunos matriculados nestas instituições privadas optam pelos cursos por vocação ou pela facilidade do acesso ao financiamento para o pagamento.

Com isso, há uma acentuação da centralidade urbana de Pau dos Ferros a partir de sua função de centro universitário, ampliando sua marca na rede urbana interiorizada e, com isso, dinamizando toda uma cadeia de atividades associadas ao setor presentes nesta cidade.

A função regional que Pau dos Ferros assume no Alto Oeste Potiguar, abrigo dos principais equipamentos urbanos e regionais que prestam serviço a muitos municípios da região, é acentuada, em grande parte, pela presença destas instituições de ensino superior e técnico, com especial atenção à UERN, UFRSA e ao IFRN.

Embora o estudo da última REGIC (IBGE, 2008) tenha apresentado dados que já colocaram Pau dos Ferros como um dos centros mais procurados quando se buscavam cursos no Rio Grande do Norte²¹⁶, grande parte destas estruturas de ensino foram criadas após a realização do estudo do IBGE (2008), ou seja, a representatividade da cidade, neste seguimento, certamente é bem maior na rede urbana regional, o que sustenta nossa tese da formação de uma unidade espacial mais complexa e definida por um conjunto

Como podemos perceber, a regionalização das instituições prestadoras de serviços especializados e o comércio cada vez mais dinâmico e moderno colocam Pau dos Ferros como a cidade que orchestra as ações de intervenção na sua estruturação urbana e regional. Percebemos, ainda, que a função que Pau dos Ferros desempenha na região está associada ao alcance máximo de procedência dos consumidores e de sua acessibilidade da população regional a esse centro.

A presença de um setor terciário mais estruturado, com serviços de saúde especializados, um setor financeiro cada vez mais presente nas vidas das pessoas, e uma educação em níveis técnico e superior em consolidação, evidencia uma série de equipamentos e serviços urbanos de porte superior a cidades importantes da rede urbana potiguar.

Este panorama indica o entendimento das estruturas que permitem a conformação urbano-regional que defendemos para Pau dos Ferros, que compreende o entendimento da difusão e relação das pequenas cidades que estão inseridas em sua dimensão territorial, o que abrange a variável “distância” como importante em nossa investigação, seja a sua mensuração física, mas relacional, que nos possibilita o desenho morfológico desta unidade espacial. Desse modo, discorreremos também acerca da estrutura de transporte responsável pelo fluxo de pessoas e mercadorias

²¹⁶ No estudo da REGIC 2007, sobre os relacionamentos entre as cidades, a partir de variáveis como compras, cursos, lazer e saúde, no quesito cursos, a cidade de Pau dos Ferros ficou atrás apenas da cidade de Mossoró e Natal no estado, apresentando 31 relacionamentos com cidades tanto do Rio Grande do Norte como do Ceará e da Paraíba. Desse modo, cidades maiores, como Caicó, Assú e Currais Novos, não apresentaram o mesmo desempenho de Pau dos Ferros. Ver estes dados em detalhes na seção microdados da REGIC - 2007, no site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=7>

da região, e da organização do espaço intra-urbano da cidade de Pau dos Ferros, como resultado da dinâmica regional.

5 A CIDADE E REGIÃO DE PAU DOS FERROS: UMA LEITURA DA GEOGRAFIA DA DISTÂNCIA E DA DINÂMICA INTRA-URBANA

A situação é um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais [...] É a ordem, sempre diversa, com que os objetos técnicos e as formas de organização chegam a cada lugar e nele criam um arranjo singular, que define as situações, permitindo entender as tendências e as singularidades do espaço geográfico.

(Maria Laura SILVEIRA, 1999, p.25)

Ao optarmos por estudar uma área urbana não metropolitana, pertencente a uma parte mais distante dos grandes centros urbanos nordestinos, como Pau dos Ferros, no interior do território, nos deparamos também com as novas tendências da urbanização que moldam as relações com os fluxos de pessoas e materiais, permitindo a acessibilidade aos objetos geográficos que dinamizam a cidade e a região.

Embora estejamos, segundo Harvey (1992), em um momento que mostra a necessidade de compreendermos a compressão do espaço-tempo, enquanto componente essencial para entendermos a lógica capitalista no espaço, com as novas tecnologias, o que permite nos reunir com pessoas que estão em outros lugares ou efetuar uma compra de um produto de forma virtual. Contudo, as formas tradicionais de expressar as relações espaciais entre entidades geográficas ainda são bastante válidas, ainda mais em regiões caracterizadas por não abrigar os principais centros de gestão do Estado ou das grandes corporações.

Para chegarmos ao desenho da região que contempla a cidade de Pau dos Ferros, foi preciso entendermos o par representativo de fixos estruturais e fluxos de relações e conteúdo (SANTOS, 2004c [1996]). Os fixos estruturais, grande parte apresentados no capítulo anterior, como as instituições de ensino superior e técnico,

as instituições financeiras, os estabelecimentos de saúde e o comércio, se reproduzem a partir dos fluxos de relações e conteúdo dispostos na região.

Para isso, discorreremos, neste capítulo, sobre os sistemas técnicos associados aos fluxos de pessoas, mostrando, assim, a participação das estruturas espaciais percorridas no capítulo anterior na indução dos deslocamentos entre as pequenas cidades da região e o núcleo urbano principal. Buscamos o entendimento das formas de fazer, ou seja, como se dispõem os sistemas técnicos, os quais “[...] envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução” (SANTOS, 2004, [1996], p. 177).

Neste capítulo, perseguimos a conformação urbano-regional de Pau dos Ferros, área definida a partir do processo de urbanização do seu entorno, tendo suas lógicas integradas através do aumento dos fluxos de pessoas, mercadorias, insumos e informação, de forma centrípeta no território.

Para chegarmos a esse recorte da dimensão urbano-regional, nos apoiamos na discussão sobre a geografia da distância, apresentada por Johnston (2003ab) e Pirie (2009), que discorre acerca das formas tradicionais de expressão nas relações espaciais entre entidades geográficas da região em relação aos demais espaços. Para a análise, consideramos a distância física, os custos e o tempo necessário entre os centros de maior e menor centralidade que Pau dos Ferros (IBGE, 2008).

Apresentaremos, em seguida, a morfologia²¹⁷ urbano-regional de Pau dos Ferros, com os critérios adotados e os elementos constitutivos para se chegar a essa unidade espacial. Este seria o resultado da expansão para além do intra-urbano de Pau dos Ferros, que compreende uma área de influência e uma dinâmica urbano-regional compacta, que favorece a intensidade nas relações próprias de uma dimensão urbano-regional (MOURA, 2009).

Por fim, discorreremos sobre os aspectos da estruturação atual do intra-urbano de Pau dos Ferros; sobre a organização interna da cidade, do ponto de vista dos locais de produção e consumo, com as redes de infraestrutura e a situação geográfica da cidade no que se refere à sua organização interna.

²¹⁷ Sobre morfologia urbana e desenho da cidade, ver Lamas (2010 [1993]).

5.1 A GEOGRAFIA DA DISTÂNCIA DE PAU DOS FERROS: DISTÂNCIA, CUSTO E TEMPO

No decorrer do século passado, mais especificamente, após a II Grande Guerra, observamos o crescimento do número de estudiosos que se debruçaram na análise da organização espacial, no que tange o uso de modelos e ferramentas para o planejamento das cidades e regiões (WILSON, 1974), e que se basearam nos modelos matemáticos e estatísticos presentes nessa fase teórico-metodológica da sistematização da Geografia (CORRÊA, 1995).

A dinâmica espacial da população era perseguida a partir da análise quantitativa dos dados obtidos por questionários e instrumentos que mediam os padrões espaciais de organização das cidades e a complementação dos fluxos de bens, pessoas e informação, em uma rede urbana regional (CORREA, 2006a; GEIGER, 1963).

Na contemporaneidade, os fenômenos geográficos na rede urbana, ainda mais em sua periferia, atuam sob influência das relações tradicionais de fluxo de pessoas e materiais, como também através das conexões de extensão e acessibilidade com os objetos como a cidade, de forma relativa, dependente e hierárquica. Ao discorrer sobre o tema, Corrêa (1995, p. 21) afirma que “O espaço relativo é entendido a partir das relações entre os objetos, relações estas que implicam em custos – dinheiro, tempo, energia – para se vencer a fricção imposta pela distância”.

Assim, mesmo hoje com a difusão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004b, [1996]), a distância é um elemento chave na localização e disposição dos objetos geográficos no mundo, assim como, é utilizado nas cidades, como referência no deslocamento no dia a dia das pessoas: como no trajeto do trabalho e/ou da faculdade à casa, como parâmetro na decisão de consumir um produto ou serviço não existente em uma cidade e ter que se dirigir à outra. O que temos, nessa questão é, segundo Pirie (2009), uma importante variável para se registrar o quão perto ou quão longe estão os lugares. Com isso, as distâncias às quais estamos dos acontecimentos, dos objetos geográficos, ajudam a definir os limites de uma cidade e de sua região (PIRIE, 2009).

Também consideramos o que aponta Moura (2009, p. 71) quando pondera que “[...] a grande distância, a deficiência do sistema de transportes e a dificuldade de comutação diária de pessoas – fatores decisivos [...]” para identificação de uma aglomeração urbano-regional.

Sobre a distância na geografia, Johnston (2003a) assinala também que os primeiros modelos utilizados para estudar esse ramo da geografia levaram em consideração a gravidade newtoniana, uma vez que, quanto maior a distância entre o local de origem e destino, maior o movimento (esforço). Segundo este autor, na medida em que este movimento fosse menor, maior seria a distância que separa os dois pontos (origem e destino).

Um dos primeiros estudiosos a destacar a distância como uma categoria importante foi Watson (1955), o qual afirmou que a Geografia era uma disciplina da distância, fazendo relação com a noção de extensão, alcance e distribuição. Mas, nas décadas seguintes, a distância deixou de ser uma categoria ou campo de estudo, aparecendo raramente como palavra-chave ou assunto de pesquisa nos trabalhos de pesquisa geográfica.

Como podemos detalhar isso? A distância ainda é uma categoria importante nos estudos da cidade e da região? Pensamos que sim, pois a distância que as pessoas percorrem de um ponto a outro é um indicador da sua mobilidade, da mesma forma que a distância que estamos dos lugares nos indica o raio de nossa acessibilidade. Assim, a distância dita a área de influência de uma cidade, definindo a dimensão territorial que as pessoas têm disponível para acessar produtos e serviços necessários para o dia a dia.

Entendemos que, mesmo com a difusão das novas tecnologias, com atenção ao setor de transportes e comunicações, que fomentam o discurso do encurtamento relativo das distâncias dos lugares terrestres, ou da compressão espaço-tempo (HARVEY, 1992), não podemos negar a atual representatividade da distância na conformação e dinâmica espacial das regiões.

A forma como a distância é utilizada na geografia indica a importância de um fenômeno de qualidade abstrata, que perpassa a ideia e as experiências pessoais variadas (JOHNSTON, 2003ab). A seleção da distância, como uma categoria importante na leitura das cidades e de suas regiões, está associada até ao esforço vinculado ao deslocamento, muitas vezes de cunho cognitivo, compreendido pela simples busca em medir a distância relativa, que induz a organização espacial das

regiões isoladas, aquelas afastadas dos grandes centros urbanos (JOHNSTON, 2003ab).

Nos estudos da rede urbana, como na REGIC (IBGE, 1972; 1987; 2000; 2008), a categoria distância é ponderada nas variáveis metodológicas destes estudos, quando da análise das relações entre as cidades, medidos a partir das interações espaciais justificadas pela localização dos fixos estruturadores do espaço (CORRÊA, 2006b, [1997]).

Assim, um centro urbano isolado, só o é, se a energia necessária para alcançá-lo for maior do que a utilizada para se chegar a um outro centro de igual ou maior importância na rede urbana. Para isso, deve-se considerar fatores como um sistema de transporte eficiente e barato, rodovias em boas condições e, principalmente, agentes motivadores que compensem esse deslocamento.

A partir do último estudo da REGIC (IBGE, 2008), ao considerarmos a rede urbana nordestina, bastante concentrada nas capitais dos estados, a distância física entre os principais centros é relativamente grande: Fortaleza a Recife – 777 km; Recife a Salvador – 809 km; Fortaleza a Salvador – 1.189 km (GOOGLE EARTH, 2015).

A cidade de Pau dos Ferros está inserida em uma porção do território nordestino em que sua relação equidistante, de cidades de igual ou superior centralidade urbana, a coloca em uma situação geográfica favorável para atração de pessoas, mercadorias e capital de sua região, o que é impulsionado pelos produtos e serviços instalados recentemente neste centro.

A distância física de Pau dos Ferros para os centros de igual ou superior centralidade na região reforça o que dissemos sobre a posição de isolamento na qual esta cidade se encontra na rede urbana regional. Fortaleza é a metrópole mais próxima, com 397 km de distância, o que favorece seu desempenho como centro de influência de toda a porção Oeste do estado do Rio Grande do Norte, onde se encontram cidades como Mossoró e Pau dos Ferros (Mapa 18, na página seguinte), além das cidades dos estados cearenses, piauienses e maranhenses.

Mapa 18 – Pau dos Ferros: distâncias rodoviárias para as metrópoles nordestinas (REGIC - 2007)



Fonte: Pesquisa de rotas, melhores estradas, menores distâncias (GOOGLE EARTH, 2015); REGIC (IBGE, 2008). Organização de Josué A. Bezerra e cartografia de Samwel Sennen, dez., 2015.

A cidade de Recife que, segundo o último estudo da REGIC (IBGE, 2008), exerce influência na porção Leste do estado Potiguar, bem como os estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e parte do Norte da Bahia, e a cidade de Salvador,

responsável por polarizar a Bahia e o Sergipe, estão, respectivamente, a 559 km e 886 km de Pau dos Ferros.

Ao delinear a distância física da cidade de Pau dos Ferros para os centros regionais nordestinos que, em sua maioria, são contemplados pelas capitais dos estados e algumas cidades médias²¹⁸, surgem cidades importantes da rede urbana do interior, como Mossoró (152 km), Juazeiro do Norte (225 km) e Campina Grande (360 km) (GOOGLE EARTH, 2015).

De acordo com o IBGE (IBGE, 2008), estas cidades são as que concentram a maior oferta de equipamentos e serviços no interior do Nordeste e, por isso, se destacam na rede urbana regional, exercendo uma forte polarização em suas áreas. Mossoró, Juazeiro do Norte e Campina Grande são os centros regionais mais próximos a Pau dos Ferros, embora, segundo a REGIC (IBGE, 2008), nenhum exerça influência direta a esta cidade. Essa atribuição é desempenhada pelo forte papel político-administrativo desempenhado pela cidade de Natal, localizada a 392 km, distância parecida com a da metrópole cearense (Mapa 19, na página seguinte).

Como podemos ver nos mapas das distâncias rodoviárias de Pau dos Ferros para as demais cidades de maior hierarquia na rede urbana nordestina, existe um certo isolamento do núcleo urbano principal para as cidades mais importantes da região.

Ao traçarmos a distância física entre as cidades de igual centralidade de Pau dos Ferros na região, chegamos no recorte que nos interessa, no qual nossa hipótese se configura quando da evidência de novas centralidades urbanas no interior do território e faz surgir novos fenômenos nessa dimensão da rede urbana.

²¹⁸ Sobre cidades médias, ver o livro organizado por Sposito (2007).

Mapa 19 – Pau dos Ferros: distâncias rodoviárias para os capitais regionais nordestinas (REGIC - 2007)



Fonte: Pesquisa de rotas, melhores estradas, menores distâncias (GOOGLE EARTH, 2015); REGIC (IBGE, 2008). Organização de Josué A. Bezerra e cartografia de Samwel Sennen, dez., 2015.

As cidades mais próximas a Pau dos Ferros são Souza (PB), com 90 km; Cajazeiras (PB), com 102 km e Caicó (RN), com 156 km. Dessa forma, temos a reafirmação de uma rede urbana rarefeita e atomizada, característica do Nordeste, porém, com a coadunação da hipótese da difusão de centros isolados, nos quais há uma uniformidade nestes espaços, no que se refere à sua localização, que envolvem a relação com os centros mais importantes da rede urbana (Mapa 20, na página seguinte).

Sobre o assunto, Dantas (2014) já havia afirmado que a rede urbana se encontra em volta destas três cidades interioranas, formando um triângulo e, dentro dele, está localizada a região fronteira entre os três estados, denominada pela autora por raia divisória RN-PB-CE²¹⁹ e que é comandada pelas cidades de Pau dos Ferros, Sousa e Cajazeiras.

Estas cidades passaram por um estágio mais retardado no processo de incorporação ao meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004b [1996]) impresso ao país, pela aceleração das ações e uma pressão por reestruturação do aparato estatal, com as regionalizações e a interiorização das políticas nacionais, como visto na área de ensino superior e técnico.

A relativa distância física entre os centros de igual ou superior centralidade na rede urbana da região Nordeste favorece a formação de regiões extremamente dependentes dos serviços e dos produtos ofertados pelo centro maior, o que promove a atração de:

[...] segmentos industriais intensivos em trabalho pouco dependentes de serviços modernos, qualificação profissional e externalidades urbanas cujas empresas migrantes buscam o baixo custo da força de trabalho local acoplado a elevados incentivos fiscais (SIMÕES; AMARAL, 2011).

²¹⁹ Em seu trabalho, Dantas (2014) se apoia nas discussões postas por Passos (2009) que desenvolveu a noção de “raia de fronteira”. Em seu trabalho, a autora coloca que as parcelas do território são submetidas às definições e redefinições, mais ou menos independentes, nas quais os processos se manifestam segundo uma lógica de descontinuidade e integração (DANTAS, 2014).

Mapa 20 – Pau dos Ferros: distâncias rodoviárias para os centros sub-regionais A nordestinos (REGIC - 2007)



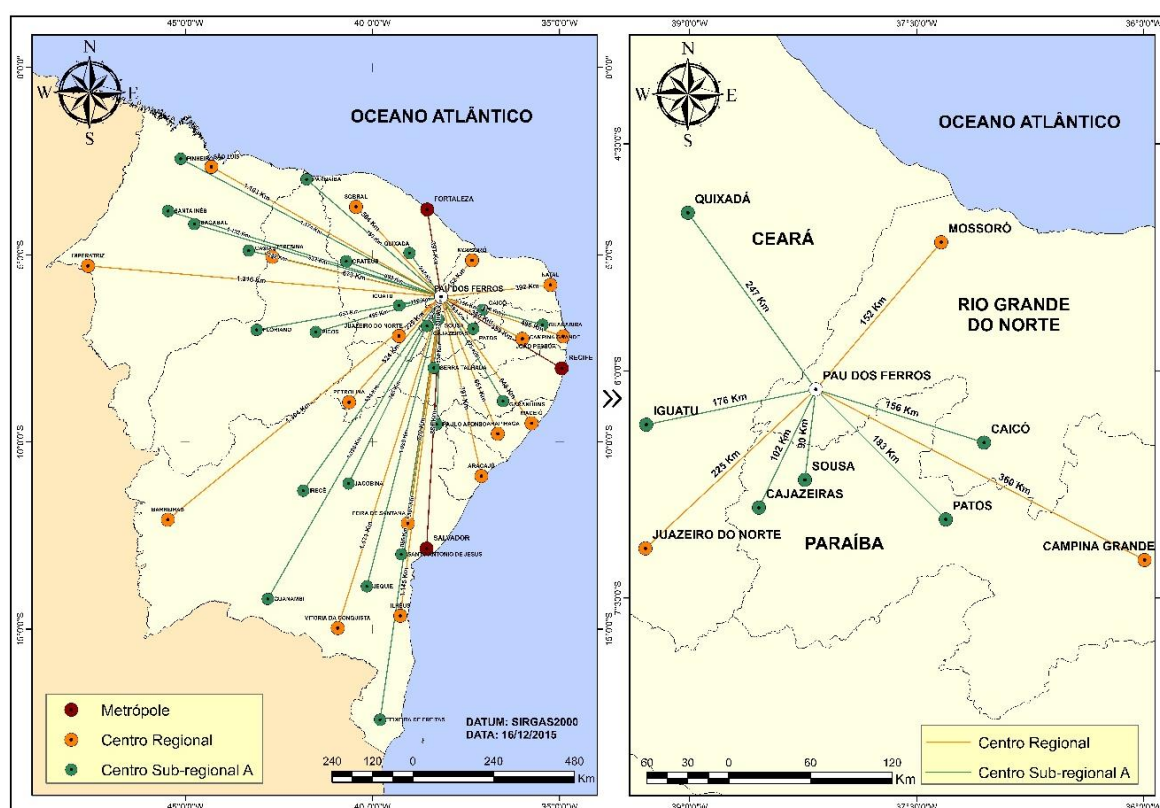
Fonte: Pesquisa de rotas, melhores estradas, menores distâncias (GOOGLE EARTH, 2015); REGIC (IBGE, 2008). Organização de Josué A. Bezerra e cartografia de Samwel Sennen, dez., 2015.

Pau dos Ferros se destaca, nesta rede urbana interiorizada, pela relação com os pequenos centros inseridos em sua região de influência, que não seguem

exatamente as regionalizações oficiais, como as microrregiões geográficas do IBGE (1990).

Como podemos observar no mapa 21, a seguir, que sintetiza os mapas anteriores sobre a distância física entre a cidade de Pau dos Ferros e os demais centros de centralidade igual ou superior no Nordeste, temos as cidades localizadas no seu interior, que apresentam um papel importante na rede urbana regional a partir da recente interiorização dos serviços públicos, em especial, na área de educação superior e técnica e dos serviços de saúde especializados, que atraem a população dos pequenos centros próximos, dinamizando o núcleo urbano principal.

Mapa 21 – Pau dos Ferros: distâncias rodoviárias para cidades de igual e maior centralidade no Nordeste (REGIC - 2007)



Fonte: Pesquisa de Rotas, melhores estradas, menores distâncias (GOOGLE EARTH, 2015); REGIC (IBGE, 2008). Organização de Josué A. Bezerra e cartografia de Samwel Sennen, jan., 2016.

Acreditamos que o fenômeno urbano visto na cidade de Pau dos Ferros está associado tanto à disposição geográfica, na qual este centro está em relação aos

centros mais importantes da região, como também à acomodação das pequenas cidades dispostas sob sua influência.

Em alguns estudos que tratam de cidades que exercem um papel intermediário na rede urbana, como em Llop Torné e Bellet Sanfeliu (2000), que também foi utilizado por Dantas (2014), em Pau dos Ferros, é adotado um parâmetro de distância média entre a cidade principal e os demais centros subordinados. Em nossa pesquisa, como um critério para se chegar à dimensão territorial da cidade e região, traçamos um recorte de até 100 km²²⁰ de distância das cidades localizadas na sede municipal de Pau dos Ferros.

A localização no território dos objetos geográficos ligados a consumo de produtos e serviços especializados, associada à disposição da infraestrutura rodoviária e da oferta de transporte regional em Pau dos Ferros, estimula a decisão da população local de executar a mobilidade espacial, especialmente a pendular. Sobre o assunto, Jardim (2011) afirma que não é fácil a abordagem sobre esse tipo de mobilidade, pois, nos dias atuais, há uma gama de aspectos econômicos e sociais inerente ao movimento e ao elemento distância,

O recorte de 100 km parece, a princípio, uma distância grande, se considerarmos, por exemplo, a cidade de Mossoró, que concentra uma maior oferta de produtos e serviços especializados e se encontra a pouco mais de 150 km de Pau dos Ferros. Contudo, a necessidade em se deslocar deve considerar também os custos da pendularidade da população que “[...] ficam, em geral, por conta dos indivíduos quando postos em movimento, em função da economia e da sociedade” (JARDIM, 2011, p. 66).

Partindo da sede de Pau dos Ferros para as cidades de menor ou igual centralidade, segundo a última REGIC (IBGE, 2008), chegamos a um total de 65 cidades localizadas até 100 km de distância, distribuídas nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba (Quadro 16, na página seguinte).

²²⁰ Llop Torné e Bellet Sanfeliu (2000) colocam que a delimitação da área de influência de uma cidade intermediária na rede urbana gira em torno de 50km de distância e, quando há uma dimensão maior, essa área poderá chegar a 150 km. Assim, considerando a área de Influência das cidades mais próximas com centralidade igual ou superior a Pau dos Ferros – Sousa (PB), Cajazeiras (PB) e Mossoró (RN) - (IBGE, 2008), selecionamos as sedes municipais localizadas até 100 km de distância da cidade de Pau dos Ferros.

Quadro 16 – Pau dos Ferros: cidades localizadas até 100 km de distância (rodoviária)

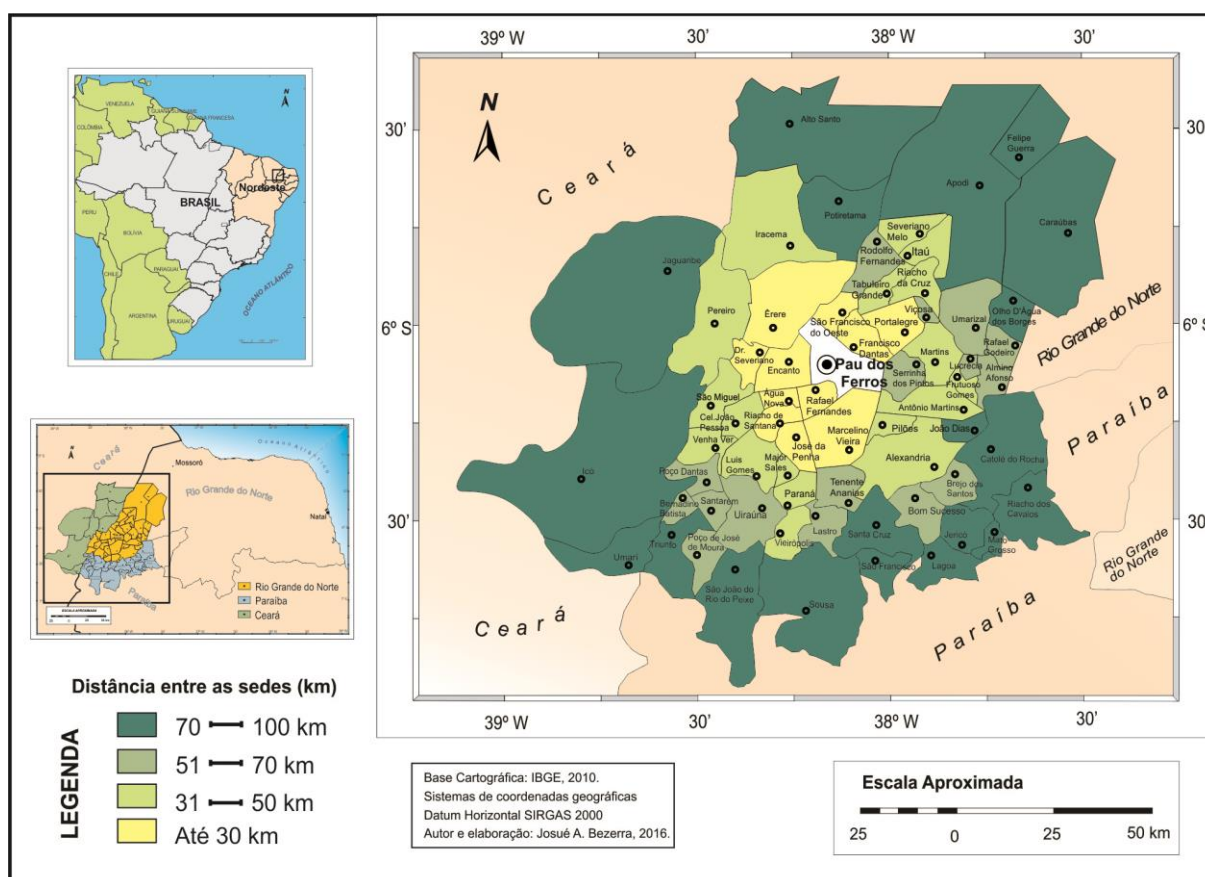
RIO GRANDE DO NORTE	DISTÂNCIA (km)	PARAÍBA	DISTÂNCIA (km)	CEARÁ	DISTÂNCIA (km)
Francisco Dantas	10	Vieirópolis	49	Ererê	24
Encanto	11	Uiraúna	54	Pereiro	39
Rafael Fernandes	12	Poço Dantas	55	Iracema	50
São Francisco do Oeste	14	Bom Sucesso	56	Jaguaribe	78
Dr. Severiano	20	Lastro	62	Potiretama	82
Água Nova	20	Santarém	64	Alto Santo	84
José da Penha	27	Bernardino Batista	64	Icó	89
Marcelino Vieira	27	Poço de José de Moura	69	Umarí	96
Riacho de Santana	29	Brejo dos Santos	70		
Portalegre	29	Lagoa	72		
Taboleiro Grande	31	Santa Cruz	76		
São Miguel	36	Triunfo	76		
Major Sales	38	São João do Rio do Peixe	79		
Coronel João Pessoa	38	Catolé do Rocha	80		
Riacho da Cruz	38	Jericó	87		
Itaú	40	São Francisco	89		
Antônio Martins	45	Sousa	90		
Paraná	46	Mato Grosso	95		
Pilões	47	Riacho dos Cavalos	100		
Alexandria	47				
Frutuoso Gomes	48				
Venha Ver	48				
Severiano Melo	48				
Martins	48				
Luís Gomes	49				
Viçosa	54				
Rodolfo Fernandes	56				
Almino Afonso	56				
Tenente Ananias	57				
Serrinha dos Pintos	58				
Lucrécia	59				
Umarizal	60				
Rafael Godeiro	67				
Olho D'água do Borges	72				
Apodi	73				
João Dias	78				
Felipe Guerra	100				
Caraúbas	100				

Fonte: Pesquisa de Rotas, melhores estradas, menores distâncias (GOOGLE EARTH, 2015); REGIC (IBGE, 2008). Organização e elaboração cartográfica de Josué A. Bezerra, jun., 2016.

O conjunto de cidades próximas a Pau dos Ferros compreende os três estados nordestinos (Rio Grande do Norte – 38 cidades; Ceará – 08; Paraíba – 19), sendo que 26 estão a pouco menos de 50 km de distância e 11 até 30 km da sede de Pau dos Ferros. Assim, estamos tratando de uma região de fronteira entre estados na

qual, segundo Geiger (1994), é comum aparecerem conflitos entre as entidades administrativas. Estes conflitos podem inviabilizar o transporte de pessoas e mercadorias, com a cobrança de tarifas e impostos diferenciais. Assim, como podemos visualizar no mapa 22, muitos municípios localizados a 100 km de distância física de Pau dos Ferros estão na Paraíba e no Ceará.

Mapa 22 – Pau dos Ferros: cidades localizadas até 100 km de distância (rodoviária)



Fonte: Pesquisa de rotas, melhores estradas, menores distâncias (GOOGLE EARTH, 2015); REGIC (IBGE, 2008). Organização e elaboração cartográfica de Josué A. Bezerra, jun., 2016.

Todos estes municípios são de pequenos porte (menos de 20 mil habitantes) e alguns como Catolé do Rocha (28.766 habitantes) e Sousa (65.807 habitantes), na Paraíba; Icó (65.453 habitantes) e Jaguaribe (34.416 habitantes), no Ceará, e Apodi (34.777 habitantes) e São Miguel (22.159), no Rio Grande do Norte, que desempenham um papel intermediário em suas redes urbanas (IBGE, 2008; 2011).

Na rede urbana interiorizada de Pau dos Ferros, a estrutura rodoviária aparece como único corredor de circulação das pessoas e das coisas. Deste modo,

já afirmava Geiger (1963, p.110) que “O papel da rodovia na evolução da rede urbana é, portanto, enorme. Existe a influência direta, pela valorização das cidades atravessadas pelas estradas”.

Atualmente, considerando o período de globalização, as transformações vistas no movimento das pessoas, mercadorias e ideias, definem o território que, nas redes geográficas, pode ser evidenciado no sistema de transporte (DIAS, 2005).

5.2 OS SISTEMAS TÉCNICOS DE TRANSPORTE

As semelhanças com outras escalas de análise podem colocar em dúvida a particularidade dos processos que estamos estudando na região encabeçada por Pau dos Ferros, que “No bojo do processo de urbanização a rede urbana é o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente” (CORRÊA, 2006a, p.15).

Passamos por um momento em que precisamos considerar um processo de globalização e integração nacional, em que a urbanização vem se manifestar nas regiões mais afastadas dos grandes centros, seja do modo quantitativo como qualitativo (SANTOS, 2005 [1993]), e que desencadeou uma difusão de um modo de vida urbano que repercute nos padrões de comportamento, como as mudanças no consumo.

A fase da urbanização que estamos vivenciando, prevista há mais de 20 anos por Santos (2005 [1993]), envolve a melhoria geral e progressiva das estruturas de circulação de pessoas e mercadorias, possibilitando a intensificação das interações espaciais a partir da reestruturação dos portos e aeroportos, nas grandes cidades, e a construção de uma densa e melhor rede rodoviária, interligando os espaços urbanos menores, se quisermos ficar apenas nas redes materiais. Essa estrutura espacial é característica de um aglomerado urbano-regional “[...] já que se constituem em espaços de fluxos pela interconexão de várias redes, mas que sua extensão guarda relação com os transportes, que viabilizam os deslocamentos cotidianos” (MOURA, 2009, p. 69).

Também precisamos ressaltar que a densidade das redes de transporte direcionam a distribuição do trabalho e dos recursos, permitindo a valorização ou não das regiões. Desse modo, as redes de infraestrutura de rodovias e os sistemas de

transporte são os elementos que denunciam os movimentos e os limites do território (PEREIRA, 2009).

Atualmente, o Rio Grande do Norte é cortado por diversos tipos de rodovias de responsabilidade das esferas governamentais, porém, estas têm suas funções bem definidas no Sistema Rodoviário Nacional (SRN), sejam as rodovias federais, caracterizadas em artérias principais; as rodovias estaduais, como coletores primários ou secundários, e a rede rodovia municipal, com a função meramente local.

No Oeste do estado, a oferta de rodovias pavimentadas, interligando os pequenos municípios, possibilita a acentuação da mobilidade espacial da população, de mercadorias e capital, evidenciando, ainda mais, a geografia da distância da região. As rodovias existentes ligam as sedes dos municípios às pequenas artérias viárias menores. A ligação das cidades com os sítios localizados na zona rural também acontece, porém, de forma mais precária, geralmente, pelo uso de estradas de terra.

Pau dos Ferros possui uma localização estratégica, no que se refere à disposição das rodovias na região. Mesmo distante dos grandes centros econômicos nordestinos, sua centralidade é assegurada pela infraestrutura rodoviária através da BR-405, que corta todo o Oeste do Rio Grande do Norte, originada desde a cidade de Mossoró, cruzando a divisa ao Sul com a Paraíba. Este eixo de articulação rodoviária nos ajuda a entender porque a maior parte dos fluxos regionais privilegia Pau dos Ferros. A rodovia BR-405 passa por dentro de grande parte das cidades da região e atende à população que trabalha e busca produtos e serviços especializados em Pau dos Ferros, interligando a rede de cidades a Mossoró e a Fortaleza.

Esta rodovia também é muito utilizada por caminhoneiros vindos das regiões Sul e Sudeste do país com mercadorias e insumos para abastecer, principalmente, a capital cearense e a cidade de Mossoró, retornando abastecidas de sal marinho extraído nos municípios produtores do estado, como Areia Branca e Grossos (Figura 30, na página seguinte).

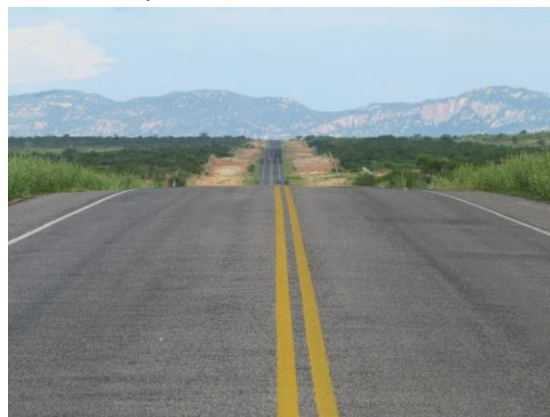
Outra rodovia importante que acentua a situação geográfica de Pau dos Ferros é a BR-226, que tem seu início na Região Metropolitana de Natal, e vem cortando o Rio Grande do Norte, cruzando a divisa com o estado do Ceará, na altura dos municípios de Pau dos Ferros com Ererê (CE). Esta rodovia tem seu destino final na cidade de Wanderlândia, ao Norte do estado do Tocantins, porém, ainda existem alguns trechos da estrada a serem construídos (Figura 31, na página seguinte).

Figura 30 - Pau dos Ferros: trânsito de caminhões pesados na Avenida Independência, centro da cidade



Fonte: Josué A. Bezerra, dez., 2013.

Figura 31 - Pau dos Ferros: BR-226 em trecho recentemente construído nas proximidades da cidade



Fonte: Josué A. Bezerra, mar., 2014.

A BR-226 chegou no ano de 2012 no Oeste Potiguar, a partir da serra de Martins, o que encurtou a distância rodoviária entre as cidades de Pau dos Ferros e Natal em quase 25 km. Esta rodovia chega a Pau dos Ferros passando em frente do recém-construído *campus* da Ufersa, logo após o perímetro irrigado do município.²²¹

Diferentemente da BR-405, que passa por dentro de várias cidades da região, a BR-226 percorre trechos desabitados dos municípios, cortando serras e margeando sítios e entradas das pequenas cidades até chegar ao Médio Oeste Potiguar²²² (Mapa 23, na página seguinte).

²²¹ O perímetro irrigado de Pau dos Ferros, criado no ano de 1980, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra às Secas (DNOCS), está localizado a 09 km da sede do municipal. Este tipo de estrutura “[...] fez parte de projetos que buscam a utilização das águas dos grandes açudes para a irrigação das terras situadas a jusante” (BURSZTYN, 1984, p. 81).

²²² A Microrregião do Médio Oeste do Rio Grande do Norte é a porção do território mais a Leste de Pau dos Ferros, localizada logo após os enclaves úmidos de Martins e Portalegre, e é compreendida pelos municípios de Campo Grande, Janduís, Messias Targino, Paraú, Triunfo Potiguar e Upanema (IBGE, 2010).

o que possibilitou a criação e/ou a abertura e a intensificação no trânsito por essa rodovia de linhas de transporte de passageiros.

As rodovias que irrigam a região e possibilitam o deslocamento da população, encurtando as distâncias das pequenas cidades a Pau dos Ferros, são alimentadas pelas artérias rodoviárias que levam aos centros de consumo mais complexos, fora da região, promovendo, assim, o fluxo inter-regional.

Esta seria mais uma estrutura de conexão com os lugares, em que a proliferação das redes técnicas aparecem como algo imprescindível, proporcionando, segundo Santos (2004c [1996]), uma acentuação da mobilidade das pessoas, da produção e do capital, mesmo que estas não se realizem da mesma forma em todos os lugares.

O funcionamento das redes técnicas de transporte²²⁴ é um indicativo importante para conhecermos os limites dessa rede urbana interiorizada comandada por Pau dos Ferros, o que justifica a estruturação espacial apresentada neste centro (SANTOS, 2004c [1996]).

Sua estruturação nos mostra que a cidade de Pau dos Ferros surge como ponto de convergência e geração de fluxos de pessoas, mercadorias e informação, conectando as diversas cidades de sua região de forma subordinada. Sobre essa configuração, Souza (1995, p. 93) nos ajuda a pensar o funcionamento dessa rede como:

[...] arcos — que correspondem aos fluxos que interligam os nós — fluxos de bens, pessoas ou informações — sendo que os arcos podem ainda indicar elementos infraestruturais presentes no substrato espacial — p. ex., estradas — que viabilizam fisicamente os deslocamentos dos fluxos.

Estes fluxos são materializados na região pelas estradas e operacionalizados, quase que exclusivamente, por meio dos carros de linha que circulam transportando as pessoas dos vários municípios do entorno de Pau dos Ferros para esta cidade, seja para consumir ou trabalhar nos estabelecimentos prestadores de serviço e no

dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó e São José do Seridó). Toda a região do Seridó Potiguar (IBGE, 2015b).

²²⁴ As redes técnicas de transporte seriam as infraestruturas, como as rodovias, que dão suporte ao fluxo de pessoas, materiais e informações (SANTOS, 2004c [1996]).

comércio. A busca por bens e serviços especializados pela população regional gera fluxos que dinamizam e dão forma ao aglomerado urbano-regional de Pau dos Ferros.

Este tipo de transporte é característico nas grandes cidades por circular pelas regiões e bairros de forma “clandestina”, ou seja, não são controlados ou fiscalizados por uma autoridade do setor correspondente. Do mesmo modo, são comumente utilizados pela população mais pobre destas cidades, como uma forma mais barata de deslocamento. Já nas regiões interioranas do Nordeste, este tipo de transporte é bastante utilizado por diversas camadas da população para se deslocar entre os pequenos municípios e as capitais, como uma forma mais rápida e barata do que os ônibus convencionais.

Na região de Pau dos Ferros, estes veículos, chamados de carros de linha²²⁵, também não são credenciados em um órgão específico, embora sejam o principal meio de transporte da população para deslocamento diário entre os pequenos municípios e as cidades maiores ou mais importantes, dentro e fora da região. Alguns poucos possuem uma licença de transporte para passeios e turismo emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)²²⁶.

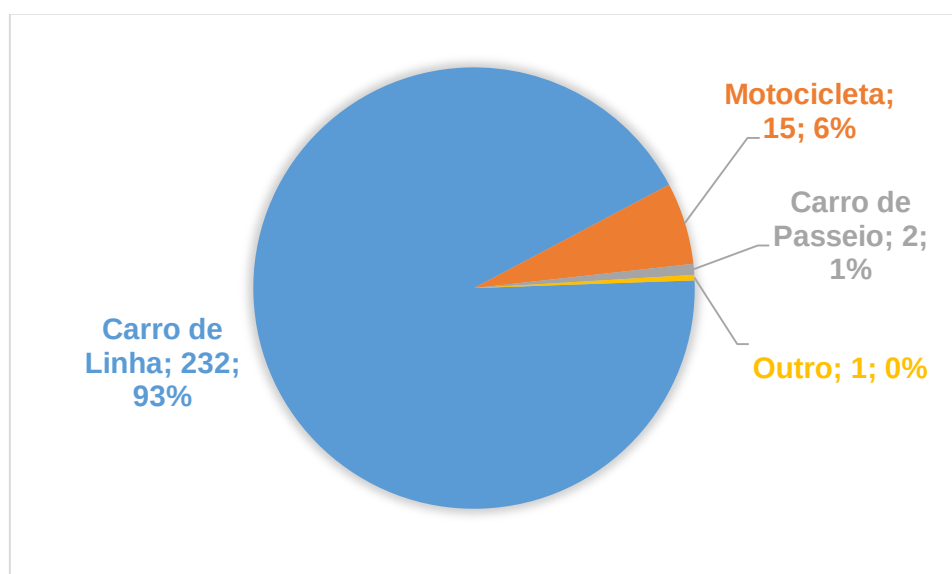
Este meio de transporte é compreendido por vans com capacidade de transportar de 08 a 12 pessoas; carros de passeio com 5 lugares; micro-ônibus que levam, em média, 20 passageiros, e os carros abertos, mais conhecidos por “pau de arara”, ainda em circulação na região, e que transportam, aproximadamente, 15 pessoas por viagem, dependendo do tipo de veículo.

O carro de linha é o principal transporte responsável por levar a população diariamente a Pau dos Ferros (Gráfico 06, na página seguinte). Nas cidades mais próximas, como Rafael Fernandes, Francisco Dantas, Encanto e São Francisco do Oeste, muitos ainda utilizam a motocicleta, embora, nestes municípios, exista uma oferta de vans conduzindo trabalhadores e até alunos para estudarem em Pau dos Ferros.

²²⁵ Em outras regiões do país, este tipo de transporte é também conhecido por perueiros, besta ou simplesmente vans, e estão, na maioria dos casos, presentes no seguimento do transporte informal das cidades.

²²⁶ A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é uma instituição Federal regulamentada a partir do decreto N. 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, para atuar na regulação das atividades de exploração da infraestrutura ferroviária e rodoviária federal, bem como de prestação de serviços de transporte terrestre. Maiores informações, ver o *site* da instituição: <http://www.antt.gov.br/>

Gráfico 06 – Região de Pau dos Ferros: principais meios de transporte utilizados pela população das pequenas cidades (abs./%)



Fonte: Pesquisa direta realizada junto a moradores das cidades sob influência de Pau dos Ferros (IBGE, 2008) em dez., 2014.

O deslocamento na região, utilizando este tipo de transporte, segundo nossa pesquisa de campo, compreende uma frota de mais de 120 veículos que vêm diariamente a Pau dos Ferros, trazendo as pessoas dos municípios vizinhos para trabalhar, estudar e/ou consumir em um dos estabelecimentos existentes na cidade. Como pudemos verificar nos pontos de chegada e estacionamentos destes tipos de transporte (carros de linha) localizados em Pau dos Ferros, existem 129 carros de linha originados de 35 municípios²²⁷. Com isso, o número de municípios contemplados por esse tipo de transporte diário para Pau dos Ferros é maior do que o estabelecido pela REGIC (IBGE, 2008) para sua região de influência direta (25 municípios).

Temos carros de linha que fazem 02 viagens por dia para Pau dos Ferros, sendo que a maioria chega logo cedo a essa cidade, alguns às 7h, outros perto das 8h, e retornam para seus municípios entre 11h e 12h. À tarde, o número de carros de linha é menor, em torno de 40% dos que circulam pela manhã, tendo em vista que as maiores clínicas médicas e repartições não funcionam no turno vespertino.

²²⁷ Este dado foi coletado em dezembro de 2015, assim, devido à sua natureza de atuação e sua característica informal, sem sindicato ou qualquer órgão que regulamente este tipo de transporte, o número exato de carros de linha existentes na região pode variar conforme o período em que for realizada a pesquisa.

Os passageiros que utilizam o carro de linha vêm a Pau dos Ferros para realizar diversas atividades, além de trabalhar e estudar. Muitos vêm à cidade comprar em supermercados, em lojas de roupas, ou em busca de serviços especializados, como nas clínicas médicas ou no setor financeiro (produtos e serviços bancários). Para a população destes pequenos municípios, a utilização do carro de linha é bastante cômoda, porque o motorista, além de transportar o usuário de uma cidade à outra, busca e deixa o passageiro em casa e, em alguns casos, o aguarda concluir todas as atividades planejadas em Pau dos Ferros para retornar ao seu município²²⁸.

As cidades de Alexandria e São Miguel são as que possuem o maior número de viagens diárias para Pau dos Ferros, 19 e 17 viagens, respectivamente, seguidas de Luís Gomes (10 viagens), Riacho de Santana (09 viagens) e Doutor Severiano e José da Penha (08 viagens) (Quadro 17).

Quadro 17 – Pau dos Ferros: número de viagens diárias e origem dos carros de linha

(continua)

CIDADES	FLUXO DIRETO Viagens (Pau dos Ferros)	FLUXO INDIRETO Viagens (Por outra cidade à Pau dos Ferros)
<i>Alexandria (RN)</i>	19	-
<i>São Miguel (RN)</i>	17	-
<i>Luís Gomes (RN)</i>	10	-
<i>Riacho de Santana (RN)</i>	09	-
<i>Doutor Severiano (RN)</i>	08	-
<i>José da Penha (RN)</i>	08	-
<i>Encanto (RN)</i>	06	-
<i>Portalegre (RN)</i>	06	-
<i>São Francisco do Oeste (RN)</i>	06	-
<i>Água Nova (RN)</i>	05	-
<i>Marcelino Vieira (RN)</i>	05	-
<i>Tenente Ananias (RN)</i>	04	-
<i>Ererê (CE)</i>	03	-
<i>Major Sales (RN)</i>	03	-
<i>Paraná (RN)</i>	03	-
<i>Rafael Fernandes (RN)</i>	03	-
<i>Taboleiro Grande (RN)</i>	03	-
<i>Umarizal (RN)</i>	03	-
<i>Iracema (CE)</i>	02	-
<i>Itaú (RN)</i>	02	-
<i>Serrinha dos Pintos (RN)</i>	02	-

²²⁸ Estas informações foram levantadas em conversas com os motoristas e usuários deste tipo de transporte, realizadas em vários momentos do ano de 2015, nas paradas dos carros de linha na cidade de Pau dos Ferros.

<i>Antônio Martins (RN)</i>	01	-
<i>Apodi (RN)</i>	01	-
<i>Lucrécia (RN)</i>	01	-
<i>Martins (RN)</i>	01	-
<i>Pilões (RN)</i>	01	-
<i>Riacho da Cruz (RN)</i>	01	-
<i>Severiano Melo (RN)</i>	01	-
<i>Rodolfo Fernandes (RN)</i>	01	-
<i>Uiraúna (RN)</i>	01	-
<i>Viçosa (RN)</i>	01	-
<i>Francisco Dantas (RN)</i>	01	-
<i>Coronel João Pessoa (RN)</i>	-	07 por São Miguel (RN)
<i>Pereiro (CE)</i>	-	03 por São Miguel (RN)
<i>Venha-ver (RN)</i>	-	03 por São Miguel (RN)
TOTAL	137	12

Fonte: Pesquisa direta nos pontos de parada dos carros de linha na cidade de Pau dos Ferros, em dez., 2015.

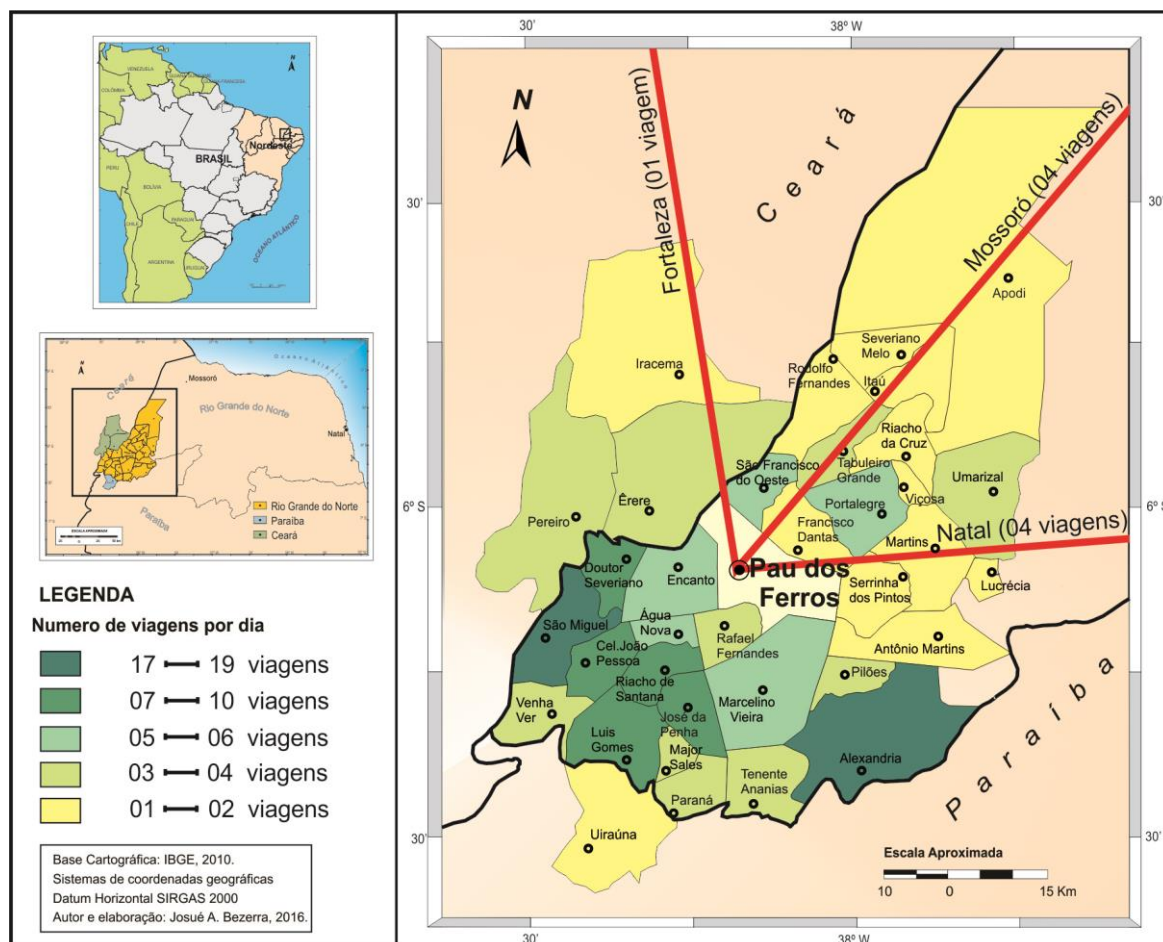
São Miguel, uma das cidades com maior número de viagens para Pau dos Ferros, desempenha a função de intermediação nesse tipo de transporte. A população das cidades de Coronel João Pessoa, Venha-Ver e Pereiro (CE), que necessita ir a Pau dos Ferros, se desloca até São Miguel e, de lá, utiliza um carro desta cidade até o destino final²²⁹

Como podemos ver no mapa 24, na página seguinte, o raio de atração da população que se desloca diariamente para Pau dos Ferros ultrapassa os limites político-administrativos dos estados. Temos carros de linha todos os dias vindos dos municípios de Iracema (02 viagens) e Ererê (03 viagens), no Ceará, e Uiraúna (01 viagem), na Paraíba. Com os usuários, descobrimos que muitos dos carros de linha passam, em seu trajeto, por dentro de vários outros municípios da região para pegar mais passageiros até chegarem a Pau dos Ferros. Esse procedimento é facilitado, como dissemos, pela disposição das rodovias, e não demanda de muito tempo, pois, na maioria das vezes, as viagens já estão acertadas entre os motoristas e os passageiros, que já aguardam o carro passar em sua casa para seguir. Isso explica, em parte, o fato da cidade de Francisco Dantas possuir apenas 01 carro de linha diariamente a Pau dos Ferros. A população deste município utiliza os serviços dos

²²⁹ Estas informações foram levantadas em conversas com os motoristas e usuários deste tipo de transporte, realizadas em vários momentos do ano de 2015 e nas paradas dos carros de linha na cidade de Pau dos Ferros.

carros de linha vindos da cidade vizinha de Portalegre, de onde vêm diariamente 06 veículos em direção a Pau dos Ferros.

Mapa 24 – Pau dos Ferros: número de viagens diárias e origem dos carros de linha



Fonte: Pesquisa direta nos pontos de parada dos carros de linha na cidade de Pau dos Ferros em dez., 2015. Organização e cartografia de Josué A. Bezerra, jun., 2016.

Ademais, realizando o serviço de transporte intermunicipal na região de forma irregular, alguns destes veículos circulam sem licenciamento e/ou seguro obrigatório, ou mesmo sem os equipamentos de segurança (cinto de segurança, extintor etc.).

Este tipo de transporte existente na região coloca a população em risco devido à grande parte dos veículos utilizados ser pouco conservada e, com isso, não seguir o mínimo das normas de segurança, visto que os passageiros dividem espaço com mercadorias de grande porte e animais (Figuras 33, 34 e 35, na página seguinte).

Figura 32 – Pau dos Ferros: transporte escolar aguardando os alunos no *campus* do IFRN



Fonte: Josué A. Bezerra, fev., 2016.

Figura 33 – Pau dos Ferros: carro de linha carregado com reservatório adquirido no comércio do centro



Fonte: Josué A. Bezerra, ago., 2015.

Figura 34 – Pau dos Ferros: transporte de passageiros para cidades vizinhas



Fonte: Josué A. Bezerra, ago., 2014.

Figura 35 – Pau dos Ferros: ponto de parada dos carros de linha no centro



Fonte: Josué A. Bezerra, fev., 2016.

O ônibus escolar (Figura 33, anterior) é também um dos principais meios de transporte utilizados na região, particularmente para os estudantes que frequentam as unidades de educação básica nas pequenas cidades, como também para levar os alunos às universidades e escola técnica, localizadas na cidade de Pau dos Ferros. A manutenção destes veículos, bem como o pagamento dos salários dos motoristas são de responsabilidade das prefeituras municipais.

Os estudantes da UERN, UFRSA e IFRN apontaram, em nossa pesquisa, que uma das principais formas de transporte utilizadas para o deslocamento até os

campi destas instituições é o ônibus escolar²³⁰. Contudo, existe ainda o fretamento de vans escolares para transportar alunos de cidades como Tenente Ananias, São Miguel e São Francisco do Oeste, para frequentar os colégios particulares de ensino fundamental e médio, bem como de cursinhos preparatórios para o ENEM e concursos públicos existentes em Pau dos Ferros²³¹.

Com isso, reafirmamos que os fluxos de bens, pessoas e informação no espaço tem na dimensão da distância entre os lugares uma variável importante, e o esforço desempenhado para execução do deslocamento deve ser considerado (PIRIE, 2009). As pessoas que vivem fora ou distantes dos grandes centros metropolitanos, excluídas dos principais eixos de concentração urbana, como nos municípios da região de Pau dos Ferros, também procuram minimizar os custos de viagem e, com isso, passam a considerar o tempo que irão levar para percorrer aquela distância e os custos necessários para tal deslocamento (JOHNSTON, 2003b).

Quando tratado das mudanças recentes na dinâmica da globalização, Harvey (2009 [2004], p. 91) lista um conjunto de novos atrativos que lhe garantiu sua maior importância nos dias de hoje. Um destes atrativos diz respeito ao “O custo e o tempo do transporte de mercadorias e pessoas [que] fizeram aflorar mais uma dessas mudanças de ocorrência periódica.” Harvey (2009 [2004]) conclui afirmando que:

Quando se vier a escrever a história da globalização, essa simples mudança no custo da subjugação do espaço poderá ser considerada bem mais importante do que a chamada “revolução da informação” (Id. 2009 [2004], p. 91-92, grifo do autor).

Assim, a geografia da distância considera a medição em relação a outros elementos sociais e físicos. Como aponta Johnston (2003b), embora a distância em linha reta ou distância física seja fácil de ser medida, o que é muito bem representado em materiais cartográficos de hoje, a noção de distância precisa compreender a distância relacional, que contempla o tempo e o custo do deslocamento.

²³⁰ Esta pesquisa foi realizada através do recurso dos formulários eletrônicos Google (Anexo 2), na oportunidade dos 166 alunos UERN, UFERSA ou IFRN, que responderam, 86 (51,80%) disseram utilizar os ônibus escolares para se deslocar até a instituição. Na mesma pesquisa, o carro de linha foi apontado como o segundo mais utilizado pelo alunos (36, 21,68%).

²³¹ Os 03 principais colégios particulares que agregam alunos de outros municípios são a Universidade Colégio e Curso, Educandário Imaculada Conceição e o Colégio e Curso Evolução. Em contato com a secretaria destes estabelecimentos, os mesmo não souberam quantificar exatamente quanto carros transportam seus alunos, mas apenas a origem dos alunos.

O deslocamento de um lugar a outro pode ser visto a partir do tempo de deslocamento, sendo esta forma até mais comum de ser utilizada do que a distância física em quilômetros. Dizer que uma cidade está a poucos minutos de carro ou cerca de uma hora de ônibus é um indicador bastante comum e amplamente utilizado pelas pessoas que vivem nas cidades.

Esse tempo da distância pode ser medido considerando os diversos graus de variáveis possíveis e comuns à região, como o carro de linha, principal sistema de transporte utilizado pela população e, com isso, as condições do tempo, horário e estradas para o deslocamento.

O que nos chama a atenção sobre a geografia da distância das pequenas cidades na região é sua disposição no território, algumas localizadas às margens das rodovias, outras nas serras de grandes altitudes, e também, a oferta e o tipo de transporte para o deslocamento intra-regional, bem como para fora da região.

É relativamente fácil representar em um gráfico, por exemplo, o tempo percorrido por um transporte, mas representar em um mapa a convergência do tempo com a distância não nos parece uma tarefa simples (JOHNSTON, 2003b). Às vezes, uma cidade mais distante fisicamente do que outra pode ser vista por uma pessoa como sendo mais “perto”, se considerarmos o tipo de transporte, as condições da viagem, os custos com a viagem, entre outros aspectos, como parâmetro para escolha do destino (Quadro 18).

Quadro 18 – Pau dos Ferros: tempo de viagem e preços das passagens nos carros de linha

(continua)

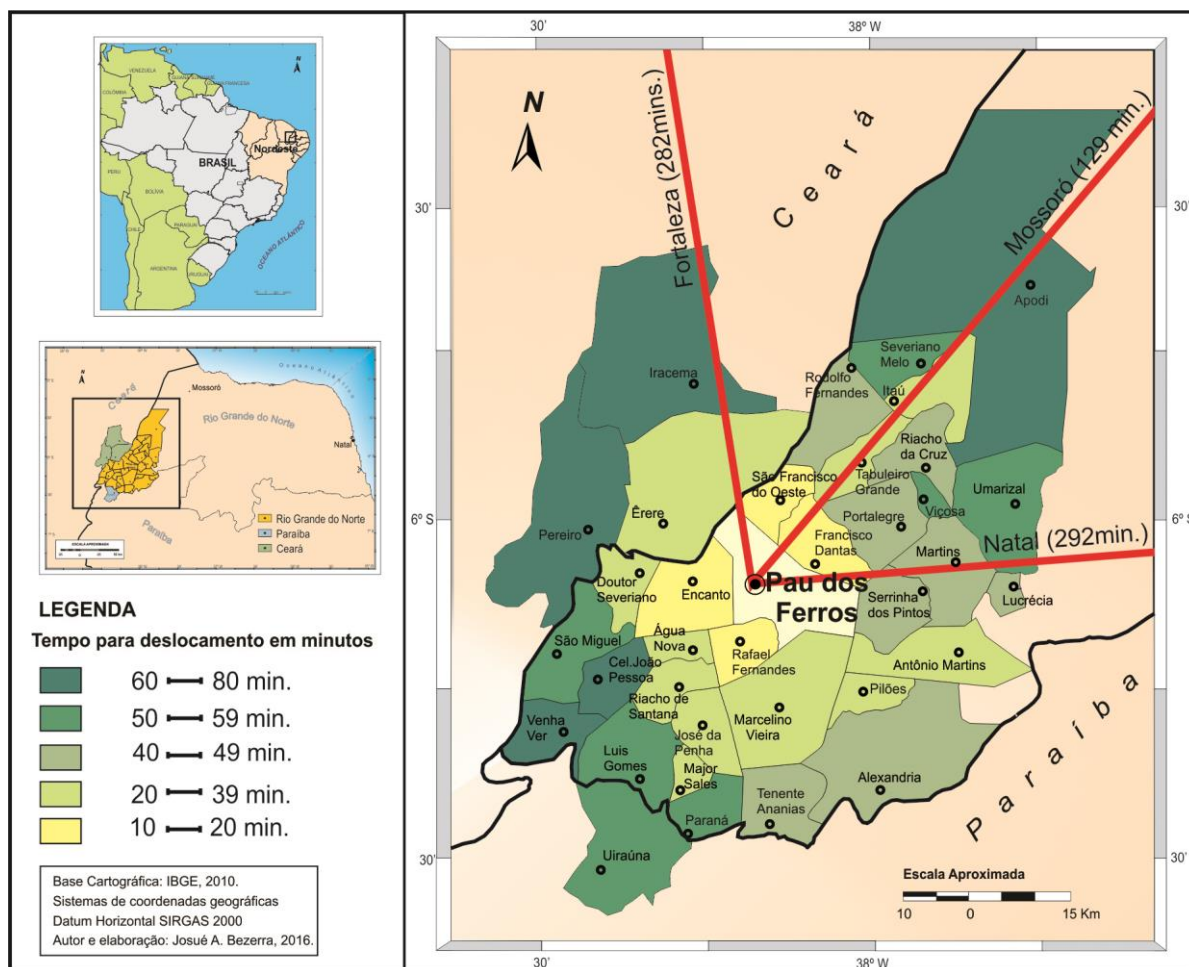
Cidades	Tempo de Viagem (minutos)	Preço da passagem (R\$)
<i>Rafael Fernandes (RN)</i>	14'	3,00
<i>Francisco Dantas (RN)</i>	15'	5,00
<i>Encanto (RN)</i>	16'	5,00
<i>São Francisco do Oeste (RN)</i>	18'	5,00
<i>Água Nova (RN)</i>	24'	5,00
<i>José da Penha (RN)</i>	31'	6,00
<i>Marcelino Vieira (RN)</i>	31'	6,00
<i>Riacho de Santana (RN)</i>	34'	8,00
<i>Taboleiro Grande (RN)</i>	34'	8,00
<i>Doutor Severiano (RN)</i>	36'	7,00
<i>Itaú (RN)</i>	36'	10,00
<i>Major Sales (RN)</i>	37'	8,00
<i>Ererê (CE)</i>	38'	10,00
<i>Antônio Martins (RN)</i>	38'	10,00

<i>Pilões (RN)</i>	39'	10,00
<i>Serrinha dos Pintos (RN)</i>	42'	13,00
<i>Martins (RN)</i>	42'	13,00
<i>Riacho da Cruz (RN)</i>	44'	12,00
<i>Portalegre (RN)</i>	45'	8,00
<i>Rodolfo Fernandes (RN)</i>	47'	12,00
<i>Alexandria (RN)</i>	47'	10,00
<i>Lucrécia (RN)</i>	47'	20,00
<i>Tenente Ananias (RN)</i>	49'	13,00
<i>São Miguel (RN)</i>	50'	10,00
<i>Severiano Melo (RN)</i>	50'	12,00
<i>Viçosa (RN)</i>	50'	10,00
<i>Paraná (RN)</i>	55'	10,00
<i>Uiraúna (PB)</i>	56'	12,00
<i>Umarizal (RN)</i>	57'	17,00
<i>Luís Gomes (RN)</i>	58'	12,00
<i>Iracema (CE)</i>	60'	15,00
<i>Coronel João Pessoa (RN)</i>	63'	15,00
<i>Pereiro (RN)</i>	64'	15,00
<i>Apodi (RN)</i>	65'	20,00
<i>Venha-Ver (RN)</i>	80'	15,00

Fonte: Organizado por Josué A. Bezerra, fev., 2016, através de pesquisa do tempo do trajeto no Google Earth (2015). Os preços das passagens dos carros de linha foram levantados em pesquisa direta com os motoristas destes veículos nas paradas na cidade de Pau dos Ferros, em janeiro de 2016.

A partir do quadro supracitado e do mapa 25, na página seguinte, conseguimos entender o tempo reduzido do deslocamento das pequenas cidades para Pau dos Ferros. Considerando as cidades que dispõem de transporte diário de carros de linha, é possível chegar de Pau dos Ferros em 15 cidades da região em menos de 40 minutos e, em 4 delas, em até 20 minutos. As cidades que levam mais tempo para o deslocamento são aquelas que se encontram nas serras e/ou depois delas, como Luís Gomes, São Miguel, Coronel João Pessoa, Venha Ver, e as cidades cearenses de Pereiro, Ererê e Iracema. Como também, as cidades que se encontram a mais de 70 km de distância, como é o caso de Apodi, cidade que fica na metade do caminho entre Pau dos Ferros e Mossoró e que, ao nosso ver, não se encontra na dimensão urbano-regional de Pau dos Ferros.

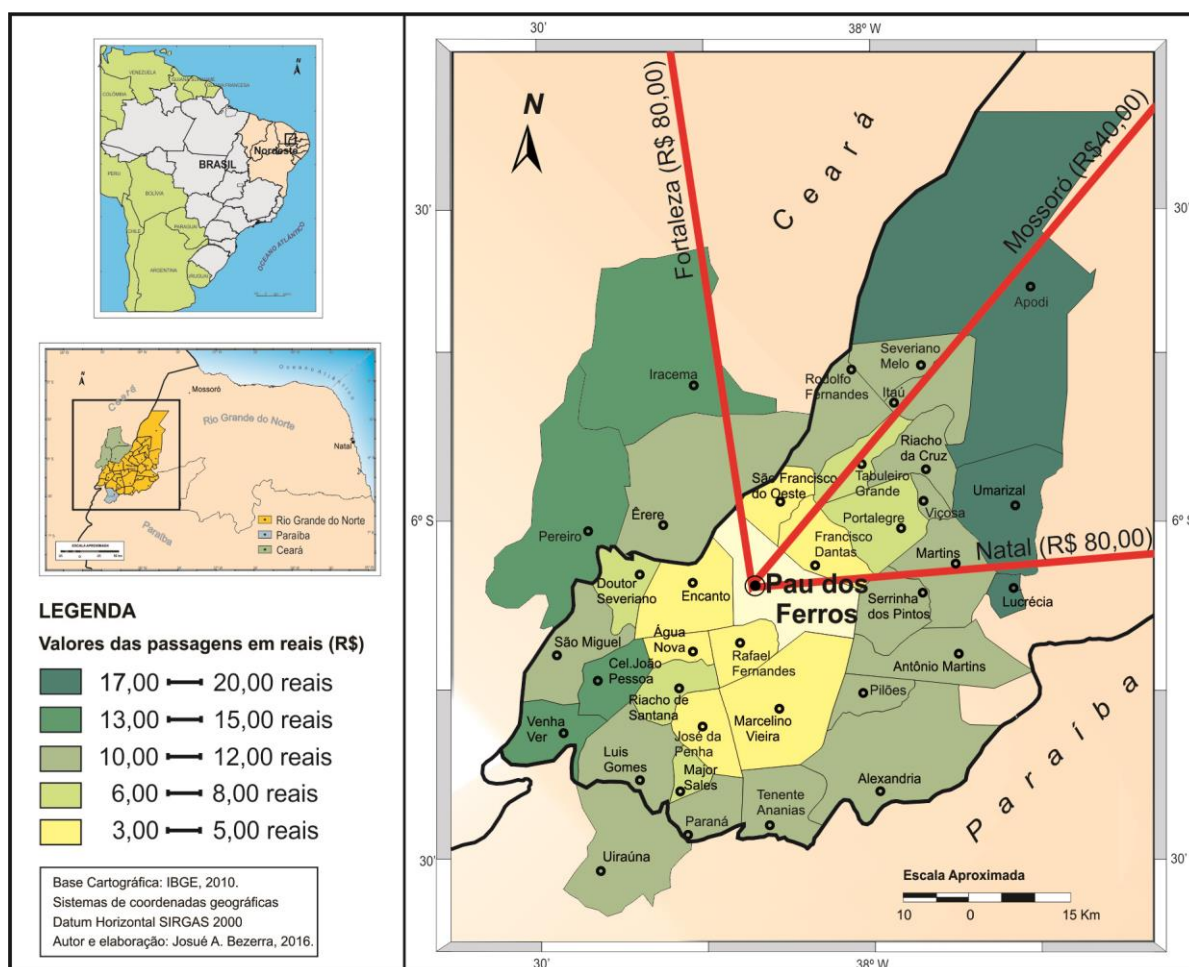
Mapa 25 – Pau dos Ferros: tempo de deslocamento (minutos) até as cidades que possuem fluxo diário de carro de linha.



Fonte: Pesquisa de rotas, melhores estradas, tempo do trajeto (GOOGLE EARTH, 2015). Organização e elaboração de Josué A. Bezerra, jun., 2016.

Assim, a distância-tempo em uma rede urbana interiorizada é muito importante e ajuda a definir os traços de uma dimensão urbano-regional, como acontece em Pau dos Ferros. E os custos de deslocamento sempre entram na tomada de decisão das pessoas que precisam de um determinado serviço e/ou produto fora de sua cidade de origem. Em um mapa rodoviário, nem sempre a distância entre dois pontos é a única referência para indicar a prioridade de destino ou esforço de deslocamento para uma cidade ou outra. Embora as pessoas tomem como referência para uma viagem principalmente o fator distância e tempo percorrido, o custo deste deslocamento sempre aparece como item de decisão para escolha do melhor destino a ser percorrido (Mapa 26, na página seguinte).

Mapa 26 – Pau dos Ferros: preço das passagens (R\$) cobrados nos carros de linha de fluxo diário



Fonte: Pesquisa direta com os motoristas/proprietários dos carros de linha que fazem viagens diárias. Organização e elaboração de Josué A. Bezerra, jun. 2016.

Assim, o tempo e os custos da viagem mostra-se como fundamental para a conformação urbano-regional, pois a fluidez vista pelas redes viárias permite conexões mais rápidas, e “[...] os pontos nodais dessas redes tendem a diminuir, acentuando algumas centralidades e alterando profundamente a relação entre as cidades” (LENCIONI, 2006, p. 70.).

Como podemos visualizar nos mapas 25 e 26, o tempo e os custos necessários para o deslocamento não são elevados se compararmos com o transporte convencional, ainda mais se considerarmos que os donos dos carros de linha conhecem os passageiros pelo nome, o que facilita a organização do roteiro da viagem e o pagamento daqueles que usam com mais frequência o transporte, pois muitos pagam no final do mês.

Com isso, percebemos que a distância física, os custos e tempo para o deslocamento favorecem a mobilidade das pessoas entre as cidades, especialmente, em direção a Pau dos Ferros. A título de comparação, para um conjunto de cidades próximas a Pau dos Ferros, o preço da passagem é menor do que as tarifas do transporte urbano de importantes cidades brasileiras²³².

Na medida em que nos afastamos de Pau dos Ferros, os custos com o deslocamento aumentam consideravelmente, tornando-se, assim, o valor da passagem um fator inibidor de circulação inter-regional. Para ir a Fortaleza ou Natal de carro de linha, saindo de Pau dos Ferros, é preciso pagar R\$ 160,00 pelas passagens de ida e volta, e de outras cidades, esse valor tende a aumentar, devido à oferta menor de veículos, bem como do tempo e da distância física destes centros.

Com sua localização em uma rede urbana periférica, a cidade de Pau dos Ferros, ainda sim, possui conexões com importantes centros urbanos do país, através da oferta de linhas de ônibus regulares que saem ou passam pela região regularmente. É preciso enfatizar que não existe um serviço de transporte de ônibus intermunicipal entre as cidades da região, esse serviço é desempenhado pelos carros de linha, mas podemos encontrar a presença de empresas de ônibus intermunicipais, tanto para cidades do Rio Grande do Norte como para outros estados da federação (Quadro 19, na página seguinte).

Os destinos com maior oferta de ônibus são Natal e Mossoró, levados principalmente pela empresa Jardinense.²³³ Esta empresa explora esse roteiro e dispõe de garagem e escritório em Pau dos Ferros, enquanto as demais, apesar de buscarem passageiros na rodoviária, dispõem, no máximo, de um guichê na rodoviária da cidade.

²³² Segundo o *site* Agência Brasil (agência de notícias brasileira), praticamente todas as grandes cidades brasileiras reajustaram a tarifa de ônibus urbano no início do ano de 2016: em Belo Horizonte (MG), R\$ 4,45; Rio de Janeiro (RJ), R\$ 3,80; Salvador (BA), R\$ 3,30 e São Paulo (SP), R\$ 3,80 (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>).

²³³ A viação Jardinense é a única empresa de ônibus intermunicipal, sediada em Natal, mas presente com guichês em várias cidades do Rio Grande do Norte, que disponibiliza viagens diretas saindo de Pau dos Ferros, sendo seus destinos imediatos as cidades de Natal, passando por Caicó, Currais Novos e Mossoró.

Quadro 19 – Pau dos Ferros: linhas de ônibus regulares, roteiro, destino e regularidade

EMPRESA	ORIGEM	CIDADES DO ITINERÁRIO	DESTINO	REGULARIDADE
<i>Viação São Geraldo</i>	Mossoró (RN)	Cajazeiras (PB), Salgueiro (PE), Petrolina (PE), Faria de Santana (BA), Vitória da Conquista (BA), Governador Valadares (MG), Belo Horizonte (MG)	São Paulo (SP)	Uma vez por dia
<i>Viação São Benedito</i>	Pau dos Ferros (RN)	Jaguaribe (CE), Russas (CE)	Fortaleza (CE)	Uma vez por dia
<i>Viação Gontijo</i>	Mossoró (RN)	Uiraúna (PB), José da Penha (RN)	Sousa (PB)	Uma vez por dia
<i>Viação Jardimense</i>	Pau dos Ferros (RN)	Apodi (RN)	Mossoró (RN)	Uma vez por dia
	Pau dos Ferros (RN)	Caicó (RN), Currais Novos (RN) e Santa Cruz (RN)	Natal (RN)	Duas vezes por dia
<i>Catedral Turismo</i>	Apodi (RN)	Cajazeiras (PB), Juazeiro do Norte (CE), Brejo Santo (CE), Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Barreiras (BA), Brasília (DF), Goiânia (GO), Caldas Novas (GO), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Ribeirão Preto (SP)	São Paulo (SP)	Duas vezes por semana
<i>Viação Transbrasil</i>	Mossoró (RN)	Cajazeiras (PB), Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Barreiras (BA)	Brasília (DF)	Duas vezes por semana

Fonte: Pesquisa direta nos guichês das empresas localizados na rodoviária de Pau dos Ferros; bem como nos *sites* das empresas prestadoras de serviços, jan., 2016.

A situação geográfica de Pau dos Ferros, equidistante 400 km das capitais estaduais Natal e Fortaleza, e Mossoró, centro regional mais próximo (152 km), coloca grandes empresas de ônibus com destino de centros importantes do país, passando pela BR 405 e, conseqüentemente, utilizando a rodoviária de Pau dos Ferros como parada, em alguns casos, de embarque e desembarque.

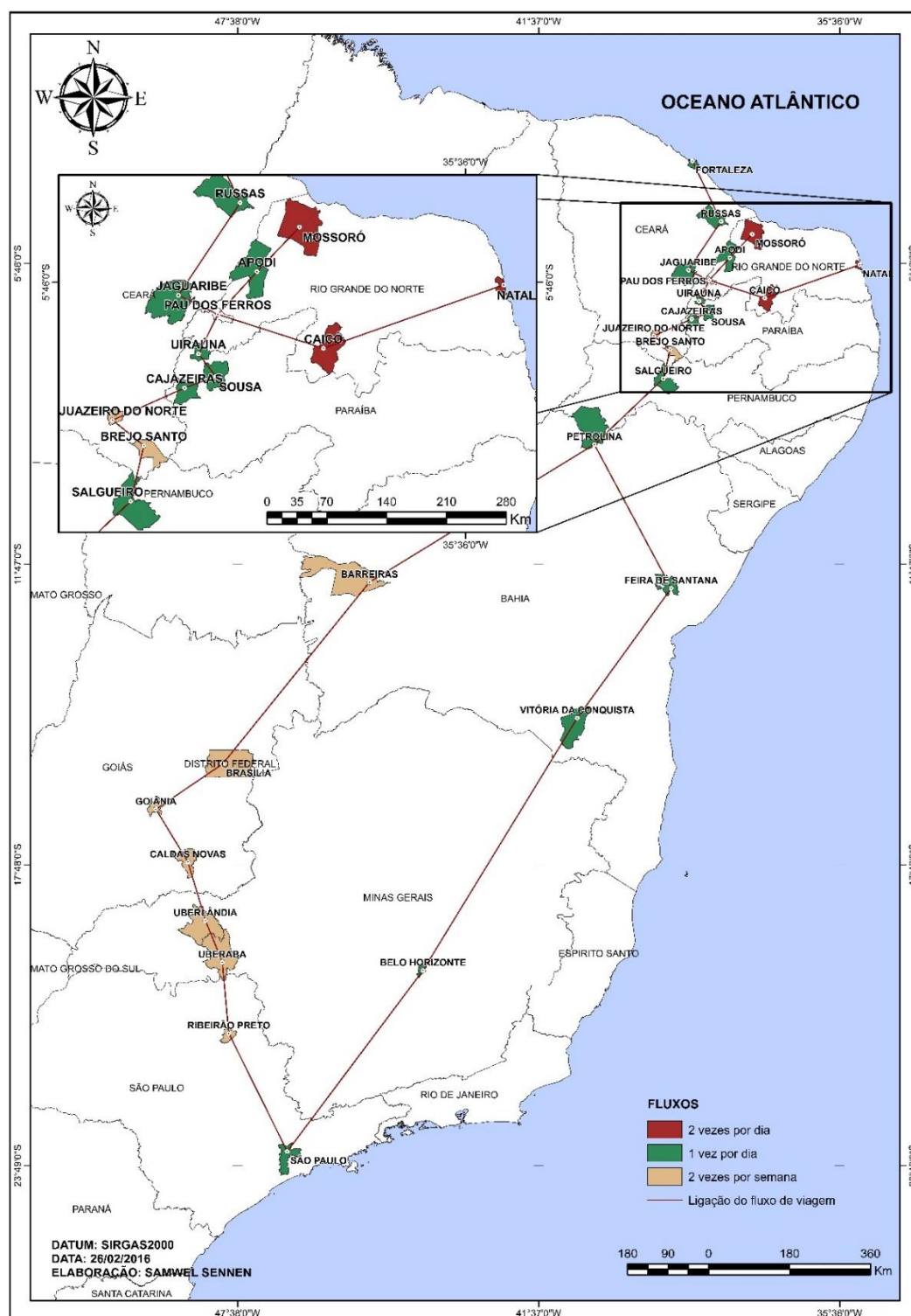
Na rodoviária de Pau dos Ferros, existem opções de linhas de ônibus regulares para Brasília, passando 02 vezes por semana, que trafega pelo Oeste da Bahia, atravessando o triângulo mineiro até chegar à cidade de São Paulo. Além dessa opção passando pela capital federal, temos empresas que saem todos os dias de Mossoró com destino a São Paulo. Esta viagem vai pelo sertão pernambucano e baiano, adentrando o Norte de Minas Gerais, passando pela cidade de Belo Horizonte até chegar a São Paulo (mapa 27, página seguinte).

Mesmo com essa oferta de ônibus intermunicipais para destinos mais procurados como Natal, Fortaleza e Mossoró, os preços e a comodidade de pegar e deixar os passageiros nos locais de origem e destino final da viagem é muito importante. A título de comparação, em pesquisa no guichê da empresa Jardimense, uma passagem de ônibus de Pau dos Ferros para Natal custa os mesmos R\$ 80,00 cobrados pelo carro de linha, contudo, considerando que este veículo utiliza a rodovia em direção ao Seridó potiguar, passando por Caicó e Currais Novos, a viagem dura aproximadamente 8 horas, enquanto o carro de linha leva aproximadamente 5 horas de viagem, indo pela rodovia BR-226.

Assim, mesmo localizada em uma região afastada dos grandes centros, Pau dos Ferros dispõe de um sistema de transporte de ônibus intermunicipal que possibilita a conexão rodoviária com outras cidades do país.

Outro parâmetro que podemos considerar na discussão sobre a relação distância-custos no setor de transporte diz respeito ao fato das empresas atuarem no território observando os cálculos das despesas necessárias para tomada de decisão locacional. Os representantes comerciais, as empresas e divisões corporativas, que se especializam em logística, presumem estes custos para atuar no território, definindo, inclusive, quais as áreas contempladas ou não pelo serviço.

Mapa 27 – Pau dos Ferros: frequência e principais rotas de ônibus interestaduais (2015)



Fonte: Organizado por Josué A. Bezerra, a partir de pesquisa direta nos guichês das empresas localizados na rodoviária de Pau dos Ferros; bem como nos sites das empresas prestadoras de serviços em dez., 2015. Cartografia de Samuel Sennen, fev., 2016.

As empresas transportadoras, especializadas em logística de entrega de mercadorias, selecionam os pontos de entrega calculando os custos com o frete, elegendo e privilegiando os pontos mais baratos para instalação e/ou atuação de suas estruturas. Sobre esse aspecto, é bastante comum não encontrar algumas pequenas cidades da região na lista de destino de entrega de produtos comercializados pelas principais empresas *e-commerce*²³⁴ do país. Em algumas situações, para os moradores destas pequenas cidades, é preferível colocar a entrega do produto para o endereço de um conhecido residente em Pau dos Ferros, tendo em vista que, para as empresas do setor, as taxas de entrega são bem menores em comparação com os lugares que apresentam dificuldades em sua geografia da distância, o que inviabiliza a compra do produto.

Nessa conjuntura, as pequenas cidades ficam subordinadas à logística disponível na região, em que a geografia da distância dos principais centros de distribuição permite a organização do maior número de tipos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, moldando uma área da população e um mercado regional, o que favorece, assim, diante da disposição geográfica das cidades, esse cenário, uma vez que, mesmos as cidades com maior centralidade próximas a Pau dos Ferros, como Mossoró, Fortaleza e Natal, apresentam uma distância de tempo e custo elevados, o que ratifica nossa hipótese de que a situação geográfica das pequenas cidades da região fomenta a formação de uma região encabeçada por Pau dos Ferros.

5.3 A MOBILIDADE ESPACIAL POPULAÇÃO

A manutenção na relação entre as cidades da rede urbana de Pau dos Ferros se dá ainda em uma lógica tradicional e hierárquica quando tratamos da mobilidade espacial da população, dentro ou fora da região.

Na região de Pau dos Ferros, observamos vários tipos de movimentos inter-urbanos que envolvem dimensões e práticas cotidianas. Há o deslocamento do domicílio para o lugar do trabalho que abrange horas do dia, como os trabalhadores que se deslocam todos os dias das pequenas cidades vizinhas para Pau dos Ferros.

²³⁴ São empresas de venda de comércio eletrônico, praticado pela internet, principalmente comércio virtual ou venda não-presencial.

Existem os casos dos professores universitários, por exemplo, que têm residência em cidades fora da região, como Fortaleza e Natal, e passam a semana ou o mês trabalhando na cidade, retornando ao final desse período. Esse comportamento, segundo Jardim (2011), pode implicar em múltiplos domicílios, temporalidades e lugares de trabalhos distintos.

A cidade de Pau dos Ferros possui a qualidade de atrair trabalhadores e estudantes a partir dos equipamentos e serviços presentes nesta cidade, promovendo, assim, a acentuação da interação espacial entre os lugares e a formação de um pequeno aglomerado populacional (CORRÊA, 2006b, [1997]; JARDIM, 2011)

Esse movimento foi identificado por Dantas (2014) quando analisou os microdados do censo demográfico do IBGE (2010), em um conjunto de cidades do Alto Oeste Potiguar, e percebeu que Pau dos Ferros é o centro que mais atrai pessoas para trabalho e estudo da região. Como podemos visualizar na tabela 19, a seguir, o saldo pendular de Pau dos Ferros é de 84,21% do total dos 6 municípios com maior saldo de pendularidade do Alto Oeste Potiguar.

Tabela 19 – Alto Oeste Potiguar: municípios com os maiores indicadores de mobilidade pendular para estudo e trabalho (2010)²³⁵

<i>MUNICÍPIO</i>	<i>SAÍDA</i>	<i>ENTRADA</i>	<i>SALDO PENDULAR</i>	<i>PENDULARIDADE BRUTA</i>
<i>Pau dos Ferros (RN)</i>	388	3.366	2.978	3.754
<i>São Miguel (RN)</i>	451	409	-42	860
<i>Patu (RN)</i>	160	631	471	791
<i>Umarizal (RN)</i>	268	408	140	676
<i>Alexandria (RN)</i>	318	306	-12	624
<i>Itaú (RN)</i>	301	302	1	603
<i>Total</i>	1.886	5.422	3.536	7.308

Fonte: Microdados do IBGE (2010).

²³⁵ Os números apresentados nesta tabela são importantes para entender o impacto que as entradas de deslocamentos pendulares causam no total populacional do município (OJIMA E MARANDOLA JR, 2012). Dantas (2014) faz essa interpretação quando estuda o fluxo pendular entre os municípios da região.

Associamos a colocação de Patu e Umarizal, respectivamente em segundo e terceiro lugares, pelo fato destes municípios sediarem um *campus* e núcleo avançado da UERN, o que atrai muitos estudantes da região. Também precisamos considerar que estes dados foram extraídos antes da chegada da UFERSA e do pleno funcionamento do IFRN na cidade de Pau dos Ferros, o que nos faz pensar que esse fluxo pendular seja bem maior do que apresentado pelo IBGE (2010).

Podemos identificar, também, que quanto menor a distância que o município está de Pau dos Ferros, maior o fluxo pendular para esta cidade, o que reforça nossa tese de que a dimensão urbano-regional de Pau dos Ferros está associada à geografia da distância das cidades. Como podemos visualizar na tabela 20, a seguir, os municípios vizinhos a Pau dos Ferros como o Encanto, Rafael Fernandes, Francisco Dantas e São Francisco do Oeste, estão entre os que mais apresentam fluxo pendular de trabalho e estudo para esta cidade.

Tabela 20 – Pau dos Ferros: municípios com os maiores índices de fluxo pendular para trabalho e estudo (2010)

MUNICÍPIO	SAÍDA	ENTRADA	SALDO PENDULAR	PENDULARIDADE BRUTA
<i>Encanto</i> (RN)	430	74	-356	504
<i>Rafael Fernandes</i> (RN)	306	58	-248	364
<i>Francisco Dantas</i> (RN)	333	42	-291	375
<i>Marcelino Vieira</i> (RN)	259	275	16	534
<i>São F. do Oeste</i> (RN)	223	49	-174	272
<i>Portalegre</i> (RN)	264	53	-211	317
<i>Água Nova</i> (RN)	165	66	-99	231
<i>José da Penha</i> (RN)	276	100	-176	376
<i>Doutor Severiano</i> (RN)	318	39	-279	357
<i>Riacho de Santana</i> (RN)	232	24	-208	256

Fonte: Microdados do IBGE (2010).

Este fenômeno apresentado pelos dados sobre a mobilidade espacial da população e a dispersão urbana, que sempre foram atributos das regiões metropolitanas, está, nas últimas décadas, cada vez mais presente nas áreas não metropolitanas de diversas regiões brasileiras (IBGE, 2015c; OJIMA; MARANDOLA

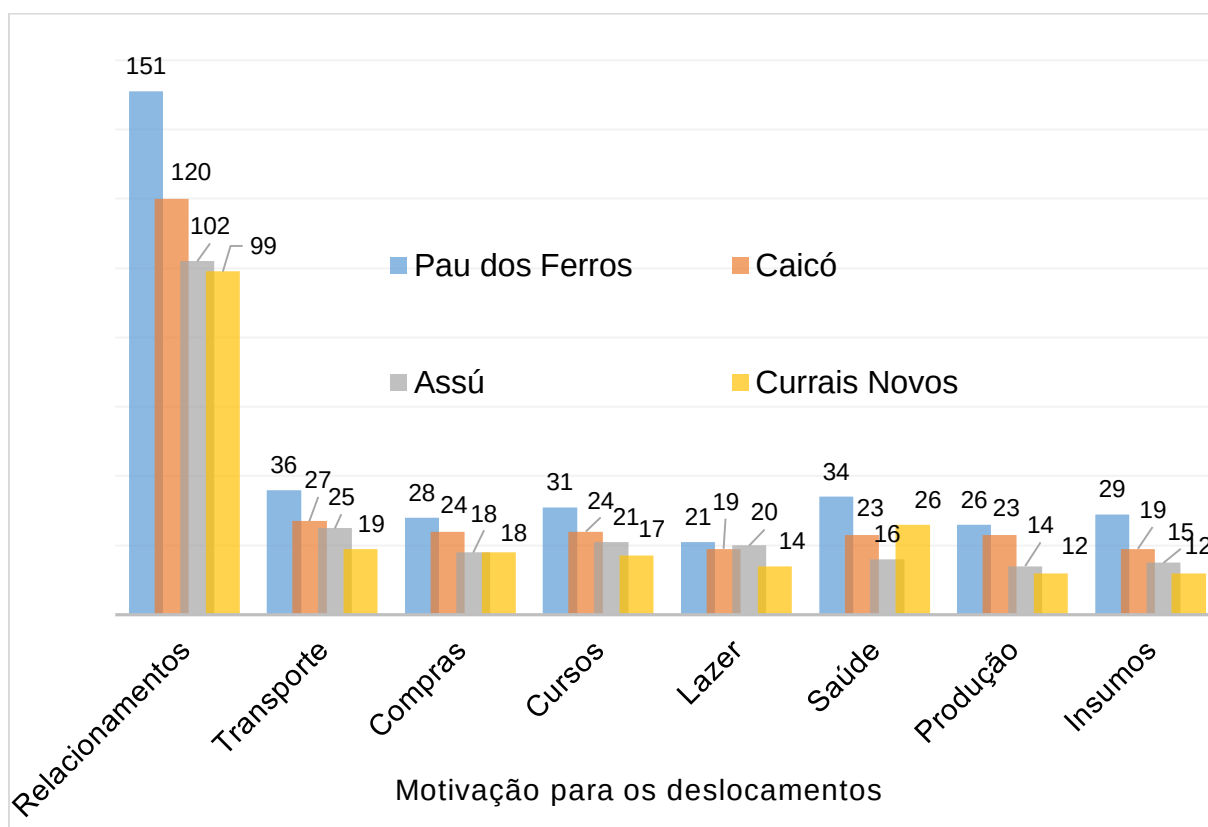
JR., 2012). Com isso, novas formas espaciais, até então restritas às grandes cidades, podem ser vistas em regiões como a de Pau dos Ferros, devido à:

[...] generalização do estilo de vida baseado na mobilidade, que integra cidades [...]. Ao invés do crescimento urbano sem limites, ou da migração como saída para acessar bens, serviços ou o próprio mercado de trabalho, a pendularidade (e ainda outros deslocamentos de curta duração que o Censo Demográfico não capta) passa a integrar as possibilidades das famílias, alterando significativamente as relações entre o urbano e o regional, para além das grandes metrópoles (OJIMA; MARANDOLA JR., 2012, p. 104, grifo nosso).

Quando consideramos outros aspectos indutores da mobilidade, como transporte, saúde, cursos e compras, a representatividade de Pau dos Ferros também se destaca, inclusive em comparação com centros maiores do Rio Grande do Norte, como Caicó, Currais Novos e Assú. O número de relacionamentos²³⁶ realizados entre a população dos municípios que procura a cidade de Pau dos Ferros para obter produtos e serviços ligados ao comércio varejista (lojas de roupas, calçados, gêneros alimentícios e de higiene pessoal), à saúde (clínicas médicas, hospitais e laboratórios), educação (cursos superiores) e transporte (viagens e deslocamentos) é bem superior do que estas outras cidades do estado (Gráfico 07, na página seguinte).

²³⁶ O estudo da REGIC - 2007 (IBGE, 2008) apresentou, em sua metodologia, a investigação sobre os destinos dos moradores dos municípios que se deslocavam para consumir produtos e serviços em um outro centro. Para isso, foi utilizado um questionário padrão para todos os centros, delimitando a intensidade de ligação de uma cidade à outra, em que perguntavam a respeito da dependência da população local para com serviços de transporte (rodoviário, marítimo e aéreo), ensino superior, saúde, compra de produtos secundários, serviços de lazer e cultura, e produtos rurais como insumos ofertados em outros centros. A partir desta investigação, foi possível chegar ao número de relacionamentos que cada cidade tem em relação a outros centros (IBGE, 2008).

Gráfico 07 – Número de relacionamentos²³⁷ por tipo de motivação de consumo nos centros Sub-regionais do Rio Grande do Norte (REGIC - 2007)



Fonte: REGIC - 2007 (IBGE, 2008)

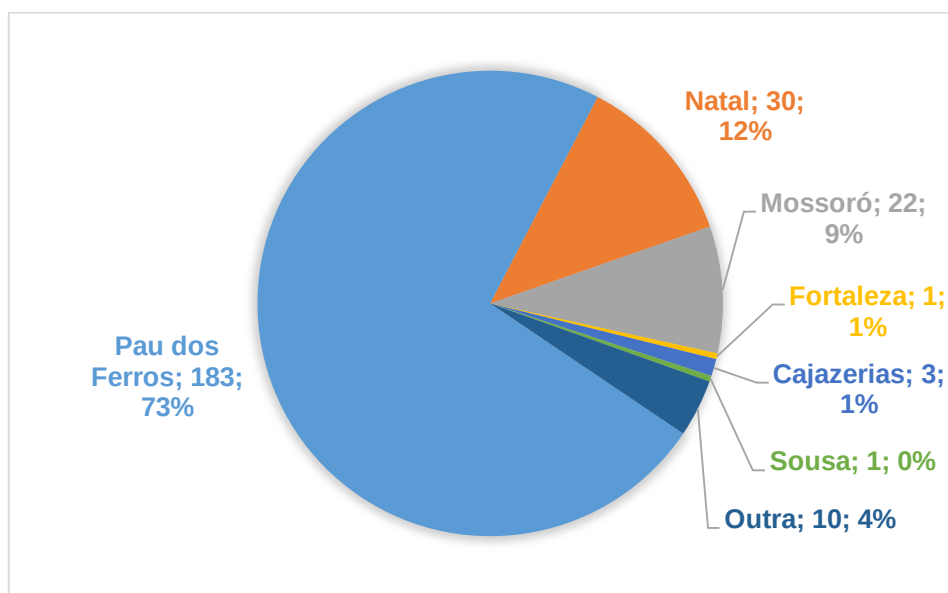
Ao visitarmos as pequenas cidades sob influência de Pau dos Ferros, perguntamos a alguns membros residentes sobre a dependência da população para com alguns produtos e serviços não disponíveis no local. Novamente, vimos que, especialmente, os serviços de saúde e educação oferecidos em maior quantidade e qualidade na cidade de Pau dos Ferros, associados às condições de acessibilidade e circulação dos transportes, fazem com que este centro seja o mais procurado pela população destas cidades.

Ao perguntarmos sobre qual o principal centro procurado quando a população precisa de um serviço de educação não disponível na cidade de residência, 73% afirmaram que era a cidade de Pau dos Ferros, seguida por Natal (12%) e Mossoró (9%) (Gráfico 08, na página seguinte). Estas respostas estão próximas a duas

²³⁷ Na pesquisa da REGIC (IBGE, 2008) os relacionamentos tratam do número de vezes que, no questionário da pesquisa, a cidade foi citada como sendo destino dos deslocamentos interurbanos.

situações particulares vistas antes e depois da difusão do ensino superior e técnico no interior das regiões brasileiras.

Gráfico 08 – Região de Pau dos Ferros: procura relativa a serviços de educação não disponíveis no local de residência (abs./%)



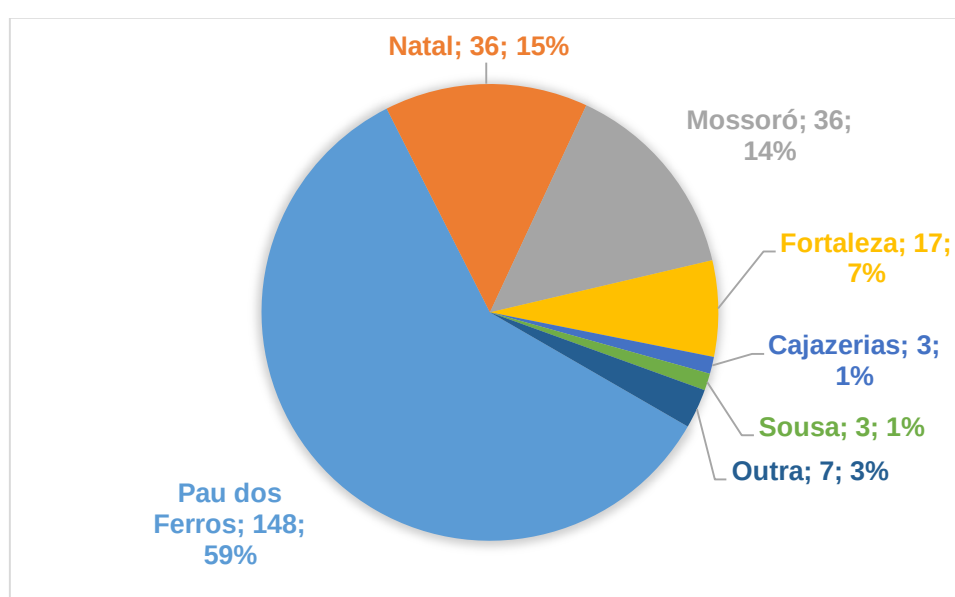
Fonte: Pesquisa direta realizada em dez. 2014, à população das cidades sob Influência de Pau dos Ferros, segundo a REGIC - 2007 (IBGE, 2008).

Devemos considerar que, para a região, o acesso ao ensino superior e técnico, até pouco tempo, só era permitido àqueles que tinham condições de custear a manutenção dos seus filhos nos grandes centros, como Natal e Fortaleza. Eram poucas as vagas disponíveis para os únicos 03 cursos superiores disponíveis no *Campus* da UERN em Pau dos Ferros. A situação atual mostra que, com a difusão das instituições de ensino neste centro, considerando a geografia da distância da região, torna-se bem mais fácil para a população das pequenas cidades se deslocar diariamente para frequentar seus cursos, embora ainda existam aqueles que enviam seus filhos para estudar nas casas de parentes nas cidades maiores.

Todavia, a função de centro universitário, hoje, deve estar mais representativa que na época em que a pesquisa do IBGE (2008) foi realizada, uma vez que, no momento, a UFERSA ainda não existia e o IFRN estava no início de seu funcionamento, sendo, assim, os deslocamentos para estudo resumiam-se aos alunos da UERN.

Quando perguntado sobre qual a cidade mais procurada quando necessita de um serviço de saúde não disponível em seu município, 59% responderam que seria Pau dos Ferros, seguida, novamente, por Natal (15%) e Mossoró (14%) (Gráfico 09, a seguir). Em comparação às respostas atribuídas ao quesito educação, a população continua procurando os centros maiores que possuem tratamentos e estruturas hospitalares melhores que o interior.

Gráfico 09 - Região de Pau dos Ferros: procura relativa a serviços de saúde não disponíveis no local de residência (abs./%)



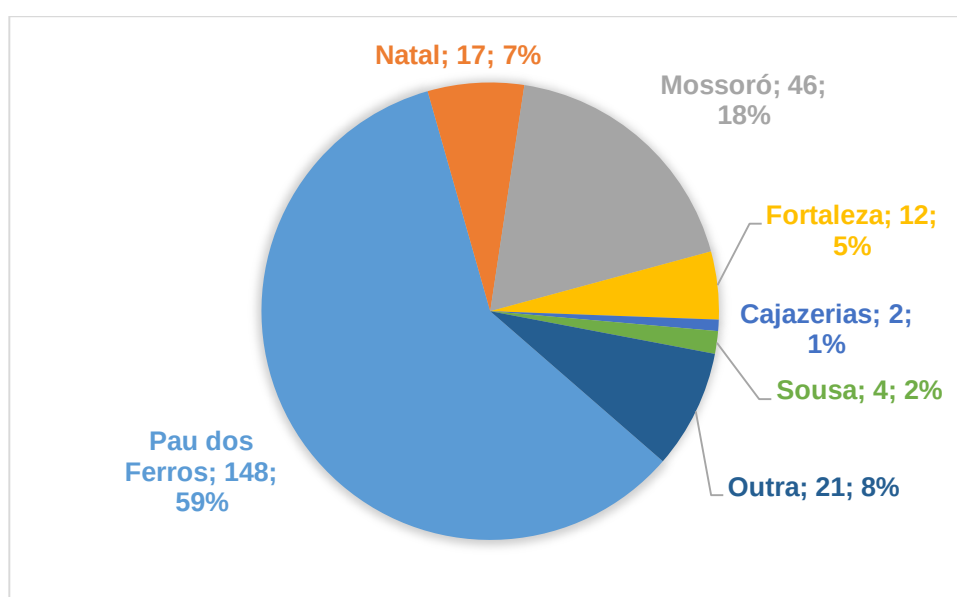
Fonte: Pesquisa direta realizada em dez. 2014, à população das cidades sob influência de Pau dos Ferros, segundo a REGIC - 2007 (IBGE, 2008).

Contudo, a cidade de Pau dos Ferros atrai, diariamente, a população destes municípios, seja por meio das várias ambulâncias que encontramos circulando logo cedo pelas rodovias da região, como também através do fluxo de carros de linha que vêm todos os dias buscar e deixar os pacientes nas clínicas e consultórios médicos localizados na cidade de Pau dos Ferros.

Outro quesito pesquisado nestas pequenas cidades foi sobre o destino da população quando não encontra um produto ou mercadoria no comércio local de residência. Novamente, a cidade de Pau dos Ferros foi apontada como principal destino dos moradores, com 59% das respostas, seguida por Mossoró (18%), Natal (7%) e Fortaleza (5%) (Gráfico 10, a seguir). Neste tema, percebemos o quanto a

atividade comercial de Pau dos Ferros é representativa para os municípios da região, pois, apesar do seu tamanho, esta cidade torna-se como celeiro dos principais corredores comerciais da região e destino de muitos quando procuram realizar compras, especialmente, roupas, calçados, peças de automóvel, sendo que alguns realizam até a feira do mês, como produtos de consumo imediato, ligados ao gênero alimentício e produtos de higiene.

Gráfico 10 - Região de Pau dos Ferros: procura relativa a produtos/mercadorias não disponíveis no local de residência (abs./%)



Fonte: Pesquisa direta realizada em dez. 2014, à população das cidades sob Influência de Pau dos Ferros, segundo a REGIC - 2007 (IBGE, 2008).

Em nossa pesquisa, evidenciamos, ainda, que a população prefere o deslocamento para Pau dos Ferros em busca de melhores condições de consumo relativas à oferta, diversidade, especialização e acesso, o que praticamente não existe na sede do seu município.

Essa organização do movimento entre as cidades é realizada por meio do carro de linha, e as cidade de Mossoró e Natal se apresentam como os principais destinos da população que procura um produto ou serviço que não encontra na cidade de Pau dos Ferros.

A organização dos fluxos na região também apresenta carros de linha que saem, semanalmente, das pequenas cidades da região em direção às cidades de

Mossoró e Natal, embora a maioria tenha que passar pela cidade de Pau dos Ferros, seja para deixar ou pegar mercadorias, pessoas²³⁸, ou mesmo pelo fato das principais rodovias que levam às duas cidades (BR-405 e BR-226) passar por Pau dos Ferros. As pessoas que utilizam esse tipo de transporte para fora da região têm motivos específicos para o deslocamento, como fazer um tratamento médico ou visitar um filho que estuda na capital.

Devemos considerar que o papel de Mossoró na rede urbana potiguar e sua relação com Pau dos Ferros é muito forte. Embora esse não tenha sido nosso objetivo nesta tese, esta cidade é a maior referência para aqueles que não encontram os produtos e serviços em Pau dos Ferros, principalmente aqueles relacionados a algumas especialidades médicas mais complexas; um comércio mais moderno e diverso e, principalmente, melhores opções de lazer (*shoppings*, cinemas, restaurantes, eventos culturais etc.).

A cidade de Natal surge como centro procurado também devido à diversidade de produtos e serviços próprios de uma capital de estado. Sua função administrativa, que concentra importantes sedes de instituições públicas e privadas, faz com que haja um fluxo de carros também para Natal. Fortaleza já aparece como centro com uma estruturação urbana mais densa do que todas as outras cidades próximas, por sua dimensão enquanto metrópole, há uma diversidade de serviços e um terciário muito mais complexo, o que faz deste centro, por exemplo, o destino mais procurado quando buscam serviços de viagem aérea e produtos de confecções para revenda²³⁹.

Os deslocamentos para os centros paraibanos, como Sousa (PB), Cajazeiras (PB) e Catolé do Rocha (PB), estão vinculados principalmente à oferta de cursos superiores, como medicina e direito, existentes nestas cidades que atendem a uma demanda solvável reduzida na região²⁴⁰. Assim, estas cidades paraibanas, por

²³⁸ Em cidades como São Miguel, Alexandria, Luís Gomes e Martins existem, carros de linha que fazem o trajeto para Natal, Mossoró e Fortaleza em dias alternados da semana (01 ou 02 vezes por semana) e, além de transportar pessoas, estes veículos levam encomendas, seja documentos, artigos comprados nos grandes centros e, em alguns casos, fazem a entrega de produtos comercializados pelas redes de *e-commerce*, onde algumas transportadoras não chegam.

²³⁹ Em pesquisa realizada nas 24 cidades que fazem parte da Região de Influência de Pau dos Ferros (IBGE, 2008), no quesito 07 do formulário, foi respondido que não são todas as pessoas que viajam frequentemente para as cidades como Mossoró, Natal e Fortaleza.

²⁴⁰ Em Cajazeiras, no *campus* da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), são ofertados os cursos de Ciências, Enfermagem, Geografia, Medicina, História, Letras e Pedagogia. Em Sousa, também sede de um *campus* da UFCG, estão os cursos de Administração, Ciência Contábeis, Direito e Serviço Social. E, em Catolé do Rocha, sede de um *campus* da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), há uma demanda para os cursos de Letras e Ciências Agrárias.

possuírem também um terciário um pouco mais desenvolvido que as cidades pequenas próximas, atraem um fluxo de pessoas vindas de municípios localizados na divisa com o estado do Rio Grande do Norte.

Em Pau dos Ferros, como acontece na maioria das cidades desse porte no Nordeste, o processo de urbanização não está imbricado na instalação de novas indústrias, mas na estruturação dos serviços e do comércio concentrada nesse centro, fazendo com que a população regional se desloque diariamente para esta cidade em busca de um serviço ou produto que não é encontrado em sua cidade.

Isso posto, temos, nas relações comerciais e de prestação de serviços, os principais agentes para a conformação urbano-regional de Pau dos Ferros, a despeito das distâncias entre as cidades pequenas, muito próximas com o centro principal, e da relação com as cidades de maior centralidade. Para nós, um desafio, neste trabalho, é traçar a morfologia dessa região, que partimos inicialmente da área de influência de Pau dos Ferros, mas que, a partir de outros parâmetros, pudemos chegar aos municípios que fazem parte de sua dimensão territorial e quais os elementos dispostos em sua área.

5.4 A DIMENSÃO TERRITORIAL E MORFOLÓGICA

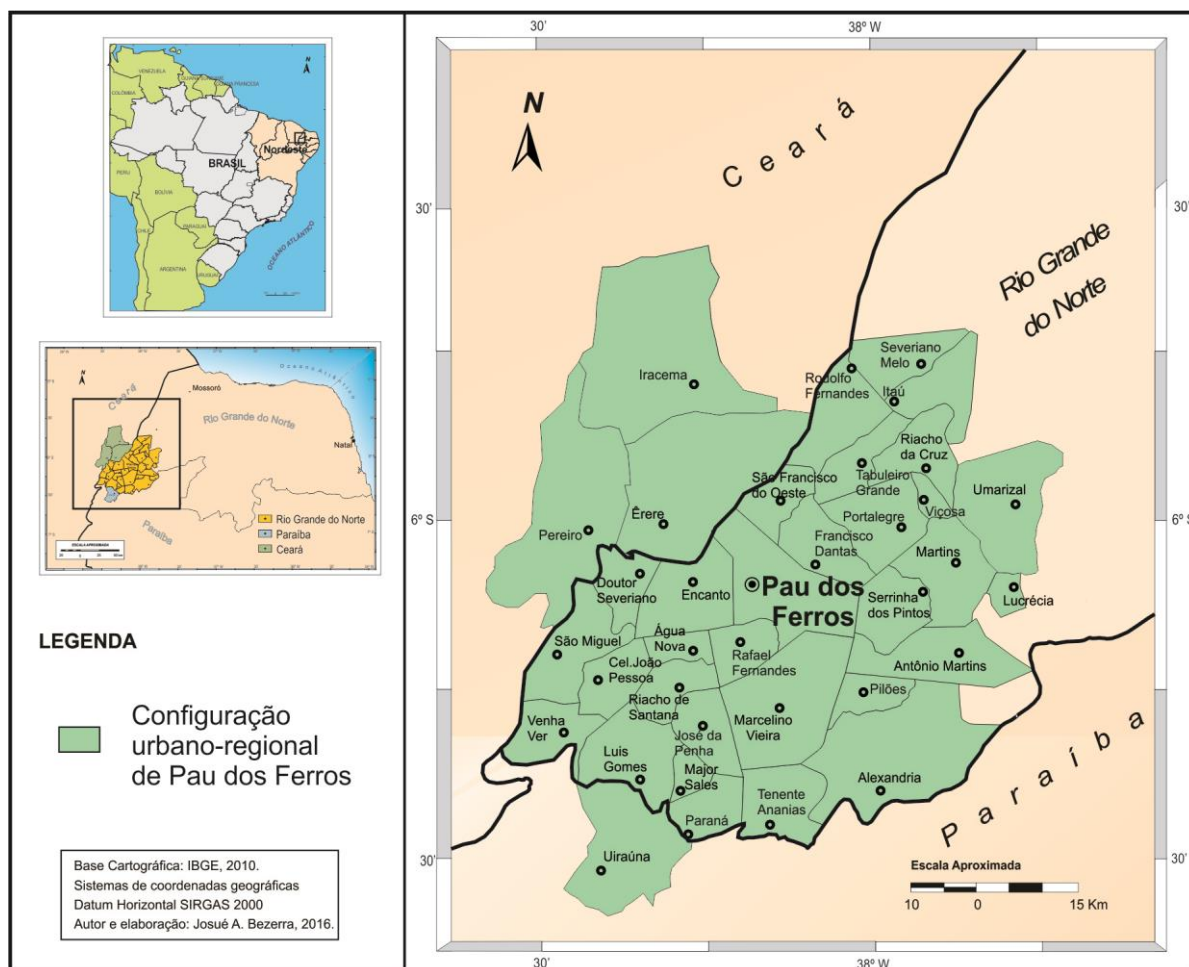
A defesa que fazemos da leitura da cidade e região de Pau dos Ferros advém da consideração dos novos processos ligados à urbanização do território no interior das regiões brasileiras, em que novas relações entre o urbano e o regional, até pouco tempo, restritas apenas às grandes metrópoles, geram fenômenos como o que estamos visualizando em Pau dos Ferros.

A estruturação espacial que acompanhamos nos últimos anos em Pau dos Ferros, aliada à situação geográfica na qual esta cidade se encontra em relação aos pequenos centros e os de maior centralidade da rede urbana nordestina, favorece os deslocamentos da população dos pequenos centros com saída para acessar bens, serviços ou para ir ao próprio trabalho, e nos faz pensar em um desenho de sua dimensão territorial. Esse é, também, um desafio para nós, uma vez que alguns autores (LENCIONI, 2006; OJIMA 2007; MOURA, 2009) afirmam ser difícil identificar os limites de um aglomerado urbano-regional devido este ser um espaço de fluxos, que guarda relação com as condições de transporte, na medida em que a possibilidade de deslocamento cotidiano das pessoas.

Para isso, lançamos de alguns critérios para definir a dimensão urbano-regional de Pau dos Ferros, observando a leitura econômica, alcançando uma escala mais complexa e duma dimensão, próprias de áreas não metropolitanas, como é o caso de nosso objeto de estudo.

Temos o critério da distância física entre as cidades: selecionamos as cidades localizadas até 100 km de distância das cidades de centralidade inferior a Pau dos Ferros (LLOP TORNÉ; BELLET SANFELIU, 2000; IBGE, 2008). Com este recorte, incluímos 65 cidades distribuídas pelos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Deste conjunto de cidades, eliminamos aquelas com centralidade igual ou superior à cidade de Pau dos Ferros, conforme classificação do último estudo da REGIC (IBGE, 2008), formando, assim, o segundo critério. Deste modo, cidades como Apodi (RN), que recebe forte influência de Mossoró (RN), capital regional e que está a menos de 100 km de distância deste centro, e Sousa (PB), que apresenta a mesma centralidade que Pau dos Ferros, não são contempladas. Por fim, como terceiro critério, temos as cidades que possuem oferta diária de transporte de carros de linha para a cidade de Pau dos Ferros, principal sistema técnico de transporte disponível na região (SANTOS, 2004b [1996]). Este tipo de transporte garante a mobilidade espacial da população entre as cidades da região em um fluxo diário em direção a Pau dos Ferros (JARDIM, 2011), o que redimensiona as distâncias entre os lugares.

A partir deste parâmetro, identificamos a configuração urbano-regional de Pau dos Ferros compreendida por 35 municípios distribuídos pelos estados do Rio Grande do Norte (Água Nova, Alexandria, Antônio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Itaú, José da Penha, Lucrécia, Luís Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Paraná, Pau dos Ferros, Portalegre, Pilões, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Severiano Melo, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Umarizal, Venha-Ver e Viçosa); Ceará (Ererê, Iracema, Pereiro) e Paraíba (Uiraúna) (Mapa 28, na página seguinte).

Mapa 28 – Configuração urbano-regional de Pau dos Ferros: delimitação territorial

Fonte: Organização e elaboração de Josué A. Bezerra, jun., 2016.

A configuração urbano-regional de Pau dos Ferros compreende além dos 25 municípios recortados pela REGIC de Pau dos Ferros (IBGE, 2008), por municípios de tamanhos demográficos e dinâmicas econômicas semelhantes, como Antônio Martins, Severiano Melo, Rodolfo Fernandes, Lucrécia e Itaú no Rio Grande do Norte.

Mesmo com a proximidade da divisa com o Ceará e a Paraíba, alguns municípios destes estados entram na configuração urbano-regional de Pau dos Ferros, não respeitando, assim, os limites político-administrativos. As relações interurbanas nessa área de divisa entre estados trouxeram dificuldades na adoção de uma regionalização oficial para estudá-la, uma vez que a relação de Pau dos Ferros, no que se refere aos investimentos, fluxos de mercadorias, transporte e bens, extravasa os limites com os dois estados vizinhos. Com isso, identificamos os

municípios de Uiraúna, na Paraíba, Iracema, Pereiro e Ererê, no Ceará, como entes da região de Pau dos Ferros (Tabela 21).

Tabela 21 – Configuração urbano-regional de Pau dos Ferros: população, taxa de urbanização e área (2010)

(continua)

Unidade Territorial	2010		Área em km²
	<i>População total</i>	<i>Taxa de Urbanização. (%)</i>	
Pau dos Ferros	27.745	92,0%	259,959
Água Nova (RN)	2.980	64,0%	50,684
Alexandria (RN) (RN)	13.507	68,0%	381,205
Antônio Martins (RN)	6.907	54,8%	244,897
Coronel João Pessoa (RN)	4.772	37,2%	117,139
Doutor Severiano (RN)	6.492	42,8%	113,737
Encanto (RN)	5.231	40,6%	125,749
Ererê (CE)	6.853	50,5%	382,707
Francisco Dantas (RN)	2.874	57,3%	181,558
Iracema (CE)	13.725	71,6%	821,247
Itaú (RN)	5.568	82,0%	133,030
José da Penha (RN)	5.868	60,3%	117,635
Lucrecia (RN)	3.633	62,8%	30,931
Luís Gomes (RN)	9.610	69,5%	166,638
Major Sales (RN)	3.536	82,0%	31,971
Marcelino Vieira (RN)	8.265	59,2%	345,711
Martins (RN)	8.218	61,4%	169,464
Paraná (RN)	3.952	20,7%	81,390
Pereiro (CE)	15.764	34,5%	433,514
Pilões (RN)	3.453	73,3%	82,690
Portalegre (RN)	7.297	52,6%	110,054
Rafael Fernandes (RN)	4.692	57,7%	78,231
Riacho da Cruz (RN)	3.165	84,4%	127,223
Riacho de Santana (RN)	4.156	41,1%	128,106
Rodolfo Fernandes (RN)	4.417	84,5%	154,840
São Francisco do Oeste (RN)	3.874	76,1%	75,588
São Migue (RN)	22.153	65,4%	166,233
Serrinha dos Pintos (RN)	4.540	52,9%	122,375
Severiano Melo (RN)	5.752	36,8%	157,851

<i>Taboleiro Grande (RN)</i>	2.317	81,4%	124,094
<i>Tenente Ananias (RN)</i>	9.883	69,1%	223,672
<i>Uiraúna (PB)</i>	14.584	71,0%	294,499
<i>Umarizal (RN)</i>	10.669	85,1%	213,584
<i>Venha-Ver (RN)</i>	3.821	31,3%	71,621
<i>Viçosa (RN)</i>	1.618	95,2%	37,905
Total	233.209	65,3%	6.357,732

Fonte: Censo Demográfico 2010, portal Cidades@ (IBGE, 2015b).

Estamos nos referindo a uma região localizada sobre limites de estados que possuem características comuns a essa realidade, com baixa densidade demográfica, mas com novas formas de organização social (GEIGER, 1994). Assim, com uma área de 6.357,732 km², e uma população de 233.209 habitantes, temos uma baixa distribuição da população no aglomerado urbano-regional de Pau dos Ferros (36,68 hab./km²).

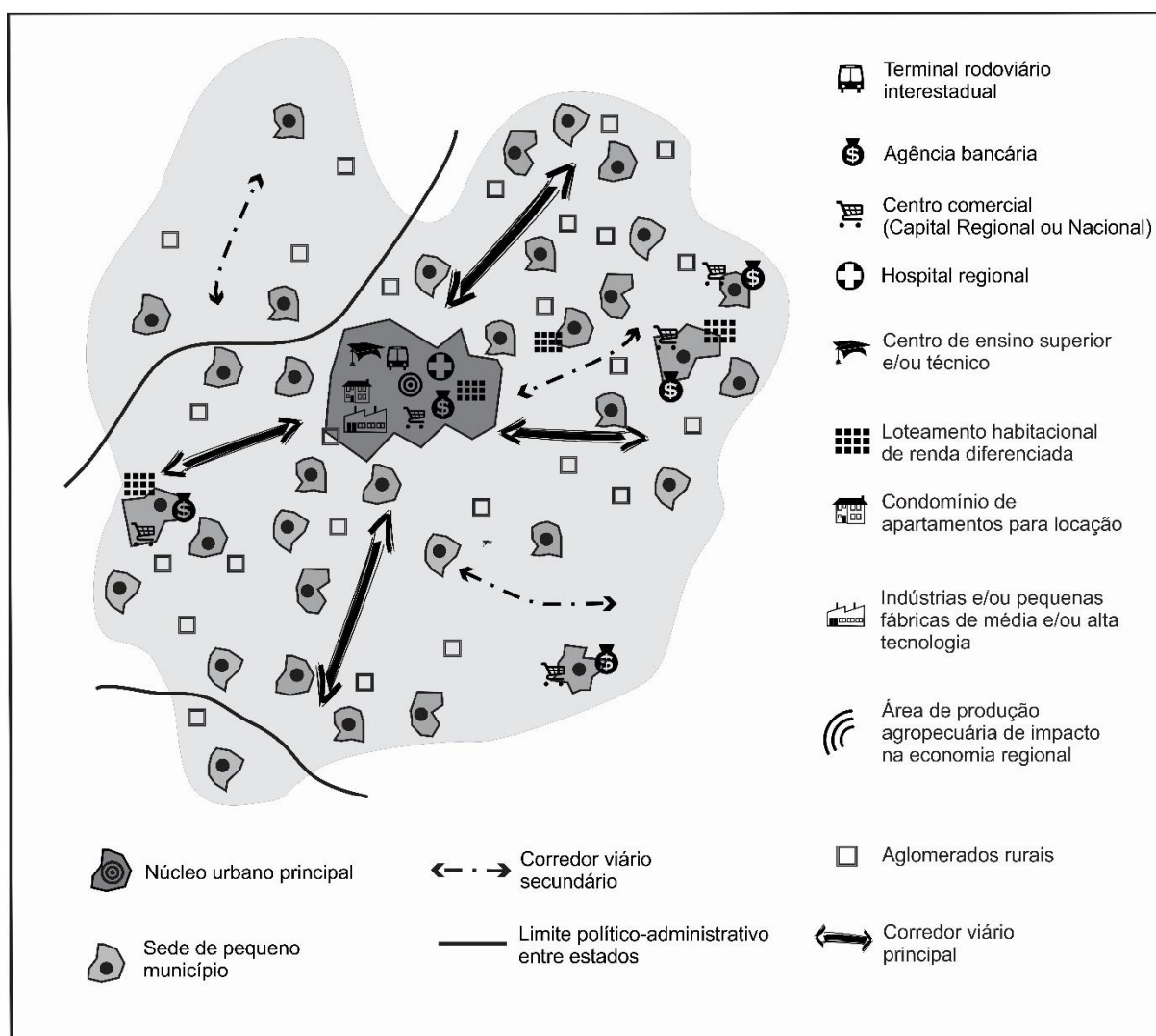
Para ganhar essa conotação, a cidade principal está interligada através dos principais eixos rodoviários da região, o que possibilita o alcance espacial da população a cada produto e serviço, de forma que fica estabelecida uma rígida hierarquia urbana, o que faz Pau dos Ferros ser o corredor do desenvolvimento da região (DANTAS, 2014), reforçando as características do sistema de cidades nesta forma periférica de rede urbana.

A lógica dos trabalhadores rurais e urbanos, que procuram se situar próximos a essa centralidade, pode ser percebida na configuração urbano-regional de Pau dos Ferros, na medida em que observamos o fluxo de veículos²⁴¹ nos horários de início e término do expediente ou funcionamento das instituições de ensino, quando os sujeitos de uma mobilidade espacial por trabalho e estudo mais se fazem presentes (JARDIM, 2011). Muito embora essa conformação seja a realidade que verificamos na região, com a relação hierárquica das cidades, não queremos dizer que estas cidades pequenas estejam completamente isoladas e suas relações organizadas de forma homogênea.

²⁴¹ O DNIT dispõe, em seu banco de dados, a estimativa do volume médio diário anual do trânsito de veículos em alguns trechos rodoviários do país. O sensor que mede esse fluxo na região mais próxima de Pau dos Ferros fica na BR 405, próximo à entrada da cidade de Taboleiro Grande (RN-071). Apesar do último registro disponível ser ainda do ano de 2009, este já mostra um fluxo diário de 1170 carros por dia. Ver lista completa em: <http://www.dnit.gov.br/download/rodovias/operacoes-rodoviaras/controle-de-velocidade/vmda-2009.pdf>

Ao percebermos os novos arranjos e dinâmicas urbano-regionais nessa dimensão do território, devemos considerar as formas mais adequadas de ver a cidade e região. Para isso, pensamos na sua morfologia, identificando os elementos constitutivos para melhor abrangência de sua conformação (Figura 36).

Figura 36 – Morfologia urbano-regional de Pau dos Ferros



Fonte: Inspirado no modelo de Magalhães (2008a) e elaborado por Josué A. Bezerra, ago., 2015. Os traços e ícones foram embasados nos esquemas extraídos de Corrêa (2010) e os termos do IBGE (2015d).

O que observamos, nesta configuração socioespacial, é a constituição de uma cidade e sua região, que ganham conotações urbano-regionais, localizadas em um ambiente não metropolitano, onde há um conjunto de pequenas cidades dispostas no

território, afastadas por curtas distâncias não urbanizadas, mas cuja vida econômica se liga intimamente à cidade principal – Pau dos Ferros.

Estas cidades pequenas se desenvolvem menos e, praticamente, não se pode falar que o urbano acontece de forma plena nelas, em contrapartida, o núcleo urbano principal assume a dinâmica regional de forma concentrada e bem definida nos horários de funcionamento das principais instituições, como universidades, repartições públicas, clínicas médicas, bancos e estabelecimentos comerciais.

A disposição geográfica das cidades na região e a oferta de um sistema de transporte informal, porém, numeroso, permite o fluxo de pessoas e mercadorias entre os municípios da região e Pau dos Ferros, e ascende a importância do núcleo urbano principal que, do ponto de vista do crescimento econômico, permite a irradiação de ações por toda a região, gerando relações constantes entre a cidade de Pau dos Ferros e as demais cidades (LENCIONI, 2006).

Na morfologia urbano-regional de Pau dos Ferros, temos a disposição das principais fontes indutoras das ações de integração dos pequenos municípios da região com o núcleo urbano principal. De início, Pau dos Ferros adquire o papel de centro que reúne os maiores espaços voltados para realização de compras de diversas naturezas, seja para abastecer os pequenos estabelecimentos comerciais lotados nas cidades pequenas, seja para o consumo do dia a dia das famílias, inclusive com a rotineira prática da feira do final do mês nos supermercados/mercadinhos da cidade. Os produtos de consumo imediato, como os de gênero alimentício, podem ser encontrados nas sedes dos pequenos municípios e também em pequenos mercadinhos, existentes nos sítios que chamamos de aglomerados rurais²⁴² (IBGE, 2015d).

Os produtos inseridos no rol do consumo mais específico de caráter eventual, como cosméticos e itens de beleza, roupas de marca e eletroeletrônicos, estão concentrados no núcleo urbano principal. Com isso, o terciário moderno, especialmente aquele ligado ao comércio de produtos e prestação de serviços especializados, no setor varejista e dos serviços pessoais, é o setor que mais dinamiza a cidade de Pau dos Ferros e sua região.

²⁴² Na figura que trata da morfologia urbano-regional de Pau dos Ferros, os ícones denominados de aglomerados rurais não correspondem exatamente ao número exato destas unidades espaciais, pois não se sabe ao certo quantos existem no interior de cada município da região.

A dispersão populacional e atomização dos centros menores é amenizada pela facilidade no deslocamento entre as sedes, sítios e distritos espalhados pela região, reforçada pela própria situação geográfica no que se refere à relação com os espaços próximos e à disposição das vias terrestres que favorecem a dinâmica intra-regional.

Para se chegar à configuração urbano-regional de Pau dos Ferros, foi preciso fazer a leitura sobre a conformação do espaço da região e a interligação dos lugares, que se dá a partir da atuação de um sistema de transporte que promova o deslocamento diário da população regional para o núcleo urbano principal.

O desenho urbano-regional de Pau dos Ferros extrapola os limites político-administrativos dos 03 estados (CE, PB, RN), em que os eixos rodoviários possibilitam a interligação entre os municípios da região. Nessa área, temos a proximidade entre as pequenas cidades e os vários aglomerados rurais (sítios), e alguns poucos distritos²⁴³ e vilas que são facilmente transitáveis pelas estradas rurais dos municípios.

Alguns destes distritos ou vilas assumem mais funções urbanas que o próprio distrito-sede, como é o caso da Vila Caiçara, no município do Paraná, e outras tornando-se parte de um aglomerado rural de expansão urbana²⁴⁴, localizadas próximas às sedes municipais. Muitos destes espaços estão regados de manifestações do urbano, mesmo ficando oficialmente localizados em áreas rurais. Alguns possuem ruas calçadas, postos de saúde, escolas de ensino básico, serviços como internet banda larga, sinal de celular, mercadinhos, salão de beleza, entre outros serviços comuns à cidade.

Atualmente, não temos, na área, uma atividade agropecuária de impacto na economia regional, pois estamos tratando de uma porção do território potiguar desprivilegiada e fora do eixo das novas e mais importantes economias do Rio Grande do Norte.

Na dimensão urbano-regional de Pau dos Ferros, temos a presença de interações constantes e duradouras entre as cidades pequenas da região e o núcleo urbano principal, havendo uma manutenção na organização hierárquica entre as

²⁴³ No interior destes municípios da região de Pau dos Ferros, temos, oficialmente, apenas os distritos de Major Felipe (em Major Sales); São Bernardo (Luís Gomes); Salva Vida (Martins) e Mata de São Braz (Tenente Ananias) (IBGE, 2011).

²⁴⁴ Segundo o IBGE (2015d, p. 36), aglomerado rural de expansão urbana é uma “Localidade que tem as características definidoras de aglomerado rural e está localizada a menos de 1 km de distância da área urbana de uma cidade ou vila [...]”.

idades, apesar do atual momento do período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2005 [1993]; 2004c [1996]).

As demandas pelo consumo de bens e serviços estabelecidas pela população regional, reforçadas por sua situação geográfica, possibilitam a ampliação das relações das cidades pequenas e aglomerados rurais com a cidade de Pau dos Ferros, permitindo a manutenção da população nestes espaços pequenos. Desse ponto de vista, temos, na dimensão urbano-regional, 88,10% da população total morando nos pequenos municípios, enquanto a minoria reside na cidade de Pau dos Ferros (11,90%).

Esta situação, favorecida pela estrutura de transporte e a proximidade entre os lugares, possibilita o deslocamento de consumidores pela região e, principalmente, em busca dos serviços urbanos especializados, como as clínicas médicas e os produtos comercializados em Pau dos Ferros. O ir e vir do local de estudo, como universidades, escolas, e de trabalho, torna-se relativamente fácil para todos os pontos da região. Os carros de linha e a disposição das rodovias e estradas rurais²⁴⁵, que cortam e ligam os lugares, favorecem esse processo.

Com isso, temos o espaço intra-urbano de Pau dos Ferros como reflexo dessa dinâmica regional, como centro funcional que apresenta uma expansão urbana recente e novos processos e formas espaciais (CORRÊA, 2005a [1989]), com o surgimento de loteamentos e novos bairros, próximos dos equipamentos recém-criados, e até áreas de coesão espacial das principais atividades econômicas deste centro.

Para o núcleo urbano principal da região, grandes rebatimentos foram sentidos na organização interna, com o surgimento de novas centralidades e a abertura de novos espaços de morar, promovidos por alguns agentes produtores do urbano (CORRÊA, 2005a [1989]), o que necessita de uma melhor explanação.

²⁴⁵ Segundo o Código Nacional de Transito, as rodovias e estradas estão presentes, em sua maioria, fora dos limites urbanos da cidade e diferenciam-se umas das outras pelo fluxo de transito rápido e existência de acostamento. Maiores detalhes, ver CTB (1997).

5.5 O ESPAÇO INTRA-URBANO DE PAU DOS FERROS: REBATIMENTOS DE UM CONTEXTO REGIONAL

Entender a organização interna da cidade de Pau dos Ferros exige considerarmos as demandas estabelecidas por um conjunto de municípios espalhados por sua região, em que seus agentes participam da produção do espaço urbano desta cidade, o que é reflexo de sua atual dimensão na urbanização contemporânea nesta escala geográfica. As transformações recentes no espaço intra-urbano de Pau dos Ferros podem ser visualizadas no progressivo espraiamento do tecido urbano, na redefinição de lógicas de distribuição espacial dos usos residências, comerciais e de serviços desta cidade (SPOSITO, 2013).

A leitura do que possa melhor representar, hoje, a dinâmica e organização do espaço da cidade de Pau dos Ferros envolve o entendimento de elementos constitutivos e interligados com uma região, esta principal responsável pelas transformações recentes e que trouxe grandes rebatimentos nas práticas e processos espaciais internos (CORRÊA, 2005a [1989]).

Os agentes produtores do espaço urbano atuam em Pau dos Ferros valendo-se da sua situação geográfica, enquanto centro comercial e prestador de serviços especializados da região (CORRÊA, 2005a [1989]). O consumo destes seguimentos envolve a decisão de onde, quando e como adquirir os bens e serviços necessários para o dia a dia das pessoas, mudando, assim, os padrões de comportamento e as preferências de uma sociedade conservadora, que resiste à inserção de práticas modernas de relações socioespaciais (SILVA, 2014). Devemos sempre indicar que estamos tratando de uma cidade que recebe a maior parte dos consumidores oriundos das pequenas cidades vizinhas, estas carregadas de costumes e tradições características destes espaços.

Para tanto, precisamos entender, inicialmente, como o espaço intra-urbano de Pau dos Ferros está organizado, do ponto de vista da divisão e localização dos bairros da cidade. Existe uma certa dificuldade na identificação *in loco* dos limites entre os bairros, pelo fato de alguns destes serem resultado de vários loteamentos implantados a partir do início dos anos 2000, os quais o poder público local ainda não conseguiu espacializar.

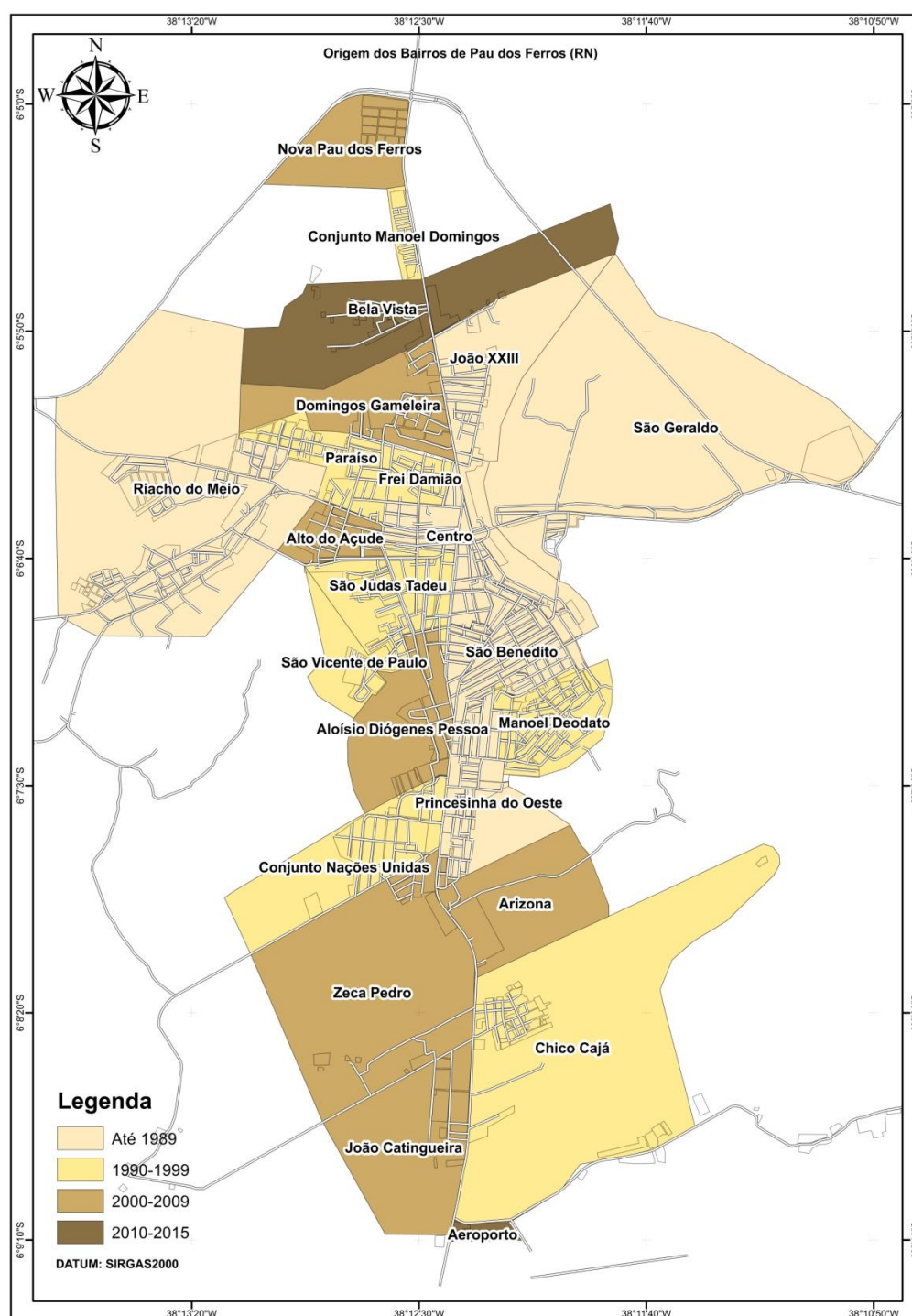
Contudo, considerando as resoluções de criação dos bairros de Pau dos Ferros, emitida pela Câmara de Vereadores de Pau dos Ferros, base também utilizada pela equipe que está elaborando o Plano Diretor Participativo de Pau dos Ferros, podemos identificar 22 bairros constituídos, sendo muitos criados a partir dos loteamentos recentemente lançados na cidade. Alguns destes bairros ainda estão em fase de ocupação, ou seja, existem mais lotes do que casas construídas. A área mais antiga da cidade é compreendida pelos bairros do Centro, Riacho do Meio, São Benedito, São Geraldo, Princesinha do Oeste e João XXIII, criados até o final da década de 1980.

Os bairros criados ao longo dos anos de 1990 já são resultado do início da expansão da cidade: São Judas Tadeu, Frei Damião, São Vicente de Paulo, Conjunto Manoel Domingos, Conjunto Nações Unidas, Chico Cajá, Manoel Deodato, Paraíso, muitos destes ainda em fase de expansão. A partir dos anos 2000, surgiram os bairros mais novos, muitos ainda em processo de ocupação: Alto do Açude, Aloísio Diógenes Pessoa, Conjunto Domingos Gameleira, João Catingueira, Loteamento Arizona, Nova Pau dos Ferros e Zeca Pedro, Bela Vista e Loteamento Aeroporto (Mapa 29, na página seguinte).

A organização interna da cidade pode ser elucidada a partir de dois recortes espaciais: a concentração das atividades comerciais e de prestação de serviços na área central de Pau dos Ferros, e as formas e funções deste espaço para sua região.

Deste modo, o espaço intra-urbano está “[...] estruturado sob a dominação dos interesses do consumo, e nisso não há qualquer contradição” (VILLAÇA, 2001, p. 330). Para essa dimensão de Pau dos Ferros, devemos ter um entendimento de cidade enquanto “[...] espaço estruturado pela condições de deslocamento da força de trabalho enquanto tal e enquanto consumidora (deslocamentos casa-escola, casa-compras, casa-lazer, e mesmo casa-trabalho)” (Id., p. 330).

Mapa 29 – Pau dos Ferros: divisão dos bairros e período de criação (até 2015)²⁴⁶



Fonte: Câmara Municipal de Pau dos Ferros (2015). Mapa base criado pela equipe do Programa Acesso à terra urbanizada (UFERSA). Organização de Josué A. Bezerra e cartografia de Samwel Sennen, fev. 2016 (O quadro com o período de criação dos bairros pode ser visualizado no apêndice 06).

²⁴⁶ A base dos cartogramas do intra-urbano de Pau dos Ferros utilizados nesta tese foi elaborada pela equipe do programa “Acesso à terra urbanizada”, coordenada pela UFERSA/Campus de Pau dos Ferros e que, atualmente, responde pelo primeiro Plano Diretor do município.

Do mesmo modo, discorreremos sobre as transformações vistas no tecido urbano de Pau dos Ferros, a partir de novos equipamentos e infraestruturas modernas instalados recentemente em outras áreas da cidade, o que trouxe consideráveis rebatimentos na sua estrutura fundiária. Novos sentidos da expansão urbana e outras centralidades surgiram, alterando a organização interna de Pau dos Ferros. O setor imobiliário foi um dos mais impactados nesta nova fase, com a instalação de novos produtos imobiliários para atender a um novo público, introduzindo, assim, novas práticas espaciais à cidade (CORRÊA, 2005a [1989]).

5.5.1 A área central da cidade: espaço de concentração e convergência regional

A área central de Pau dos Ferros, que continua sendo aquela que concentra as principais atividades comerciais e de serviços da cidade, vem sofrendo gradativas mudanças nos usos dos seus espaços, com novas formas e dinâmicas de uma cidade que vem, cada vez mais, atendendo a uma demanda regional crescente da população. Em uma dimensão relativamente pequena, o centro de Pau dos Ferros é tradicionalmente voltado para o comércio, embora ainda existam algumas moradias, que vêm sendo substituídas por lojas de diversos seguimentos.

Este espaço central de Pau dos Ferros é o destino principal não apenas da população desta cidade, mas de toda região, seguindo ainda a lógica da área central das cidades capitalistas, abrigo das “[...] principais atividades comerciais, de serviço, da gestão pública e privada, e os terminais de transporte inter-regionais [...]” (CORRÊA, 2005a [1989], p.38) (Carta-Imagem 01, na página seguinte).

Carta-Imagem 01 – Pau dos Ferros: concentração das principais atividades econômicas no centro da cidade



Fonte: GOOGLE EARTH (2015), fotos de Josué A. Bezerra, jun., 2016. Elaboração de Samwel Sennen, jul., 2016. Representação das foto: a) feira-livre de Pau dos Ferros; b) loja do Supermercado Queiroz; c) centro comercial (*Shopping Plaza*) em fase de construção; d) um dos pontos de parada dos carros de linha.

As interações espaciais vistas na região justificam a centralidade do seu núcleo urbano principal, em especial, sua área central, que agrega, a partir dos deslocamentos da população regional para este espaço, uma dinâmica desproporcional a essa escala espacial e demográfica da cidade. Este movimento envolve a procura por centros “[...] intra-urbanos de compras (núcleo central de negócios, centro de bairro, *shopping centers* etc.) e localidades centrais na hinterlândia [...] (CORRÊA, 2006b [1997], p. 290-292, grifo do autor).

Na área central de Pau dos Ferros, temos localizada a feira livre que funciona todos os dias da semana e tem, nos sábados pela manhã, o momento de sua maior extensão. Neste espaço, estão os pontos de parada dos carros de linha que transportam a população dos municípios vizinhos para consumir os produtos e serviços na cidade.

É também na área central de Pau dos Ferros onde se encontra a maioria dos estabelecimentos de gestão pública, como a prefeitura municipal, a câmara dos vereadores e a coletoria do estado, mas também a maioria das clínicas médicas da cidade (Quadro 20).

Quadro 20 – Pau dos Ferros: principais clínicas médicas especializadas (2015)

NOME	ESPECIALIDADE(S)	BAIRRO
<i>Clínica de Serviços Especializados (CLINISE)</i>	Psiquiatria; dermatologia	Centro
<i>Centro Médico de Diagnóstico (CEMED)</i>	Ginecologia; Gastroenterologia	Centro
<i>Centro Avançado de Saúde (CASA)</i>	Ginecologia; Pediatria; Oftalmologia; Cardiologia	Centro
<i>Centro de Diagnóstico e Tratamento (CDT)</i>	Gastroenterologia, Neurologia	Centro
<i>Centro de Tratamento Ósseo (CTO)</i>	Ortopedia	Centro
<i>Endoclínica</i>	Endocrinologia	Centro
<i>Instituto Cérebro (INCER)</i>	Neurologia	Aloísio Diógenes Pessoa
<i>Ortoclínica</i>	Ortopedia; Ginecologia; Cardiologia Endocrinologia	Princesinha do Oeste
<i>Clínica de Medicina Especializada Pauferrense (CLIMEP)</i>	Ginecologia e Ortopedia	Princesinha do Oeste

Fonte: Organização a partir do DATASUS (2016) e pesquisa direta nos estabelecimentos, jun., 2016.

Os carros de linha exercem um papel importante na centralidade de Pau dos Ferros, tornando-se uma opção de transporte confiável para o usuário, pois o mesmo o deixa na clínica, por exemplo e, em seguida, vai para os pontos de estacionamento. Este veículo só retorna à cidade de origem após o usuário concluir sua consulta e, em alguns casos, resolver algum compromisso no comércio local de Pau dos Ferros.

Como podemos visualizar na carta-imagem 02, na página seguinte, a concentração dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço na área central também é favorecida pela disposição da principal rodovia da região, a BR-405. Esta rodovia que, nesse ponto da cidade, leva o nome de avenida Independência, passa no centro da cidade e, nesse percurso, é tomada por estabelecimentos comerciais. Por este trecho, converge o fluxo de pessoas vindas dos pequenos municípios da região que se deslocam diariamente para consumir em Pau dos Ferros. No centro, também podemos encontrar a maior quantidade de salas de escritório de diversos seguimentos (advocacia, contabilidade, engenharia, arquitetura, publicidade etc).

Os estabelecimentos encontrados nesta área da cidade de Pau dos Ferros são de diversos ramos de atividade ligados ao comércio, como lojas de tecidos e confecções (algumas de marca), lojas de calçados, óticas, os maiores supermercados da região, sorveteria, perfumaria, etc.

As lojas de eletroeletrônicos e eletrodomésticos, farmácias, os bancos e, mais recentemente, a presença de estabelecimentos que comercializam produtos importados da China, inclusive com a presença dos proprietários e vendedores de origem chinesa e coreana, estão também no centro de Pau dos Ferros.

Alguns armazéns antigos e lojas de material de construção que, tradicionalmente, se encontravam no centro, estão se deslocando para outras áreas da cidade, devido ao aumento do preço da terra urbana, à maior dificuldade de ministrar caminhões e cargas maiores, como também à necessidade de espaço maior para armazenar os mantimentos e produtos.

Carta-Imagem 02 – Pau dos Ferros: corredor viário principal e novos espaços no centro



Fonte: GOOGLE EARTH (2015), fotos de Josué A. Bezerra, jun., 2016. Elaboração de Samwel Sennen, jul., 2016. Representação das foto: a) Av. Independência / BR-405; b) Clínica Médica recém construída em Pau dos Ferros; c) Novo prédio com salas empresariais para locação.

A maioria dos restaurantes da cidade está também localizada no centro de Pau dos Ferros. Estes são voltados principalmente para os trabalhadores que saem no horário do almoço e, como muito são de outros municípios, fazem a refeição nestes espaços antes de voltar ao trabalho. Os estabelecimentos servem, geralmente, marmitas e prato feito,²⁴⁷ mas, atualmente, há uma diversidade de opções de restaurantes na cidade. A circulação cada vez maior de pessoas de diversas classes permitiu a criação de restaurantes mais sofisticados que trabalham também no sistema *self-service* e *à la carte*, práticas que, há pouco tempo, não eram encontradas nos estabelecimentos da cidade.

É importante frisar que, como é comum nas grandes cidades, a concentração das atividades e fluxo de pessoas no centro ocorre no período diurno (07h às 17h). Depois deste horário, com o retorno dos carros de linha para suas cidades de origem, as lojas fecham, os estabelecimentos públicos e privados encerram o atendimento e as ruas dessa área da cidade ficam vazias. No fim de semana, a cidade se transforma e assume sua dimensão socioespacial original, bem diferente de sua intensa relação com o restante da região, com pouco fluxo de pessoas e carros nas ruas.

O transporte interno da cidade é prestado, essencialmente, pelo serviço de “moto-taxi” que, da mesma forma como ocorre com os carros de linha, não é regulamentado e nos parece ser o resultado de uma falta de políticas de transporte urbano necessárias para Pau dos Ferros. Atualmente, existem 450 mototaxistas trabalhando na cidade, distribuídos em 12 postos de atendimento, e a corrida cobra um preço fixo de R\$ 3,00 para qualquer bairro da cidade.²⁴⁸ A frota de veículos, no final de 2015, era de 17.604, sua maioria composta por motocicletas (45,12%), sendo 1,57 veículos por habitante, segundo o Departamento de Trânsito do Rio Grande do Norte (DETRAN-RN). Esta é uma proporção equivalente às cidades de Caicó (1,61 veículos/hab.), Assú (2,73 veículos/hab.) e Currais Novos (2,28 veículos/hab.). Contudo, estas cidades possuem um número elevado de caminhões, caminhonetes e tratores, voltados para produção agrícola e industrial²⁴⁹.

²⁴⁷ É uma prática muito comum nos restaurantes mais populares servirem a refeição já montada no prato para o cliente que é conhecida pela opção do “prato feito”.

²⁴⁸ Estas informações foram coletadas junto a alguns mototaxistas que atuam na cidade de Pau dos Ferros, nos postos de parada, bem como durante algumas corridas realizadas no decorrer do ano de 2015. Como a atividade não é regulamentada, e os profissionais não estão organizados em um sindicato, por exemplo, não é possível ter o número exato de profissionais atuando na cidade.

²⁴⁹ Consultar histórico recente da estatística dos veículos registrados no Rio Grande do Norte no site: <http://www.detrان.rn.gov.br/>.

Estas transformações ocorridas no espaço interno da cidade de Pau dos Ferros se acentuaram principalmente a partir dos anos 2000, em virtude dos efeitos econômicos e sociais originados pela estruturação dos setores da saúde (novas clínicas especializadas), educação (ampliação dos cursos da UERN e a construção dos *campi* da UFERSA e do IFRN), como também por uma cadeia de atividades associadas ao terciário, como as instituições financeiras, lojas de assistência técnica e serviços de alimentação diversos.

Esses fatos trouxeram incremento e valorização dos espaços da cidade e, com isso, a especulação e expansão do setor imobiliário, principalmente com a criação de novos espaços do habitar, com abertura de vários loteamentos habitacionais nas franjas da cidade.

5.5.2 Incremento e valorização do espaço: a difusão dos loteamentos habitacionais

A organização interna da cidade é reflexo de seu crescimento e de suas fragilidades do ponto de vista de planejamento e processos sociais assentados em seu espaço (SOUZA, 2003). Em Pau dos Ferros, que possui uma dimensão territorial e populacional relativamente pequenas, observamos transformações em diferentes formas de uso e ocupação ditados pelos agentes produtores do espaço urbano (CORRÊA, 2005a [1989]).

O crescimento recente do espaço urbano de Pau dos Ferros pode ser observado em alguns eixos direcionais da cidade: a) sentido Sul, no prolongamento da rodovia BR-405, em direção ao estado da Paraíba, onde se encontram os *campi* da UERN e IFRN, os bairros mais valorizados da cidade como Nações Unidas, Princesinha do Oeste, Zeca Pedro e Chico Cajá, área de maior incidência de loteamentos habitacionais; b) sentido Nordeste, nas proximidades do recém-construído *campus* da UFERSA, nos bairros do São Geraldo, João XXII e Bela vista, na continuação da rodovia BR-226 que segue para Natal, c) sentido Noroeste, na extensão dos Bairros Riacho do Meio, Domingos Gameleira e Paraíso, onde fica também a continuação da rodovia BR-226, em direção ao Ceará, em uma área

tipicamente rural, mas que o setor imobiliário tem explorado como uma opção mais barata na aquisição de pequenos lotes para construção da habitação (Mapa 30, na página seguinte).

No centro da cidade, como dissemos, predominam as atividades comerciais e de prestação de serviços, além de algumas poucas residências que ainda resistem à expansão do terciário, e apartamentos recém-construídos voltados para os trabalhadores desse setor. Em outras áreas da cidade, a extensão do terciário tem mudado também a paisagem e a função de alguns bairros e avenidas importantes, com a concentração de lojas de comércio varejistas e a espacialização concentrada de um determinado ramo de atividade²⁵⁰.

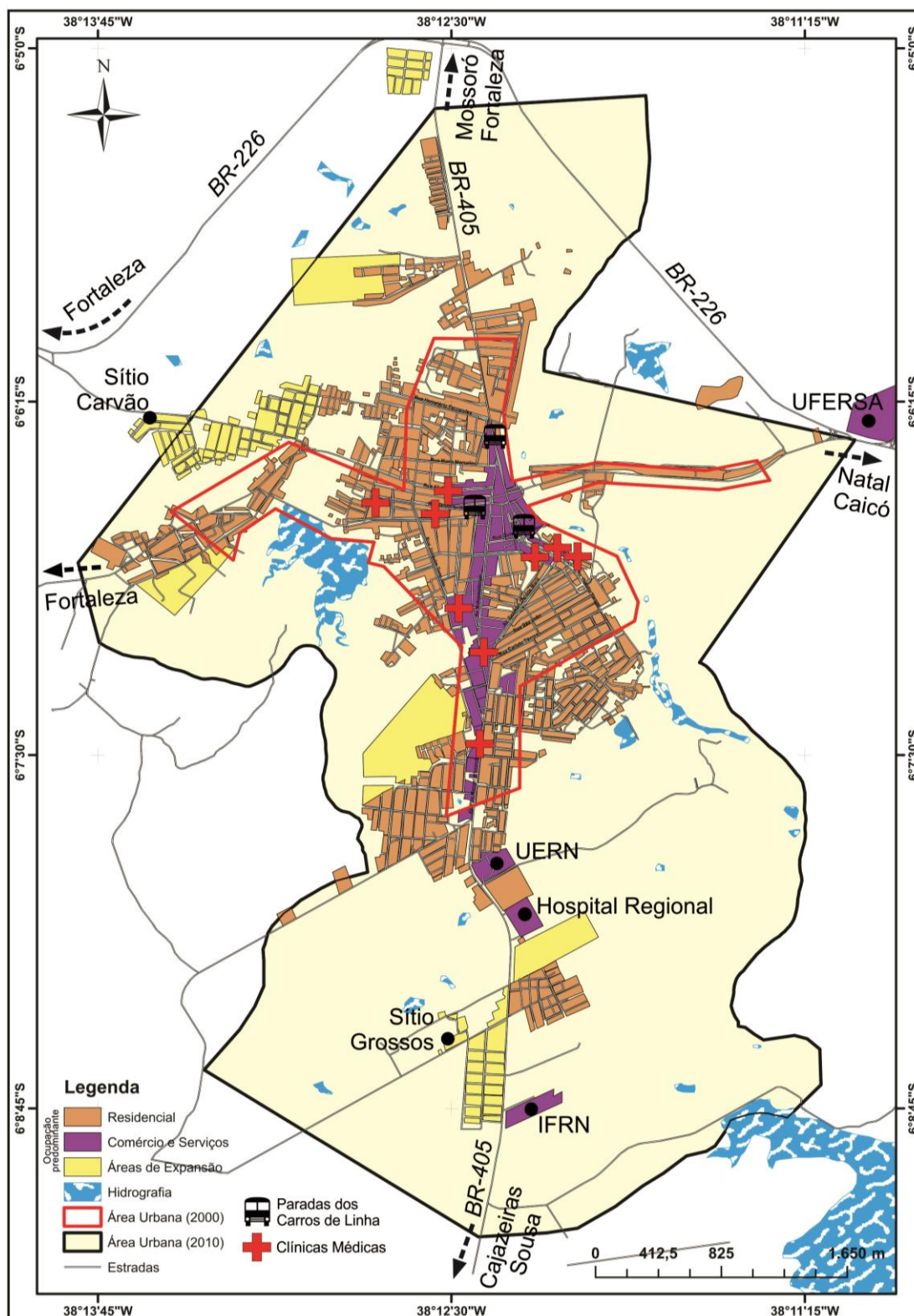
No mapa supracitado, podemos ver a espacialização das áreas da cidade conforme sua ocupação predominante, onde no centro, há a concentração dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.²⁵¹ É no centro também que estão as principais clínicas e paradas do carros de linha. A área urbana definida pelo IBGE (2010) sofre uma grande ampliação em comparação ao ano de 2000.

No espaço interno da cidade, é possível identificar a concentração de lojas de assistência eletrônica, muitas autorizadas das grandes redes, localizadas na rua Dom Pedro II (Centro); o comércio de peças e serviços automotivos, situado nas imediações da avenida Independência e rua São João (bairro São Benedito); e a concentração das novas concessionárias e lojas de revenda de veículos, localizadas ao longo da rua Manoel Alexandre (entre os bairros Princesinha do Oeste, Nações Unidas e Aloísio Diógenes Pessoa).

²⁵⁰ Esse processo é chamado, por Corrêa (2005a [1989], de coesão espacial ou economias externas de aglomeração.

²⁵¹ Para chegar à espacialização homogênea das atividades no mapa, consideramos a distribuição dos registros dos imóveis na Secretaria de Tributação de Pau dos Ferros, conforme sua função (comércio, serviço, residência) de maior evidência para cada quadra do mapa, e a temporalidade de criação, a partir de 2010, consideramos área de expansão recente.

Mapa 30 – Pau dos Ferros: uso e ocupação do espaço intra-urbano (2015)



Fonte: Trabalho de campo realizado ao longo do ano de 2015; Secretaria de Tributação de Pau dos Ferros; Mapa base criado pela equipe do Programa Acesso à terra urbanizada (UFERSA) e IBGE (2010). Elaboração de Samwel Sennen e Josué A. Bezerra, jun., 2016.

As áreas de uso residencial são caracterizadas pelos bairros periféricos do Centro, como João XIII, Princesinha do Oeste, São Geraldo, São Benedito, Nações Unidas, Riacho do Meio, Paraíso, Alto do Açude e o Conjunto Manoel Deodato, os mais adensados da cidade, de acordo com a Secretaria de Tributação de Pau dos Ferros. Na cidade de Pau dos Ferros, quase 60% dos imóveis registrados pela prefeitura são de casas residenciais, enquanto mais de 30% são terrenos registrados aptos para construção (Tabela 22).

Tabela 22 – Pau dos Ferros: número de imóveis por tipo/função de uso (2014)

(continua)

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE IMÓVEIS	%
<i>Casa</i>	7.228	59,23%
<i>Terrenos</i>	4.004	32,81%
<i>Loja comercial/prestador serviço</i>	463	3,79%
<i>Galpão</i>	114	4,33%
<i>Apartamento</i>	105	
<i>Mocambo²⁵²</i>	39	
<i>Escola</i>	23	
<i>Templo religioso</i>	21	
<i>Depósito²⁵³</i>	15	
<i>Órgão de serviço público</i>	14	
<i>Clínica Médica</i>	14	
<i>Edifício com garagem</i>	13	
<i>Supermercado/Mercado</i>	10	
<i>Posto de combustível</i>	9	
<i>Bar</i>	9	
<i>Garagem²⁵⁴</i>	5	
<i>Hospital²⁵⁵</i>	6	
<i>Hotel</i>	5	
<i>Instituição financeira (bancos)</i>	4	

²⁵² Definição utilizada pela prefeitura na identificação de construções de habitação precária, geralmente composta por casas de taipa.

²⁵³ Estes depósitos são utilizados para armazenar os estoques das lojas de eletroeletrônicos e eletrodomésticos localizados na cidade. Estes espaços estão afastados do centro, pois necessitam de grandes áreas para acomodação dos produtos a serem comercializados.

²⁵⁴ Estes espaços são utilizados como apêndice de uma residência, mas que foi registrado na secretaria de tributação da prefeitura como garagem e não como residência.

²⁵⁵ Para a prefeitura de Pau dos Ferros, são considerados também imóveis ocupados por hospitais a maternidade, o centro de tratamento renal e hemodiálise e o Hospital Centenário, que ocupa mais de um imóvel na cidade, o que explica a divergência do dado junto ao DATASUS (2016).

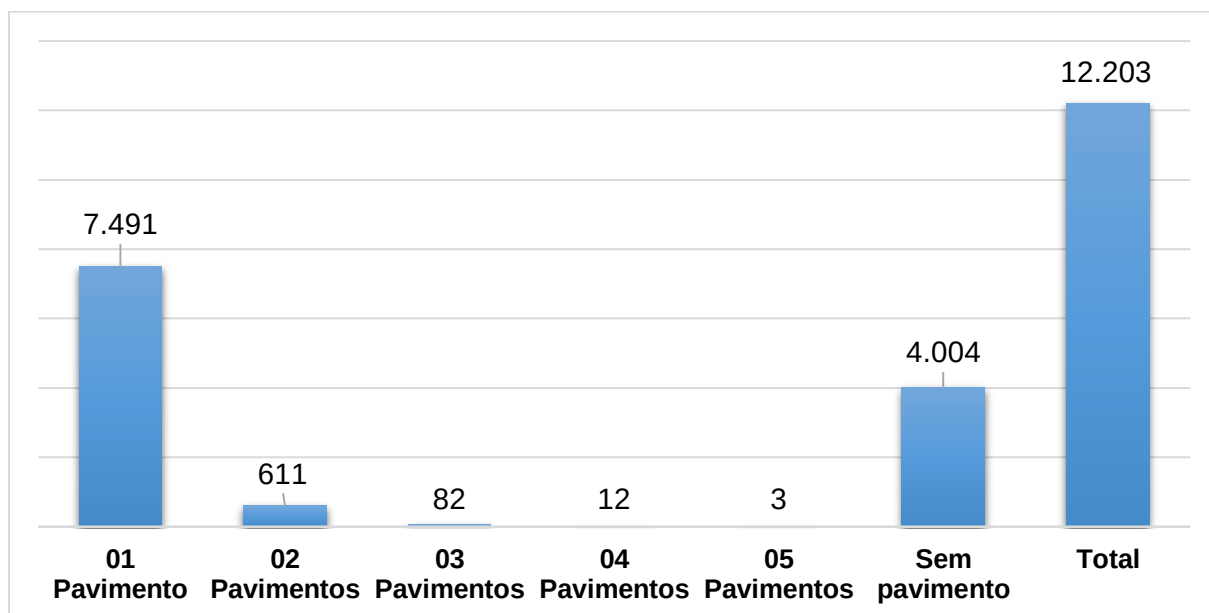
<i>Indústria</i>	0	
<i>Outros</i>	102	
TOTAL	12.203	100%

Fonte: Secretaria de Tributação de Pau dos Ferros, jul., 2015. Organização de Josué A. Bezerra, ago., 2015.

De acordo com a Secretaria de Tributação de Pau dos Ferros, existem, na cidade, 12.203 unidades de imóveis registrados com diversas funções, apesar disso, o que podemos ver, no cadastro da secretaria, é uma grande quantidade de terrenos a serem ainda utilizados para construção. Isso considerando apenas os terrenos registrados pela prefeitura.

As edificações em Pau dos Ferros são de poucos pavimentos, ou seja, não é possível falar em processo de verticalização urbana na cidade, embora, nos últimos anos, podemos verificar a construção de prédios com mais de 03 pavimentos (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Pau dos Ferros: imóveis por número de pavimentos (2014)



Fonte: Elaboração de Josué A. Bezerra de acordo com dados da Secretaria de Tributação de Pau dos Ferros, dez., 2015.

De acordo com a Secretaria de Tributação de Pau dos Ferros, a concentração das edificações mais altas está no centro, pois à medida em que ocorre a expansão do comércio e das áreas de prestação de serviços, há uma renovação nas edificações,

e estas estão geralmente organizadas da seguinte forma: no térreo, há uma função comercial e, nos pavimentos superiores, encontram-se apartamentos ou escritórios de advocacia e contabilidade, principalmente.

A reconfiguração de estruturas urbanas e sociais na cidade de Pau dos Ferros é operada em ritmo rápido, a partir dos avanços alcançados pelos interesses do capitalismo, identificados pelos agentes produtores do espaço urbano (CORRÊA, 2005a [1989]) em todas as áreas da cidade.

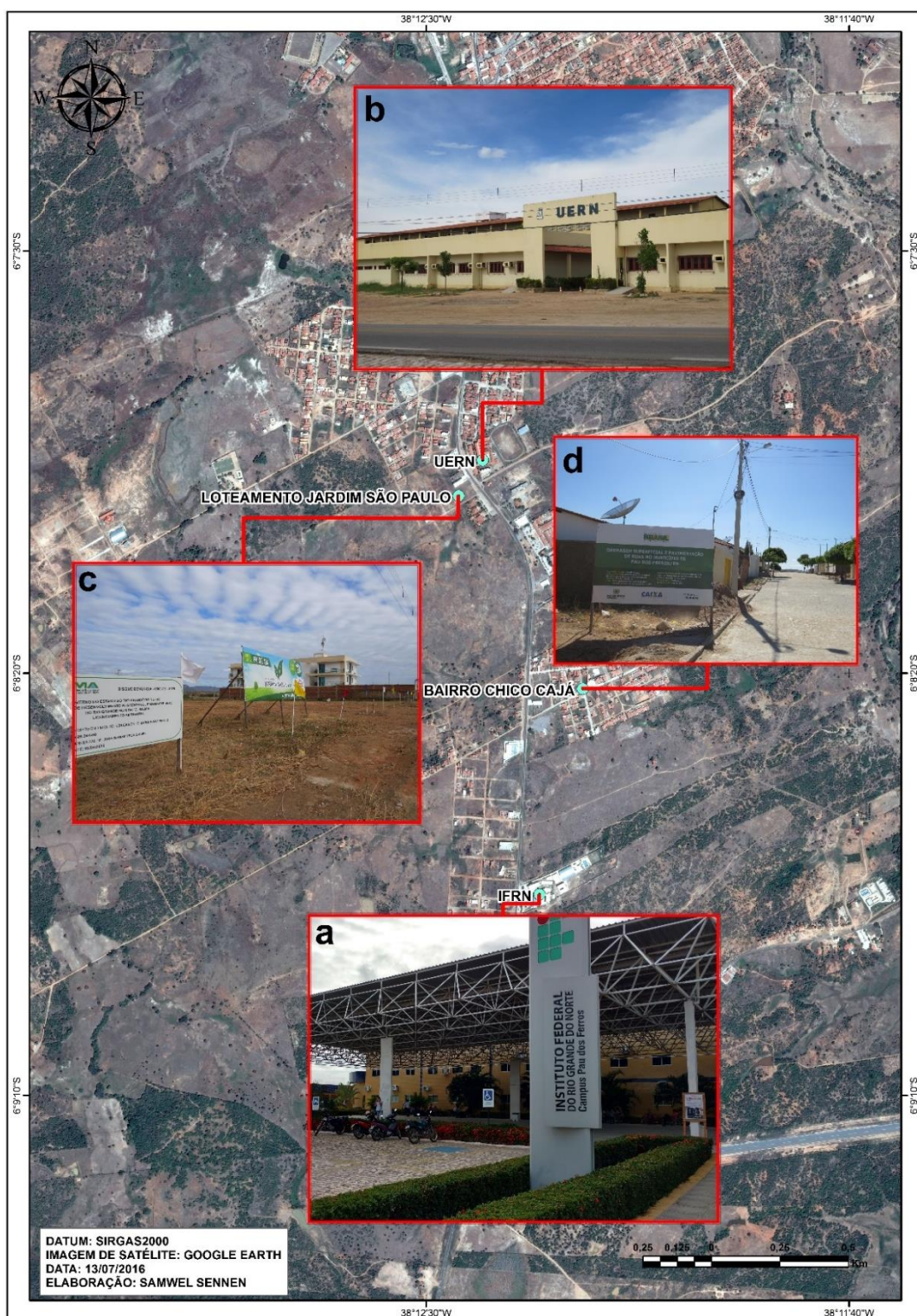
Pau dos Ferros deve ser vista como um espaço em constante transformação, devido às mudanças na estrutura interna da cidade, evidenciadas no uso do solo que se modifica no decorrer do seu crescimento espacial. Os novos atributos locais distribuídos no espaço interno desta cidade, que tem uma vocação regional, como os *campi* do IFRN e da UFRSA, possibilitam o surgimento de novas áreas de especulação, o que representa o crescimento espacial da cidade.

Os loteamentos habitacionais são a maior representação dessa expansão evidenciada em Pau dos Ferros nos últimos anos. Alguns destes loteamentos se tornaram verdadeiros bairros em menos de 5 anos, o que mostrou, nesse pouco tempo, novos sentidos dessa expansão.

Como dissemos, na porção Sul, em direção à divisa com a Paraíba, temos alguns importantes equipamentos ligados ao ensino superior e técnico, por exemplo, O *campus* da UERN, localizado a 1,7 km do *campus* do IFRN, construído na extensão do bairro Chico Cajá, em área fora dos limites físicos da cidade (Carta-Imagem 03, na página seguinte). É possível dizer, com isso, que esta é a principal área de expansão de Pau dos Ferros, com a difusão de mais de 10 loteamentos habitacionais nos últimos anos.

Parte dos professores e técnicos que trabalha na UERN e no IFRN, bem como os alunos matriculados nestas instituições, encontraram, nos loteamentos habitacionais e apartamentos desta área, uma boa opção de moradia, o que nos mostra, juntamente com o volume de carros de linha e ônibus escolares provenientes dos municípios vizinhos, uma articulação dos aspectos intra-urbanos de Pau dos Ferros com a demanda regional.

Carta-Imagem 03 – Pau dos Ferros: difusão de novos espaços de moradia próximos à UERN e IFRN, no sentido Sul da cidade



Fonte: GOOGLE EARTH (2015), fotos de Josué A. Bezerra, jun., 2016. Elaboração de Samwel Sennen, jul., 2016. Representação das fotos: a) Campus da UERN; b) rua do bairro Chico Cajá; c) loteamento habitacional São Paulo em frente à UERN; d) Campus do IFRN, ao lado do bairro Chico Cajá.

Muitos dos condomínios construídos para esse público das instituições de ensino têm seu movimento apenas durante os dias úteis da semana. Nos fins de semana, estes espaços, geralmente, estão vazios, pois os estudantes e professores que residem mais distantes retornam para suas cidades. Sobre o assunto, Villaça (2001, p. 330) coloca que o espaço intra-urbano:

[...] é estruturado sob a dominação dos interesses do consumo, e nisso não há qualquer contradição. Reiteramos então que regional é o espaço estruturado pelo deslocamento de materiais (enquanto capital mercadoria, capital constante) e de força de trabalho enquanto capital variável. Urbano é o espaço estruturado pelas condições de deslocamento da força de trabalho enquanto consumidora (deslocamentos casa-escola, casa-compras, casa-lazer, e mesmo casa-trabalho) (VILLAÇA, 2001, p. 330).

Este é um fenômeno do espaço interno de Pau dos Ferros que está associado ao aumento contínuo nos preços dos terrenos nos últimos anos, dificultando, assim, o acesso da população de menor poder aquisitivo a determinadas áreas da cidade.

Mesmo com as políticas recentes de acesso à habitação promovidas pelo Governo Federal, na cidade de Pau dos Ferros, a população de poder aquisitivo menor tem procurado áreas de pouco interesse do mercado imobiliário, distante dos principais equipamentos da cidade. Estas pessoas que, às vezes, não têm acesso ao mercado fundiário formal, por não ter renda suficiente para garantir o crédito, quando não são beneficiadas com casas populares doadas pelo governo municipal, se dirigem aos loteamentos irregulares, compostos por cortiços e casas de taipa, em áreas irregulares como ocorre na comunidade Beira-Rio²⁵⁶, localizada em uma área de inundação próxima à passagem do rio Apodi-Mossoró.

Do mesmo modo, muitos loteamentos habitacionais foram criados para atender a diversas classes de renda da cidade. Muitos destes foram abertos do lado das estruturas recentes de ensino, como os *campi* do IFRN e da UFERSA, e integraram alguns bairros já consolidados na cidade, como o Princesinha do Oeste.

De acordo com a Secretaria de Tributação de Pau dos Ferros, nos últimos 10 anos, período em que ocorreu a ampliação dos cursos da UERN e a construção do

²⁵⁶ Esta comunidade fica inserida no bairro Manoel Deodato, às margens do rio Apodi-Mossoró que corta também a cidade, mas que, devido à estiagem prolongada na região, nos últimos 08 anos, este trecho não recebe o fluxo normal das suas águas. Sobre as áreas de inundação de Pau dos Ferros, ver o trabalho de Costa (2010).

IFRN e UFERSA, foram instalados 24 loteamentos habitacionais na cidade, sendo 16 localizados no setor próximo destes equipamentos de ensino (Quadro 21, a seguir). Alguns destes espaços se integraram ou construíram importantes bairros, como o João Catingueira e o Zeca Pedro, bem como a grande expansão do bairro Chico Cajá, até pouco tempo, área preenchida por pastagens ou sem nenhuma função urbana, além da especulação.

Quadro 21 – Pau dos Ferros: principais loteamentos habitacionais abertos (2005 – 2015)

LOTEAMENTO HABITACIONAL	BAIRRO DE INTEGRAÇÃO	FIXO MAIS PRÓXIMO
<i>Antônio Nilson Feitosa</i>	Alto do Açude	Centro Comercial
<i>Arizona</i>	Princesinha do Oeste	UERN e Hospital Regional
<i>Boa Vista</i>	São Geraldo	UFERSA
<i>Campos do Alto</i>	Nova Pau dos Ferros	BR-226
<i>Cascatinha</i>	Alto do Açude	Centro Comercial
<i>Colinas do Alto Oeste</i>	Riacho do Meio	BR-226
<i>Colinas Zona Sul</i>	Chico Cajá	IFRN e UERN
<i>Colinas Zona Sul II</i>	Chico Cajá	IFRN e UERN
<i>Colinas Zona Sul III</i>	Chico Cajá	IFRN e UERN
<i>Colinas Zona Sul IV</i>	Chico Cajá	IFRN e UERN
<i>Dom Bosco</i>	Frei Damião	Centro Comercial
<i>Inácia Fernandes da Costa I</i>	Zeca Pedro	UERN
<i>Jardim América</i>	João Catingueira	IFRN e UERN
<i>Jardim América II</i>	João Catingueira	IFRN e UERN
<i>Jardim São Paulo</i>	Zeca Pedro	UERN
<i>Loteamento Ligeirinho II</i>	Aloisio Diógenes Pessoa	UERN
<i>José Nicodemos de Lima</i>	Riacho do Meio	BR-226
<i>Nossa Senhora da Conceição</i>	Alto do Açude	Centro Comercial
<i>Oeste Village</i>	Nações Unidas	UERN
<i>Parque União</i>	Aeroporto	IFRN
<i>Pedra Azul (I etapa)</i>	Chico Cajá	IFRN e UERN
<i>Planalto</i>	Chico Cajá	IFRN e UERN
<i>Segundo Melo</i>	Bela Vista	Centro Comercial
<i>Ubiranilton Deodato</i>	Princesinha do Oeste	Justiça Federal e UERN

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra a partir de dados da Secretaria de Tributação de Pau dos Ferros, jun., 2016.

A difusão dos loteamentos habitacionais próximos destes equipamentos trazem mudanças na tipologia de uso do solo e das formas espaciais na cidade. Em

Pau dos Ferros, a produção de espaços desiguais movidos pela expansão do setor imobiliário está cada vez mais visível, sendo possível a identificação dos bairros a partir das classes sociais de ocupação, os tipos de moradia e da própria estrutura dos bairros, muitos ainda sem calçamento, o que favorece mais a prática da marginalização do espaço (CORRÊA, 2005b [1995]).

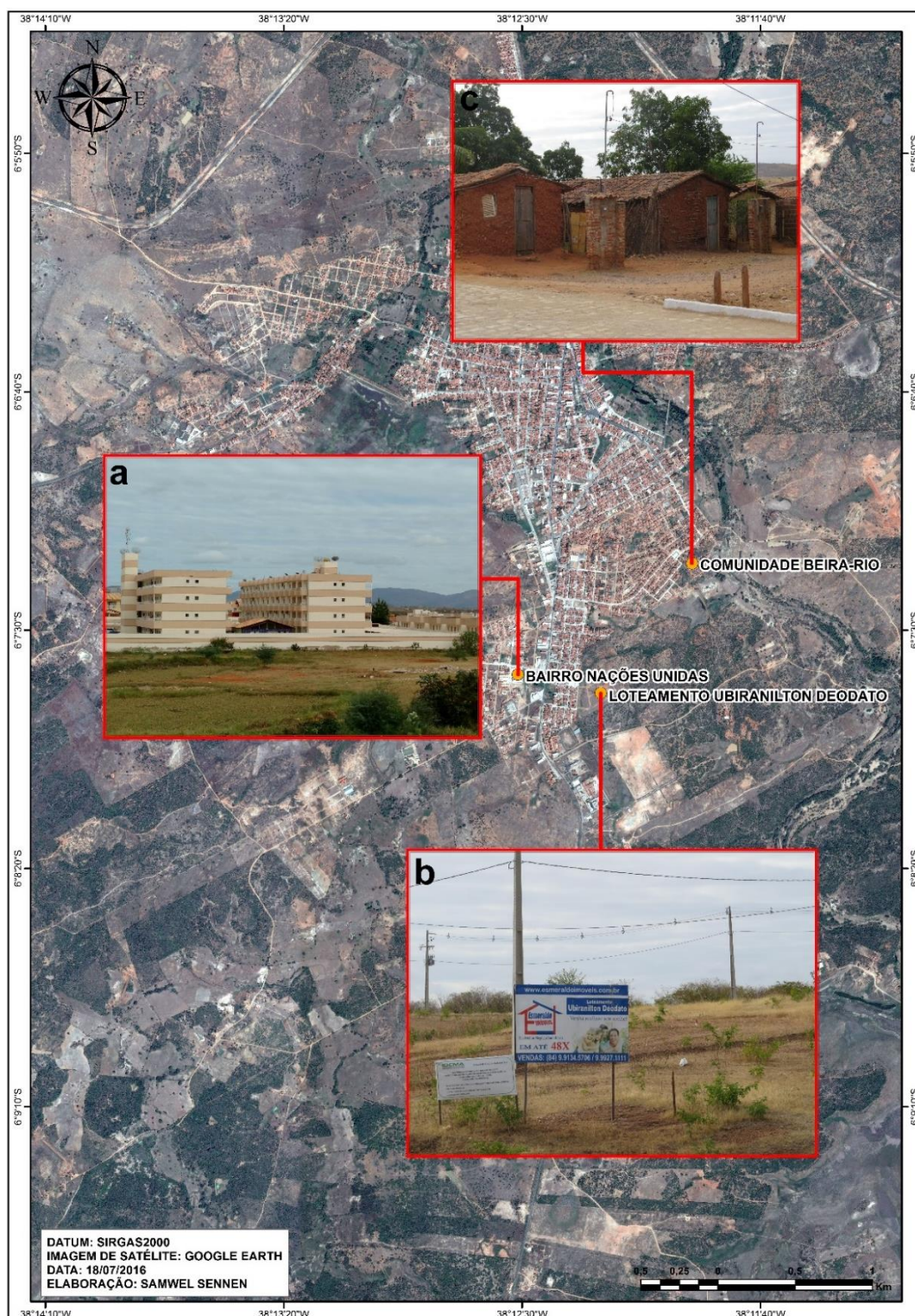
Os bairros mais recentes foram criados nessa lógica da expansão dos loteamentos habitacionais, localizados nos limites territoriais da cidade. Estes empreendimentos imobiliários são lançados com bastante brevidade pelos promotores imobiliários e têm, na sua propriedade, alguns poucos grupos de famílias tradicionais da região. Em alguns casos, os lotes são, muitas vezes, comercializados pelas próprias famílias, porém, a maioria entrega aos promotores a função de legalização do imóvel e de incorporá-lo para linhas de financiamento, comercialização e até, em alguns casos, de construção, para depois, vendê-lo.

A expansão desses loteamentos tem criado bairros mais estruturados, como aqueles que recebem os professores da UERN, IFRN e UFERSA, pertencentes a uma parcela da classe média mais bem remunerada da cidade, e que detém o poder de selecionar as melhores áreas para morar, como os bairros Nações Unidas e Chico Cajá. Estes bairros ainda dispõem de pouco investimento de infraestrutura, mas tendem a se valorizar, tornando-se cada vez mais inacessíveis à população de baixa renda.

Por outro lado, temos o incremento da periferização da cidade que significou o aumento da pobreza de algumas áreas, como parte do Conjunto Manoel Deodato (Comunidade Beira-Rio), com a ocupação desordenada do solo urbano e crescimento da violência, associados ao consumo de drogas (Carta-Imagem 04).

Em Pau dos Ferros, 02 imobiliárias administram a maior parte dos imóveis da cidade: Esmeraldo Imóveis e Correia Imóveis, as quais começaram a atuar na cidade exatamente nesse período de difusão do setor imobiliário (a partir de 2005). De acordo com os representantes destes estabelecimentos, o preço do metro quadrado dos terrenos no município localizados nas áreas mais afastadas, a pouco mais de 8 km do centro, varia bastante entre 85 reais/m² nas franjas urbanas (SOUZA, 2003), e nas áreas localizadas próximas ao centros, custa aproximadamente 650 reais/m².

Carta-Imagem 04 – Pau dos Ferros: localização de tipos de espaços voltados para habitação



Fonte: Fonte: GOOGLE EARTH (2015), fotos de Josué A. Bezerra, jun., 2016. Elaboração de Samwel Sennen, jul., 2016. Representação das fotos: a) Condomínio de apartamentos para locação no bairro Nações Unidas; b) Loteamento habitacional Ubiranilton Deodato; c) Comunidade Beira-Rio, Conjunto Manoel Deodato.

O preço do metro vai ser calculado considerando não somente as condições de localização e tamanho, mas do nivelamento do terreno, e a infraestrutura como calçamento e iluminação pública. Do ponto de vista da infraestrutura básica, o poder público não acompanhou o crescimento destes novos bairros, caracterizado pela carência de pavimentação da maioria de suas ruas.

Nos primeiros anos da década de 2000, de acordo com o cadastro das imobiliárias, terrenos localizados no bairro Chico Cajá, medindo 250 m², que custavam aproximadamente R\$ 1.000,00, hoje não saem por menos de 40 mil reais. Este bairro fica a quase 04 km do centro, mas está do lado do *campus* do IFRN e do Hospital Regional.

Um dos reflexos dessas mudanças no uso e ocupação do solo em Pau dos Ferros se dá onde a lógica da urbanização se apresenta materializada, muitas vezes, pelo uso residencial de zonas rurais nas franjas destas cidades, dando novas funções ao espaço e modificando, consideravelmente, a paisagem e o cotidiano do lugar (SOUZA, 2003).

Os agentes produtores do espaço urbano (CORRÊA, 2005a [1989]), que se fazem presentes na cidade de Pau dos Ferros, sobretudo os comerciantes e empresários, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, de maneira bastante acentuada nesse período, têm o setor privado como um dos mais atuantes na formação e modelagem do tecido urbano. Os agentes fundiários e imobiliários, que agem nos espaços de acordo com seus interesses, têm proporcionado a criação de loteamentos em terras que, há pouco tempo, eram destinadas a atividades primárias, nos limites do sítio urbano de Pau dos Ferros.

Este fato é caracterizado pelo número de alvarás de construção emitidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do Rio Grande do Norte (Tabela 23) e o surgimento de vários novos bairros nas duas últimas décadas, absorvendo algumas comunidades tipicamente rurais e tornando seus espaços como centro de disputa de poder, não significando, necessariamente, a renúncia completa da população rural às atividades e aos costumes do campo, que se (re)produzem ainda hoje no interior desta cidade.

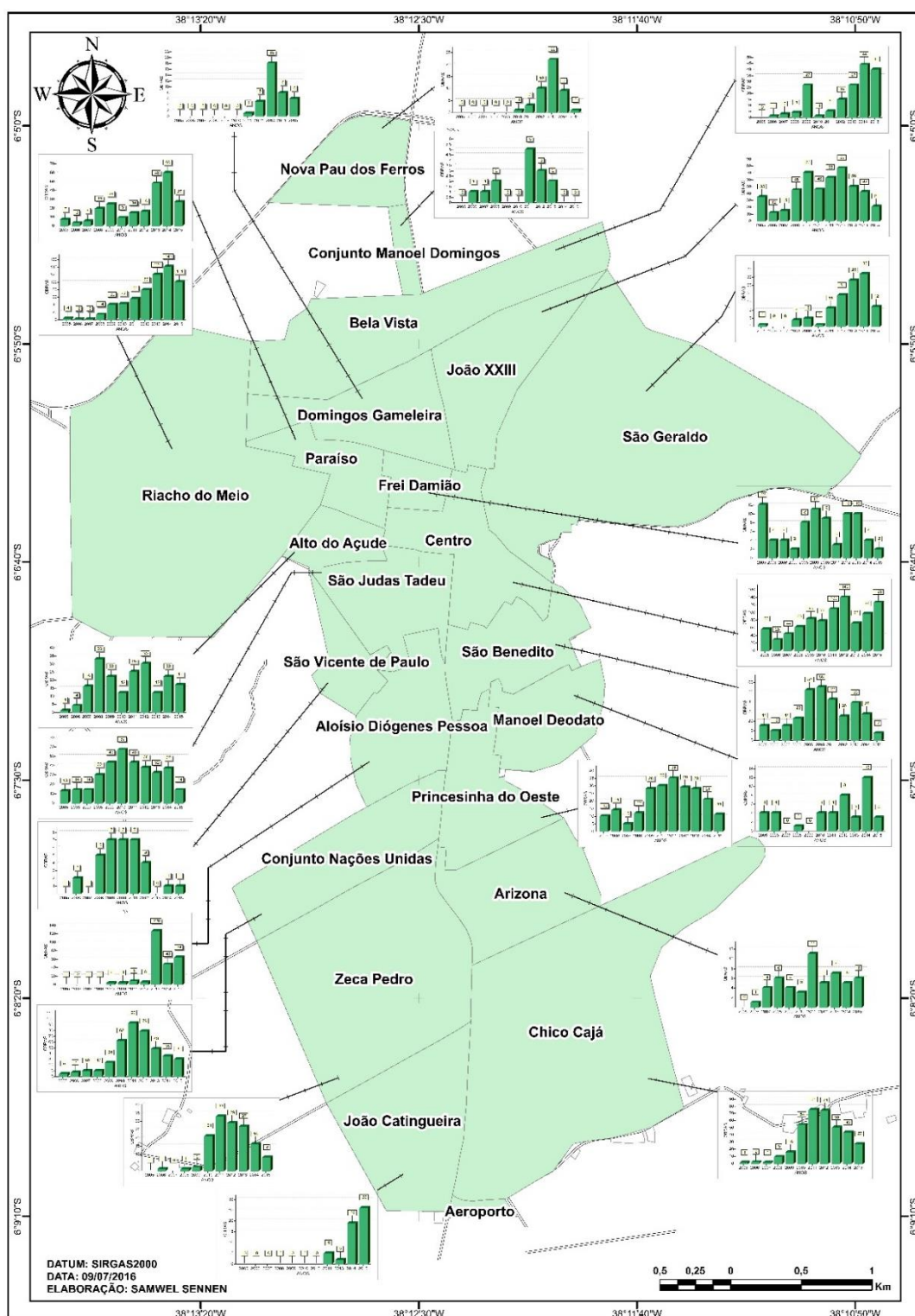
Tabela 23 – Pau dos Ferros: número de alvarás de construção, segundo os bairros
(2005 – 2015)

BAIRROS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<i>Aloísio Diógenes Pessoa</i>	0	0	0	0	4	4	8	6	126	48	64
<i>Alto do Açude</i>	1	4	16	33	22	12	25	30	12	22	17
<i>Arizona</i>	0	1	4	6	4	3	11	5	7	5	6
<i>Bela Vista</i>	0	1	3	4	27	1	5	15	27	44	40
<i>Centro</i>	56	28	44	62	83	77	109	140	72	96	126
<i>Chico Cajá</i>	1	2	1	9	16	54	75	74	50	43	27
<i>Domingos Gameleira</i>	0	0	0	0	0	0	1	5	18	8	6
<i>Frei Damião</i>	12	4	2	8	11	9	3	10	10	4	2
<i>João Catingueira</i>	0	0	0	0	0	0	5	0	2	19	26
<i>João XXIII</i>	35	12	15	45	70	46	63	77	50	42	21
<i>Manoel Deodato</i>	4	4	0	1	0	4	4	8	3	12	3
<i>Manoel Domingos</i>	0	1	1	2	0	0	5	3	2	0	0
<i>Nações Unidas</i>	5	7	10	10	24	62	93	79	48	35	30
<i>Nova Pau dos Ferros</i>	0	0	0	0	0	1	3	10	22	9	1
<i>Paraíso</i>	7	3	5	19	24	9	14	16	48	60	27
<i>Princesinha do Oeste</i>	10	14	5	12	28	30	35	29	28	21	11
<i>Riacho do Meio</i>	4	2	2	14	39	42	56	80	120	141	101
<i>São Benedito</i>	15	10	15	23	52	55	42	25	39	27	7
<i>São Geraldo</i>	1	0	0	4	5	1	11	19	28	32	12
<i>São Judas Tadeu</i>	13	14	14	30	43	57	43	38	32	37	14
<i>São Vicente de Paulo</i>	0	2	0	5	7	7	7	4	0	1	1
<i>Zeca Pedro</i>	0	1	0	1	2	21	33	29	27	16	8
Total	164	110	137	288	461	495	651	702	771	722	550

Fonte: Elaborado por Josué A. Bezerra a partir dos dados disponibilizados pela Inspetoria do CREA (RN), jan. 2016.

Como podemos ver também na projeção (Mapa 31, na próxima página), os bairros que mais receberam construções nos últimos 10 anos foram aqueles localizados na direção Sul da cidade, justamente onde os *campi* da UERN e IFRN estão localizados. Destacamos os bairros Chico Cajá e Nações Unidas, porém, temos os novos bairros do Zeca Pedro, Aloísio Diógenes Pessoa e João Catingueira que iniciaram seu processo de ocupação com início em 2010.

Mapa 31 – Pau dos Ferros: distribuição de alvarás de construção segundo bairros (2005 – 2015)



Fonte: Dados extraídos da Inspetoria do CREA (RN); Mapa base criado pela equipe do Programa Acesso à terra urbanizada (UFERSA). Organização de Josué A. Bezerra e cartografia de Samwel Sennen, jul., 2016. (O bairro aeroporto, apesar de já ter sido criado oficialmente, ainda não tem ocupação).

O Centro continua sendo um espaço muito procurado, principalmente para a instalação de lojas e demais estabelecimentos comerciais. O dado do CREA representa não apenas construções de casas, mas também grandes reformas e serviços de engenharia que necessitam de fiscalização do órgão. Relacionamos esse registro no centro da cidade de Pau dos Ferros às constantes reformas e modificações dos espaços destinados à ampliação ou adequação dos estabelecimentos comerciais.

Esse dado indica como os agentes mais atuantes na configuração do espaço urbano, seja o Estado, os proprietários fundiários e os incorporadores agem na modelagem do espaço interno da cidade (CORRÊA, 2005a [1989]). A antecipação espacial desses agentes, em busca da extração de lucro, envolve desde a decisão de onde seria a instalação destes equipamentos, próximos às terras rurais localizadas nos limites da cidade pertencentes a alguns grupos locais, até as benfeitorias realizadas pela prefeitura na área (Id., 2005b [1995]).

Além dos bairros Chico Cajá e Nações Unidas, e os mais recentes, Aloísio Diógenes Pessoa e João Catingueira, no outro sentido da cidade, porção Norte, é perceptível o surgimento de algumas áreas de expansão de habitações. Novamente, com forte influência dos loteamentos abertos próximos a bairros consolidados, como Riacho do Meio e São Geraldo.

Estas áreas de expansão estão localizadas entre o *campus* da UFERSA e o novo trecho da rodovia BR-226. A área mais próxima à UFERSA ainda não trouxe grandes rebatimentos à produção imobiliária, pois ainda é um pouco afastada da continuidade física da cidade, diferentemente do que acontece nas proximidades da UERN e IFRN, onde existe uma oferta de apartamentos para estudantes e professores.

Um fenômeno que observamos nas áreas limites da cidade, decorrente da rápida expansão da sua mancha urbana, é o da periurbanização de áreas que, até pouco tempo, eram rurais. Estudiosos (SOUZA, 2003; RUA, 2005, 2006) indicam que, nesse processo, há uma expansão da cidade em direção à área rural, de modo que ocorrem variações de funções de acordo com o ritmo desse processo.

Essa é uma característica que nos chamou atenção, pois, no período compreendido pela difusão dos novos loteamentos habitacionais, emergem ainda espaços cujas dimensões do rural e do urbano não se apresentam claras, sendo possível encontrar, por exemplo, a presença de currais de gado em meio às atividades próprias da economia urbana. Estes espaços periféricos estão presentes nos novos

bairros de forma que sua morfologia e função se apresentam assemelhada a uma cidade de porte maior.

Deste modo, em Pau dos Ferros, com a acentuação do processo de expansão urbana, que resultou na invasão da cidade em áreas até pouco tempo consideradas rurais, novos arranjos espaciais ligados ao setor imobiliário foram criados, ao mesmo momento, antigas formas e funções dos espaços rurais se mantiveram neste espaço periférico da cidade. Temos, deste modo, como aponta Souza (2003), uma mescla de sentidos e usos que conduziram às múltiplas territorialidades.

Sobre esse fenômeno, chama-nos mais atenção as áreas próximas aos dois aglomerados rurais, Sítio Grossos e Sítio Carvão²⁵⁷. O primeiro fica próximo ao bairro João Catingueira, na área onde estão os *campi* da UERN e IFRN. O segundo está localizado em meio à expansão dos novos loteamentos criados ao lado do bairro do Riacho do Meio, próximo ao novo trecho da rodovia BR-226.

Podemos associar esse fenômeno ao que Souza (2003) chama de espaço periurbano, que nada mais é do que a projeção da expansão da cidade, a partir de diversos aspectos físicos. No caso de Pau dos Ferros, esta expansão se dá pela difusão de novas residências de diversas classes.

O termo periurbano ou rurano, para Souza (2003), é empregado em diversas correntes que buscam estudar áreas onde as atividades rurais e urbanas se confundem, dificultando a identificação dos limites físicos e sociais do espaço urbano e rural. Não é fácil definir tais espaços, pois:

[...] muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural”, às vezes até belamente bucólico - algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de pastagem para algumas cabeças de gado - quando, na verdade, por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da “lógica” urbana de uso do solo (SOUZA, 2003, p. 27-28, grifo do autor).

Estes espaços têm, na verdade, uma função bem definida antes mesmo de sua modificação morfológica e funcional na cidade, seja na conversão, depois de

²⁵⁷ De acordo com a Secretaria de Tributação de Pau dos Ferros, no município de Pau dos Ferros, existem 20 aglomerados rurais, mais conhecidos por sítios, a saber: Alencar; Areias; Brabo; Cachoeirinha; Cacimbas de Canções; Carvão; Conceição; Grossos; Iracema; Lagoa Redonda; Lagoinha dos Estêvãos; Lagoinha; Maniçoba; Poço Comprido; Raiz; Recanto; Recreio; Santo Pastor; São João; Torrões.

alguns anos, em loteamentos populares ou condomínios fechados de alto padrão, ou em qualquer outra forma para extrair a renda da terra urbana (Ibid.).

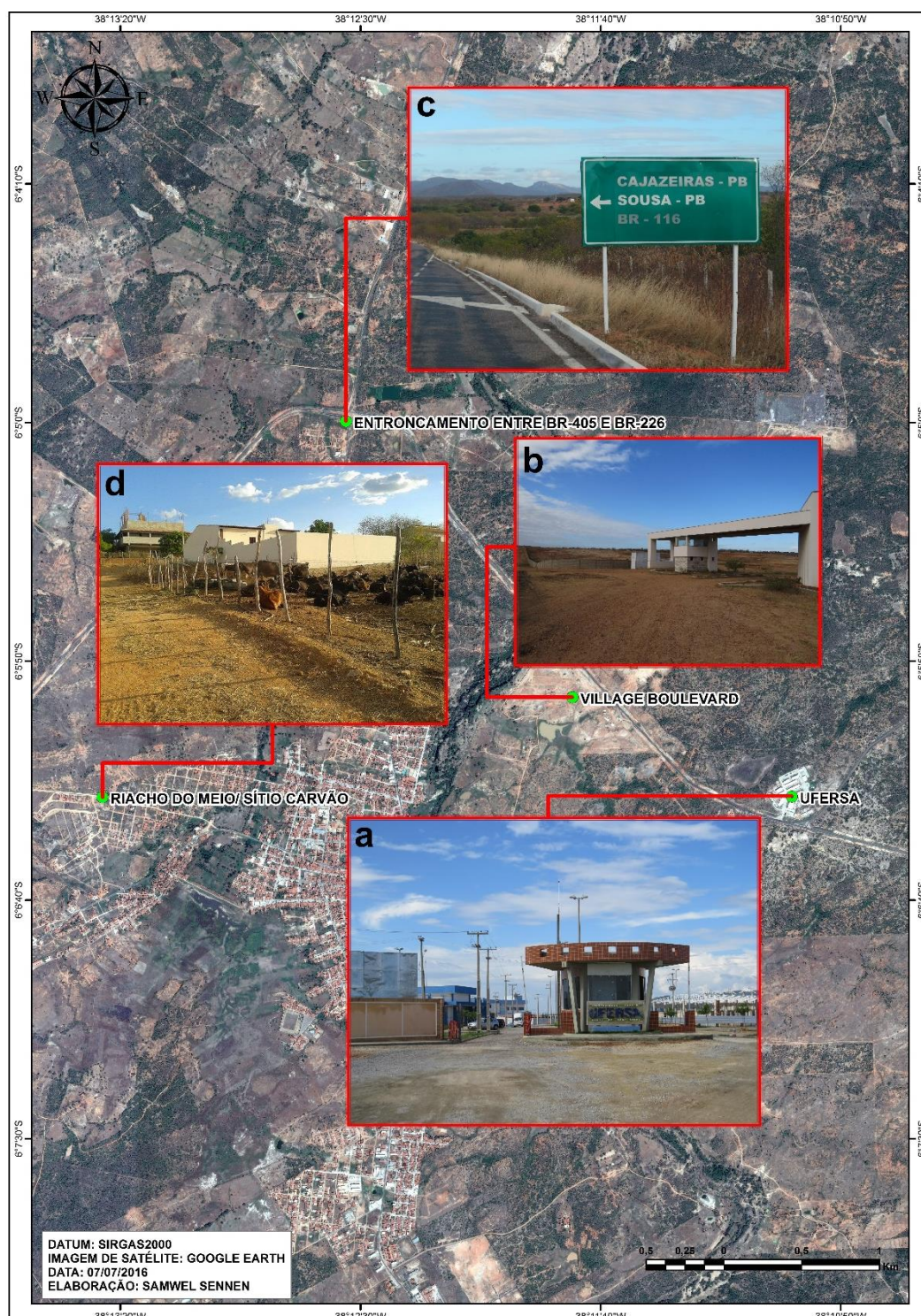
Apesar desses processos serem mais comuns nas grandes cidades, podemos perceber em Pau dos Ferros elementos que remetem a esse fenômeno urbano próprio da expansão da cidade. Nestes espaços, segundo Souza (2003, p. 22-23, grifo do autor):

[...] na franja rural-urbana, muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural”, às vezes até belamente bucólico - algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de pastagem para algumas cabeças de gado verdade, por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da “lógica” urbana de uso do solo.

Esse processo indica o surgimento de espaços periurbanos, ou ainda, espaços de conformação das rurbanidades (RUA, 2006; 2011), que podem ser muito bem visualizados em áreas como o sítio Carvão, atualmente, parte do bairro Riacho do Meio (Carta-Imagem 05). A predominância de espaço rural foi sendo substituída pelo urbano, para atender às exigências da expansão do setor imobiliário, como também ao aumento das atividades produtivas na cidade, ligadas ao comércio e aos serviços.

Desse modo, já enxergamos, também, a expropriação das famílias mais carentes das áreas de interesse do capital, como nas imediações do Centro ou dos bairros voltados ao setor Sul da cidade. Suspeitamos que essas famílias têm procurado construir sua casa nessa zona de transição entre o bairro Riacho do Meio e o sítio Carvão, tendo em vista o preço do solo urbano ser mais barato, aliado ao aumento da demanda habitacional na cidade, fomentando a expansão urbana (Carta-Imagem 05, a seguir).

Carta-Imagem 05 – Pau dos Ferros: localização das áreas de expansão urbana



Fonte: GOOGLE EARTH (2015), fotos de Josué A. Bezerra, jun., 2016. Elaboração de Samwel Sennen, jul., 2016. Representação das fotos: a) Campus da UFERSA b) Condomínio residencial Village Boulevard; c) Entroncamento entre as rodovias BR-405 e BR-226; d) Trecho de transição entre o bairro Riacho do Meio e Sítio Carvão.

A nova lógica de organização espacial dos condomínios fechados horizontais também está presente em Pau dos Ferros. Em um área próxima da extensão na nova BR-226, está sendo construído o condomínio residencial Village Boulevard²⁵⁸, em uma área de 344 mil metros quadrados, distribuídos em 401 lotes, com açude privativo, salão de festas, piscinas, salão de jogos, *playground*, espaço *fitness*, quadras poliesportivas, píer, heliporto, pista de *cooper*, em uma estrutura proposta para um condomínio clube

Isso posto, o capital imobiliário antevê ganhos de lucros pela especulação de áreas estratégicas da cidade de Pau dos Ferros, estas localizadas próximos aos equipamentos comerciais e de serviços, como também pela atual configuração do *habitat* urbano. Essa nova lógica no interior do território coloca essa dimensão urbano-regional como uma unidade espacial importante para entender o atual sistema de cidades de regiões localizadas em áreas afastadas dos grandes centros.

Ratificamos que as transformações recentes no espaço urbano-regional de Pau dos Ferros mostram o estabelecimento de interações espaciais constantes e duradouras, que envolvem um conjunto de pequenas cidades circunvizinhas.

Apesar do tamanho demográfico reduzido da cidade de Pau dos Ferros, a dinâmica regional é suficiente para lhe atribuir uma centralidade de destaque na oferta ampla de bens e serviços ao espaço regional subordinado. Da mesma forma, esta cidade vem demonstrando a capacidade de receber e fixar migrantes de cidades menores, bem como de atrair mão de obra especializada, como os professores universitários, que possuem alto grau de formação, o que sugere uma diminuição do movimento migratório (pendular e definitivo) da população regional para as grandes cidades.

Enxergamos o espaço intra-urbano de Pau dos Ferros cada vez mais diversificado, com um centro dinâmico e voltado para atender a uma demanda regional exigente, e uma periferia em processo de expansão da mancha urbana, movida pelo setor imobiliário, com o lançamento de vários núcleos habitacionais nesse período de expansão.

²⁵⁸ Este empreendimento está sendo comercializado pela Econature Negócios Imobiliários LTDA, empresa sediada em Pau dos Ferros, responsável pela incorporação de muitos empreendimentos imobiliários na cidade e em alguns municípios serranos, como Portalegre e Martins.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] vivemos já um novo patamar da integração territorial brasileira, com uma nova qualidade do sistema urbano, não apenas por causa da maior densidade da configuração territorial, mas também por causa de sua maior espessura.

(Milton SANTOS, 2005 [1993], p. 138)

Nosso trabalho exigiu uma articulação de Pau dos Ferros e sua região com algumas escalas geográficas, em que se buscou uma leitura do geral ao particular, apoiado na análise do processo de urbanização e configuração da rede urbana brasileira a seu rebatimento na dimensão do Nordeste, mais precisamente, no interior do estado do Rio Grande do Norte, em uma área típica do semiárido, de forte relações com os estados do Ceará e da Paraíba.

Os novos traços da urbanização no território, bem como a conformação recente da rede urbana brasileira, temas caros da geografia urbana, nos fizeram enxergar as novas formas de representação do fenômeno urbano na escala geográfica na qual se encontra Pau dos Ferros.

Desse modo, entre algumas possibilidades de leitura do nosso objeto, observando sua relevância econômica, de dinâmica populacional, somadas à extensão das áreas de abrangência da polarização da cidade, sugerem uma dimensão urbano-regional (MOURA, 2009). Para isso, um recorte espaço-temporal foi necessário, tendo em vista o levantamento de sua formação socioespacial, o estudo dos objetos e das conexões, sejam os fixos e fluxos (SANTOS, 2004b [1996]), que dão forma ao espaço regional, bem como toda a estruturação espacial que caracteriza a dimensão urbano-regional de Pau dos Ferros.

A pesquisa se encerra, após quase 05 anos, com um caráter geográfico contínuo ao tema proposto, ou seja, permitindo novas possibilidades de estudo da região. Contudo, com o decurso da pesquisa, chegamos a algumas conclusões ou, por assim dizer, considerações finais. Outras ficarão abertas como questões a serem

perseguidas em uma agenda de pesquisa que começa após o doutoramento, quando teremos melhores condições institucionais de encaminhar novos projetos e, principalmente, uma maior maturidade científica que adquirimos nesse período de formação.

Um dos pontos iniciais que podemos considerar nesse final parte da constatação de que a rede urbana hoje, mesmo considerando-a enquanto elemento dinâmico do espaço geográfico, privilegiando a rapidez das transformações, a complexidade das interações entre os lugares, e a multiplicidade das ações que caracterizam as relações espaciais (CORREA, 2006a; 2012), ainda possui laços tradicionais de estrutura e obediência hierárquica das cidades, na maioria das vezes relacionadas à estruturação espacial dos centros de comando regional em escalas periféricas da rede urbana.

A revisitação desta teoria da rede urbana nos mostrou que novos modelos de análise estão sendo buscados, estes considerando os meios técnico-científico-informacionais (SANTOS, 2008e [1994]; 2005 [1993]; 2004c [1996]), que alteraram as relações entre o tempo e espaço, e a proximidade e distância (PIRIE, 2009; HARVEY, 2009 [2004]).

Assim, é verdade que, considerando a diversidade e as dimensões das redes urbanas brasileiras, vimos que as pesquisas mais recentes apontam para uma abertura dos sistemas urbanos no período atual que possibilita uma diversidade de configurações em um conjunto de redes urbanas (SPOSITO, 2011), com o advento dos novos processos produtivos no espaço, e a evidência das fronteiras subvertidas, o que sugere uma quebra da estrutura hierárquica das cidades, no âmbito da produção, circulação, distribuição e consumo (SANTOS, 2004c [1996]; CORRÊA, 2012).

Contudo, já afirmava Santos (2008e [1994]; 2004c [1996]) que, mesmo com o advento do meio técnico-científico-informacional, ainda é possível encontrar determinados níveis de hierarquia em algumas escalas da rede urbana regional, como a que observamos em nosso objeto de pesquisa, em que as cidades menores estão intimamente ligadas ao centro imediatamente seguinte da sua rede urbana. Esta configuração conservadora da rede urbana está ligada à situação geográfica em que as cidades se encontram no espaço, com a disposição de uma forma estruturada na relação em determinadas redes urbanas, como o que acontece com Pau dos Ferros, em uma escala interiorizada e com uma intensa interação espacial.

Esse conjunto de cidades faz parte da rede urbana interiorizada, compreendida pela emergência, nas últimas décadas, de alguns centros intermediários que vêm desempenhando uma função importante na prestação de serviços e centralização comercial e industrial em espaços não metropolitanos do território.

No Nordeste brasileiro, esse fenômeno parece mais evidente, tendo em vista o processo de urbanização tardio e disperso geograficamente, desencadeado na segunda metade do século passado (CANO, 1989; CLEMENTINO, 1990; SIMÕES; AMARAL, 2011) e que pode ser compreendido pelo conjunto de cidades médias e/ou centro regionais e sub-regionais, e inúmeras cidades pequenas espalhadas pelo interior dos estados.

Desse modo, constatamos que essa nova fase da urbanização proporcionou a difusão de novas centralidades urbanas distantes dos grandes centros (metropolitanos) da região, algo que está intimamente vinculado à interligação econômica e, com isso, a uma maior aproximação geográfica entre os espaços, gerando, cada vez mais, uma conformação urbana adensada no interior do território.

Nessa dimensão da rede urbana nordestina, as capitais regionais e centros sub-regionais localizadas no interior são aqueles que desempenham um papel espacial nessa escala no estrato da rede urbana nordestina, sendo a maioria delas compostas por cidades médias ou centros regionais de caráter intermediário.

Contudo, o universo dos Centros Sub-regionais A (IBGE, 2008) surgem como aqueles mais próximos do final da rede urbana e que melhor representam esse novo processo de centralização urbana localizado no interior nordestino, possibilitando pensarmos em formas urbanas para essas escalas geográficas de cidade, como acontece com Pau dos Ferros.

Desse modo, constatamos que, especialmente a começar dos anos 2000, com a instalação e/ou ampliação de alguns equipamentos urbanos na cidade de Pau dos Ferros, como as instituições financeiras, as universidades, faculdades e centros de ensino técnico; os órgãos de governo federal e estadual, os novos corredores viários; as clínicas médicas, o hospital regional; como também a estruturação de um comércio mais dinâmico e moderno, houve uma maior circulação de capital, mercadorias, pessoas e serviços no espaço interno da região, preservando, assim, o nível hierárquico das cidades e promovendo a centralidade de Pau dos Ferros à rede urbana regional. Essa estrutura mostra a concentração dos fixos mais importantes

para a condução da vida regional instalados em Pau dos Ferros e, em segundo patamar, nas cidades de Alexandria, Martins e São Miguel, com alguns dos equipamentos e serviços supracitados em uma dimensão intermediária na rede urbana regional, principalmente na área de saúde (médicos, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas), bem como advogados, engenheiros civis e arquitetos, que atendem a uma demanda local.

Essa estruturação da rede urbana regional nos mostrou que as cidades que se encontram em patamar superior, como Fortaleza (CE), Natal (RN) e Mossoró (RN), são acessadas apenas quando os produtos e serviços não são encontrados no espaço local das pequenas cidades e, em seguida, em Pau dos Ferros. Desse modo, não podemos decretar o fim das relações entre as cidades em uma rede urbana de hierarquia clássica, especialmente, nessas escalas geográficas de cidades nas quais Pau dos Ferros e região se encontram, muito embora, não podemos ignorar as conexões com os centros maiores que apresentam um poder de centralidade que chega a todos os lugares (IBGE, 2008). Há ligações diretas e intensas com estes centros, mas nos aspectos que mais dinamizam a cidade e região de Pau dos Ferros, como a saúde, educação e comércio, a estrutura hierárquica se mantém.

Sendo assim, apreciamos, ao final da pesquisa, que as interações espaciais (CORRÊA, 2006b [1997]) entre as cidades que fazem parte da região são intensas, providenciadas pelo sistema técnico de transporte (SANTOS, 2004b [1996]), concretizado pelos carros de linha que circulam diariamente pelos municípios da região.

Esta interação nos parece ser cada vez mais crescente e complexa, com os tipos e sentidos dos fluxos desse movimento em direção a Pau dos Ferros, enquanto núcleo urbano principal, que reúne atributos diversos e específicos na economia urbana e que impulsiona a articulação espacial com os pequenos municípios da região.

Deste modo, visualizamos a dimensão urbano-regional de Pau dos Ferros, a partir de sua estruturação e interações espaciais, como resultado dos fluxos econômicos demonstrados pelo consumo de serviços e comércio especializados da população dos pequenos municípios da região, direcionados ao núcleo urbano principal. Esse deslocamento pendular da população regional em direção a Pau dos Ferros está associado aos fixos estruturadores desse espaço, além da finalidade do consumo dos produtos, mas também pelo fluxo do trabalho e do estudo (IBGE, 2010).

No quesito estudo, a cidade de Pau dos Ferros concentra a maior oferta de cursos superiores e técnicos da região com os *campi* da UERN, IFRN e UFRSA, bem como com a participação de algumas instituições privadas (Anhanguera e FACEP).

A partir da formação de profissionais nos níveis superior e técnico, Pau dos Ferros dispõe de mão de obra para o atendimento do mercado de trabalho especializado da região na qual se insere, que atende, em parte, a algumas áreas como licenciaturas, engenharias e arquitetura, administração de negócios, algumas áreas da saúde, direito e publicidade. Pela recente incorporação dos novos cursos e instituições em Pau dos Ferros, ainda existe uma demanda de trabalho especializado na região, muitas vezes, atendida, por profissionais que são originados de cidades, como Fortaleza (CE), Natal (RN) e Mossoró (RN).

Isto reforça o que dissemos sobre as interações entre as pequenas cidades e o núcleo urbano principal, e deste para os centros urbanos acima da rede, não somente em função das atividades vinculadas ao consumo de produtos, mas também ao mercado de trabalho nos estabelecimentos e instituições sediadas nestas cidades.

Verificamos que a centralidade urbana desempenhada por Pau dos Ferros, a qual está associada ao seu papel como polo comercial e de serviços da região, está em plena ascensão, pois, depois da realização do último estudo da REGIC (IBGE, 2008), vários outros fixos e novos fluxos geográficos foram criados, o que nos indica uma maior relação com os municípios da região.

Desse modo, Pau dos Ferros, por apresentar um dinamismo e uma complexidade crescente nos setores de serviços e comércio, vem se mostrando como um centro procurado por toda a região, principalmente, para o uso de serviços médicos, educacionais e bancários. Do mesmo modo, Pau dos Ferros possui estruturas de comércio atacadista e varejista de abrangência regional, embora não esteja muito aberta às estruturas do capital externo, sua economia apresenta diversos segmentos de serviços e produtos existentes apenas nas cidades maiores, estas localizadas muito distantes da região.

A cidade de Pau dos Ferros está inserida em uma porção do território nordestino em que sua relação equidistante, de cidades de igual ou superior centralidade urbana, como Mossoró (RN), Natal (RN), Fortaleza (CE), Cajazeiras (PB) e Sousa (PB), a coloca em uma situação geográfica (SILVEIRA, 1999) favorável para

a atração de pessoas, mercadorias e capital de sua região, o que é impulsionado pelos produtos e serviços instalados recentemente neste centro.

A distância entre as sedes destes pequenos municípios e Pau dos Ferros reflete o tempo de deslocamento, implicando na possibilidade de demandas específicas de produtos e serviços a serem consumidos nesta cidade. O fator distância é um agente definidor da intensidade dos deslocamentos entre os municípios e, conseqüentemente, um critério para constituição da sua dimensão territorial.

Assim, a configuração urbano-regional de Pau dos Ferros é compreendida pelo núcleo urbano principal e as pequenas cidades do seu entorno, que se apresentam com poucas feições urbanas, mas que se mostram enquanto entes espaciais responsáveis pela difusão da cidade, em função, especialmente, da interação espacial da população.

Os municípios de Portalegre e Martins oferecem atrativos turísticos, possibilitando a difusão desta atividade com a procura da população regional nos fins de semana, bem como aqueles que possuem residência principal em Pau dos Ferros. Isto é evidenciado pelo perfil dos hóspedes dos hotéis e pousadas instalados nestas cidades serranas, como também na difusão do setor imobiliário, com o lançamento e divulgação de alguns loteamentos habitacionais vocacionados para a parcela da população de Pau dos Ferros pela principal agência imobiliária desta cidade.

Esta região, encabeçada por Pau dos Ferros nos mostrou, no final da pesquisa, o cenário de um território fragmentado, compreendido por um diverso número de pequenas cidades que se encontram articuladas a partir do núcleo urbano principal. A situação geográfica na qual estes centros se encontram, considerando sua geografia da distância, reflete um aspecto tênue da intensificação do processo de urbanização, tendo em vista essa dimensão do território brasileiro,

Consideramos ser este um aspecto fundamental na conformação da cidade e região, e reflexo da urbanização contemporânea nesta porção do território fora do contexto metropolitano, pois, no caso de Pau dos Ferros, sua difusão regional atinge áreas circunvizinhas, inclusive do lado de estados do Ceará e da Paraíba.

Ao término desta pesquisa, consideramos que esta região, na verdade, se configura por uma dinâmica socioespacial da cidade de Pau dos Ferros a partir da pobreza, ou seja, as pequenas cidades de sua hinterlândia são dependentes dos produtos e serviços existentes na cidade principal, inclusive aqueles considerados básicos, como assistência médica, acesso a produtos de gênero alimentício e de

higiene mais baratos, e serviços bancários e de atendimento ao cidadão (INSS, Receita Federal, farmácia popular, etc). Desse modo, Pau dos Ferros concentra o controle econômico e político sobre sua hinterlândia e exerce influência significativa no nível espacial e funcional na configuração da região.

Sobre essa afirmação, compreendemos que a ausência de uma atividade econômica na região, aliada à organização espacial na qual as pequenas cidades se encontram, faz com que a cidade de Pau dos Ferros se apresente como polo de atendimento às necessidades (básicas, em muitos casos) da região, enquanto reflexo do quadro socioeconômico das pequenas cidades.

Dessa forma, entendemos que a cidade de Pau dos Ferros progride sob a lógica da reprodução do capital, especialmente pelo terciário, ao passo que os agentes produtores do espaço urbano atribuem novos usos ao solo urbano desta cidade (CORRÊA, 2005a [1989]). Este ato reflete, na paisagem da cidade, rápidas mudanças estruturais e grandes desigualdades socioespaciais mais comuns aos maiores centros urbanos.

Esta é a representação de uma cidade em pleno crescimento, porém, com dependências de capital e consumo regional, com estruturas que sinalizam uma desordenada organização socioespacial, sem planejamento, acomodada pela marginalização dos espaços em Pau dos Ferros, com a difusão de loteamentos habitacionais para cada segmento de classe, como já havíamos identificado em um estágio inicial (BEZERRA; LIMA, 2011).

A distância social e espacial entre as pequenas cidades da região deve ser entendida pelo movimento de transformação da sociedade no espaço e no tempo, que modifica as relações sociais, redefinindo a urbanização em cada modo de produção e formação social (SANTOS, 2005a [1993]).

Nesta perspectiva, nosso olhar para a cidade e região de Pau dos Ferros, buscando entender seu papel enquanto ente de uma rede urbana interiorizada nordestina, acontece a partir da sua estruturação espacial recente, condicionada à sua geografia da distância, favorável à difusão dos novos atributos da urbanização contemporânea, alimentada pela necessidade imediata que a população dos pequenos municípios da região tem para com os produtos e serviços concentrados no núcleo urbano principal. Temos, deste modo, uma nova conjuntura espacial na região, onde mesmo com a permanente carência socioeconômica dos pequenos municípios, seu conjunto possibilita a organização de uma região encabeçada pela cidade de Pau

dos Ferros, e que pode ser delimitada doravante os parâmetros que elegemos para a investigação: (i) a área de influência da cidade de Pau dos Ferros; (ii) a pouca distância entre as sedes municipais da região, e (iii) a presença de uma sistema técnico de transporte disponível na região responsável pela mobilidade espacial da população entre as cidades da região em um fluxo diário em direção a Pau dos Ferros.

Constatamos também, ao final deste trabalho, que a organização dos grupos políticos locais, se articulam com outros seguimentos da sociedade em todo o estado, possibilitando que a região de Pau dos Ferros tenha sempre representantes na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Mesmo dispondo de um número reduzido de eleitores em relação as outras regiões do estado, a região de Pau dos Ferros conseguiu eleger na última eleição, em 2014, 04 deputados estaduais das 24 vagas do pleito. A maioria dos deputados eleitos tem sua origem política na capital do estado, enquanto Mossoró, segundo maior cidade do Rio Grande do Norte não conseguiu eleger nenhum representante na Assembleia Legislativa.

Entretanto, ao final do trabalho, uma questão que nos inquietava desde o início do trabalho ficou mais clara agora: qual a relação de Mossoró, importante centro do Oeste Potiguar, na configuração urbano-regional de Pau dos Ferros?

Mossoró, por toda sua representação socioespacial na rede urbana potiguar, que extrapola sua influência pelo território cearense (ELIAS; PEQUENO, 2010), se apresenta como principal centro de referência de Pau dos Ferros, embora não esteja contemplado em dois critérios que elegemos, pois se encontra há mais de 150 km de Pau dos Ferros e não recorta esta cidade em sua região de influência definida pela última REGIC (IBGE, 2008).

Mesmo assim, apesar dos critérios estabelecidos por nós nesta tese, Mossoró se mostra como um importante centro responsável pela estruturação do espaço urbano-regional de Pau dos Ferros, o que pode ser representado pela inserção de instituições e empresas sediadas neste centro, como, por exemplo, a localização dos *campi* centrais da UERN e UFERSA e do escritório principal da rede Queiroz de supermercados em Mossoró.

Há também uma demanda permanente de mão-de-obra especializada que se desloca de Mossoró para atender aos serviços cada vez mais crescentes em Pau dos Ferros, como professores universitários, representantes comerciais, engenheiros, dentistas e médicos.

Como pensamos em um conjunto de redes urbanas integradas a um sistema de cidades, consideração a relação de Pau dos Ferros com Mossoró na região Oeste Potiguar, especialmente fundamentada nos parâmetros de investigação que utilizamos em nosso trabalho.

Neste sentido, a relação que Pau dos Ferros exerce com Mossoró pode ser vista como uma característica fundamental para sua conformação urbano-regional, enquanto motores regionais, isto é, como redes locais dinâmicas inseridas em telas de escalas geográficas diversas, e de trocas inter-regionais (MOURA, 2009).

Assim, chegamos ao final deste trabalho com alguns aspectos correlatos ao nosso tema que poderemos utilizar em pesquisas futuras, estas associadas ao nosso objeto de estudo.

Nosso banco de dados construído ao longo da pesquisa está repleto de elementos que nos permitem visualizar inúmeras possibilidades de investigação a respeito deste mesmo tema, como:

- a) a relação da região fronteira com os estados e as problemáticas político-administrativas;
- b) o grau de dependência individualizado e detalhado de cada uma das pequenas cidades que integram a região;
- c) a representação das atividades agropecuárias no cotidiano socioeconômico dos pequenos municípios e sua relação com o abastecimento da região;
- d) o levantamento das redes técnicas e de serviços existentes na região, como representação da resistência ou coexistência ao capital globalizado;
- e) o detalhamento das interações espaciais entre as zonas rurais destes pequenos municípios e suas sedes;
- f) as demandas sociais locais e a ausência do Estado nas políticas públicas dos pequenos municípios.

Enfim, tantas outras possibilidades de temas para pesquisa que podem ser encaminhadas com a consecução desta tese. Conforme sinalizamos com a epígrafe de Milton Santos, com a qual iniciamos essas considerações finais, vivemos em um novo momento da urbanização, de integração territorial e de nova qualidade do sistema urbano, o que nos obriga a dar limites a esta pesquisa e faz com que

montemos uma agenda de trabalho que possa dar conta dos aspectos não registrados aqui, os quais não interferem na construção de um trabalho como este.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento Contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da Agricultura**: uma análise comparativa entre duas cidades com fruticultura irrigada para exportação no RN, Ipanguaçu e Baraúna. 425 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2011.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. In: **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 11-23, jul./dez. 2003.

ALEXANDRE, Mario Jesiel de Oliveira. **O georrítimo do cavalo de pau nos municípios do petróleo potiguar**: a relação entre os royalties e a dinâmica socioeconômica. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson de. **A morfologia das cidades médias**. Editora Vieira: Goiânia, 2005.

AMORIM, Cassiano Caon. **O uso do território brasileiro e as instituições de ensino superior**. 334 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ASCHER, François. **Metápolis**: acerca do futuro da cidade. Tradução de Álvaro Domingues. 1998 [1995].

ANDRADE, Manoel Correia de. **Cidade e campo no Brasil**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1974.

_____. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. UFRN. Ed. Universitária UFRN: Natal, 1981.

_____. A questão regional. O caso do Nordeste. In: MARANHÃO, Sílvio. **A questão Nordeste**. Estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 41-53, 1984.

_____. **A questão do território no Brasil**. Hucitec: São Paulo, 1995.

_____. **A terra e o homem no Nordeste** – Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8. ed. Recife: Cortez, 2005 [1963].

ARAÚJO, Denílson da Silva. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. 2009. 345 f. Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, SP, 2009.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste, nordestes: que nordeste? In: **Ensaio sobre desenvolvimento brasileiro. Heranças e Urgências**. Editora Renan: Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1956:nordeste-nordestes-que-nordeste-&catid=58:observanordeste acesso em: 06 jul. 2016.

_____. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. Caderno 19. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de; MARTINS, Helena Maria; SILVA, Lastres Marcelo Machado da. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, p. 539-560, 2014.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A região como arena política: a produção da região urbana Centro-Goiano**. Goiânia: E.V., 2007.

_____. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. In: **Caderno Metrôpole**. n. 20, p.81-91, 2008.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. In: **Revista Geografia, Espaço e Memória**. São Paulo: AGB/Terra Livre, n. 10, 1994 [1957].

AZEVEDO, Francisco Françualdo. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. In: **Revista Mercator**. v. 12, número especial (2), p. 113-132, set. 2013.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG**. 2008. 411 f. Tese (Doutorado). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

BACELOS, Sâmea Silva de Melo. **A Geografia Urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939-1995)**. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2010.

BARRETO, José Jácome. **Pau dos Ferros: história, tradição e realidade**. Editora Carlos Lima, Natal, 1987.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Instituições financeiras no Brasil. **Relação de agências e postos bancários** (dez, 2015). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/fis/info/agencias.asp> Acesso em: dez., 2016.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline: **Geografia Urbana**. 2. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p.126-132, 1995.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, conceitos. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Orgs.). **Explorações geográficas**. Percursos no Fim do Século. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 [1997].

BERRY, Brian. Cidades como sistemas dentro de sistemas de cidades. In: FAISSOL, Speridião. **Urbanização e regionalização**: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, p. 25-47, 1975.

BEZERRA, Josué Alencar. Pequenas cidades do Alto Oeste Potiguar: registros sobre a realidade socioespacial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15. 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008. CD-ROM.

_____. Urbanização regional: as cidades de Mossoró e Pau dos Ferros no Oeste Potiguar. In: ALBANO, Gleydson Pinheiro (Org.); FERREIRA, Larissa (Org.); ALVES, Agassiel de Medeiros (Org.). **Capítulos de Geografia do Rio Grande do Norte**. 1. ed. Natal-RN: Fundação José Augusto, p. 83-113, 2013.

BEZERRA, Josué Alencar; GÓIS, Francisco Andearlison M. Fragmentação e gestão do território no sudoeste potiguar: Portalegre-RN como fomento de poder para grupos locais. In: **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n. 3, set./dez. p. 243-260, 2011.

BEZERRA, Josué Alencar; LIMA, Keliane Queiroz de. Desigualdades socioespaciais em pequenas cidades: a segregação residencial na cidade de Pau dos Ferros-RN. In: **GEOTemas**, v. 1, n. 1, jan./jun., p. 43-54, 2011.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região**: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.

BLOTEVOGEL, Hans Heinrich. **Zentrale Orte**: zur Karriere und Krise eines Konzepts in Geographie und Raumplanung, *Erdkunde*, 50, 1996. p. 9-25.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O capital social - notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação**. 7, Ed. Petrópolis: Vozes; p. 65-69, 1998.

BRASIL. Dispõe sobre a divisão territorial do país. **Decreto-Lei Nº 311, de 2 de março de 1938** (Publicação Original). Edição Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: ago. 2015 [1938].

_____. Presidência da República. **Lei Nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.836.htm Acesso em: 10/12/2015.

_____. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil**. Brasília, 2006.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Producción social del ambiente construido y sus escalas espaciales: notas para una teoría acerca de las acciones y decisiones de sujetos concretos. In: FERNÁNDEZ, Víctor R.; BRANDÃO, Carlos Antônio. (coord.). **Escalas y políticas del desarrollo regional**. Desafíos para América Latina. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores - Universidade Nacional del Litoral, Facultad de Ciencias Económicas, p.241-273, 2010.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1984.

CACHINHO, Herculano Alberto Pinto. Geografias do consumo: rotas exploradas e novas linhas de rumo. In: **Inforgo**, n. 14. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. In: **Revista de Economia Política**. v. 9, n 1. São Paulo, p. 62-82, jan./mar. 1989.

CARVALHO, Edílson Alves de; FELIPE, José Lacerda Alves. **Economia do Rio Grande do Norte**: espaço geo-histórico e econômico. João Pessoa: GRAFSET, 2002.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. (Documentário da vida rural). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Secretaria de Informação Agrícola, 1956.

_____. **Nomes da terra**: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto. 1984 [1955].

CASTELLO BRANCO, Maria Luísa. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão popular, p. 245-277, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1, 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005 [1999].

CASTRO, Juliana. Com 5 novos municípios, Brasil agora tem 5.570 cidades. In: **O GLOBO**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/com-5-novos-municipios-brasil-agora-tem-5570-cidades-7235803>. Acesso em: 21 set. 2015

CATAIA, Márcio Antonio; RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Análise de situações geográficas: notas sobre Metodologia de pesquisa em geografia. In: **Revista da ANPEGE** (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. v.11, n.15, p.9-30, jan./jun. 2015.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia urbana**: interações espaciais interescalares e cidades médias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CAVALCANTE, Manoel. **Pau dos Ferros à sombra da oiticica**. Natal: offset, 2013.

CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. **A nova geografia econômica do Brasil**: uma proposta para regionalização com base nos polos econômicos e suas áreas de influência. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CEF – Caixa Econômica Federal. **Programa Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 7 dez. 2015.

CHRISTALLER, Walter. Central places in Southern Germany. Prentice-Hall/ Englewood Cliffs, 1966.

CIGOLINI, Adilar Antonio. **Território e criação de municípios no Brasil**: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Complexidade de uma urbanização periférica**. 307 f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1990.

_____. **Economia e urbanização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

_____. Receitas Municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**. 7. v. 3, 1997. Disponível em: <http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1794/1762> Acesso em: 03 mar. 2014.

CONTEL, Fábio Betioli. **Território e finanças**: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

COOMBES, Mike. From City-region Concept to Boundaries for Governance: The English Case. In: **Urban Studies**, v. 51, p. 2426-2443. ago. 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/26085288/From_City-region_Concept_to_Boundaries_for_Governance_The_English_Case Acesso em: nov. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Contribuição ao Estudo da Área de Influência de Aracaju. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 233 - 258, abr./jun., 1965.

_____. Os estudos de redes urbanas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 93 – 116, out./dez. 1967.

_____. **Aspectos da urbanização do Nordeste.** Departamento de estudos econômicos do Nordeste. Banco do Nordeste: Fortaleza, 1977.

_____. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n.1, p. 61- 84, jan./mar. 1988a.

_____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 107 -124, abr./jun. 1988b.

_____. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, jul./set. p. 113-138, 1989.

_____. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, jul/set, p. 115-122, 1992.

_____. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, jan./mar. p. 83-102, 1995.

_____. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996a.

_____. Os centros de gestão do território: uma nota. In: **Território**, n.1, v.1, jul./dez., Rio de Janeiro: LAGET, 1996b.

_____. Rede Urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, a.5, n. 8, jan./jun. p. 121-129, 2000.

_____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, p. 424-430, maio, 2001.

_____. **Região e organização espacial.** 7. Ed. São Paulo: ática, 2003a [1986]. (Série princípios).

_____. Uma nota sobre o urbano e a escala. In: **Revista Território**. a. 7, n. 11, 12, 13, Rio de Janeiro, set./out. p. 133-136, 2003b.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. In: **Cidades**, v.1, n.1, Presidente Prudente, jan./jun. p.65-78, 2004.

_____. **O Espaço Urbano.** 4 ed. São Paulo: Ática, 2005a [1989]. (Série princípios)

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b [1995].

_____. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Explorações Geográficas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 279-318, 2006b [1997].

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, p. 23-33, 2007a.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas Espaciais. In: **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007b.

_____. **Esquemas geo(gráficos)**. NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, DGH - Departamento de Geografia Humana da UERJ. Rio de Janeiro, 2010.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011.

_____. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. In: **Cidades**, Presidente Prudente, v.9, n.16, 2012.

COSTA, Franklin Roberto da. **Inundações urbanas no semiárido nordestino: o caso da cidade de Pau dos Ferros – RN**. 87 f Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

COUTO, Edna Maria Jucá. **Redefinições espaciais do comércio de Mossoró-RN**. 222 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Fortaleza, 2011.

CRUZ, Maria Clara da. O conceito de formação espacial: sua gênese e contribuição para a geografia. In: **Revista GEOgraphia**. a. 5 . n.9. p. 67-83, 2003.

CTB – Código de Trânsito Brasileiro. Lei Nº 9.503, Set. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503.htm Acessado em: jul. 2016.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 27 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963 [1902].

D'AMICO, Fabiano. O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. In: COSTA, Juliana Camargos et al. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: trabalhos premiados**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, p. 33-54, 2011.

DANTAS, Joseney Rodrigues Queiroz. **As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)**. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **Cadastro nacional de estabelecimentos**. Disponível em:

<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0204&id=6906>

Acesso em: 23 jun., 2016.

DAVIDOVICH, Fany. Reflexões sobre necessidades teóricas para estudos geográficos de problemas de urbanização brasileira. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 87 - 91, jul./set. 1977.

_____. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 51 - 82, jan./mar. 1978.

_____. Tendência da urbanização no Brasil, uma análise espacial. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 73 - 88, jan./mar. 1989.

_____. Considerações sobre a urbanização brasileira. In: BECKER, Berta; CHRISTOFOLETTI, Antonio; GEIGER, Pedro. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: Hucitec, p. 79-96, 1995,

DAVIDOVICH, Fany Rachel; GEIGER, Pedro Pinchas. Aspectos do fato urbano no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. a. 23, n. 2, Rio de Janeiro, abr./jun. 1961.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 11-28, 2005.

DIAS, Leila Christina; LENZI, Maria Helena. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. In: **Caderno CRH**. 55, v. 22, n. 55, Salvador, p. 97-117, abr., 2009.

DIAS, Thiago Alves. Os marcos da colonização portuguesa na Serra de Portalegre (séc. XVII a XVIII). In: CAVALCANTE, Maria Bernadete; DIAS, Thiago Alves (org.). **Portalegre do Brasil: história e desenvolvimento: 250 anos de fundação de Portalegre**. Natal: EDUFRN, 2010.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tanto outros**: fazendas de gado das Ribeiras do Norte. 307 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAU/USP). São Paulo, 2013.

DOMÈNECH, Rafael Boix. **Redes de ciudades y externalidades**. Tese (doutorado em Economia). Departament d'Economia Aplicada. Universitat Autònoma de Barcelona, 2003.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, p. 25-82, 2006.

_____. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. In: **Scripta Nova** (Barcelona), v. 12, p. 74-96, 2008,

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v.13, n.2, p. 153-167, 2011.

_____. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Catia Antonia da; ARRUIZZO, Roberta Carvalho (Orgs.). **Espaço e energia**. Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina editora, p. 49-73, 2013a.

_____. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. In: **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.13-32, 2013b.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). **Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, p. 101-283, 2010. (Série Cidades em Transição).

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2006.

FAISSOL, Speridião. A estrutura urbana brasileira: uma visão do processo brasileiro de desenvolvimento econômico. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 19 - 123, jul./set. 1972a.

_____. Análise fatorial: problemas e aplicações na geografia, especialmente nos estudos urbanos. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 77 - 100, out./dez. 1972b.

_____. A organização espacial do sistema urbano brasileiro: relação entre a estrutura das cidades e as relações entre elas. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 75 - 90, jul./set. 1974.

_____. **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

FARIAS, Fablênia Tatiany. **Comércio e cidade: processos e formas espaciais em Pau dos Ferros/RN**. 99 f Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Rio Grande do Norte: uma leitura geográfica**. Natal: EDUFRN, 2010. 152p.

FERNANDES, Ana Cristina; BITOUN, Jan; ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Tipologia das cidades brasileiras**. Conjuntura urbana 2. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. V&C Artigos e Notícias e Fundação Getúlio Vargas (FGV). Renda Média dos Municípios do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://portal.fgv.br>. Acesso em: 04 jul. 2013.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2010. Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.firjan.org.br>, Acesso em: 02 dez. 2012.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal, EDUFRN, 2004.

FRANÇA, Iara Soares de. **Aglomerção urbana descontínua de montes Claros/MG: Novas configurações socioespaciais**. 2012. 393 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

FREIRE, Flávio Henrique M. de Araújo; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. O Rio Grande do Norte e sua região metropolitana no Censo de 2010. Observatório das Metrópoles – Núcleo Natal. Disponível em: http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/Censo2010_Natal_RN.pdf Acesso em: 03 jun., 2015.

FREMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

FRESCA, Tânia Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. IN: **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27–34, jan./jun. 2001.

_____. Centros Locais e Pequenas Cidades: diferenças necessárias. In: **Revista Mercator**. v. 9, n. 20, set./dez. Fortaleza, 2010

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1959].

GAMA, Francisco Rerison Ferreira; CARNEIRO, Rosalvo Nobre. A produção do espaço fomicultor no município de Pilões-RN e a territorialização da Souza Cruz S.A. In: **GEOTemas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v. 1, n. 1, jan./jun., p. 33-42, 2011.

GEDDES, Patrick. **Cities in evolution an introduction to the Town planning movement and to the study of civics**. London: Williams & Norgate Henrietta Street, Covent Garden, 1915. Disponível em: <https://archive.org/details/citiesinevolutio00gedduoft> . Acesso em: 26 ago. 2014.

_____. **Cidades em evolução**. São Paulo: Papirus, 1994.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da Rede Urbana Brasileira**. Coleção o Brasil Urbano. Série 4. Sociedade e Educação. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

_____. **Regiões Fronteira no Brasil**. In: Anuário do Instituto de Geociências. v. 17. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p.53-64. Disponível em: <http://igc.usp.br/igcJournal/index.php/anigeo/article/view/1723/1612> acessado em: jun. 2016.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.

GOOGLE EARTH – Google Earth Pro (Imagens e Rotas), Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>. Acesso em: 20 jan. 2015.

GOMES, Iara Rafaela. **Agricultura e urbanização**: novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2007.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte**. 1998. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista: Rio Claro: UNESP, 1998.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do Agreste Potiguar. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos; (orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: Ed. Unesp: ANPUR, 2003.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2010 [1993].

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. São Paulo: Bertrand Brasil, 2010a.

_____. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. In: **Antares**, n. 3, p. 2-24, jan./jun., 2010b.

HAGGETT, Peter; CHORLEY, Richard J. Socio-economic models. In: **Geography**. University Paperbacks, London, 1967.

HALL, Peter. **The World Cities**. London: Weindenfeld and Nicolson, 1966.

HARRISON, John; HELEY, Jesse. Governing beyond the metropolis: Placing the rural in city-region development. In: **Urban Studies**, Disponível em: <http://usj.sagepub.com/content/early/2014/05/07/0042098014532853.full.pdf+html>> Acessado em set. 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola. 1992.

_____. **Espaços de esperança**. 3 ed. Edições Loyola: São Paulo, 2009 [2004].

HECKATHORN, Douglas D. Respondent-driven sampling: a new approach to the study of hidden populations. **Social Problems**. v. 44 , n. 2. 1997, p. 174-199.

Disponível em:

<http://www.utdallas.edu/~emrah.cem/references/RespondentDrivenSamplingAnewApproachToStudyHiddenPopulations.pdf>, Acesso em: 30 ago. 2014.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. 17. Rio de Janeiro, 1960.

_____. **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas 1966**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. **Regiões de Influência das Cidades 1978**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

_____. **Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, 1990.

_____. **Tipologia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Regiões de Influência das Cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Estudos Básicos para Caracterização da Rede Urbana**. v.2. IBGE/IPEA/UNICAMP: Brasília, 2002.

_____. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Dados populacionais e territoriais. Memória Institucional. 17. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Divisão Urbano-Regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Redes e Fluxos do Território**. Gestão do território. IBGE, Rio de Janeiro, 2014a.

_____. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2013**. Pesquisa de informações básicas municipais. IBGE: Rio de Janeiro, 2014b.

_____. **Biblioteca Virtual**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>, Acesso em: ago. 2015a.

_____. **Portal Cidades@**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>, Acesso em: jul., 2015b.

_____. **Arranjos Populacionais e Concentração Urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015c.

_____. **Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizado no mapeamento sistemático do Brasil**. v. 2. Rio de Janeiro, 2015d.

_____. **Taxa de desocupação**: Sala de imprensa. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3127> Acesso em: 23 de mar. 2016.

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano de desenvolvimento sustentável da região do Alto Oeste**: Diagnóstico. v. 2. Natal, RN, IICA, 2006.

IDEMA – Instituto do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte 2014**. Natal: IDEMA, 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2001. (Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPEA).

_____. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, v.1. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf. Acesso em: 04 jul. 2016.

ISARD, Walter. **Introduction to regional science**. New Jersey: Prentice-Hall, 1975.

JARDIM, Antônio de Ponte. Movimentos pendulares: reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA Luís Antônio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, p. 58-70, 2011.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. **O lugar da feira livre na grande cidade capitalista**: conflito, mudança e persistência (Rio de Janeiro: 1964-1989). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociência, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

JOHNSTON, Ronald John. **Geography and the social science tradition**. In S. L. Holloway, S. P. Rice and G. Valentine, editors, *Key Concepts in Geography*. London:

Sage Publications, 2003a, p. 51-72. Disponível em:
<http://www.ggy.bris.ac.uk/personal/RonJohnston/CurrentPapers/Other/other26.pdf>
 Acesso em: 30 jan. 2015.

_____. Orden in space: Geography as a discipline in distance. IN: JOHNSTON, Ronald John; WILLIAMS, Michael. **A Century of British Geography**. New York: Oxford University Press, 2003b. p. 303-346. Disponível em:
<https://books.google.com.br/> Acesso em: 01 fev. 2015.

KANAI, Juan Miguel. Capital of the Amazon Rainforest: Constructing a Global City-region for Entrepreneurial Manaus. In: **Urban Studies**. v.51, ago. 2014. p. 2387-2405. Disponível em:
<http://usj.sagepub.com/content/early/2013/07/12/0042098013493478>> Acesso em: set. 2014.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves. **Geografia ativa**. São Paulo: DIFEL, 1980.

KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região**: regionalismo e reestruturação na grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 5. Ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010 [1993].

LEE, Yong-Sook; SHIN, HaeRan. Negotiating the Polycentric City-region: Developmental State Politics of New Town Development in the Seoul Capital Region. In: **Urban Studies**, v. 49, maio, 2012. p. 1333-1355. Disponível em:
<http://epc.sagepub.com/content/33/6/1618.abstract>> Acesso: 02 set. 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999 [1970].

_____. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4 e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEITE, Francisco Barboza. Feiras do sertão nordestino. In: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tipos e aspectos do Brasil**. 10. Ed. Ver. e atual. Rio de Janeiro: departamento de documentação e divulgação geográfica e cartográfica, 1975. p. 176-178.

LENCIONI, Sandra. Cisão territorial da indústria e integração regional no estado de São Paulo. In: BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos; GONÇALVES, Maria Flora. (orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

_____. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo: a particularidade de seu conteúdo socioespacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 10. **ANAIS...** Belo Horizonte, 2003.

_____. Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no estado de São Paulo. IN: LIMONAD, Ester, HAESBAERT; Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs.). **Brasil, Século XXI - Por uma Nova Regionalização? Agentes, Processos e Escalas** São Paulo, Max Limonad, p. 68-77, 2004.

_____. Da cidade a sua região à cidade-região. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume, p.65-76, 2006.

LIMA, Francisca Elizonete de Souza. **Pobreza e Desigualdades Socioterritoriais: uma problematização acerca da perspectiva territorial nas políticas públicas sociais no município de Pau dos Ferros/RN**. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia); Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

LIMA, Keliane Queiroz de; BEZERRA, Josué Alencar. Dificuldades no estudo das pequenas cidades. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 11, 2009, Universidade de Brasília. **Anais...** Brasília: 01 a 04 set. 2009. CD-ROM.

LIMONAD, Ester. **Os lugares da urbanização: o caso do interior Fluminense**. 247 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). 1996. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

_____. A cidade na pós-modernidade: entre a ficção e a realidade. In: **Geographia**, Niteroi, v.2, n., 3, jan./jun., p. 89-110, 2000.

_____. Urbanização dispersa: mais uma forma de expressão urbana? In: **Revista Formação**. UNESP, Presidente Prudente, 14, p.31- 45. 2008a.

_____. Espaço-tempo e urbanização: algumas considerações sobre a urbanização brasileira. In: **Cidades**. Presidente Prudente Grupo de Estudos urbanos, vol. 5, n. 8, p. 243 - 261. 2008b.

LIMONAD, Ester, HAESBAERT; Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs.). **Brasil, século XXI - por uma nova regionalização? agentes, processos e escalas**. São Paulo, Max Limonad, 2004.

LINS, Carlos José Caldas. **Crescimento dos centros urbanos do Nordeste do Brasil no período de 1960-70**. FUNDAJ. Editora Massangana, Recife, 1990.

LUBAMBO, Cátia. CAMPELLO, Ana Flávia; ARAÚJO, Maria do Socorro, ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. Urbanização Recente na Região Nordeste: dinâmica e perfil da rede urbana. In: **Observanordeste** - Textos Especiais. 2005. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/textos_especiais_catialubambo.pdf> Acesso em: 15 abr. 2014.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. **Transformações socioespaciais na cidade-região em formação: a economia geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano**. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-

graduação em Geografia; Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008a.

MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. IN: CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata, ALBUQUERQUE, Carlos Wagner; MOTA, José Aroudo, PIANCASTELLI, Marcelo (orgs.) **Dinâmica dos Municípios**. IPEA: Brasília, p. 13-34, 2008b.

MAIA, Maria Elisa de Albuquerque. **A interiorização na universidade brasileira: considerações sobre a experiência no Campus Avançado de Pau dos Ferros**. Monografia. 126 p. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino Superior e da Pesquisa Científica). Campus Avançado de Pau dos Ferros, Universidade Regional do Rio Grande do Norte/URRN. Pau dos Ferros: URRN, 1990.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para o estudo sobre as pequenas cidades no Brasil. Simpósio Nacional de Geografia Urbana. 9. 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: 18 a 21 out. 2005. CD-ROM.

_____. A feira de gado na cidade: encontros, conversas e negócios. In: **Revista Formação**. v. 1; n. 14; p. 12-30; 2007.

_____. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. SEI: Salvador, p. 15-41, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003 [1985].

MARTINE, George. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil**: determinantes e implicações. Bahia Análise & Dados: questão urbana, Salvador, v. 3, n. 2, p. 22-38, set. 1993.

MATZNETTER, Josef. O sistema urbano no Norte e Nordeste do Brasil e a influência das novas estradas. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 99- 112, 1981.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Relatórios de Informações (RI) Bolsa Família e Cadastro Único (2015)**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acessado em: maio, 2016.

MEC – Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da Microrregião Geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 512 f. Tese (Doutorado) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

MENDRAS, Henri. **Lés sociétés paysannes: éléments pour une théorie de la paysannerie**. Paris: Éditions Gallimard, 1997. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1997_num_38_2_4619 Acesso em: 10 dez. 2011.

MIN - Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional** (sumário executivo). Secretaria de Programas Regionais. Brasília: SPR, 2005.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.111, p. 09-18, jul./dez. 2006.

_____. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec – Anpur. p. 169-181, 1994.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 242 p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, 2009.

MPS - Ministério da Previdência Social. **Benefícios pagos por município**. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/> acessado em: jan.2016.

MS- Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas**. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Brasília, 2000. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf Acessado em: jun., 2016.

MP - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**. v. 1. Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Brasília: MP, 2008.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **Base de Dados RAIS e CAGED**. 2005-2015. Disponível em: < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php> > Acesso em várias datas 2016.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução: Neil R. da Silva. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1982].

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Regiões Metropolitanas do Brasil 2010**. Equipe responsável: GARSON, Sol; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RODRIGUES, Juciano Martins. IPPUR/UFRJ CNPq/FAPERJ, Rio de Janeiro, 2010.

OJIMA, Ricardo. **Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras**: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental. 166 f. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2007.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson (org.). **Migrações nordestinas no século 21: um panorama recente**. São Paulo: Blucher, 2014.

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR., Eduardo. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 103-116, 2012.

OLANDA, Elson Rodrigues. As pequenas cidades e o vislumbre do urbano pouco conhecido pela geografia. In: **Ateliê Geográfico**. Goiânia. v. 2, n. 2. p.183-191, ago., 2008,

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 6, Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 [1977].

O'Neill, Maria Mônica. Rede urbana. In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas Nacional do Brasil Milton Santos**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 261-272, 2010.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **Geografia e consumo**: dinâmicas sociais e a produção do espaço urbano. 283 f. Tese (Livre-docência em Geografia). UNESP, Rio Claro, 2009.

PAGNANI, Éolo Marques. **Os produtos bens e suas relações com a mercadologia**. Departamento de Economia e Planejamento Econômico; Centro Técnico Econômico de Assessoria Empresarial, UNICAMP: Campinas: 2016. Disponível em: https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/CTAE_CD2/produtos_bens_relacoes_mercadologia.pdf; Acesso em: 16 jul. 2016.

PAIVA, Rute Soares. **Expansão da Rede de Ensino Técnico e Superior no Estado do Rio Grande do Norte**. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia; Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

PARR, John B. Economic definitions of the city: four perspectives. In: **Urban Studies**. v. 44. n. 2. fev., 2007. p. 381-392 Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~depeco/sem0506/ft-0506-jparr.pdf> Acesso em: 01 fev. 2015.

_____. Perspectives on the city-region. In: **Regional Studies**, v. 39, Londres: Routledge, 2005. p. 555-566. Disponível em: <http://usj.sagepub.com/content/44/2/381.short> Acesso em: 03 mar. 2015.

PASSOS, Messias Modesto. A construção da paisagem na raia divisória São Paulo-Paraná-Mato Grosso do Sul. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12. Montevideo, 2009. **Anais...** Montevideo, 2009.

PAZERA JR., Eduardo. **A feria de Itabaiana-PB**: permanência e mudança. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região**: o significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais. 2007. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU, 2007.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Redes, sistemas de transportes e as novas dinâmicas do território no período atual: notas sobre o caso brasileiro. In: **Sociedade & Natureza**, v. 21, Uberlândia, p. 121-129, abr. 2009,

PERROUX, François. Considerações em torno da noção de polo de crescimento. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 1977.

_____. O conceito de polo de crescimento. In: FAISSOL, Esperidião (Org). **Urbanização e Regionalização**. Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1978.

PESSOA, Jomara Dantas. **Dinâmicas de reprodução do comércio e os novos papéis urbanos de pequenas cidades norte-rio-grandenses**: um olhar a partir das redes associativistas de supermercados. 243 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015.

PINTAUDI, Silvana Maria. O lugar do supermercado na cidade capitalista. In: Revista Geografia, Rio Claro, n. 17 e 18, v. 9, out. 1984, p. 37-54.

_____. **O templo da mercadoria**: estudo sobre o shopping centers do Estado de São Paulo. 156 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. In: **Cidades**, v. 3, n. 5, p. 81-100, 2006.

_____. Las formas de comercio en la ciudad contemporánea: más allá de la economía. In: **Cidades**. v. 11; n., 18. p. 07-19. 2014.

PIRIE, Gordon. **Distance**. In Kitchin R., Thrift, N. (eds) International Encyclopedia Of Human Geography, v. 1, 2009. p. 242–251. Disponível em: <http://www.academia.edu/199022/Distance> Acesso em: 15 fev. 2015.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

QUEIROZ, Rodrigo José de Gois. **Política Urbana e Desigualdades Socioespaciais em Mossoró-RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart, **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. Via das Artes: São Paulo, 2006.

_____. **Dispersão urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil - Europa.** LAP - Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP. LAP: São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT; Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs.). **Brasil, século XXI** - por uma nova regionalização? agentes, processos e escalas. São Paulo, Max Limonad, 2004. p. 194-212.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando A. (org.) **As metrópoles e a questão social brasileira.** Rio de Janeiro: Revan-Fase, 2007.

RICHARD, Yann. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. In: **COFINS.** Tradução de Camilo Pereira Carneiro Filho. N. 20. 2014. Disponível em: <https://confins.revues.org/8939?lang=pt> Acesso em: 03 jun., 2016.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **A atividade petrolífera e a dinâmica territorial no Rio Grande do Norte:** uma análise dos municípios de Alto do Rodrigues, Guamaré e Mossoró. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

ROCHEFORT, Michel. Método de estudo das redes urbanas (interesse da análise e do setor terciário na população ativa). In: **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 160, p. 3-18, 1961,

_____. **Redes e sistemas:** ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Regionalização e Rede Urbana. In: **Revista RA'EGA**, n. 7, p. 115-121, Editora UFPR, Curitiba, 2003.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas.** 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2008.

ROMCY, Priscila de Oliveira. **Aspectos da dualidade do trabalho na região Mossoroense.** 163 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. In: **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, p. 45-66, 2005.

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. In: **Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. p. 82-106, 2006.

_____. A complexa simultaneidade da integração e distinção entre o urbano e o rural: retomando um debate no espaço de metropolização no estado do Rio de Janeiro. In: **GEOPUC**, Rio de Janeiro, n.7, p. 01-47. 2011.

SALES, Marta Celina Linhares. Evolução dos estudos de desertificação no Nordeste Brasileiro. In: **GeoUSP: Espaço e Tempo**. N. 11. p. 115-126. São Paulo, 2002.

SANTOS, Camila Dutra. **Difusão do consumo produtivo**: reflexos na economia urbana de Mossoró (RN). 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da UECE. Fortaleza, 2010.

_____. **Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no oeste baiano**. 449 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da UECE. Fortaleza, 2016.

SANTOS, Milton. A cidade de Jequié e sua região. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 71-112, jan./mar. 1956.

_____. **Cidade como centro de região**: definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

_____. Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido. **Seleção de Textos**, São Paulo, v. 1, p. 17-23, 1976.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, p.35-59, jun. de 1977.

_____. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2010 [1982].

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2, ed. EDUSP: São Paulo, 2004a [1979].

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4, ed. EDUSP: São Paulo, 2004b [1996].

_____. **A urbanização brasileira**. 5, ed. EDUSP: São Paulo, 2005a [1993].

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6, ed. EDUSP: São Paulo, 2008a [1978].

_____. **Manual de geografia urbana**. 3, ed. EDUSP: São Paulo, 2008b [1981].

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia, 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2008c [1988].

_____. **Espaço e método**. 5, ed. EDUSP: São Paulo, 2008d [1985].

_____. **Técnica, espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. EDUSP: São Paulo, 2008e [1994].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte**: século XVI ao XXI. FJA/BPCC. Natal, 2001.

SANTOS, Wilson dos. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico**: o exemplo da região de Campinas-SP. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

SARMENTO, João. **O evolucionismo cultural e o planejamento urbano e regional**. Texto em memória aos 150 anos de nascimento do Sir Patrick Geddes (1854-1932). Núcleo de Investigação em Geografia e Planejamento. Universidade de Minho, 2004. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4678/1/Gwp-Educ-n2-net.pdf> Acesso em: ago. 2016.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas públicas e participação social no brasil rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCOTT, Allen J. Global Cities-Regions and the new world System. Websites Reserch the Economic Geography et University of California. Los Angeles, 1999. Disponível em: http://www.kas.de/upload/dokumente/megacities/megacities1/allgemein/scott_world.pdf, Acessado em: 04 abr., 2014.

SCOTT, Allen; AGNEW, John, SOJA, Edward W., STORPER, Michael. Global city-regions. IN: SCOTT, Allen (org.). **Global City-Regions**: Trends, Theory, Policy. New York: Oxford University Press, 2001a.

_____. Cidades-Regiões Globais. In: **Espaço e Debates**, n. 41, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, p. 11-25, 2001b.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **CEMP- RN** (Cadastro Empresarial do Rio Grande do Norte). 2010. Disponível em: <http://www.rn.sebrae.com.br/cursos/ceмп-cadastro-empresarial/> Acessado em: jul./2015.

SECEX – Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte Disponível em: <http://pt.dataviva.info/profiles/bra/2rn/?app=5>; Acesso em: 10 dez. 2015.

SILVA, Anieres Barbosa. GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. Uma leitura da socioeconomia das pequenas cidades do Rio Grande do Norte. In: SILVA, Anieres Barbosa. GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. **Pequenas Cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: EDUFRN, p. 181-211, 2009.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. Estudos sobre o comércio e o consumo na perspectiva da geografia urbana. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 29, n. 58, jul./dez. 2014. p. 149-178.

SILVA, Francisco Edivan. SILVA, José Geraldo da. **Pau dos Ferros: Enfim uma cidade**. Natal: Servgráfica, 1998.

SILVA, Henrique Alves da. **Transformações do planejamento urbano em cidades de porte médio e em cidades médias brasileiras**. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho- UNESP/Presidente Prudente. 2013.

SILVA, Moacir M. F. Tentativa de classificação das cidades brasileiras. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 03-36, 1946.

SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente (SP)**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP. Presidente Prudente, 2011.

SILVA, Samwel Sennen D'awyla Bezerra. **A expansão urbana de São Miguel (RN) pautada nos parâmetros urbanísticos do plano diretor**. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Campus Avançado "Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia. Pau dos Ferros, 2015.

SILVA, Sylvio Bandeira de Melo e. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastrieri (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 122-143.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. In: **Revista Território**. a. 4, n. 6, Rio de Janeiro: jan./jun. 1999. p. 21-28.

SIMÕES, Rodrigo; AMARAL, Pedro V. Interiorização e novas centralidades urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil. In: **Revista Economia**, v.12, n.3, p.553-579. set./dez. 2011.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e município: observações sobre o poder local. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 77-93.

_____. Planos Diretores em Municípios de Pequeno Porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares. In: **Revista Formação**. UNESP, Presidente Prudente. n. 15 v. 2, p.13-24, 2008.

SOARES, Beatriz Ribeiro, MELO, Nágela Aparecida de. Revisando o tema da pequena cidade. In: SILVA, Anieres Barbosa. GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. (org.). **Pequenas cidades**: uma abordagem geográfica. Natal: EDUFRN, 2009. p. 13-42.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. **Postmetropolis**. Critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell, 2000.

_____. **La perspectiva postmoderna de um geógrafo radical**. Barcelona: Icaria Editorial, 2010.

_____. Para além de Postmetropolis. In: **Revista da UFMG**. v. 20, n. 1, Belo Horizonte, p.136-167, jan./jun. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77- 116.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em geografia In: **GEOgraphia**. Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF, Niteroi, RJ. V. 4, N. 7, 2002.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, a. 3, n. 4, jan./jun., p. 27-37, 1998.

_____. **Capitalismo e urbanização**. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2001a [1988].

_____. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. v. 5. UNESP-GAsPERR: Presidente Prudente, 2001b.

_____. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo**:

relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 111-130.

_____. **Cidades médias**: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

_____. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS, Nestor Goulart (Org.). **Sobre a dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, p. 38-54, 2009.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, p.123-145, 2011.

_____. Dispersão e difusão, urbanização e cidades: múltiplas dimensões, múltiplos olhares. In: Encontro Nacional da ANPUR 15. **ANAIS...** 2013.

_____. **Urbanização difusa e novas regionalizações**. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 14. Mesa 5. Fortaleza: UFC, 2015. (Comunicação oral).

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; CATELAN, Marcio José. Hierarchy and heterarchy in Brazil's urban network. In: **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**. UFU: Ituiutaba, v. 5, n. 2, jul./dez. p. 556-574, 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Saverio. Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias. In: Seminário Internacional RII2 13. Grupo Temático 6 – cidades médias: transformações e perspectiva. **Anais...** Salvador, 2014. Disponível em: <http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais/g6/reestruturacao%20economica,%20reestruturacao%20urbana%20e%20cidades%20medias.pdf> Acesso em 03 ago. 2016.

TAYLOR, Peter J.; HOYLER, Michael; VERBRUGGEN, Raf. External Urban Relational Process: Introducing Central Flow Theory to Complement Central Place Theory. In: **Urban Studies**. v. 47 n. 13, London: Nov. 2010. p. 2803-2818. Disponível em: <http://usj.sagepub.com/content/47/13/2803.full.pdf> Acesso em: 03 jul. 2014.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Os nomes da cidade no Brasil colonial: considerações a partir da capitania do Rio Grande do Norte. In: **Mercator**. Revista de Geografia da UFC, A. 02, n. 03, p. 53-60, 2003,

LLOP TORNÉ, Josep Maria; BELLET SANFELIU, Carme. Ciudades intermedias y urbanización mundial: presentación del programa de trabajo de la Unión Internacional de Arquitectos (UIA). In: BELLET SANFELIU, Carme; LLOP TORNÉ, Josep Maria (Org.). **Ciudades intermedias: urbanización y sostenibilidad**. Lleida: Milenio, 2000. p. 325-347. Disponível em: <http://www.ceut.udl.cat/es/ciutats-mitjanes-i-intermedies/publicacions/> Acesso em: 08 dez., 2015.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. Autonomia municipal e criação de governos locais: a peculiaridade institucional brasileira. In: **Revista da Faculdade de Direito UFPR**. v. 42, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Pesquisa qualitativa. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, p.117-173, 1987.

UNITED NATIONS. **World urbanization prospects: the 2014 revision**. Department of Economic and Social Affairs. New York: United Nations, 2014.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VELTZ, Pierre. **Mondialization, villes et territoires: l'économie d'archipel**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. 262 p. (Economie en liberté, 078-0988).

VIARD, Jean. **La société d'archipel ou les territoires du village global**. Paris: Ed. De L'Aube, 1994.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

WATSON, James Wreford. Geography: a discipline in distance. In: **Scottish Geographical Magazine**, Edinburgh, v.1; n.71, p. 1–13, 1955.

WILSON, Alan. G. **Urban and regional models in geography and planning**. Chichester: Wiley, 1974. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/44371677_Urban_and_Regional_Models_in_Geography_and_Planning Acesso em: 15 dez. 2014.

WEBB, Kempton E. **A face cambiante do Nordeste do Brasil**. APEC Ed./Banco do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, 1979.

APÊNDICES

APENDICE 01 – Alto Oeste Potiguar: população e densidade demográfica (2010)

(continua)

Município	População residente						Área total (km²)	Densidade demográfica (hab./km²)
	Absoluta			Relativa (%)				
	Total	Urbana		Total	Urbana			
		Total	Na sede municipal		Total	Na sede municipal		
Pau dos Ferros	27.745	25.551	25.551	100,0	92,1	92,1	260,0	106,73
São Miguel	22.157	14.500	14.500	100,0	65,4	65,4	171,7	129,05
Alexandria	13.507	9.189	9.189	100,0	68,0	68,0	381,2	35,43
Patu	11.964	10.159	10.159	100,0	84,9	84,9	319,1	37,49
Umarizal	10.659	9.069	9.069	100,0	85,1	85,1	213,6	49,91
Tenente Ananias	9.883	6.825	6.062	100,0	69,1	61,3	223,7	44,19
Luís Gomes	9.610	6.686	6.017	100,0	69,6	62,6	166,6	57,67
Marcelino Vieira	8.265	4.894	4.894	100,0	59,2	59,2	345,7	23,91
Martins	8.218	5.036	4.966	100,0	61,3	60,4	169,5	48,49
Portalegre	7.320	3.843	3.843	100,0	52,5	52,5	110,1	66,51
Antônio Martins	6.907	3.784	3.784	100,0	54,8	54,8	244,6	28,24
Doutor Severiano	6.492	2.783	2.783	100,0	42,9	42,9	108,3	59,96
José da Penha	5.868	3.542	2.983	100,0	60,4	50,8	117,6	49,88
Severiano Melo	5.752	2.118	2.118	100,0	36,8	36,8	157,9	36,44
Itaú	5.564	4.789	4.789	100,0	86,1	86,1	133,0	41,83
Encanto	5.231	2.130	832	100,0	40,7	15,9	125,7	41,60
Almino Afonso	4.871	3.479	3.479	100,0	71,4	71,4	128,0	38,04
Coronel João Pessoa	4.772	1.777	1.777	100,0	37,2	37,2	117,1	40,74
Rafael Fernandes	4.692	2.709	2.709	100,0	57,7	57,7	78,2	59,98
Serrinha dos Pintos	4.540	2.404	2.404	100,0	53,0	53,0	122,6	37,02
Rodolfo Fernandes	4.418	3.734	3.734	100,0	84,5	84,5	154,8	28,53
Olho-d'Água do Borges	4.295	3.240	3.240	100,0	75,4	75,4	141,2	30,42
Frutuoso Gomes	4.233	2.812	2.812	100,0	66,4	66,4	63,3	66,89
Riacho de Santana	4.156	1.710	1.710	100,0	41,1	41,1	128,1	32,44
Paraná	3.952	821	821	100,0	20,8	20,8	81,4	48,56
São Francisco do Oeste	3.874	2.948	2.948	100,0	76,1	76,1	75,6	51,25
Venha-Ver	3.821	1.199	1.199	100,0	31,4	31,4	71,6	53,35

Lucrecia	3.633	2.280	2.280	100,0	62,8	62,8	30,9	117,45
Major Sales	3.536	2.900	2.900	100,0	82,0	82,0	32,0	110,60
Pilões	3.453	2.533	2.533	100,0	73,4	73,4	82,7	41,76
Riacho da Cruz	3.165	2.674	2.674	100,0	84,5	84,5	127,2	24,88
Rafael Godeiro	3.063	1.933	1.933	100,0	63,1	63,1	100,1	30,61
Água Nova	2.980	1.908	1.908	100,0	64,0	64,0	50,7	58,80
Francisco Dantas	2.874	1.647	1.647	100,0	57,3	57,3	181,6	15,83
João Dias	2.601	1.166	1.027	100,0	44,8	39,5	88,2	29,50
Taboleiro Grande	2.317	1.887	1.887	100,0	81,4	81,4	124,1	18,67
Viçosa	1.618	1.541	1.541	100,0	95,2	95,2	37,9	42,69

Fonte: IBGE (2010; 2011).

APENDICE 02 – Matriz metodológica*(continua)*

MACROTEMAS	TEMAS	PROCESSOS	VARIÁVEIS	INDICADORES	FONTES DE CONSULTA
Urbanização Contemporânea	Estruturação do espaço	Expansão das vias terrestres de integração regional	Rodovias municipais, estaduais e federais.	Extensão da redes rodoviárias municipais, estaduais e federal na região.	DNIT; DER-RN; Guia Quatro Rodas; <i>Software</i> Google Earth.
		Expansão do setor imobiliário	Escritórios imobiliários, de engenharia e de arquitetura	Número de escritórios de imobiliária em Pau dos Ferros.	Prefeitura municipal; Trabalho de campo.
				Número de construtoras em Pau dos Ferros.	CREA, Prefeituras municipais.

			Empreendimentos imobiliários	Número de alvarás de construção por bairro em Pau dos Ferros.	CREA-RN.
				Número de loteamentos habitacionais em Pau dos Ferros.	Secretaria de Tributação / Prefeitura de Pau dos Ferros, agências imobiliárias.
				Número, gabarito e função dos imóveis de Pau dos Ferros	Secretaria de Tributação / Prefeitura de Pau dos Ferros
				Número de contratos e valores pagos da habitacionais financiadas pelo Programa Minha casa, Minha Vida	Plataforma Indicadores do Governo Federal, Caixa Econômica Federal
	Dinâmica da população	Evolução da população total, urbana e rural dos municípios.	População total, urbana e rural dos municípios	Número total da população dos municípios.	IBGE.
				Número da população rural dos municípios.	IBGE.

				Número da população urbana dos municípios.	IBGE.
	Dinâmica socioeconômica	Progressão da arrecadação municipal	Renda e arrecadação municipal	Arrecadação tributária por município.	IBGE; Federação dos Municípios do RN (FEMURN); IDEMA.
		Difusão dos benefícios do INSS	Pensões e aposentadorias do INSS	Aposentadorias e pensões urbana, rural e total concedidos nos municípios.	IBGE; Ministério da Previdência Social (MPS);
		Evolução dos benefícios do Programa Bolsa Família	Benefícios do Programa Bolsa Família	Pagamentos e valores pagos pelo Programa Bolsa Família	Plataforma Indicadores do Governo Federal
	Fragmentação do território	Evolução da configuração político-administrativa regional	Emancipação político-administrativa dos municípios da região	Ano de criação e configuração dos municípios da região.	IBGE; Prefeituras municipais.
				Toponímia dos municípios.	IDEMA; Prefeituras municipais.
				Evolução das mudanças e permanências no poder político local.	TRE-RN; Prefeituras municipais; IDEMA.

MACROTEMA	TEMAS	PROCESSOS	VARIÁVEIS	INDICADORES	FONTES DE CONSULTA
Rede Urbana	Estrutura e dinâmica comercial	Difusão do setor comercial	Supermercados	Número e tipos de estabelecimentos no ramo de supermercados em Pau dos Ferros e região.	RAIS; CDL; trabalho de campo.
			Feiras livre	Origem dos produtos comercializados na feira livre de Pau dos Ferros.	Trabalho de campo.
			Redes de franquias comerciais	Número de lojas de redes de franquias nacional ou internacional do setor em Pau dos Ferros.	Catálogo local; <i>sites</i> das lojas, trabalho de campo.
			Estabelecimentos e ocupação no setor de comercial	Número de estabelecimentos e de ocupação no setor de comercial em Pau dos Ferros e região	RAIS/CAGED
	Estrutura e dinâmica na prestação de serviço	Difusão do setor de serviços	Rede bancária e financeira	Agências, postos e correspondentes bancários na região.	IBGE; Banco Central; <i>sites</i> dos bancos.

Redes de lojas e franquias prestadores de serviços	Origem das redes de lojas e franquias do setor em Pau dos Ferros.	Catálogo local; <i>sites</i> das lojas, trabalho de campo.
Meios de hospedagem	Principais meios de hospedagem de Pau dos Ferros e região.	Secretarias de turismo; Ministério do Turismo, Sites dos hotéis e pousadas, Trabalho de campo.
	Número de leitos dos principais meios de hospedagem de Pau dos Ferros e região.	Sites dos hotéis e pousadas; Trabalho de campo.
	Perfil dos hóspedes dos principais meios de hospedagem em Pau dos Ferros.	Trabalho de campo.
Hospitais, laboratórios e clínicas médicas especializadas	Número de estabelecimentos de saúde (hospitais, clínicas especializadas e laboratórios) em Pau dos Ferros e região.	DATASUS; RAIS/CAGED; trabalho de campo.
	Número de profissionais especialistas na área de saúde em Pau dos Ferros e região.	DATASUS; RAIS/CAGED.

			Estabelecimentos e ocupação no setor de serviços	Número de estabelecimentos e de ocupação no setor de serviços em Pau dos Ferros e região	RAIS/CAGED
			Estabelecimentos de ensino superior e técnico	Instituições de ensino (nível técnico e superior) público e privado de Pau dos Ferros.	IBGE; Ministério da Educação; <i>Site</i> das instituições de ensino; trabalho de campo.
				Origem dos alunos matriculados nos cursos técnicos e superiores das instituições de ensino público e privado de Pau dos Ferros.	Secretarias acadêmicas das instituições de Ensino (IFRN, UFERSA, UERN, FACEP, ANHANGUERA)
	Regionalização	Interiorização da gestão do território	Instituições de justiça estadual e federal	Número de tribunais de justiça estadual e federal na região.	IBGE; Procuradoria Geral do Estado do RN. (PGE-RN)
				Evidência de justiça do trabalho e sua jurisdição na região.	<i>Site</i> do TRT

			Evidência de tribunal da justiça eleitoral e sua jurisdição na região.	<i>Site</i> do TRE
			Número de comarcas e fóruns na região.	<i>Site</i> do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.
			Sede do ministério público estadual e sua jurisdição na região.	<i>Site</i> do Ministério Público Estadual (Rio Grande do Norte).
		Instituições de polícia estadual	Número de quartéis e/ou batalhões de polícia militar na região.	<i>Site</i> da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio Grande do Norte.
			Número de delegacias de polícia civil na região.	<i>Site</i> da Delegacia Geral de Polícia Civil do Rio Grande do Norte.
		Instituições de gestão de saúde pública	Unidade Regional de Saúde Pública do Estado e sua região administrativa.	<i>Site</i> da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte.
		Instituições de gestão de educação pública	Diretoria Regional de Educação do Estado e sua região administrativa.	<i>Site</i> da Secretaria do Estado da Educação Cultura e Desportos do Rio Grande do Norte.

		Instituições de planejamento, gestão e pesquisa estadual e federal	Escritório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	IBGE.
			Agência da Receita Federal na região.	<i>Site da Receita Federal.</i>
			Agência da Previdência Social na região.	<i>Site da Previdência Social.</i>
			Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) na região.	<i>Site do DNOCS.</i>
			Escritório da Secretaria de Estado de Tributação do RN na região.	Secretaria de Estado de Tributação do RN.
		Regionalização e Centralidade	Evolução dos primeiros recortes regionais no Rio Grande do Norte.	Registros históricos e anais institucionais sobre a formação territorial do Rio Grande do Norte.

			Evolução da centralidade de Pau dos Ferros nos estudos do IBGE.	Divisão do Brasil em Regiões Funcionais; Regiões de Influência das Cidades (REGIC). O Brasil em Meso e Microrregiões Geográficas (IBGE).
		Núcleos e bases de gestão, atuação e assistência técnica a/de empresas	Escritórios da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) na região.	<i>Site</i> da COSERN.
			Escritórios da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN)	<i>Site</i> da CAERN.
			Sede do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) na região.	<i>Site</i> do SEBRAE.
		Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas	Estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC);	REGIC/IBGE (1972, 1987, 1993 e 2007).

		Fluxos e motivação para deslocamento	População residente nos municípios da região	Indicadores de mobilidade pendular para estudo e trabalho	Censo Demográfico e REGIC do IBGE (2008; 2010)
				Motivação para o deslocamento da população regional	IBGE (2008); trabalho de campo.

APÊNDICE 03 – FORMULÁRIO APLICADO NO TRABALHO DE CAMPO

Universidade Estadual do Ceará
Programa de Pós-graduação em Geografia
Doutorado em Geografia

Projeto de Pesquisa:

Novas configurações urbanas da região do Alto Oeste Potiguar: o papel de Pau dos Ferros (RN) na dinâmica regional

Autor: Josué Alencar Bezerra

Roteiro de entrevista (1) – Pessoas residentes nas cidades da Região de Influência de Pau dos Ferros (REGIC 2007/IBGE, 2008)

Cidade:

I - Objetivos:

- Conhecer quais são os elementos mais importantes das cidades para os seus moradores e os principais problemas/carências existentes nesses lugares;
- Perceber, identificar e quantificar os fluxos estabelecidos pelas cidades da região de influência de Pau dos Ferros com outras localidades, a partir do movimento de pessoas;
- Identificar os motivos principais dos deslocamentos realizados pelos residentes das pequenas cidades da região de influência de Pau dos Ferros.

Questões

1 - Quantas vezes você se desloca semanalmente de seu município para a cidade de Pau dos Ferros?

☐ Todos os dias	☐ 2 a 4 vezes por mês
☐ 2 a 4 vezes por semana	☐ 1 vez por mês
☐ 1 vez por semana	☐ Raramente

1 - Quais os principais meios de transporte utilizados pela população de seu município para se deslocar de uma cidade para outra?

☐ Van, micro ônibus de linha	☐ Motocicleta
☐ Carro de passeio de linha	☐ Carro aberto (pau-de-arara)
☐ Carro de passeio próprio	☐ Outro

3 – De uma forma geral, a população local encontra na cidade todos os bens e serviços que necessita ao seu cotidiano?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

4 – A população se desloca para qual cidade quando precisa de um serviço de **saúde** não disponível no local onde reside?

() Pau dos Ferros () Natal () Mossoró () Fortaleza () _____

5 – A população se desloca para qual cidade quando precisa de um serviço de **educação** não disponível no local onde reside?

() Pau dos Ferros () Natal () Mossoró () Fortaleza () _____

6 – A população se desloca para qual cidade quando precisa de uma **mercadoria/produto** não disponível no local onde reside?

() Pau dos Ferros () Natal () Mossoró () Fortaleza () _____

7 – Quais os principais bens e serviços que motivam o deslocamento das pessoas para as cidades maiores fora da região?

8 – Existem em sua cidade os seguintes serviços/equipamentos:

- Faculdade privada ou pública (presencial, semipresencial) – () Sim () Não
- Maternidade ou hospital (realização de pequenas cirurgias) – () Sim () Não
- Correios, bancos, lotéricas – () Sim () Não
- Feira livre semanal – () Sim () Não
- Processo de loteamento habitacional – () Sim () Não
- Serviço de internet banda larga – () Sim () Não
- Operadoras de celular no município () Claro () TIM () Vivo () Oi

APÊNDICE 04 – Região Nordeste: matriz comparativa dos centros sub-regionais A (REGIC)

(continua)

UF	Mun.	População Total (2010)	Percentual de População Urbana (2010)	Número de municípios que exerce influência (REGIC, 2007)	População total da área de influência (2010)	Metrópole sob influência (REGIC, 2007)	Próximo a zona de fronteira	Distância de Centro Regional/Metrópole (Km)	Centralidade (REGIC)				População Total				Tipologia da PNDR (2005) Níveis Renda x níveis de variação do PIB		Tipologia das cidades (2009)	IDH-M (2010)	IDH-M (2000)	IDH - M (1991)	Renda per capita (2010)	Renda per capita (2000)	Renda per capita (1991)	Divisão urbano- regional (IBGE, 2013)
									2007	1993	1978	1966	2010	2000	1991	1980	Microrregião do município	Status								
MA	Bacabal	100.014	77,84%	16	370.311	Fortaleza	Não	249,89	Sub-regional A	Forte para Médio	Centro Sub-regional	Sub-regional A	100.014	91.823	98.793	81.361	Médio Mearim	Baixa Renda	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social	0,651	0,481	0,372	375,57	201,74	155,7	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana
MA	Caxias	155.129	76,40%	10	460.014	Fortaleza	Não	67,94	Sub-regional A	Forte para Médio	Centro de Zona	Sub-regional B	155.129	139.756	145.725	125.509	Caxias	Baixa Renda	Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do Nordeste	0,624	0,469	0,357	324,9	206,26	141,02	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana
MA	Pinheiro	78.162	59,47%	28	553.068	Fortaleza	Não	346,68	Sub-regional A	Médio para Franco	Centro de Zona	Centro Local B	78.162	68.030	82.432	68.637	Baixada Maranhense	Baixa Renda	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social	0,637	0,467	0,346	292,88	165,07	115,74	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana

PI	PI	PI	PI
Picos	Floriano	Parnaíba	Santa Inês
73.414	57.690	145.705	77.282
79,42%	86,61%	94,35%	94,71%
37	25	20	12
329.211	225.519	493.445	400.336
Fortaleza	Fortaleza	Fortaleza	Fortaleza
Não	Sim	Sim	Não
304.96	247.3	267.22	250.03
Sub-regional A	Sub-regional A	Sub-regional A	Sub-regional A
Forte para Médio	Forte para Médio	Forte para Médio	Médio
Centro Sub-regional	Capital Regional	Centro Sub-regional	Centro Sub-regional
Sub-regional A	Centro Regional B	Sub-regional A	Município
73.414	57.690	145.705	77.282
68.974	54.591	132.282	68.321
78.409	51.494	127.929	64.713
71.018	43.129	102.174	49.442
Picos	Floriano	Litoral Piauiense	Pindaré
Estagnada	Estagnada	Estagnada	Baixa Renda
Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e elevada desigualdade social	Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do Nordeste	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social
0,698	0,687	0,687	0,674
0,545	0,546	0,558	0,512
0,427	0,414	0,436	0,408
563,88	536,3	479,58	411,04
355,58	337,42	340,35	251,04
245,06	247,14	199,25	175,98
Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana

CE	CE	CE
Quixadá	Iguatu	Crateús
80.604	96.495	72.812
71,31%	77,33%	72,30%
10	16	10
315.121	511.860	307.670
Fortaleza	Fortaleza	Fortaleza
Não	Não	Não
172.52	146.39	215.62
Sub-regional A	Sub-regional A	Sub-regional A
Médio	Forte para Médio	Médio
Centro de Zona	Capital Regional	Centro Sub-regional
Centro Local B	Sub-regional A	Centro Local A
80.604	96.495	72.812
69.654	85.615	70.898
72.224	75.649	66.652
99.290	82.946	65.869
Sertão de Quixeramo bim	Iguatú	Sertão do Crateús
Dinâmica	Dinâmica	Baixa Renda
Centros urbanos em espaços rurais do sertão nordestino com algum dinamismo recente, mas insuficiente para impactar a dinâmica urbana	Centros urbanos em espaços rurais do sertão nordestino com algum dinamismo recente, mas insuficiente para impactar a dinâmica urbana	Centros urbanos em espaços rurais do sertão nordestino com algum dinamismo recente, mas insuficiente para impactar a dinâmica urbana
0,659	0,677	0,644
0,524	0,546	0,503
0,383	0,394	0,360
317,66	434,67	373,18
200,88	295,46	239,4
162,21	222,15	156,33
Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana

PB	RN	PB	RN	RN
Cajazeiras	Pau dos Ferros	Patos	Pau dos Ferros	Caicó
58.446	27.745	100.674	27.745	62.709
81,27%	92,03%	96,62%	92,03%	91,63%
14	24	37	24	17
183.319	174.046	362.304	174.046	208.221
Recife	Fortaleza e Recife	Recife	Fortaleza e Recife	Fortaleza e Recife
Sim	Sim	Não	Sim	Sim
136.12	152.29	177.6	152.29	189.49
Sub-regional A	Sub-regional A	Sub-regional A	Sub-regional A	Sub-regional A
Forte para Médio	Médio	Forte para Médio	Médio	Forte para Médio
Centro Sub-regional	Centro de Zona	Capital Regional	Centro de Zona	Centro Sub-regional
Sub-regional A	Sub-regional B	Sub-regional A	Sub-regional B	Sub-regional A
58.446	27.745	100.674	27.745	62.709
54.715	24.758	91.761	24.758	57.002
51.273	20.827	81.298	20.827	50.640
46.448	16.216	65.162	16.216	40.030
Cajazeiras	Pau dos Ferros	Patos	Pau dos Ferros	Seridó Ocidental
Estagnada	Dinâmica	Dinâmica	Dinâmica	Estagnada
Centros urbanos rurais pobres com média e baixa densidade populacional e relativamente isolados	Centros urbanos rurais pobres com média e baixa densidade populacional e relativamente isolados.	Centros urbanos rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e elevada desigualdade social	Centros urbanos rurais em espaços consolidados, mas de frágil dinamismo recente e elevada desigualdade social	Centros urbanos rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e elevada desigualdade social
0,679	0,678	0,701	0,678	0,710
0,528	0,584	0,557	0,584	0,613
0,428	0,447	0,436	0,447	0,499
511,56	504,82	508,52	504,82	637,13
296,35	338,63	324,87	338,63	409,68
188,52	265,43	223,35	265,43	272,98
Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana

BA	PE	PE	PB	PB
Paulo Afonso	Serra Talhada	Garanhuns	Sousa	Guarabira
108.396	79.232	129.408	65.803	55.326
86,16%	77,33%	89,14%	78,84%	88,49%
13	12	23	26	18
284.159	262.666	603.667	261.115	200.843
Salvador	Recife	Recife	Recife	Recife
Sim	Sim	Não	Sim	Não
198.21	212.96	100.41	179.72	89.65
Sub-regional A	Sub-regional A	Sub-regional A	Sub-regional A	Sub-regional A
Médio	Forte para Médio	Forte para Médio	Forte para Médio	Médio
Centro de Zona	Centro Sub-regional	Capital Regional	Centro Sub-regional	Centro de Zona
Sub-regional B	Centro Local A	Centro Regional B	Sub-regional B	Sub-regional A
108.396	79.232	129.408	65.803	55.326
96.499	70.912	117.749	62.635	51.482
86.619	72.341	103.341	79.135	48.654
71.137	67.156	87.038	72.887	41.808
Paulo Afonso	Pajeú	Garanhuns	Sousa	Brejo Paraibano
Dinâmica	Dinâmica	Estagnada	Estagnada	Baixa Renda
Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e elevada desigualdade social	Centros urbanos em espaços rurais do sertão nordestino com algum dinamismo recente, mas insuficiente para impactar a dinâmica urbana	Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do Nordeste	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social	Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente
0,674	0,661	0,664	0,668	0,673
0,551	0,499	0,533	0,508	0,516
0,429	0,401	0,466	0,378	0,396
545	407,34	492,44	443,81	430,83
343	250,29	332,38	289,34	260,25
284	182,02	276,37	170,13	173,4
Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana

BA	Jequié	151.895	91,79%	24	490.167	Salvador	Não	152.73	Sub-regional A	Forte para Médio	Capital Regional	Centro Regional B	151.895	147.202	144.772	116.867	Jequié	Estagnada	Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do Nordeste	0,665	0,504	0,382	474	276	200	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana
BA	Guanambi	78.833	79,36%	42	882.730	Salvador	Não	267.41	Sub-regional A	Forte para Médio	Centro Sub-regional	Centro Local A	78.833	71.728	65.592	45.526	Guanambi	Estagnada	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social	0,673	0,548	0,413	496	308	209	Nome das Regiões Imediatas de Articulação Urbana
BA	Jacobina	79.247	70,49%	13	266.341	Salvador	Não	227.62	Sub-regional A	Forte para Médio	Capital Regional	Sub-regional A	79.247	76.492	76.518	103.967	Jacobina	Estagnada	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social	0,649	0,496	0,363	417,88	289,33	193,47	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana
BA	Irecê	66.181	92,20%	23	515.528	Salvador	Não	377.54	Sub-regional A	Médio	Centro Sub-regional	Centro Local B	66.181	57.436	50.908	87.922	Irecê	Estagnada	Centros urbanos em espaços rurais pobres com média e baixa densidade populacional e relativamente isolados	0,691	0,542	0,407	488,15	319,09	237,64	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana
BA	Santo Antônio de Jesus	90.985	87,15%	11	259.893	Salvador	Não	106.48	Sub-regional A	Forte para Médio	Centro Sub-regional	Centro Local B	90.985	77.368	64.331	51.582	Santo Antônio de Jesus	Estagnada	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e elevada desigualdade social	0,700	0,560	0,450	540,38	315,85	225,94	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana

BA	Teixeira de Freitas	138.341	93,43%	11	353.790	Rio de Janeiro	Não	260.82	Sub-regional A	Forte para Médio	*	*	138.341	107.486	85.547	*	Porto Seguro	Estagnada	Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do Nordeste	0,685	0,539	0,378	561	402	280	Nome das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana

Fonte: REGIC (IBGE 1972; 1987; 2000; 2008); Evolução da População (IBGE, 2011); IDH-M (PNUD, 2015); Política Nacional de Desenvolvimento Regional (MIN, 2005); Tipologia das Cidades (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009); GOOGLE EARTH (2015).

APENDICE 05 – Região de Pau dos Ferros: distribuição da população urbana, rural, total e área dos municípios da (1980-2010)

Município	Pop. rural, 1980	Pop. urbana, 1980	Pop. total, 1980	Pop. rural, 1991	Pop. urbana, 1991	Pop. total, 1991	Pop. rural, 2000	Pop. urbana, 2000	Pop. total, 2000	Pop. rural, 2010	Pop. urbana, 2010	Pop. total, 2010	Colocação no RN, 2010	Área Km²
Pau dos Ferros	3270	12947	16217	3045	17782	20827	2447	22311	24758	2198	25535	27745	18º	260,50
São Miguel	12155	5647	17802	11934	9352	21286	8469	11655	20124	7657	14502	22153	27º	171,54
Alexandria	8239	6104	14343	6200	8380	14580	4882	8890	13772	4287	9188	13507	40º	381,22
Tenente Ananias	5664	4090	9754	4538	4991	9529	3294	5581	8875	3078	6833	9883	69º	224,67
Luís Gomes	6051	3958	10009	4934	6402	11336	3247	5907	9154	2924	6688	9610	71º	168,42
Marcelino Vieira	5746	2291	8037	5442	3371	8813	4235	4138	8373	3371	4894	8265	81º	347,79
Martins	9711	3355	13066	7019	5280	12299	3531	4194	7725	3182	5046	8218	82º	169,74
Portalegre	4567	1300	5867	4191	2166	6357	3763	2983	6746	3459	3838	7297	89º	110,18
Doutor Severiano	4289	1045	5334	4429	2019	6448	4291	2261	6552	3712	2783	6492	97º	109,22
José da Penha	3864	1713	5577	2975	2556	5531	2621	3287	5908	2326	3542	5868	103º	118,17
Encanto	3112	1056	4168	2618	2102	4720	2682	2116	4798	3101	2127	5231	114º	122,40
Cor. João Pessoa	3421	673	4094	3228	1497	4725	2891	1812	4703	2995	1779	4772	121º	117,29
Rafael Fernandes	2011	675	2686	1803	1529	3332	2041	2206	4247	1983	2709	4692	124º	78,77
Serrinha dos Pintos	-	-	-	-	-	-	2441	1854	4295	2136	2402	4540	126º	122,95
Riacho de Santana	3278	569	3847	2793	1187	3980	2614	1586	4200	2447	1710	4156	132º	129,47
Paraná	2187	355	2542	3028	482	3510	2972	661	3633	3131	821	3952	133º	81,53
São Fco. do Oeste	1302	970	2272	1217	1578	2795	1024	2456	3480	926	2948	3874	136º	75,89
Venha-Ver	-	-	-	-	-	-	2709	713	3422	2622	1199	3821	139º	71,34
Major Sales	-	-	-	-	-	-	693	2255	2948	636	2900	3536	144º	32,22
Pilões	1027	884	1911	779	1382	2161	824	2178	3002	920	2533	3453	146º	83,35
Riacho da Cruz	1252	1062	2314	751	1807	2558	498	2169	2667	491	2674	3165	150º	128,56
Água Nova	1273	739	2012	1116	1193	2309	1048	1630	2678	1076	1908	2980	152º	49,97
Francisco Dantas	2985	551	3536	1994	1273	3267	1450	1571	3021	1227	1647	2874	155º	182,98
Taboleiro Grande	1246	496	1742	783	1288	2071	421	1608	2029	430	1887	2317	164º	124,16
Viçosa	489	633	1122	234	1075	1309	113	1408	1521	77	1541	1618	167º	37,94
TOTAL	87139	51113	138252	75051	78692	153743	65201	97430	162631	60392	113634	174019	-	3500,27

Fonte: IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) e REGIC (IBGE, 2008). **Nota:** Os municípios de Serrinha dos Pintos, Venha-Ver e Major Sales aparecem na estatística a partir dos dados de 2000, tendo em vista terem sido criados na década anterior.

APÊNDICE 06 – Pau dos Ferros: período de criação dos bairros

Ord.	Bairros	Período de Criação
1	Centro	Antes de1980
2	João XXIII	Antes de1980
3	Riacho do Meio	Antes de1980
4	São Benedito	Antes de1980
5	São Geraldo	Antes de1980
6	Princesinha do Oeste	1985
7	Conjunto Manoel Domingos	1991
8	Paraíso	1991
9	São Judas Tadeu	1991
10	Frei Damião	1997
11	São Vicente de Paulo	1997
12	Conjunto Nações Unidas	1998
13	Manoel Deodato	1999
14	Chico Cajá	2000
15	Arizona	2002
16	Conjunto Domingos Gameleira	2007
17	João Catingueira	2007
18	Zeca Pedro	2007
19	Aloísio Diógenes Pessoa	2008
20	Alto do Açude	2009
21	Bela Vista	2011
22	Nova Pau dos Ferros	2011
23	Aeroporto	2015

Fonte: Organização de Josué A. Bezerra. Câmara Municipal de Pau dos Ferros, jun., 2014.

ANEXOS

ANEXO 01 - Municípios brasileiros: etapas da construção metodológica da tipologia das cidades

(continua)

ANÁLISE FATORIAL E AGRUPAMENTOS EM CLUSTERS	POR FAIXA DE TAMANHO	POR UNIVERSO GEOGRÁFICO	Nº	POR CLASSE	Nº	OBSERVAÇÃO DAS LOCALIZAÇÕES NO TERRITÓRIO NACIONAL	AGRUPAMENTO DE 433 MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS EM 28 ESPAÇOS URBANOS AGLOMERADOS	DEFINIÇÕES DOS TIPOS	Nº	TIPOS
	100 mil e mais	Brasil	224	A	14				240	Espaços urbanos aglomerados mais prósperos do centro-sul.
				B	102				63	Espaços urbanos aglomerados e capitais mais prósperos do norte e nordeste.
				C	62				215	Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do centro-sul.
				D	46				57	Espaços urbanos aglomerados e centro regionais do norte e nordeste.
	20 a 100 mil	MR Tipo 1	352	A	116				131	Centros urbanos em espaços rurais prósperos com moderada desigualdade social.
				B	87				121	Centros urbanos em espaços rurais prósperos com elevada desigualdade social.
				C	95					
				D	54				209	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e elevada desigualdade social.
		MR Tipo 3	469	A	111					

				B	134					
				C	101					
				D	123				211	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social.
		MR Tipo 2	217	A	65				65	Centros urbanos em espaços rurais que vêm enriquecendo, com moderada desigualdade social, predominantes no centro-sul.
				B	23				21	Centros urbanos em espaços rurais que vêm enriquecendo, com elevada desigualdade social, predominantes na fronteira agrícola.
				C	51					
				D	78				128	Centros urbanos em espaços rurais do sertão nordestino e da Amazônia, com algum dinamismo recente mas insuficiente para impactar a dinâmica urbana.
		MR Tipo 4	229	A	54				129	Centros urbanos em espaços rurais pobres de ocupação antiga e de alta densidade populacional, próximos de grandes centros.
				B	78					
				C	40					
				D	57				97	Centros urbanos em espaços rurais pobres com média e baixa densidade populacional e relativamente isolados.
	até 20 mil	MR Tipo 1	1076	A	203				667	Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais prósperos.
				B	236					
				C	209					
				D	428				800	Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais prósperos.

		MR Tipo 3	1527	A	349				541	Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente.
				B	511				309	Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente.
				C	268					
				D	399					
				A	144				637	Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais de pouca densidade econômica.
		MR Tipo 2	819	B	202				805	Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais de pouca densidade econômica.
				C	235					
				D	238					
				A	120					
		MR Tipo 4	593	B	89					
				C	206					
				D	178					

Fonte: Fernandes, Bitoun, Araújo (2009).

ANEXO 02 Formulário Google: aplicação aos alunos do ensino superior e técnico do UERN, IFRN e UFRSA

18/09/2016

Interações Espaciais na Região de Pau dos Ferros

1. Qual a cidade de sua residência na região? *

Mesmo que passe a semana em Pau dos Ferros, indique a cidade (de origem) onde tem residência fixa.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Água Nova
- ☐ Alexandria
- ☐ Antônio Martins
- ☐ Apodi
- ☐ Bom Sucesso
- ☐ Coronel João Pessoa
- ☐ Doutor Severiano
- ☐ Encanto
- ☐ Ereré
- ☐ Iracema
- ☐ Itaú
- ☐ Francisco Dantas
- ☐ João Dias
- ☐ José da Penha
- ☐ Luís Gomes
- ☐ Major Sales
- ☐ Marcelino Vieira
- ☐ Martins
- ☐ Paraná
- ☐ Pau dos Ferros
- ☐ Pereiro
- ☐ Pilões
- ☐ Portalegre
- ☐ Rafael Fernandes
- ☐ Riacho da Cruz
- ☐ Riacho de Santana
- ☐ Rodolfo Fernandes
- ☐ São Miguel
- ☐ Serrinha dos Pintos
- ☐ Severiano Melo
- ☐ Taboleiro Grande
- ☐ Tenente Ananias
- ☐ Uirauna
- ☐ Umarizal
- ☐ Venha-Ver
- ☐ Outro: _____

18/09/2018

Interações Especiais na Região de Pau dos Ferros

2. Quantas vezes você se desloca semanalmente de seu município para a cidade de Pau dos Ferros?*

Para aqueles que têm residência fixa em Pau dos Ferros, a pergunta vale para os deslocamentos a uma cidade maior (Natal, Mossoró, Fortaleza, entre outras).
 Marcar apenas uma oval.

- ☐ Todos os dias
- ☐ 2 a 4 vezes por semana
- ☐ 1 vez por semana
- ☐ 2 a 4 vezes por mês
- ☐ 1 vez por mês
- ☐ Raramente

3. Quais os principais meios de transporte utilizados pela população de seu município para se deslocar de uma cidade para outra?

Aqui, vale o transporte tanto para a cidade de Pau dos Ferros como para outra cidade dentro e fora da região.
 Marcar apenas uma oval.

- ☐ Van ou micro ônibus de linha
- ☐ Carro de passeio de linha
- ☐ Carro aberto (pau-de-arara)
- ☐ Ônibus escolar
- ☐ Motocicleta
- ☐ Carro de passeio próprio
- ☐ Linha de ônibus oficial
- ☐ Outro: _____

4. A população se desloca para qual cidade quando precisa de um serviço de educação não disponível no local onde reside?

Importante considerar as Instituições de ensino superior, técnico e as escolas particulares e públicas presentes nos municípios da região ou fora dela (exemplo: IFRN; UERN; UFRSA; FACEP; Evolução; Anhanguera; UFPB; UFRN; entre outros).
 Marcar apenas uma oval.

- ☐ Pau dos Ferros
- ☐ Mossoró
- ☐ Natal
- ☐ Fortaleza
- ☐ Sousa
- ☐ Cajazeiras
- ☐ Patos
- ☐ Outro: _____

18/09/2016

Interações Espaciais na Região de Pau dos Ferros

5. A população se desloca para qual cidade quando precisa de um serviço de saúde não disponível no local onde reside?

Considerar a cidade imediatamente mais próxima que dispõe do serviço procurado (exames médicos, consultas ou procedimentos cirúrgicos especializados, etc; seja público ou privado).
 Marcar apenas uma oval.

- ☐ Pau dos Ferros
- ☐ Mossoró
- ☐ Natal
- ☐ Fortaleza
- ☐ Sousa
- ☐ Cajazeiras
- ☐ Patos
- ☐ Outro: _____

6. A população se desloca para qual cidade quando precisa de uma mercadoria/produto não disponível no local onde reside?

Considerar toda e qualquer mercadoria/produto de consumo individual e/ou coletivo, como: gêneros alimentícios; artigos de vestuário e calçados; cosméticos e produtos de higiene etc.
 Marcar apenas uma oval.

- ☐ Pau dos Ferros
- ☐ Mossoró
- ☐ Natal
- ☐ Fortaleza
- ☐ Sousa
- ☐ Cajazeiras
- ☐ Patos
- ☐ Outro: _____

Powered by
 Google Forms